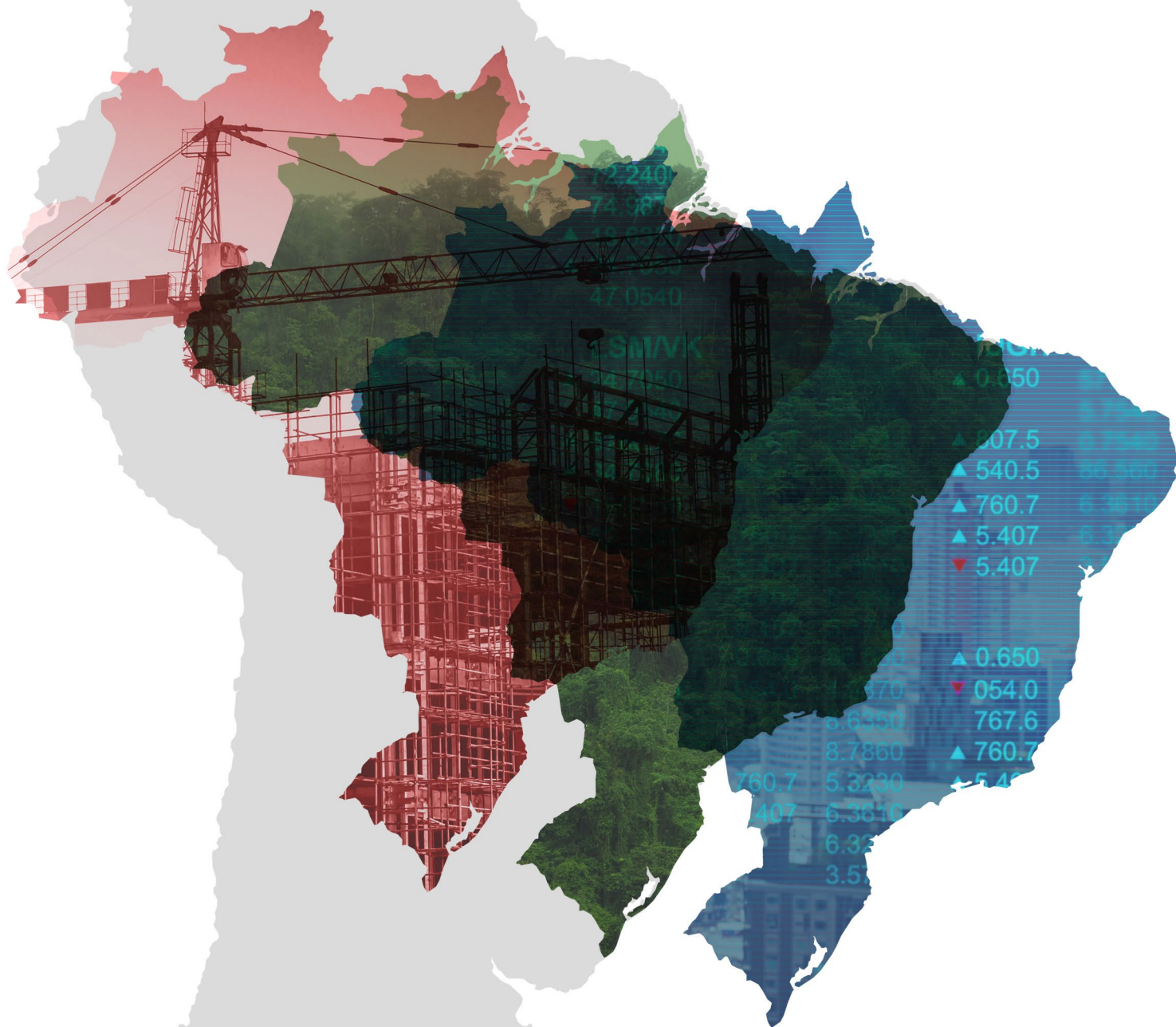


GEOGRAFIA E ECONOMIA

Relações e Interfaces



Organizadores:

**PAULO FERNANDO JURADO DA SILVA
ELISEU SAVÉRIO SPOSITO
MATEUS UBIRAJARA SILVA SANTANA**

GEOGRAFIA E ECONOMIA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

Reitor Laércio Alves de Carvalho

Vice-reitora Celi Corrêa Neres

*Pró-reitora de Extensão,
Cultura e Assuntos Comu-
nitários* Márcia Regina Martins Alvarenga



DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES - EDITORA UEMS

*Chefe da Divisão de
Publicações* Neurivaldo Campos Pedroso Junior

Capa e diagramação Everson Umada Monteiro

CONSELHO EDITORIAL

Presidente Edilson Costa

Conselheiros(as) Adriana Rochas de Carvalho Fruguli Moreira
Ailton de Souza
Alberto Adriano Cavalheiro
Cristiane Marques Reis
Estela Natalina Mantovani Bertolotti
Everson Umada Monteiro
Márcia Regina Martins Alvarenga
Marcos Antonio Nunes de Araujo
Marianne Pereira de Souza
Vanessa Maciel Franco Magalhães

Paulo Fernando Jurado da Silva
Eliseu Savério Sposito
Mateus Ubirajara Silva Santana
Organizadores

Geografia e Economia:
relações e interfaces



Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UEMS.

G297

Geografia e economia : relações e interfaces/ Paulo Fernando Jurado da Silva, Eliseu Savério Sposito, Mateus Ubirajara Silva Santana, organizadores. – Dourados, MS: Editora UEMS, 2020.
346p. : il.

Vários autores.

ISBN: 978-85-92863-07-4 (E-book)

1. Geografia econômica 2. Geografia e economia 3. Desenvolvimento econômico I. Silva, Paulo Fernando Jurado da II. Sposito, Eliseu Savério III. Santana, Mateus Ubirajara Silva IV. UEMS V. Título

CDD 23. ed. - 330.9

Direitos reservados a
Editora UEMS
Bloco A - Cidade Universitária
Caixa Postal 351 - CEP 79804-970 - Dourados/MS
(67) 3902-2698
editorauems@uems.br
www.uems.br/editora

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	7
APRESENTAÇÃO	10
1. UMA NOVA GEOGRAFIA ECONÔMICA?	11
<i>Paulo Fernando Jurado da Silva</i>	
2. PONTES E CAMINHOS ENTRE GEOGRAFIA E ECONOMIA: DA DISCIPLINA À METADISCIPLINA.....	18
<i>Villy Creuz</i>	
3. GEOGRAFIA E ECONOMIA: CONEXÕES A PARTIR DA TEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO	32
<i>Eliana Lamberti e Victor Azambuja Gama</i>	
4. BRASIL E O MOTO “STOP AND GO”: NOSSAS VARIADAS VULNERABILIDADES ECONÔMICAS.....	49
<i>Clerisnaldo Rodrigues de Carvalho</i>	
5. MOBILIZANDO O CONCEITO DE FINANCEIRIZAÇÃO PARA PENSAR AS RELAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIOESPACIAIS NO CAPITALISMO NEOLIBERAL.....	65
<i>Mateus Ubirajara Silva Santana</i>	
6. REDES PRODUTIVAS DE CALÇADOS E ARTICULAÇÃO URBANO REGIONAL – UMA ANÁLISE A PARTIR DO ESTADO DA BAHIA.....	78
<i>Edilson Pereira Júnior e Mateus Almeida Rodrigues</i>	
7. A GEOGRAFIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	96
<i>Luiz Andrei Gonçalves Pereira</i>	
8. REDES TELEMÁTICAS E FLUXOS DE INFORMAÇÃO NO TERRITÓRIO: DINÂMICAS ESPACIAIS DA PRODUÇÃO DE SOFTWARE NO BRASIL.....	119
<i>Melissa Maria Veloso Steda</i>	
9. GEOGRAFIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	132
<i>Mateus Boldrine Abrita, Rafaella Stradiotto Vignandi e Marcos Paulo da Silva Falleiro</i>	
10. PEQUENO ENSAIO GEOGRÁFICO SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS, MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E OUTRAS TEORIAS GEOGRÁFICAS PARA A CRÍTICA ECONÔMICA.....	145
<i>José Sobreiro Filho</i>	
11. ECONOMIA, POLÍTICA E ESPAÇO: A FÉ E O MERCADO NA ERA HIPERMODERNA.....	161
<i>Jefferson R. de Oliveira</i>	

12. ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA BRASILEIRA: ANÁLISE DO COMPLEXO SOJA EM MATO GROSSO DO SUL	178
<i>Ana Carolina Torelli Marquezini Faccin</i>	
13. AINDÚSTRIA FAMILIAR NIPO-BRASILEIRA: DO AGROARTESANATO AO SETOR METAL-MECÂNICO.....	189
<i>Adriano Amaro de Sousa</i>	
14. CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL E INDÚSTRIA DE DERIVADOS DE TRIGO: DINÂMICAS E FLUXOS DA EMPRESA M. DIAS BRANCO A PARTIR DO CEARÁ	206
<i>Denise Cristina Bomtempo</i>	
15. DA DECOLAGEM REGIONAL À ATERRISAGEM PARA FALÊNCIA: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA SOBRE MALHA AÉREA DA VARIG	223
<i>Ana Paula Camilo Pereira e Hervé Théry</i>	
16. CONCESSÕES DE RODOVIAS NO BRASIL: O CENTRO OESTE É VIÁVEL?.....	238
<i>Cássio Antunes de Oliveira</i>	
17. PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS REGIÕES URBANAS DE PLANEJAMENTO DE CAMPO GRANDE/MS	249
<i>Eva Faustino da Fonseca de Moura Barbosa</i>	
18. AS UNIDADES DAS REDES DE FRANQUIAS EM FRANCISCO BELTRÃO – PARANÁ E SUA VINCULAÇÃO COM AS TRANSFORMAÇÕES INTRA E INTERURBANAS.....	261
<i>Carlos Cassemiro Casaril e Marlon Clovis Medeiros</i>	
19. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: DISCUTINDO O MARKETING IMOBILIÁRIO ECONÔMICO EM MONTES CLAROS - MG.....	288
<i>Carlos Alexandre de Bortolo e Igor Martins de Oliveira</i>	
20. O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM RECIFE: EVIDÊNCIAS DA NECESSIDADE DE UMA ANÁLISE MULTIDISCIPLINAR.....	302
<i>Aline Marcondes Miglioli</i>	
21. AMAZÔNIA E SUBDESENVOLVIMENTO REGIONAL EM DEBATE.....	315
<i>Delaíde Passos</i>	
22. A VALORAÇÃO DO MEIO AMBIENTE NO BRASIL A PARTIR DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL FEDERAL.....	331
<i>Rafael Oliveira Fonseca</i>	

PREFÁCIO

[...] não vivemos em uma espécie de vazio, no interior do qual se poderiam situar os indivíduos e as coisas. Não vivemos no interior de um vazio que se encheria de cores com diferentes reflexos, vivemos no interior de um conjunto de relações que definem posicionamentos irredutíveis uns aos outros e absolutamente impossíveis de serem sobrepostos.

Michel Foucault¹

A superação da visão isotrópica do espaço tem sido perseguida já há algumas décadas, mas infelizmente, a ideia de espaço palco ainda persiste em muitos exemplos de análises acadêmicas, planejamentos e políticas públicas e privadas. Desde a década de 1970, essa visão é alvo de críticas não somente por teóricos da Geografia, mas também por especialistas de outras áreas como das Ciências Sociais e Economia, interessados na compreensão do espaço como uma construção humana, viva e socialmente alicerçada.

A visão de espaço como simples localização tem contribuído para que seus atributos sejam mascarados; para que as desigualdades, diferenças e injustiças espaciais não sejam reveladas ou sejam simplesmente tratados como fatos naturalizados. Entretanto, Edward Soja² esclarece que toda a organização e o significado que se dá ao espaço são produtos do movimento, das mudanças e das experiências sociais, não fazendo sentido pensá-lo a partir de uma perspectiva de vazio.

A visão isotrópica retira do espaço a noção de construção social, sua vinculação com a categoria tempo e sua capacidade de mudança, seu caráter vivo. Por isso, a importância dessa superação está assentada na complexidade espacial desse mundo que se expõe aos sentidos daqueles que se dispõem a olhá-lo tal como ele se apresenta em nossa experiência de vida, não como o mundo é apresentado pelos discursos construídos com a finalidade de isolar a ação de agentes não hegemônicos na sociedade.

É essa compreensão mais complexa do espaço que deve prevalecer na análise da relação entre Geografia e Economia, proposta nesse livro, tendo em vista que a maior aproximação entre essas duas disciplinas na década de 1950 é apontada por Milton Santos e outros teóricos como um dos fatores que contribuiriam para que o espaço fosse reduzido a sinônimo de localização das atividades produtivas.

A relação entre essas duas áreas pode ser analisada tanto sob a perspectiva teórica, conceitual e metodológica; quanto da perspectiva da interface entre seus objetos: o espaço geográfico e os processos econômicos. A relação Geografia/Economia, portanto, é bem mais profunda do que a relação entre as disciplinas que recebem o mesmo nome, pois tanto a construção do espaço geográfico está submetida à influência de diferentes formas de gestão de recursos, quanto a gestão de recursos é diretamente afetada

1 M. FOUCAULT. Outros Espaços. In: FOUCAULT, M. Ditos e Escritos Vol. III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 411-422.

2 SOJA, E. W. Geografias pós-modernas. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

pelo espaço construído.

Ressalta-se, sobremaneira, que a visão disciplinar, extremista, incapaz de se articular com outras áreas de conhecimento, pode contribuir para que a análise dessa relação permaneça no atraso. Assim, o espaço se manteria sendo classificado como econômico e por outro lado os processos econômicos não ganhariam a magnitude espacial, política e social que lhes é devida. Quando superada a disciplinaridade da análise espaço/economia, ampliam-se as possibilidades e avanços teóricos dessa área de conhecimento.

É nesse contexto que o presente livro se apresenta como revelador de distintas possibilidades, por trazer uma seleção de diferentes abordagens oportunas baseadas na relação entre Geografia e Economia. A proposta enfatizada pelos organizadores na apresentação do livro, se constitui em revelar as relações, nexos e interfaces entre a Geografia e a Economia, disciplinas estas cujo histórico de entrecruzamentos já nos remete a um quadro diverso e ampliado de possibilidades, mas que pode apontar algumas armadilhas teóricas que impedem o avanço da área. Diante das considerações trazidas, cabe indagar de que maneira os estudos atuais se encaixam nesse quadro da Geografia Econômica?

É a partir de uma visão ampla e aberta da questão, considerando ao mesmo tempo as contribuições das duas disciplinas e também diferentes análises sobre a relação de seus objetos de estudo, que o presente livro se apresenta como um importante material de compreensão deste cenário. Conforme afirmado pelos organizadores, um esforço coletivo empreendido com o intuito de mostrar a vastidão desse campo, sem a pretensão de esgotá-lo, ao longo de 22 capítulos.

Trata-se da reflexão de autores essencialmente da Geografia e da Economia. O livro foi constituído tendo como equipe básica alguns pesquisadores pertencentes ou que já se vincularam ao Grupo de Pesquisa “Produção do Espaço e Redefinições Regionais” (GAsPERR) da UNESP, Presidente Prudente. Além desses, foram agregados à equipe outros pesquisadores da área de Geografia Econômica e Economia no Brasil, levando-se em consideração sua relação com estas áreas.

Entre as diferentes abordagens, encontramos propostas de um debate mais epistemológico, sobretudo nos dois primeiros capítulos. O primeiro deles propõe uma reflexão sobre o repensar da Geografia Econômica, em termos de perspectivas futuras, tendo a tríade espaço-tempo-economia como base conceitual e a consciência dos nós do passado que servem de impedimento ao desenvolvimento dessa área do conhecimento. O segundo capítulo, se propõe a refletir sobre a Geografia Econômica como uma metadisciplina, tendo a economia como instância do território.

Há, também, capítulos que apresentam relevantes debates teóricos, com substancial revisão bibliográfica de temáticas tão caras à Geografia Econômica, como o capítulo a respeito da temática do desenvolvimento como fio condutor da relação Geografia-Economia, indicando uma convergência entre as visões dessas duas áreas no debate do tema, considerando o debate atual a respeito da globalização; ou ainda o capítulo que apresenta o debate do conceito de financeirização e sua face empírica - as repercussões econômicas e socioespaciais. Tem-se também como importante debate teórico e conceitual, o capítulo a respeito do papel dos sistemas de inovação no desenvolvimento econômico e sua forma de articulação espacial, seja local ou regional; e também o capítulo a respeito da problemática econômica inserida nas pautas dos movimentos socio-territoriais.

Ademais, o livro apresenta capítulos que contêm diferentes estudos de caso, com perspectivas bem

diversificadas. Na escala global, há dois capítulos: um que faz uma análise das vulnerabilidades externas do Brasil no cenário internacional e outro a respeito das dinâmicas do comércio internacional e os fluxos estabelecidos pelo Brasil no sistema de trocas transnacionais.

Importante mencionar ainda uma série de estudos de caso envolvendo a compreensão da expressão territorial de determinados setores e agentes econômicos: as redes produtivas de calçados no Estado da Bahia; as redes de produção de software no Brasil; as transformações espaciais ocasionadas pela “fé”, por meio da formação de um mercado direcionado; a especialização produtiva do complexo de soja no estado do Mato Grosso do Sul e a questão da reestruturação logística; a territorialização da indústria familiar nipo-brasileira na frente de expansão paulista entre as décadas de 1940 e 2010; a indústria dos derivados de trigo no Ceará; a atuação territorial da empresa de aviação comercial Varig; a análise da espacialização das redes de serviços em Francisco Beltrão no PR e sua interferência nas dinâmicas intra e interurbanas; a análise do marketing como instrumento de especulação imobiliária que interfere na produção do espaço urbano em Montes Claros- MG e; o debate sobre a colonização da Amazônia e a concepção de desenvolvimento como instrumento para o avanço do capitalismo brasileiro.

Outro tipo de análise aplicada se refere à atuação do poder público, como no capítulo que versa sobre as concessões de rodovias na Região Centro-oeste e faz uma análise de modelos adotados; o capítulo que apresenta a análise do perfil socioeconômico da população e análise da ocupação das regiões de planejamento da cidade de Campo Grande; o capítulo que analisa a repercussão territorial do PMCMV no Recife; e o capítulo que trata da compensação ambiental como instrumento de política ambiental de valorização do meio ambiente e dos recursos naturais.

Nesse mar de diferentes opções, aos poucos vai se compondo o cenário atual de debate da Geografia Econômica, composto por diferentes processos que incidem na configuração do mundo atual: a globalização, a financeirização, a reestruturação produtiva e a reestruturação logística. São revelados também diferentes conceitos a serem (re) lidos e (re) integrados a essa análise: espaço, território, região, fluidez, escala, entre outros.

Por fim, cabe esclarecer que a organização da obra foi baseada em ordem temática, partindo da epistemologia da Geografia e Economia, passando por aspectos teóricos e chegando a vários assuntos dentro da linha de interface. Entretanto, embora os capítulos tenham sido ordenados considerando o critério usual do caminho do debate teórico para um debate mais prático, não há prejuízo em se estabelecer um novo ordenamento na leitura dos capítulos. A ordem dos capítulos apresentada no livro não deve ser vista como camisa de força.

O leitor tem a opção de segui-la ou fazer a leitura de acordo com critérios próprios, reagrupando os capítulos para uma leitura diferente. O importante é estar atento às diferentes perspectivas que se revelam quando se propõe analisar as relações interfaces entre Geografia e Economia. O importante é se ter em mente a busca constante pela compreensão dessa relação primeira, para fins de se evoluir epistemologicamente.

Diante desse quadro ampliado e diversificado, desejo a todos uma produtiva leitura!

Suellen Wallace Rodrigues Fernandes

Primavera de 2019.

APRESENTAÇÃO

A proposta original deste livro pode ser sintetizada de forma simples, como é sua essência: debater as relações, nexos e interfaces entre Geografia e Economia e, ao mesmo tempo, trazer ao debate a variada produção bibliográfica da área. Certamente uma ideia que soa elementar em seu ponto de partida, mas que mira propor e desenvolver discussões de extrema importância e complexidade para a sociedade contemporânea, no intuito justamente de abrir o tema a novas reflexões.

Longe da pretensão de querer esgotar os conceitos da Geografia Econômica ou os elos dessas ciências – o que aproximaria o livro mais de um formato enciclopédico do que de uma reflexão crítica – o livro busca trazer, por outro lado, leituras de diferentes autores, com distintas perspectivas, acerca das relações entre espaço e economia. Nesse sentido, a obra reúne autores tanto do campo da Economia – sobretudo, da Economia Política e do Desenvolvimento Econômico – quanto da Geografia Humana e Econômica. Assim, o esforço coletivo deu-se justamente no sentido de buscar mobilizar conceitos e análises teóricas que essas ciências oferecem, com finalidade de articular as conexões, tão necessárias, para pensar a realidade concreta.

Visando ao enriquecimento da reflexão acerca dessa interface, o livro conta com 22 capítulos, escritos por autores de universidade de distintas regiões do país (Sul, Sudeste, Centro Oeste, Norte e Nordeste), e que, a partir de distintos ângulos, buscam contribuir para o debate na Geografia Econômica. O objetivo aqui não é inventariar e apresentar em detalhes todos os capítulos que compõem a obra, visto que o leitor poderá tirar muito mais proveito com a leitura atenta de cada capítulo, mas expressar, de modo geral, as diferentes temáticas e matrizes teóricas mobilizadas.

Nas páginas a seguir, o leitor encontrará diversos assuntos e conteúdos que atravessam a Geografia Econômica, tais como: a Epistemologia do tema; o debate acerca do desenvolvimento e subdesenvolvimento; o conceito da financeirização e sua utilidade nas análises envolvendo a geografia e economia; o tema da ciência, tecnologia e inovação; a crítica à sociedade neoliberal por meio tanto da análise de suas características e contradições, quanto de respostas em forma de movimentos sociais e socioterritoriais; a discussão entre economia, cultura e geografia; análises da especialização produtiva e dos complexos geoeconômicos; estudos de casos sobre concessões rodoviárias e circulação de transporte; discussão sobre aviação; sobre telecomunicações; debates sobre comércio nacional e internacional; política habitacional e questões envolvendo meio ambiente e valoração ambiental.

1. UMA NOVA GEOGRAFIA ECONÔMICA?

Paulo Fernando Jurado da Silva¹

Introdução

A Nova Geografia Econômica não é a *New Geography* ou a Nova Geografia de Milton Santos (1988). Trata-se de uma reflexão sobre a ideia de Geografia Econômica, no tempo presente. Ainda estamos produzindo uma Geografia Econômica, nos moldes dos séculos XIX e XX? Ou conseguimos avançar teoricamente e analiticamente do ponto de vista da superação conceitual da forma de conceber e fazê-la?

Assim, é necessário argumentar para pensar tais questões que o presente texto adota uma postura crítica, apresentando caráter propositivo para a interpretação de uma realidade desafiadora, por meio da construção de uma epistemologia comprometida e engajada.

Para tanto, o texto estrutura-se em três partes. No item I) a tríade espaço-tempo-economia é debatida a relação indissociável, no estudo da chamada Geografia Econômica, no item II) Os nós do passado e do presente!? são discutidos os problemas da construção da chamada Nova Geografia Econômica e, por último: III) O que temos pela frente? que debate as possíveis perspectivas para a compreensão do cenário de construção da Geografia Econômica.

Por fim, é válido salientar que este documento não é um texto com tom academicista, mas é um manifesto, acerca de uma das áreas mais caras ao desenvolvimento disciplinar da Geografia e da Economia, bem como a tentativa de superação positivista do cenário fragmentado da ciência moderna que a enxerga ora em um campo ora em outro, visto se tratar de uma realidade epistemológica, complexa, que deveria ter uma abordagem integradora e totalizante. Nessa concepção, a abordagem textual proposta é simples do ponto de vista da forma, crítica no conteúdo e reflexiva, sem enumerar um leque de citações de forma exaustiva.

A tríade espaço-tempo-economia

Estabelecer um diálogo entre a Geografia e a Economia não é algo recente, sendo que ambas as disciplinas possuem em seu interior a chamada Geografia Econômica. Esta, por sua vez, se divide em vários outros ramos do conhecimento científico, na tentativa de ler, interpretar o uso do território, que não é neutro.

Não se pode, desta maneira, produzir uma compreensão da realidade econômica sem levar em con-

¹ Professor Adjunto dos cursos de Geografia (licenciatura e bacharelado) da Unidade Universitária de Campo Grande da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: pfjurado@uems.br.

ta o estudo da Economia. Desse modo, não se escreve sobre uma Economia que não tenha o espaço como elemento de análise e de intervenção. Tal consideração, obviamente, não deve negligenciar o tempo, visto que há uma relação indissociável entre tais categorias. Espaço, tempo e economia configuram-se como tríade para a discussão da sociedade e para as diferentes formas de apropriação do território. Vários autores já advogaram a respeito, embora nem todos frisassem ideia central desta dimensão que é a indissociabilidade, na articulação da relação teórica e prática.

No espaço, estão inscritas a *técnica pela ação e construção humana* e a *técnica o compõe*, por outro lado. Hoje, por exemplo, observa-se no espaço de forma contraditória a ação da humanidade, na produção desigual da realidade socioespacial, na concepção da combinação entre o arcaico e o moderno. Esta lei geográfica da sociedade é o cerne da teoria trotskysta sobre a teoria espacial, na qual repousam, posteriormente, diversos trabalhos. Nas palavras de Trotsky (1967):

A lei do desenvolvimento combinado está demonstrada como sendo a mais incontestável na história e no caráter da indústria russa. Tardamente nascida, essa indústria não percorreu, desde o início o ciclo dos países adiantados, porém neles se incorporou, adaptando ao seu estado atrasado as conquistas mais modernas. Se a evolução econômica da Rússia, em conjunto, passou por cima de períodos do artesanato corporativo e da manufatura, muitos de seus ramos industriais pularam parcialmente alguma etapa da técnica, que exigiram, no Ocidente, dezenas de anos [...] (TROTSKY, 1967, p. 28).

Nesse caso, Trotsky (1967) ressaltou as transformações ocorridas na indústria russa com a incorporação de novas tecnologias e os saltos no processo produtivo. O Brasil, semelhantemente, por exemplo, incorporou, em curto tempo, a produção industrial e a marca revolucionária de outras inovações de forma desigual e combinada, configurando-se, especialmente, a partir do século XX, como um país urbano e industrial, embora, ainda guarde na sua produção territorial o mundo agrário e as fortes contradições entre as diferentes regiões nos extratos de renda da população.

Não se pode compreender, portanto, o espaço de forma adequada sem visualizar os processos econômicos subjacentes e os diferentes agentes que usam o território, corporativamente ou banalmente. Assim, é preciso ponderar que, durante muito tempo, o espaço foi interpretado de forma abstrata e neutra, o que dificultou o avanço sobre uma teoria de fato socioespacial, em uma epistemologia, comprometida com a ação e a transformação.

Nesses termos, é preciso construir uma Geografia Econômica, fundamentada em novos paradigmas metodológicos e epistêmicos que leve em consideração o movimento da sociedade. Isso, igualmente, precisa ser encarado na dimensão científica, pois não se pode estar preso aos vícios teóricos de uma determinada área ou ao engessamento de verdades apriorísticas e escolas de pensamento, consideradas absolutas/hegemônicas. Assim, é preciso ressaltar que: “a competição entre os segmentos da comunidade científica é o processo histórico que realmente resulta na rejeição de uma teoria ou na adoção de outra” (KUHN, 2006, p. 27).

A academia tem muita dificuldade em conviver com o novo ou o aquilo que é contrário aos padrões dominantes, em termos teóricos. Consequentemente, parte dos intelectuais ou das propostas de projetos científicos e pós-graduações consideradas fora do consenso do *establishment* pensante, patrocinado pelos órgãos de fomento, revistas “qualificadas” são relegadas a segundo plano ou ao descrédito.

A partir disso, enumeram-se *rankings* de classificação do conhecimento e dos intelectuais que

pouco refletem a realidade crítica e a produção qualitativa do conhecimento. Servem mais ao verniz do desmonte do conhecimento, em prol da “numerocracia” do que propriamente ao bem-estar dos povos e à consciência crítica de mundo. Centros hegemônicos tendem a concentrar, cada vez mais, recursos enquanto os que estão na periferia dificilmente subirão, em escalas de avaliação, na perspectiva da causação circular e cumulativa, o que nos faz lembrar da teoria proposta por Myrdal (1965), transposta, agora, ao universo acadêmico.

Ou seja, enquanto determinados centros de investigação tendem a concentrar revistas qualificadas, financiamentos e produção de pesquisa de “impacto”, os que estão na chamada periferia terão dificuldades em participar do circuito, posto que dificilmente conseguirão acessar recursos, possuir infraestrutura adequada e competir no cenário nacional e internacional.

A estrutura produtivista que assola parte das universidades e dos centros de investigação é só a ponta do *iceberg* que solapa a possibilidade de pensar o novo e consolida hierarquias, enrijecidas e pouco comprometidas com a transformação social. Outro detalhe a não ser esquecido é a vigilância por parte do Estado-Jurídico, em algumas nações, que, agora, quer controlar, em muitos casos, inclusive, as formas de pesquisar e ensinar, ferindo a autonomia das universidades e do pensamento crítico-científico.

Assim, compreender, portanto, uma ciência ou uma parte do conjunto desta em articulação com demais disciplinas e a sociedade requer, em primeira instância, um olhar lúcido sobre o mundo em que vivemos, produzimos e relacionamos. Em outras palavras, é ter consciência do universo e do estado de coisas ao qual somos submetidos e termos capacidade para repensar as práticas e o pensar no espaço acadêmico. A alienação é, definitivamente, a primeira veste que se deve retirar para que, livres, possamos ousar, bem como pensar de forma reflexiva, na chamada modernidade líquida, a que se referiu Bauman (2001), em que tudo se dilui, menos a vontade de produzir lucro dos agentes econômicos e da chamada opinião pública que controla os meios de comunicação.

Com isso, é importante frisar que o nascimento de uma nova Geografia Econômica deve acompanhar lucidamente os movimentos interpretativos de uma sociedade pós-moderna, desconstruída por guerras econômicas, armamentistas, políticas e sociais muito rápidas, alimentadas pelas tecnologias da informação que auxiliaram no rompimento de certas hierarquias que até então produziam certo constrangimento espacial, em que a possibilidade de compreensão do real é cada vez mais ofuscada por pseudoverdades, *fake news*, bem como pela ética duvidosa e por uma moral perversa, alinhada aos interesses centrais de poder.

Os nós do passado e do presente

Na tradição dos estudos sobre o espaço econômico, há autores que optam por escrever sobre as escolas do Pensamento Geográfico e Econômico. Neste texto, não há a intenção de comungar com tal expressão. Isso porque a complexidade é inerente à produção do conhecimento. Pode haver até tendências, mas isso não significa afirmar que todos de um país ou de uma determinada região ou centro de investigação partilhem de determinada construção, dada por uma “escola do pensamento”.

Inicialmente, o que predominava antes do nascimento da ciência moderna eram descrições da paisagem e do espaço, pouco sistemáticas, como as que a podemos observar atualmente. Poderíamos, por-

tanto, escrever sobre o conhecimento, mas não sobre um conhecimento científico, propriamente dito.

Na Grécia Antiga, por exemplo, Estrabão e Eratóstenes descreveram variáveis relacionadas ao espaço, por exemplo, como um registro da terra, mas com características diferentes daquelas de hoje, em termos da Ciência e do conhecimento racional formal. A natureza não era vista enquanto um recurso econômico, mas sim, muitas vezes, de forma contemplativa.

O sentido da diferença entre homem e natureza na concepção do espaço só foi ganhar maior sentido na tradição cristã do período medieval. O renascimento, o iluminismo e o positivismo acabaram por reforçar, em diferentes momentos, a separação entre homem e meio. Ciências foram criadas para entender, separadamente, tais temáticas e a Geografia no seu aspecto dual, tem em sua estrutura o humano e o físico, quase sempre vistos de forma desintegrada ou por enfoques específicos.

Nesse contexto, a natureza passa a ser vista enquanto um recurso econômico. Tal recurso, por sua vez, pode ser apropriado por diferentes agentes que o transforma e dão sentido de uso, no dia a dia pela ação da acumulação da mais valia, na reprodução do capital.

O positivismo lógico formal deu base ao nascimento de diversas ciências, porém, as fragmentou em campos não, raramente, convergentes, o que inviabilizou uma leitura da totalidade da sociedade, do espaço e da economia de forma devida, bem como totalizante. Quando parte das ciências humanas nasce na visão moderna acadêmica tende a se aproximar dos processos racionais das ciências exatas. Tanto é assim que a Sociologia, disciplina esta dedicada ao estudo da sociedade, entra em cena como Física Social, a exemplo do que propunha Augusto Comte (1990) para entender os fenômenos sociais.

Ou seja, as disciplinas não podem ser coisas, tão somente, da parte fragmentada de um todo sem conexão, sendo que “cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a totalidade que explica as partes” (SANTOS, 2006, p. 115).

Ou seja, as ciências em sentido disciplinar, são partes que procuram explicar o todo, mas o todo apesar de se manifestar nelas, não pode ser entendido como a soma das partes e as partes tão pouco representam a consciência universal do mundo. Assim, a economia pode ser entendida como uma disciplina de caráter social, embora nem sempre aplicada, perdendo, em muitos casos, seu caráter temporal e analítico para servir como um princípio, meramente, estatístico e matemático. Como disciplina é uma parte da totalidade fragmentada, caso vista dessa maneira reduzida, linear e abstrata.

A produção de mercadorias, o dinheiro, o consumo e a distribuição interessam à economia, mas, não se pode esquecer do chão, do território usado, do tempo, das contradições sociais que não são expressas por meio de equações matemáticas. Tal contexto vem alimentar as fraturas no campo analítico da Economia, dividida entre Economia Política e Economia Neoclássica, e em uma microeconomia e a macroeconomia.

Nessa concepção, a microeconomia refletiria sobre os preços e os recursos escassos, enquanto a macroeconomia teria uma dimensão mais ampla, envolvendo questões como inflação, desemprego e outras variáveis mais abrangentes. Tais variáveis são abstrações se levarmos em conta apenas os modelos explicativos para tal realidade.

Consequentemente, é preciso frisar que nesse contexto emerge um espaço descritivo e pouco

relacionado com o tempo e a economia, sendo apenas um palco. Assim, fragmentado pouco articulado, serviu aos interesses do Estado, enquanto simples inventário sobre a realidade material da época. Mas, foi o planejamento que o resgatou da descrição para ganhar sentido prático de aplicação.

A Teoria das Localidades Centrais, de Christaller (1966), representava justamente o ideal de uma ciência espacial em que a economia e o tempo, pouco se relacionavam. Os dados e a geometria dos fluxos em um alcance espacial mínimo e máximo ditavam as matrizes teóricas que consubstanciaram o estudo das redes, em sentido seminal, influenciando a produção da chamada Geografia Teorética, sobretudo, no século XX, baseada no neopositivismo lógico e com a adoção do método hipotético-dedutivo.

Entretanto, é a chamada Ciência Regional, emergente, que coloca nitidamente na agenda de discussão o espaço e a necessidade de pensá-lo a partir do planejamento. Trabalhos como de Von Thünen (1966) e Lösch (1952) fazem parte desse arranjo de interfaces que vigiam neste período, no caminhar da compreensão espacial-econômica, menos temporal, em que pudesse vislumbrar, no movimento da sociedade, condicionantes para a compreensão da produção territorial desigual das relações socioespaciais.

No Brasil, os nós da mudança, em termos teóricos, foram colocados a partir da década de 1970, com o movimento de renovação da Geografia e, sobretudo, com o pensamento de Milton Santos que, além de colocar a Geografia em um novo patamar no país, inaugurou uma teoria social sobre o espaço, mais claramente detalhada no livro “A natureza do espaço”.

Consequentemente, o espaço que antes era palco passou a ser visto como produto das relações de classe. Muitos teóricos apaixonados pelo movimento acabaram, novamente, por se ofuscarem com a teoria e se esqueceram de entender a dialética de forma geográfica, neutralizando os efeitos da chamada teoria social, em razão de apelos ideológicos, pouco comprometidos com a transformação social, rasos, muitas vezes, e que são instrumentais somente a partir do discurso e não da práxis, propriamente dita.

Além destas questões cabe ressaltar que a Geografia Econômica tem passado, igualmente, por transformações na sua construção teórica, aproximando-se, em alguns momentos, da chamada corrente culturalista e incorporando em sua abordagem a interpretação do espaço econômico a partir da leitura de movimentos sociais, ativismos, religiosidades, lutas pelo direito à cidadania, entre outros, na abordagem econômica.

O cenário é, portanto, aberto às influências variadas da sociedade. Nesse momento, em termos científicos, a fenomenologia tem ganhado eco gradativamente, bem como outras tendências e correntes teórico-metodológicas, a exemplo do existencialismo e suas variantes, o estruturalismo, o pós-estruturalismo, entre outros, que advogam serem contrárias a um método propriamente dito.

Ademais, é claro que novas tendências dentro do campo da chamada Geografia Econômica ou área de interface entre a Geografia e a Economia, tem ganhado espaço mesmo que forma tímida. Com isso, o processo epistemológico de construção da realidade teórica tem ganhado a possibilidade de cruzar e inter-cambiar com novas áreas, a partir de um olhar diferente das tipologias do passado.

O que temos pela frente?

A Geografia Econômica não pode ser meramente a fusão simplista entre o estudo do espaço e a

perspectiva econômica. Em outros termos, a racionalidade operada no plano da vida social, na concepção de um espaço banal (PERROUX, 1961), não deixa dúvidas que em seu movimento dinâmico pode evidentemente demonstrar transformações sociais e a possibilidade da mudança, em sentido revolucionário.

Conceitos e categorias peculiares a campos disciplinares podem revelar a tentativa de explicação do mundo, mas são ideias tão somente, se não articulados de forma correta e em uma visão mais ampla de uma epistemologia da realidade palpável e não abstrata, no estudo dos fenômenos e das contradições sociais, imanentes ao processo de desenvolvimento econômico e acumulação da mais-valia.

Por conseguinte, os objetos da ciência são a tentativa de dividir o mundo em realidades explicativas a partir de pontos de vistas conceituais, abstratos, mas também materiais. Isso requer, por outro lado, ter noção da globalidade e das particularidades das questões e fenômenos a serem estudados, pois o espaço empírico representado na técnica de um determinado lugar significa, em primeira instância, determinada divisão territorial do trabalho e a forma como a densidade econômica se materializa em realidades singulares e as conexões universais do movimento de circulação das mercadorias.

Nesse contexto, os eventos se sucedem no espaço pela ação humana, mas também da ação da natureza, agora transformada, sendo a cidade *locus* da vida e uma das alterações mais drásticas, em termos de uma produção artificial no espaço, como negação do campo, no sentido mais claro do termo, embora, hoje, tal conceito seja visto de forma articulada e os modos de vida, estejam imbricados na formação socioespacial.

A formação socioespacial, por sua vez, carrega consigo diversas divisões sociais e territoriais do trabalho. Embora atenda a uma lógica, datada temporalmente, é o elo entre o passado e o futuro no presente territorial, na disputa entre os diversos agentes que o compõem, no rendilhado de conexões, em rede sociais e econômicas variadas.

Nesse contexto, é necessário sublinhar que a economia não pode ser, dessa maneira, entendida como instância neutra do território, posta em um campo disciplinar específico. Necessita ser vista como uma visão de mundo sobre uma geografia do movimento ontológico dos homens que ao se relacionarem circulam, produzem, consomem, vendem, reproduzem-se, apropriando-se de realidades materiais e transformando o território e a sociedade.

Tal realidade, por sua vez, muda e condiciona a sociedade e o chão em que constroem seu sentido existencial, representada em um campo que envolve múltiplas formas de significação das coisas e não a coisificação do mundo (expressas somente em valores de produtos, bens e mercadorias como a visão estreita disciplinar procura ilustrar), pois este é apenas a aparência do mundo corporativo, não banal, sendo racionalizado por lógicas operativas do capital fictício e real que se retroalimentam na exploração do trabalho humano e na precificação das coisas.

A possibilidade de ler o mundo virtualmente é, portanto, outro desafio, posto que, hoje em dia, cada vez mais as pessoas se comunicam por meio da interface com o universo eletrônico. Todos os segmentos da sociedade foram levados para o ciberespaço, aumentando os desafios aos estudiosos sobre o tema. As pessoas mantêm transações em bancos digitais, compram moedas eletrônicas, estudam à distância, adquirem bens e serviços online, dinamizando tais relações e o universo de compreensão da temática, que se constitui em nova fronteira para o olhar da Geografia Econômica.

Com isso, cumpre salientar que o presente texto não tem por objetivo formular uma resposta à pergunta elencada, no título deste capítulo, mas de levantar questionamento lúcidos sobre a realidade, no bojo da construção da ciência e no pensamento da Geografia Econômica. Ou enfrentamos a realidade analítica e teórica de forma a levar em conta as contradições da sociedade, ou vamos ser levados a produzir uma Geografia Econômica do passado, neutra e desprovida de argumentos capazes de produzir uma interpretação, minimamente, inovadora, mais próxima à realidade que é desigual e complexa, acompanhando as revoluções culturais e os desafios que se somam na abordagem da tríade espaço-tempo-economia. À Geografia, à Economia e à Ciência, nosso manifesto.

Referências

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. 1. ed. Englewood Cliffs: Prentice-Hall Inc., 1966.

COMTE, A. **Discurso sobre o espírito positivo**. São Paulo: M. Fontes, 1990.

KHUN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LÖSCH, A. **The Economics of Location**. New Haven, Londres: Yale University Press, 1952.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Editora: Saga: Rio de Janeiro, 1965.

PERROUX, F. **L' économie du XX siècle**. Press Universitaires de France: Paris, 1961.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2006.

SANTOS, M. **Por Uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1988.

TROTSKY, L. **A história da Revolução Russa**. Tradução de E. Huggins. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1967. v. 1.

VON THÜNEN, J. H. **Isolated State: an English Edition of "Der Isolierte Staat"** Pergnon Press. Londres, 1966

2. PONTES E CAMINHOS ENTRE GEOGRAFIA E ECONOMIA: DA DISCIPLINA À METADISCIPLINA

Villy Creuz¹

Introdução

Toda disciplina é uma construção epistemológica. Mas não existem disciplinas isoladas, já que a construção de cada uma delas se dá a partir de materiais comuns do mundo. Tomamos a reflexão de Ludwig Wittgenstein (2010, p. 245): “A vida e o mundo são um só”. Nesse sentido, o enfoque singular e a produção de ideias particulares serão o que resultará em princípios analíticos próprios a cada província do saber.

Dito isso, esse capítulo possui quatro partes. A primeira parte trata das disciplinas e da produção de métodos de análise da realidade. A segunda está relacionada à Geografia e o diálogo entre seu método e outras disciplinas. A terceira parte propõe entender, desde a geografia, a economia enquanto uma instância do espaço geográfico. E, finalmente, a quarta parte reconhece o espaço banal como uma categoria analítica que considera a totalidade dos atores em movimento, no qual geografia e economia poderiam se fundir em princípios explicativos comuns e interdependentes.

Do método às disciplinas: a busca pelo entendimento da realidade

Em sua clássica obra, *A dialética do concreto*, Karel Kosik sustentava que toda a teoria do conhecimento está apoiada em uma teoria da realidade, já que a “realidade é a unidade do fenômeno e da essência” (KOSIK, 1976, p. 12). Mas, como cindir a realidade em domínios do saber a partir de contextos em que reina a especialização e a tendência ao debate autônomo de especialistas? Esse é o fundo da indagação que propomos considerar a partir da relação entre economia e geografia.

Para tanto, é preciso destacar que a relação entre dois sistemas de ideias é continuamente estabelecida através, de um lado, da revisão da pertinência de seus domínios do saber por meio de suas categorias de análise. De sorte que é instaurada a necessidade em discutir não a disciplina em si, mas seu objeto. Este é o permanente problema epistemológico², o qual se refere ao fato de que “o conhecimento consiste numa apreensão de um objecto” (HESSEN, 1968, p. 31).

1 Mestre em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) e doutorando em geografia na Universidad de Buenos Aires (UBA). E-mail: villy.creuz@gmail.com.

2 “Disciplina que tem a ciência como objeto. [...]. Desde há algumas dezenas de anos, a reflexão epistemológica incidiu particularmente sobre as possíveis relações entre o processo científico e seu meio sociopolítico (financiamento das investigações, eventuais ligações com o poder)” (DUROI; ROUSSEL, 2000, pp. 131-132).

De outro lado, as disciplinas e as discussões de seus objetos não são alheias ao mundo e seus fenômenos³. A partir dessa natureza dos eventos e da busca de compreensão destes, encontramos-nos frente à ontologia⁴. De modo que “o objeto aparece perante a consciência cognoscente como algo que é – quer se trate de um ser ideal ou de um ser real” (HESSEN, 1968, p. 32).

William James, em seu *Princípios de psicologia*, ao ponderar sobre a existência de um mundo de sentidos ou de coisas físicas, afirma que há diversas ordens de realidade, as quais ele denomina “subuniversos”. E, nesse mesmo sentido, existiria a produção de um “sentido de realidade” (JAMES, s/d, p. 290) a partir desses materiais comuns aos atores sociais.

Para Alfred Schutz (2008, p. 213), ao tratar sobre “províncias limitadas de significado”:

Este mundo é para nossa atividade natural, em primeiro lugar, não um objeto de nosso pensamento, mas um campo de dominação. Temos nele um interesse eminentemente prático, causado pela necessidade de satisfazer os requerimentos básicos de nossa vida. Mas não estamos igualmente interessados em todos os estratos do mundo do executar. A função seletiva de nosso interesse organiza o mundo em ambos aspectos – o espacial e o temporal – em estratos de significância variável.

Do emaranhado de eventos⁵ aos quais estamos envolvidos, selecionamos aqueles que ontologicamente nos constituem e, a partir destes, partimos da racionalização concatenada à suposição de coisas que buscamos apreender.

É nesse sentido que o indivíduo, por meio do seu marco existencial, ordena o pensamento sobre seu entorno. Isto configura um exercício de pensar o pensamento, obrigando-nos a construir um renovado sistema de ideias sobre a estrutura epistêmica herdada de nossos predecessores, cujos alicerces constituem as bases de nossa própria edificação. “A história inteira de uma disciplina é utilizada na tentativa de aperfeiçoar seu estágio mais recente e mais ‘avançado’” (FEYERABEND, 2003, p. 64).

Nesse contexto, cada novo evento tende a integrar um elemento significativo que obriga não apenas as disciplinas, mas também os seus autores, a revisitar pressupostos teóricos que os sustentam. Uma necessária revisão que deve ser elaborada à luz de matizes de um renovado sistema mundo, como chamava Olivier Dollfus (1994).

As ideias para terem eficácia, têm de ser produzidas como sistemas a partir de um sistema de realidades. A realidade é una. A realidade não é dada apenas pela economia, pela antropologia, pela sociologia, pela geografia. Por conseguinte, a ênfase dada ao enfoque econômico, isto é, o economicismo, acaba por impor uma redução da realidade em vez de trazer a solução para seu conhecimento (SANTOS, 2006, p. 22).

3 Se uma disciplina se apartasse das preocupações sobre este domínio do real, poderia sucumbir frente ao logicismo. Esse é, ao nosso ver, o maior risco da tendência extremada de especialização daquelas disciplinas cujo mergulho à obtusa racionalização levaria ao distanciamento do acesso aos eventos, seja de seu entorno imediato ou longínquo.

4 “Em filosofia clássica, a ontologia (o termo data do século XVII) é a ciência do ser em geral, isto é, do ‘ser pelo qual ele é ser’ (Aristóteles): equivalente da metafísica ou ‘filosofia primeira’ [...]. Na filosofia contemporânea, a palavra designa o estudo ou as concepções da existência em geral, tais como se encontram especialmente nas diferentes versões do existencialismo” (DUROZOI; ROUSSEL, 2000, p. 283).

5 O evento é a cristalização da ordem temporal de existências. Das possibilidades do mundo, mediado pelos objetos, pelas coisas e pelos homens, os eventos se materializam na epiderme do planeta. São concretizações de realizações possíveis que, uma vez realizadas, tornam-se inércias para novos eventos. Realizações consolidadas: verbo, linguagem, ação, materializações de todo arcabouço de possibilidades fixadas num lugar.

A estes domínios de entendimento sobre a realidade, que é una, há lentes e miopias, interesses e intencionalidades. A realidade é una, porém a produção de discursos sobre seus conteúdos é diversa. Cada discurso é amparado por uma cosmovisão e por projetos que lhe dão sentido.

É, nessa direção, que se dá a produção de um sistema de realidades, mencionado por Milton Santos (2006), produtores de sistemas de ideias em permanente interação recíproca. Com efeito, a ordem de causalidade estabelecida nos eventos ocorre através de métodos que simultaneamente se nutrem e dão lucidez a novos horizontes de existência. Desse modo, “as categorias de análise, formando um sistema, devem esposar o conteúdo existencial, isto é, devem refletir a própria ontologia do espaço, a partir de estruturas internas a ele” (SANTOS, 1996, p. 19).

Assim, parece uma grande falácia sustentar discursos legitimados em lógicas tecnicistas, a partir de disciplinas com inclinações dominantes, ignorando os signos e os sentidos de existência da totalidade dos atores sociais envolvidos⁶. “O surgimento de uma mentalidade que não se preocupa em definir um padrão estável norteador das iniciativas humanas, mas que valoriza a mudança em si mesma é relativamente recente” (JARDIM, 2007, p. 33).

A economia, enquanto disciplina, tende a cair em um risco epistemológico ao se fechar sobre suas lógicas particulares, pois, como alerta Maurizio Lazzarato (2013, p. 57), “produção econômica e produção de subjetividade, trabalho e ética são indissociáveis”. Logo, não existe uma realidade própria ao mercado: o que existe são totalidades socialmente estabelecidas a partir de variáveis previamente fixadas ou criadas no território.

Nesse sentido, voltamos a Jean-Paul Sartre (2011, p. 74), ao afirmar que “a realidade do mercado, por mais inexoráveis que sejam suas leis, e até sua aparência concreta, descansa sobre a realidade dos indivíduos alienados e sobre sua separação”. A realidade do mercado não está pautada na economia em si, afinal “não existe economia pura” (VILAR, 1993, p. 62).

O mercado não é a economia em si, mas é um conjunto de atores associados numa relação de dependência recíproca. Aqui reside uma possível entrada à análise geográfica.

A geografia é um método de análise do uso do território. Seu objeto é claramente o espaço geográfico. Este é, aqui, entendido enquanto conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações (SANTOS, 1996). A economia é um método qualitativo e quantitativo de analisar a produção, distribuição e os mecanismos de geração de riquezas.

Mormente, algumas áreas dentro da economia-disciplina tendem a ganhar um grau extremo de racionalização operando tecnologias e equalizando processos monetários que estão vinculados aos comandos de forças produtivas, especialmente, áreas ligadas à troca de informação e dinheiro-mercadoria em estado puro.

Essa aparente dicotomia entre a racionalização de análises e a subjetivação de processos sociais colocados em marcha pelos indivíduos que dão movimento aos recursos em circulação poderia conduzir ao rompimento de uma estrutura unitária da economia-disciplina.

Tal racionalização do mundo conhecido, tendencialmente mais veemente no ofício dos economis-

⁶ O filósofo André Comte-Sponville (2010, p. 27), ao fazer referência às idéias de Pascal, escreve que “o pensamento deve se submeter ao mais verdadeiro, ou ao mais verossímil, e não ao mais vantajoso”.

tas e aos atores ligados às corporações, é tratada por Max Horkheimer (1976, p. 12) ao asseverar que:

A ideia de que um objetivo possa ser racional por si mesmo (...) sem referência a qualquer espécie de lucro ou vantagem para o sujeito, é inteiramente alheia à razão subjetiva, mesmo quando esta se ergue acima da consideração de valores utilitários imediatos e se dedica a reflexões sobre a ordem social como um todo.

De modo que a racionalização, operada através de diversas frentes e relacionada ao estado da técnica, não prescinde de objetivos a cumprir. Para Max Weber (1994, p. 39), “a economia orienta-se, em primeiro lugar, pelo fim aplicado; a técnica, pelo problema dos meios a serem aplicados (dado o fim)”. Nesse sentido, a técnica tende a ganhar maior impulso a partir de processos econômicos, o que, por sua vez, aumentaria o grau de racionalização da própria economia⁷.

Os métodos de entendimento do mundo não estão inertes à subjetivação da análise e suas intencionalidades. Todo pensar sobre algo busca aderir seu objeto ao estudo da produção de uma ação. A racionalidade, conduzida por princípios e orientações estritamente econômicas, tende a obliterar os modos de acesso, igualmente racionais, sobre o conjunto da sociedade e dos usos do território realizados através do cotidiano.

Essa quinta dimensão do espaço banal é um híbrido por excelência porque produzido pelas forças verticais e pelas existências horizontais. No que o cotidiano tem de vertical, como a chegada de um crédito e de um consumo cientificamente produzidos e sua condição de lócus da produção de um acontecer hierárquico, revela a racionalização do espaço banal. Aqui as palavras de Simmel (2001), quando afirma que o dinheiro torna o mundo moderno um enorme problema aritmético, ganham novo significado. E, ainda mais, nos dias de hoje o mundo parecer ter se tornado um enorme problema algorítmico, cuja solução cria novas quantidades e qualidades financeiras para a vida cotidiana (SILVEIRA, 2017, p. 373).

A racionalidade não é um problema em si mesmo. A problemática reside na qualidade dos projetos no que se refere às intencionalidades depositadas nesse esforço e de sua capacidade de transformação do espaço geográfico.

A geografia como método

A geografia enquanto teoria social e disciplina histórica foi sendo elaborada através da sucessão de pesquisas que permitiram a consolidação de métodos distintos. Não existe, portanto, uma teoria fundada em uma lógica alheia à realidade. Tampouco persiste a aproximação de práticas individuais que analisem o mundo através de inspirações isoladas que ignoram a história das ideias, aquilo ao qual Louis Althusser (1976) chamaria de uma filosofia espontânea dos cientistas⁸.

⁷ “Em todos os tempos e especialmente hoje, o fator principal para o desenvolvimento técnico é o condicionamento econômico; sem o cálculo racional como base da economia, isto é, sem as condições histórico-econômicas de natureza extremamente concreta, não teria nascido a técnica racional (WEBER, 1994, pp. 29-30).

⁸ De acordo com Antonio Carlos Robert de Moraes (2008, p. 3), “A experiência do domínio político planetário atuou como alimento básico na afirmação da identidade europeia. A própria sistematização da geografia moderna enquanto ciência emerge como uma expressão dessa relação, que articula a narrativa colonial e a tese da superioridade ocidental. A visão do conjunto do mundo foi um elemento essencial da construção da ideia de humanidade e de comunidade humana que está na base de um humanismo universalista laico. Assim, o pensamento iluminista paga seu tributo à barbárie da colonização relacionando - mesmo que por laços pouco evidentes e por meio de muitas mediações - as teorias democráticas do contrato social na Europa com a prática do escravismo moderno no mundo colonial. A história da geografia aparece nesse enquadramento como um bom campo para operar o deslindamento dessa trama complexa, estabelecendo nexos entre alteridades e totalizações”.

De modo que, em nossa perspectiva da geografia, o território não é considerado em si mesmo, nem como conjunto de agregados, nem como ações superpostas em uma ordem linear temporal, mas são tempos simultâneos realizados concomitantemente, com temporalidades diversas e ordens de causalidades recíprocas. A geógrafa Doreen Massey (2009, pp. 97-98) pondera que se “o tempo se revela como mudança, então o espaço se revela como interação”.

Inspirando-nos na reflexão de Massey, substituiríamos o termo ‘tempo’ por ‘evento’ e ‘espaço’ por ‘espaço geográfico’. Nesse sentido, entenderíamos que o espaço geográfico é uma acumulação de tempos (eventos) desiguais, que dão forma e traços às diferentes situações. Quando aqui, empregamos o termo tempo, entender-se-ia mais claramente o uso do termo temporalidade.

Nesse sistema de ideias, o tempo é entendido como espaço, pois “toda vez que evocamos o tempo, é o espaço que responde. (...) tudo se passa na ordem do tempo” (JARDIM, 2007, pp. 110-111) e não há mais distinção entre tempo e espaço. São uma só e única coisa. Os usos do território são usos do tempo materializados por meio da realização dos eventos. “São os eventos que criam o tempo, como portadores da ação presente”; eles são, simultaneamente, “a matriz do tempo e do espaço” (SANTOS, 1996, p. 115). No limite do raciocínio, tempo e espaço são pares biunívocos.

Não há evento senão numa situação que apresente ao menos um sítio. O evento está preso, em sua própria definição, ao lugar, ao ponto, que concentra a historicidade da situação. Todo evento tem um sítio singularizável numa situação histórica. [...] É apenas porque o sítio existe na situação que há evento. Para que haja evento, porém, é necessária a determinação local do sítio, portanto uma situação em que é apresentado pelo menos um múltiplo na borda do vazio. A confusão entre a existência do sítio [...] e a necessidade do evento é a cruz dos pensamentos deterministas, ou globalizantes. O sítio nunca é mais do que uma condição de ser do evento (BADIOU, 1996, pp. 147-148).

Por isso, no processo de totalização⁹ que indaga Sartre (1966), o território está sendo usado, fazendo o uso do participípio obrigatório. “É aí que o gerúndio é de rigor: território sendo usado. Nesse sistema de ações, o futuro se instala e o território se torna, ainda mais, um híbrido” (SILVEIRA, 2008, p. 5). O futuro nada mais é do que um projeto em construção no presente, condicionado pelos fatores de alocação de recursos e pelos graus diferenciados de poder entre os atores sociais envolvidos, ao mesmo tempo, em suas subjetividades primeiras.

Nessa dinâmica do uso do território, a discussão sobre os eventos que atravessa a economia e as diversas áreas das ciências sociais, entre elas a geografia, não aconteceria sem que cada uma destas disciplinas possuísse seu próprio escopo teórico, com conceitos e categorias necessários ao profícuo intercâmbio interdisciplinar. Embora o debate não seja limitado à interdisciplinaridade, é necessário escalar um grau mais alto e alcançar a metadisciplina (SANTOS, 1999).

A metadisciplina é o modo mais holístico de análise territorial, fundada sobre realidades construídas através dos processos históricos. Nesse sentido, a metadisciplina foge à tendência à especialização setorial, já que sua realização se dá por meio de uma base material comum aos fenômenos.

É daí que uma geografia preocupada pelas existências se converte em uma geografia preocupada também pelos fenômenos. “A fenomenologia é o modo-de-acesso ao que deve se tornar tema da ontologia

⁹ “Para nós a verdade torna-se, ela é e será devinda. É uma totalização que se totaliza sem cessar; os fatos particulares nada significam, não são nem verdadeiros nem falsos enquanto não forem referidos pela mediação de diferentes totalidades parciais à totalização em curso” (SARTRE, 1966, p. 30).

por determinação demonstrativa. *A ontologia só é possível como fenomenologia*” (HEIDEGGER, 2012, p. 122).

Essa estrutura fenomenológica do pensamento une a ontologia dos atores sociais, isto é, suas existências, à razão analítica que questiona o transcorrer dos eventos nos lugares.

Esse material de método que perpassa as disciplinas também as tornam aptas a estabelecerem canais de comunicação com áreas afins a partir dos seus objetos de análise, afirmando seus objetos e fixando pontes de diálogo por meio do debate e da discussão.

A metadisciplina acaba por ser uma forma de oferecer uma nova significação às categorias dentro da singularidade de cada disciplina e, portanto, ao entendimento do mundo. Esta envolve, desse modo, a construção do objeto de uma disciplina, fazendo deste momento, simultaneamente, a concepção da metadisciplina: ordenando o sistema de ideias e estabelecendo um diálogo com outras províncias do saber. Nesse sentido, são operações paralelas em constante revisão.

A metadisciplina é uma síntese do entendimento do mundo e, nesse sentido, uma compreensão da ontologia do território com a qual são fundados os alicerces do debate em comum. É a comunicação entre atores, este *pôr em comum* de que nos fala Edgar Morin (1996, p. 33), a partir de um pensamento complexo:

O conhecimento, sob o controle do cérebro, separa e reduz. Reduziremos o homem ao animal, o vivo físico-químico. Ora, o problema não é reduzir nem separar, mas diferenciar e juntar. O problema-chave é o de um pensamento que una, por isso a palavra complexidade, a meu ver, é tão importante, já que *complexus* significa ‘o que é tecido junto’, o que dá uma feição à tapeçaria. O pensamento complexo é o pensamento que se esforça para unir, não na confusão, mas operando diferenciações (MORIN, 1996, p. 33).

A produção de uma metadisciplina, proposta por M. Santos, é o exercício do pensamento complexo de que nos fala E. Morin, unindo disciplinas e cosmovisões não em meio às confusões, mas operacionalizando disciplinas em contato direto. A partir da metadisciplina, a geografia e a economia podem produzir análises teóricas e empíricas precípuas.

Qual o método que nós devemos? A análise da história como um período, feito de técnica e política, a ser olhado com uma epistemologia própria, autônoma mas integrada no pensar histórico, ou a interdisciplina per se que, sem uma autêntica metadisciplina, nos convida a abandonar as epistemologias particulares? Neste caso, quem definiria o equilíbrio? (SILVEIRA, 2006, pp. 97-98)

A geografia, como disciplina autônoma e com um sistema de categorias e conceitos complexo, aborda a natureza do próprio espaço, permitindo compreender o espaço geográfico em cada momento histórico. Mas o território é usado por agentes sociais com diferentes graus de organização, força e influência. Como diferenciá-los e entender seus movimentos? A base do fundamento da preocupação econômica e sociológica contribui com a ideia-força de divisão social do trabalho.

A divisão do trabalho é uma das categorias fundamentais da economia política e é, também, uma das chaves para a explicação da distribuição, sobre a terra, dos homens e das atividades. A história do mundo e de cada nação é, como já lembramos, a história da sucessão das formas de produção e da distribuição social e territorial das tarefas (SANTOS, 1994, p. 125).

A divisão do trabalho não é um conceito singular, mas plural¹⁰. Isto significa que o conceito não

¹⁰ “Há clarezas e obscuridades relativas e específicas de cada gênero, no plural, pois os conceitos são aplicados tecnicamente e não correspondem à expressão unívoca e imediata de uma ideia clara e distinta, como no cartesianismo, mas à dramatização de várias espécies de ideias, mais ou menos claras, compostas segundo as clarezas e os hermetismos específicos” (HANSEN, 2008, p. 210).

está restrito à economia e ao mercado, mas à diversidade de atores sociais em contínuo movimento. Desse modo, poder-se-ia tomar a economia como uma instância do território: parte integrante e, portanto, fundamental. Contudo, frisamos: uma instância dentro do largo processo de totalização do espaço geográfico.

A economia como instância

A economia, enquanto disciplina social, com suas próprias metodologias, não deixa também de ser uma disciplina histórica, na qual entre muitos economistas vigora a necessidade de um retorno ao velho termo de economia política. Mas, se a economia em termos gerais, fundada sobre os princípios de seus mestres como Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill, refere-se à produção e a distribuição de riquezas, bens, produtos e serviços e seus respectivos consumos, quicá deveríamos retomar o nome economia política.

O termo economia política também está ligado aos usos sociais. De modo que a interface com as disciplinas vinculadas à sociedade é princípio e não mérito. Em geral, poder-se-ia assumir que, hoje, a economia-disciplina problematiza três questões, a saber: i) o quê (mercadoria-dinheiro) e quanto produzir?; ii) como produzir (processos)?; e, iii) a quem se produz (consumo e distribuição)?

A sucessão dos eventos nos lugares demonstrou que a economia-coisa esteve vinculada à vida social e seus processos de produção e acumulação de riquezas. Cada período fabricou as coerências internas de cada formação social ao estabelecer a distribuição de poder e influência entre seus membros.

Nesse sentido, o pensamento abrangente de Immanuel Wallerstein (1985, p. 25) nos permite observar a história dos modos de produção, associados à economia-coisa, com maior perspectiva ao afirmar que:

Estamos certamente habituados a esses exemplos mais espetaculares: as companhias de concessão dos séculos 16 a 18, as grandes casas comerciais do século 19, as corporações transnacionais do século 20. São estruturas globais que tentam abranger o máximo possível de elos de uma cadeia particular de mercadorias. (...). Parece razoável argumentar que a integração vertical foi a norma estatística do capitalismo histórico, quando comparada com aquelas "relações de mercado" nas cadeias de mercadorias em que o vendedor e o comprador são realmente distintos e antagônicos.

Nesse largo e extenso movimento que concerne aos fatores de produção, da busca e da produção de mercados, a economia-disciplina foi se consolidando como pilar da edificação do mundo construído. O termo empresa foi sendo resignificado, deixando para trás o sentido de atividade com propósito para ser substituído, no senso comum, para o sentido de propriedade com fim monetário.

A economia, como qualquer outra disciplina, a partir dos seus pressupostos de método, possui correntes e divisões. Da chamada corrente neoclássica, a economia seria examinada fundamentalmente em dois níveis: microeconomia e macroeconomia. A microeconomia é o ramo da economia preocupado com a formação de preços, constituindo-se como a principal variável a orientar a alocação de recursos nos contextos das economias capitalistas, discutindo a organização dos mercados em seu sentido mais pragmático. Por isso, a análise microeconômica tende a ser pontual, a partir de mercados específicos, examinando o comportamento e a interação dos agentes (consumidores e produtores).

A macroeconomia é a parte da economia-disciplina focada sobre o comportamento da economia-coisa numa perspectiva mais ampla, tendo como princípios ordenadores as mercadorias, o emprego, a inflação e o comércio internacional. É a área que, geralmente, embasa a atuação dos Estados nacionais em

suas três funções: Alocativa, Distributiva e Estabilizadora.

Um dos economistas, clássico da disciplina, Joseph Alois Schumpeter (1997, p. 23), advertia nas primeiras linhas de sua obra *Teoria do desenvolvimento econômico*, que

O processo social, na realidade, é um todo indivisível. De seu grande curso, a mão classificadora do investigador extrai artificialmente os fatos econômicos. A designação de um fato como econômico já envolve uma abstração, a primeira entre muitas que nos são impostas pelas condições técnicas da cópia mental da realidade. Um fato nunca é puro ou exclusivamente econômico; sempre existem outros aspectos em geral mais importantes.

De sorte que a pergunta permanece em alusão ao subtítulo: por que a economia poder-se-ia ser vista como instância? Porque ela é um modo possível de leitura sobre materiais comuns da realidade que o território, por meio de seus usos, produz. Embora não reúna a totalidade dos eventos, afunila uma importante parcela destes para que seja menosprezada ou ignorada. Todos os eventos no espaço geográfico fabricam realidades socialmente elaboradas e historicamente datadas, cuja relação está baseada nas variáveis dominantes do período.

Por essa razão, a economia é uma instância do território, formando parte integrante e essencial do modo de produção vigente a cada formação socioespacial¹¹. Mas, o modo de ação dos economistas tende a operar como se, na prática, tudo fosse convertido a “um objeto, o dinheiro”, e este, “tivesse a propriedade de aumentar a si mesmo. As relações sociais de produção são, portanto, coisificadas, materializadas e invertidas” (GODELIER, 1973, p. 95). É nessa linha de raciocínio que

Todavia, se já não se acredita que a economia-disciplina haja captado o sentido profundo da economia-coisa que se conformou em formatar, como fazer para elaborar uma ciência social capaz de captar ao mesmo tempo o trabalho formatado das ciências econômicas e o que constantemente escapa a estes mesmos formatos? (LATOURET; LÉPINAY, 2009, p. 54).

Urge elaborar uma análise econômica mais totalizadora. Não estamos, contudo, dizendo que a chamada microeconomia não exerce uma função importante na reprodução das forças produtivas, mas o que é evidente é que esta não pode ser confundida enquanto princípio ordenador de todo o conjunto da vida social.

Se a tentação da economia-disciplina tende a endurecer seu campo de análise seguindo uma pernicioso tendência positivista e relegando a economia-coisa a um plano menor de análise, seu estudo tende a perder força propositiva enquanto teoria social ativa. Daí a importância do método geográfico sobre os fatores de produção. Como nos recorda Flaviana G. Nunes (2004, p. 174), o materialismo histórico foi a abertura “do econômico na análise geográfica, ou seja, a partir da introdução desta base teórico-metodológica na Geografia, o econômico ganha importância, tendo papel central nas análises, constituindo-se em elemento explicativo para grande parte do temário geográfico”.

Esse fator explicativo dos usos do território por meio de princípios dados pela economia, desde os economistas clássicos até os contemporâneos, efervescia a produção epistemológica em ambas disciplinas.

Quicá, este seja através de tal diálogo, mediado pela metadisciplina, a construção de um enfoque

11 O termo formação socioespacial foi criado por Milton Santos (1996) em referência ao termo de formação social em Marx. Refere-se à unidade política de um Estado nacional, no qual os princípios de ordenamento territorial estão sobre a tutela de um Estado soberano, do qual a formação advém de processos históricos por meio do encadeamento de eventos locais, regionais e globais.

mais abrangente. A geografia tende a dar um maior suporte e sentido ôntico¹² à produção de indicadores e variáveis contábeis e financeiras. Os intercâmbios entre ambas disciplinas, por sua vez, colaboram a emergir focos analíticos particulares a partir de seus próprios objetos de estudo.

O espaço banal: o lugar de todos

O território é usado por todos: grandes e pequenas empresas, indivíduos com diferentes graus de poder, organizações e instituições com distintos graus de influência. O território usado é um espaço banal porque reúne a todos e todos os utiliza. A ideia de espaço banal foi elaborada por François Perroux (1961), cujo intuito era estabelecer um paralelo à noção que ele próprio havia formulado de espaço de fluxos.

Ao retomar a referência do economista francês, M. Santos (1996) empresta dessa definição a inspiração ao seu conceito de espaço geográfico, não dissociando sistemas de objetos e sistemas de ações, que já mencionamos, no qual a relação de interdependência e reciprocidade, partilhados por todos os atores sociais, é o pilar de sua proposta teórica.

O espaço geográfico, sinônimo de território usado, não é alheio às questões econômicas, sobretudo porque a noção de divisão do trabalho é fundamental ao entendimento de como os homens vivem e reproduzem sua força de trabalho. Por essa razão, no transcorrer da história das ideias da geografia-disciplina as teorias de localização, as noções de formas e estruturas urbanas evidenciavam os geógrafos como aqueles profissionais indicados à compreensão total das causas e “da natureza das interrelações entre fenômenos em um lugar determinado” (CHISHOLM, 1966, p. 32).

Já entre os economistas, sensíveis ao peso das determinações das localizações – mote bastante associado às preocupações geográficas – foi Egdar Hoover (1963, p. 19) quem ponderou que esse dado é “importante, porque o homem, não é apenas um animal produtor, mas também consumidor”. Hoover (1963), ao considerar o mapa locacional das indústrias, afirma que é a localização a responsável por estabelecer laços entre os indivíduos, entendidos a partir da oferta de mão de obra e como mercado consumidor.

O acesso ao mercado é, em grande medida, vinculado aos fatores de produção, ou seja, venda ou troca de insumos à empresa, mão de obra, transporte e vias de acesso, rede de comunicação, energia, etc., mas também associando a competição de empresas rivais com o volume da demanda.

A relevância dos estudos geográficos nesse contexto é, em grande parte, ligada aos níveis de consumo e formas de produção: “a maior parte de nosso conhecimento sobre geografia econômica concerne à geografia da produção” (MCCARTHY; LINDBERG, 1966, p. 15). Em uma outra perspectiva de análise geográfica, Albert Demangeon (1956, p. 35), ao apreender o processo de acumulação de riquezas, afirma:

[...] o crescimento inconsiderado e geral da produção cria uma plethora de bens e, precisamente, neste excesso de riqueza (...) vê-se surgir a miséria e a pobreza. Este paradoxo da economia moderna (...) se estendeu ao mundo inteiro. E, sem dúvida, pela primeira vez na história, todos os países da terra sofrem juntos; nunca antes se havia sentido de uma maneira tão violenta a solidariedade que une às Nações e que tende a fazer do mundo um só e grande mercado.

Considerar a totalidade dos atores inclui pensar, também, a totalidade do sistema econômico, enquanto modo de acesso à leitura do movimento do espaço geográfico. O que compreende, entre outros,

¹² “Etimologicamente, o adjetivo ôntico qualifica aquilo que se relaciona com o ser. Mas a filosofia atual, na continuação de Heidegger, utiliza-o principalmente para designar aquilo que se relaciona com os entes” (DUROZOI; ROUSSEL, 2000, p. 283).

abarcam “quadros jurídicos (direito público e direito privado) da atividade econômica e seu quadro geográfico, as formas desta atividade, os procedimentos técnicos utilizados, seus modos de organização e, por último, um fator psicológico, a unidade dominante que anima aos agentes da produção” (LAJUGIE, 1993, p. 6).

Preocupações pela multiplicidade dos fatores de localização, distribuição, renda da população, cálculo do consumo, escala de produção e distribuição, oferta e demanda e recursos materiais foram por muito tempo a ocupação central das análises dos geógrafos que pensavam os fatores econômicos. Karl Polanyi (2011, p. 118) assegura que, antes de nossa época, os mercados não foram jamais outra coisa que acessórios da econômica. “Pela regra geral, o sistema econômico ficava absorvido no sistema social e, qualquer que fosse o princípio de comportamento que predominava na economia, a presença do padrão dos mercados resultava compatível com o sistema social”.

Para François Perroux (1964, p. 124), no livro *A industrialização do Século XX*,

A produção é, em si mesma, essencialmente uma transformação de objetos materiais que se tornam úteis ou mais úteis. Em uma função de produção, escrevem-se as variáveis: capital e trabalho; já menos, a inovação. O trabalho é um esforço penoso que tende à utilidade; o capital, um conjunto de bens indiretos submetidos a um plano de utilização. A inovação reduz os custos do produto corrente e entrega um produto novo (novo absolutamente e de uma qualidade nova). Já bastante tarde o economista descobre que as inovações de produção estão imersas em inovações de organização (*organizational innovations*) que colocam em jogo os equilíbrios sociais.

Nesse sentido, a grande transformação, na globalização, aconteceu sob o pilar organizacional das empresas, autorizadas pelas tecnologias de transmissão da informação e uma mais complexa repartição de funções e tarefas. Esse grau organizacional das empresas embutiu nas teorias econômicas um grau de especialização necessário à funcionalidade de sistemas planetários de negociação. A economia-disciplina, no meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996), aparentemente é refém de uma instrumentalização carente de apreensões teleológicas.

A tendência à consolidação deste caráter instrumental da ação é refletida na maneira como a disciplina é escamoteada em sua própria epistemologia. Ao perder o caráter finalístico da ação da investigação, o pensamento sobre o objeto da economia-disciplina tende a ser ele mesmo instrumentalizado. E, ao tornar-se instrumentalizada¹³, a disciplina se ausenta do seu papel social de pensar e transformar a sociedade no sentido de contribuir com a dignidade dos povos e da soberania das nações.

A burocratização da sociedade está em relação ao estado da técnica contemporânea. Daí a ideia de que “A sociedade moderna se caracteriza pela burocratização e por uma divisão do trabalho extremamente desenvolvida” (ETZIONI, 1967, p. 148). Essa mudança estrutural da organização dos atores foi acompanhada, igualmente, pela remodelação normativa nas formações socioespaciais.

No que diz respeito ao problema enfrentado hoje é a extrema artificialidade consolidada no interior de uma economia de mercado, especialmente aquela vinculada às finanças, aos seguros, aos fundos de

13 Os instrumentos não correspondem à técnica. Os instrumentos são aparições do caráter da técnica moderna. Para Martin Heidegger (2007, p. 389), ao mesmo tempo em que tecnologia reforça um peso dominante do agir instrumentalizado, existe também um caráter libertário na essência da técnica moderna. “Se pensamos a essência da técnica, então experimentaremos a armação como um destino do desabrigar. Assim, já nos mantemos na liberdade do destino que de modo algum nos aprisiona numa coação apática, fazendo com que perpetuemos cegamente a técnica ou, o que permanece a mesma coisa, nos insurjamos desamparadamente contra ela e a amaldiçoemos como obra do diabo. Ao contrário: se nos abrimos propriamente à essência da técnica, encontrar-nos-emos inesperadamente estabelecidos numa exigência libertadora”.

pensão e aos bancos.

O poder crescente da computação facilitou o uso de modelos matemáticos nas finanças, incentivando o uso de habilidades genéricas e iniciais e alimentando a demanda por graduados em ciência, engenharia e tecnologia, com educação formal em finanças (como um MBA) (WÓJCIK, 2017, p. 356).

A produção de especialistas financeiros é reflexo do modo de produção em voga. O próprio processo de produção, o que inclui os produtos financeiros, é organizado mediante a forma da compra, negociação e venda através de diversos intermediários e processos a cada dia mais sofisticados.

O problema dos equilíbrios sociais que F. Perroux aponta, evidencia leituras e objetivos comuns entre geógrafos e economistas. O mercado, consumo, estruturas e formas urbanas, condições de produção, demandas e ofertas convertem-se em problemas sociais transpassados por disciplinas diversas a partir dos mesmos materiais empíricos.

A exigência libertadora (HEIDEGGER, 2007) que a técnica moderna nos coloca, igualmente nos obriga a encontrar novas coerências discursivas sobre a ação dos homens no espaço geográfico. Essa tarefa não é particular a nenhuma disciplina, mas é tarefa de todos aqueles que buscam analisar o mundo. Daí o papel central da metadisciplina que mencionamos.

A economia-disciplina está sendo solapada pela instrumentalização do seu saber. Nesse sentido, esta perde enquanto saber e em sua capacidade ao elaborar críticas aos outros, ao entorno e a si mesma. Talvez, com o uso da categoria filosófica de evento, podemos produzir uma metadisciplina que ao associar outras províncias do saber, remonte às análises empíricas à luz das particularidades de cada objeto de estudo.

Os eventos são cristalizações de usos do território. Os eventos se realizam nos lugares e estes são feitos a partir de um enorme conjunto de pessoas, instituições e empresas. Cada um disputando entre si o seu rincão.

A sociedade só se realiza no espaço. O mundo só existe nos lugares, pois a história se constrói nos lugares. Entre essas possibilidades e esses existentes concretos temos os eventos. São os eventos que transformam as possibilidades em existentes, mas os eventos não são alheios nem indiferentes ao que existe. Não há evento sem objeto, não há evento sem ator. Quando uma corporação global escolhe uma cidade para instalar uma fábrica, está produzindo um evento a partir de um conjunto de possibilidades e escolhendo o que ali existe. Por isso, o evento é o veículo da história, produz a existência. E o evento surge do casamento entre o que é possível e o que existe (SILVEIRA, 2006a, p. 88).

Uma vez que a sociedade apenas se realiza no espaço e o mundo existe através dos lugares e suas particularidades, são os eventos os portadores da ação e os motores do movimento. Por isso, voltamos a necessária ponderação que nos oferece a geógrafa María Laura Silveira (2015, p. 148): “é tempo de indagar acerca das razões plurais que constroem a vida social”.

As razões plurais que constroem a vida em sociedade seriam melhor analisadas se a metadisciplina fosse pensada por todas as disciplinas. Está claro que a relação entre economia e geografia são tênues: é a vida dos atores sociais em seu conjunto, através do uso do território como síntese dialética que permite uma maior abrangência dos fenômenos e a produção de um caráter libertador, presente na essência da técnica moderna e instrumentalizada pelos saberes, entre eles a economia e a geografia.

Referências

- ALTHUSSER, L. **Filosofia e Filosofia Espontânea dos Cientistas**. Lisboa: Editorial Presença, 1976.
- BADIOU, A. **O Ser e o Evento**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Jorge Zahar Ed.; Ed. UFRJ: Rio de Janeiro, 1996.
- CHISHOLM, M. **Geografía y Economía**. Trad. Antonio Casahuga Vinardell. Oikos-Tau: Barcelona, 1966.
- COMTE-SPONVILLE, A. **A felicidade desesperamente**. Tradução: Eduardo Brandão. 4ª ed. Livraria Martins Fontes: São Paulo, 2010.
- DEMANGEON, A. **Problemas de Geografía Humana**. Traducción: Rocío de Terán. Ediciones Omega: Barcelona, 1956.
- DOLLFUS, O. **L' espace monde**. Paris: Economica, 1994.
- DUROZOI, G.; ROUSSEL, A. **Dicionário de Filosofia**. Tradução: Maria de Fátima de Sá Correia, Porto Editora: Porto Alegre, 2000.
- ETZIONI, A. **Organizações Modernas**. Enio Matheos Guazzelli & Cia. Ltda: São Paulo, 1967.
- FEYERABEND, P. **Contra o método**. Tradução: Cezar Augusto Mortari. Editora Unesp: São Paulo, 2003.
- GODELIER, M. **Racionalidade e irracionalidade na economia**. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 1973.
- HANSEN, J. A. "Barroco, Neobarroco e outras ruínas". In: **Destiempos**. Año 3, I Número 14, Marzo-Abril, Ciudad de México, 2008.
- HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Tradução, organização, nota prévia, anexos e notas: Fausto Castilho. Editora da Unicamp: Campinas; Editora Vozes: Petrópolis, 2012.
- HESSEN, J. **Teoria do Conhecimento**. Tradução: António Correia. 4ª ed. Coimbra: Arménio Amado, 1968.
- HOOVER, E. **Economía Geográfica**. Fondo de cultura económica: Pánuco, 1963.
- HORKEIMER, M. **Eclipse da Razão**. Tradução: Sebastião Uchoa Leite. Editorial Labor do Brasil: Rio de Janeiro, 1976.
- JARDIM, E. **As duas vozes: Hannah Arendt e Octavio Paz**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2007.
- LAJUGIE, J. **Los Sistemas Económicos**. Traducción: Ida Deschamps de Guerrero. Eudeba S.E.M, 1993.
- LATOUR, B; LÉPINAY, V. A. **La economía, ciencia de los intereses apasionados: introducción a la antropología económica de Gabriel Tarde**. Manantial: Buenos Aires, 2009.
- LAZZARATO, M. **La fábrica del hombre endeudado. Ensayo sobre la condición neoliberal**. Traducción: Horacio Pons. Amorrortu: Buenos Aires, 2013.

JAMES, W. “Apelo para que a psicologia seja uma ‘ciência natural’”. In: **Scientiæ zudia**, São Paulo, v. 7, n. 2, pp. 317-324, 2009.

_____. [1890] **Principios de psicología**. Madrid. s.d.

KOSIC, K. **A dialética do concreto**. Tradução: Célia Neves e Alderico Toríbio. 2ª ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1976.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Trad. Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2009.

MCCARTY, H. H. & LINDBERG, J. B. **Introducción a la Geografía Económica**. Fondo de cultura económica: México D.F., 1970.

MORAES, A. C. R. “Ocidentalismo e história da geografia brasileira”. In: **I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico**. Uberlândia, 2008.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

NUNES, F. G. **O econômico na geografia. Influências do pensamento econômico na produção geográfica (1970-2001)**. Tese de doutorado. Orientador: Doutor Eliseu S. Spósito. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, Campus de Presidente Prudente, 2004.

PERROUX, F. **L' économie du XX siècle**. Press Universitaires de France: Paris, 1961.

_____. **La industrialización del siglo XX: sancimonismo del siglo XX y creación colectiva**. Traducción: Ricardo Anaya. Eudeba: Buenos Aires, 1964.

POLANYI, K. **La gran transformación: los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo**. Fondo de cultura económica: Buenos Aires, 2011.

SARTRE, J. P. **Questão de Método**. Tradução: Bento Prado Júnior. Difusão Européia do Livro: São Paulo, 1966.

_____. **Crítica de la razón dialéctica: teoría de los conjuntos prácticos**. Losada: Buenos Aires, 2011.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**. Hucitec e Educ: São Paulo, 1994.

_____. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. Editora Hucitec: São Paulo, 1996.

_____. “Entrevista Milton Santos”. In: **Teoria e Debate**. Entrevistador José Corrêa Leite. Edição 40, fev/mar/abr. 1999, 5 fevereiro 1999.

_____. “Por uma epistemologia existencial”. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; SILVEIRA, María Laura; ARROYO, Mónica (org.). **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires: Editora Clacso, 2006.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico. Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico.** Tradução: Maria Sílvia Possas. São Paulo: Editorial Nova Cultural, 1997.

SCHUTZ, A. **El problema de la realidad social.** Traducción: Néstor Míguez. 2ª ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2008.

SILVEIRA, M. L. “Por uma teoria do espaço latino-americano”. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; SILVEIRA, María Laura; ARROYO, Mónica (org.). **Questões territoriais na América Latina.** Buenos Aires: Editora Clacso, 2006.

_____. “O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial”. In: **Geosp - Espaço e Tempo**, nº 19, pp. 81 - 91, São Paulo 2006a.

_____. “Globalización y Territorio Usado: imperativos y solidaridades”. In: **Cuadernos del Cendes.** Año 25, nº69, tercera época, septiembre-diciembre, 2008.

_____. “A cidade, feixe de razões e temporalidades”. In: **Transversalidades – 2015**, pp. 146-148. Centro de Estudos Ibéricos: Guarda, 2015.

_____. “Banalidade das finanças e cidadania incompleta: lugar e cotidiano na globalização”. In: **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 2, pp. 370-383, agosto, 2017.

VILAR, P. **Crecimiento y desarrollo. Economía e Historia. Reflexiones sobre el caso español.** Editorial Planeta Argentina: Buenos Aires, 1993.

WALLERSTEIN, I. **O capitalismo histórico.** Editora Brasiliense: São Paulo, 1985.

WEBER, M. **Economia e Sociedade.** 3ª ed. Universidade de Brasília-UNB: Brasília, 1994.

WITTGENSTEIN, L. **Tractus Logico-Philosophicus.** Tradução, apresentação e estudo introdutório de Luiz Henrique Lopes dos Santos; [Introdução de Bertrand Russell]. 3ªed. 2ª reimpressão. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

WÓJCIK, D. “O fim do capitalismo dos bancos de investimento? Uma geografia econômica do emprego e do poder financeiro”. In: **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 2, pp. 341-369, agosto, 2017.

3. GEOGRAFIA E ECONOMIA: CONEXÕES A PARTIR DA TEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO

Eliana Lamberti¹

Victor Azambuja Gama²

Introdução

A abordagem da temática do desenvolvimento, até o início do século XX, convergia para os condicionantes do progresso material e estava diretamente vinculada à noção de crescimento econômico. Porém, a partir dos anos de 1950, o debate passou a ser motivado por novas problemáticas, o que contribuiu para a proposição de diferentes conceitos. Para compreender esta trajetória, é preciso reconhecer que as raízes teóricas e empíricas deste processo se assentam nas históricas crises econômicas e na origem das mudanças na condição (socioeconômica e geopolítica) dos países, de acordo com a dinâmica capitalista mundial.

A publicação do primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano³ pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990, conseguiu ampliar a discussão, indicando que o estudo do processo de desenvolvimento tem caráter pluri e transdisciplinar. Isso significa que a compreensão deste fenômeno requer estudos complementares tanto das ciências sociais como das ciências humanas, porque envolvem variáveis e questões das diferentes áreas do conhecimento como, por exemplo: sociologia, ética, política, história, ecologia e cultura.

Do ponto de vista teórico, duas obras ilustram os diferentes enfoques, a importância e a complexidade dos temas envolvidos. É possível identificar na obra de Adam Smith (*A riqueza das nações*, 1776) uma discussão preliminar do tema crescimento e desenvolvimento econômico. A premissa fundamental é que o desenvolvimento seria decorrente do aumento da proporção de trabalhadores produtivos, da redução do desemprego e aumento da renda média do conjunto da população, o que levaria, no longo prazo, à redistribuição de renda entre os agentes econômicos. Já no século XX, a obra de Joseph Schumpeter (*Teoria do desenvolvimento econômico*, 1911) distinguiu crescimento de desenvolvimento ao argumentar que quando há crescimento, a economia funciona num sistema de fluxo circular de equilíbrio. Para o autor, ocorrerá desenvolvimento por meio de inovações tecnológicas proporcionadas por empresários inovadores e financiados com crédito bancário.

1 Professora doutora efetiva e pesquisadora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: lilibamberti@hotmail.com.

2 Professor doutor efetivo e pesquisador da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: v.a.g@hotmail.com.br.

3 Também é a partir deste relatório que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) começa a se firmar como um indicador de mensuração do desenvolvimento ao contabilizar não apenas dados referentes à renda, mas também educação e saúde.

Do ponto de vista empírico, o debate foi embalado pelas flutuações econômicas do século XIX que colocaram em evidência a disparidade entre nações ricas e pobres e o desnível entre regiões e classes sociais, dada a concentração de renda e riqueza e o surgimento de alguns poucos países industrializados. A grande depressão de 1930 eclodiu o drama social do desemprego (nos períodos de prosperidade, o crescimento do produto beneficia a todos, na crise, os mais prejudicados são os assalariados e as pequenas empresas) e a premente ação do Estado na economia. A partir deste período, considerando que não coincidentemente ocorre a revolução keynesiana, a consequente sistematização da Contabilidade Nacional e a publicação de indicadores socioeconômicos, emerge também o conceito de subdesenvolvimento.

Ademais, o contexto econômico atual, leia-se globalização e crises no sistema capitalista, evidencia a importância da discussão tanto conceitual como do ponto de vista das escolhas e alcance das políticas econômicas em busca do desenvolvimento socioeconômico. Em contrapartida, globalização e desenvolvimento são dois termos corriqueiramente utilizados sem a devida contextualização, especialmente no discurso político. Por fim, também são duas palavras que ilustram a convergência entre a geografia, economia e seus conceitos.

É a partir deste contexto, que surgiu o interesse em discutir a associação entre a geografia e a economia a partir da temática do desenvolvimento. De modo específico, busca-se compreender os aspectos conceituais inerentes e os desafios da globalização econômica, construir uma análise sintética da evolução dos diferentes enfoques para o desenvolvimento, e discutir algumas abordagens clássicas⁴ e contemporâneas do desenvolvimento.

O recurso metodológico escolhido para contemplar tais objetivos pauta-se na revisão da abordagem e complementaridade teórica entre a geografia e a economia. O critério para a seleção dos referenciais e autores partiu da aproximação em torno dos elementos da dinâmica territorial e do desenvolvimento⁵. Deste modo, a primeira seção deste trabalho procurou apresentar as obras de economistas e geógrafos que são referências em matéria de globalização, haja vista a contribuição na análise crítica deste estágio atual do capitalismo. Por sua vez, a segunda seção buscou explicar a trajetória do desenvolvimento a partir de diferentes escolas de pensamento da economia, geografia e sociologia. A terceira seção fez-se necessária para a compreensão da lógica do crescimento econômico pautada no progresso tecnológico inerente ao desenvolvimento. A quarta seção complementa as anteriores ao inserir o enfoque regional e do espaço econômico na análise do desenvolvimento como elemento necessário para compreender a perspectiva local/territorial. Já a quinta seção aprofundou a discussão ao incorporar no debate os processos de homogeneização do espaço, integração do capital, polarização e hegemonia. Por fim, a sexta seção tratou das considerações finais.

⁴ A partir da Segunda Guerra Mundial, os formuladores de políticas públicas da maioria dos países procuraram retomar a trajetória de aceleração do crescimento de suas economias, visando ao aumento da renda e à redução da pobreza. Paralelamente, alguns economistas desenvolveram modelos com o intuito de explicar o processo de crescimento econômico. Essa vertente teórica passou a ser conhecida como a teoria neoclássica do crescimento, por adotar alguns dos postulados da teoria econômica clássica. A título de exemplo, podem-se citar alguns modelos que são referência no assunto, tais como: o modelo de crescimento de Solow (1956), o modelo com capital humano de Mankiw, Romer e Wheel (1992) e o modelo de crescimento endógeno de Romer (1986).

⁵ Dinâmica territorial e Desenvolvimento Sustentável é o nome da disciplina ofertada junto ao Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) na Unidade Universitária de Ponta Porã.

Globalização: conceito e implicações

A literatura de ambas as áreas de estudo – economia e geografia – já dispõe de um número significativo de trabalhos que procuraram analisar o atual estágio do capitalismo. Para fins de contextualização da problemática do desenvolvimento, dar-se-á destaque ao processo da globalização.

Na perspectiva econômica, o conceito proposto por Gonçalves (1999) sintetizou os traços essenciais deste processo: expansão extraordinária dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; acirramento da concorrência nos mercados internacionais e integração entre os sistemas econômicos nacionais. Os determinantes dessa nova dinâmica do capitalismo estão pautados nas mudanças dos paradigmas tecnológicos (revolução da informática), institucional (ascensão das ideias neoliberais), sistêmico e estrutural (movimento de acumulação de capital em escala global bem como expansão dos mercados de capitais domésticos e internacionais).

A contribuição de Stiglitz (2002) parte dos resultados contraditórios desse processo. Parecem inegáveis os benefícios advindos da abertura comercial em termos de crescimento econômico, aumento do padrão de vida, acesso a diferentes formas e conteúdos de conhecimento, assim como a possibilidade de ajuda externa. Entretanto, o autor destaca que:

Aqueles que criticam a globalização geralmente ignoram seus benefícios. Mas seus patrocinadores têm sido talvez até mais desequilibrados. Para eles, a globalização (que costuma estar associada à aceitação do capitalismo triunfante ao estilo norte-americano) *significa progresso*; os países em desenvolvimento devem aceitá-la se quiserem crescer e combater a miséria de maneira eficaz. Entretanto, para muitos no mundo em desenvolvimento, a globalização não trouxe os benefícios econômicos prometidos (STIGLITZ, 2002, p. 31).

O economista destacou que a distância é crescente entre os países e seus detentores de riqueza, uma vez que a globalização não logrou êxito em reduzir a pobreza nem garantir a estabilidade (via contágio financeiro) haja vista o comportamento dos fluxos e influxos de dinheiro rápido e especulativo. Portanto, os benefícios têm sido menores do que seus defensores apregoavam e a um preço consideravelmente alto como, por exemplo, meio ambiente destruído e processos políticos corrompidos. Para o autor, são os aspectos econômicos que têm sido objeto de controvérsias uma vez que as instituições internacionais que formularam as regras obrigam ou pressionam as nações mais pobres a fazer a liberalização do mercado de capitais, o que tem gerado, entre tantos outros desafios, instabilidades econômicas.

Entre os geógrafos, Porto-Gonçalves (2006) propõe uma análise que extrapola a seara econômica e discute inevitavelmente a perspectiva ambiental, social e política. Explicou que é intencional o discurso de que a terra não tem fronteiras e por isso a terra globalizada seria uma nova comunidade onde ninguém se acharia ligada a algum lugar ou país. Portanto, esta linha de raciocínio sugere implicitamente uma recusa à escala local e à idealização da escala global. Dessa forma, prepondera a negação das culturas construídas ou vinculadas à natureza e com fortes singularidades locais, pois são percebidos como “povos atrasados”. Logo, globalização não é um termo neutro: é o capitalismo superando as limitações locais e nacionais imbuída de uma “missão civilizatória” proporcionada pelos avanços da ciência e da tecnologia. As novas relações de poder passam a ser transmitidas por meio da tecnologia (particularmente no campo das comunicações), bem como a imposição de um discurso neoliberal. Para o autor, neste contexto neoliberal essencialmente econômico-financeiro, os desafios à promoção do desenvolvimento tornam-se ainda mais específicos e

requerem um sentido ético, filosófico e político uma vez que as especificidades regionais e as demandas sociais não estão no rol de prioridades da gestão pública.

Para Milton Santos (2004), o ponto de partida deve ser a compreensão do papel da ideologia na produção, disseminação, reprodução e manutenção da globalização atual. O extraordinário progresso das ciências e das técnicas provoca uma percepção confusa desse mundo globalizado: apresenta-se como uma fábula em prol de um discurso único.

Contudo, ainda existe o mundo permeado pela globalização como perversidade. Essa perversidade deriva da crescente exclusão social. Porém, o discurso vigente defende que as diferenças estejam sendo minimizadas com o “encurtamento das distâncias”, sejam elas físicas, tecnológicas, econômicas ou culturais. Este discurso que assegura ser o mercado global capaz de homogeneizar os territórios via acesso ao consumo, bem como a necessidade de diminuição da interferência do Estado no conjunto da economia não reconhece que as diferenças locais sejam aprofundadas e que o planejamento público se fortalece para atender aos anseios e necessidades das finanças e das grandes empresas. Logo, a globalização é o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista e para entendê-la é preciso considerar o estado das técnicas e o estado da política:

Ao surgir uma nova família de técnicas, as outras não desaparecem. Continuam existindo, mas o novo conjunto de instrumentos passa a ser usado pelos novos atores hegemônicos, enquanto os não hegemônicos continuam utilizando conjuntos menos atuais e menos poderosos. Quando um determinado ator não tem as condições de mobilizar as técnicas consideradas mais avançadas, torna-se, por isso mesmo, um ator de menor importância no período atual (SANTOS, 2004, p. 25).

Preponderam o princípio da seletividade e da hierarquia a favor da riqueza universal expressa pela mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação. Essa dinâmica provoca períodos de crise uma vez que o contágio é instantâneo e ocorre por intermédio do dinheiro, logo é de natureza estrutural. É a violência do dinheiro e da informação manipulada que alimenta as desigualdades. Entretanto, o autor acredita que as mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos se postas a serviço de outros fundamentos sociais e políticos.

A evolução da abordagem do desenvolvimento

A evolução do debate e as diferentes perspectivas da noção de desenvolvimento podem ser ilustradas por diferentes critérios de classificação ou estágio como, por exemplo: primeiro mundo ou terceiro mundo; industrializados ou em vias de industrialização; desenvolvidos ou subdesenvolvidos; centrais ou periféricos; ricos ou pobres; vencedores ou perdedores. Retomando as contribuições de Porto-Gonçalves (2006), a ideia de desenvolvimento sintetiza o projeto civilizatório tanto da via liberal e capitalista como da social democracia e socialista para a qual ser desenvolvido é ser urbano, ser industrializado. Portanto, cidade e indústria são os motores desse processo, como se houvesse um parâmetro universal (como um marco histórico universal?). Em suas palavras: “Assim, se confunde a luta contra a injustiça social com uma luta pela igualdade conforme uma visão eurocêntrica, enfim, um padrão cultural que se crê superior e, por isso, passível de ser generalizado.” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 64).

Como não há um sistema técnico desvinculado de um corpo de normas e de valores, há um modelo de racionalidade instrumental que distribui de forma desigual seus benefícios e prejuízos: a racionalidade é comandada pela lógica econômica. Sendo assim, a questão do desenvolvimento na era da globalização é ainda mais complexa e carrega intencionalidades porque des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) de cada cultura e povo com seu território, é subverter o modo como cada povo mantém suas relações entre si e com a natureza em prol de uma nova configuração societária capitalista: “A ideia de desenvolvimento, tal como existe na sociedade moderno-colonial, pressupõe a dominação da natureza, mas, para isso, é preciso que se construam determinadas condições jurídicas e políticas para que as técnicas de dominação da natureza possam se desenvolver.” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 81). Portanto, não é possível separar ciência e ética, ciência e política na análise do desenvolvimento.

Neste sentido, as diferentes concepções de desenvolvimento expressam o arcabouço teórico e empírico das respectivas correntes de pensamento. De forma didática e sintética, Enriquez (2010) concatena as principais teses em cinco grupos, cada qual com seus teóricos expoentes e concepções centrais. O quadro a seguir corresponde a um esforço de síntese a partir da obra da referida autora e, portanto, resulta de uma escolha subjetiva e exigiu elencar aspectos mais relevantes capazes de resumir as ideias gerais, a saber:

Quadro 1 - Síntese da evolução das proposições para o desenvolvimento

Corrente de Pensamento	Teóricos/teorias	Conceito de desenvolvimento	Principais categorias	Propostas
Teorias clássicas de crescimento da economia convencional (desenvolvimento como crescimento)	<ul style="list-style-type: none"> - Modelos de Harrod, Domar, Solow; - Teoria da Modernização de Rostow; - Teoria dos polos de crescimento de Perroux; - A causação circular e cumulativa de Myrdal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do PIB per capita; - Crescimento econômico a partir da industrialização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fatores produtivos (capital, tecnologia, população); - Sistema de ciência e tecnologia; - Efeitos propulsores, polos de desenvolvimento; - Causação circular cumulativa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Injeção e ampliação da oferta de capital; - Papel estratégico do investimento externo direto; - Indústrias motrizes propulsoras; - Papel estratégico do planejamento governamental.
Teorias de inspiração marxistas ou neomarxistas	<ul style="list-style-type: none"> - A visão da Cepal; - Teorias da dependência; - O pensamento de Celso Furtado; - Excedente econômico como a chave para o (sub) desenvolvimento; - Os efeitos em cadeia de Hirschman; - Economias extrativas e produtivas em Bunker; - A quadratura do círculo e o prodequisus de Altvater. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do PIB per capita, - Elevação do nível de bem-estar; - Industrialização nos moldes fordistas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Industrialização substitutiva de importações; - Modelo centro-periferia; - Centro hegemônico de decisão e controle de excedente; - Dinâmica global do capitalismo; - Economias produtivas x economias extrativas; - Desarticulação dependente; - Conexões produtivas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção da industrialização para melhorar os termos de troca; - Revolução socialista; - Obter o controle do excedente por intermédio da revolução social; - Não há saída no atual marco da dinâmica capitalista global; - Investimento induzido em setores críticos.
Teorias institucionalistas ou neoinstitucionalistas	<ul style="list-style-type: none"> - Douglas North; - Robert Putnam; - Joseph Stiglitz. 	<ul style="list-style-type: none"> - Deriva da evolução e qualidade das instituições. 	<ul style="list-style-type: none"> - Instituições; - Organizações; - Incertezas; - Custos de transação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a qualidade e eficácia das instituições.
Propostas de desenvolvimento sustentável	<ul style="list-style-type: none"> - Eco desenvolvimento e desenvolvimento incluyente, sustentado e sustentável em Sachs; - Sustentabilidade e suas variações; - Economia ecológica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relacionada à ética; - Conceito pluridimensional; - Desenvolvimento endógeno; - Bem-estar das gerações presentes e futuras; - Harmonia com equilíbrio ecológico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento virtuoso; - Os capitais são complementares; - Capital natural é suporte da vida; - Multifuncionalidade dos recursos naturais; - Racionalidade processual. 	<ul style="list-style-type: none"> - Papel estratégico do planejamento governamental na criação das condições endógenas; - Conciliar desenvolvimento com a preservação; - Atenção aos limites ecossistêmicos do crescimento.
Outros enfoques	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen; - Desenvolvimento como emergência sistêmica de Sergio Boisier; - Desenvolvimento endógeno. 	<ul style="list-style-type: none"> - Liberdade como superação das privações; - Emergência sistêmica Relacionada à potencialização dos capitais intangíveis. 	<ul style="list-style-type: none"> - Liberdades constitutivas e instrumentais; - Capitais intangíveis; - Sistema, subsistema, supersistema, sistema aberto e propriedades emergentes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar as liberdades instrumentais via crescimento econômico; - Papel estratégico do conhecimento; - Criar capitais necessários; - Políticas que incorporem a natureza sistêmica das regiões.

Fonte: Adaptado de ENRÍQUEZ, M. A. (2010).

O quadro indica como o debate ganhou consistência teórica e empírica bem como diversidade de inspirações – escolas neoclássica, marxista, keynesiana, pós-keynesiana – e, portanto, diferentes diagnósticos e recomendações. Um aspecto que deve ser compreendido corresponde à mudança nas análises que ora consideram o ambiente macroeconômico (fatores exógenos e o papel indutor do Estado) ora destacam os elementos microeconômicos (fatores endógenos e o papel do empreendedorismo) e a escala espacial.

Para Brandão (2007) as propostas podem ser divididas em conservadoras e não conservadoras, sendo que:

A concepção teórica e metodológica que perpassa todas as formulações não conservadoras, a partir daí, é a de que o espaço é uma produção social, procurando analisar os conflitos que se estruturam e as lutas que se travam em torno desse ambiente socialmente construído (BRANDÃO, 2007, p. 64-65).

Veiga (2010) didaticamente resume três possíveis respostas à indagação do que é desenvolvimento. A primeira delas estabelece que desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico que por sua vez é consequência do processo de industrialização. Os teóricos que defendem tal definição pautaram-se no fato de que até o início dos anos de 1960 as poucas nações desenvolvidas eram as industrializadas. A segunda resposta defende que o desenvolvimento é ilusão, mito ou manipulação ideológica porque não seria possível mobilidade ascendente na hierarquia da economia capitalista mundial. A terceira resposta é chamada pelo autor de “caminho do meio entre a miopia que reduz o desenvolvimento ao crescimento e o derrotismo que o descarta como inexecutável” (VEIGA, 2010, p. 33). O autor defende que o desenvolvimento envolve não apenas questões objetivas: é fundamental analisar as bases materiais do processo haja vista que deve ser apreendido como um projeto social.

Muito embora não haja uma definição universalmente aceita e para alguns economistas, entre eles os nominados neoclássicos, crescimento é sinônimo de desenvolvimento, para outros, o crescimento econômico é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não condição suficiente. Isso porque os frutos da expansão econômica nem sempre beneficiam o conjunto da sociedade já que da variação quantitativa do produto podem derivar consequências prejudiciais ao ambiente social interno do país. Como exemplos destas consequências tem-se a transferência do excedente de renda para outros países, a apropriação concentrada da renda, salários básicos baixos que limitam o crescimento de setores de consumo popular, e ainda, baixo crescimento de empresas nacionais.

São definidos enquanto fontes de crescimento o aumento na força de trabalho (quantidade de mão-de-obra), o aumento no estoque de capital (capacidade produtiva), a melhoria na qualidade da mão-de-obra (educação, treinamento, especialização), a melhoria tecnológica (eficiência) e a eficiência organizacional.

De um modo geral, alguns aspectos estão presentes, em maior ou menor medida, na maioria das propostas teóricas e são considerados fatores importantes no processo de desenvolvimento socioeconômico. Não há dúvidas de que o desenvolvimento pressupõe mudanças qualitativas na sociedade, nas instituições e estruturas produtivas, ou seja, alteração na estrutura econômica, social, política e institucional com melhorias em todas as esferas da vida humana. E ainda, neste processo, ocorre crescimento econômico contínuo em ritmo superior ao crescimento demográfico e melhoria de indicadores econômicos e sociais. Por ser um fenômeno de longo prazo, implica no fortalecimento da economia nacional, na ampliação da

economia de mercado e elevação geral da produtividade. São essenciais para este processo a diversificação produtiva, o progresso tecnológico e a formação de capital endógeno.

Acumulação de capital físico e progresso tecnológico: premissas do Desenvolvimento como crescimento

Em fevereiro de 1956, Robert Solow publicou no periódico norte-americano *The Quarterly Journal of Economics*, o artigo intitulado “A Contribution to the Theory of Economic Growth” que se constitui em um marco teórico na análise do crescimento. Basicamente, a preocupação fundamental deste trabalho foi compreender as disparidades em termos de taxas de crescimento e os fatores determinantes do nível de renda entre diferentes países.

O modelo de Solow fundamentou-se em duas equações elementares: a função de produção e a equação de acúmulo de capital (SOLOW, 1956). A função de produção descreve como ocorre a combinação dos insumos capaz de gerar o produto da economia (JONES, 2000). Por sua vez, Solow utilizou uma função de produção na forma Cobb-Douglas que assume a seguinte forma:

$$\overline{Y}_t = f(K_t, A_t L_t) = K_t^\alpha [A_t L_t]^{1-\alpha} \quad (1)$$

em que os insumos são classificados em três categorias: capital (K), trabalho (L) e o progresso tecnológico (A). Assim, o nível de produto varia devido às alterações no estoque de insumos disponível no tempo t . O coeficiente α assume valores entre 0 e 1. Deste modo, α e $(1-\alpha)$ são as elasticidades do produto em relação a K e L , respectivamente. Algumas características básicas dessa função devem ser mencionadas: (i) a função está sujeita a retornos constantes de escala: a multiplicação de ambos os insumos (K e L) por um número positivo implica que o produto gerado seja multiplicado pelo mesmo número⁶; (ii) os insumos da função estão sujeitos a rendimentos decrescentes. Isso significa que o aumento de uma unidade de insumo contribui positivamente para o aumento do produto, porém, em proporções cada vez menores⁷; (iii) o progresso tecnológico é chamado de “aumentador de trabalho” ou Harrod-neutro. Neste caso, unidades adicionais deste insumo podem aumentar o produto que pode ser obtido com um dado número de trabalhadores, mas sem provocar alterações na taxa de juros e, conseqüentemente, na participação dos salários e dos lucros na renda agregada ao longo do tempo; (iv) a força de trabalho e o progresso tecnológico crescem a taxas exógenas e constantes determinadas por n e g , respectivamente. Por conseguinte, as unidades efetivas de trabalho ($\overline{A_t L_t}$) crescem à taxa $(n+g)$ ⁸; (v) se nenhuma unidade de capital ou trabalho é empregada, então nenhuma unidade de produto pode ser gerada. De forma análoga, se $\overline{K} = 0$ e $\overline{L} = 0$, então $\overline{F}(0) = 0$.

A hipótese de retornos constantes de escala permite rearranjar a função de produção agregada em

⁶ A hipótese de retornos constantes de escala implica que $\overline{\alpha Y} = F(\alpha K_t, \alpha L_t)$ para qualquer $\overline{\alpha} > 1$. Logo, se o montante de capital e trabalho na economia for dobrado, então o fluxo de produto fica dobrado (JONES, 2000).

⁷ Os produtos marginais do capital e do trabalho são ambos positivos: $\frac{\partial Y}{\partial K} > 0$ e $\frac{\partial Y}{\partial L} > 0$. Um aumento tanto no volume de capital quanto no trabalho contribuirá para o aumento do fluxo do produto. Entretanto, sucessivos incrementos em capital ou trabalho produzem aumentos decrescentes no nível de produto (ROMER, 2012).

⁸ Em uma economia em crescimento, admite-se por hipótese que a força de trabalho (L) cresce à mesma taxa que toda a população (n). Já o progresso técnico acontece a uma taxa constante e exógena, g . Assim sendo, as taxas de crescimento proporcional da força de trabalho e do progresso técnico com respeito a um aumento infinitesimal no tempo t correspondem a $\frac{\dot{L}}{L} = n$ e $\frac{\dot{A}}{A} = g$, respectivamente (JONES, 1975).

termos de produto por trabalhador efetivo e de capital por trabalhador efetivo, o que torna possível obter a equação de produção Cobb-Douglas na forma intensiva⁹:

$$\overline{y}_t = f(k_t) = k_t^\alpha \quad (2)$$

Essa equação mostra que o montante de produto por trabalho efetivo ($\overline{y}_t = Y_t/A_tL_t$) depende do estoque de capital por unidade de trabalho efetivo ($\overline{k}_t = K_t^\alpha/A_tL_t$). Assim, para se compreender a dinâmica do produto, é imprescindível neste momento a apresentação da segunda equação fundamental do modelo de Solow que explica a evolução de k ao longo do tempo:

$$\begin{aligned} \dot{\overline{k}} &= sy_t - (n + g + \delta)\overline{k}_t \\ \dot{\overline{k}} &= sk_t^\alpha - (n + g + \delta)\overline{k}_t \quad \text{desde que } y_t = k_t^\alpha \end{aligned} \quad (3)$$

Por meio dessa equação, é possível perceber que a taxa de crescimento do capital físico por trabalho efetivo ($\dot{\overline{k}}$)¹⁰ é determinada pela diferença entre dois termos. Primeiramente, ela depende positivamente do montante de investimento efetivo ($s\overline{y}_t$). O modelo assume que uma parte da fração do produto, s , é investida. Isso significa que os trabalhadores/consumidores poupam uma fração constante de sua renda combinada de salários e aluguéis. Portanto, em uma economia fechada, a poupança gerada nesta economia é igual ao investimento e todo investimento realizado é destinado à acumulação de capital. Em segundo lugar, ela é influenciada negativamente pelo investimento de manutenção $[(n + g + \delta)\overline{k}_t]$, em que δ é a taxa de depreciação do capital, n corresponde à taxa de crescimento da população e g se refere à taxa constante e exógena de crescimento da tecnologia. Trata-se do investimento que deve ser realizado apenas para manter k no seu nível atual. Um montante de investimento é necessário de forma a prevenir que o estoque de capital por trabalho efetivo diminua por causa da depreciação, crescimento da força de trabalho e pelo próprio crescimento do estado da tecnologia.

O modelo de Solow assume que, independentemente do nível de capital por trabalho efetivo inicial, a economia converge para um nível dado por \overline{k}^* em que o montante de investimento efetivo se iguala ao volume de investimento de manutenção ($sy = (n + g + \delta)\overline{k}$). Neste nível, a economia encontra-se no estado estacionário ($\dot{\overline{k}} = 0$) e a taxa de crescimento do capital por trabalho efetivo é constante ($\dot{\overline{k}} = 0$). Tendo em vistas essas considerações teóricas, por que alguns países crescem mais que outros?

A dinâmica da transição do modelo deixa explícito que, nações em desenvolvimento tendem a se encontrar abaixo do valor de capital físico que define o estado estacionário (\overline{k}^*). Neste caso, essas economias tendem a apresentar uma taxa de crescimento superior à dos países mais ricos. Isso ocorre, pois o investimento efetivo será superior ao investimento de manutenção. Nessas circunstâncias, ocorre o aumento da taxa de acumulação do capital e, conseqüente, um incremento da taxa de crescimento do produto até o nível de \overline{k}_t em que $sy = (n + g + \delta)\overline{k}$. De maneira análoga, países que estão em um estágio de desenvolvimento superior apresentam um nível de \overline{k}_t que está acima do valor de \overline{k}^* . Nesse ensejo, a taxa de acumu-

9 Essa simplificação por ser obtida ao dividir a função de produção agregada por \overline{AL} . Deste modo, $y_t = f(K, AL) = K_t^\alpha/A_tL_t [A_tL_t/A_tL_t]^{1-\alpha}$. Desde que $\overline{k}_t = K_t^\alpha/A_tL_t$ e $\overline{y}_t = Y_t/A_tL_t$ então $\overline{y}_t = f(k_t^\alpha, 1)$. Deste modo, pode-se escrever $\overline{y}_t = k_t^\alpha$.

10 A derivada do estoque de capital físico por trabalho efetivo (\overline{k}_t) em relação ao tempo (t) determina como essa medida varia ao longo do tempo. Admitindo que o estoque de capital físico por trabalho efetivo cresce ao longo do tempo, então $\frac{d\overline{k}}{dt} > 0$. Na teoria do crescimento, a notação de ponto ($\dot{\overline{k}}$) e $\frac{d\overline{k}}{dt}$ são expressões equivalentes. Tendo isso em vista, se $\overline{k} = 3$ significa que a cada unidade de tempo o capital por trabalho efetivo aumenta 3 unidades (JONES, 2000).

lação de $\sqrt{k_t}$ diminuirá em decorrência do investimento de manutenção ser superior ao investimento efetivo. Por isso, a taxa de crescimento do produto diminuirá até que o nível de $\sqrt{k_t}$ atinja o valor de $\sqrt{k^*}$, situação em que ocorre a igualdade entre o investimento efetivo e de manutenção. Portanto, não importa qual é o nível inicial de $\sqrt{k_t}$ inicial, ele converge para o nível de capital do estado estacionário ($\sqrt{k^*}$), situação em que as variáveis do modelo estão crescendo a uma taxa constante.

Desde que o capital por trabalho efetivo permaneça constante em $\sqrt{k^*}$, o estoque de capital, K , cresce a taxa $n + g$. Isso ocorre, pois se admitiu por hipótese que a força de trabalho e o progresso tecnológico crescem a taxa n e g , respectivamente. Portanto, como o capital e o trabalho efetivo crescem a essa taxa, a suposição de retornos constantes de escala implica que o produto, Y , também está crescendo a essa taxa. Nesse ensejo, surge uma segunda pergunta fundamental: se no estado estacionário todas as variáveis crescem a uma taxa constante, o que determina a taxa de crescimento do produto por trabalhador, Y/L , no longo prazo?

De acordo com o modelo de Solow, o motor do crescimento econômico sustentado é determinado unicamente pela taxa de crescimento do progresso tecnológico. No estado estacionário, tanto o capital por trabalho, K/L , como o produto por trabalhador, estão crescendo a taxa g . Sem o avanço da tecnologia, o crescimento da renda *per capita* cessaria à medida que se manifestassem os retornos decrescentes do capital. Assim, o progresso tecnológico pode compensar a tendência declinante do produto marginal do capital. Todavia, como o progresso tecnológico é exógeno ao modelo, é possível encontrar uma explicação a partir da dinâmica de transição. Ao considerar uma economia qualquer em que a taxa de crescimento do investimento é positiva, será possível observar o crescimento do produto enquanto a economia faz uma transição para uma razão produto-tecnologia mais elevada.

Do regional ao endógeno e local

As primeiras décadas do século XXI indicaram a emergência e atualidade das discussões. Neste contexto, é importante ressaltar que outros aspectos foram sendo incorporados ao termo desenvolvimento além da abordagem sustentável, sinalizando a efervescência e contemporaneidade do debate. A partir deste momento, novas perspectivas e teorias buscam promover a reflexão por meio do enfoque regional, local, territorial e endógeno.

O enfoque regional do processo de desenvolvimento emergiu a partir do agravamento dos desequilíbrios regionais e pressupõe que cada porção territorial é afetada de forma diferenciada. Até então, o elemento espaço era negligenciado pela análise econômica. Mas a partir da segunda metade do século passado, a economia urbana constitui-se em um ramo do conhecimento que influenciou sobremaneira as discussões sobre desenvolvimento regional¹¹. De acordo com Souza (2009), alguns estudiosos merecem destaque como referências obrigatórias sobre o assunto, tais como: Walter Isard, Jacques Boudeville e François Perroux.

O desenvolvimento na perspectiva regional corresponde à análise dos fenômenos econômicos no

¹¹ Porém, isso não quer dizer que esta abordagem seja consensual. Alguns teóricos consideram o componente espacial ainda de forma indireta e não explicitam porque entendem ser o mercado nacional, portanto, a dimensão nacional a passível de análise.

interior de uma região e sua interação com as demais no que tange à mobilidade dos fatores de produção (capital, trabalho, tecnologia) e ao comportamento dos investimentos e das empresas.

Sendo assim, nesta abordagem ocupam um espaço importante os termos comércio inter-regional, contas regionais e macroeconomia regional, localização industrial, modelos de crescimento endógeno, modelos neoclássico-schumpeterianos de crescimento endógeno, além de teorias específicas como da localização, dos polos de crescimento e da base econômica.

Souza (2009) explica que o ponto de partida do enfoque regional é conceitual. Portanto, a expressão região pressupõe uma identidade e um território que apresenta características semelhantes e que não pode ser estudada apenas do ponto de vista econômico. Nesse ensejo, nota-se um enfoque multidisciplinar e a interação entre vários elementos, pois é imprescindível contemplar os aspectos demográficos, sociais e tecnológicos. A região precisa ser entendida enquanto um território contínuo, delimitado por uma fronteira, o que é bem distinto da noção de espaço econômico que ultrapassa as fronteiras político-administrativas daquilo que se poderia denominar de região.

As dificuldades que decorrem do processo de conceitualização de região são várias e uma delas centra-se na delimitação precisa das fronteiras regionais, que nem sempre coincidem com as fronteiras político-administrativas. Além disso, os desafios decorrem do fato de que o tamanho desta “região” pode ser componente de uma zona com um pequeno núcleo populacional a um território maior e que envolve vários países no interior de um mesmo continente. Portanto, o conceito de região depende da escala e do tipo de questão a ser estudada. Acrescenta-se a esta dificuldade a análise da dinâmica dos indicadores econômicos e sociais que, ao se modificarem, requerem constante revisão da amplitude regional. Por estas razões, Souza (2009) explica que a noção de região vem perdendo importância e os estudiosos da temática tem preferido a noção mais neutra de espaço porque o termo espaço econômico ultrapassa as fronteiras regionais e possui uma conotação dinâmica como, por exemplo, a redução das distâncias pela ampliação dos meios de transporte e de comunicações que tendem a expandir o espaço econômico das regiões.

A mobilidade das pessoas e das atividades econômicas e o movimento de concentração destas em determinados lugares decorrem da disponibilidade de recursos naturais, mudanças no meio ambiente, crescimento demográfico e fatos econômicos provocados por flutuações de demanda e inovações tecnológicas. Segundo Isard (1956 *apud* Souza, 2009), a sociedade estaria em um processo contínuo de ajustamento, procurando chegar a uma condição de ótimo global. Os núcleos urbanos crescem por forças centrípetas, gerando retornos crescentes à escala, pelas economias de aglomeração; no longo prazo, surgem forças centrífugas retornos decrescentes no uso da terra e deseconomias externas. Estes seriam os processos básicos de desenvolvimento regional.

Em suma, a ideia de região leva, implicitamente, em conta a questão do conteúdo econômico de seus elementos constitutivos: nível de renda (pobreza versus riqueza), estrutura produtiva (base agrícola versus base industrial), estrutura urbana (meio urbano versus meio rural), modos de transporte e dotação de recursos naturais. Esses elementos estão na base dos conceitos de acessibilidade, economias e deseconomias de aglomeração, entre outros.

De forma conclusiva, o autor explica que o tamanho da região, a constituição e a dinâmica influenciarão seu desempenho em relação à média nacional. Desse modo, não importa a definição de região ou

onde são colocadas suas fronteiras: ela terá um dinamismo próprio em função de seus elementos constitutivos. Então, a região tem de ser definida por sua estrutura econômica e pelo seu maior ou menor dinamismo de crescimento. É claro que áreas dinâmicas tendem a atrair fatores de produção e a crescer ainda mais rapidamente, enquanto regiões com problemas estruturais tendem a repelir o fator trabalho e o capital. Independente das implicações conceituais, a questão nevrálgica, para o desenvolvimento regional, está na determinação dos mecanismos que causam e aceleram as disparidades espaciais. A partir destes elementos, destaca-se a abordagem da geografia econômica que se constitui em outro exemplo dos vínculos multidisciplinares entre a geografia e a economia.

Diante da dimensão global dos sistemas produtivos, o território que é o *locus* da vida humana e do cotidiano, retoma seu lugar no debate com as contribuições de Barquero (2001). Ao considerar a globalização um processo vinculado ao território, uma vez que a dinâmica e os ajustes produtivos dependem das decisões sobre investimento e localização tomadas pelos atores econômicos, as especificidades materializadas em cada território definem sua capacidade de atração ou repulsão aos investimentos, bem como o comportamento dos atores locais e das instituições que contribuem para o funcionamento do mercado.

Dentre as novas contribuições, destaca-se a Teoria do Desenvolvimento Endógeno proposta por Barquero (2001) que, como todos os demais, parte do contexto da globalização para construir sua proposta teórica. Para ele a globalização resultou no aumento da concorrência nos mercados, na necessidade de ajuste dos sistemas produtivos nacionais e formas mais flexíveis de produção, que produziram novos espaços produtivos. É preciso contextualizar a globalização para discutir o desenvolvimento em sua perspectiva territorial? O autor explica que é um processo vinculado ao território, pois a dinâmica e o ajuste produtivo dependem das decisões sobre investimento e localização tomadas pelos atores econômicos em função de atração de cada território. Ou seja, o novo paradigma pauta-se na dimensão global dos sistemas produtivos e dos mercados.

Outros elementos adicionam complexidade ao debate, uma vez que o Estado cedeu o seu papel de protagonista às empresas inovadoras e, portanto, há um novo contexto para a questão do desenvolvimento que requer a análise dos fatores que determinam os processos de acumulação de capital.

A internacionalização dos mercados e da produção está ligada à informação e ao uso de novas tecnologias. Por isso, a questão central da dinâmica e da mudança estrutural das economias locais e regionais pauta-se na identificação dos processos de acumulação de capital que impulsionam o desenvolvimento econômico. É fundamental compreender a dinâmica econômica e social que permite considerar as respostas dos atores econômicos e identificar os mecanismos de desenvolvimento.

Em sua proposta da Teoria do Desenvolvimento Endógeno, Barquero (2001) centra as atenções na acumulação de capital e no progresso tecnológico enquanto fatores-chave para o crescimento econômico e desenvolvimento endógeno, já que possibilita: economias de escala¹², economias externas¹³ e internas, redução de custos totais e de transação.

Para a TDE, é primordial compreender o papel dos atores econômicos, privados e públicos nas

12 Corresponde à produção de bens em larga escala com vistas a redução de custos; resultam da racionalização intensiva da atividade produtiva decorrente do empenho sistemático de novas tecnologias e processos de automação, organização e especialização do trabalho.

13 Aqui é possível relacionar com economias de aglomeração.

decisões de investimento e localização e o desenvolvimento ocorre em consequência da utilização do potencial e do excedente gerado localmente. Sendo, para tanto, fundamental: a criação e difusão de inovações no sistema produtivo, a organização flexível da produção, a geração de economias de aglomeração e de diversidade e o fortalecimento das instituições.

A dinâmica produtiva é condicionada pela introdução e difusão das inovações e do conhecimento que impulsionam a renovação do sistema produtivo e a acumulação de capital se traduz em acumulação de tecnologia e conhecimento; que, por sua vez, dependem de como as mesmas se difundem no tecido produtivo e de qual é a estratégia tecnológica adotada, uma vez que estão condicionadas pelo entorno (empresas, instituições, atores econômicos e sociais) e melhoram o “estoque” de conhecimento tecnológico e criam economias externas.

A organização do entorno (onde se estabelecem as relações entre empresas, provedores e clientes) condiciona a produtividade e a competitividade das economias locais e assim, o sistema de empresas locais é um dos mecanismos pelos quais ocorre o crescimento e a mudança estrutural. Eis o *locus* do potencial de desenvolvimento econômico local.

A perspectiva local é enaltecida uma vez que a cidade corresponde a um território formado por um espaço construído e por um conjunto de atores que tomam decisões de investimento e de localização das atividades produtivas: “O espaço de competitividade criado pelo processo de globalização induz as cidades a responderem estrategicamente através de iniciativas locais, capazes de estimular os processos de desenvolvimento endógeno.” (BARQUERO, 2001, p. 24).

Portanto, o desenvolvimento tem raízes institucionais e culturais que favorecem ou não a atividade econômica; é o sistema de instituições que permite produzir bens públicos e relações de cooperação entre atores que contribui para a aprendizagem e inovação e maiores condições de competitividade. Para tanto, o teórico defende políticas locais de desenvolvimento (abordagem de baixo para cima).

[...] o desenvolvimento endógeno é uma interpretação que permite explicar os processos de acumulação de capital e identificar os mecanismos que contribuem para o aumento da produtividade e competitividade de cidades e regiões. É uma interpretação voltada para a ação, associada ao momento em que a sociedade civil se mostra capaz de dar, mediante a política de desenvolvimento local, uma resposta aos desafios produzidos pelo aumento da concorrência nos mercados (BARQUERO, 2001, p. 33).

O paradigma desta proposta pode ser entendido a partir da expansão do sistema produtivo e sua correspondente transformação pela utilização do potencial de desenvolvimento existente no território mediante investimentos realizados por empresas e agentes públicos e sob o crescente controle da comunidade local.

De modo sintético, é correto afirmar que as palavras-chave desta proposta se pautam no crescimento econômico e mudança estrutural, enfoque territorial (sendo o território um agente de transformação e não mero suporte); papel das pequenas e médias empresas (dada sua flexibilidade podem ocupar papel de protagonistas nesse processo).

Em relação às dimensões do desenvolvimento endógeno, Barquero destaca: a econômica (sistema específico de produção capaz de assegurar aos empresários locais o uso eficiente dos fatores produtivos e a melhoria dos níveis de produtividade que lhes garantem competitividade); a sociocultural (os atores econômicos e sociais se integram às instituições locais e formam um denso sistema de relações que incorpora

os valores da sociedade ao processo de desenvolvimento); e a política (se materializa nas iniciativas locais, possibilitando a criação de um entorno local que incentiva a produção e favorece o desenvolvimento sustentável).

O desafio está na condição de que as iniciativas locais precisam conjugar a eficiência na alocação dos recursos públicos e privados, a equidade na distribuição da riqueza e do emprego e o equilíbrio em termos de meio ambiente.

A política para a promoção do desenvolvimento nesta perspectiva pressupõe a gestão descentralizada haja vista não haver um único caminho para o desenvolvimento: a resposta local não está predeterminada em função do potencial de crescimento, do sistema organizacional e da dinâmica de aprendizagem de cada território.

Respostas locais para os desafios globais?

No sentido de resgatar a discussão para o campo da economia política do desenvolvimento, Brandão (2007) criticou a assimilação direta do que ele denomina de modismos ou “pensamento único” e universal disseminados pela literatura internacional contemporânea. Segundo o autor, o perigo está na banalização das questões que ignoram a natureza estrutural, histórica e dinâmica do capitalismo e que indicam a possibilidade de um novo padrão de desenvolvimento baseado essencialmente no âmbito local (leia-se micro decisões e vantagens de escala menor). A questão fundamental é que essa posição de desmerecimento dessas questões leva à negação da interferência da política, dos conflitos de classes sociais, o papel da ação estatal e o espaço nacional e, conseqüentemente, todas as escalas entre o local e o global.

Essa endogenia exagerada, para o autor, promete capacidade de inserção dos diferentes territórios na modernidade de modo a engendrar um processo virtuoso de desenvolvimento, subestimando a capacidade local de regulação:

Ora o local se apresenta como entidade do futuro, à mercê de uma razão instrumental avassaladora, ora se cai no anacronismo de proclamar o ressurgimento de um agrupamento comunitário e solidário, baseado em relações de reciprocidade, em que as relações mercantis foram subordinadas pelo consenso cívico e cidadão (BRANDÃO, 2007, pp. 42-43).

Para esta perspectiva local/endógena, as categorias e conceitos contrapõem-se aos da divisão social do trabalho. Não se trata mais de sociedade, classes sociais, capital *versus* trabalho, propriedade dos meios de produção, Estado, ação pública, fatores exógenos e macroeconômicos, padrões concorrenciais, estruturas produtivas, poder e hegemonia, equidade e ética. Nesse ponto de vista, os elementos primordiais de análise consideram a comunidade, atores e agentes, capital (social, cultural, humano), agenciamento das habilidades, mercado, iniciativa privada e parceria público-privado, fatores endógenos e microeconômicos, micro e pequena empresa e empresas em rede, atmosfera e espírito empreendedor, eficiência e estética.

Ao ignorar a dinâmica concentradora, hierárquica e oligopolística do atual estágio do capitalismo, defendem as vantagens aglomerativas como fontes de conhecimento e aprendizagem. Por sua vez, a realidade pós-industrial é apresentada como situação irreversível que teria criado amplas possibilidades. Ao desconsiderar o novo quadro mundial e o redesenho da geografia econômica mundial ignora o aperfeiçoamento dos instrumentos de ação da acumulação capitalista que gera processos multi escalares que

requerem novos padrões locacionais, reafirmando ou negando externalidades locais e regionais, portanto, desconstruindo regiões (tendências e contra tendências). Essa seletividade reforça a natureza desigual da acumulação capitalista.

A abstração das propostas endógenas e dos fenômenos regionais reforça a tese de Brandão de que é impossível propor uma teoria do desenvolvimento com validade universal. É imprescindível pensar a escala regional enquanto *locus* de reprodução social específico a partir da divisão inter-regional do trabalho, haja vista que:

Sob o regime capitalista de produção, a divisão social do trabalho se aprofunda e sofisticada, a recorrentemente, as articulações entre espaços diferenciais se processam de forma regular e ordenada – embora com natureza desigual, complexa e de forma combinada e sujeita a um processo de evolução hierárquica - submetidas a leis, centros de controle e padrões diversificados e específicos de inserção (BRANDÃO, 2007, p. 69).

A proposta do autor é construir uma proposta teórica para o desenvolvimento não a partir de regiões delimitadas, uma vez que os limites das fronteiras territoriais são constantemente desfeitas para criar condições de valorização do capital, mas a partir dos processos de homogeneização (espaço unificado para a valorização do capital), integração (diversas frações do capital no concerto de uma divisão social do trabalho), polarização (sistema de relações centro-periferia) e hegemonia (poder desigual de decisões).

Considerações Finais

Não é possível fazer uma discussão consistente sobre as propostas teóricas e alternativas de promoção do desenvolvimento se a dinâmica atual do capitalismo em escala global não for considerada enquanto um fator condicionante.

A questão fundamental é compreender que esse fenômeno não encontra explicações ou consequências meramente econômicas. Tanto a globalização quanto a problemática do desenvolvimento devem necessariamente ser analisadas de modo multidisciplinar. As páginas anteriores buscaram, de forma sintética, indicar a convergência epistemológica da geografia e da economia nessas temáticas a partir de autores específicos e de pesquisadores da área do planejamento urbano e regional.

A dinâmica da globalização e suas consequências são discutidas tanto pelos geógrafos (como Milton Santos e Porto-Gonçalves) como por economistas (inclusive um Nobel em Economia) corroborando com a premissa de que é um fenômeno da geografia econômica mundial.

A análise sintética da evolução dos diferentes enfoques para o desenvolvimento indicou uma discussão permeada por distintas categorias e escolhas conceituais. E ainda, embalada por diferentes visões sobre os impactos da globalização nas diferentes escalas territoriais que afluem em propostas que não estão imunes ao pensamento crítico. A própria definição de região impõe desafios teóricos e empíricos.

Ademais, conclui-se que tanto as abordagens clássicas que enfatizam a dinâmica específica do crescimento econômico, a partir do comportamento da acumulação de capital e do progresso tecnológico, quanto as mais contemporâneas e/ou territorialmente delimitadas contribuem para a evolução do debate que está longe de ser superado.

A atual conjuntura econômica mundial indicou que esta discussão é ainda mais urgente e a pers-

pectiva crítica da geografia é essencial para a proposição de uma política econômica efetivamente capaz de promover o crescimento econômico sustentado e o desenvolvimento.

Referências

- ACEMOGLU, D. ROBINSON, J. **Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- AKTOUF, O. **Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome do avestruz**. Tradução Maria Helena C.V. Trylinski; revisão técnica Roberto Costa Fachin. São Paulo: Atlas, 2004.
- BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.
- BRANDÃO, C. **Território & Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Dinâmica territorial do desenvolvimento. IN: BECKER, D. F. WITTMANN, M. L. (Org.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- DINIZ, C. C. **A busca de um projeto de nação: o papel do território e da política regional e urbana**. Revista Economia, Brasília (DF), v.7, n. 4, dez/2006.
- ENRÍQUEZ, M. A. **Trajetórias do Desenvolvimento: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- GONÇALVES, R. **Globalização e Desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- HIRST, P.; THOMPSON, G. **Globalização em questão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- IANNI, O. **A Era do Globalismo**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- IANNI, O. **Teorias da Globalização**. 13ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- JONES, C. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- JONES, H. G. **Modernas teorias do crescimento econômico: uma introdução**. São Paulo: Atlas, 1979.
- MANKIW, G.; D. ROMER; D. WEIL. **A Contribution to the Empirics of Economic Growth**. Quarterly Journal of Economics. Cambridge, v. 107, n. 2, p. 407-437, May 1992.
- MÉNDEZ, R. **Geografía económica: la lógica espacial del capitalismo global**. Barcelona: Editorial Ariel, 2006.
- MULS, L. M. **Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais**. Revista Economia, Brasília (DF), v.9, n. 1, jan-abril/2008.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

REBELO JUNIOR, M. **O desenvolvimento sustentável: a crise do capital e o processo de recolonização**. Tese de Doutorado, USP, 2002.

ROMER, P. M. Increasing returns and long-run growth. **Journal of Political Economy**, v. 94, n. 5, 1986.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SOLOW, R. A contribution to the theory of economic growth. **The quarterly of Journal of Economics**. Vol. 70, n.1, p.65-94, Fev. 1956.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

STIGLITZ, J. E. **A Globalização e seus malefícios: a promessa não cumprida de benefícios globais**. Tradução Bazan Tecnologia e Linguística. São Paulo: Futura, 2002.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

4. BRASIL E O MOTO “STOP AND GO”: NOSSAS VARIADAS VULNERABILIDADES ECONÔMICAS

*Clerisnaldo Rodrigues de Carvalho*¹

O país, apesar de sua história recente no contexto do capitalismo mundial, ainda ser muito recente, e nada mais que um achado das lógicas de expansão do capitalismo europeu dos séculos XV e XVI, as vulnerabilidades (externas) permanecem como situações factuais das nossas muito variadas questões e atavismos herdados; muitos deles provenientes de nosso “status” colonial atrelados à metrópole portuguesa e as fases do capitalismo de então; outras provenientes de nossa inserção subalterna na economia mundial nas mudanças perfiladas pelo capitalismo mundial; sem contar os modismos e preferências de nossas “elites” ou classes dirigentes (econômicas e políticas, acadêmicas) que tem sido objeto de emulação vindas do exterior. Nosso propósito nesse trabalho é investigar nossas vulnerabilidades econômicas, em especial, as mais recentes.

A percepção que se tem do país, para um visitante estrangeiro, é que damos dois passos adiante, algumas vezes, mas voltamos em pouco tempo às atávicas situações de nosso atraso e subdesenvolvimento e, por conseguinte, o nosso lugar no mundo – o de sermos uma área geográfica da periferia dominada por poderes econômico-político- ideológicos externos muito fortes, mas muito atraentes na história do Brasil (colônia-império e república) e, por conseguinte, aceitas e adaptadas e emuladas internamente por nossas classes dirigentes muito facilmente.

As fases de mudança e ruptura no país, ainda que em espaços temporais reduzidos e pequenos, nos mostram a potência relativa de mudanças, uma espécie de cadinho de um por vir de diferentes momentos acionados e acicatados por uma sociedade nacional heterogênea em quase tudo, mas que apresenta um enfeixe e cardápio de mudanças em momentos muito breves de nossa história contemporânea que são relevantes e nos alertam para buscarmos certo papel e espaço de relevância no mundo, dada a grandeza socioespacial (população e estoques de recursos naturais), da fabulosa riqueza cultural miscigenada, exposição e singularidade da nossa etnicidade, mas também da mescla cultural tão negada pela cultura dominante e, que tende a permanecer fortalecida dada a pugna dos poderes econômicos vigentes que buscam produzir culturas de massas comercializáveis e adaptáveis às modas hodiernas no tempo de liquidez estonteante.

O que iremos tratar nesse texto versa sobre as nossas vulnerabilidades (externas), enquanto País e Nação sob as questões econômicas basicamente. Nesse sentido, ao observar uma definição do verbete vulnerabilidade o dicionário nos expressa dessa forma esse termo: “característica, particularidade ou estado que é vulnerável; qualidade que pode se encontrar vulnerável”. Vulnerabilidade não é outra coisa senão fra-

¹ Professor Assistente Doutor na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Ourinhos/SP. E-mail: clerisnaldo@ourinhos.unesp.br

gilidades e fraquezas com as quais nossas classes dirigentes se adaptam, emulam como verdades axiomáticas produzidas nos centros do sistema e que não devemos nos insurgir. É um termo um tanto quanto complexo e abrangente quando se trata da economia, da política, cultura e sociedade. Ainda mais de um país periférico no sistema de ordenamento internacional como é o caso do Brasil, com sua condição materializada desde a colonização dos séculos XV-XIX – uma colônia agroexportadora sedimentada no latifúndio e trabalho escravo, basicamente uma colônia exportadora de monoculturas agrominerais em espaços socioterritoriais temporalizados e obedecendo às lógicas externas (cíclicas) em termos de demandas econômicas e de acumulação capitalista.

O Brasil permanece sendo um espaço de dominação econômica externo

Como é sabido, o Brasil foi uma colônia de Portugal. Aqui no território brasileiro, a metrópole portuguesa introduziu o capitalismo comercial-mercantil e, nesse sentido, o Brasil é amalhado por lógicas econômicas vigentes do capitalismo europeu dos séculos XV-XVI.

A introdução da grande lavoura canavieira foi um elemento essencial no trânsito dessa aproximação colônia-metrópole e mercado capitalista europeu. Os ciclos econômicos se superpõem, conforme as demandas mundiais (um ciclo inicial curto de pau-brasil; um ciclo mais elástico de extração de cana-de-açúcar; um ciclo mais curto de ouro; e outro ciclo importante, o café, entre outros menores).

Todos esses ciclos ocorreram em espaços socioterritoriais diversos nas várias regiões componentes do território nacional. É uma espécie de transferência geográfica do valor, dada à qualidade do solo, da facilidade de mão de obra, da localização da produção existente e mercado externo, pugna máxima da circulação e da realização do intercâmbio econômico em termos de valor etc.

Em outras palavras, estamos falando dos fatores de produção a serem explorados: terra-capital-trabalho, mediatizados pelo fator trabalho, única forma de produção da riqueza; primeiro trabalho escravo indígena num espaço e tempo curtos, logo depois, trabalho escravo negro numa temporalidade bem maior que a primeira etapa com trabalho indígena, e somente no século XIX, trabalho assalariado no cafezal paulista e estados contíguos da região Sudeste do Brasil. Não falamos dos ciclos menores, mas que também são importantes como é o caso da borracha e do algodão nos séculos XIX e XX respectivamente, mas de ciclo menor e de menor importância nacional, ainda que de grande importância regional e local na dinâmica econômica que se estende das cidades ao campo e vice-versa. A produção é no campo, mas o baronato vive na cidade, numa interrelação com os movimentos exportadores e a política doméstica (nativa), em suas múltiplas escalas vetor-escalares - local, regional e nacional.

A característica fundamental observável em todos os ciclos econômicos e que são semelhantes, é justamente, a economia cíclica estar voltada aos interesses de grupos econômicos regionalistas atrelados ao comércio externo e demandas econômicas das economias externas, já produzindo de forma embrionária a inserção econômica do Brasil de forma subordinada e subalterna. E não importa a característica do sistema econômico imperante do capital, capital comercial-mercantil, capitalismo industrial e monopolista, e mesmo hoje, o capitalismo tecnológico-financeiro. Essa é a lógica imperante, um atrelamento consistente com os centros de poder mundial, sem amalgamar e cimentar um projeto consistente de nação, aliás essa ideia

é constantemente abortada pelas classes dirigentes e bombardeado pelas grandes mídias, grande parte da academia, e empresariado nacional.

Em que pese uma radiografia muito rápida da história econômica e dos nexos espaciais diversos no país na apropriação do excedente econômico, a acumulação primitiva se fez sob os atavismos de nosso subdesenvolvimento. Essa é uma condição atávica que abraça e ombreia a nossa *démarche* capitalista.

É como se fosse o deus Atlas que carregamos nas costas, com fraquezas e deficiências incapazes de nos rebelarmos enquanto sociedade e apear-mos Atlas dos nossos ombros e costas. Conquanto, apesar de ter sido uma colônia de exploração, e imperativos capitalistas vigentes, empreendemos sobremaneira e conseguimos transformar numa pujante economia semi-industrial no século XX e industrial com gargalos na transição da 2^{a.} para a 3^{a.} Revolução Industrial (últimas décadas do século XX), e acresce-se uma crescente reprimarização da economia e/ou desindustrialização atual (últimos 20 a 30 anos), inclusive quando se fala do estado d'arte da indústria atual (indústria 4.0) continuamos a nos distanciar desse processo dinâmico e altamente tecnologizado protagonizado no centro do sistema capitalista.

E como *soi-disant*; com todas as contradições internas, as bases desse empreendimento econômico foram lançadas com a economia cafeeira, que prosperou nas terras do território paulista e estados adjacentes do final do século XIX e parte do século XX (até 1930). Celso Furtado (2008) em seu livro, "Formação Econômica do Brasil", faz uma bela leitura da transição do café para a industrialização no país.

Na realidade, o café foi o acicate essencial na transposição de um país rural para um país urbano-industrial ou, mesmo de uma economia colonial desarticulada espacialmente em direção a uma economia industrial (articulada e dependente). Como bem lembra Bresser-Pereira (1998, p. 25) em termos de subdesenvolvimento e dependência da economia brasileira, afirma que "A economia brasileira é subdesenvolvida e dependente. Subdesenvolvimento significa fundamentalmente baixa produtividade do trabalho [...]. Somos paradoxalmente um país subdesenvolvido e industrializado [...]".

Sem embargo, o nosso subdesenvolvimento, uma herança pretérita provinda dos nossos enlances com o capitalismo mundial ainda preserva *in totum*, adentrando o século XXI em perspectiva histórica. A metáfora furtadiana do deus Janus é lapidar sobre esse quesito – tanto olha para a frente como para trás, não tem orientação definida. Essa é a sua característica emblemática, mas passível de meditação intelectual.

Dito isso, o subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento, pelo contrário, está presente nas entranhas e nervuras das sociedades de formação social e econômica periféricas. Essa é uma das chagas violentas das sociedades periféricas e mantém-se numa relação de causa-efeito na manutenção do atraso secular e das várias vulnerabilidades existentes que afetam essas ditas sociedades. É o caso do Brasil.

Porquanto, a ideia comparativa de subdesenvolvimento, como etapa do desenvolvimento, isso não tem correspondência na análise centrada na história da economia mundial. Na realidade, e isso já pode se dizer com certa assertividade, no enalço de Celso Furtado (1974), a possibilidade encadeadora de um país subdesenvolvido alcançar o desenvolvimento nos moldes do modo de produção vigente, é praticamente nula. Daí que C. Furtado defende,

[...] o desenvolvimento econômico – a ideia de que os países pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista [...]. Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito [...] (FURTADO, 1974, p. 75).

Na realidade, o que temos na economia mundial é uma relação dialética entre os sistemas econômicos nacionais² (quando ele existe de fato, já que pode ser amealhado pelas grandes corporações internacionais) e o sistema econômico mundial, este altamente hierarquizado. Todavia, o sistema como um todo, se ajusta paradoxal e dialeticamente entre a periferia (grande maioria dos países), uma semiperiferia (países de industrialização tardia e dependente), e países do núcleo orgânico (países desenvolvidos). Numa mesma toada à la Celso Furtado, assinalada acima, G. Arrighi (1998) arrisca dizer [...] a riqueza dos Estados do núcleo orgânico [...] Não pode ser generalizada porque se baseia em processos relacionais de exploração e processos relacionais de exclusão que pressupõem a reprodução contínua da pobreza da maioria da população mundial (ARRIGHI, 1998, p. 217).

Se seguirmos à risca o que os expoentes acima colocam, e não deixam dúvidas, é que o sistema econômico mundial e toda a sua engrenagem está estruturada para fazer com que a riqueza mundial – o que não deixa de ser renda a longo prazo, (cf. ARRIGHI, op. cit. p. 221) – seja colhida no que tange a seus benefícios de forma muito diversa e atenda aos interesses de uma hierarquização mundial de poder (riqueza). Obviamente, que nesse sistema hierarquizado as frações de riquezas serão distribuídas de forma muito desigual nas áreas geográficas do planeta entre os três conjuntos de países, conforme assinalados anteriormente. Então vejamos isso nas palavras de G. Arrighi:

[...], o traço mais essencial da economia capitalista mundial é a recompensa desigual por esforços humanos iguais e oportunidades desiguais de uso de recursos escassos. Consequentemente, apenas uma minoria da população mundial desfruta da riqueza democrática³ e o faz somente por meio de uma luta perene contra as tendências excludoras e exploradoras através das quais a riqueza oligárquica dos Estados do núcleo orgânico é criada e reproduzida (ARRIGHI, 1998, p. 218).

Conquanto, não podemos perder de vista que a dicotomia binômica subdesenvolvimento/desenvolvimento aparece como uma situação disforme, uma distopia moldada pelas características da história mundial do capitalismo e está registrada no espaço geográfico mundial, bem como nas variadas escalas e paisagens geográficas. Ainda que a periferia do mundo tenha ingressado num processo de desenvolvimento industrial, as marcas do subdesenvolvimento fazem parte das paisagens diversas. Em algumas mais acentuadas que outras. Com isso, pode-se dizer que o desenvolvimento (desigual) “[...] é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados” (SMITH, 1988, p. 221).

Mas se tivermos sempre em alta conta os ensinamentos de Marx, sabemos que o princípio motor e fulcral do capitalismo é revolucionar-se a si mesmo constantemente, inclusive sua base produtiva por meio da revolução das técnicas de valorização do capital. O que não deixa de ser uma importante ação fenomênica da ação do capital. Por isso, D. Harvey diz acertadamente,

O capitalismo apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão. A expansão é simultaneamente, *intensificação* (de desejos, e necessidades sociais [...]) e *expansão*

² Celso Furtado (2000, p. 8) faz uma observação pertinente sobre essa conceituação e afirma que “Um sistema econômico nacional não é outra coisa senão a prevalência de critérios políticos sobre a lógica dos mercados na busca do bem-estar coletivo”. Da mesma forma, Carlos F. Lessa (2005, p. 8) repara que a concepção de um sistema econômico deve ser visto como “[...] um conjunto de fenômenos inter-relacionados, que deve ser apreciado em sua totalidade se se deseja entender quaisquer de suas partes [...]”.

³ Cabe a seguinte observação dada por G. Arrighi (1998, p. 216) sobre dois tipos de riqueza, a democrática e oligárquica com base em R. Harrod (1958). A riqueza democrática é o tipo de domínio sobre os recursos, que em princípio, está disponível para todos em relação direta com a intensidade e eficiência de seus esforços. A riqueza oligárquica, em contrapartida, não tem qualquer relação com a intensidade dos esforços dos seus receptores e nunca está disponível para todos, não importa quão intensos e eficientes são seus esforços. E Arrighi acrescenta que elas (as riquezas) são separadas por um “golfo intransponível”.

geográfica. Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação [...] (HARVEY, 2005, p. 64).

A industrialização periférica do mundo, ainda que tenha perseguido avanços importantes, é no seu bojo mais uma modernização conservadora, a escamotear as contradições das sociedades de classes internas e externas. A ideia comparativa, portanto, de que industrialização é sinônimo de desenvolvimento deve ser questionada sempre. Mas, a industrialização é um caminho, um movimento de transladar os mecanismos impostos pelas lógicas capitalistas; sem ela, ainda que de forma dependente, a mitigação (caso brasileiro) e eventual superação do subdesenvolvimento (caso coreano e italiano) muito provavelmente não ocorreria. Num sistema tão hierarquizado como o sistema mundial, os termos do intercâmbio entre países são mais uma das muitas modalidades de polarização entre as nações-estados. Essa polarização é mais nítida frente ao gradiente de acumulação da riqueza entre áreas geográficas periféricas e núcleo orgânico para pegarmos os polos distintos dessa hierarquia de riqueza mundial.

Por isso, frisa-se, o sistema mundial é ao mesmo tempo paradoxal e dialeticamente organizado nas suas partes configurativas, isto é, o desenvolvimento prescinde do subdesenvolvimento na sua manutenção e perpetuação de sua engrenagem de poder e riqueza.

Posto isso, como salienta Arrighi (1998, p. 215), nesse sistema mundial de condomínios distintos a riqueza mundial é canalizada de forma distinta e diversa. O núcleo orgânico e seus Estados, “[...] apropriam de uma parcela desproporcional dos benefícios da divisão mundial do trabalho”, os países na base inferior, “[...] colhem os benefícios que, no máximo, cobrem os custos a longo prazo da participação na divisão mundial do trabalho[...]”, e por fim, os países intermediários (e esse é nosso caso do Brasil), por sua vez, “[...] se apropriam dos benefícios que excedem os custos a longo prazo da participação na divisão mundial de trabalho, mas menos do que é necessário pra manter o padrão de riqueza estabelecidos pelos Estado do núcleo orgânico”. Essa é a lógica da engrenagem e os mecanismos de sincronicidade dos atores econômico-sociais-políticos e seus respectivos Estados-nações no que tange aos padrões de distribuição de riqueza e da acumulação capitalista.

Brasil, um país subdesenvolvido e de industrialização intermediária

No século XX passamos por muitas transformações e o quesito que queremos destacar é o da industrialização tardia. Os avanços técnicos-científicos do período de *catch-up* (alcançamento) da industrialização foram enormes. Saímos da condição de uma economia de base agrícola e nos transformamos em uma economia industrial em meados das décadas posteriores a 1930 e que foram surpreendentes. Contudo, esse acicate só foi possível graças a um papel decisivo do estado brasileiro que assumiu a batuta do industrialismo.

Numa abordagem essencialmente de esquerda marxista, o amálgama e a soldadura do Estado nacional com o capitalismo é extremamente pertinente, isto é, há uma relação estreita entre o Estado e as performances do capital no processo de circulação entre a produção e a realização no modo de produção capitalista no que tange ao valor.⁴ Seja no controle da mão de obra, seja nas lógicas de expansão mobiliária

⁴ HARVEY, D. A loucura da razão econômica. São Paulo: Boitempo, 2008.

do capital em termos espaciais e mesmo no processo de acumulação. Daí, como aponta D. Harvey ao enfatizar o escopo teórico marxista:

[...] A vantagem de uma abordagem inteiramente teórica referente ao Estado sob o modo capitalista de produção e que ajuda a distinguir como afirmou Gramsci, entre o que é “orgânico” (necessário) e o que é “conjuntural” (acidental) em relação a uma forma específica assumida pelo Estado numa particular situação histórica. Além disso, há claramente, a percepção de que o modo capitalista de produção e a democracia burguesa são orgânicos entre si e não estão simplesmente relacionados de modo conjuntural [...] (HARVEY, 2005, p. 88).

Contudo, se os esforços do Estado nacional brasileiro e suas “elites” econômicas em alavancar a industrialização tardia, atingindo de forma setorizada ganhos substantivos em termos de produto interno bruto industrial (indústrias leves e alguns setores mais dinâmicos e de valor agregado maior), o efeito disso foi o aprofundamento da concentração de renda nacional. Já na entrada dos anos 1980 e anos 1990 a indústria brasileira cambaleou e deu marcha forçada para trás devido à incapacidade de penetrar nas cadeias produtivas mais sofisticadas do mercado mundial da 3ª. Revolução Industrial. A dívida externa e a abertura neoliberal de Collor de Mello nos anos 1990 representaram um revés para a economia industrial brasileira.

Alguns outros aspectos são relevantes, em especial, as questões ligadas aos métodos de gerenciamento e de gestão empresarial, um conjunto de ineficiências provocadas por um quadro inflacionário bastante agudo, sem contar as técnicas de produção mais eficientes nos centros dinâmicos do capitalismo, entre outros fatores.

Cabe destacar esse período conforme entendimento de Barros de Castro ao afirmar comparativamente a situação da manufatura mundial e a doméstica. Em suas palavras:

[...] as exportações mundiais de manufaturas, que de 1980 a 1985 haviam crescido 1,0% ao ano, passaram a se expandir a 12,5% ao ano de 1985 a 1990. A economia brasileira, por contraste, perdia *market share* nos mercados mundiais, enquanto as suas empresas, em regra, apenas sobreviviam, permanecendo à margem da onda de renovação e mudança que varria as regiões industrializadas (CASTRO, 2001, p. 4-5).

Dito isso, depois da crise da dívida e da década perdida dos anos 1980, entramos noutra década perdida, a de 1990, sob a bandeira fantasiosa da globalização e do neoliberalismo vigentes até hoje (em graus variados e dependendo do governo de plantão). Mais adiante voltaremos a esse tema, considerando na nossa análise a espada de Dâmocles como potencial destruidor de nossas capacidades desenvolvidas e acentuação de nossas vulnerabilidades externas.

Esse é um campo das vulnerabilidades mais atinentes no Brasil dos últimos 20 e 30 anos. As políticas neoliberais e a ideologia da globalização solaparam os instrumentos de política nacional de desenvolvimento e colocaram o país frente aos competidores mais robustos na escala internacional. Isso não quer dizer que não tenhamos aceitado dogmas e instrumentos político-ideológicos (as chamadas *best-practices*) noutros momentos⁵. Sem embargo, esses últimos dogmas ideológico-políticos arrebutaram com a ideia genuína reconhecida na Carta da ONU sobre a soberania estatal territorial dos Estados nacionais e mesmo algo que é perseguido por homens de estado, intelectuais, militares ao longo dos últimos 150 anos que é a ideia de construção nacional.

⁵ Cf. assinala GUIMARÃES (2006, p. 226): “A sociedade brasileira é vulnerável ideologicamente porque parte majoritária de suas elites, em vez de preocupar governar para o povo, prefere governar para os interesses internacionais de toda ordem. Desejam essas elites ser aceitas como representantes de um *país normal*, de uma *sociedade jovem*, mas *civilizada*, que não *confronta* os interesses das grandes potências e com elas colabora [...]” (itálicos do autor).

Se nos anos de industrialização intensa no Brasil, em especial no governo JK (1956-61), e governos posteriores, dado o grau de penetração das grandes empresas multinacionais e capitais internalizados acarretando mudanças substantivas no sistema econômico nacional, o que se pode chamar como um momento de inserção maior da economia brasileira na economia mundial comandado pelas lógicas das grandes empresas estrangeiras, o papel do estado nacional, apesar dos abalos, ainda era significativo na gestão do território e do planejamento econômico.

Sem embargo, a industrialização dependente de capitais externos⁶ e padrões tecnológicos do centro do capitalismo têm contradições bastante acentuadas e problemáticas ao comparar o desenvolvimento capitalista em duas áreas geográficas diferenciadas em termos de implantação de modelos econômicos (o modelo da independência, adotado pelos tigres asiáticos; o modelo de integração, modalidade adotada pelo Brasil). Alice H. Amsden (2009) sugere duas questões importantes, a saber:

[...] os dois modelos divergentes de desenvolvimento que emergiram no “resto”. Em um dos modelos, o da *independência*, as empresas líderes são de propriedade nacional (ou joint ventures majoritárias), a decisão de “fazer” tecnologia prevalece e a relação com empresas estrangeiras envolvem concorrência. No outro modelo, o da *integração*, as empresas líderes são de propriedade estrangeira (ou joint ventures minoritárias), a decisão de “comprar” tecnologia prevalece e as relações com empresas estrangeiras envolvem integração (AMSDEN, 2009, p. 359; itálicos da autora).

É possível, apontar a partir do exposto acima, um conjunto de vulnerabilidades econômicas cuja gênese está presente na nossa matriz econômica e industrial. A economia industrial brasileira, que perfilou numa condicionante estratégica (Estado-empresa nacional-empresa multinacional) e que devido aos aportes de capital de investimento dos grandes grupos internacionais, associado ao paradigma tecnológico para incrementar a produtividade do trabalho e estabelecer externalidades nas chamadas eficiências de transbordamento no sistema econômico como um todo no longo prazo, é daí a prioridade dada ao investimento externo direto (IED). Volumes imensos de recursos dos fundos públicos estatais, via bancos de fomento, financiaram as estratégias corporativas a longo prazo no território nacional e seu desenvolvimento econômico.

Considerando as estratégias estabelecidas no Brasil e, tendo uma visão de longo prazo, observamos que as atividades industriais dentro do paradigma “integracionista”, sugerido por Amsden levou a uma acomodação com os países desenvolvidos, mas ao mesmo tempo, levou o país a uma maior dependência externa de capitais e tecnologias.

A ideia de transbordamento ou externalidades industriais na economia como um todo, ainda que tenha ocorrido, de forma setorizada, não fora suficiente para alavancar o desenvolvimento tecnológico de uma forma geral na economia. Assim, continua valendo a velha máxima: tecnologia se faz em casa com poupança interna.

⁶ Uma observação pertinente de T. Piketty (2014, p. 74 e ss.) em “O capital no século XXI” nos chama muito a atenção quando se fala de investimentos estrangeiros na Ásia e que difere em demasia da América Latina e Brasil. “Nenhuma das nações asiáticas que reduziram o atraso em relação aos países mais desenvolvidos, quer se trate do Japão, da Coreia e de Taiwan no passado ou da China hoje, se beneficiou de investimentos estrangeiros substanciais. Basicamente todos esses países financiaram os próprios investimentos em capital físicos de que necessitavam e, sobretudo, os investimentos em capital humano [...]”. Nessa mesma perspectiva A. H. Amsden (2009, p. 231) numa periodicidade mais ampla quanto aos investimentos estrangeiros e seus obstáculos ao desenvolvimento econômico nacional registra que “[...] desde o século investimento estrangeiro direto no “resto” tendeu a retardar em vez de motivar o desenvolvimento econômico – este floresceu tardiamente, depois que o investimento nacional entrou em alta]”.

O resultado disso, já em perspectiva histórica desde meados dos anos 1980, acentuado na década de 1990, e mais recentemente (em torno de 25-30 anos), entre outros fatores, é que a economia industrial vivencia um novo e perverso regresso de desindustrialização crescente e mesmo reprimarização acarretando maior vulnerabilidade externa do país. Em outras, palavras, a acomodação tem suas consequências dramáticas, todavia a dependência de poupança externa (no modelo integracionista) acarretou maior subordinação aos centros dinâmicos do capitalismo. P. N. Batista Jr. (2002), com base em dados da Revista Exame, aborda a seguinte questão tanto da dependência externa quanto do grau de desnacionalização da economia brasileira numa quadra mais recente:

Em 1998, dando prosseguimento a uma tendência que vem se configurando desde meados dos anos 90, verificou-se significativo crescimento da participação de firmas estrangeiras na lista das maiores empresas no Brasil. De 170 empresas em 1997, o número aumentou para 209 em 1998. As estrangeiras passaram a representar 42% do universo das maiores empresas de capital privado [...]. Também foi expressivo aumento da participação das firmas estrangeiras nas vendas totais das 550 empresas, de 36% em 1997 para 44% em 1998 [...]. O levantamento permite, também, identificar a participação do capital estrangeiro nos diferentes segmentos da economia. Em 1998, o seu predomínio era avassalador em diversos setores importantes. Por exemplo, a participação estrangeira chegou a 93% na indústria automobilística, 89% no setor de higiene, limpeza e cosméticos, 79% na indústria eletroeletrônica e 75% no setor de telecomunicações (BATISTA Jr., 2002, p. 105).

Daí não ser possível discordar de A. H. Amsden, no que tange às estratégias estabelecidas no percurso de transformação social e econômica nas modelagens intervencionista e integracionista. Nesse sentido reforça a autora:

[...] mesmo o sucesso da abordagem “integracionista” depende muito do nível das capacidades locais, quanto mais fracas as capacidades, menores os “transbordamentos” de empresas estrangeiras. Apesar disso, o modelo independente enfatiza “acertos nas instituições” e desenvolver habilidades, enquanto o modelo integracionista enfatiza “acertar os preços” e comprar habilidades. Do ponto de vista dos ativos baseados no conhecimento, as duas abordagens se mostram muito distintas e, [...] não são por necessidade igualmente promissoras [...] (AMSDEN, 2009, p. 502).

Contudo, apesar de um quadro assustador de produção de riqueza e expansão da acumulação – cujos benefícios acarretaram maior concentração da riqueza nacional, que condiciona o nosso subdesenvolvimento – do ponto de vista do desenvolvimento econômico, colocado em prática nas economias subdesenvolvidas, num acertado grau de pragmatismo e no contexto da observância da *realpolitik* dominante, num período conturbado de divisão, de dominação e de polarização mundial, a industrialização brasileira foi acertada em meados dos anos de 1950 em diante.

A industrialização foi, em certa medida, uma ruptura dentre as tantas vulnerabilidades endossadas pelo capitalismo dominante e esse esforço só foi possível graças ao acicate do estado nacional brasileiro e frações de classe capitalista empresário-industrial. Portanto, é impossível falar de industrialização sem abordar o papel do estado na tentativa de opor e suplantar o subdesenvolvimento e que hoje o capitalismo cêntrico, opõe de forma dissimulada com a bandeira desfraldada do liberalismo econômico, melhor, as políticas da globalização e do neoliberalismo, tão poderosas nos anos de 1990. Mas, já em descrédito, a ideologia da tão propalada globalização, e sua contraparte simbiótica com sólidos instrumentos econômicos do neoliberalismo aceitos passivamente pela academia, mídia e governos de plantão.

Dos anos 1980 e 1990, o Brasil e o mundo periférico, em função da crise fiscal dos Estados, do avanço do subdesenvolvimento, de falta de perspectivas de suas classes dirigentes em levar adiante um

projeto nacional, as bandeiras abraçadas pelos organismos multilaterais e governos dos países ricos e recebidas à periferia como salvadoras e aceitas internamente sem hesitação e sem contrapartida externa, esses processos aumentaram nossas vulnerabilidades; as tais políticas, rotuladas de ideologias da globalização e do neoliberalismo do Consenso de Washington⁷, nada mais são que uma nova reconfiguração do capitalismo mundial.

Ao revisitar a história do desenvolvimento capitalista em perspectiva, H. J. Chang (2004) faz duras críticas aos países do centro do capitalismo, que na sua linguagem são capitalistas desenvolvidos (PADs). Assim, diz ele:

Todos os países, mas principalmente os países em desenvolvimento, cresceram muito mais rapidamente no período que aplicaram políticas “ruins”, entre 1960-80, do que nas duas décadas seguintes quando passaram a adotar as “boas”. A resposta óbvia para tal paradoxo é reconhecer que as políticas supostamente “boas” nada têm de benéfico para os países em desenvolvimento, pelo contrário, na verdade é provável que as políticas “ruins” lhes façam bem quando efetivamente implementadas.

Agora, o mais interessante é que essas políticas “ruins” são basicamente as que os PADs aplicaram quando eram países em desenvolvimento. Diante disso, só podemos concluir que, ao recomendar as tão proclamadas políticas “boas”, os PADs estão efetivamente, “chutando a escada” pela qual subiram no topo (CHANG, 2004, p. 214).

Entre as vulnerabilidades das economias periféricas talvez as mais prejudiciais formatadas nos anos 1980 e 1990 pelos países cênicos e organismos internacionais, a globalização bem como as políticas neoliberais, já traziam no seu cerne a ideia de fim do estado nacional.

Para países periféricos o estado continua a ser central no processo de acomodação e expansão capitalista e reajustes político-sociais importantes produzidos nos enlacs e contradições do capital e do trabalho. Por isso é que chamamos de um período muito pior que os entraves anteriores postos e que nominamos de vulnerabilidades brasileiras, que são nada mais nada menos que entraves ao seu desenvolvimento nacional. Geralmente, são arroubos ideológicos e políticos propugnados de fora e aceitos pelas elites nacionais como o melhor caminho a ser vislumbrado. Mas, trata-se de gaiolas de ferro ou labirintos de perdição ao seu desenvolvimento econômico. Passaremos a discutir tanto a globalização quanto as políticas neoliberais no contexto do final do século XX em diante – década de 1990.

Globalização e neoliberalismo: passaportes falsos do desenvolvimento periférico

Chamamos a década de 1990 de nova década perdida para as economias periféricas de forma geral. Todos aqueles territórios nacionais e suas elites dirigentes que aderiram de forma bastante entusiasmada às doutrinas provenientes do centro do sistema capitalista (abertura comercial, abertura financeira, a suprir as necessidades do capitalismo interno e de financiamento, uma valorização cambial duradoura, privatização

7 M. da C. Tavares e J. L. Fiori (1996), bem como J. L. Fiori (1997) fazem uma análise muito balizada das políticas do Consenso de Washington. A propósito, os primeiros tratam o Consenso de Washington como [...] um conjunto, abrangente de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo para obter o apoio dos governos centrais e dos organismos internacionais. Trata-se também de reformas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes” (TAVARES; FIORI, 1996, p. 18). O segundo, FIORI (1997, p. 11 e ss.), faz uma análise bastante interessantes das políticas liberalizantes e as reformas macroeconômicas (liberalização financeira, comercial, desregulação dos mercados, privatização das empresas estatais etc.) sob recomendação do Banco Mundial e do próprio Consenso de Washington, como ficou conhecido à época.

de empresas estatais, etc.), todos esses países tiveram problemas muitos sérios com a sua economia.

O Brasil não foge à regra. Desde o governo Collor (1990-1992)⁸ que aderimos aos passaportes falsos da globalização⁹ e dos dogmas do liberalismo econômico. Os instrumentais econômicos referenciados pelos organismos internacionais e governos dos países ricos, o conjunto denominado de reformas estruturais liberalizantes para debelar o subdesenvolvimento, alcançar taxas de inflação próximas aos países ricos, diminuir o papel do Estado na economia, tudo isso não trouxe dinamismo econômico e, ao contrário, aumentou o endividamento dos países, sem contar, o aumento da pobreza, além de não alcançar o *catch-up* prometido no sentido de catapultar a atividade produtiva industrial pela via da competitividade internacional graças ao papel da poupança externa, já que os mercados foram desregulados.

Com esse conjunto estabelecido acima de políticas neoliberais em consonância com a globalização, Chang (2009) faz uma observação profícua sobre a economia brasileira e seu desenrolar com adoção das políticas neoliberais de governos brasileiros dos anos 1990 – governos FHC respaldados pelo controle da inflação e momentos anteriores de expansão e crescimento com inflação. Diz ele:

Nos anos 60 e 70, a taxa de inflação média no Brasil era de 42% ao ano. Apesar disso, o Brasil foi uma das economias que cresceram mais rapidamente durante essas duas décadas – sua renda *per capita* cresceu a 4,5% ao ano durante esse período. Por outro lado, entre 1996 e 2005, período no qual o Brasil aplicou a ortodoxia neoliberal especialmente em relação à política macroeconômica, sua taxa média de inflação foi de 7,1% ao ano. Mas durante esse período, a renda *per capita* no Brasil cresce apenas 1,3% ao ano (CHANG, Ha-Jon, 2009, p. 146).

Já no primeiro governo FHC (1994-1998) não só as políticas macroeconômicas liberalizantes foram aprofundadas, mas também, o estado brasileiro, acaba ficando nas mãos de credores e especuladores internacionais, via organismos internacionais, FMI e Bird. Como aponta o economista M. Chossudovsky (1999, p. 183), “[...] os credores estão no controle da burocracia do Estado, de seus políticos. O Estado está falido e seus bens estão sendo liquidados no programa de privatização”.

O garroteamento e o estrangulamento econômico, pela via do ajuste estrutural, era uma imposição da métrica do FMI para os países endividados. Isso acarretava mais abertura econômica, mais privatização e, por conseguinte, uma nova negociação da dívida externa e que sempre passava por um conjunto maior de empresas estatais privatizáveis como exigência de novas negociações da dívida.

Se olharmos o conjunto das exportações nacionais em 1999-2000 os dados eram os seguintes e o superávit atingia quase o comprometido com a dívida externa, bem como a inflação do período, ser um período relativo de baixa inflação, mas com baixo crescimento. Delfim Neto, em 27/06/2001, na Folha de S. Paulo, explica isso da seguinte forma relacionando a inflação, crescimento e outras variáveis: para 1998, “[crescimento do PIB] de 0,2%, a indústria registrando uma queda de 1,4%; o nível de inflação (IPCA) foi de 1,7%, mas com desemprego de 8,3%”; [para 2000], crescimento de 4,5%, inflação de 6%”. Em termos de exportações, para 1998 “[...] as exportações foram de US 51 bilhões, e a dívida externa total foi de US 240 bilhões [...], 88% do valor das exportações estava comprometido com o serviço da dívida externa”. E segue

8 Em CARVALHO, C. R. de. (2013) no livro - “Espaço nacional e Integração Competitiva” há uma leitura bastante interessante sobre políticas competitivas, industriais e de ciência e tecnologia no governo Collor de Mello sob os marcos do receituário neoliberal vigente.

9 Para análises mais aprofundadas indicamos em “Glossário de Geografia Humana e Econômica”, org. do prof. Eliseu S. Sposito (2017) tratamos do verbete “Globalização”, p. 205-220. É uma leitura acurada e crítica sob a fantasia e o canto de sereia da globalização.

Delfim Neto, [para 2000], “[...], Aa dívida externa ficou praticamente no mesmo nível, e as exportações foram de US 55 bilhões – com 80% do seu valor comprometido com o serviço da dívida”.

Obviamente que, em um Estado falido as vulnerabilidades são maiores e, por isso, as políticas traçadas por Washington, em função de uma brutal dívida externa eram condicionalidades impostas para retomar novas negociações da dívida com os organismos internacionais, governos dos países ricos e o clube da dívida privada.

Por isso, consideramos também a década de 1990 como uma década perdida e de um período de crises que pode ser considerado um período de crise estrutural global. À medida que, se tenta debelar a crise, outras crises acabam se superpondo a uma crise anterior, já que o enfrentamento dela não é estrutural.

Santos (2000, p. 35) afirma que é um período de crise constante já que tudo é efêmero e passageiro. Sua constatação é que “[...] neste período histórico, a crise é estrutural. Por isso quando se buscam soluções não estruturais, o resultado é a geração de nova crise”. É um período de reestruturação produtiva global dada à crise capitalista e encolhimentos das taxas de lucros empresariais e do capital em geral. Para tanto, as medidas liberalizantes em termos econômicos buscavam amainar a crise capitalista e jogá-la para outros espaços e territórios nacionais já fragilizados do condomínio hierárquico do sistema capitalista.

Mas uma observação é importante para contrapor os dogmas oferecidos pelos países ricos e organismos internacionais no sentido de alavancar seu crescimento e dinamismo econômico e mesmo ultrapassar a crise. O que se constata e é definidor, apesar da cantilena imposta para controlar a inflação, privatização das empresas, desregulamentação e abertura econômica, além de um novo papel do Banco Central, sem contar a adoção de um conjunto bastante volumoso e grande de políticas neoliberais, é que:

Não se espante, mas o livre-comércio não funciona nem na prática e nem na teoria. A despeito de sua marca profunda, os países ricos Maus Samaritanos promoveram a liberalização do comércio nos países desenvolvidos desde a década de 1980 (CHANG, 2009, p. 71).

Os países que aderiram aos dogmas da globalização e das políticas neoliberais são aqueles países cujo crescimento ao longo da década de 1990 em diante tem sido muito pequeno. Sem contar o grau de reprimarização de suas economias num avantajado processo de desindustrialização contínua. Esse é o caso do Brasil e de sua aceitação passiva às recomendações provenientes dos mercados externos e países ricos, sem contar o papel da finança externa no que diz respeito ao controle da inflação e o pagamento da dívida pública. Porquanto, o caminho de superação do subdesenvolvimento, de fato, passa por um encadeamento novo em termos de retomada da industrialização do país. Como salienta Chang (2009, p. 205), se os (países pobres) “pretendem deixar a pobreza pra trás, têm de desafiar o mercado [...] – não há outro caminho a fazer”. Mais ainda, em conformidade com Chang (2009):

A história tem mostrado repetidamente que, basicamente, a coisa mais importante que distingue os países ricos dos países pobres são suas habilidades maiores nas manufaturas, área em que a produtividade tende a (embora nem sempre) aumentar mais rapidamente do que na agricultura ou nos serviços (CHANG, 2009, p. 209).

Dadas as singularidades na hierarquia do capitalismo internacional do Brasil, de ser uma área geográfica periférica, de ter classes dirigentes que se conformam em ser lugar-tenente das lógicas corporativas e financeiras externas, tudo isso, molda o país num campo de vulnerabilidades muito grande e, por conseguinte, vai conduzindo a economia real a um adiantado grau de desindustrialização desde os anos de 1990 em função das loas das políticas propugnadas de fora e aceitas internamente por suas elites dirigentes.

As estatísticas oficiais não são nada animadoras. Em Contas Nacionais Trimestrais – 4º. Trimestre de 2018 – IBGE, fev. 2019: o PIB do país é praticamente igual a 2017, com variação de 0,1% para cima, com 1,1% de crescimento em 2017; 1,1% em 2018, para um PIB total em 2018 de R\$ 6,8 trilhões, em 2015 a retração do PIB foi da ordem de 3,5%, em 2016 nova retração de 3,3%; taxas de investimento em 2018 de 15,8% do PIB e 2017 de 15%; além disso o país apresenta um contingente de 27 milhões de desempregados, desalentados, subempregados.

A partir desses números observa-se muitas fragilidades da economia brasileira. Um dos aspectos é a estagnação econômica, falta de demanda agregada e empresas com grande capacidade ociosa, sem contar o investimento que não cresce (ou cresce muito irrisoriamente). Não custa ater a indicação de Chang (2009, p. 208): “[...] o desenvolvimento econômico sem investimento na melhoria da capacidade produtiva é quase impossível [...]”. A economia brasileira regrediu ao patamar dos anos 2000 e com acréscimo de população de 0,8% em 2018 (cf. estatísticas oficiais). Se os investimentos nos governos militares atingiram um percentual acima dos 20% (25% em alguns momentos), os investimentos nos últimos anos têm sido muito baixos e a tendência é agravar-se dada às novas perspectivas de governo com políticas macroeconômicas neoliberais.

Estudos mais recentes indicam que a indústria brasileira – principalmente setores de alta e média tecnologia, tais como informática, eletrônica, farmacêutica, equipamentos de transportes (a ex. da aviação) – tem uma dependência tecnológica muito grande. Em alguns setores a importação de insumos e componentes chega a 90% da cadeia produtiva com sérias consequências de esgarçamentos e de encadeamentos pouco intensos e frágeis que não são internalizados na economia industrial em função da dependência tecnológica externa.

Contudo, continuamos seguindo paradigmas em desuso nos países do centro do sistema, e toda uma readequação de mitos, fábulas, e desatinos que os países desenvolvidos jamais seguiram, mas são seus porta-vozes junto aos organismos internacionais.

Por isso, duas advertências de Chang (2009) são providenciais. A primeira é sobre o capitalismo na Finlândia e outro da Coreia do Sul – dois países outrora periféricos que pularam o golfo do desenvolvimento – em boa medida romperam com os dogmas balizadores do desenvolvimento defendido pelos agentes políticos, econômicos e ideológicos do centro do sistema mundial.

[...] se tivesse seguido fielmente as sinais do mercado da forma como os países em desenvolvimento fazem por exigência dos Maus Samaritanos, a Nokia ainda estaria derrubando árvores e a Samsung ainda estaria refinando cana-de-açúcar importada. Da mesma forma, os países devem desafiar o mercado e enfrentar a dificuldade de implantar indústrias mais avançadas se quiserem escapar da pobreza (CHANG, 2009, p. 205).

Ou como noutra passagem e serve como outra boa advertência àqueles que são formuladores de políticas e estratégias de desenvolvimento nacional, diz Chang, mais uma vez, ao se insurgir contra os dogmas e mantras ventilados a partir do centro do sistema e do aparato de dominação dos países ricos:

[...] No último quarto de século, os Maus Samaritanos tornaram mais difícil aos países em desenvolvimento a adoção das políticas “certas” para seu desenvolvimento. Eles têm usado a Trindade Profana, FMI, Banco Mundial e OMC, as instituições financeiras multilaterais regionais, seus orçamentos para evitar que adotem essas políticas “certas”. Eles argumentam que as políticas nacionalistas (como a proteção ao comércio e a discriminação contra os investidores estrangeiros) deveriam ser proibidas ou severamente abreviadas, não apenas porque também levam à concorrência “desleal”. Ao argumentar nesse sentido, os Maus Samaritanos normalmente invocam a noção de “nivelar o campo de jogo” (CHANG, 2009, p. 213).

Toda essa argumentação passa por uma criticidade bastante elevada do professor Chang, e mais, jamais deveria ser aceita por estrategistas e formuladores de políticas macroeconômicas e de planejamento nos órgãos de governo nos países periféricos, inclusive no Brasil.

Sem embargo, nossa realidade enquanto país é diferente do posicionamento de Chang, conforme dito acima, e o que se vê hoje é um processo bastante acentuado de reprimarização da economia, dado uma política cambial perversa às atividades industriais, bem como uma forte retração da indústria motivada pela doença holandesa que abate sobremaneira as economias exportadoras de *commodities*. É o caso do Brasil.

Considerações finais

O foco deste ensaio é basicamente trazer para o debate econômico, questões pertinentes ao Brasil, no que tange a um conjunto de vulnerabilidades externas de diversas naturezas (econômica, política, tecnológica, militar, e cultural-ideológica). Todavia, e por força do enquadramento disciplinar de um texto relativamente curto, tocamos essencialmente apenas nas questões voltadas à economia real.

Noutra leva, e para fazer valer toda a discussão sobre vulnerabilidades externas, outros ensaios serão focados noutras vertentes das ditas vulnerabilidades com mais pertinência, casos das questões relativas à cultura, bem como as questões relativas às vulnerabilidades político-ideológicas que são fortíssimas no Estado e na sociedade brasileira e que acabam repercutindo em todo o conjunto da vida social, econômica e política interna.

O recorte histórico é essencial. Nesse sentido perquirimos os resultados potencializados pelas travessuras do neoliberalismo e do processo de globalização que ganhou corações e mentes nas academias, mídias e setores econômicos poderosos, além de governos incapazes de levar adiante um projeto nacional mais amplo desde 1990, para ser mais exato.

É impressionante como um país como o Brasil dado as suas singularidades territoriais, população e estoques de recursos existentes acaba sendo cooptado através de suas elites dirigentes aos cantos de sereia provenientes dos países ricos que têm como objetivo atrapalhar o nosso desenvolvimento. Uma ressalva numa perspectiva marxista é importante quanto aos recursos naturais existentes, como “dávias gratuitas da natureza”. Por isso, é conveniente entender que tais recursos naturais, por assim dizer, “não são naturais e sim avaliações econômicas, técnicas, sociais e culturais dos elementos disponíveis na natureza” (cf. HARVEY, 2018, p. 162). Descuidamos do território, descuidamos do nosso mercado interno e voltamos nossa ótica de visão aos apanágios dos visionários mercadistas do neoliberalismo que afirmam que devemos nos desenvolver promovendo a poupança externa como alavanca de crescimento econômico e o capital privado (capital corporativo externo), a condição central para resolução das questões do subdesenvolvimento nacional, obviamente com a destruição e redução do papel do Estado. E que, frisa-se bem, as teorias do neoliberalismo já são questionáveis e passam por uma forte aferição crítica nos países centrais, e mesmo suas plataformas de operação global (as agências multilaterais e regionais) já vêm reformulando tais abordagens e questionando suas validades de políticas macroeconômicas internacionais. Mas aqui fincamos pé nas modelagens ultrapassadas do neoliberalismo desalmado e desencantado mundo afora.

Também temos convicção que as questões relativas à economia industrial brasileira, em função de

paradigmas como câmbio sobrevalorizado que serve para remunerar os investidores de uma forma geral, já que a conta de capitais do país é pouco controlável (entradas de moedas fortes em bolsas, derivativos e fundos hedge etc.).

Outra questão é a reprimarização no contexto da doença holandesa que atinge frontalmente os desígnios da produção industrial e que necessita de uma calibragem diferente mais adiante para não desaparecer a atividade industrial no país. Algumas abordagens indicam que o Brasil caminha para ser um México das maquilas. Um dos desafios, primeiro, (é o câmbio) que é um preço macroeconômico importante para as atividades industriais, desde que seja um câmbio industrial de equilíbrio (uma taxa de câmbio competitiva) para fazer frente às levadas de importação e reforçar as cadeias produtivas internas (a jusante e a montante) aprimorando-as ao nível internacional de competição como parâmetro do desenvolvimento industrial-tecnológico.

O segundo item importante, é a doença holandesa¹⁰, que não é outra coisa senão uma longa e sobrevalorizada tendência da moeda nacional em função das exportações de *commodities*, o que acaba exercendo uma desvantagem na competição da indústria doméstica, mas que agrada os exportadores de *commodities*, o mercado de finanças, mas é muito deletério ao complexo da cadeia produtiva industrial.

Como vivenciamos um período grande de desindustrialização e reprimarização econômica doméstica, algumas aferições balizadoras no debate econômico têm sido feitas, ainda que os formuladores de políticas macroeconômicas seguem aquilo que o jornalista econômico, L. Nassif cunhou como “cabeças de planilha”. Ou seja, são seguidores cegos das políticas macroeconômicas gestadas no centro do sistema capitalista e agências dominadas pelos países ricos. São aqueles funcionários dos órgãos importantes da República (ministérios de Planejamento, Fazenda e Banco Central) seguidores de padrões do *mainstream* liberal-conservador de pautas econômico-financeiras que não interessam a economia produtiva na escala necessária do Brasil. Isso nos faz lembrar o velho I. Rangel lá pelos idos dos anos 1980 que disse certa vez: “são cegos carregando cegos” em termos de política econômica da época.

São formuladores de políticas econômicas neoliberais que nunca preocupam com a máxima keynesiana quando são questionados sobre as suas certezas em termos de condução de políticas macroeconômicas de uma forma geral. Quando Keynes foi acusado de inconsistência do seu pensamento e de mudar o radar de investigação teórica e a prática econômica, Chang resgata isso com a seguinte assertiva: “[...] “quando os fatos mudam, eu mudo de ideia – o que você faz, senhor?” (CHANG, 2009, p. 216).

Para efeito de conclusão, o Brasil necessita romper as travas e amarras do seu desenvolvimento, mas para isso precisa romper a camisa de força, ou a jaula dourada de ferro dos entusiastas do neoliberalismo financeiro encrustrados nos órgãos de modelagem de políticas de desenvolvimento econômico. Só assim continuaremos sendo um país industrial que alcançou e bem a 2ª. Revolução industrial, parte da 3ª. Revolução Industrial (petróleo e transportes de aviação), mas que patina no *catch-up* (alcançamento) dos desdobramentos das outras revoluções industriais que estão ocorrendo no mundo e deixando-nos fora do estado da arte da produção industrial de alto valor agregado.

Falta muito ainda para o país (mão de obra qualificada, taxas de juros compatíveis ao desenvolvi-

10 A propósito sobre a questão da doença holandesa e cambial ver BRESSER-PEREIRA, L. C.; OREIRO, J. L.; MARCONI, N. (2016), “Macroeconomia desenvolvimentista: teoria e política econômica do novo desenvolvimento” (2016), p. 67-90; bem como BRESSER-PEREIRA, L. C. (2007), “Macroeconomia da estagnação”, cap. 4, p. 113-148.

mento, órgãos de fomento com visão a longo prazo de planejamento econômico). Sem embargo, os destinos do país com a profundidade de decisões tomadas nos últimos anos (depois do golpe de 2016), tudo parece abortar um cenário de desenvolvimento, e com o neoliberalismo ainda vigente e dominante nas instituições de Estado, vamos perdendo capacidade produtiva com uma indústria ociosa e nos posicionando como um mulambo desqualificado no mundo das atividades produtivas industriais, em especial naqueles setores da fronteira tecnológica atual.

Por fim, mas ciente, de que os temas levantados aqui continuam em aberto, solicito a verve furtadiana e suas preocupações que fazem ecoar num universo de dominação e de visão de mundo que não coaduna com as reais necessidades de um país como o Brasil ainda em formação. Ei-la, conforme C. Furtado:

Em um país ainda formação, como é o caso do Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas conduzirá quase que necessariamente a tensões inter-regionais, à exacerbação das rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando pra a inviabilização do país como projeto nacional (FURTADO, 1992, p. 35).

Estamos, enquanto sociedade nacional, numa quadra espaço-temporal adversa e vaticina C. Furtado acertadamente algumas problematizações muito sérias nesses anos pós 2016. O que é central nisso tudo é a perda fulcral do desenvolvimento econômico nacional no sentido da suplantação do subdesenvolvimento.

Referências

AMSDEN, A. H. **A ascensão do “resto”: os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. 4^a. ed. Petrópolis/RJ: 1998.

BATISTA JR., P. N. **A economia como ela é**. 3^a. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; OREIRO, J. L.; MARCONI, N. **Macroeconomia desenvolvimentista: teoria e política econômica do novo desenvolvimentismo**. 1^a. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Macroeconomia da estagnação: crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994**. São Paulo: Ed. 34, 2007.

_____. **Economia brasileira: uma introdução crítica**. 3^a. ed. São Paulo: Editora 34, 1998.

CHANG, Há-Jon. **Maus Samaritanos: o mito do livre-comércio e a história secreta do capitalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

_____. **Chutando a escada: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

CHOSSUDOVSKY, M. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Moderna, 1999.

CARVALHO, C. R. de. “Globalização”. In: SPOSITO, E. S. (Org.). **Glossário de Geografia Humana e Econômica**. São Paulo: Editora da Unesp, 2017, p. 205-220.

_____. **Espaço Nacional e Integração Competitiva: impasses das políticas territoriais no Brasil.** Jundiaí/SP: Paco Editorial.

CASTRO, A. B. de. **A reestruturação industrial brasileira nos anos 90.** Uma interpretação. Revista de Economia Política, v. 21, n. 3 (83), jul./set./2001, p. 3-26.

DELFIM NETO, A. **Jornal Folha de S. Paulo**, em 27-06-2001, p. A-2.

FURTADO, C. "O fator político na formação nacional". In: Estudos Avançados, 14 (40), 2000, p. 7-12.

_____. **Brasil: a construção interrompida.** 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **O Mito do desenvolvimento econômico.** 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FIORI, J. L. **Moedeiros falsos.** 4ª. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

GUIMARÃES, S. P. **Desafios brasileiros na era dos gigantes.** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI.** 1ª. ed.. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais – 4º.** Trimestre de 2108, Brasília, fev. 2019.

LESSA, C. F. **Introdução à Economia: uma abordagem estruturalista.** 37ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI.** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SANTOS M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 3ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SMITH, N.. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. **(Des)Ajuste global e modernização conservadora.** São Paulo: Paz e Terra, 1993.

5. MOBILIZANDO O CONCEITO DE FINANCEIRIZAÇÃO PARA PENSAR AS RELAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIOESPACIAIS NO CAPITALISMO NEOLIBERAL

Mateus Ubirajara Silva Santana¹

O conceito de financeirização

Teóricos de diversos campos do conhecimento – sobretudo da Economia, Sociologia e Geografia – têm mobilizado, desde a década de 1980, o conceito de financeirização para explicar o fenômeno da maior relevância dos mercados financeiros e de seus atores na dinâmica econômica, social e espacial. No campo da geografia, David Harvey (2008) destaca que a financeirização está diretamente relacionada às políticas neoliberais de liberalização e desregulamentação financeira e, especialmente, a um novo regime de acumulação flexível, que se consolidou em substituição ao modelo fordista de produção. O autor identifica que os Estados Unidos foi o país responsável por introduzir e generalizar aos demais países do mundo essa nova forma de *acumulação*, baseada na flexibilidade, em que predomina a valorização do capital em sua forma rentista.

No auge por lucros cada vez maiores e líquidos, o capital financeiro – representado principalmente pelas grandes empresas dos países centrais, mas também por bancos, companhias de seguro e fundos de pensão – teve de ampliar seus espaços de valorização para novas regiões do globo, sobretudo a partir do final dos anos 1960, quando esses blocos de capitais passaram a se defrontar com uma queda de seus lucros (HARVEY, 2008).

A expansão global do capital em sua lógica de valorização financeirizada tende a provocar, na chave da interpretação do imperialismo, profundas transformações nas sociedades em que ela incide, não só no que toca à transformação do espaço, mas no que concerne à própria modificação da estrutura e dinâmica social, como se buscará mostrar ao longo do artigo.

No campo da economia, o debate sobre a financeirização é denso e complexo, visto que abrange muitos teóricos que mobilizam o termo, com distintas perspectivas de análises, implicando assim diferentes conotações sobre seu significado. Epstein (2005) enfatiza que o processo de financeirização caracteriza-se pelo aumento cada vez mais relevante dos mercados, instituições e atores financeiros nas transações econômicas domésticas e internacionais. Chesnais (2005) aponta para o surgimento de um regime de acumulação mundial financeirizado, com predomínio da lógica valorização financeira do capital (D-D').

Aglietta (1998) e Boyer (2000), como representantes da Escola de Regulação francesa, enfatizam que o processo de financeirização diz respeito a um regime de crescimento liderado pela finança (*finance-*

¹ Doutorando em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor na Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação (ESAMC) . E-mail: mateus.santana89@gmail.com.

-led). Isso significa dizer que, nesse novo regime, que sucede o modelo fordista, predomina a rentabilidade na esfera financeira em detrimento da esfera real/produtiva, substituindo assim o salário como principal fonte do aumento da demanda agregada².

Guttman (2016), por sua vez, argumenta que a financeirização é apenas um dos aspectos do *capitalismo liderado pelas finanças* que emergiu a partir dos anos 1980. De acordo com o autor, esse novo capitalismo está associado ao surgimento dos bancos universais, das formas de securitização³ e do próprio processo de financeirização, que, ao se fundirem, conformam um regime de acumulação centrado nas finanças. Dentro desse regime, a financeirização corresponde à expansão das finanças atrelada à busca pela acumulação de ativos financeiros por parte dos vários agentes (empresas, famílias e o próprio Estado). Dessa forma, Guttman (2016) propõe uma reflexão original ao destacar que as finanças estabelecem uma conexão fundamental entre o nível microeconômico (isto é, dos agentes) e macroeconômico (do sistema).

Trata-se de uma visão, de certa forma, semelhante à de Van Der Zwan (2014), que propõe uma análise da financeirização a partir de três dimensões: no nível do regime de acumulação; no nível das empresas e no nível das famílias (ou o que a autora denomina de financeirização do cotidiano).

A financeirização enquanto regime de acumulação, como já abordado anteriormente, remete à ideia de um padrão de valorização do capital em que os lucros estão proporcionalmente mais ligados a canais financeiros do que a produção de bens e ao comércio. Isso se reflete no aumento dos lucros advindos de atividades financeiras pelas corporações (como juros, dividendos e ganhos de capital), que se tornaram centrais nas receitas empresariais⁴.

Sem dúvida, o acirramento da concorrência internacional jogou um papel fundamental no deslocamento do foco nas estratégias de produção. Como forma de reduzir custos e ampliar suas margens de lucros, muitas corporações dos países centrais, sobretudo dos Estados Unidos, deslocaram suas plantas produtivas a países periféricos e em desenvolvimento, onde a mão-de-obra é mais barata.

A internacionalização dos mercados globais permitiu externalizar estruturas manufatureiras a outras regiões de globo, inclusive por meio da terceirização. Isso garantiu ganhos de produtividade às corporações, sem que isso significasse, porém, reinvestimentos proporcionais na produção no país de origem. Ao contrário, os lucros tendem a ser redistribuídos aos acionistas ou usados para compra de produtos financeiros (CROTTY, 2005).

A globalização da produção ajudou as empresas norte-americanas a sustentar altos níveis de financeirização, na medida em que, pressionadas pela redução de sua estrutura de custos e estimuladas pela flexibilidade da produção, concentrou as atividades de suas matrizes no setor de finanças – com foco na geração de valor ao acionista – e externalizou a função produtiva às filiais. É, por isso, que globalização e financeirização não são categorias de análise excludentes, mas, ao contrário, duas faces de um mesmo fenômeno.

² Na visão de Boyer (2004), um aumento da rentabilidade financeira poderia estimular a bolsa de valores, que provocaria aumento no consumo, que, por sua vez, poderia estimular o investimento. Nesse sentido, o nível de produção é resultado da avaliação financeira, o que inverte a relação entre economia real e esfera financeira, predominante no fordismo.

³ Ato de tornar uma dívida qualquer com determinado credor em outros ativos (*securities*) mediante venda nos mercados de capitais. Assim, a dívida é transferida (vendida) na forma de títulos a outros compradores.

⁴ Alguns autores alertam que muitas empresas não-financeiras, por focarem demasiadamente nas estratégias financeiras, acabam tendo pouco capital disponível para investir na produção, apesar dos lucros crescentes oriundos das atividades ligadas às finanças.

É possível dizer que o processo de globalização provocou um duplo movimento: de um lado, a centralização do controle da propriedade pelos acionistas das corporações nos países centrais, particularmente nos Estados Unidos; e de outro, uma nova distribuição espacial da produção, expressa nas cadeias globais de valor.

A cadeia global de valor compreende um conjunto de atividades e etapas concernentes à produção e distribuição de um produto e seus insumos, bem como os serviços envolvidos nesse processo. Dado que cada uma das etapas dessa sequência de atividades é responsável por adicionar valor ao produto, estabeleceu-se então a expressão cadeia de valor. Por sua vez, o termo global reflete a tendência, observada nas últimas três décadas, de dispersão geográfica que compõe as atividades das cadeias de valor em torno do mundo. Isso porque as empresas têm crescentemente realocado suas atividades a outros países por meio de deslocalização de plantas produtivas, terceirização e ou subcontratação. Dessa forma, a produção de um bem torna-se fragmentada, sob administração e responsabilidade de várias empresas, dispersas em vários países.

É importante deixar claro, porém, que apesar de a produção ser compartilhada entre diversos países, existe o controle de uma empresa líder (matriz), que detém o monopólio da marca do produto e coordena todas as etapas de produção. Isto é, embora as etapas de produção sejam compartilhadas, há uma estrutura de governança vertical que lidera o processo, normalmente também o centro financeiro, que rege essa produção fragmentada⁵.

Apresentado o conceito geral de financeirização e suas nuances, pretende-se a seguir destacar a importância de seu uso para a análise e reflexão das relações econômicas, sociais e espaciais no capitalismo contemporâneo. Em uma sociedade sob a égide da governabilidade neoliberal, em que o mercado e a concorrência tendem a se espalhar a todas dimensões da vida, o conceito de financeirização ajuda a jogar luz sobre as novas realidades e dinâmicas sociais.

O uso do conceito de financeirização nas dimensões econômicas e sociais

Natascha Van der Zwan (2014) sugere uma forma interessante de analisar o processo de financeirização. A autora aponta que esse movimento pode ser identificado a partir de três óticas: em primeiro lugar, como regime de acumulação financeirizado; em segundo lugar, a partir da lógica da financeirização de empresas; e, em terceiro lugar, como financeirização do cotidiano, que, no nível econômico, pode ser entendido também como financeirização da renda das famílias. Pretende-se, assim, investigar de forma mais detalhada como a financeirização opera nesses três níveis.

Essa primeira forma de entendimento da financeirização, como regime de acumulação, remete principalmente às reflexões dos teóricos da Escola de Regulação, representados, sobretudo, por Boyer (2000), segundo o qual um regime de crescimento liderado pelo finança começou a se desenvolver como resposta ao declínio de produtividade das empresas no final dos anos 1960.⁶ Em substituição ao regime

⁵ A fragmentação da produção em escala internacional nada mais é que a atual forma de divisão internacional do trabalho, com cada país responsável por uma ou mais etapas do processo produtiva. Trata-se de uma estratégia das empresas para ampliar a produtividade e reduzir sua estrutura de custos.

⁶ Quando, no contexto, a relação entre o aumento dos salários e a demanda por produção industrial começou a se agudizar.

de produção e acumulação fordista, desenvolveu-se um regime alternativo que combinou flexibilidade da produção e dos mercados de trabalho, com expansão creditícia para sustentar o consumo das famílias, face à estagnação dos salários reais.

Os pós-keynesianos, a seu modo, também partilham dessa interpretação, destacando nessa transição a relação entre o declínio das atividades produtivas e o crescimento das atividades financeiras, bem como a nova emergência do rentista (CROTTY, 2005; EPSTEIN, 2005). Em geral, o argumento é de que a predominância do rentismo tende a deprimir o setor real da economia devido à diminuição dos retornos dos capitalistas industriais e dos recursos disponíveis para investir (STOCKHAMMER, 2004; ORHANGAZI, 2008).

Já a socióloga Greta Krippner (2005) define a financeirização como um padrão de acumulação em que os lucros das empresas percorrem principalmente os canais financeiros em invés dos canais da produção de bens e do comércio. Isso se evidencia no crescimento de lucros advindos de juros, dividendos e ganhos de capital em detrimento dos lucros oriundos da produção. Destacando a crise de acumulação dos anos 1970, a autora evidencia que o processo de financeirização foi uma resposta do Estado norte-americano aos problemas econômicos do país, tais como: conflitos distributivos entre lucros e salários, desequilíbrio no balanço de pagamentos e contestação da hegemonia do dólar. Nesse sentido, o movimento de financeirização só pôde se espalhar ao restante do mundo devido à política de liberalização dos fluxos de capitais estrangeiros e das taxas de juros, conduzida pelos Estados Unidos.

No plano microeconômico, o declínio da produtividade das empresas norte-americanas, face ao acirramento da concorrência com as empresas alemãs e japonesas nos anos 1970, teve como resposta a adoção de formas mais flexíveis de gestão e produção e a priorização da rentabilidade financeira de seus ativos. Isto é, o deslocamento do foco de valorização do capital na esfera da produção e da venda para sua valorização na esfera financeira. Judith Stein (2011) afirma que, buscando restabelecer a competitividade internacional das empresas norte-americanas, o governo Carter, seguindo por Reagan, pressionou o movimento do capital da dimensão real para a financeira, o que teve como efeito contraproducente a maior grau de desindustrialização da economia norte-americana.

Já o entendimento da financeirização a partir do nível das empresas enfatiza, sobretudo, a predominância em sua gestão da orientação à geração de valor acionário⁷, como mostram os estudos de Lazonick & O'Sullivan (2000) e Guttman (2008). Segundo os autores, no plano da empresa, a financeirização diz respeito, sobretudo, à dominação, a partir da década de 1980, da lógica da *maximização do valor ao acionista* na gestão e nos objetivos corporativos.

Introduzida nas grandes corporações americanas na década de 1980, o princípio da maximização do valor ao acionista fundamenta-se na teoria da agência, segundo a qual a administração da empresa deve se submeter e orientar-se aos interesses dos acionistas, principalmente no que diz respeito à prioridade à valorização de seus ativos financeiros (LAZONICK & O'SULLIVAN, 2000).

Assim, as grandes multinacionais passaram a incorporar cada vez mais às suas estratégias as atividades financeiras, comprando e vendendo diversos papéis e títulos disponíveis nos mercados financeiros

⁷ Enquanto os teóricos que focam na financeirização enquanto regime de acumulação destacam o papel da classe rentista e do próprio EUA na difusão desse processo, os autores que tratam do tema sob a perspectiva da orientação ao valor do acionista nas empresas centram sua atenção em três classes fundamentais: acionistas, administradores e empregados (ZWAN, 2014, p. 107).

globais. Ganhos com arbitragens, especulação imobiliária e rendimentos financeiros dos mais variados ativos passaram a estar cada vez mais presentes nas receitas das corporações, sobretudo das norte-americanas. Dessa forma, os ativos financeiros passaram a ganhar muito mais importância que os ativos reais, assim como a participação dos lucros financeiros nos lucros totais das corporações em relação aos lucros oriundos da produção (CHESNAIS, 1996).

A introdução da lógica financeira nas corporações é resultado direto da pressão de investidores institucionais (fundos de pensão, fundos mútuos, *hedge funds*, seguradoras) pela maior geração de rentabilidade de curto prazo. Enquanto acionistas desses conglomerados, os investidores institucionais se valem de seus direitos de propriedade para reestruturá-los e impor medidas de performance financeira, como retorno das ações da empresa, adoção de padrões internacionais da avaliação e perspectivas de negócio de curto prazo.

Eles são ainda capazes de influenciar outras decisões de gestão da empresa, como, por exemplo, a forma e o grau de endividamento, a política de investimento, as deslocalizações de plantas produtivas, as estratégias de externalização de atividades produtivas (terceirizações), as técnicas de reestruturação e as práticas em geral que orientam a gestão corporativa. Seu objetivo é sempre a maior eficiência na alocação de seus recursos, ainda que isso implique prejuízos aos trabalhadores – o que frequentemente ocorre, dado que essas medidas, modo geral, significam corte de custos com pessoal, achatamento de salários, demissões e utilização de contratos de trabalho mais precários (FAVEREAU, 2016).

Esse movimento tem sido objeto de análise de diversos estudiosos, que têm chamado atenção para a crescente desigualdade entre, de um lado, acionistas e altos executivos – que se beneficiam das atividades financeiras da empresa financeirizada – e de outro, os demais trabalhadores, sobretudo aqueles ligados às atividades de produção, que são os mais afetados pelas práticas de flexibilização e precarização. Na realidade, alguns autores apontam que o enriquecimento dos acionistas e administradores do topo da hierarquia social da empresa tem se dado à custa dos demais trabalhadores, cuja fonte de rendimento são exclusivamente salários. Isso tem levado a uma crescente polarização entre trabalhadores *white collars* e *blue collars* (ALVAREDO; ATKINSON; PIKETTY; SAEZ, 2013).

O próprio Piketty (2014) identifica que o processo de aceleração da concentração de renda no 1% mais rico do mundo, acentuado nas últimas quatro décadas, está ligado ao processo de financeirização, particularmente no que tange ao crescimento dos ganhos patrimoniais. Segundo o autor, dentro do 1% encontram-se fundamentalmente indivíduos que vivem da renda do seu patrimônio (sobretudo de juros e dividendos auferidos pelas participações em empresas e propriedade de ações) e profissionais altamente remunerados por seus salários, muitas vezes também proprietários de ações, como os altos executivos.

A emergência dos salários extraordinários – que são combinados a outras fontes de rendas ligadas ao trabalho, como remuneração por posse de ativos financeiros e bonificações por desempenho – reflete fundamentalmente o advento da classe dos superexecutivos a partir dos anos 1970. Segundo López-Ruiz (2007, p. 45), a função dos executivos, mais que meramente realizar a tarefa de gerir, tornou-se agregar valor de mercado à corporação. Para isso, foi necessário introduzir um novo mecanismo na gestão empresarial que permitisse maior alinhamento entre os interesses dos executivos e dos acionistas (proprietários): a remuneração variável. Assim, além dos altos salários pagos a esses profissionais de alto escalão, foram incenti-

vados pela administração empresarial bônus, comissões, prêmios e até ofertas de ações da própria empresa (*stock options*) como forma de estimulá-los a pensar-se como sócios (*stakeholders*) e partes interessadas no bom desempenho da empresa.

Van der Zwan (2014) aponta, porém, que não são apenas os proprietários do capital e seus administradores que estão imersos no universo das finanças. O enfoque da orientação do valor ao acionista na análise da financeirização é importante para identificar que esse movimento tende a beneficiar segmentos das elites, bem como para compreender as transformações estruturais operadas no nível das empresas. Porém, outras análises enriquecem o debate ao evidenciar que mesmo os estratos médios e baixos – chamados genericamente de famílias no debate econômico – são atravessados pelo processo de financeirização.

A expansão e generalização da propriedade financeira entre diversas camadas da população embaralha a ideia de que apenas os proprietários, os grandes investidores e o topo da administração empresarial estariam preocupados com os ganhos financeiros de suas operações. Uma terceira abordagem enfatiza a imersão dos indivíduos em geral nas finanças, destacando a centralidade das práticas financeiras em seu cotidiano. Isso foi possível graças à democratização das finanças, exacerbada nas últimas três décadas, que tornou mais acessível à população produtos e serviços financeiros, que deixaram ser monopólios de uma elite rentista.

Esse movimento se explica pela incorporação das classes média e baixa nos mercados financeiros, como, por exemplo, via aquisição de planos previdenciários de fundos de pensão, pelo maior acesso a crédito e formas diversas de financiamento (nos Estados Unidos, sobretudo através do crédito hipotecário) e também pela maior facilidade de aquisição de produtos financeiros ofertados por bancos e outras instituições financeiras.

No caso particular do crescimento dos planos previdenciários via fundos de pensão entre as famílias norte-americanas, observa-se o progressivo processo de desmonte do Welfare state e do sistema previdenciário público desde os anos 1980 e, ao mesmo tempo, a crescente necessidade dos indivíduos buscarem planos privados de previdência para financiar sua aposentadoria. Se anteriormente o Estado assegurava o benefício da aposentadoria, agora os próprios indivíduos têm de buscar meios, via mercado financeiro, para se proteger contra a velhice. O mesmo movimento pode ser constatado em outros tipos de serviços, outrora públicos, que agora tem de ser financiados pelos indivíduos para serem conquistados: a saúde e a educação – sobretudo, no ensino superior – são exemplos acachapantes desse processo.

Uma decorrência direta da maior integração das famílias no universo das finanças é o aumento brutal de seu endividamento. Guttman e Plihon (2008) argumentam que as inovações financeiras e a ampliação do acesso ao crédito pelas famílias, favorecida por uma legislação mais flexível, levou os EUA a uma economia do endividamento. De um lado, as inovações financeiras – entre as quais se destacam os derivativos (contratos futuros e opções) e ativos securitizados (títulos lastreados em hipotecas e obrigações colateralizadas por dívidas) – permitiu maior alavancagem dos agentes (famílias, empresas, instituições financeiras), ampliando e complexificando sua estrutura de endividamento. Por outro lado, o baixo patamar da taxa de juros, mantido pelo Banco Central dos Estados Unidos durante os anos 2000, barateou o crédito, favorecendo a expansão creditícia e assim o refinanciamento das famílias. Isso permitiu a expansão do consumo e formas variadas de (re)financiamento.

Observando o estreitamento da relação entre as famílias e o mundo das finanças, alguns autores constataram que os próprios indivíduos estão se tornando investidores (AITKEN, 2007; DAVIS, 2009), já que eles devem ser permanentemente capazes de gerir sua própria renda, de modo a maximizá-la no mercado financeiro. Esse processo é levado ao paroxismo quando suas necessidades básicas, como saúde, educação, aposentadoria e habitação, são cada vez mais obtidas por meio de financiamento no mercado de capitais. Os bancos, os fundos de pensão, os fundos mútuos, as seguradoras assumem assim papel central nesse movimento, atuando como intermediários financeiros entre o nível microeconômico das famílias e o nível macroeconômico dos mercados financeiros globais.

Van der Zwan (2014) denomina esse processo de financeirização do cotidiano. Tendo que gerir sua própria carteira de investimentos, os indivíduos são compelidos a avaliar os ativos que maximizem seus retornos, assumir riscos e auto-gerenciar a si próprios. Trata-se de uma lógica bastante distinta daquela da sociedade do *Welfare state* na qual prevalecia a estabilidade, a segurança e, em geral, o acesso a bens e serviços públicos. De forma diametralmente oposta, os indivíduos se defrontam com um mundo do risco, em que eles mesmos são responsáveis por lidar com as contingências e incertezas da vida. O risco não advém apenas da flexibilidade imposta pelo mundo de trabalho, mas também da volatilidade dos mercados financeiros, dos quais todos se tornam cada vez mais dependentes.

As teorias das finanças jogam água nesse moinho, ao pregar que se não se deve ter medo e aversão ao risco. Ao contrário, as decisões de risco devem ser abraçadas, pois somente assim é possível alcançar o retorno do investimento necessário para sobreviver e obter maiores rendimentos. Dessa forma, o risco se torna uma força motivadora, constantemente mobilizada no universo corporativo e financeiro para se proteger contra o desemprego, a pobreza, a saúde e a aposentadoria. Somente investindo e arriscando é possível conquistar uma vida estável no futuro. Assim, a própria vida se torna uma ativo a ser administrador (MARTIN, 2002).

Essa leitura da financeirização do cotidiano apoia-se na teoria foucaultiana da sociedade neoliberal e em sua concepção de indivíduo-empresa. Foucault, no final dos anos 1970, já havia identificado, a partir da teoria de capital humano desenvolvida por Gary Becker, que os indivíduos introjetaram a necessidade da busca permanente de meios para maximizar seus rendimentos. Rompendo com a noção clássica de entendimento do trabalhador apenas como suporte da força de trabalho, Becker e outros liberais reconhecem que o trabalhador comporta um capital, isto é, uma aptidão e competência, que lhes permitem auferir uma renda futura na forma de salários. O trabalhador torna-se assim um sujeito econômico ativo, que deve desenvolver suas habilidades para produzir fluxos de renda.

Segundo Foucault, o *homo oeconomicus* neoliberal, diferentemente do *homo oeconomicus* da concepção clássica, não é um mero suporte da relação de troca, que vende sua força de trabalho para, em troca, obter dinheiro. O *homo oeconomicus*, na sociedade neoliberal, tornou-se um empresário de si mesmo, “sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda” (FOUCAULT, 2008, p. 311).

O sujeito neoliberal é convencido a desenvolver suas aptidões intelectuais, interpessoais e físicas, da infância à vida adulta, como forma de aprimorar seu capital humano: a necessidade de ter formação escolar, ensino superior, pós-graduação, curso de línguas estrangeiras, de desenvolver habilidades comunicati-

vas, de formar uma rede de contatos, de valorizar a aparência e realizar outras práticas que visem enriquecer o portfólio pessoal.

Tudo isso constitui um investimento e, por isso, envolve dispêndio de dinheiro e tempo. A finalidade, como em qualquer investimento, é a obtenção de um rendimento futuro. Assim, uma família que investe na educação de seus filhos, pagando escola particular, cursos extracurriculares e outros bens culturais, está apostando no retorno que esse dispêndio de capital gerará no futuro. O mesmo vale para um profissional que tem de permanentemente se reciclar com MBAs para se manter ou ascender no mercado de trabalho.

Nesse sentido, Foucault inaugura uma forma radicalmente nova de entender a sociedade neoliberal e o sujeito que dela emerge. O neoliberalismo como racionalidade e técnica de governamentabilidade se propõe a generalizar a concorrência em todas as esferas da vida social, com o objetivo de “obter uma sociedade indexada, não na mercadoria e na uniformidade da mercadoria, mas na multiplicidade e na diferenciação das empresas” (DARDOT; LAVAL, 2016). Isto é, a empresa tornou-se o modelo da vida social, cabendo à concorrência e aos mecanismos de mercado orientar essa nova forma de biopolítica.

Sendo assim, na sociedade-empresa, os próprios indivíduos passam a incorporar a ideologia e as práticas da empresa e, por isso, devem saber investir em si próprios, visando à maximização de seus rendimentos no futuro. A questão fundamental do neoliberalismo, na esteira do pensamento foucaultiano, que Dardot & Laval (2016) recuperam de forma certa, é então forjar um novo sujeito, que seja apto a viver em uma sociedade fundamentada na concorrência e que, para tanto, aprenda a conviver de forma competitiva com outros atores que também se comportam como empresas.

Essa forma de governamentabilidade⁸ neoliberal objetiva constituir um *autogoverno* do indivíduo, em que ele próprio saiba como se autogerir e sobreviver na sociedade do mercado concorrencial. Ora, essa chave-interpretativa converge com a concepção da financeirização do cotidiano, proposta por Van der Zwan (2014), que aponta como as finanças se tornaram uma forma de governamentabilidade, já que os indivíduos são compelidos a se tornarem investidores para obter até mesmo serviços e bens sociais, anteriormente assegurados pelo Estado.

O crescimento exorbitante dos planos privados de previdência oferecidos por fundos de pensão, sobretudo no mercado norte-americano, expressa esse movimento: para obter sua aposentadoria no futuro, os trabalhadores, enquanto portadores de uma carteira de ativos, têm de investir em um plano individual, cujos benefícios dependerão das oscilações do mercado financeiro. O risco e a incerteza estão sempre colocados e assim são integralmente externalizados ao trabalhador.

Na linha interpretativa foucaultiana, a financeirização é apenas um dos conjuntos de normas e técnicas que envolve o neoliberalismo. Segundo Dardot e Laval (2016, pp. 27-28), a atual etapa do capitalismo em que vivemos tem relação direta com as transformações econômicas, políticas e culturais do final dos anos 1960 e anos 1970. A crise financeira detonada em 2008⁹, com desdobramentos até os dias de hoje,

8 Foucault chama de governamentabilidade o encontro entre as técnicas de dominação sobre os outros – exercida pelas várias instituições disciplinares (Estado, escola, empresa, exército, Igreja) – e as técnicas de si, ou seja, aquilo que os indivíduos incorporam. Assim, governar é conduzir a conduta dos homens, mas fazendo-os entender que se trata de uma conduta para consigo mesmo (FOUCAULT, 1979).

9 Os autores enfatizam, contudo, que a hipertrofia financeira não são as causas primeiras que explicam o novo regime de acumulação. Ao contrário, esse processo é resultado das próprias políticas do Estado de ampliar e difundir a concorrência a todos os níveis. O que explica essa nova fase é, antes de tudo, a extensão da norma neoliberal, isto é, a generalização da

explica-se pelas reformas introduzidas nas últimas décadas, que levaram à generalização da concorrência entre as instituições bancárias, financeiras e os fundos de investimentos.

Esses novos mecanismos e dispositivos de funcionamento do mercado, que se radicalizam no neoliberalismo está presente também nas relações sociais e, portanto, na forma se organiza o espaço geográfico.

O debate da financeirização nos estudos urbanos

O conceito da financeirização tem sido frequentemente mobilizado em pesquisas ligadas à área de estudos urbanos, sobretudo, para tratar de processos de gentrificação e especulação imobiliária em grandes cidades, mas também para abordar políticas de microcrédito, financiamento imobiliário e crescimento das hipotecas. Voltando à noção de financeirização proposta por Van der Zwan (2014), verifica-se que o conceito serve para tratar tanto de um fenômeno ligado ao nível macroeconômico, quanto ao nível microeconômico da vida cotidiana das famílias. Ambos movimentos, porém, acarretam impactos diretos na forma de organização do espaço e da sociedade.

Harvey (2005) aponta que o processo de globalização e flexibilização da produção levou a uma maior porosidade das barreiras espaciais, graças à revolução dos transportes e dos meios de comunicação, sobretudo, a partir do advento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC). Paradoxalmente, esse fenômeno global acabou por reforçar a importância da própria política local e dos lugares, que passaram a concorrer pela atração de investimentos e fluxos de consumo. Assim, produtividade, competitividade, concorrência e lucratividade – categorias habitualmente associadas ao campo da economia – passaram a ser metas perseguidos pela administração das cidades, tornando-se assim elementos cruciais para entender a dinâmica e estruturação do espaço urbano.

O termo *cidade global*, cunhado por Saskia Sassen (2001) é exemplo de como os espaços refletem e, ao mesmo tempo, promovem o movimento da globalização do capital, já que esse fenômeno tende a facilitar a criação de locais geográficos estratégicos, de acordo com uma hierarquia de importância para o funcionamento do sistema financeiro e comercial mundial. Cidades como Nova York, Londres e Tokyo, mas também São Paulo, Hong Kong e Pequim têm um papel central no sistema capitalista: são postos de comando na organização da economia mundial; são lugares-chave e mercados para a indústria financeira; e também são campos de produção e inovação às principais corporações. Assim, as cidades globais, enquanto receptoras de infraestrutura industrial e serviços de variados tipos (principalmente os serviços financeiros) tornam-se elo-chave na própria difusão e controle do processo de globalização.

Como lembra Harvey (2014), cada nova etapa do capital imprime sua própria lógica de funcionamento à sociedade, levando, conseqüentemente, à produção de novas configurações e dinâmicas do espaço. Para acompanhar o circuito de valorização do capital, a destruição do velho e a construção do novo torna-se inevitável:

O capital tem que se liberar periodicamente das restrições impostas pelo mundo que construiu, diante do perigo mortal da esclerose. A construção de uma paisagem geográfica favorável à acumulação do capital em determinada época se converte em uma trava para a acumulação seguinte. O capital tem, portanto, que desvalorizar grande parte do capital fixo na paisagem geográfica

competitividade, a todos os países, a todos os setores da ação pública, a todos os trabalhadores e a todas dimensões da vida social (DARDOT; LAVAL, 2016, pp. 28-29).

existente, a fim de construir uma paisagem totalmente nova com um aspecto diferente [...]. O princípio que rege isso é: o capital cria uma paisagem geográfica que satisfaz suas necessidades em um lugar e momento determinados, somente para ter que destruí-la em um momento posterior a fim de facilitar sua nova expansão e transformação qualitativa (HARVEY, 2014, p. 157).

No capitalismo neoliberal, a cidade tornou-se cidade-empresa, devendo ser capaz de gerar condições para atrair o capital e gerar lucratividade, a partir de uma gestão eficiente de seus recursos e da disponibilidade de espaços. Não por acaso, a concentração de edifícios corporativos e comerciais ocorre em centros urbanos de cidades com funções globais: essa configuração permite o estabelecimento de contratos e a realização de negócios de forma rápida e eficiente, possibilitando a redução do tempo de rotação do capital e, portanto, sua rentabilidade e reprodução de forma mais ágil.

A sede dos grandes grupos econômicos mundiais concentra-se nas principais capitais do mundo, que são também centros financeiros. Os edifícios corporativos localizados nas áreas centrais dessas cidades são *locus* de comando de decisão de investimentos financeiros em nível global e, portanto, de grandes transações financeiras. Essas operações são possíveis graças à disponibilidade de uma avançada infraestrutura de serviços de tecnologia e comunicação, além de uma mão de obra altamente qualificada para conduzi-las.

Mariana Fix (2007) revela como a paisagem da cidade de São Paulo tem de se transformar permanentemente para ser alçada à condição de *status* global. Por meio da Operação Urbana, que é identificada principalmente nas formas de parcerias público-privadas, a cidade é estimulada a criar condições necessárias para atrair grandes investidores e viabilizar negócios: shopping centers, torres de escritórios e formas diversas de empreendimentos imobiliários.

Com a participação ativa de fundos de pensão no financiamento da produção imobiliária¹⁰, são erguidos arranha-céus para a realização do *business*. A lógica não é da permanência e consolidação dos espaços, mas da constante mudança e transformação. As próprias empresas de grande porte, em invés de estabelecer sedes próprias, passam a alugar edifícios, já que isso lhes permite se deslocar do território com maior facilidade. A racionalidade é, portanto, a do capitalismo financeirizado, em que importam a mobilidade, a liquidez e a rentabilidade de curto prazo. Com isso, cidades como São Paulo buscam tornar-se globais e atrativas ao capital financeiro transnacional para que assim possam concorrer com as demais cidades, com funções também globais.

Um efeito inevitável desse processo é a expropriação e deslocamento de famílias de seu lugar de origem, o que gera, conseqüentemente, concentração de renda, gentrificação e segregação espacial. Abrem-se assim fraturas sociais que polarizam cada vez mais os espaços, entre privilegiados e marginalizados, o que acaba por acentuar também diferenciações nas formas de acesso a bens sociais e culturais.

As divisões espaciais da cidade refletem também diferenciações de classes e de sociabilidade. A concentração de corporações e de centros financeiros nas regiões centrais da cidade permite comprimir o espaço e tempo, atendendo justamente aos interesses das elites. Por isso, esses edifícios são ocupados e comandados por pessoas cujos cargos são de importância fundamental para o movimento de valorização e reprodução do capital, ou seja, os diretores e altos executivos (os chamados CEOs), que são responsáveis pelas decisões da governança corporativa e da maximização da rentabilidade dos ativos financeiros dos negócios.

¹⁰ Na ausência de crédito de longo prazo disponível para financiar a construção de edifícios comerciais (como é caso dos EUA), no Brasil, o setor imobiliário acaba se valendo dos aportes dos fundos de pensão (inclusive de fundos patrocinados por empresas públicas: Previ, Petros, Funcef) para financiar esses projetos.

Evidentemente a classe trabalhadora também transita nesses espaços, mas sempre por meio de uma relação de subordinação, já que, em geral, ela está ali basicamente para realizar as atividades relacionadas à limpeza, segurança, cuidados com jardins, manutenção predial, funções administrativas simples.

Considerações finais

Esse artigo teve como principal objetivo evidenciar a importância do uso do conceito da financeirização para refletir os novos fenômenos, relações e dinâmicas da sociedade neoliberal. A lógica modelo de gestão de empresa, baseado na concorrência, flexibilidade, eficiência e desempenho tende a se generalizar a várias dimensões da vida social. Esses novos dispositivos empregados pela governabilidade neoliberal guardam relação direta com a busca incessante do capital por formas mais líquidas e ágeis de valorização, tornando necessária a mobilização de artifícios que assegurem sua rentabilidade, não só no circuito real, mas principalmente no circuito financeiro.

A financeirização é um conceito que visa enfatizar justamente a crescente relevância da forma financeira e fictícia do capital e seus desdobramentos nos processos sociais e, nesse sentido, oferece uma chave-interpretativa fundamental para compreender os novos fenômenos econômicos e geográficos. No campo da economia, a financeirização, entre outros aspectos, permite entender a nova lógica de gestão das empresas – voltadas à maximização do valor acionário – a elevada remuneração dos executivos, a desigualdade de renda, a queda dos investimentos na produção, o crescimento do desemprego, o aumento do endividamento das famílias, as crises financeiras e uma série de questões envolvendo a dinâmica do capitalismo contemporâneo.

Evidentemente todas essas questões relacionam-se com a apropriação e o uso do território. As formas espaciais acabam tendo de se adequar à necessidade e velocidade da circulação do capital, particularmente às necessidades do capital financeiro e fictício, que se reproduz de forma cada vez mais líquida e acelerada. As práticas de especulação imobiliária e a gentrificação dos espaços são exemplos como as finanças impactam diretamente na geografia urbana. Muitos edifícios comerciais e financeiros, presentes nas cidades globais, construídos justamente para atender aos desígnios do capital financeiro-rentista, são cada vez mais utilizados como locações pelas corporações e bancos, já que assim podem mover-se com mais facilidade, quando for de seu interesse.

Nesse sentido, apreender a racionalidade e lógica de funcionamento do capital na era neoliberal é compreender não só os determinantes econômicos e sociais que estão em jogo, mas também a relação desse movimento com o espaço geográfico, que, longe de exercer um papel passivo nesse processo, atua ativamente no sentido de reforçar tal lógica.

Referências

AGLIETTA, M. **Le capitalism de demain**. Paris : Fondation-Simon, 1998.

AITKEN, R. **Performing Capital. Toward a Cultural Economy of Popular and Global Finance**. New York : Palgrave Macmillan, 2007.

ALVAREDO, F.; ATKINSON, A.; PIKETTY, T.; SAEZ, E. The top 1% in International and Historical Perspective”. **Journal of Economic Perspectives**, v. 27, n.3, 2013.

BOYER, Robert. “Is a finance led growth regime a viable alternative to fordism? A preliminary analysis». **Economy and Society**, vol. 29, nº 1, pp. 111-45, 2000.

_____. **Théorie de la régulation**, Vol. 1: les fondamentaux. Paris, La découverte, collection Repères 2004.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

_____. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

CROTTY, J. The Neoliberal Paradox: The Impact of Destructive Product Competition and ‘Modern Financial Market on Nonfinancial Corporation Performance in the Neoliberal Era’. In: EPSTEIN, G. (ed.) **Financialization and the World Economy**. Northampton: Edward Elgar, 2005.

DARDOT P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, G. F. **Managed by the Markets: How Finance Re-Shaped America**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

EPSTEIN, G. **Financialization and the World Economy**. Edward Elgar, Cheltenham, 2005.

FAVEREAU, O. **The impact of financialisation of the economy on enterprises and more specifically on labour relations**. Geneva: International Labour Organization, 2016.

FIX, M. **São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2008.

GUTTMANN, R.; PLIHON, D. O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, Número especial, dez., 2008.

GUTTMANN, R. **Finance-Led Capitalism: Shadow Banking, Re-Regulation, and the Future of Global Markets**. US: Palgrave Macmillan, 2016.

GUTTMANN, R.; PLIHON, D. O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, Número especial, dez., 2008.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. **Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo**. Quito: Editorial IAEN, 2014.

JENSEN, M.; MECKLING, W. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure, **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, 1976.

KRIPPNER, G. The Financialization of the American Economy. **Socio-Economic Review**, vol. 3, 2005.

LÓPEZ-RUIZ. **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo. Capital humano e empreendedorismo como valores sociais**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.

MARTIN, R. **Financialization of Daily Life**. Philadelphia : Temple University Press, 2002.

ORHANGAZI, O. Financialization and capital accumulation in the non-financial corporate sector: a theoretical and empirical investigation of the US economy, 1973–2004. **Cambridge Journal of Economics** 32(6): 863–86, 2008.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SASSEN, S. **The Global City: New York, London, Tokyo**. Princeton : Princeton University Press, 2001.

STEIN, J. **Pivotal Decade: How the United States Traded Factories for Finance in the Seventies**. New Haven: Yale University Press, 2011.

STOCKHAMMER, E. Financialization and the slowdown of accumulation. **Cambridge Journal of Economics** 28: 719–41, 2004.

VAN DER ZWAN, N. State of the art. Making sense of financialization. **Socio-Economic Review**, vol. 12, 2014.

6. REDES PRODUTIVAS DE CALÇADOS E ARTICULAÇÃO URBANO REGIONAL – UMA ANÁLISE A PARTIR DO ESTADO DA BAHIA

Edilson Pereira Júnior¹

Mateus Almeida Rodrigues²

Introdução

O texto objetiva interpretar um dos mais relevantes aspectos da reestruturação urbana e regional do Nordeste brasileiro nos últimos anos, aquele que enfatiza as configurações espaciais produtivas da indústria de calçados e seu arranjo urbano regional. Cada vez mais submetida a uma difusa rede de relações territoriais que integram pessoas, mercadorias e fluxos de informação, a atividade industrial calçadista incorpora mudanças diretamente vinculadas tanto à engenharia de produção, como à abrangência espacial de seus circuitos produtivos. Tais alterações engendram transformações quantitativas e qualitativas, atingindo a distribuição de unidades de produção e a geração de empregos em regiões anteriormente consideradas periféricas.

Como consequência, antigas regiões industriais reconfiguram seu papel nos circuitos espaciais de produção, enquanto outras regiões adotam um projeto de acumulação pautado na atração de investimentos externos, consolidando políticas econômicas focadas em ações públicas empreendedoras e na reestruturação territorial e urbana como condicionante estratégico de dinamização produtiva.

O recorte empírico trabalhado ilustra as referidas reconfigurações mais precisamente no estado da Bahia, onde um conjunto considerável de municípios, geralmente localizados distantes da Região Metropolitana de Salvador, incorpora estratégias de reestruturação produtiva e territorial diferenciadas na indústria de calçados, em especial àquelas ligadas aos processos de disjunção funcional, externalização da produção e outras inúmeras formas de integração produtiva em rede, tributárias de sistemas de trabalho e de tecnologia renovados.

Neste contexto, o município de Itapetinga e sua respectiva região de influência, situada no Centro-Sul baiano, reestrutura suas atividades econômicas e, por conseguinte, as suas relações na rede urbana. O texto enfatiza exatamente essas novas conexões, detalhando as formas pelas quais o circuito espacial produtivo dos calçados consolidou um padrão reticular urbano que distanciou Itapetinga das tramas tradicionais, mas também afirmou a cidade como o centro de um intrincado comando dos processos produtivos

¹ Professor do curso de Geografia, Graduação e Pós-Graduação, da Universidade Estadual do Ceará – UECE. E-mail: edilsonapjr@hotmail.com.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará – UECE. E-mail: matrodrigues05@gmail.com.

industriais e, logo, do fluxo de pessoas e de mercadorias.

O capítulo contém esta introdução, as considerações finais e mais outros quatro itens, os quais vão tratar: 1) da nova realidade da indústria de calçados no Nordeste e na Bahia; 2) do papel que Itapetinga representa no processo de desconcentração produtiva nacional; 3) da interação urbano regional que os circuitos industriais articulam no território; e 4) das novas tramas produtivas, capazes de combinar sistemas complexos de múltiplos fluxos, conectados por vias intensas de comunicação.

O debate pretende contribuir na análise das novas feições da urbanização brasileira, definidas a partir de um conjunto de transformações consolidadas pelos mais recentes circuitos industriais que não estão diretamente vinculados aos ambientes da metrópole e da cidade média, mas direcionados por relações estabelecidas entre cidades pequenas e centros regionais, tecidas por sistemas produtivos contemporâneos na transescalaridade de uma composição em rede.

Interpretações de uma desconcentração produtiva: a nova realidade da indústria de calçados no Nordeste brasileiro e na Bahia

Nas últimas três décadas, mudanças nos processos de produção da indústria extrapolaram a engenharia do “chão da fábrica” e promoveram significativas mudanças em diversas esferas da reprodução social, não sem alcançar as bases territoriais sob as quais são dadas as relações entre os agentes econômicos, as decisões políticas e os fluxos de valor. A efetivação de tais mudanças, cujos primeiros sinais já haviam sido notados ainda na década de 1960, foi confirmada com a superação da rigidez que caracterizava os mercados de consumo, a alocação dos investimentos e os padrões de contratação no mercado de trabalho.

Podemos sintetizar as características dessa nova realidade, cujos resultados tendem a ter um impacto nas relações urbanas e regionais, a partir de três movimentos complementares. O primeiro se refere à dinamicidade contemporânea do capitalismo, que concretiza uma tendência à dispersão das atividades produtivas no espaço (HARVEY, 2013). Este, por sua vez, está cada vez mais articulado, englobando complexas redes de ordens e comandos em âmbito transescalar, organizadas pela combinação de escalas, agentes e fluxos, além dos territórios em si (SPOSITO, 2008). O segundo está ligado à maior seletividade das estratégias espaciais projetadas pelas empresas industriais, capazes de executar com maior efetividade uma divisão funcional de suas atividades (FISCHER, 1994), promovendo maior separação entre etapas de gestão/concepção (escritórios de contabilidade, *marketing*, sede das empresas etc.) e etapas propriamente produtivas. Seus rebatimentos sublinham exatamente a combinação de intrincadas redes de fluxos, potencializadas em suas funções pelas inovações técnicas e tecnológicas. O terceiro movimento se volta à importância ainda substancial da utilização da força de trabalho no processo produtivo industrial. Este plano é, antes de tudo, espacial, pois se destaca pela ampliação dos movimentos de deslocamento das atividades produtivas intensivas em trabalho pouco qualificado, propensas a serem implantadas em áreas de baixo nível salarial (MÉNDEZ e CARAVACA, 1996).

O significado dessas modificações para a indústria brasileira e, mais especificamente, para os circuitos industriais da produção de calçados, são significativos e merecedores de debate. Desde a década de 1990, a indústria calçadista no Brasil evidenciou uma transferência de estabelecimentos industriais, princi-

palmente aqueles pertencentes às empresas sediadas nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, articulando, num curto intervalo de tempo, tradicionais regiões produtoras com novos ambientes de produção, principalmente em municípios de estados nordestinos, entre os quais devem ser destacados a Bahia, o Ceará e a Paraíba.

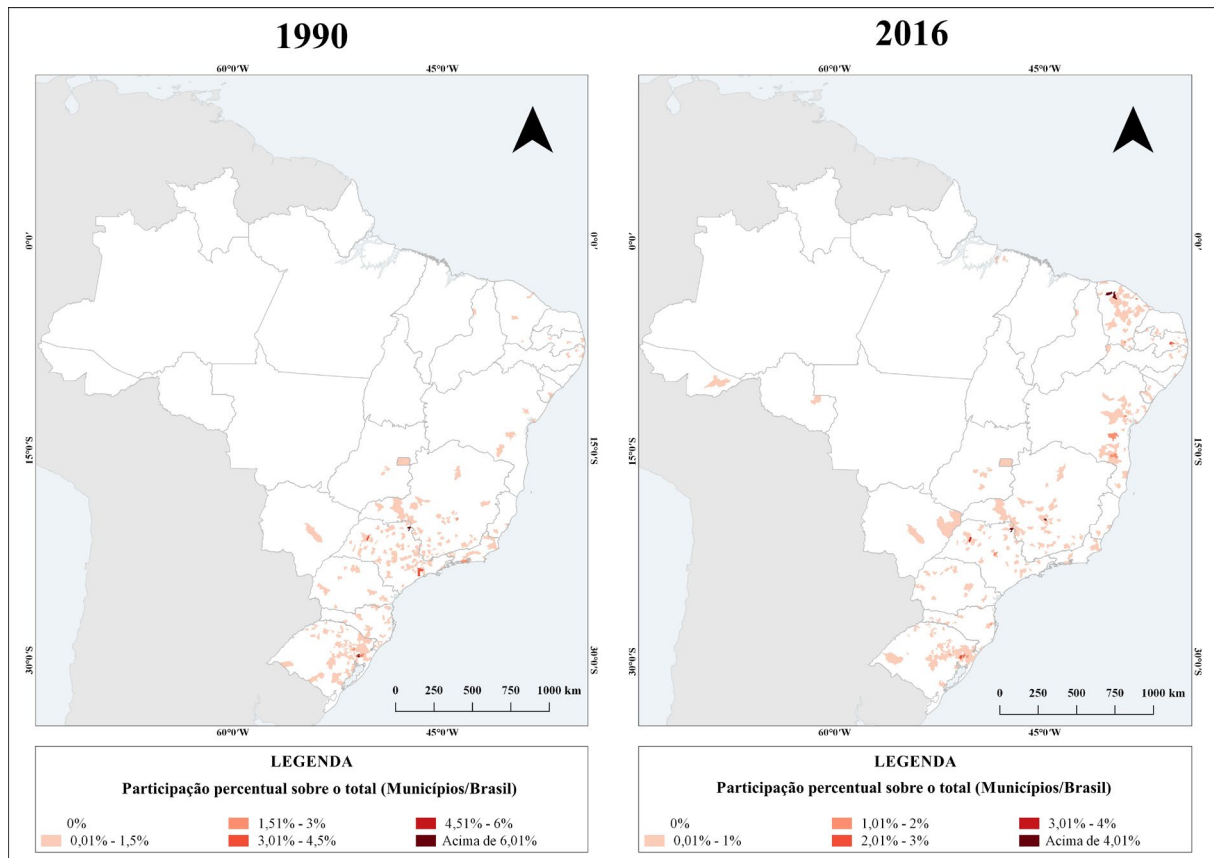
Não são modestos os dados e indicadores que revelam essa mudança de eixo no processo produtivo calçadista. Um levantamento documental³ e estatístico⁴, e sua posterior análise e sistematização, prestou-nos auxílio. A informação geográfica, cartografada, fez-se ilustrativa e revelou os aspectos territoriais deste cenário.

Ao nos determos na variável “emprego formal”, pelo grau de importância que representa no dinamismo econômico regional, observamos que as regiões Sul e Sudeste registraram uma concentração de 96,25% do total de empregos formais da indústria calçadista face ao Brasil em 1990, o que correspondia, no período, o equivalente a 218.133 postos de trabalho. Passado o referido período de mudanças, essa concentração diminuiu para 62,55% em 2016, sofrendo uma variação negativa de 33,7%, com redução de 39.846 postos, pois neste último ano o total foi de 178.287 empregos gerados (ver Cartograma 1).

Em contrapartida, a região Nordeste experimentou, na década de 2000, uma expansão significativa no número de empregos. Dos 7.297 postos de trabalho contabilizados em 1990 (equivalente a 3,22% do total registrado no país), passou a concentrar 103.384 empregos formais em 2016, total que representa 36,28% de todos os empregos gerados nesta indústria em escala nacional. Esse movimento representou uma variação positiva de 33,06% na geração de empregos, o que fez a região se firmar como a segunda que mais emprega no âmbito do país entre os anos de 1990 e 2016. É relevante considerar que, sabedores das características apresentadas pela força de trabalho reunida nos espaços urbanos não-metropolitanos do Nordeste do Brasil (PEREIRA JÚNIOR, 2015), o fator “preço da mão de obra” não pode ser negligenciado para explicar esse movimento.

3 O levantamento de informações centrou-se em documentos disponibilizados pela Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (ABICALÇADOS), pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

4 A obtenção de dados estatísticos foi feita por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), plataforma *online* de dados disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A plataforma permite o acompanhamento quantitativo progressivo do número de estabelecimentos industriais ativos e de trabalhadores formalmente empregados em diversos recortes espaciais (Brasil/regiões/estados/municípios).

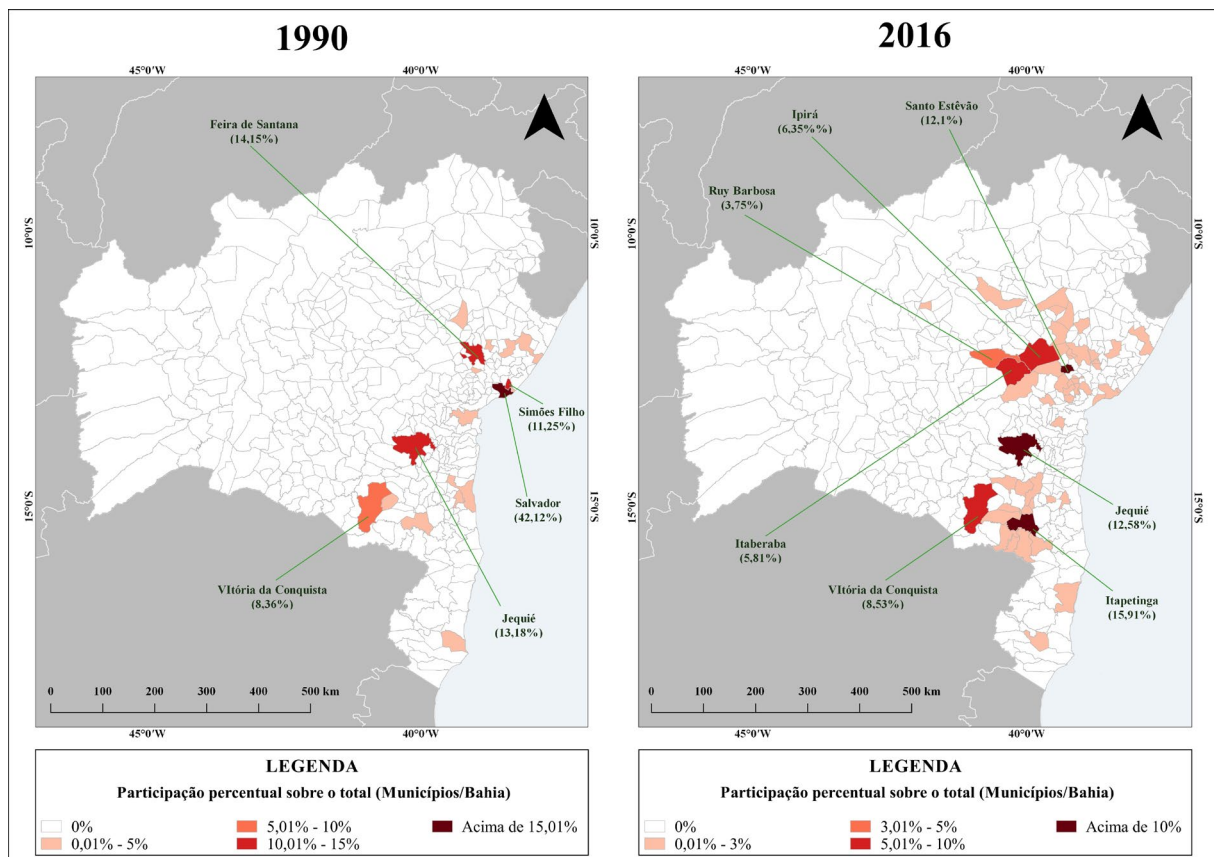
Cartograma 1 - Distribuição espacial dos empregos formais na indústria calçadista (Brasil - 1990 e 2016)

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais/RAIS (2018). Elaboração Mateus Almeida Rodrigues. Apoio Capes e CNPq.

Mas como essa transformação atingiu a Bahia? Em 1990 o estado apresentava 311 empregos formais neste gênero produtivo, segundo a RAIS. Em 2016, esse número saltou para 28.053 contratações, isto é, acréscimo de cerca de 9.000%. É possível constatar, então, que a indústria de calçados baiana passou de uma representação de 0,11 para 9,84% face ao Brasil entre os anos de 1990 e 2016.

A participação do estado neste redesenho da divisão territorial do trabalho calçadista não se centrou em municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS), muito menos no Recôncavo Baiano. Na verdade, deu-se uma dispersão dos investimentos e dos empregos para inúmeros municípios localizados em diferentes regiões baianas, embora a parcela correspondente ao Centro-Sul do estado mereça referência.

Tomados em conjunto, os municípios de Itapetinga, Jequié, Santo Estêvão, Vitória da Conquista, Ipirá, Itaberaba e Ruy Barbosa concentravam, no ano de 2016, 19,07% dos estabelecimentos ativos (proporcional a 25 estabelecimentos) e 65,03% do total de empregos formais (equivalente a 18.244 postos de trabalho). Pontua-se que esses sete municípios foram os únicos que registraram mais de 1.000 empregos formais no estado e que a discrepância identificada nos dados revela que a indústria calçadista selecionou localidades estratégicas para a instalação de maiores investimentos, por mais que o tenha feito difundindo suas fábricas no território (ver Cartograma 2).

Cartograma 2 - Distribuição espacial dos empregos formais na indústria calçadista (Bahia - 1990 e 2016)

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (2018). Elaboração Mateus Almeida Rodrigues. Apoio Capes e CNPq.

Desse modo, a dinâmica demarca uma desconcentração dos investimentos em escala estadual. De uma relativa concentração em 1990, em especial em Salvador, notadamente por atender as demandas de uma produção com características artesanais voltada ao mercado local, temos a dispersão em 2016. É relevante compreender a natureza urbano regional dessa dispersão: temos o papel das cidades médias (por exemplo, Vitória da Conquista), dos centros regionais e sub-regionais (como Jequié e Itapetinga) e das cidades pequenas (como Ipirá e Ruy Barbosa). A importância de todos esses municípios reside na sua capacidade de atrair grandes e médias empresas, suscitando modificações nas dinâmicas urbanas e na configuração econômica regional.

Face ao contexto, recortamos o município de Itapetinga para análise e interpretação. A escolha não é aleatória, principalmente porque em 2016, depois de passar por inúmeros movimentos de expansão e retração, o município reunia 15,98% dos trabalhadores formais empregados na indústria calçadista baiana. O dado é superlativo e indica que as modificações no espaço urbano regional do Centro-Sul da Bahia, em função dos investimentos industriais, merecem ser analisadas com mais cuidado.

A indústria de calçados na Bahia e o destaque de Itapetinga

A consolidação da atividade industrial calçadista na Bahia, verificada no decorrer das décadas de 2000 e 2010, tornou importante a participação do estado no agregado da produção nacional. Segundo a

ABICALÇADOS (2018), concentra 5,3% de tudo o que é produzido no Brasil em 2017, ficando atrás apenas de Rio Grande do Sul, Ceará, São Paulo e Paraíba. Isso representa 48 milhões de pares de calçados produzidos ao ano e destaca um avanço de 0,2% desde 2016, ou seja, mesmo com o superlativo crescimento indicado nas últimas décadas, anualmente ocorre variação favorável.

É um quadro que se pauta na atuação de grandes e médias empresas, com elevada capacidade de produção e geração de empregos formais. Merecem destaque os municípios de Itapetinga (com investimentos da Vulcabras | Azaleia – Rio Grande do Sul e São Paulo e Susana Santos – Santa Catarina), Jequié (com investimentos da Ramarim – Rio Grande do Sul), Ruy Barbosa (Calçados Pegada – Rio Grande do Sul), Ipirá (Paquetá Calçados – Rio Grande do Sul), Itaberaba, Santo Estêvão e Vitória da Conquista (DASS Nordeste – Rio Grande do Sul/Santa Catarina).

As bases desta expansão estão relacionadas às sincronias e diacronias do território. Do ponto de vista das sincronias, mais generalizantes, enfatiza-se que as unidades produtivas instaladas respeitam as determinações da reestruturação produtiva e territorial na indústria, processo que, entre outras características, não mais exige uma localização metropolitana⁵ das linhas de produção fabril. Em consonância a esta perspectiva, as empresas calçadistas buscam desvencilhar-se das (des)economias de aglomeração existentes em Salvador, preferindo situar-se em centros regionais que possibilitem condições infraestruturais para a reprodução do processo produtivo industrial. Confirmam o que foi informado por Bomtempo (2011) sobre a capacidade dos centros urbanos de tamanhos diferenciados atenderem às necessidades de atração de investimentos pela nova capacidade das conexões espaciais contemporâneas.

No âmbito das diacronias, temos influência da renovação dos sistemas técnicos, tais como construção de estradas, eletrificação, saneamento, fornecimento de terrenos e galpões para a instalação de unidades produtivas. Porém, igualmente, a normatização dos sistemas de ações se faz relevante, como demonstra a nova base jurídica e tributária que permite a legitimação de maiores vantagens competitivas aos investidores envolvidos.

Não é exagero, então, citar a multidimensionalidade e a transescalaridade do território (PEREIRA JÚNIOR, 2012) como elemento de materialização do processo, em especial pelas articulações em infraestrutura e mecanismos fiscais, financeiros e creditícios implementados nas esferas estadual e municipal, a subvencionarem uma indústria que não deixa de responder aos ditames de uma competitividade tornada global.

O papel da intervenção estatal se sobressai através de uma estratégia de incentivos baseada na montagem de uma infraestrutura prévia e na isenção estipulada entre 90% e 99% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (BAHIA, 2000)⁶. Nos principais municípios receptores destes investimentos, os incentivos também se apoiam no fornecimento de galpões de implantação e de parte dos recursos

5 É importante notar que a indústria calçadista no Brasil, historicamente, especializou sua produção em centros não metropolitanos. Desde os anos de 1970 os aglomerados de produção, responsáveis pelas maiores taxas de exportações, se localizam em regiões como o Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, e Franca, em São Paulo, demarcando uma localização dispersa em relação à capital dos estados (NAVARRO, 2006; SCNHEIDER, 2002).

6 Na esfera do Governo do Estado da Bahia é importante destacar a ação de diversos programas voltados à promoção do desenvolvimento econômico ou, mais precisamente, ao planejamento econômico e à diversificação da estrutura produtiva estadual, a exemplo do Programa de Promoção de Desenvolvimento da Bahia (PROBAHIA) e do Programa de Incentivo ao Comércio Exterior (PROCOMEX).

necessários para a montagem da infraestrutura adjacente às fábricas.

Tratemos do caso de Itapetinga para ilustrar o fenômeno apresentado. A partir de 1996, o município atraiu investimentos e unidades produtivas da empresa gaúcha Calçados Azaleia, alterando as dinâmicas econômicas e territoriais até então predominantes.

Itapetinga, na rede urbana do Centro-Sul da Bahia, é diretamente polarizada por Vitória da Conquista. Segundo Nery (2003) e Oliveira (2003), nasceu de um nó de tráfego que partia das atividades ligadas à pecuária em Vitória da Conquista, ainda no final do século XIX e isso permitiu a conformação da região nos padrões atuais. O núcleo urbano inicial foi construído na primeira metade da década de 1920 e, posteriormente, passou a ser denominado Itatinga – originado do tupi-guarani *ita*: pedra e *tinga*: branca, como informa Oliveira (2003).

A crescente ascensão da atividade pecuária na região deveu-se às características climáticas e às condições propícias de topografia e solo, adequadas ao desenvolvimento da criação de gado. A rápida expansão do então Arraial de Itatinga proporcionou sua elevação à categoria de Distrito, conformando o surgimento, por meio do Decreto Estadual N° 8.499, de 22 de junho de 1933, do Distrito de Itatinga, pertencente ao município de Vitória da Conquista (OLIVEIRA, 2003). Nas décadas de 1930 e 1940, importantes decisões político-administrativas foram delimitadas, modificando seu nível de influência na rede urbana do Sudoeste baiano, quando ganhou emancipação.

Do ponto de vista das dinâmicas econômicas, catalizadora de mudanças materiais para a cidade e a região, inúmeros movimentos de expansão e retração caracterizaram os quarenta anos seguintes. Primeiro, uma vigorosa expansão da atividade pecuária voltada à criação de gado de corte e à atividade extrativista madeireira, nas décadas de 1940 e 1950, contrastou com uma crise dos fluxos econômicos na década de 1960 (OLIVEIRA, 2003)⁷.

No contexto de crise, anos de 1960, houve baixa capacidade de fixação do capital investido, refletido na inércia da economia urbana. Também a utilização de práticas rudimentares na criação de gado resultou em menor produtividade do rebanho bovino, que somados ao congelamento dos preços da carne no mercado interno e à disseminação da febre aftosa, contribuíram pelo movimento de retração (OLIVEIRA, 2003).

É na esteira da crise que surgiram as primeiras tentativas de implantação de unidades fabris em Itapetinga, como resultado da capitalização gerada pela atividade pecuária já desenvolvida. A aposta focou na estruturação da região como grande bacia leiteira e, de acordo com Oliveira (2003) e Nery (2003), isso motivou a instalação de vários pequenos laticínios, atraindo também empresas maiores, tais como a fabricante de leite em pó Leite Glória do Nordeste LTDA e o Matadouro e Frigorífico do Rio Pardo S.A..

Todavia, na década de 1980, a própria pecuária extensiva praticada na região entrou em declínio e estagnou a economia municipal (OLIVEIRA, 2003). Houve diversos fatores para que isso ocorresse, entre os quais poderíamos arrolar: a) recorrentes estiagens e o esgotamento dos solos em razão da compactação pelo uso intensivo na criação de gado; b) elevação dos custos de aquisição de insumos agrícolas; c) níveis insatisfatórios de produtividade, em especial pela incapacidade de inovar práticas rudimentares na criação

⁷ Isso se deu pela “[...] descapitalização da pecuária de corte e o surgimento da pecuária mista (corte e leite) e de pequenos laticínios, além do forte processo de urbanização do município” (OLIVEIRA, 2003, p. 76).

dos rebanhos; e d) sucessivas modificações nas políticas de estabilização econômica e de concessão de crédito rural institucionalizadas em escala nacional (OLIVEIRA, 2003).

Importantes mudanças ocorridas no Brasil na década de 1990 convergiram com a fase de estagnação econômica da região de Itapetinga: o declínio da atividade pecuária colocou a Leite Glória do Nordeste e a MAFRIP em dificuldades financeiras, estimulando as forças políticas locais a buscarem uma modernização da atividade industrial (OLIVEIRA, 2003). Neste ínterim, o médico José Carlos Curvelo foi eleito prefeito do município para os mandatos de 1997-2000 e 2001-2004 e, por possuir boas relações com políticos do Governo do Estado da Bahia, à época chefiado por Paulo Souto (Partido da Frente Liberal – PFL), conseguiu atrair investimentos públicos e privados.

A movimentação garantiu a atração da empresa de Calçados Azaleia para a região, no ano de 1996. Houve uma confluência de fatores para que isso se realizasse, mas a ação efetiva do poder público, em várias escalas, fez-se primordial⁸. Merece referência a participação do poder municipal, como já descrito, mas também o relevante papel do governo estadual e do governo federal, com intervenções na infraestrutura e no sistema de normas, que facilitaram a “pavimentação” adequada do território para a consolidação dos investimentos.

Assim, sincronia e diacronia se traduziram em movimentos convergentes em prol do dinamismo industrial, como pode ser visto na ação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – estudos técnicos e empréstimos financeiros; FINAME e FINOR – incentivos e financiamentos; Governo do Estado da Bahia – isenção de impostos estaduais e construção de infraestrutura de instalação e transporte⁹; e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) – treinamento da mão de obra local¹⁰.

Todo o projeto ficou conhecido como “Projeto Azaleia Nordeste” (BNDES, 2001), e resultou num investimento equivalente a cerca de 117 milhões de reais, divididos entre recursos próprios da empresa e recursos advindos de agências e de fundos de fomento à atividade industrial. Analisemos seus efeitos econômicos e os impactos proporcionados pelos mesmos na produção do espaço urbano regional.

De pés calçados em Itapetinga: interação urbano regional do processo produtivo calçadista

A materialização dos investimentos resultou na estruturação de uma articulação produtiva industrial na região Centro-Sul da Bahia, centralizada a partir da unidade matriz em Itapetinga e ramificada por outras 18 unidades de produção (filiais), localizadas em 11 municípios. Tais municípios são pertencentes ou não a Microrregião de Itapetinga (institucionalizada pelo IBGE em 1990), uma vez que as escolhas para a instalação das unidades produtivas respeitam uma lógica pautada na política (aproximação político-parti-

8 Informações obtidas em trabalhos de campo realizados em novembro de 2017 e abril de 2019, sobretudo com representantes do poder local e com líderes de entidades e associações, tais como o Sindicato de Verdade (SINDVERDADE).

9 De acordo com estudo do BNDES para a região, nesse período o Governo do Estado da Bahia construiu tanto o “novo acesso ao distrito industrial de Itapetinga, com uma ponte de 87 metros sobre o rio Catulé, que corta a cidade”, quanto o “aeroporto de Itapetinga, a um custo de R\$ 1,8 milhão, preparado para receber jatinhos e aviões de médio porte” (BNDES, 2001, p. 5).

10 Não pode ser esquecido o fato de que uma empresa de grande porte, que contrataria milhares de operários, como a Calçados Azaleia, estaria prestes a se instalar numa região cuja população possuía pouca experiência com o trabalho industrial. Em relação a isso, firmou-se uma parceria entre o Governo do Estado da Bahia e a própria empresa, com vistas a fornecer um treinamento especializado de trabalhadores sob a orientação do SENAI (BNDES, 2001).

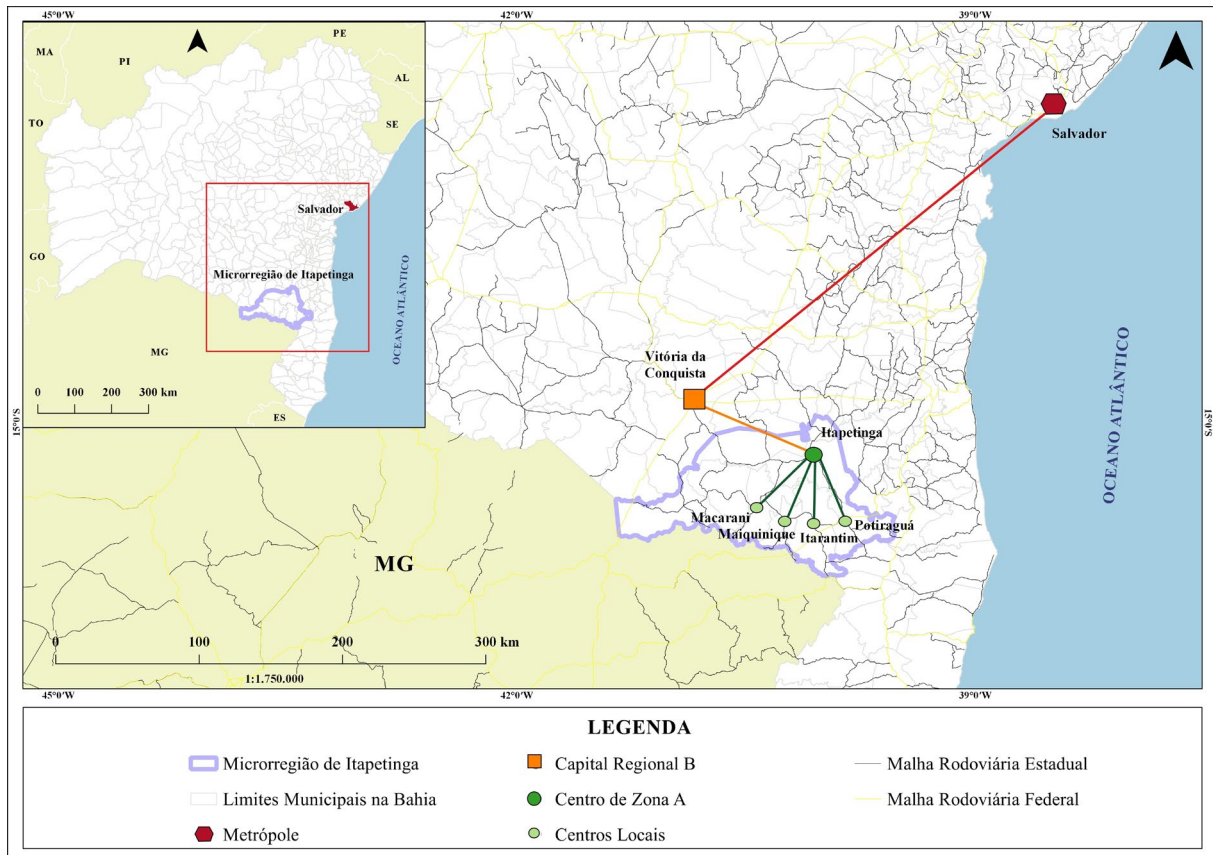
dária e adesão ao conjunto de normas de facilitação tributária) e nos fluxos econômicos (rodovias e redes de integração produtiva).

A síntese desse movimento criou uma rede de relações produtivas da empresa Calçados Azaleia na Bahia, a envolver os municípios de Itapetinga, Itambé, Itarantim, Macarani, Maiquinique, Potiraguá (inseridos na Microrregião de Itapetinga), Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí e Iguai (situados fora da Microrregião de Itapetinga). Esta subdivisão do processo produtivo engendrou um padrão urbano regional ligado a uma dupla característica de desconcentração-concentração da organização produtiva concebida pela Calçados Azaleia a partir de Itapetinga, que se caracterizou por estabelecer etapas de montagem final e de distribuição centradas na matriz regional, situada na cidade sede deste município.

Desse modo, a articulação produtiva regional calçadista comandada por Itapetinga (RODRIGUES, 2018) conformou uma redefinição dos fluxos materiais e imateriais não necessariamente subordinados a Salvador ou Vitória da Conquista, subvertendo a hierarquia convencional da rede urbana da Bahia. O novo circuito espacial produtivo dos calçados consolidou um padrão reticular urbano que se distanciou das tramas tradicionais, mas também afirmou Itapetinga como centro de um intrincado comando dos processos produtivos industriais e, logo, do fluxo de pessoas e de mercadorias.

É esclarecedor um paralelo com a hierarquia urbana desenhada pelo estudo Regiões de Influência da Cidades (IBGE, 2008). Nele, Itapetinga, enquanto um Centro de Zona A, demonstra um duplo papel: o de subordinação direta à Capital Regional B, Vitória da Conquista, e a influência direta sobre os Centros Locais de Macarani, Maiquinique, Itarantim e Potiraguá (ver Cartograma 3). O circuito produtivo regional comandado pela Calçados Azaleia em Itapetinga promoveu complexidade para as relações estabelecidas entre as diversas unidades de produção, superando os padrões definidos pela REGIC.

Cartograma 3 - Rede de influência de Itapetinga na hierarquia urbana da Bahia em relação aos municípios de Salvador e Vitória da Conquista (2007)

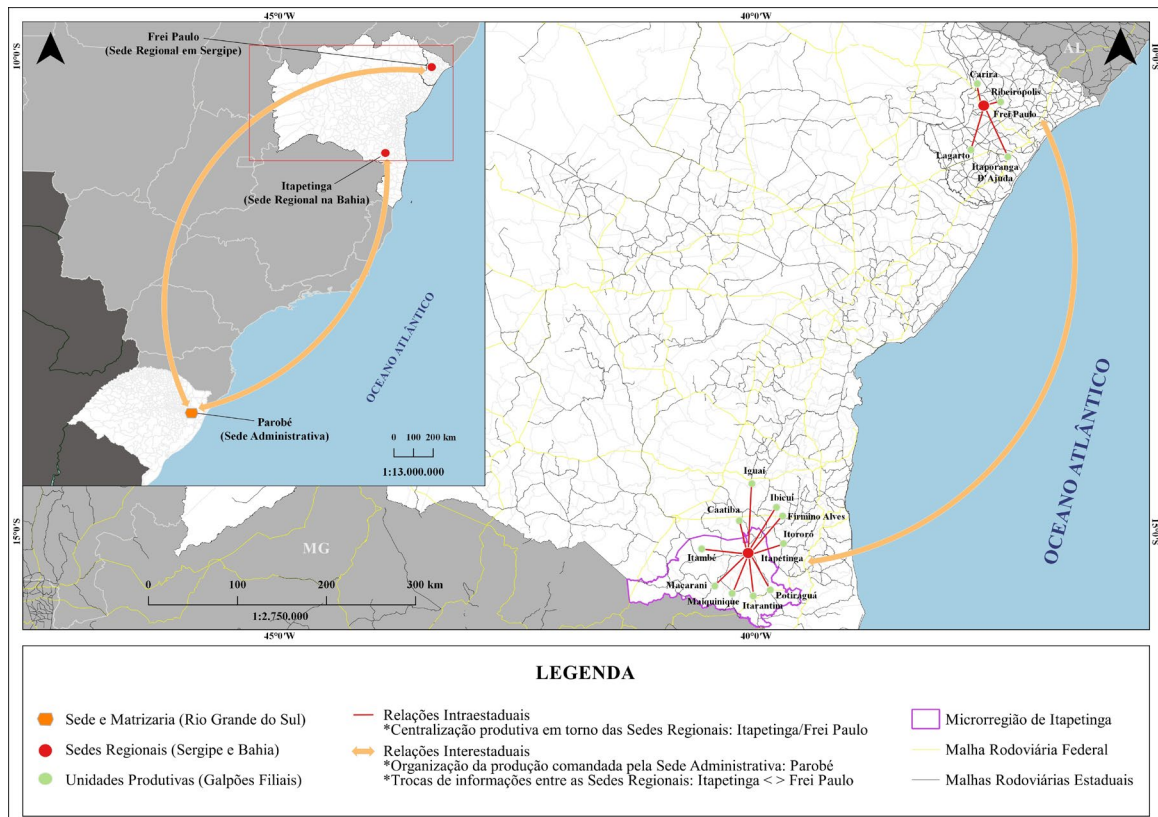


Fonte: IBGE (1990; 2008)/SEI (2013). Elaboração Mateus Almeida Rodrigues. Apoio Capes e CNPq.

Além desta configuração presente na Bahia, a Calçados Azaleia reproduzia padrões regionais de ocupação semelhantes em Sergipe e no Rio Grande do Sul. Neste último estado, inclusive, é onde se localizava sua sede administrativa, a matrizaria (responsável pela fabricação dos moldes utilizados nas unidades de produção), os setores de *design* e *marketing* e uma pequena parcela da produção, concentrada em São Sebastião do Caí e Portão. Enquanto isso, em Sergipe, a principal unidade de produção se localizava em Frei Paulo e uma rede de relações produtivas envolviam fluxos de pessoas e produtos com os municípios de Lagarto, Itaporanga D'ajuda, Ribeirópolis e Carira (ver Cartograma 4) (DAMÁSIO, 2014).

Todo o circuito espacial produtivo da Calçados Azaleia, desse modo, envolvia a sede da empresa, em Parobé (RS), e articulava as sedes regionais de Itapetinga (BA) e Frei Paulo (SE), onde o maior volume de produção se concentrava (RODRIGUES, 2018). Afirmava-se o conjunto de relações transescalares, marcado pela superação das contiguidades espaciais e por uma lógica de produção em rede que já havia desenvolvido, desde os anos de 1990, uma verdadeira reestruturação territorial e produtiva na indústria de calçados brasileira.

Cartograma 4 – Articulação do processo produtivo da Calçados Azaleia nos estados do Rio Grande do Sul, Bahia e Sergipe (1997-2010)



Fonte: BNDES (2001) /Damásio (2014) /Trabalho de campo (2017). Elaboração Mateus Almeida Rodrigues. Apoio Capes e CNPq.

Mais representativo ainda foi o arranjo urbano regional que se formou com essa conexão, em especial por não envolver nenhuma metrópole ou cidade média relevante dos três estados capturados pelos circuitos produtivos, confirmando uma experiência que já foi relatada por inúmeros estudos ao associarem urbanização com circuitos/cadeias produtivas na indústria, tais como aquele trabalhado por Bomtempo (2011).

Para Itapetinga, especificamente, as articulações envolviam duas escalas de relação, isto é: a) aquelas que se davam entre o município e o Rio Grande do Sul (Parobé), de maior verticalidade no espaço e marcada por redes de comando e subordinação definidoras da organização produtiva industrial e dos fluxos de investimentos, insumos, matérias-primas e produtos acabados entre a sede administrativa e as sedes regionais; e b) aquelas que conformavam um controle da cidade sobre o Centro-Sul baiano, de corte espacialmente mais horizontalizado, vinculadas aos fluxos de pessoas, matérias-primas, insumos e produtos semiacabados, além de ordens e comandos entre as unidades filiais e a sede microrregional (ver Cartograma 4).

Entre 2008 e 2010, depois de prolongadas instabilidades financeiras, a Calçados Azaleia passou por ampla redefinição do seu quadro corporativo e, para evitar falência, foi incorporada à empresa paulista Vulcabrás (AZALEIA... 2012). Essas instabilidades atingiram a conformação espacial ora descrita, bem como o circuito produtivo a envolver os estados do Rio Grande do Sul, da Bahia e de Sergipe. Entre 2011 e 2012, as unidades localizadas no Rio Grande do Sul, em São Sebastião do Caí e Portão, encerraram suas linhas de

produção e as pequenas fábricas de Itambé, Itarantim, Macarani, Maiquinique, Potiraguá, Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai (na Bahia), Lagarto, Itaporanga D'ajuda, Ribeirópolis e Carira (em Sergipe) foram fechadas (AZALEIA... 2012).

A sede da empresa passou a se localizar na cidade paulista de Jundiá (sede da Vulcabrás) e a produção modificou sua distribuição em escala nacional, envolvendo agora as unidades de Frei Paulo (SE), Itapetinga (BA) e Horizonte (CE), sendo este último um município localizado na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), que já centralizava a produção da Vulcabrás desde o ano de 1995.

Os novos investimentos calçadistas e suas “tramas” de interação urbano regional

O movimento de incorporação da Calçados Azaleia pela Vulcabrás Nordeste S. A. significou muito mais do que a transição de uma gestão empresarial familiar para uma gestão profissional, comandada por acionistas. As alterações proporcionaram uma reconfiguração territorial dos processos produtivos, com expressivos impactos no arranjo urbano regional do Centro-Sul baiano. Remodelou-se a estrutura empresarial responsável por estabelecer um novo padrão de operação e distribuição das unidades produtivas em escala microrregional e o resultado foi a reconcentração do processo produtivo da Vulcabrás/Azaleia em Itapetinga, com encerramento das atividades nas pequenas unidades satélites localizadas em vários municípios do entorno.

Consequentemente, os empregos formais também caíram significativamente nesses municípios entre 2010 e 2014, e a renda gerada pela indústria de calçados perdeu força, como observado na Tabela 1.

Tabela 1 – Quantitativo de estabelecimentos industriais e de empregos formais vinculados à indústria calçadista nos municípios influenciados por Itapetinga/BA (2010-2016)

Município	Trabalhadores Formais Empregados				Estabelecimentos Calçadistas Ativos			
	2010	2012	2014	2016	2010	2012	2014	2016
Caatiba	229	74	0	82	1	1	0	1
Firmino Alves	662	199	81	217	2	2	1	2
Ibicuí	367	0	0	143	1	1	0	1
Iguai	357	0	0	122	1	1	0	1
Itambé	687	220	293	208	2	2	2	2
Itapetinga	13.880	7.026	5.336	4.463	5	6	4	7
Itarantim	393	0	0	567	1	1	0	3
Irororó	1.699	469	378	613	3	3	1	2
Macarani	701	297	0	172	2	2	0	1
Maiquinique	346	0	0	261	1	1	0	2
Potiraguá	372	0	0	262	1	1	0	1

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (2018). Elaboração própria. Apoio Capes e CNPq.

Ainda segundo a Tabela 1, em todos os municípios do Centro-Sul baiano com empregos gerados

pela Calçados Azaleia há queda na contratação de trabalhadores entre 2010 e 2014, segundo a RAIS/MTE, e em sete deles as contratações simplesmente se encerram. O mesmo ocorre com o número de estabelecimentos da indústria de calçados.

Porém, em 2016, um curioso movimento de inflexão, se não recupera a quantidade anterior, pelo menos retoma o dinamismo na abertura de fábricas e na geração de empregos da indústria de calçados nos mesmos municípios citados. O que poderia ter ocorrido?

Estimulada pela indicação preliminar dos dados, esta pesquisa se pautou no trabalho de campo para revelar uma importante reestruturação produtiva a repercutir sobre a relação entre economia e política, indústria e rede urbana, fluxos e escalas na reconfiguração do território. Representantes do poder municipal de Itapetinga, em sintonia com os responsáveis pelos programas de desenvolvimento industrial do Governo do Estado da Bahia, visitaram várias empresas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, objetivando obter novos contratos de ocupação para as antigas unidades abandonadas depois do novo gerenciamento industrial da Vulcabrás/Azaleia¹¹.

Algumas empresas de porte médio de Santa Catarina responderam positivamente às tentativas de aporte de investimentos. O que ocorreu a partir daí foi um fenômeno de reocupação dos galpões de produção, algo correspondente ao que a Escola de Chicago chamaria de “invasão-sucessão”¹², realizado exatamente por empresas interessadas em expandir sua produção e seu mercado sem maiores riscos, aproveitando os benefícios ofertados pelas vantagens competitivas baianas.

As empresas Susana Santos, Bárbara Krás e o Grupo Empresarial Irmão Soares, fabricantes de calçados femininos de couro e sediadas nos municípios catarinenses de Nova Trento e São João Batista (INDÚSTRIA..., 2017), retomaram as linhas de produção nas fábricas abandonadas, diversificando o tipo de calçado produzido nos municípios e o arranjo urbano regional que articula fluxos de insumos, mercadorias e pessoas a partir da indústria (RODRIGUES, 2018).

Referida diversificação, pode ser sintetizada no duplo processo de produção que marca atualmente as características da indústria calçadista regional: 1) a produção da Vulcabrás|Azaleia, especializada na fabricação de calçados e materiais esportivos em geral, detentora de várias marcas conhecidas no Brasil e em vários países, articulando um circuito produtivo internacional, mas que, na Bahia, está centralizado em Itapetinga; e 2) a produção de empresas como Susana Santos e Bárbara Krás, vinculadas à fabricação de calçados femininos, com circuitos que envolvem principalmente os estados da Bahia e de Santa Catarina, dinamizando processos produtivos mais tradicionais e uma força de trabalho com maior demanda artesanal para o manuseio de insumos como couro, fivelas e tiras.

É significativo reconhecer que o território acolhe e impulsiona a dinamização desses tipos de processos produtivos, assim como, configura um arranjo urbano regional que potencializa sua reprodução. É nele onde estão materializadas as instituições (a exemplo do SENAI, que treina a mão de obra), a infraestrutura (estradas, galpões etc.), as normas (legislação, subsídios e incentivos) e até os padrões ideológicos (organização sindical incapaz de mobilizar operários em todos os municípios envolvidos nos processos

11 Os relatos detalhados dessa operação foram feitos em entrevistas realizadas em 2017 e 2019 aos autores deste texto.

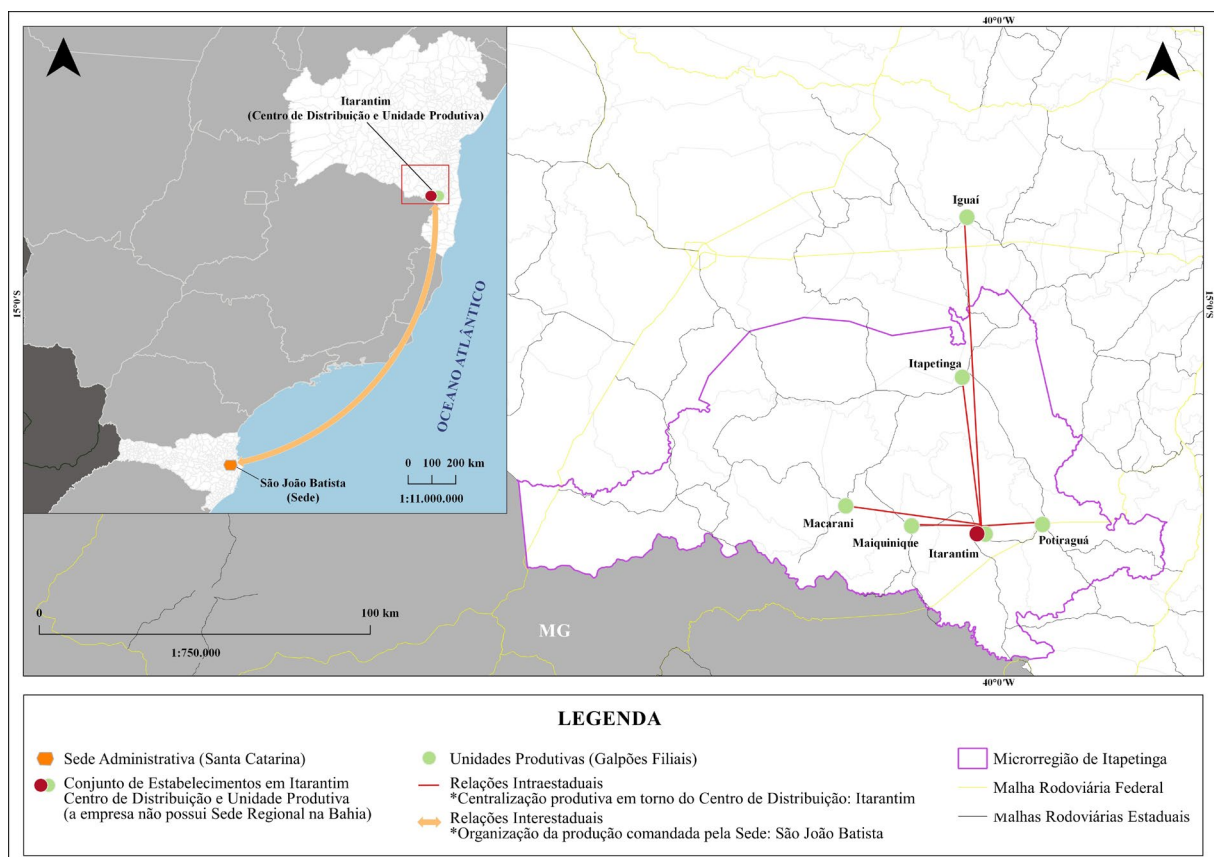
12 Corrêa (1997, p. 135) nos informa que, apesar de ser um fenômeno intraurbano e associado à questão residencial, o processo de invasão-sucessão pode “afetar as atividades terciárias e industriais”.

de produção), todos estratégicos para se alcançarem margens favoráveis de lucratividade empresarial na indústria de calçados.

O desenho urbano regional que resulta dessa última configuração, como aponta o Cartograma 5, é rico em dinamismo e possibilita renovada combinação escalar. O Cartograma revela o circuito produtivo da empresa Susana Santos em escala nacional e microrregional e indica como tais processos de produção não sobrevivem sem articular redes complexas que formam verdadeiras tramas de múltiplos fluxos, conectados por vias intensas de comunicação.

É dessa maneira que a empresa Susana Santos, que na Bahia é conhecida como Renata Mello (o nome de uma de suas marcas), articula em escala nacional dois centros urbanos que não são nem cidades médias nem metrópoles (São João Batista/SC e Itapetinga/BA). Enquanto isso, em território baiano, conecta uma outra trama de operação urbano regional que respeita a configuração anteriormente utilizada pela empresa Azaleia, mas a supera, instalando-se apenas nos municípios de Potiraguá, Itarantim, Iguai e Maiquinique, que passam a ser ainda mais polarizados por Itapetinga.

Cartograma 5 - Articulação do processo produtivo da empresa Susana Santos nos estados da Bahia e Santa Catarina



Fonte: INDÚSTRIA... (2017) /Trabalho de campo. Elaboração Mateus Almeida Rodrigues. Apoio Capes e CNPq.

No âmbito da produção, o circuito envolve as cinco fábricas distribuídas pelos municípios baianos, com capacidade produtiva média de 5 a 6 mil pares/dia; um Centro de Distribuição em Itarantim/BA, voltado à otimização logística; e a sede da empresa, onde fica sua firma, localizada em São João Batista/SC (INDÚS-

TRIA..., 2017). A trama, então, subverte as rígidas hierarquias urbanas do passado, sobretudo ao articular centros urbanos que, no processo produtivo, são pouco tributários das funcionalidades e mediações dos ambientes metropolitanos e das cidades médias, mesmo que delas não consigam se desvencilhar.

Também é importante perceber que se trata de uma especialização produtiva a envolver estados distantes (Bahia e Santa Catarina), de diferentes regiões do Brasil (Nordeste e Sul), apesar de tratarmos de uma articulação de médias empresas, confirmando que a contiguidade espacial está superada na leitura das geografias industriais do presente.

A cidade de Itapetinga e a região sob sua influência se afirmam como uma centralidade no universo da produção calçadista nacional. Suas continuidades e descontinuidades, mudanças e permanência, sublinham a capacidade de reconstituição das combinações econômicas e políticas, em âmbito transescalar, demonstrando que as novas interações da indústria contemporânea não podem se dar sem o rearranjo das redes produtivas e as redefinições das relações entre cidade, região e território.

Considerações finais

Neste texto, constatamos que os efeitos territoriais das transformações da indústria calçadista no Brasil são significativos, sobretudo por incorporar novas estratégias de reestruturação produtiva ligadas aos processos de disjunção funcional, externalização da produção e outras inúmeras formas de integração produtiva em rede, tributárias de sistemas de trabalho e de tecnologia renovados.

Para o Nordeste do país e o território da Bahia, os impactos são igualmente significativos. Além de envolver a chegada de inúmeros grupos empresariais, com diferentes portes e capacidade de produção, as consequências dos novos investimentos para a geografia industrial calçadista é a dispersão de fábricas e de empregos para diversos municípios, não necessariamente respeitando um padrão de localização baseado em clusters produtivos ou subordinados a algum tipo de contiguidade territorial.

O destaque, porém, é dado para Itapetinga, onde um movimento particular de expansão e retração dos investimentos na indústria de calçados causou impacto significativo sobre a economia do município e sua região de influência. Os efeitos também foram representativos para o território e o arranjo urbano regional, pois a articulação produtiva calçadista comandada pela cidade de Itapetinga conformou uma redefinição dos fluxos materiais e imateriais não necessariamente subordinados a Salvador ou Vitória da Conquista, subvertendo a hierarquia convencional da rede urbana da Bahia. O novo circuito espacial produtivo dos calçados consolidou um padrão reticular urbano que se distanciou das tramas tradicionais, mas também afirmou Itapetinga como centro de um intrincado comando dos processos produtivos industriais e, logo, do fluxo de pessoas e de mercadorias.

No bojo das relações entre agentes, ações e formas espaciais, a dinâmica da atividade industrial calçadista na Bahia e em Itapetinga revela uma eficiente estratégia para introduzir novas relações de produção e trabalho em regiões anteriormente não polarizadas por centros produtivos tradicionais, confirmando que certas formas de acumulação na indústria, quando vinculadas aos valores da competitividade sem limite, podem usar o território e o seu arranjo urbano regional como ferramenta para atender amplas metas de lucratividade.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS. **Relatório setorial da indústria de calçados no Brasil 2018**. Novo Hamburgo, RS: ABICALÇADOS, 2018a. 56 p.

AZALEIA fecha mais 12 fábricas na Bahia e deixa 4 mil desempregados. **Correio da Bahia**, Salvador, 02 dez. 2012. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/azaleia-fecha-mais-12-fabricas-na-bahia-e-deixa-4-mil-desempregados/>>. Acesso em: 21/10/2018.

BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Superintendência de Planejamento Estratégico. **A indústria calçadista na Bahia**. Salvador: Superintendência de Planejamento Estratégico, 2000. 120 p.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **O caso da Azaléia no Nordeste: uma experiência de benefícios sociais gerados em projetos privados**. Rio de Janeiro: Gerência Setorial de Bens de Consumo Não Duráveis/BNDES, 2001. 21 p.

BOMTEMPO, Denise Cristina. **Dinâmica territorial, atividade industrial e cidade média: as interações espaciais e os circuitos espaciais da produção das indústrias alimentícias de consumo final instaladas na cidade de Marília – SP**. 2011. 455 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP), 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Processo espaciais e a cidade. In: CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 121-144.

COSTA, Achyles Barcelos da; FLIGENSPAN, Flávio Benevett (Orgs.). **O deslocamento das empresas de calçados para o nordeste brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. p. 144.

DAMÁSIO, Gabriel. Azaleia anuncia fechamento de 3 fábricas e demissão de 1.300. **Jornal do Dia Online**, Aracaju, 13 maio 2014. Disponível em: <http://jornaldodiase.com.br/noticias_1er.php?id=10579>. Acesso em: 20/10/2018.

FISCHER, André. **Industrie et espace géographique: introduction à la géographie industrielle**. Paris: Masson, 1994. 139 p.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17. ed. Trad.: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2013. 348 p.

INDÚSTRIA calçadista cresce na Bahia. **LeiaMais.BA** (Portal IG Bahia), Salvador, 23 mar. 2017. Disponível em: <<http://leiamais.ba/2017/03/23/industria-calçadista-cresce-na-bahia>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: Diretoria de Geociências/Departamento de Geografia/IBGE, 1990. v. 1. 137 p.

_____. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: Diretoria de Geociências/Coordenação de Geografia/IBGE, 2008. 201 p.

MÉNDEZ, Ricardo; CARAVACA, Inmaculada. **Organización industrial y territorio**. Madrid: Síntesis, 1996.

366 p.

MINADEO, Roberto. Coroamento do processo de sucessão da Azaleia mediante uma operação de aquisição. *Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, v. 8, n. 1, jan./jun. 2010, p. 57-70.

NAVARRO, Vera Lucia. **Trabalho e trabalhadores do calçado: a indústria calçadista de Franca (SP): das origens artesanais a reestruturação produtiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NERY, Maria Goreth e Silva. **O polo calçadista de Itapetinga (BA): um estudo das relações produtivas e dos aspectos políticos do espaço industrial**. 2003. 233 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 2003.

OLIVEIRA, Neuma Gusmão de. **De “capital da pecuária” ao “sonho de pólo calçadista”**: a constituição da estrutura urbana de Itapetinga, BA. 2003. 133 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. A indústria de calçados no Brasil diante da reestruturação territorial e produtiva. In: SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **O novo mapa da indústria no início do século XXI: diferentes paradigmas para a leitura das dinâmicas territoriais do Estado de São Paulo**. São Paulo: UNESP Digital, 2015. p. 153-200.

_____. **Território e economia política – uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará**. São Paulo: Editora da Unesp/Selo Cultura Acadêmica, 2012.

PEREIRA, Willian Eufrásio Nunes. Distribuição espacial da indústria calçadista do Nordeste (1985/2005). In: MACAMBIRA, Júnior; SANTOS, Sandra Maria. **Brasil e Nordeste: ocupação, desemprego e desigualdade**. Fortaleza, IDT, BNB, 2008.

REDUZIDA a um terço do que foi, Vulcabrás tenta se refazer. **O Liberal**, Belém (PA), 30 set. 2017. Economia. Disponível em: <<https://liberal.com.br/brasil-e-mundo/economia/reduzida-a-um-terco-do-que-foi-vulcabras-tenta-se-refazer-670203/>>. Acesso em: 21 out. 2018.

REIS, Carlos Nelson dos. **A indústria brasileira de calçados: inserção internacional e dinâmica interna nos anos 80**. 1994. 257 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994.

RODRIGUES, Mateus Almeida. **A configuração de uma articulação produtiva regional em Itapetinga: aspectos econômicos, dimensões políticas e dinâmicas territoriais da indústria calçadista na Bahia**. 2018. 142f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. Industrialização como estratégia histórica de desenvolvimento: reflexões sobre o caso da Bahia. **Bahia Análise & Dados**, Salvador (BA), v. 22, n. 2, abr./jun. 2012, p. 303-315.

SANTOS, A. M. M. *et al.*. Deslocamento de empresas para os estados do Ceará e da Bahia: o caso da indústria calçadista. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 63-82, 2002.

SANTOS, Márcio Soares. **O processo de trabalho e a organização operária na Azaléia Nordeste à época de acumulação flexível do capital**. 2008. 272 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. 474 p.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização**: produtividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. 2.ed. Porto alegre: UFRGS, 2004.

SOUZA, Roberta Lourenço de; PACHECO, Fabiana. A política de atração de investimentos industriais na Bahia: uma breve análise. **Conjuntura e Planejamento**, Salvador (BA), n. 107, abr. 2003, p. 13-20.

SPOSITO, Eliseu. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008. 168 p.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Estatísticas dos municípios baianos**: Médio Sudoeste da Bahia. Salvador, n. 1, v. 4, SEI, 2013. 254 p.

7. A GEOGRAFIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Luiz Andrei Gonçalves Pereira¹

Introdução

No cenário econômico global, os agentes econômicos estão em constantes inter-relacionamentos comerciais, uma vez que constantemente as empresas, as pessoas e os Estados promovem transações por meio de exportações e de importações, comprando ou vendendo bens e serviços do/no exterior. Neste contexto, a internacionalização do capital transformou e/ou transforma os padrões de consumo, de comercialização e de produção no espaço geográfico.

A complexidade em discutir, compreender e explicar as dinâmicas do comércio internacional em momentos de conjunturas políticas, econômicas, sociais e culturais, que exigem estudos interdisciplinares através de diálogos entre a Geografia e outras áreas do conhecimento, tais como: a História, a Economia, as Engenharias, a Administração, as Ciências Sociais, dentre outras.

Na ciência geográfica, as agendas de pesquisas acerca do comércio internacional tornaram-se uma oportunidade de ampliar o conhecimento diante das dinâmicas socioeconômicas e das interações socioespaciais dos fluxos de matérias-primas, de produtos semiacabados e de produtos acabados no atendimento de demandas dos mercados consumidores, das estruturas produtivas e dos sistemas financeiros.

Este trabalho coloca em discussão a seguinte problemática de estudo: geograficamente, como estão organizados os fluxos internacionais de mercadorias exportadas e importadas por agentes econômicos no espaço geográfico mundial? O objetivo deste trabalho é analisar as interações socioespaciais no sistema de trocas transnacionais na perspectiva da geografia do comércio internacional representada pelas exportações e pelas importações de mercadorias, no período de 2001 a 2017.

O procedimento metodológico adotado foi a revisão de literatura, que é de suma importância para a sustentação teórica das temáticas e dos conceitos abordados. Utilizando o Excel coletou-se, tabulou-se e analisou-se os dados de fontes secundárias disponibilizados pela plataforma eletrônica da instituição International Trade Centre – ITC/Trade map, localizada em Genebra, na Suíça. Esses dados foram levados para o software ARCGIS, versão 10.5 licenciado pelo Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, que resultou na elaboração de mapas temáticos com o intuito de mostrar as dinâmicas espaciais dos fluxos das exportações e das importações de mercadorias entre os diversos mercados internacionais.

¹ Docente no Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). E-mail: luizandreigoncalves@yahoo.com.br.

Geografia do comércio e interações socioespaciais

No cenário econômico nacional e internacional do comércio, os estudos geográficos buscam explicar e/ou compreender o processo de organização e distribuição espacial dos fluxos de mercadorias por meio das atividades produtivas e comerciais. Para Negut (2011), os geógrafos têm uma estreita relação para lidar com o comércio, desde a época em que os antigos viajantes levavam as mercadorias com potencial de serem negociadas nos lugares, que eles iam chegando e ocupando. Conforme Rossi-Hansberg (2005), o comércio é espacial por natureza na medida em que a distribuição das atividades econômicas no espaço determina a padronização dos fluxos de comércio intranacionais e internacionais.

O termo comércio foi derivado do latim *commerciu*, tendo o significado de permutação, troca, compra e venda de produtos ou valores, mercado, negócio e tráfico. O comércio envolve as relações humanas complexas, uma vez que a demanda do consumidor está inter-relacionada ao excedente de produção do vendedor e/ou do produtor. No processo de reciprocidade da realização de uma troca comercial, o comprador recebe o produto e/ou serviço; em contrapartida realiza o pagamento ao vendedor (RODRIGUES, 2010). Na abordagem de Trigal (2015), o comércio é uma atividade econômica articulada por interações de compra e venda de bens e de serviços por agentes econômicos, que são as empresas e/ou os consumidores.

A operacionalização do comércio depende do sistema de distribuição comercial sustentado pela atividade logística de armazenagem e de transportes da mercadoria e também pelas transações necessárias para realizar a circulação de bens e serviços, interconectando os produtores e os consumidores finais através de canais comerciais, nos quais de forma direta, o fabricante vende o produto direto para o consumidor ou o fabricante passa a incorporar um ou mais intermediários para receber o produto e revendê-lo ao consumidor final (TRIGAL, 2015). Na concepção de Rodrigue, Comtois e Slack (2006), o comércio é caracterizado pela transmissão de um determinado bem em troca de uma contrapartida, geralmente dinheiro. Ele pode ser definido como um meio de troca que envolve as transações e os fluxos associados de capital, de informação, de matérias-primas, de peças ou de produtos acabados em uma lógica espacial, que incorpora a origem e o destino dos fluxos.

No processo de interações comerciais entre produtores, revendedores (atacadistas e varejistas) e consumidores, as atividades comerciais passaram por um processo de transformação e de expansão para atender demandas dos setores de consumo, de produção e de circulação. Ao considerar a evolução do comércio, Novaes (2001) e Rodrigues (2010) afirmam que o comércio envolve as relações de troca de bens e de serviços por dinheiro. Porém, no caso do escambo, uma forma antiga de comércio, a transação não tinha envolvimento monetário, e sim a troca de mercadoria por mercadoria. Em um contexto histórico, o comércio desenvolveu-se por meio da produção de excedente, da construção naval, da navegação e da comunicação oral e escrita entre os agentes econômicos.

O comércio é uma atividade socioeconômica desenvolvida pela humanidade, tendo como foco oferecer excedentes de produção aos possíveis consumidores, sendo que a função do comércio é fazer uma intermediação ou estabelecer uma relação entre os produtores e os consumidores, através dos canais de comunicação (PELETEIRO, 1990). No processo evolutivo do comércio, segundo Grant (2000), o comércio é a atividade humana mais antiga, no momento em que as mercadorias como cerâmica, tecidos, ferramentas,

metais preciosos, dentre outros, foram comercializados por povos egípcios, gregos, mesopotâmios, romanos e chineses e transportados no espaço por navios e caravanas. Ao considerar a evolução das atividades comerciais, Novaes (2001) e Rodrigues (2010) destacaram que os agricultores se tornaram artífices, mercadores e comerciantes, criando “centros” comerciais à beira de mares, de rios e de estradas, que resultaram na criação das primeiras vilas, posteriormente, transformadas em cidades. Nos centros urbanos, a concentração de pessoas, com o potencial poder aquisitivo para consumir, foi ampliando a demanda por bens e por serviços, resultando ainda mais na expansão do comércio.

O crescimento das atividades comerciais nas cidades ocorreu com a maturação do comércio moderno no período de implementação e de consolidação da Revolução Industrial, promovendo uma diversidade de mudanças e/ou de transformações políticas, econômicas, sociais e comerciais. O desenvolvimento do comércio mercantil, no período das grandes navegações, propiciou o acúmulo de capital, fomentando a Revolução Industrial (THOMAN; CONKLING, 1972; RODRIGUES, 2010). Para Rodrigue, Comtois e Slack (2006), a Revolução Industrial estimulou o comércio através da mecanização e de seus efeitos multiplicadores na estrutura de produção e de consumo. As pessoas passaram vender a sua força de trabalho em troca de salário, tornando-se consumidores. E as corporações compram essa força de trabalho e negociam saídas para o capital ter acesso aos mercados. A intensificação da produção e do comércio para atender às demandas crescentes dos mercados consumidores é notória no período pós Revolução Industrial.

A (r)evolução do comércio, segundo Novaes (2001) exigiu a criação de novos canais de comercialização por meio de vendas com catálogos, onde os comerciantes vendiam os seus produtos, depois estes produtos eram entregues aos compradores e/ou consumidores. Depois foram criadas as lojas especializadas em comércio, unindo os fatores tecnológicos e as práticas profissionais. Nos séculos XX e XXI, o comércio passou por intensas transformações decorrentes da configuração de um novo cenário das atividades comerciais atacadistas e varejistas de bens de consumo duráveis e não duráveis, surgindo, assim, as lojas de departamentos, os supermercados, os hipermercados, os *shoppings centers*, as lojas de conveniência e o comércio eletrônico (E-commerce).

Na contemporaneidade, Pereira (2015) destaca que existe uma ligação entre o comércio, a produção e a circulação que disponibilizam variedades de bens e de serviços para os consumidores em diversos nichos de mercados no cenário internacional. Nas transações comerciais, os compradores usam, principalmente, o dinheiro em espécie, os cheques, o cartão de crédito, o cartão de débito, as transferências bancárias, o *paypal*, os depósitos bancários, dentre outros, para efetuar o pagamento de bens e de serviços adquiridos no mercado nacional e internacional. Além desses meios citados, na atualidade existem também as criptomoedas que são utilizadas em transações financeiras e comerciais.

No contexto das trocas e das formas de pagamento de mercadorias e serviços, Rodrigue, Comtois e Slack (2006) pontuam que as condições fundamentais para a ocorrência do comércio são: a disponibilidade de mercadorias para serem comercializadas; a capacidade de transferência para circulação de mercadorias em uma dimensão espacial que inclui a origem e o destino, buscando superar as barreiras regulamentares, geográficas e de transportes; e a capacidade de negociar durante as transações, reconhecendo as moedas e as legislações no processo de trocas.

Na estrutura espacial da produção, do consumo e da circulação, Rodrigue, Comtois e Slack (2006)

destacam que a Geografia do Comércio tem como papel investigar as características espaciais das atividades e das transações comerciais, considerando a sua natureza, as suas causas e as suas consequências. Focaram nas análises das operações comerciais desde uma simples transação comercial, quando o indivíduo compra um determinado produto em uma loja, até uma complexa rede de transações constituída por empresas multinacionais e seus fornecedores. Isso implica em variações significativas na escala e no âmbito comercial.

Em uma abordagem geográfica, segundo Andrade (1991), o comércio surgiu a partir das demandas e das ofertas de produtos (serviços) no mercado local, regional, nacional e internacional. Dentre os tipos de comércio existentes, o comércio internacional é o mais complexo, devido às restrições estabelecidas e/ou impostas pelos países nas áreas de fronteiras através do controle das transações para proteger os produtores nacionais e manter o equilíbrio na balança comercial, que é estabelecida pela entrada e pela saída de bens e de serviços em um determinado país. O sistema de trocas de bens e serviços é uma oportunidade para os agentes econômicos, localizados em diversos países, ampliarem as interações espaciais entre os nichos de mercados em uma economia cada vez mais internacionalizada. Desta forma o comércio internacional tornou-se o assunto da próxima seção.

A Geografia do Comércio Internacional: as trocas de mercadorias

No contexto das trocas comerciais internacionais, Rocha (1973) definiu o comércio internacional como um intercâmbio de mercadorias, serviços e capitais entre dois ou mais países, exigindo-se a utilização de moeda como forma de pagamento. Nas concepções de Soares (2004) e Silber (2011), o comércio internacional ocorre por meio da operação de compra e de venda realizada por dois ou mais agentes econômicos – que podem ser indivíduos ou empresas – pertencentes a países diferentes e sujeitos a diversas legislações, que negociam as mercadorias, os serviços de transportes nacionais e internacionais, a contratação de seguros e as operações financeiras de câmbio.

No comércio internacional, os compradores e os vendedores precisam obedecer às leis internas de seus países e aos parâmetros dos acordos e das legislações legais ditados pelo ordenamento jurídico internacional, estendendo-se a regras comerciais vigentes no país do parceiro comercial. Nas transações comerciais internacionais, a complexidade pode ser verificada no contrato de compra e venda, o qual está sujeito às legislações existentes em um ou mais países; no envolvimento de uma ou mais moedas nos sistemas econômicos; no uso dos transportes de mercadorias entre as diferentes fronteiras e países; e também nos envios de mercadorias, que precisam transpor as fronteiras nacionais, sujeitos a enfrentar questões políticas, econômicas, sociais e culturais (SOARES, 2004; REBONO, 2007).

Os sistemas de trocas internacionais ultrapassam as fronteiras nacionais dos países de duas formas: pelas vendas, que são as exportações, e pelas compras, representadas pelas importações (MAIA, 2013). A transposição das fronteiras nacionais e internacionais dos países, por meio das exportações e das importações de mercadorias e de serviços, nos levou a explicar o conceito de exportação e de importação. Para Ratti (2000) e Rebono (2007), a exportação é caracterizada pela remessa de mercadorias de um país para outro, incluindo a venda de bens e os serviços ligados à exportação, como fretes, seguros e serviços bancários. A importação é caracterizada pela entrada de mercadorias e de serviços em um determinado país, adquiridos

no exterior. A caracterização da exportação e da importação de bens e de serviços ocorre quando os produtos são destinados ou oriundos de um ou mais países no exterior.

No cenário econômico mundial, ao considerar os princípios das trocas no comércio internacional através das exportações e das importações de mercadorias e de serviços, os autores Rodrigue, Comtois e Slack (2006) destacam que nenhum país é autossuficiente em produção para abastecer o seu mercado interno, tornando-se necessárias as trocas de bens e de serviços com outros países envolvidos nas relações econômicas internacionais. Nas transações comerciais, um país pode estar envolvido de forma mais ou menos intensa no comércio internacional para vender o seu produto no exterior e para comprar no mercado externo o produto que não é produzido em seu mercado interno.

As interações espaciais constantes das exportações e das importações no cenário internacional criaram uma rede de serviços especializados para articular, principalmente, as complexas redes de trocas de mercadorias no espaço geográfico mundial. Para Thoman e Conkling (1972), o crescimento do comércio em diversos países do mundo tem elaborado um sistema que canaliza, dirige e controla a corrente internacional de trocas de mercadorias e de serviços. A transferência de mercadorias pelas fronteiras necessita das assistências de diversas empresas privadas, geralmente localizadas nos grandes centros comerciais, as quais oferecem e operacionalizam diversos tipos de serviços em qualquer lugar do mundo. No mercado internacional, em um comércio cada vez mais articulado e mais integrado, as exportações e as importações de mercadorias exigem operações com níveis elevados de especialização para que os produtos cheguem ao destino em qualquer nicho de mercado.

No comércio internacional, existe a articulação espacial das trocas de bens e de serviços da escala local/regional à internacional ou vice-versa. Conforme Arroyo (1995, 2012), os fluxos internacionais de mercadorias estão expressos nas exportações e nas importações por meio de relações comerciais distintas entre as frações do território nacional e outros territórios mundiais. A espacialização de processos econômicos dos fluxos de bens e de serviços, que conseguem fazer a transposição das fronteiras nacionais, tem acelerado a circulação no comércio mundial, na medida em que os empresários desenvolvem e/ou desenham estratégias para criar novas tramas de negócios pelas interações espaciais entre as empresas nacionais e internacionais e os diversos mercados localizados em diferentes territórios de países desenvolvidos e em desenvolvimento.

A intensificação das trocas comerciais entre os países, desenvolvidos e/ou em desenvolvimento, criou bases mais consistentes de acessibilidade para as rotas comerciais, chegando praticamente em todas as áreas habitadas e exploradas, por meio das inovações tecnológicas expressas na (r)evolução da produção industrial, dos transportes e das comunicações, que ampliaram os fluxos de matérias-primas, de bens semiacabados e de produtos acabados no mercado mundial (THOMAN; CONKLING, 1972). As transformações tecnológicas, econômicas e sociais se intensificaram no período pós Segunda Guerra Mundial, aumentando a demanda por produção, por comercialização e por circulação de mercadorias no espaço geográfico mundial. Porém, o cenário econômico internacional vivenciou os momentos de instabilidades, principalmente nas disputas por novos mercados.

Nessas disputas, segundo Jakobsen (2005), valiam criar medidas protecionistas, promover ações bélicas, disputar colônias e ignorar patentes. O resultado disso, foram duas grandes guerras mundiais e a crise de 1929. Para conter as disputas e as instabilidades políticas, econômicas e sociais, as potências capi-

talistas viam a necessidade de criar instituições supranacionais para negociar acordos, estabelecer regras e monitorar o sistema monetário, os investimentos e o comércio internacional em um ambiente mais harmônico. Nesse sentido, em 1944, no final da Segunda Guerra Mundial, os países se reuniram na Conferência de *Bretton Woods* para debater e criar as instituições internacionais, tendo como resultado a criação do Fundo Monetário Internacional – FMI e do Banco Mundial, entrando em vigor em 1947. Em 1945, após o fim da guerra, foi criada a Organização das Nações Unidas – ONU, em substituição à liga das nações.

No contexto do comércio internacional, em 1947, foi criado o Acordo Geral de Livre Comércio – GATT, que buscou negociar junto aos países a redução e/ou a extinção das tarifas alfandegárias, que criavam ou criam ainda hoje as barreiras para o comércio internacional. Em 1995, foi criada a Organização Mundial do Comércio – OMC, substituindo o GATT, incorporando todos os seus acordos e regras comerciais. Além disso, foram incorporadas novas questões comerciais, como os serviços, os investimentos e a propriedade intelectual (JAKOBSEN, 2005; SILBER, 2011). Na mesma linha do GATT, a OMC defende uma liberalização do comércio por meio da extinção e da redução das barreiras que criam empecilhos para as atividades comerciais.

A ascensão do comércio internacional, no período Pós-Segunda Guerra Mundial, tem aumentado significativamente as inter-relações e as interdependências dos diversos setores e/ou segmentos da economia mundial, acelerando, assim, os fluxos de capitais, de mercadorias, de matérias-primas, de serviços e de informações entre as diferentes regiões mundiais. Para Jacks e Pendakur (2010), a principal causa do *boom* no crescimento do comércio internacional está relacionada ao aumento da renda da população e a sua convergência no crescimento do consumo. Desta forma, o grande crescimento do comércio tem exigido as negociações para a redução das tarifas alfandegárias e aumentou a demanda por transportes, que, inter-relacionadas à inovação tecnológica, resultaram em menores tarifas de fretes.

Além da elevação do nível de renda da população, a liberalização do comércio que foi negociada pelo GATT, segundo Silber (2011), resultou no crescimento do comércio mundial, impulsionado também pela maior participação das empresas transnacionais na estrutura de produção, de comercialização e de circulação. Essas empresas transferiram as suas bases de produção ou partes da sua linha de produção, principalmente para os países em desenvolvimento, buscando aproveitar o baixo custo da mão de obra, a oferta de energia, as matérias-primas abundantes e a potencialidade do mercado consumidor. Nessa lista, também podem ser acrescentados os incentivos fiscais – a isenção ou a redução de impostos – e as linhas de financiamentos subsidiadas pelas instituições públicas para estimular o capital privado na expansão das atividades agrícolas, industriais e de serviços, que alavancam o comércio, seja ele nacional ou internacional.

Ao considerar os fluxos comerciais, Thoman e Conkling (1972) destacaram que os países têm diversas razões para comercializar entre si através da oferta e da demanda de bens e de serviços. As motivações estão ligadas às forças de dependência política, à necessidade de abrir novos mercados, à obtenção de matéria-prima e de produtos semiacabados, e à comercialização de produtos acabados mais especializados.

A expansão do comércio internacional de mercadorias e de serviços, conforme Rodrigue, Comtois e Slack (2006), ocorreu pela aplicação de recursos tecnológicos na integração produtiva, pela eficiência dos meios de transportes e de comunicações, e pela flexibilidade das transações financeiras. As interações desses elementos têm contribuído com a redução dos custos de produção e de circulação, viabilizando, assim, os

fluxos de capital e o consumo, principalmente naqueles pontos estratégicos dos territórios internacionais. Nesses territórios, a estrutura econômica permite que as empresas, as pessoas e os Estados produzam e comercializem bens e serviços, sendo importante destacar que o comércio internacional é muito concentrado nas trocas de mercadorias. A Tabela 1 mostra que o comércio de mercadorias representa cerca de 79,5% das transações comerciais, enquanto o setor de serviços representa, aproximadamente, 20,5% dos fluxos comerciais internacionais.

Tabela 1 - Comércio internacional: fluxos de mercadorias e de serviços, acumulado no período de 2001 a 2017 (Trilhões - US\$ /percentual)

Períodos/anuais	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Importações de Mercadorias	6,3	6,6	7,7	9,4	10,6	12,3	14,1	16,4
Exportações de Mercadorias	6,1	6,4	7,5	9,1	10,3	12,0	13,8	16,0
Importações de serviços	1,5	1,6	1,9	2,2	2,5	2,8	3,3	3,7
Exportações de serviços	1,5	1,6	1,9	2,3	2,6	2,9	3,5	3,9
Comércio internacional	15,4	16,3	18,9	23,0	26,0	29,9	34,7	40,0

Continuação

2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Acumulado	%
12,6	15,3	18,3	18,5	19,0	19,0	16,6	16,2	17,8	236,6	40,0
12,3	15,1	18,1	18,4	19,0	19,0	16,5	16,0	17,6	233,2	39,5
3,4	3,7	4,2	4,3	4,7	5,1	4,8	4,8	5,1	59,5	10,1
3,5	3,9	4,4	4,5	4,8	5,2	4,9	4,9	5,3	61,7	10,4
31,9	38,0	44,9	45,6	47,4	48,2	42,9	42,0	45,8	591,0	100,0

Fonte: International Trade Centre – ITC/TRADMAP, 2018.
Org. PEREIRA, L. A. G., 2015.

No contexto das exportações e das importações de mercadorias nos mercados globais. A tabela 3 apresenta um *ranking* dos subsetores de produtos mais comercializados, com destaque para o subsetor de Máquinas e aparelhos, materiais elétricos e suas partes que representam 26,1% das exportações e 25,3% das importações. Enquanto o subsetor de produtos minerais foi responsável por 16,0% das exportações e 15,6% das importações. O subsetor de materiais de transportes representou 9,8% das exportações e 10,6% das importações. O subsetor das indústrias químicas ou das indústrias conexas participou do comércio internacional com 9,1% das exportações e 8,8% das importações. E o subsetor de metais comuns e suas obras representou 7,2% das exportações e 7,1% das importações. Esses cinco subsetores citados representam aproximadamente dois terços dos produtos comercializados. Enquanto os demais produtos (subsetores) representam cerca de um terço dos produtos exportados e importados internacionalmente.

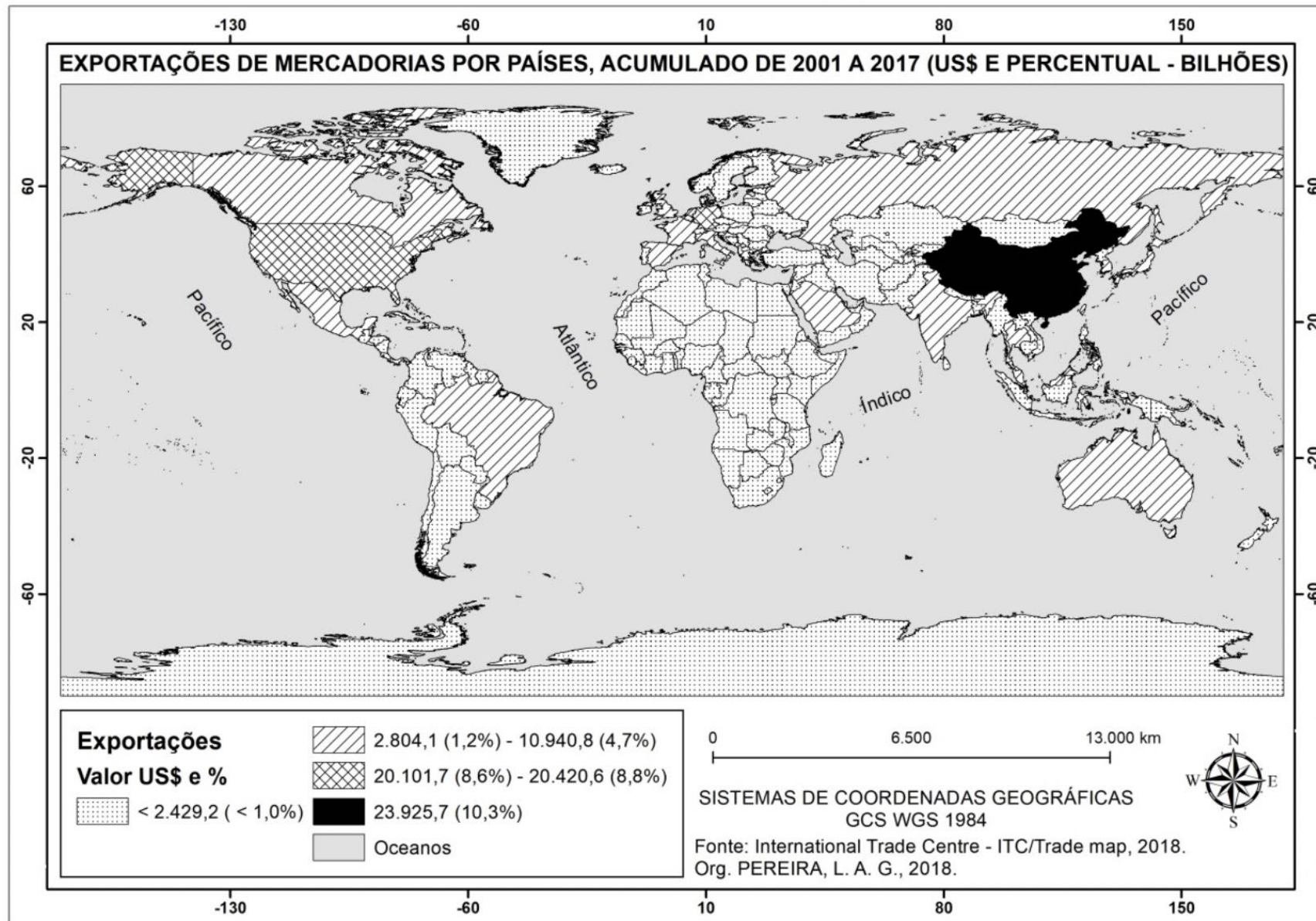
Tabela 2 - Comércio internacional: exportações e importações de mercadorias por subsetores, acumulado no período de 2001 a 2017 (US\$ - bilhões)

SH 2	Descrição dos subsetores	Importações (Bilhões)	%	Exportações (Bilhões)	%
84-85	Máquinas e aparelhos, materiais elétricos e suas partes	61.666,8	26,1	59.021,7	25,3
25-27	Produtos minerais	37.840,2	16,0	36.364,7	15,6
86-89	Material de transporte	23.195,9	9,8	24.783,9	10,6
28-38	Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	21.499,5	9,1	20.535,4	8,8
72-83	Metais comuns e suas obras	16.932,5	7,2	16.553,0	7,1
50-63	Matérias têxteis e suas obras	9.941,4	4,2	10.648,0	4,6
39-40	Plásticos e suas obras; borracha e suas obras	10.135,6	4,3	9.967,3	4,3
90-92	Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	7.903,9	3,3	7.931,5	3,4
16-24	Produtos das indústrias alimentares; bebidas,	7.071,6	3,0	6.943,0	3,0
71	Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas	6.884,4	2,9	7.371,0	3,2
06-14	Produtos do reino vegetal	6.033,3	2,6	5.696,5	2,4
97-99	Objetos de arte, de coleção e antiguidades	5.164,5	2,2	5.462,0	2,3
94-96	Mercadorias e produtos diversos	5.138,5	2,2	4.738,6	2,0
01-05	Animais vivos e produtos do reino animal	4.372,6	1,8	4.359,1	1,9
47-49	Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas;	3.980,4	1,7	3.872,2	1,7
	Outros subsetores	8.832,2	3,6	8.939,1	3,8
Total de produtos		236.593,3	100	233.187,0	100

Fonte: International Trade Centre – ITC/Trade Map, (2018). Org. PEREIRA, L. A. G., (2018).

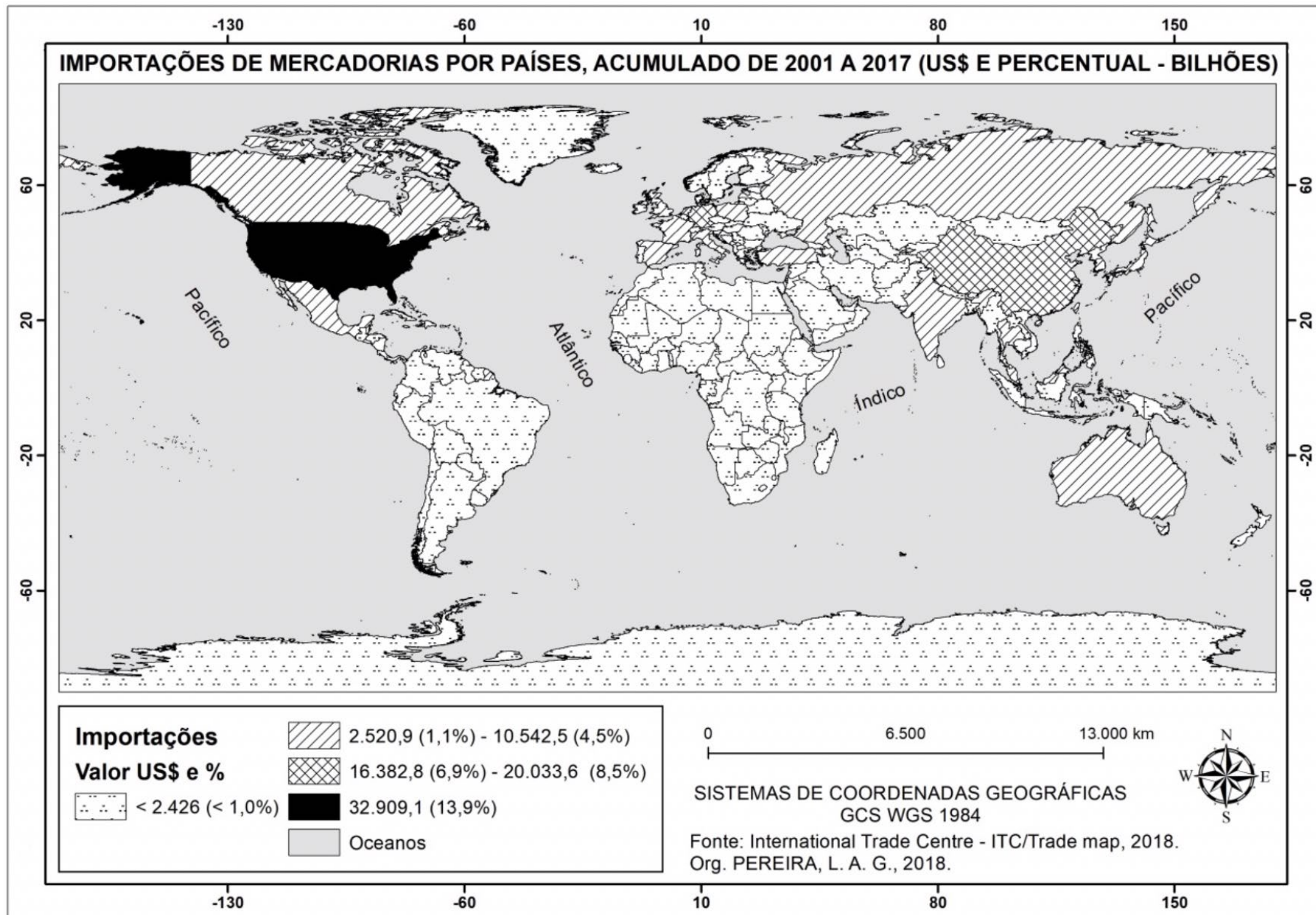
A participação das mercadorias distribuídas em subsetores é muito significativa no sistema de trocas globais. Quando analisada a participação individual de cada país, observa-se que a China participou de 10,3% das exportações. Na sequência, Estados Unidos e Alemanha exportaram valores percentuais de 8,6% a 8,8%. Enquanto países como México, Canadá, Rússia, Austrália, França, Reino Unido, Espanha, Arábia Saudita, Índia e Brasil comercializaram de 1,2% a 4,7% das exportações e os demais exportaram valores individuais inferiores a 1,0%. Considerando as importações, os Estados Unidos compraram do exterior cerca de 13,9% das mercadorias globais. Na sequência China e Alemanha importaram valores entre 6,9% e 8,5%. Os países Rússia, Austrália, Índia, França, Espanha, Reino Unido, Índia e México importaram valores que variaram de 1,1% a 4,5%. E os demais países importaram valores inferiores a 1,0%. Essas informações acerca da espacialização das transações comerciais globais são mostradas nos Mapas 1 e 2.

Mapa 1- Exportações de mercadorias por países: valores acumulados de 2001 a 2017 (US\$ - Bilhões)



Fonte: International Trade Centre – ITC/Trad map, (2018). Org. PEREIRA, L. A. G., (2018).

Mapa 2 - Importações de mercadorias por países: valores acumulados de 2001 a 2017 (US\$ - Bilhões)



Fonte: *International Trade Centre* – ITC/Trad map, (2018). Org. PEREIRA, L. A. G., (2018).

Na análise espacial da distribuição das exportações e das importações de mercadorias no cenário internacional, são notórias as concentrações delas nas regiões da América do Norte, do Leste Asiático e da Europa Ocidental, principalmente nos grandes centros urbanos que dinamizam as estruturas das atividades comerciais globais. Na seção seguinte, discutiu-se a organização espacial dos fluxos de mercadorias exportadas e importadas agrupados em blocos econômicos regionais.

Trocas comerciais no cenário econômico internacional: organização espacial dos fluxos de mercadorias

Para entender a organização espacial dos fluxos de mercadorias no espaço geográfico, primeiramente, é importante considerar que as trocas comerciais internacionais ocorrem de forma desigual entre os países, territórios e regiões no cenário econômico internacional. Isso acontece devido às disparidades políticas, sociais e econômicas que têm reflexos na dinâmica e na organização das atividades produtivas, comerciais, de serviços e de infraestrutura. Em uma economia de mercado, segundo Harvey (2005), o comércio internacional é viabilizado pela estrutura de produção e pela circulação que tendem a integrar o sistema de produção e de trocas, como forma de atender às demandas do processo de acumulação capitalista.

As economias mundiais são heterogêneas nas estruturas de produção, de comercialização, de financiamento e de circulação de bens e de serviços. Isso resulta em desigualdades no comércio internacional e motiva vários conflitos diplomáticos, principalmente entre dois grupos de países: 1) o grupo dos países desenvolvidos e 2) o grupo dos países em desenvolvimento². Ao discutir as relações nas trocas comerciais desses países, em uma abordagem mais clássica, Harvey (2005) e Santos (2008) caracterizam o comércio internacional pelas desigualdades nos sistemas de trocas entre países centrais e periféricos. Essas desigualdades estão centradas basicamente nas estruturas tecnológicas de cada país, derivadas da Divisão Internacional do Trabalho, que especializaram as regiões centrais em produtoras de tecnologias e importadoras de produtos primários para manter as estruturas das suas bases tecnológicas. Por outro lado, as regiões periféricas se tornaram importadoras de produtos tecnológicos, de alto valor agregado, e exportadoras de *commodities*, representadas por produtos de baixo valor agregado, que por meio do *superávit* ajudam manter as contas externas.

No processo de trocas econômicas desiguais entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, Santos (2008) salienta que os países periféricos realizam poucos investimentos em tecnologia, tornando-se compradores de produtos tecnológicos, representados por patentes que consomem grande parte das suas reservas monetárias, adquiridas nas exportações de *commodities*, para custear as suas importações de tecnologias nas economias centrais. As desigualdades nas trocas comerciais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento mostram a centralização e a concentração do capital no processo de acumulação, dominado pelas grandes corporações internacionais.

No cenário internacional, a circulação de produtos intensificou-se com a revolução dos sistemas de transportes e com o uso dos modernos meios de comunicação que ampliaram o consumo de vários produ-

² As instituições, ITC/Trademap e a Organização Mundial do Comércio – OMC consideram nas estatísticas internacionais o grupo dos países/territórios desenvolvidos e o grupo dos países/territórios em desenvolvimento.

tos em diferentes países. O comércio mundial encontra-se controlado por grandes corporações nacionais e internacionais, que estão incorporando em seus negócios, cada vez mais, uma maior fatia do mercado consumidor através do uso intensivo da propaganda, da estratégia de mercado, do sistema financeiro e dos investimentos em inovações tecnológicas, resultando em um processo acelerado de produção e de reprodução do capital (ANDRADE, 1991).

A reestruturação produtiva implementada a partir da década de 1970 foi uma saída para a superação da crise do fordismo, buscando uma nova forma de reprodução do capital em novos territórios dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Conforme Monié e Silva (2003), a reestruturação produtiva veio abarcar uma rede de relações entre a estrutura de produção e o território por meio do reordenamento do trabalho em grandes e em empresas de menor porte na configuração do sistema de consumo e de produção flexível. Nesse contexto, o território passou a esboçar novas formas de cooperações produtivas por meio da captação de fluxos comerciais e da potencialização da produtividade social, viabilizadas pelas redes técnicas e pelas redes sociais, nos fluxos de bens materiais e imateriais pelos territórios. Em um cenário econômico de competição entre as empresas, os agentes econômicos implementaram uma estrutura de produção que busca a agregação de valores e a redução dos custos dos produtos para atender às novas demandas dos consumidores.

No processo de reestruturação produtiva, tem-se uma nova distribuição espacial das empresas transnacionais no espaço geográfico mundial. Para Sturgeon et al (2013), a ascensão de empresas na cadeia global de valores ocorre quando elas ultrapassaram as fronteiras nacionais e se especializam em aspectos específicos da produção, não se concentrando somente em setores industriais completos. No cenário econômico internacional, observa-se a distribuição espacial de empresas norte-americanas, europeias e japonesas se especializando na elaboração de projetos de bens de consumo, que são fabricados nos países em desenvolvimento, nos quais se destacam a China, a Índia, o México, o Brasil, os países da Europa Oriental, dentre outros. No processo de fabricação desses produtos e na sua comercialização, os insumos e as peças de produtos vêm de dezenas de outros países, os produtos acabados são vendidos localmente e são exportados para os mercados mundiais, com destaque para o setor de eletroeletrônicos, vestuários (setor de moda), bens domésticos e softwares.

O processo de fragmentação da produção no espaço geográfico mundial, conforme Sturgeon et al (2013), está relacionado com a abertura das economias dos países em desenvolvimento ao comércio e aos investimentos internacionais. Nesse cenário, a China tornou-se a “fábrica do mundo”, a Índia é o “*back office*”, o Brasil é o exportador de recursos minerais e de *commodities* agrícolas e a Rússia tem se tornado a exploradora de reservas de recursos naturais, de tecnologias militares, de recursos de softwares. As novas dinâmicas dessas economias emergentes as transformaram em atores importantes no cenário econômico internacional.

No mundo, as trocas comerciais encontram-se mais concentradas nos países desenvolvidos por causa das melhores condições da infraestrutura de circulação, de produção e de consumo. Ao abordar a configuração da Geografia do Comércio internacional, destaca-se o predomínio de um pequeno número de países, principalmente na América do Norte, na Europa e na Ásia, formando uma tríade constituída pelos Estados Unidos, pela União Europeia e pelo Japão, que, juntos, dominam cerca de um terço de todo

o comércio global. Esses países são beneficiados pelo seu grande potencial econômico, pelo alto grau de desenvolvimento tecnológico, pelo elevado nível de terceirização e pela estrutura eficaz e eficiente da estratégia logística (PONS; REYNÉS, 2004. RODRIGUE; COMTOIS; SLACK, 2006). Além dos países desenvolvidos, outros espaços da região da Ásia-Pacífico e da América Latina têm participado mais ativamente do comércio internacional, estimulados pelos investimentos diretos e indiretos, também oriundos dos países da tríade.

Os países emergentes, aqueles de regiões da Ásia-Pacífico e da América Latina, têm apresentado um papel relevante no cenário econômico internacional, ampliando as parcerias e as interações socioeconômicas com os países desenvolvidos. Corroborando com o argumento anterior, Pons e Reynés (2004) destacam que os países em desenvolvimento se tornaram as áreas de atração de investimentos da tríade, devido à utilização de medidas que resultam na diminuição dos custos dos transportes, na flexibilização e na integração da cadeia de consumo, de produção e de circulação na era pós-fordista. Os fluxos de bens estão articulados à oferta de serviços logísticos, aos acordos de transportes internacionais, às melhorias da rede viária nacional e internacional, e à modernização dos terminais de transportes. Todas essas ações adotadas pelos agentes econômicos propiciaram o aumento dos fluxos intra e interempresas.

A maior participação dos países emergentes no comércio internacional está atrelada ao processo de reestruturação produtiva implementado nos países desenvolvidos a partir da década de 1970. Nesse processo, os países centrais descentralizam parte das suas unidades de produção para os países em desenvolvimento, buscando reduzir os custos de produção, aumentar a competitividade e ampliar os seus mercados para as vendas de produtos, aproveitando os baixos custos da mão de obra, principalmente os recursos energéticos e os incentivos fiscais oferecidos pelos países emergentes. Desta forma, os países emergentes mais dinâmicos socioeconomicamente, tais como China, Brasil, Índia, Argentina, México, África do Sul, dentre outros, ampliaram também as parcerias e os mercados no cenário econômico internacional.

No sistema econômico internacional, as parcerias e as cooperações entre as empresas têm contribuído para a ampliação dos fluxos das transações comerciais. Conforme os dados apresentados, os países em desenvolvimento, nos últimos anos, ampliaram a sua participação no comércio internacional. É importante destacar que as empresas localizadas nos países centrais ainda controlam o desenvolvimento tecnológico de produtos, reestruturando ou criando novos produtos, e ainda têm uma rede de serviços interconectados por um sistema logístico e de comunicações que conseguem agregar valores aos produtos no sistema de comércio internacional nos fluxos intra e interfirmas. Apesar de o comércio internacional de mercadorias ter apresentado crescimento nos últimos 17 anos, ele é controlado e restringido nas fronteiras, principalmente no tocante às importações.

No mercado internacional, são comuns os estranhamentos nas relações diplomáticas entre os países por causas das restrições colocadas nas fronteiras que dificultam as importações de mercadorias. No geral, percebe-se que todo país quer exportar a sua produção e não quer importar ou importar pouco de outros países, mas, na dinâmica econômica, para existir a exportação, é necessário haver a importação em algum lugar no mundo, ou seja, as duas modalidades comerciais se complementam e interagem no espaço geográfico.

Os países colocam restrições comerciais em suas fronteiras para controlar os fluxos na balança comercial e de pagamentos, buscando o *superávit* e aumentando a complexidade do comércio internacio-

nal. Essas restrições ocorrem por meio da criação de barreiras tarifárias³ e de barreiras não tarifárias⁴ que estimulam o comércio de determinados produtos e dificultam a comercialização de outros. No mercado, existem duas correntes de comércio: a de livre comércio, defendida pelos neoliberais que sugerem a livre circulação de mercadorias, sem barreiras ou com baixas tarifas para ampliar a concorrência, reduzir preços e melhorar a qualidade dos produtos; e, a do protecionismo, constituída pelos nacionalistas que defendem a criação de barreiras tarifárias e não tarifárias para proteger os setores industriais nacionais, dificultando, assim, as importações. Além disso, as tarifas se tornam uma fonte de arrecadação para a maioria dos países (ANDRADE, 1991; SILBER, 2011). Ao considerar as controvérsias entre as barreiras que dificultam o comércio, Hughes (2006) destaca que a economia global é caracterizada pela multiplicidade de códigos, de normas e de sistemas de certificações que, de um lado, infiltram nas práticas de governança por meio de regulamentações, criadas pelos governos nacionais, como forma de proteger a indústria interna. E de outro lado, também são utilizadas para garantir a qualidade dos produtos, atrelados às normas ambientais, sanitárias e trabalhistas.

Na prática, os países mesclam esses dois sistemas apresentados anteriormente, sendo que os países de economia mais aberta adotam menos restrições ao comércio internacional, enquanto os países de economia mais fechada criam maiores restrições ao comércio internacional. Entende-se que os países precisam dosar o nível de intervenção e de liberalização das transações comerciais internacionais com o intuito de controlar e de estimular o desenvolvimento socioeconômico.

O processo de globalização econômica também foi intensificado a partir dos anos de 1970, no contexto do processo de reestruturação produtiva e de abertura econômica com uma maior participação do mercado, pautada no neoliberalismo. Segundo Nakano (1994), em um mundo globalizado, economicamente as fronteiras e o Estado-Nação perdem importância, exigindo uma redefinição da soberania nacional. Desta forma, as regras de comércio são transformadas por meio de negociações e de cooperação entre as nações, englobando práticas institucionais para além das fronteiras nacionais.

O comércio internacional é estimulado pela internacionalização de empresas e de mercados de capitais, que aumentaram os investimentos diretos e indiretos na ampliação dos fluxos de capitais, representados por mercadorias, por serviços e por recursos financeiros. Nesse processo, é importante considerar que são os agentes econômicos os movimentadores desses fluxos. No espaço interempresa, tem-se uma complexa rede de serviços que coordena os consumidores, os fornecedores, a produção, a comercialização, a pesquisa e o desenvolvimento. A configuração intraempresa vem coordenando a descentralização das grandes empresas em uma rede de empresas menores, reestruturando e se especializando em atividades que são mais eficientes e terceirizando outras atividades e até mesmo multiplicando parcerias com empresas concorrentes, como é o caso das *joint ventures* (SILBER, 2011).

A globalização contínua do comércio é incentivada pela agenda neoliberal do OMC, que endossa,

³ As barreiras tarifárias são constituídas por um conjunto de medidas protecionistas que os governos utilizam para controlar a entrada de produtos estrangeiros em seu país, como forma de proteger a indústria nacional com a imposição de tarifas, taxas e impostos (SILBER, 2011).

⁴ As barreiras não tarifárias são restrições comerciais que os governantes colocam à entrada de mercadorias importadas em seu país, por meio de restrições de implantação de normas e de medidas técnicas, sanitárias, ambientais e laborais. Há também, as restrições quantitativas por meio de cotas, os subsídios, dentre outras (SILBER, 2011).

desde a sua criação, a liberalização do comércio internacional, porém a circulação tem ocorrido de forma desigual no espaço geográfico, uma vez que as negociações da OMC vêm apresentando falhas ou até mesmo reações de países, principalmente os desenvolvidos, em avançar nos planos para oferecer vantagens comerciais significativas para os países mais pobres do mundo. A eliminação progressiva das restrições comerciais e de quotas incentiva a transferência de unidade de produção para áreas nas quais as empresas têm menor custo de produção.

O comércio internacional é regido pela intervenção política e pelas formas de regulação implementada pelo Estado-Nação, principalmente na definição das regras do comércio, para proteger-se dos efeitos do mercado os setores mais tradicionais da economia, como a agricultura, a indústria têxtil e a siderurgia. O Estado-Nação tem o poder de restringir e até mesmo proibir importações, por exemplo, através de barreiras tarifárias e não tarifárias (HUGHES, 2006). O Estado não pode ser renegado, assim como defende a corrente neoliberal, pois ele tem uma dupla finalidade nas articulações do comércio, tendo o poder de impor barreiras ao comércio e tem um papel institucional importante nas negociações de acordos e de normas comerciais com outros países.

Os governos de diversos países, principalmente o norte-americano e os europeus, têm se preocupado com o controle dos fluxos de pessoas, de mercadorias e de veículos em seu território, devido aos episódios dos atentados terroristas, no dia 11 de setembro de 2001. A proliferação do comércio de mercadorias que circulam diariamente por diferentes terminais de transportes no mundo tornou as atividades logísticas mais eficientes e também mais vulneráveis. A magnitude do elevado tráfego de mercadorias e de passageiros que atravessam as fronteiras torna difícil o controle das atividades comerciais ilegais no espaço geográfico mundial, com destaque para a imigração ilegal, a pirataria, o tráfico de armas e de drogas. Ao considerar as atividades ilegais no comércio, a ONU fez uma estimativa de que o mercado mundial de drogas ilegais movimentava em torno de 400 bilhões de dólares por ano, representando cerca de 8% de todo o comércio internacional. Geograficamente, a produção e o consumo de drogas dependem dos sistemas de distribuição física para operar (RODRIGUE; SLACK, 2002).

Nenhum país consegue vistoriar todos os fluxos de mercadorias que entram em seu território. Geralmente, o controle é feito por amostras para não atrapalhar os fluxos que ultrapassam suas fronteiras, porque o controle de todos os fluxos demandaria muitos funcionários nos serviços aduaneiros e aumentaria o prazo de liberação da mercadoria nas alfândegas, podendo trazer vários problemas para o sistema econômico mundial.

Em um ambiente de controle dos fluxos de mercadorias, por meio das barreiras tarifárias e não tarifárias, conforme Nakano (1994), Gonçalves (2002) e D'arcy (2002), a organização do comércio internacional em blocos econômicos surgiu a partir das dificuldades e dos desgastes do GATT em promover negociações multilaterais. Essas dificuldades se mantiveram mesmo com a criação da OMC, que prega a adoção de regras similares entre os países nas relações internacionais. Um número reduzido de países em uma escala regional começou a formar os blocos econômicos regionais para limitar e contornar os efeitos negativos na liberalização do comércio internacional e facilitar a negociação de acordos comerciais. A partir daí, a economia mundial está sendo organizada em blocos econômicos através da integração das economias supranacionais regionais, ampliando as relações comerciais entre eles, criando barreiras para negociações com países ter-

ceiros, ou seja, países externos ao bloco. O comércio vem sendo organizado intra e interblocos regionais, fortalecendo o comércio regional entre os países.

Contudo, vale registrar que países de economias desenvolvidas não se dispuseram a compor os blocos econômicos das suas regiões, como a Suíça e a Noruega, que não aderiram à União Europeia, após a população desses dois países, reprovarem o ingresso em um plebiscito. Daí a necessidade de apresentar juntamente com os blocos econômicos principais, a referência a categoria “outros”, indicando os países desagregados em blocos e também os blocos com baixa relevância comercial. Conjuntamente, esses países e/ou blocos têm uma participação relativamente importante no comércio internacional, equiparando-se ao NAFTA, por exemplo. O bloco econômico NAFTA faz parte da APEC. A opção em separá-lo para trabalhar os seus indicadores estatísticos ocorreu por causa da sua participação significativa nos fluxos do comércio e por abrigar a maior economia do mundo, que é a dos Estados Unidos. A visualização da participação de cada bloco econômico regional nos fluxos acumulados das exportações e das importações mundiais de mercadorias, com fluxos acumulados no período de 2001 a 2017 (Vide Tabela 3).

Tabela 3 - Comércio internacional: fluxos de mercadorias por blocos econômicos regionais, acumulado no período de 2001 a 2017 (US\$ e percentual – Bilhões)

Blocos econômicos	Exportação	%	Importação	%
União Europeia (28 países)	81.476,9	34,9	82.250,7	34,8
APEC (Excluindo NAFTA)	78.235,4	33,6	69.673,8	29,4
NAFTA	31.792,4	13,6	44.142,2	18,7
MERCOSUL (5 países)	4.828,8	2,1	3.867,5	1,6
SAARC	3.993,6	1,7	6.162,7	2,6
SADC	2.198,8	0,9	2.224,1	0,9
Maghreb	1.665,9	0,7	1.642,5	0,7
UDEAC	435,3	0,2	216,7	0,1
CARICOM	271,8	0,1	394,9	0,2
UEMAO	261,4	0,1	342,7	0,1
Oriente Médio	13.908,2	6,0	11.161,3	4,7
Repúblicas da Ásia Central	1.049,2	0,4	726,3	0,3
Outros	13.069,4	5,7	13.788,1	5,9
Total	233.187,1	100	236.593,5	100

Fonte: International Trade Centre – ITC/Trade Map, (2018). Org. PEREIRA, L. A. G., (2018).

É visível a concentração dos fluxos comerciais pela União Europeia⁵, APEC⁶ e NAFTA⁷, que con-

⁵ **União Europeia** – Países membros: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia e Suécia (ITC/TRADE MAP, 2018).

⁶ **Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico – APEC (Excluso NAFTA)** – Países membros: Austrália, Brunei, Cingapura, Chile, China, Coreia do Sul, Filipinas, Hong Kong, Indonésia, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Papua-Nova Guiné, Peru, Rússia, Tailândia, Taiwan e Vietnã (ITC/TRADE MAP, 2018).

⁷ **Acordo de Livre Comércio da América do Norte – NAFTA** – Países membros: Canadá, Estados Unidos e México (ITC/TRADE MAP, 2018).

trolam 82,1% das transações comerciais exportadas e 82,9% das mercadorias importadas. Ao analisar os fluxos comerciais totais, observa-se a concentração das transações comerciais entre esses blocos econômicos regionais, enquanto os blocos do MERCOSUL⁸, SAARC⁹, SADC¹⁰, MAGHREB¹¹, CARICOM¹², UDEAC¹³, UEMAO¹⁴, regiões do Oriente Médio¹⁵ e das Repúblicas da Ásia Central¹⁶, dentre outros países/regiões, têm pouca participação nas trocas comerciais internacionais. Vale ressaltar que, embora a organização em blocos econômicos reúna países com diferentes estágios de desenvolvimento econômico em suas composições, certamente as economias dos Estados Unidos, da Europa Ocidental e do Japão interferem na concentração dos resultados de fluxos comerciais, realizados pelos blocos da APEC, do NAFTA e da União Europeia.

Quando são analisados os fluxos comerciais intra e interblocos, os dados apresentados nos mapas 3 e 4 corroboram a afirmação de que o comércio internacional se organiza através de blocos. Além disso, há uma movimentação mais equilibrada entre as exportações e as importações no interior dos blocos mais consolidados e com maior dinamismo econômico (União Europeia e APEC). Os blocos com menor participação no comércio internacional apresentam maior movimentação interblocos do que intrablocos, e ligeiramente prevalece o movimento de importação. Esses movimentos podem ser explicados pelo estágio de desenvolvimento e da dinâmica das economias dos países que compõem esses blocos e do próprio estágio de consolidação dos mesmos.

8 **Mercado Comum do Sul – MERCOSUL 5** – Países membros: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela (ITC/TRADE MAP, 2018).

9 **Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional – SAARC** – Países membros: Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka (ITC/TRADE MAP, 2018).

10 **Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral – SADC** – Países membros: África do Sul, Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue (ITC/TRADE MAP, 2018).

11 **MAGHREB** – Países membros: Argélia, Tunísia, Líbia, Marrocos e Mauritânia (ITC/TRADE MAP, 2018).

12 **Mercado Comum e Comunidade do Caribe – CARICOM** – Países membros: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Montserrat, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago (ITC/TRADE MAP, 2018).

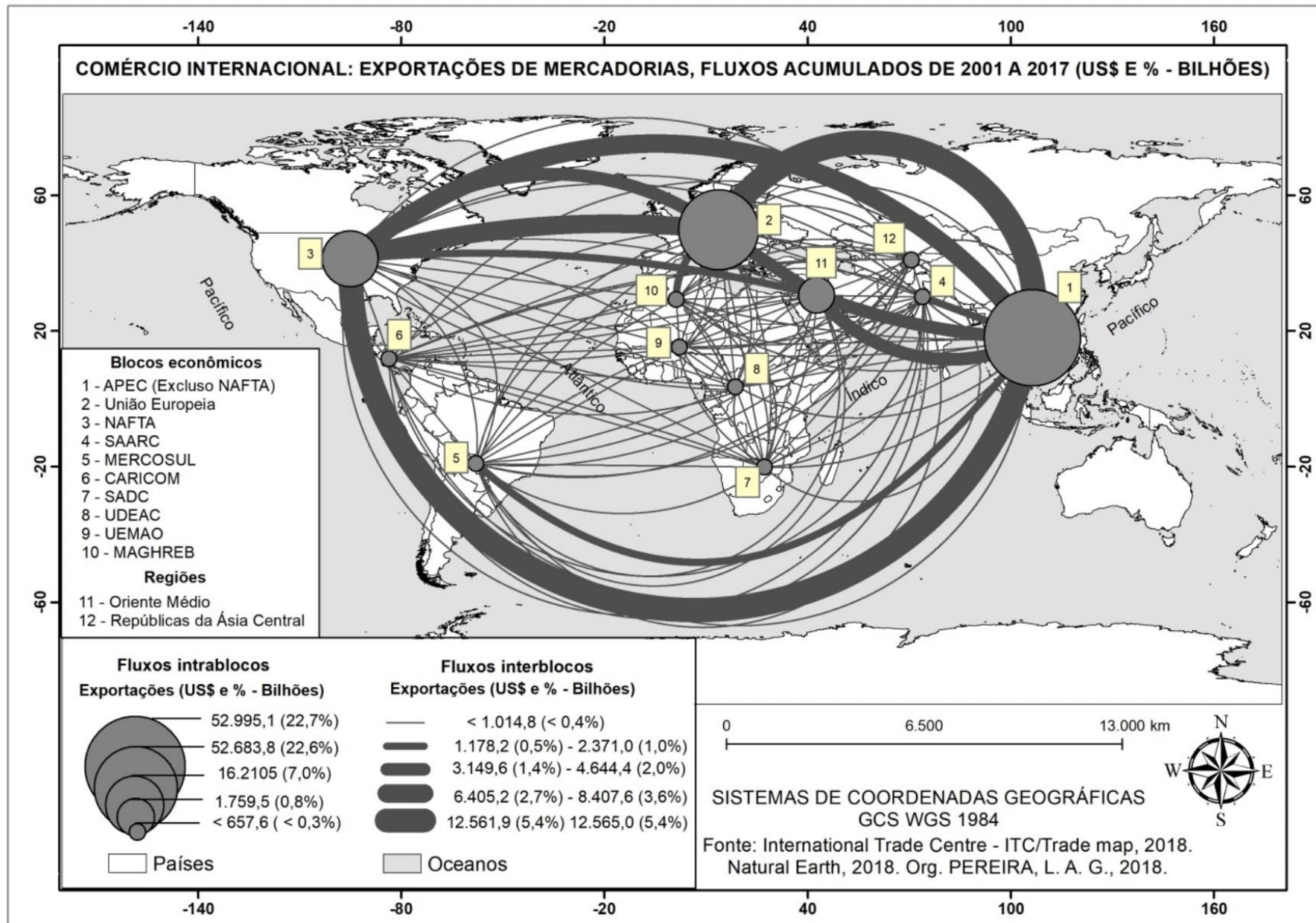
13 **Comunidade Econômica e Monetária da África Central – UDEAC** – Países membros: Camarões, Gabão, Guiné Equatorial, Congo, República Centro-Africana e Chade (ITC/TRADE MAP, 2018).

14 **União Econômica e Monetária do Oeste Africano – UEMAO** – Países membros: Benim, Burquina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo (ITC/TRADE MAP, 2018).

15 **Região do Oriente Médio** – Países membros: Arábia Saudita, Bahrain, Catar, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Omã, Síria, Palestina e Turquia (ITC/TRADE MAP, 2018).

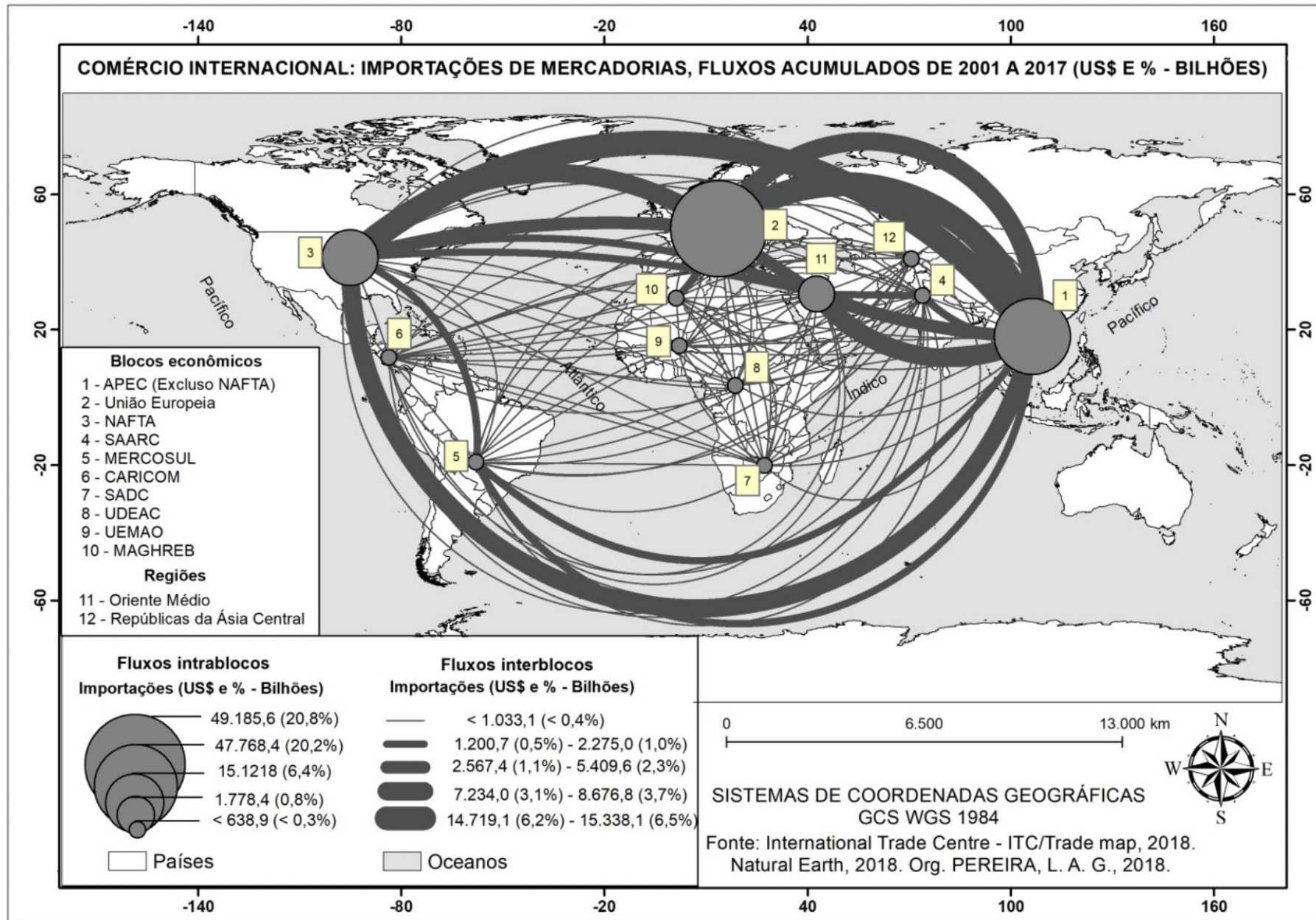
16 **Repúblicas da Ásia Central** – Países membros: Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão (ITC/TRADE MAP, 2018).

Mapa 3 – Comércio internacional: exportações de mercadorias, fluxos acumulados de 2001 a 2017 (US\$ e % - bilhões)



Fonte: International Trade Centre – ITC/Trad map, (2018). Org. PEREIRA, L. A. G., (2018).

Mapa 4 - Comércio internacional: importações de mercadorias, fluxos acumulados de 2001 a 2017 (US\$ e % - bilhões)



Fonte: International Trade Centre – ITC/Trad map, (2018). Org. PEREIRA, L. A. G., (2018).

Na dinâmica socioeconômica dos mercados organizados em blocos econômicos, considerando os fluxos intra e interblocos, existe uma complexa rede de movimentação de matérias-primas (produtos *in natura* do reino vegetal, animal e mineral), de produtos semiacabados (peças e equipamentos) e de produtos acabados (bens de consumo) que são exportados e importados em um ambiente de competitividade e de cooperação intra e interfirma, principalmente das grandes corporações multinacionais, nos mercados da América do Norte, da Europa Ocidental e do Leste Asiático.

Considerações finais

A Geografia do Comércio do Comércio Internacional incorpora a performance das dimensões socioeconômicas e espaciais das estruturas comerciais de matérias-primas, de produtos semiacabados e de produtos acabados que são vendidos e/ou comprados nos mercados globais. As transações comerciais ocorrem em territórios caracterizados pela competitividade e pela cooperação dos agentes econômicos no atendimento de demandas dos nichos de mercados e das cadeias produtivas fragmentadas espacialmente.

No cenário global, as mercadorias representam cerca de 79,5% das transações comerciais, que circularam nos fluxos intra e interempresas. Neste contexto, quatro fatores contribuíram com a expansão do comércio internacional, que são: 1) o aumento da renda da população; 2) A extinção e/ou a redução das barreiras alfandegárias; 3) a modernização tecnológica dos sistemas de transportes e de comunicações; e 4) a internacionalização do capital.

As instituições supranacionais trabalham com a ideia de liberalização das atividades comércio no mercado internacional. Diante das dificuldades de negociar acordos na esfera internacional, os países passaram a formar os blocos econômicos regionais como forma de fortalecer o mercado regional e de proteger as suas economias da concorrência de agentes econômicos localizados em outros países ou em outras regiões nos mercados globais. No sistema econômico, as correntes liberais criticam as ações dos Estados, mas as ações estatais são muito relevantes na abertura ou no fechamento de fronteiras, uma vez que são os representantes de Estados que negociam os acordos comerciais e também podem impor ou extinguir as barreiras alfandegárias.

As trocas internacionais são desiguais, pautadas nas diferenciações tecnológicas em estruturas de consumo e de especialização produtiva por meio de uma dicotomia entre os comerciantes de produtos tecnológicos dos países centrais e os comerciantes de *commodities* dos países em desenvolvimento, que em parte isso é procedente. É importante frisar a existência de países desenvolvidos especializados em *commodities*, citando como exemplo as *commodities* agrícolas norte-americanas. Também existem os países em desenvolvimento industrializados que comercializam produtos tecnológicos, como é o caso da China. Além disso, os países emergentes exportam produtos tecnológicos por meio das empresas multinacionais que estão instaladas em seus territórios.

As transações financeiras e as trocas de mercadorias movimentam as atividades socioeconômicas nos mercados globais, que estão concentradas na América do Norte, na Europa Ocidental e no Leste Asiático, principalmente nos centros urbanos onde estão concentrados os consumidores, os setores de serviços especializados (telecomunicações e financeiros), os centros comerciais e as atividades produtivas indus-

triais. O core do comércio global se concentra nos blocos da APEC, da União Europeia e do NAFTA, que pode ser visualizado nas interações espaciais dos fluxos de mercadorias intra e interblocos. No entanto os outros mercados distribuídos fora dos três mercados citados anteriormente também participam, em menor proporção, do comércio internacional. De forma desafiadora, este trabalho buscou discutir a Geografia do Comércio Internacional, que é uma temática muito ampla e complexa, podendo ser agenda de estudos na Geografia e em áreas afins em futuras pesquisas.

Referências

ANDRADE, M. C. **Geografia Econômica**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

ARROYO, M. A espacialidade do futuro. Além das fronteiras nacionais? **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 491-509, 1995.

_____. Circuitos espaciais de produção industrial e fluxos internacionais de mercadorias na dinâmica territorial do estado de São Paulo. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v.2, n. 1, p. 7-26, 2012.

D'ARCY, F. **União Europeia: instituições, políticas e desafios**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2002.

GONÇALVES, W. **Relações internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GRANT, R. The Economic Geography of Global Trade. SHEPPARD, Eric; BARNES, T. J. (Ed.). **A companion to Economic Geography**. Oxford; Massachusetts: Blackwell Publishers, 2000. 518 p.p. 411-431.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HUGHES, A. Geographies of exchange and circulation: transnational trade and governance. **Progress in Human Geography**, v. 30, n. 5, p. 635-643, 2006.

INTERNATIONAL TRADE CENTRE – ITC/TRADEMAP. **Trade statistics for international business development Monthly, quarterly and yearly trade data, import & export values**. Genebra: ITC/TRADEMAP, 2018. Disponível em: <www.trademap.org> Acesso em: 28/08/18.

JACKS, D. S.; PENDAKUR, K. Global Trade and the Maritime Transport Revolution. **The Review of Economics and Statistics**, v. 92, n. 4, p. 745-755, 2010.

JAKOBSEN, K. **Comércio internacional e desenvolvimento do GATT à OMC: discurso e prática**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. 111 p.

MAIA, J. M. **Economia internacional e comércio exterior**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MONIÉ, F.; SILVA, G. Introdução. In: MONIÉ, F.; SILVA, G. (Org.). **A mobilização produtiva dos territórios: instituições e logística do desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 144p. p. 7-11.

NAKANO, Y. Globalização, competitividade e novas regras de comércio mundial. **Revista de Economia Política**, v. 14, n. 56, p. 7-30, 1994.

- NEGUT, S. Rapid Changes of International Trade Flows Geography. An Approach Grounded on the Knowledge-Based Economy Concept. *Amfiteatru Economic*, v. XIII, n. 30, p.632–645, 2011. Disponível em: <<https://www.econstor.eu/handle/10419/168739>> Acesso em: 12/10/15.
- NOVAES, A. G. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição: estratégia, operação e avaliação**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.
- PELETEIRO, R. P. **Comercio y transporte**. Madrid: Sintesis, 1990.
- PEREIRA, L. A. G. **Logística de transportes e comércio internacional: os fluxos das exportações e das importações de mercadorias no norte de Minas Gerais**. 2015. 219 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2015.
- PONS, J. M. S.; REYNÉS, M. R. M. **Geografía de los transportes**. Palma de Mallorca: Universitat de les illes Balears, 2004.
- RATTI, B. **Comércio internacional e câmbio**. 10 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2000.
- REBONO, M. Introdução ao comércio internacional. In: SEGRE, German (Org.). **Manual prático de comércio exterior**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- ROCHA, E. M. **Técnica de comércio exterior: dinâmica do comércio internacional brasileiro**. Rio de Janeiro. Livros técnicos e científicos. Editora S/A, 1973.
- RODRIGUE, J. P.; COMTOIS, C.; SLACK, B. **The geography of transport systems**. 2. ed. Abingdon, Oxon, England; New York: Routledge, 2006.
- RODRIGUE, J. P.; SLACK, B. **Logistics and National Security**. In: MAJUMDAR, S.K. et al. (Ed.). **Science, Technology, and National Security**. Easton, PA: Pennsylvania Academy of Science, 2002.
- RODRIGUES, G. L. M. A globalização comercial – o comércio no passado e presente – uma viagem. **Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Barra do Barças – MT, v. 2, n. 4, p. 1-12, 2010. Disponível em <<http://www.revista.univar.edu.br>> Acesso em: 18/09/14.
- ROSSI-HANSBERG, E. A Spatial Theory of Trade. *The American Economic Review*, v. 95, n. 5, p. 1464-1491, 2005. Disponível em: <<https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/000282805775014371>> Acesso em: 26/10/12.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SILBER, S. D. Comércio internacional. In: PINHO, Diva Benevides; Vasconcellos, Marco Antônio S. de; TONETO JR, Rudinei. **Manual de Economia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- SOARES, C. C. **Introdução ao comércio exterior: fundamentos teóricos do comércio internacional**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- STURGEON, T. et al. O Brasil nas cadeias globais de valor: implicações para a política industrial e de comércio. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**. Rio de Janeiro, n. 115, p. 26-41, 2013.
- THOMAN, R. S.; CONKLING, E. C. **Geografía del comercio internacional**. Tradução de Antonio Casahu-

ga. Barcelona: Vicens-vives, 1972.

TRIGAL, L. L. et al. **Diccionario de geografía aplicada y profesional: terminología de análisis, planificación y gestión del territorio**. León: Universidad de León, 2015.

8. REDES TELEMÁTICAS E FLUXOS DE INFORMAÇÃO NO TERRITÓRIO: DINÂMICAS ESPACIAIS DA PRODUÇÃO DE SOFTWARE NO BRASIL

Melissa Maria Veloso Steda¹

Introdução

Na atualidade, uma série de pesquisas evidencia a larga disseminação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) entre empresas de diferentes portes e entre a população de maneira geral, com o uso de aplicativos de comunicação e serviços, via equipamentos (como *smartphones* e computadores) conectados à Internet. Especialmente nas três últimas décadas, verifica-se esse processo no território brasileiro. Não obstante, trata-se de um fenômeno de alcance planetário, no qual se insere este país, com todas as particularidades inerentes à sua formação socioespacial (SANTOS, 1997). Diz respeito, ainda, a complexos fatores de ordem técnica e política — por exemplo, de incentivo à inovação tecnológica, ao consumo, entre outros —, dos quais cada subespaço participa de maneira ativa e diferenciada.

Um caminho para compreender a expansão de tais redes e tecnologias e do acesso a elas é abordá-las como componentes de macrossistemas técnicos de comunicação (SANTOS; SILVEIRA, 2011) que, neste caso, permitem a integração eletrônica do território (CASTILLO, 1999). Estados, empresas e a sociedade civil, cada agente a seu modo, impulsionam as inovações tecnológicas que levam a incrementos no alcance e na capacidade dos sistemas técnicos, e conseqüentemente a alterações de uso e organização dos territórios. Esses incrementos se expressam, por exemplo, pela disponibilidade de velocidades de acesso à Internet cada vez maiores, tanto para usuários estatais ou corporativos (que exigem maior capacidade de transmissão de dados pela rede, pelas funções que desempenham por meio dela) quanto para pessoas físicas.

Frente às exigências do atual paradigma produtivo (BENKO, 1999; HARVEY, 2010), como a rápida circulação de dados e o controle à distância de processos produtivos dispersos geograficamente (via teleação), criam-se novas necessidades no âmbito da produção, da circulação e do consumo. Por meio dos softwares² e das redes telemáticas (combinação entre tecnologias da informática e das telecomunicações), é possível hoje manipular significativa quantidade de variáveis para tomada de decisão, potencialmente via-

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e doutoranda em geografia na Universidade de São Paulo (USP). E-mail: melissamvs@usp.br.

² A partir de Costabile (1982), entendemos o software como um bem intangível, facilmente transportável por mídias como CDs, pendrives ou mesmo pela Internet. Ainda que possa ser empregado em diversos tipos de dispositivos eletrônicos, utilizaremos o termo “programa de computador” como sinônimo para software. Para o software como serviço, eventualmente usaremos como sinônimo a palavra “aplicativo”. Além disso, tratamos aqui principalmente de software proprietário (não livre), cujos direitos de uso e comercialização são detidos por empresas.

bilizando uma reorganização na divisão territorial do trabalho e tornando os lugares mais interdependentes entre si. Mais especificamente nesse universo, o software como serviço facilita essa conexão, dado que funciona baseado em redes de Internet (MÄKILÄ et al., 2010).

Seu uso vem sendo banalizado pela sociedade civil, especialmente em áreas urbanas e com alta densidade informacional, em geral para fins de comunicação e serviços (por exemplo, com aplicativos para transporte e comércio eletrônico). Ao mesmo tempo, eles são gradativamente mais utilizados nos processos produtivos, para automatização de funções que antes eram mecânicas: atualmente são desenvolvidos aplicativos cada vez mais especializados na compilação de uma quantidade imensa de dados (o chamado *big data*), de modo que se tornam convenientes tanto a produções mais simples quanto mais complexas (como, por exemplo, a indústria aeroespacial ou a agropecuária digital) e servem de base para a produção de pequenas, médias e grandes empresas.

A partir da década de 1970, a convergência entre a evolução das TICs e as demandas do referido paradigma produtivo levou a uma rápida, porém seletiva, difusão socioespacial dos objetos informacionais. Acompanhou esse movimento a indústria de informática (tanto na produção de hardware quanto na de software, respectivamente as indissociáveis dimensões tangível e intangível dos produtos computacionais), que conhece no século XXI uma capilaridade impressionante em termos de usuários de dispositivos.

O atual período, que aqui chamaremos de técnico-científico-informacional (SANTOS, 2000; 2008; 2009), dada a preponderância do meio geográfico homônimo, demanda normas e sistemas técnicos globalmente padronizados, a fim de que se possa promover uma unificação dos tempos nos lugares — por exemplo, para que as atividades financeiras ou as interações entre as grandes empresas ocorram em “tempo real”. A informação e suas tecnologias demandam e, concomitantemente, permitem essa unicidade do tempo e da técnica (SANTOS, 2000; 2009), promovendo a rápida circulação de informações.

Especificamente no campo da produção de bens intangíveis, como os aplicativos³, vem crescendo a importância das corporações transnacionais — tomadas aqui, conforme proposto por Dicken (2011, p. 60-61), como firmas com capacidade de coordenar e controlar operações em mais de um país, via processos e transações em redes de globais de produção (Global Production Networks – GPNs). Esse tipo de empresa possui, segundo o autor, habilidades de flexibilidade geográfica (trocando recursos e operações de lugar em escala global) e de aproveitar-se das diferenças geográficas na distribuição de meios de produção (como os recursos naturais e a mão de obra) e políticas estatais (como subsídios ou barreiras ao comércio). No ramo que aqui discutimos, há firmas nacionais e transnacionais que se auto-identificam como plataformas de mediação entre usuários dos aplicativos em diversos setores da economia, tais como mídias sociais⁴ (Facebook, Twitter, Instagram, Whatsapp), transporte (Uber, Decolar), entretenimento (Netflix, Youtube, Spotify),

³ Segundo dados da Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES, 2017), em 2016 aproximadamente 15.700 empresas atuavam no setor de software e serviços, seja em desenvolvimento e produção, distribuição e comercialização e prestação de serviços. Dentre aquelas dedicadas a desenvolvimento e produção, 49,2% eram microempresas (com menos de 10 funcionários), 45,9% eram pequenas empresas (com 10 a 99 funcionários), 3,9% eram de porte médio (100 a 500 funcionários) e apenas 0,9% eram grandes (mais de 500 funcionários).

⁴ Conforme as estatísticas apresentadas por Cosenza (2018), verifica-se que as plataformas de mídias sociais mais utilizadas no mundo, em 2018, eram o Facebook, o Youtube e o Instagram. O primeiro agrega os usuários do Whatsapp, que lidera no âmbito dos comunicadores instantâneos. Tanto Facebook quanto Whatsapp apresentavam, em janeiro de 2018, 1,9 bilhão de usuários ativos mensais. No território brasileiro, os aplicativos predominantes são Facebook e Instagram.

hospedagem (Airbnb, Booking) e até no setor imobiliário (ImovelWeb, Achei Imóveis), entre muitos outros exemplos possíveis.

Na medida em que processam e organizam dados para determinada finalidade, os softwares são também meios de manipulação de informação. As redes telemáticas, por sua vez, são fundamentais para a viabilização do meio geográfico da globalização, e a seu desenvolvimento, sobretudo na segunda metade do século XX, correspondeu também um incremento no desenvolvimento da informática. Pelo menos desde a emergência da grande empresa (CHANDLER, 1998), tanto o armazenamento quanto a circulação da informação já eram necessários; com o processamento de dados, foi possível manipulá-los com certas finalidades, como por exemplo a realização de censos. A partir disso, sobretudo na década de 1970, desenvolveu-se a indústria de computadores, integrando máquinas e controles.

Estamos diante, portanto, de uma profusão de objetos técnicos com difusão espacial cada vez mais veloz e seletiva, conformando-se uma base técnica que conhece diferentes arranjos sistêmicos e leva à demanda constante por novas bases normativas. Constrói-se uma unicidade técnica planetária (SANTOS, 2000) que permite, sobretudo aos agentes hegemônicos (notadamente, as corporações e os Estados), atuar à distância, via telecomando. A densificação das redes técnicas ocorre especialmente em torno ou em função das dinâmicas de grandes centros financeiros globais, de modo que os agentes hegemônicos (especialmente as corporações) possam ampliar sua escala de atuação no território. Por isso, informatizá-lo é de grande serventia para possibilitar o funcionamento de um sistema que exige cada vez mais o “tempo real”: há que se ter uma base técnica que possibilite um grau cada vez maior de comunicação entre os lugares.

Informatização do território: condições para novas dinâmicas de produção

O processo de informatização do território está alicerçado sobre as redes telemáticas, que podemos entender como um sistema de objetos, ou partes de um macrosistema técnico (HUGHES, 2008; SANTOS, 2009) que, por sua vez, resultam num conjunto de intencionalidades, exigências, necessidades e comportamentos dos agentes que dele se utilizam. A partir das chamadas “epistemologias do ativismo de dados”, alguns autores chegam a usar o termo “dataficação” (MILAN; VAN DER VELDEN, 2016). No Brasil, estudos anteriores mostram que a informatização vem se manifestando há algumas décadas, de diversas maneiras: por meio da agricultura científica (CASTILLO, 1999; SANTOS, 2009), dos edifícios inteligentes (SILVA, 2001), da automatização do controle da mobilidade urbana (BALBIM, 2003), da expansão das redes de telecomunicações (TOLEDO JUNIOR, 2003), entre outras.

Com a construção e o uso das chamadas “infovias” (redes por onde trafega a informação), novas formas de desempenhar diversas tarefas são incorporadas nos processos produtivos e na vida cotidiana. Nesse âmbito, o software é um elemento fundamental, pois permite o manejo eletrônico de dados para automatização de funções simples ou complexas, impulsionando e facilitando o uso e a conectividade entre máquinas. Complexos processos computacionais simplificam tais funções e, por conseguinte, o produto software é mais propagandeado e cresce em popularidade, o que contribui para o notável desenvolvimento econômico do setor na atualidade.

Uma nova configuração do mundo, intrinsecamente relacionada às TICs, está conjugada à difusão

de um meio geográfico que compreende a ciência, a tecnologia e a informação na base da produção, do funcionamento e da utilização do espaço (SANTOS, 2009, p. 238). Dessa forma, os objetos — principalmente aqueles utilizados pelas grandes empresas — vão se tornando mais modernos, imbuídos de tecnologias da informação (TI) ou de conhecimento científico, ao passo que agentes e lugares demandam maiores quantidades de fluxos e maior organização da informação, para que possam funcionar em um sistema planetário. Conforme ressalta Blanco (2015, p. 27), no período atual predomina a imagem da fluidez e da hipermobilidade, que se transformam na imposição de tempos hegemônicos e que são impressas e difundidas pelas grandes empresas globais.

Por sua natureza fluida e ubíqua, de trânsito facilitado pelas infovias e dificuldade de apreensão imediata pela observação da paisagem, o estudo de bens intangíveis, como os softwares, nos permite refletir sobre temas como as distâncias, a contiguidade, as aglomerações produtivas, a seletividade espacial e a co-presença (BATHELT et al., 2004; BOSCHMA, 2005). Todos esses âmbitos, mesmo sendo parte de condições geográficas essenciais à produção, geram questionamentos tecnoutópicos e de supressão da importância do espaço, os quais procuramos aqui refutar. Além disso, as variáveis espaciais e as distâncias (em suas várias acepções) se alteram ao longo do tempo histórico, em função de mudanças nas materialidades e nas normas.

Quanto às infraestruturas, a Internet, ainda que teoricamente seja uma rede global, apresenta tal característica apenas potencialmente: mesmo que, uma vez conectado à rede, um usuário tenha a possibilidade de acessar conteúdo de todo o planeta (exceto em casos de restrição ao acesso), realizar esse potencial é algo que depende de uma série de fatores — econômicos, sociais, políticos, culturais. As infraestruturas para conexão via Internet (cabos terrestres e submarinos, antenas de radiofrequência etc.) são complexas e dispendiosas para realização de consertos, manutenção e atualização, o que já impõe uma barreira a sua propriedade. Apenas agentes com muito capital são capazes de realizar investimentos nesse ramo, tornando-o altamente oligopolizado.

A construção e a propriedade dos cabos submarinos, em geral, são realizadas por consórcios internacionais, com a participação de empresas de vários países e continentes. É o caso do projeto South Atlantic Cable System (SACS), que liga Angola a Fortaleza (CE) e é fruto de uma parceria entre Google (Estados Unidos), Antel (Uruguai), Angola Cables (Angola) e Algar Telecom (Brasil) (SANTANA, 2018). Além disso, corporações que tradicionalmente trabalhavam produzindo conteúdo para a Internet, tais como Facebook e Google, atualmente participam da construção de novas infraestruturas de acesso, entre elas os cabos submarinos. Dois exemplos sul-americanos são os projetos Tannat e Monet, que também envolvem a implantação de centros de processamento de dados (GOOGLE, 2015). Assim se verifica a articulação de uma série de equipamentos (cabos, servidores, antenas etc.) em um macrossistema técnico de comunicação em vias de controle por cada vez menos agentes.

Não é raro que as corporações produtoras de software como serviço se baseiem em discursos de inclusão e redução de desigualdades digitais, apropriando-se perversamente de particularidades históricas dos territórios latino-americanos, quais sejam a desigualdade social em geral, e a de acesso às tecnologias, em particular. Além disso, é problemático que as mesmas empresas administrem a rede e os dados que por ela trafegam, aprofundando a concentração do capital, e passando a ter controle sobre as operações de determinação do que acontecerá com tais dados, ou seja, para onde e como circularão.

Informática, seletividade espacial e novas dinâmicas financeiras

A Internet é um recurso estratégico, econômica e politicamente, mobilizando Estados e empresas por grandes investimentos em segurança da informação, sendo os bancos alguns dos agentes mais preocupados com inovações nessa área. Isto, pois, representa um elemento de suporte à circulação não apenas de uma carga gigantesca de dados (o *big data*), como também das ordens para que o capital financeiro se realize, ao qual interessam variáveis como velocidade e segredo (por exemplo, quando se negociam grandes montantes de dinheiro).

Considerando o processo de mundialização financeira (CHESNAIS, 1998) como um dos fatores cruciais para a consolidação do atual período, são pertinentes as afirmações de Ianni (1999, p. 55): “é claro que a informática e as telecomunicações jogam um papel importante no processo de mundialização, acelerando ritmos, generalizando articulações, abrindo novas possibilidades de dinamização das forças produtivas”, dado que “a mesma dispersão mundial dos processos produtivos é acompanhada pelo desenvolvimento de recursos informáticos de integração, também em escala mundial”. Em uma perspectiva complementar, Sassen (2006, p. 328) menciona a reorganização do poder estatal frente à expansão dos mercados globais, no atual contexto de crescente relevância das finanças e da digitalização de uma série de atividades políticas e econômicas.

Os diversos agentes que usam o território promovem estratégias para a criação de condições geográficas, especialmente técnicas e organizacionais, que tragam maior rentabilidade aos investimentos, relacionadas àquilo a que Santos (2009) se referiu como produtividade espacial. Esta, de acordo com Arroyo (2015, p. 42), “revela a existência de uma hierarquia de lugares, que se cria e recria em função de um movimento que é nacional e mundial”. O setor de informática ascende como emblema da mobilização desse tipo de estratégia, empregada, por exemplo, no ramo das *start-ups* (microempresas de base tecnológica) produtoras de aplicativos. Esse não é um fenômeno exclusivamente brasileiro, e trata-se de um modelo de investimento em empresas nascentes sustentado, em grande medida, pela financeirização da economia, com uma prática corrente de compra de pequenas empresas de sucesso por grandes firmas transnacionais, apoiadas pelo capital financeiro.

Nesse âmbito, é importante destacar que a indústria de informática passa a crescer com vigor num período de transformações no sistema financeiro; a produção de software no Brasil, por sua vez, acompanha o movimento global da técnica, da economia e da política, com importantes implicações territoriais. Nos anos 1970 e 1980, surgem novos mecanismos de financiamento e arranjo empresarial, já passando a ser incorporados pelas nascentes e ascendentes corporações da informática, em sua maioria estadunidenses e europeias – locais dos grandes centros financeiros do período atual. Estas são exatamente as empresas que promovem os primeiros passos da informatização em países de industrialização tardia, como quando da chegada da IBM ao território brasileiro, nos anos 1980.

Verifica-se que os setores financeiros das empresas de TI hoje se equiparam ou mesmo superam os setores produtivos, quando passam a lidar com grandes quantidades de investimentos provenientes do mercado de capitais. Os grandes bancos, com sedes concentradas nas metrópoles, são tanto tributários quanto se aproveitam da ascensão das corporações de TI. São estas as responsáveis pelas mais vultuosas negocia-

ções atuais em bolsas de valores (com destaque para empresas como Alphabet Inc., Amazon, Apple, IBM e Intel, produtoras tanto de hardware quanto de software) e também grandes fornecedoras de novas soluções informacionais para os próprios bancos, que acabam por investir, não raramente, em mais de uma delas. São também os grandes bancos os maiores investidores em tecnologia de ponta, sobretudo em segurança da informação – pois tanto dados quanto capital precisam circular velozmente e com os menores riscos possíveis.

Os setores bancário e de informática se retroalimentam e mantêm em funcionamento o coração do sistema capitalista hoje. Considerando a economia de maneira mais abrangente, num período em que se preza pela fluidez, são as metrópoles e os grandes centros financeiros que fazem convergir o capital, concentram as principais bolsas de valores, universidades, centros de pesquisa e inovação – enfim, alimentam um ambiente ideal para a hipermobilidade do capital e da informação, com a imposição de tempos hegemônicos impressos e difundidos pelas grandes empresas globais (BLANCO, 2015, p. 27). Trazemos à tona essa questão para problematizar a produção de aplicativos, com as múltiplas determinações (MARX, 2008 [1859], p. 258) envolvidas em sua dinâmica de funcionamento. As áreas mais intensivas em capital e tecnologia, ao menos na indústria de informática e quanto ao software de alto valor agregado, acabam por concentrar-se nos maiores centros urbanos, tais como capitais e regiões metropolitanas (COSTA; GARCIA, 2018, p. 331).

No ramo de TI se expressa uma série de dinâmicas típicas do sistema capitalista, tais como concentração e centralização de capital. Por exemplo, os relatórios de fusões e aquisições no Brasil produzidos pela empresa de consultoria Pricewaterhousecoopers vêm sistematicamente mostrando a consolidação do setor como o primeiro em total transacionado (21%, no ano de 2017). O número vem crescendo em relação aos anos anteriores, e em 2018 já havia chegado a 22% (PWC, 2018). Além disso, esse ramo produtivo fornece as ferramentas de fluidez (de informação e de capital) para o funcionamento dos Estados nacionais e das grandes empresas dos mais diversos setores, além de capilarizar-se no uso cotidiano das pessoas e das firmas de menor porte.

Em nossa análise, buscamos considerar não apenas o uso do território através das TICs, mas também modos de organização do território a partir do planejamento e de articulações entre os agentes que facilitam a implantação dessas tecnologias. Por exemplo, a institucionalização de aglomerações produtivas para produção de software, tais como parques tecnológicos, depende de ações e articulações entre Estado, empresas e sociedade civil, em diversas escalas (STEDA, 2015). Portanto, estamos tratando das redes e da informação situadas em um contexto maior – em um meio geográfico do qual participam como elementos ativos.

Não é tarefa simples compreender a dinâmica das infraestruturas de telecomunicações no território brasileiro, pois se trata de um campo inovador, com longo desenvolvimento e perpassado por questões complexas, como a privatização. No entanto, autores como Silva (2015) e Alves (2013) nos trazem um panorama atualizado do assunto. Hoje, ainda que venha crescendo o número de usuários de Internet no Brasil, mais da metade da população segue desconectada (NIC.BR, 2017). Por isso, as tecnologias da informação, sobretudo quando passam à condição de infraestruturais⁵ (CARR, 2003; 2004), são cada vez mais parte da

⁵ De acordo com Carr (2003, 2004), tecnologias como a energia elétrica e a Internet provêm de inovações tecnológicas que, em um primeiro momento, são utilizadas por poucos agentes e têm custos mais elevados de manutenção. Posteriormente, têm seu uso ampliado e barateado, passando a ser um componente importante na produção industrial – no caso das TI, sobretudo para

modernização do território, promovendo novos usos. A Internet vive hoje esse processo (comparável ao ocorrido no passado com as redes de energia elétrica), de modo que o Estado passa a preocupar-se cada vez mais com a difusão de tais infraestruturas, removendo-se gradualmente das empresas essa função.

Vemos ainda delinear-se uma situação de estagnação e aprofundamento das desigualdades regionais brasileiras em relação ao acesso à Internet. Vêm se sustentando os baixos índices de conectividade a banda larga fixa em áreas rurais (NIC.BR, 2017), e em porções do território distantes dos centros mais dinâmicos da economia nacional, tais como o interior do estado do Amazonas, além da dificuldade do acesso, há quase monopólio de algumas operadoras de telefonia e o uso das redes é mais rarefeito (EUZÉBIO, 2011, p. 83; QUEIROZ, 2015, p. 222).

Tanto os *softwares* como os *hardwares* utilizados nesse processo são produzidos em grande medida, mas não somente, por corporações transnacionais do setor de informática. Trata-se, portanto, de discutir tal produção em grande escala, dada sua exigência de empregos qualificados e de infraestrutura de tecnologias da informação, que tendem a concentrar-se em grandes centros urbanos. Podemos considerar a indústria brasileira de *software* altamente diversificada, compreendendo produtos e serviços para setores como finanças, telecomunicações, gestão empresarial, saúde, educação, entretenimento, agronegócio, entre outros (OBSERVATÓRIO SOFTEX, 2012, p. 5). Entendemos que essa é uma expressão da ubiquidade do software, dado que muitos objetos técnicos empregados nos processos produtivos necessitam de programas de computador para executar tarefas cada vez mais específicas.

O Estado brasileiro reconhece na produção de *software* um ramo estratégico para a economia nacional, colocando à disposição do mercado linhas de financiamento específicas em bancos públicos – por exemplo, o BNDES Prosoft⁶ e um projeto-piloto para Internet das Coisas⁷. Por outro lado, há uma interdependência entre os agentes produtores de software e hardware, não apenas do ponto de vista do funcionamento em sistema, mas também pensando-se o processo produtivo e a questão do trabalho. A força de trabalho no ramo informacional possui particularidades, o que leva a denominações como infoproletariado (ANTUNES; BRAGA, 2009) ou “ciberproletariado” (DYER-WITHEFORD, 2015), no contexto do chamado “trabalho digital” (SCHOLZ, 2013; FUCHS, 2014).

No território brasileiro, tem aumentado a quantidade de *start-ups*, que não raro provém de universidades ou parques tecnológicos – geralmente localizados em regiões metropolitanas e contando com apoio estatal. Alguns exemplos notáveis encontram-se em Recife (PE), Campina Grande (PB) e na Região Metropolitana de Campinas (SP). Trata-se de uma localização mais propícia à obtenção de mão de obra especializada e do acesso facilitado a equipamentos para pesquisa e desenvolvimento. Ainda assim, grande parte da produção de *software* é realizada por grandes empresas transnacionais. Modelos de produção em larga escala típicos dessas corporações, como as fábricas de *software*⁸, reúnem alto grau de racionalização,

promover a conexão entre diferentes unidades produtivas e de comando.

⁶ Programa fundado em 1997, em parceria com a Softex, que desde 2016 vem gradualmente sendo substituído por outras linhas de financiamento.

⁷ Linha de financiamento para projetos-piloto em Internet das Coisas, com prioridade nas áreas “cidade, saúde e rural”. Foi formulada a partir do estudo “Internet das Coisas: um plano de ação para o Brasil” (BNDES, 2017). Em 2018, o BNDES está selecionando projetos-piloto também no âmbito de start-ups e fintechs.

⁸ Castillo (2009, p. 17) elenca uma série de autores, principalmente da Sociologia italiana, que trabalham com o termo “fábrica

buscando maior produtividade a baixo custo. Isso leva ao controle rigoroso da produção e exige maior especialização dos trabalhadores atuantes em cada etapa da fabricação do programa, demandando ocupações que vão desde engenheiros de computação até designers gráficos, muitas vezes com trabalho intenso e mal remunerado.

Num cenário de crescente informatização e acesso ao crédito em países periféricos, afloram ainda questões delicadas como a discriminação econômica baseada no traçado de perfis de indivíduos (o *credit score*) e a criação de “bolhas” de discursos e pensamentos únicos, por conta da manipulação de dados. Outra questão que se coloca é a inclusão digital, uma primeira demanda em direção à democratização das comunicações. Ainda assim, mesmo a parcela “ciberexcluída” da população, que não tem acesso à Internet, está sujeita à cibervigilância – seja em espaços públicos (através de aparelhos de segurança conectados via Internet das Coisas, reconhecimento facial, biometria, câmeras, drones etc.) ou quando têm seus dados pessoais coletados eletronicamente (via cartões de crédito, de transporte ou outros, quando se pedem números de documentos ao realizar-se uma compra etc.).

Além disso, na América Latina a taxa de acesso à Internet é baixa, de 45 a 55% da população (CEPAL, 2016). Isso dificulta ainda mais uma aproximação com mecanismos de proteção aos dados pessoais na rede, sobretudo diante do oligopólio das grandes produtoras de *hardware* e de *software* proprietário (não-livre). Os Estados, de certa forma, tentam responder ao atual cenário por meio de atualizações de planos de defesa ou inteligência, apresentando “estratégias de cibersegurança” ou atuando na chamada governança da Internet (KURBALIJA, 2016).

Considerações finais: perspectivas em meio à fluidez territorial

A instalação e a modernização de redes técnicas participam do processo de valorização de porções do território, na medida em que essas redes são fundamentais para a estruturação do território e para a circulação de bens tangíveis e intangíveis. Tal dinâmica de valorização e desvalorização simultaneamente alimenta e é condicionada pelo aprofundamento da divisão territorial do trabalho e pela criação de especializações produtivas (SANTOS, 2005; ARROYO, 2015, p. 41).

Quando se trata de sistemas técnicos mais complexos, de largo alcance territorial (tais como as TICs), poucos agentes têm capital e nível de organização suficientes para sustentar-se no ramo. Deduzimos que, nesse âmbito, se reproduz no território brasileiro uma lógica recorrente em vários outros setores: a de predominância do capital estrangeiro, e de conseqüente transferência do capital nacional para o exterior, muito em função do mercado consumidor. No mesmo sentido, observamos um aumento relativo da autonomia das finanças no atual período histórico, justamente por conta da difusão das TICs, entre outros fatores (CONTEL, 2015, p. 149).

Acompanhando a aglomeração de atividades financeiras em porções do espaço que atendem às demandas do capital, difunde-se o ideário da competitividade, tanto do ponto de vista da produção, quanto do território, e verificam-se muito intensamente fenômenos como especializações produtivas e a difusão

de software” desde os anos 1970, “com ênfase especial nas formas de organização do trabalho adotadas, na divisão da inteligência aplicada à produção, na reorganização empresarial”.

rápida, porém seletiva, de objetos com alta carga informacional (SANTOS, 2009, pp. 240-241). Carr (2004, p. 42, tradução nossa) lembra ainda que “quando visto como um produto e não como uma abstração, o *software* é tão suscetível às regras da economia, dos mercados e da concorrência quanto o mais comum dos bens físicos”; e exatamente por tratar-se da produção de bens intangíveis, a indústria de informática ao mesmo tempo se insere e alimenta a dinâmica do capitalismo financeiro.

Esse cenário tem como característica o imperativo da fluidez, necessitando redes com escala de atuação cada vez maior. Corrêa (1997, p. 302) afirma que, desde a Revolução Industrial, o avanço tecnológico tem permitido haver interações espaciais mais rápidas e eficientes, com maior volume de mercadorias trafegando por distâncias maiores, em menor tempo e com menor custo. Desenvolver as telecomunicações, diz o autor, “viabiliza a superação da distância pela possibilidade de transmissão de informações instantâneas simultaneamente para vários lugares. O rádio, a televisão e a telemática tornaram possível articular toda a superfície terrestre de modo mais efetivo”. Dessa forma, não apenas amplia-se a escala das redes no território, mas também se intensificam os fluxos.

Se para os cidadãos o uso da Internet e de aplicativos pode significar maior possibilidade de expressão ou de comunicação com seu grupo (e até mesmo de organização social), para os agentes hegemônicos isso significa a intensificação da velocidade e o aumento da densidade de seus fluxos no território, para além do próprio aumento de sua base de usuários-consumidores. Implica a capacidade de aprofundar seu lucro, participando até o final do processo de acumulação. Assim, aparte de concepções fantasiosas do que significa ter mais mobilidade ou mais acesso às redes e aos objetos informacionais, há que se ponderar também os usos perversos do território possibilitados por isso, considerando-se os agentes que detêm o controle sobre a produção de tais objetos e redes e sobre o conteúdo que carregam.

Algumas pautas de debates contemporâneos que emergem dos usos possíveis das TI e da telemática compreendem, por exemplo, a questão da privacidade e da proteção de dados pessoais (cada vez mais coletados e comercializados pelas grandes firmas, com potencial para uso comercial e de vigilância em massa), a Internet das Coisas⁹ e a chamada “economia do compartilhamento”¹⁰ (ZANATTA, 2017). Por isso, conforme ressalta Blanco (2015, p. 18), é fundamental não dissociar o estudo da informação e das redes técnicas dos complexos processos sociais que as originam, constroem, operam, transformam, definem sua obsolescência e suas condições de uso. Trata-se de não entender essas tecnologias apenas do ponto de vista dos objetos e sistemas de engenharia, mas também como portadoras de projetos resultantes da ação social (RIBEIRO, 2000; 2014).

Referências

ABES. **Mercado brasileiro de software: panorama e tendências**. 2017. São Paulo: ABES, 2017.

ALVES, L. G. **Redes de comunicação e território: a formação e a organização socioespacial da internet no Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2014.

⁹ Termo utilizado para expressar a conexão de objetos à Internet, desde os de uso cotidiano, como roupas e eletrodomésticos, até aqueles mais fundamentais aos processos produtivos, como meios de transporte e máquinas agrícolas.

¹⁰ Trata-se de uma denominação em disputa, originada do cooperativismo, que genericamente podemos compreender hoje como os sistemas econômicos mediados por TI, direcionados ao compartilhamento de recursos para fins de consumo ou produção.

nas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ANTUNES, R.; BRAGA, R. (orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARROYO, M. Redes e circulação no uso e controle do território. In: ARROYO, Mónica; CRUZ, R. C. A. (orgs.). **Território e circulação: a dinâmica contraditória da globalização**. São Paulo: FAPESP/PPGH/CAPES/Annablume Geografias, 2015.

BALBIM, R. **Práticas espaciais e informatização do espaço da circulação: mobilidade cotidiana em São Paulo**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

BATHELT, H. et al. Clusters and knowledge: local buzz, global pipelines and the process of knowledge creation. **Progress in Human Geography**, v. 28, n. 1, 2004, p. 31-56.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

BLANCO, J. Territorio, circulación y redes. In: ARROYO, Mónica; CRUZ, R. C. A. (orgs.). **Território e circulação: a dinâmica contraditória da globalização**. São Paulo: FAPESP/PPGH/CAPES/Annablume Geografias, 2015.

BNDES. **Relatório do plano de ação – iniciativas e projetos mobilizadores**. Produto 8 do estudo “Internet das Coisas: um plano de ação para o Brasil”. Brasília: BNDES, 2017. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/269bc780-8cdb-4b9b-a297-53955103d4c5/relatorio-final-plano-de-acao-produto-8_alterado.pdf?MOD=AJPERES&CVID=m0jDUok>.

BOSCHMA, R. Proximity and innovation: a critical assessment. **Regional Studies**, v. 39, n. 1, 2005, p. 61-74.

CARR, N. G. IT Doesn't Matter. **Harvard Business Review**, maio 2003, p. 5-12.

_____. **Does IT matter?** Information technology and the corrosion of competitive advantage. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 2004.

CASTILLO, J. J. O trabalho do conhecimento na sociedade da informação: a análise dos programadores de software. In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

CASTILLO, R. **Sistemas orbitais e uso do território: integração eletrônica e conhecimento digital do território brasileiro**. 1999. 317 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

CEPAL. **Estado de la banda ancha en América Latina y el Caribe 2016**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2016.

CHANDLER, A. **Ensaio para uma teoria histórica da grande empresa**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CHESSAIS, F. (org.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

CONTEL, F. Internacionalização e privatização bancária na América Latina e o regionalismo bancário no Brasil. In: ARROYO, M.; CRUZ, R. C. A. (orgs.). **Território e circulação: a dinâmica contraditória da globalização**. São Paulo: FAPESP/PPGH/CAPES/Annablume Geografias, 2015.

CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. et al. (orgs.). **Explorações geográficas: percursos do fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSENZA, V. **Social media statistics**. 2018. Disponível em: <<http://vincos.it/social-media-statistics/>>.

COSTA, A. R.; GARCIA, R. Aglomeração produtiva e diversificação: um enfoque sobre os serviços de tecnologias da informação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 325-343, mai./ago. 2018.

COSTABILE, H. Bases para uma Política Nacional de Software. **Boletim Informativo**, Brasília, SEI, v. 6 n. 2, p. 17-28, jan./mar. 1982.

DICKEN, P. **Global shift: mapping the changing contours of the world economy**. 6. ed. Nova Iorque: The Guilford Press, 2011.

DYER-WITHEFORD, N. **Cyber-Proletariat: global labour in the digital vortex**. Londres: Pluto Press, 2015.

EUZÉBIO, E. F. **Fronteira e horizontalidade na Amazônia: as cidades gêmeas de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FUCHS, C. **Digital labour and Karl Marx**. Nova Iorque: Routledge, 2014.

GOOGLE. **TANNAT, um novo cabo para a América do Sul**. O Blog do Google Brasil, 5 nov. 2015. Disponível em: <<https://brasil.googleblog.com/2015/11/tannat-um-novo-cabo-para-america-do-sul.html>>.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

HUGHES, T. P. La evolución de los grandes sistemas tecnológicos. In: THOMAS, H.; BUCH, A. (orgs.). **Actos, actores y artefactos: sociología de la tecnología**. Bernal, Universidad Nacional de Quilmes, 2008, pp. 101-144.

IANNI, O. **A era do globalismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

KURBALIJA, J. **Uma introdução à governança da Internet [livro eletrônico]**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016.

MÄKILÄ, T. et al. How to define Software-as-a-Service - an empirical study of Finnish SaaS providers. In: TYRVÄINEN, P.; JANSEN, S.; CUSUMANO, M. A. (eds.). **ICSOB 2010: Software Business. Lecture Notes in Business Information Processing**, v. 51. Berlin, Heidelberg: Springer, 2010.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MILAN, S.; VAN DER VELDEN, L. The alternative epistemologies of data activism. **DCS – Digital Culture and Society**, v. 2, n. 2, 2016, p. 57-74.

NIC.BR – NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR (ed.). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros [livro eletrônico]: TIC Domicílios 2017**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2017.

OBSERVATÓRIO SOFTEX. **Software e serviços de TI: A Indústria Brasileira em Perspectiva**. Versão resumida. 2012. Disponível em: <<http://www.softex.br/wp-content/uploads/2013/07/Ingl%C3%AAs-e-Portugu%C3%AAs-%E2%80%93-Vers%C3%A3o-Resumida-Volume-2.pdf>>.

PWC. **Fusões e aquisições no Brasil**. 2018. Disponível em: <<https://www.pwc.com.br/pt/estudos/servicos/assessoria-tributaria-societaria/fusoes-aquisicoes.html>>.

QUEIROZ, K. O. **Centralidade periférica e integração relativizada – uma leitura de Tefé no Amazonas**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RIBEIRO, A. C. T. A natureza do poder: técnica e ação social. **Interface -Comunicação, Saúde, Educação**. Botucatu, v. 4, n. 7, 2000, p. 13-24.

_____. **Teorias da ação**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

SANTANA, I. **Angola Cables leva cabo submarino a Fortaleza e inicia fase terrestre**. Valor Econômico, 19 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/5332775/angola-cables-leva-cabo-submarino-fortaleza-e-inicia-fase-terrestre>>.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, jun. 1997, pp. 81-100.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 5. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2009.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 15. ed. Rio de

Janeiro: Record, 2011.

SASSEN, S. **Territory, authority, rights: from medieval to global assemblages**. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2006.

SCHOLZ, T. (ed.). **Digital labor: the Internet as playground and factory**. New York: Routledge, 2013.

SILVA, A. M. B. **A contemporaneidade de São Paulo: produção de informações e novo uso do território brasileiro**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SILVA, P. F. J. **Geografia das telecomunicações no Brasil [recurso eletrônico]**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

STEDA, M. **Tecnologias da informação e território: políticas para o setor de software no Brasil**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

TOLEDO JR., R. Telecomunicações e uso do território brasileiro. In: SOUZA, M. A. de (org.). **Território brasileiro, Usos e Abusos**. São Paulo, Edições Territorial, 2003. p. 93-107.

ZANATTA, R. A. F. Economias do compartilhamento: superando um problema conceitual. In: ZANATTA, R. A. F.; PAULA, P. C. B. de; KIRA, B. (orgs.). **Economias do compartilhamento e o direito**. Curitiba: Juruá, 2017.

9. GEOGRAFIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO¹

Mateus Boldrine Abrita²

Rafaella Stradiotto Vignandi³

Marcos Paulo da Silva Falleiro⁴

Introdução

A geografia é muito importante na compreensão do complexo processo de geração de conhecimento e inovação. O conhecimento, o processo inovativo e o desenvolvimento econômico são motivados e reproduzidos de forma desigual, principalmente no que diz respeito ao espaço local, regional e temporal. Asheim e Gertler (2006) argumentam que a inovação não é distribuída aleatoriamente ou uniformemente no espaço e que existe uma tendência à concentração espacial, a qual tem se intensificado no decorrer do tempo.

De modo geral, quanto mais intensiva em conhecimento a atividade econômica, mais concentrada geograficamente tenderá a ser. Essa realidade contradiz as previsões de que o uso crescente de informações e tecnologias levaria à dispersão da atividade inovadora. A contemporaneidade econômica é caracterizada por alta competitividade, na qual o sucesso depende cada vez mais da capacidade de produzir produtos e processos novos ou melhorados. Um efeito da globalização em curso é que muitas capacidades e fatores de produção previamente localizados se tornaram onipresentes. A inovação passou a ser baseada cada vez mais sobre as interações e os fluxos do conhecimento entre os agentes econômicos, como empresas (clientes, fornecedores, concorrentes), organizações de pesquisa (universidades, instituições de pesquisa públicas e privadas) e agências públicas (tecnologia, centros de transferência e agências de desenvolvimento).

Nesse contexto, o propósito deste capítulo será de construir um debate das principais teorias que cercam a geografia, a inovação e o desenvolvimento econômico sob uma perspectiva regional. O tema de destaque será como a proximidade geográfica é a chave para a produção efetiva e transmissão partilhada do conhecimento tácito, e como ela reforça a importância dos aglomerados inovadores, dos distritos e das regiões. Assim, na próxima seção serão discutidas as relações entre inovação, capitalismo e desenvolvimento econômico. Posteriormente, serão abordadas as questões de inovações e estrutura produtiva. Na sequência, ocorrerá uma discussão a respeito das firmas, do aprendizado e da relevância da dimensão territorial. Por

¹ Originalmente publicado na Revista Caminhos de Geografia

² Professor Doutor em Economia na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: mateusabrita@hotmail.com.

³ Professora Doutora de Economia na Universidade Estadual de Maringá (UEM) E-mail: rsvignandi2@uem.br.

⁴ Mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Doutorando em Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: falleiro.marcos@gmail.com.

fim, algumas considerações finais.

Inovação, capitalismo e desenvolvimento econômico

Uma mudança qualitativa de transformação da estrutura produtiva de determinada região pode estar estreitamente relacionada com o desenvolvimento econômico deste local. Schumpeter (1982; 1911), através de seu conceito de destruição criadora, demonstra a importância fundamental da mudança tecnológica no processo de desenvolvimento de uma economia capitalista. Nesse sentido, orientar a economia para setores que geram externalidades e efeito de transbordamentos positivo, de empregos de alta qualidade e que elevam a produtividade, são elementos fundamentais para que ocorra o desenvolvimento econômico.

Schumpeter (1982; 1911) observa que o sistema capitalista apresenta, em sua própria natureza, uma forma ou método de mudanças econômicas que não podem cessar nunca. Esse caráter evolutivo do processo capitalista não se deve meramente ao fato de a vida econômica acontecer num ambiente social em mutação, tampouco a um aumento quase automático da população e do capital. O impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista decorre de novos bens de consumo, novos métodos de produção ou transporte, novos mercados, e novas formas de organização industrial que a empresa capitalista gera.

Schumpeter foi o pioneiro em uma escola de pensamento que leva seu nome. Possas (1989) afirma que existe uma corrente econômica mais atual que usa os escritos de J. Schumpeter como inspiração e que poderíamos chamá-los de Neo-Schumpeterianos, apesar de a terminologia ainda não estar consagrada na literatura. Nas palavras de Possas (1989, p. 158), essa corrente de pensamento procura “focalizar o processo de transformação econômica e institucional que periodicamente tem lugar nas economias capitalistas, em diferentes graus de intensidade e abrangência, sob o impacto das inovações tecnológicas”.

Uma das abordagens que se enquadraria nessa corrente neo-schumpeteriana é a abordagem evolucionista de Nelson e Winter (1982). A ideia evolucionista traz uma analogia com a biologia. Dessa forma, da mesma maneira como a evolução das espécies acontece por meio de mutações genéticas que deverão passar pelo crivo da seleção do meio ambiente, as mudanças econômicas, representadas pelas inovações, seriam submetidas aos mecanismos de seleção do mercado e da concorrência. Nesse sentido, a teoria evolucionista faz uma análise da mudança tecnológica, principalmente dentro da firma, através da ideia de rotina de comportamento e de tomada de decisões no interior das empresas e instituições. A partir das rotinas existentes e da sua mudança, Nelson e Winter (1982) mostram como acontece a busca (*search*) das empresas por novas oportunidades de inovação e como o ambiente competitivo e de mercado atuam na seleção (*selection*) dessas inovações. A grande contribuição da abordagem evolucionista, segundo Possas (1989), é sua visão do processo de geração e difusão da inovação como sendo algo endógeno à estrutura produtiva da indústria e sua análise consistente da dinâmica produtiva da indústria.

Para Freeman (1995), que se ateve a uma pesquisa mais empírica e menos teórica, por outro lado, foi na Alemanha do século XIX que ocorreu a maior inovação institucional: os departamentos industriais internos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). A indústria de corantes da Alemanha percebeu que poderia ser lucrativo organizar a pesquisa para novos produtos e o desenvolvimento de novos processos químicos de uma forma regular, sistemática e profissional. Segundo Freeman (1995), foi esse processo que permitiu

que a indústria química alemã fosse líder mundial antes e após a Primeira Guerra Mundial. Além disso, após estudos sobre P&D industrial no Japão, EUA e Europa, argumentou que o ritmo de difusão e os ganhos de produtividade associados dependiam de uma ampla variedade de influências além da P&D formal: inovações incrementais seriam produtos de técnicos e engenheiros trabalhando diretamente no chão de fábrica e dependeriam das formas de organização do trabalho; melhorias em produtos e serviços estariam relacionadas com as interações de mercado e com firmas próximas (como subcontratadas e fornecedores). A P&D formal seria decisiva às inovações radicais, conjuntamente com as relações externas da firma com outras instituições de um sistema técnico-científico profissional.

Após um enfoque teórico acentuado nos laboratórios de pesquisa e desenvolvimento como principal produtor de inovações, e principalmente o gasto monetário em P&D, alguns autores começaram a perceber que apenas os investimentos em P&D não eram suficientes para explicar o desenvolvimento de inovações em algumas indústrias e regiões. Nesse sentido, Lundvall (1992) e Freeman (1995) foram os primeiros autores que trabalharam na construção do conceito de Sistema Nacional de Inovação (SNI). Um SNI pode ser definido como um conjunto de instituições, atores e mecanismos de um país, como os institutos de pesquisa, o sistema educacional, as firmas, as agências governamentais, a estrutura do sistema financeiro, as leis de propriedade intelectual e as universidades, que contribuem para a criação, avanço e difusão das inovações tecnológicas. A partir do conceito de SNI também é possível definir os Sistemas Regionais ou Locais de Inovação (SRI ou SLI), os quais seguem a mesma lógica, mas agora aplicado a nível regional ou local ao invés de nacional.

Edquist (2006) traz um bom resumo sobre a abordagem de sistemas de inovação e apresenta seus pontos fortes e fracos. Para o autor, a natureza do processo de inovação seria sistêmica, visto que as firmas não inovam de forma isolada, mas em colaboração com outras organizações como firmas, universidades, escolas, institutos e agências governamentais. Além disso, o comportamento dessas organizações seria moldado pelas instituições, como leis, normas e regras, que criam os incentivos e obstáculos para a inovação. Segundo Edquist (2006), a abordagem sobre sistemas de inovação possui uma visão interdisciplinar e holística, colocando a inovação e os processos de aprendizagem no centro dos estudos. Para isso, emprega perspectivas históricas e evolucionárias, enfatizando interdependência, não-linearidade e o papel das instituições.

Portanto, a inovação aparece como elemento central no desenvolvimento capitalista e aquelas regiões ou países que possuem sistemas de inovações eficientes tendem a apresentar melhores índices de desenvolvimento econômico. Dito isto, a seguir serão discutidas as questões da estrutura produtiva e das inovações.

Inovação, mudança técnica e trajetórias tecnológicas

Em seu trabalho seminal, Dosi (1982) realizou uma revisão crítica das teorias de mudança técnica e elaborou uma análise inovadora ao propor uma interpretação a respeito dos paradigmas tecnológicos e trajetórias tecnológicas. Para o autor, o entendimento de tecnologia deve incluir a percepção de um conjunto limitado de alternativas tecnológicas possíveis e de desenvolvimentos especulativos futuros, incorporando a lógica de processo na análise. Outra importante percepção do autor é em relação ao que

seria um paradigma tecnológico. Dosi (1982), influenciado pelo conceito Kuhniano de paradigma científico, define paradigma tecnológico como um “modelo” e um “padrão” de solução de determinados problemas tecnológicos, baseados em determinados princípios derivados das ciências naturais e em determinadas tecnologias materiais.

Essas elucidações são fundamentais para a compreensão da proposição de Dosi a respeito dos paradigmas tecnológicos, das trajetórias tecnológicas e conseqüentemente de como ocorre à relação entre as inovações e a economia. Essas percepções emergem, em grande medida, pela constatação das limitações das teorias vigentes para explicar a relação entre crescimento econômico e mudança econômica (progresso). Desse modo, Dosi (1982) argumenta que sua proposta de interpretação dos paradigmas tecnológicos e trajetórias tecnológicas não tem o objetivo de formular uma teoria geral da mudança técnica, mas buscar trazer luz para questões como: por que surgem alguns desenvolvimentos tecnológicos ao invés de outros? Existem regularidades no processo de geração de novas tecnologias e no progresso técnico? Existem padrões direcionais entre fatores econômicos, sociais, institucionais, científicos?

De modo geral, o autor afirma que as teorias vigentes explicam o processo de mudanças técnicas por duas maneiras. As teorias nomeadas de “puxada pela demanda” e, de “impulsionada pela tecnologia”. Na teoria puxada pela demanda os consumidores expressam suas preferências sobre as características dos produtos que desejam através de seus padrões de demanda; os produtores percebem as necessidades reveladas dos consumidores e iniciam o processo de inovação; as empresas bem-sucedidas, ao final, levarão ao mercado seus produtos novos e/ou melhorados.

Por outro lado, nas teorias nomeadas “impulsionada pela tecnologia”, a mudança técnica, de um modo geral, ocorre quando existem pesquisas e desenvolvimento tecnológico de produtos e processos e seus resultados são colocados no mercado. Desse modo, o mercado desempenha um papel mais passivo. Essa explicação considera o processo inovativo mais “reativo” do que protagonista. Desse modo, a proposta de Dosi (1982) explica a mudança técnica levando em consideração fatores como a) os paradigmas tecnológicos trazem a ideia de “progresso”; b) a tecnologia inclui a “percepção” de um conjunto limitado de alternativas tecnológicas possíveis; c) os paradigmas tecnológicos têm um poderoso efeito de exclusão como, por exemplo, grande desvantagem competitiva; d) a concorrência não ocorre apenas entre a tecnologia “nova” e a “antiga”, que ela substitui, mas também com as alternativas das novas abordagens tecnológicas e d) outro poderoso critério de seleção nas economias capitalistas provavelmente será a capacidade de redução de custos da nova tecnologia.

Para o autor, o ambiente socioeconômico afeta o desenvolvimento tecnológico selecionando a “direção da mutação”, ou seja, selecionando o paradigma tecnológico. Além disso, ele influencia ao fazer a seleção entre mutações, de forma darwinista, com o mercado atuando como um sistema de recompensas e punições. Nesse contexto, as novas tecnologias são selecionadas através de uma interação complexa entre: os fatores econômicos fundamentais, a busca de novas oportunidades e importantes fatores institucionais. Assim, o crescimento econômico e a transformação da economia envolvem uma realocação permanente dos recursos, bem como dos esforços de pesquisa entre diferentes setores. Ou seja, incorpora a ideia de processo dinâmico e o maior esforço inovativo será colocado nas áreas que oferecem crescimento relativo maior e oportunidades de lucro.

Nesse contexto, Asheim (1995) argumenta que a moderna teoria sobre inovação foi desenvolvida como uma crítica aos “modelos de inovação linear”, pois estes seriam muito focados na inovação gerada a partir de conhecimentos formais e desenvolvida dentro dos laboratórios de P&D. Existiria uma sobrevalorização da ideia que altos gastos em P&D geram grandes quantidades de inovação e baixos gastos, baixas quantidades de inovação. Citando os trabalhos de Felsenstein (1994), Smith (1994), Lundvall (1992) e Camagni (1991), Asheim defende que o processo de inovação não envolve apenas pesquisa, mas, também, várias atividades relacionadas que compreendem um processo de interação entre firmas e seu ambiente. O processo de inovação, dessa forma, colhe frutos de uma maior interação social e um aprendizado interativo e depende de um processo de aprender fazendo, usando e falhando. Esse aprendizado interativo é socialmente enraizado e leva em consideração fatores institucionais e culturais. Assim, Lundval & Johnson (1994) cunharam o conceito de “*learning economies*” (economias de aprendizado) para definir uma economia capitalista moderna na qual o conhecimento é o principal recurso e o aprendizado o processo mais importante.

Asheim & Gertler (2006, apud LAESTADIUS, 1998) distinguem as bases de conhecimento em dois tipos: conhecimento “analítico” e conhecimento “sintético”. Uma base de conhecimento sintética ocorre em indústrias nas quais a inovação acontece principalmente pela aplicação e combinação do conhecimento já existente. O processo inovativo transcorre com foco na eficiência e no desenvolvimento de novas soluções, sendo que o conhecimento é criado por processos de testes, experimentações e simulações. Normalmente, a inovação nessas indústrias surge para atender e solucionar problemas específicos. P&D são menos importantes, usualmente, que em outros setores da economia. São exemplos desse tipo de base de conhecimento a indústria de maquinaria industrial, engenharia de planta e construção de navios (ASHEIM & GERTLER, 2006).

Uma base de conhecimento analítica, por sua vez, é baseada em modelos formais, ciência codificada e processos racionais. Ela é um tipo de conhecimento que está presente em setores e indústrias em que o conhecimento científico é vital. Muitas das empresas que trabalham com esse tipo de base de conhecimento têm seu próprio laboratório de P&D ou trabalham em conjunto com centros de pesquisa e desenvolvimento. O conhecimento analítico é mais codificado que sua forma sintética, pois sua geração é baseada no entendimento de princípios e métodos científicos e seus resultados são divulgados e registrados através de relatórios e podem dar origem a patentes, inclusive intelectuais. A inovação gerada pelo conhecimento analítico é capaz de proporcionar novos produtos e processos, com possibilidade de desenvolver uma inovação radical, algo que não é possível em indústrias que fazem uso do conhecimento sintético. Exemplos de indústria que utilizam essa base de conhecimento são a biotecnologia e a tecnologia da informação (ASHEIM & GERTLER, 2006).

A inovação, a estrutura produtiva e o desenvolvimento econômico apresentam elementos de inter-relações. Um ponto central que surge no debate é justamente a inserção da dimensão territorial nessa discussão. A seguir serão debatidas as questões relacionadas às firmas, ao aprendizado e à importância da dimensão territorial nesse contexto de inovação.

Firmas, aprendizado e a importância da dimensão territorial

Maskell & Malmberg (1999) afirmam que os fatores de produção e as capacidades locais se fazem presentes praticamente em todos os lugares em decorrência do processo de globalização, ou seja, isso seria uma característica da própria globalização. No entanto, o que faz a diferença é o conhecimento não negociável e não-codificável devido à dificuldade de compartilhá-lo entre longas distâncias. Portanto, o conhecimento tácito se torna crucial e a proximidade espacial ganha destaque como fator de suma importância para explicar as diferenças da atividade inovadora entre regiões.

A transmissão de conhecimento tácito necessita de uma linguagem comum e de convenções e normas que possam ser compreendidas pelos envolvidos na troca. Essas propriedades ajudam a desenvolver confiança e destacam a importância da proximidade espacial e trazem à tona a importância da interação social.

A ideia que o conhecimento tácito é o que faz a diferença entre regiões que se destacam por sua capacidade de inovação é de certa forma contraintuitiva. No entanto, considere, por exemplo, que para o surgimento de uma inovação de processo ou produto é necessária uma série de testes e experimentos que, na sua maioria das vezes, acontece por tentativas e erros. Quando a inovação acontece, os resultados são documentados e divulgados internamente na empresa e externamente também, se assim a empresa desejar. Mas, note que apenas os resultados positivos são divulgados, são raras as vezes em que os resultados de experimentos e testes que foram mal sucedidos são transmitidos, seja para o público interno da empresa ou externo. No entanto, os experimentos falhos e os testes errados foram, provavelmente, de grande importância para a equipe de cientistas que desenvolveram a inovação. Suponha que a mesma equipe comece a trabalhar no desenvolvimento de uma nova inovação. Essa equipe já possuirá uma bagagem de conhecimento devido aos seus sucessos e erros, enquanto uma equipe de profissionais de uma região distante, que apenas leu sobre o sucesso da inovação desenvolvida pela primeira equipe, não terá o conhecimento de todas as tentativas erradas e frustradas que levaram ao surgimento da inovação. Isso faz com que a primeira equipe tenha mais experiência que a segunda equipe, mesmo que as duas tenham lido o mesmo relatório sobre o bem-sucedido desenvolvimento de uma inovação.

Porter (1990, apud FREEMAN, 1995) é um autor que destaca o papel do local afirmando que vantagens competitivas são criadas e mantidas através de processos altamente localizados e que fatores das economias nacionais como estrutura, valores, culturas, instituições e história contribuem profundamente para o sucesso competitivo. Além dele, Lundvall (1993, apud FREEMAN, 1995) salienta que se a incerteza, o aprendizado localizado e a racionalidade limitada são inseridas como hipóteses básicas e mais realistas para o comportamento microeconômico (ao invés da informação perfeita e hiper racionalidade), então alterações das características locais e nacionais podem levar a trajetórias de desenvolvimento distintas que afastam as regionais locais da padronização e convergência.

Malerba (1992) propõe uma taxonomia na qual aponta seis tipos principais de processos de aprendizagem e como cada um está relacionado a diferentes fontes e tipos de conhecimento, sendo que muitos deles estão inter-relacionados. Os seis tipos seriam: a) *learning by doing*; b) *learning by using*; c) aprendizagem com os avanços na ciência e tecnologia; d) aprendizado com os transbordamentos

(*spillovers*) interindustriais; e) aprendizado através da interação e f) aprendizado por pesquisa. O primeiro é caracterizado por ser interno à firma e relacionado a produção; O segundo também é interno à empresa e relacionado com a utilização de produtos, máquinas e insumos; O terceiro já é externo à firma e relacionada com a absorção de novos desenvolvimentos da ciência e tecnologia; O quarto também é externo à firma e relacionado com o que as concorrentes estão fazendo; O quinto é igualmente externo à firma e diz respeito ao conhecimentos a montante e jusante do da interação com fornecedores e compradores ou até mesmo da cooperação com outras firmas; E por fim, o último, é interno à firma e frequentemente relacionado com atividades formais como P&D, buscando gerar novos conhecimentos.

A partir destas discussões, Malerba (1992) argumenta que se pode esperar a relação seguinte (indireta) entre os processos de aprendizagem e as direções da mudança tecnológica incremental:

- i. *Learning by doing* e *by using* irá estimular a trajetória da elevação de produção-rendimento (*yield*);
- ii. Aprendizado através da interação com os fornecedores estimulará trajetórias de melhorias de produção;
- iii. Aprendizado através da interação com os fornecedores de insumos irá estimular trajetórias de mudança técnica periódica relacionada com as melhorias dos insumos;
- iv. Aprendizado através da interação com os consumidores aprimorará a diferenciação horizontal do produto;
- v. Aprendizado por pesquisa e P&D estimulará a melhora em termos de diferenciação vertical do produto (qualidade e desempenho);
- vi. As diferenças na base de conhecimento científico e tecnológico estarão por trás de toda a trajetória das mudanças técnicas incrementais.

Malerba (1992) chega a algumas conclusões ao analisar empiricamente os principais processos de aprendizagem das empresas e a relação entre os processos de aprendizagem e as trajetórias de mudança técnica incremental para os Estados Unidos. Primeiramente o autor conclui que o processo de aprendizagem está na raiz da mudança técnica. Além disso, conclui que as firmas podem ser vistas como organizações de aprendizado para aquisição, acumulação e criação de conhecimento nas quais vários processos de aprendizagem estão presentes indo muito além do tradicional *learning by doing* e apontando que os processos de aprendizagem estão intimamente relacionados com os rumos da mudança tecnológica incremental.

Portanto, a aprendizagem não é um bem livre, mas sim uma atividade dispendiosa, focada e multidimensional (que diferencia as empresas). A aprendizagem por parte das empresas não se realiza em um vácuo. As fontes externas de conhecimento produtivo e tecnológico desempenham um papel importante na acumulação do estoque de conhecimento e do avanço técnico.

Segundo Queiroz (2006), no final do século dezanove e no início do século XX, o papel institucional no processo de inovação ganhou relevância. Nesse sentido, as firmas começaram a institucionalizar os processos de aprendizado, criando estruturas especializadas como o departamento de P&D. Em maior contexto, esses departamentos buscam inovações incrementais, no sentido de que desejam aprimoramentos de produtos e processos pré-existentes. Desse modo, ganham destaque essas inter-relações entre as estruturas internas da

firma, como o setor de pesquisa e desenvolvimento, por exemplo, e o contexto externo. Essas interações condicionam os direcionamentos dos processos de aprendizado e conseqüentemente da inovação em determinado espaço.

A dimensão territorial, nesse contexto, pode ser definida como um recorte específico onde ocorrem processos produtivos, inovativos e cooperativos. Esses processos podem compreender municípios ou áreas de um município; conjunto de municípios; microrregião; conjunto de microrregiões, até mesmo países ou conjunto de países. A proximidade tende a auxiliar na vantagem competitiva produtiva. As regiões são importantes bases de coordenação econômica no nível mesorregional: “a região é cada vez mais uma localidade em que a inovação é produzida através de redes regionais, locais (clusters) e os efeitos de fertilização cruzada das instituições de pesquisa” (Lundvall e Borrás, 1999, p. 39).

Quando começamos a pensar a inovação como uma interação entre vários atores econômicos e sociais de uma região, entramos na literatura econômica dos sistemas regionais e locais de inovação (SRI ou SLI). Asheim (1998) e Asheim e Isaksen (2002) distinguem três tipos de SRIs. O primeiro tipo pode ser designado como Sistemas Regionais de Inovação (SRI) integrados regionalmente, na qual as empresas (principalmente as que utilizam conhecimento sintético) baseiam sua atividade inovativa principalmente em processos de aprendizagem estimulados pela proximidade geográfica, social e cultural, sem muita interação direta com as organizações de conhecimento. Os melhores exemplos são as obras de PMEs em distritos industriais.

Um segundo formato é o Sistema Regional de Inovação em rede. O sistema em rede é comumente considerado o tipo ideal de SRI: um conjunto regional de empresas cercado por uma região “apoiando” a infraestrutura institucional. Esse sistema é um resultado da intervenção política para aumentar a capacidade de inovação e colaboração regional e local. A trajetória *lock-in* (a incapacidade de se desviar de uma tecnologia estabelecida, mas ultrapassada) é um processo muito utilizado dentro dos *clusters* regionais nesse formato de SRIs.

O terceiro modelo de SRI, o sistema de inovação nacional regionalizado, difere dos dois tipos anteriores devido a várias características. Parte da indústria e suas infraestruturas institucionais são mais integradas nas redes nacionais ou nos inter-sistemas nacionais de inovação – isto é, a atividade de inovação ocorre principalmente em cooperação com atores fora da região. Assim, isso representa um modelo de desenvolvimento em que seus atores e relacionamentos exógenos desempenham um papel maior.

Um exemplo de sistema de inovação nacional regionalizado é o agrupamento de laboratórios de P&D em grandes empresas e/ou institutos de pesquisa governamentais nos “parques científicos-tecnológicos”. Estes laboratórios podem estar localizados nas proximidades de universidades e faculdades técnicas, apesar de a evidência sugerir que os inquilinos dos parques científicos normalmente têm ligações limitadas com a indústria local (Asheim, 1995). Os parques científicos são, portanto, um exemplo típico de um meio inovador planejado composto por empresas de alto nível de recursos internos e competências, situados no local com fraca cooperação.

Pesquisadores produziram muitas evidências sobre a geografia altamente desigual da inovação. Uma abordagem importante foi construída ao medir os *spillovers* do conhecimento através do uso de indicadores como citações de patentes e a interação Universidade-Empresa. Nesse sentido, uma educação

altamente qualificada faz com que trabalhadores na produção de inovações em indústrias analíticas procurem lugares que ofereçam as oportunidades de emprego mais atraentes. Isto é, esses trabalhadores são atraídos para aqueles lugares que oferecem uma forma de “buzz”⁵ baseado na carreira, e onde eles também podem encontrar uma massa crítica de pessoas que trabalham nas mesmas categorias profissionais ou similares. A dinâmica dos retornos crescentes gerará um poderoso círculo virtuoso no longo prazo de crescimento e dinamismo para esses setores intensivos em mão-de-obra altamente qualificada. Os lugares que oferecem uma alta qualidade de vida, além da carreira atraente, terão uma vantagem ainda maior na “batalha pelo talento”. Esses trabalhadores altamente talentosos podem viver em muitos lugares, mas eles tendem a escolher viver nas cidades que ofereçam uma alta qualidade de vida, definida por um caráter social particular. Exemplos de regiões com essas características são o Vale do Silício e o distrito de Hollywood (STORPER; VENABLES, 2003 e FLORIDA, 2002).

Gertler (1995) investiga a importância do contexto espacial na relação entre produtores e usuários de maquinaria avançada para o sucesso da indústria de uma região. Ele realiza uma análise qualitativa exploratória, sendo que suas principais questões são se usuários e produtores precisam estar próximos para o desenvolvimento de uma relação de alta qualidade, se essa relação de alta qualidade é necessária para a implementação de alta tecnologia e se a noção de proximidade está relacionada à distância física ou a noções organizacionais e culturais. A pesquisa foi conduzida no Canadá. Os resultados mostram que a proximidade espacial é mais importante para as pequenas e médias empresas e para problemas relacionados a serviços e peças de reposição. Além disso, a distância física entre as empresas começa a ser mais relevante a partir de unidades de províncias, o que seria equivalente aos nossos estados, e que se torna extremamente importante quando se considera países. Fazendo uma analogia com o Brasil, pode-se especular que não é apenas a distância física que importa, mas também questões relacionadas com as diferentes culturas de cada estado, assim como, problemas relacionados a jurisdição, como diferenças de tributação, por exemplo. Especulações que quando consideradas para diferentes países apenas se ampliam.

Asheim & Isaksen (1997) apresentam as características de duas aglomerações industriais da Noruega: o cluster de engenharia mecânica de Jaeren e o cluster de eletrônicos de Horten. A região de Jaeren é um centro de tecnologia robótica com alto viés exportador. Seu desenvolvimento começou após a Segunda Guerra Mundial com a criação da TESA (Cooperação Técnica) em 1957 pelas firmas locais em conjunto com escolas técnicas, seu objetivo é apoiar empresas médias exportadoras de maquinaria. A TESA, posteriormente, teve papel ativo na criação de um centro tecnológico na região cuja meta é assegurar um desenvolvimento tecnológico rápido e sustentado através, principalmente, de treinamento avançado de mão de obra. Os autores defendem que a cooperação horizontal interfirmas na região é única. Essa cooperação tecnológica é apontada como a responsável pelo sucesso da região e foi desenvolvida a partir recursos internos e competências das firmas em invés de instituições de pesquisa e desenvolvimento. Os valores comuns, como a ética de trabalho protestante, e os laços familiares próximos na comunidade também teriam contribuído no sucesso da região.

⁵ O *buzzy* é um tipo diferenciado de formas de coordenação que cumpre um papel de fazer circular informações, determinando a maneira pela qual as pessoas ou grupos são selecionados para participar das redes. Nesse sentido, as maiores áreas metropolitanas se diferenciam não só pelas combinações de forças aglomerativas, mas também, pelo fato de possuírem o grau de “burburinho” (*buzzy*) adequado.

Por outro lado, a região de Horten é sede de um complexo industrial de eletrônicos com inserção em um sistema de inovação nacional e internacional. A região possui 23 mil habitantes, o que equivale a uma cidade de tamanho médio na Noruega (segundo os autores), e é detentora de 5% de todo o emprego industrial do país e um quociente locacional maior que 10 dentro dessa indústria. Existem grandes empresas que puxam o desenvolvimento da região e subcontratam parte do sistema produtivo para empresas menores. As maiores empresas possuem seus próprios laboratórios de P&D dentro de seus estabelecimentos e o desenvolvimento de novos produtos é financiado, muitas vezes, pelo Conselho de Pesquisa da Noruega. Existe pouca cooperação horizontal na região e as relações entre grandes e pequenas empresas envolvem relações de poder assimétricas, o que cria a necessidade de grande flexibilidade por parte das pequenas empresas.

Ao final de sua pesquisa, Asheim & Isaksen (1997) concluem que políticas de inovação descentralizadas são necessárias para aproveitar melhor as especificidades territoriais, pois a inovação ocorre de formas diversas em cada região, dependendo da estrutura da indústria e da firma e das características sociais e culturais de cada uma delas.

Considerações Finais

O objetivo deste capítulo foi construir um debate de teorias que relacionam a Geografia, Inovação e o Desenvolvimento Econômico. Sobretudo, argumentando que a proximidade geográfica é a chave para a produção efetiva e transmissão partilhada do conhecimento tácito, reforçando a importância dos aglomerados inovadores, distritos e regiões.

Por meio da literatura apresentada e de alguns estudos empíricos relatados, pode-se argumentar que o impulso fundamental do capitalismo advém dos novos bens de consumo, métodos de produção ou transporte, dos novos mercados, das novas formas de organização industrial, ou seja, a inovação ganha destaque central neste modo de produção. Um ponto essencial que surge no debate é justamente a inserção da dimensão territorial nessa análise. Essa inserção ocorre, dentre outros motivos, pela existência e importância do conhecimento tácito no processo inovador.

Ademais, introduzimos a discussão acerca dos sistemas regionais de inovação, ressaltando os elementos e caráter sistêmico que compõem uma parte chave de uma região distinta institucionalmente. Também foi evidenciado a variedade de diferentes tipos de sistemas que podem ser identificados. Foi possível observar que embora haja significativa variação no desempenho econômico em diferentes regiões dentro do mesmo sistema regional, as características dos sistemas de inovação regional bem-sucedidos sob o mesmo regime nacional exibirão certas consistências de caso a caso.

Uma economia altamente competitiva e globalizada parece ser cada vez mais difícil executar a reprodução e o crescimento do processo de aprendizagem, que dependem principalmente do incremento de melhorias em produtos e processos e não apenas de novos produtos. Crevoisier (1994) argumenta que a confiança exclusiva em inovações incrementais significaria que essas áreas irão esgotar muitos paradigmas em que são fundadas.

A ideia fundamental dos sistemas regionais de inovação é que a promoção de novos processos de aprendizagem concentrados pode melhorar a inovação e vantagem competitiva das economias regionais. O

grande questionamento que se faz é como a capacidade dos sistemas regionais de inovação para atualizar as bases do conhecimento das empresas se desenvolverá ao longo do tempo.

Desse modo, este capítulo destaca a importância da análise geográfica e da dimensão territorial em estudos que tenham como propósito compreender o processo inovativo, desenvolvimento econômico e consequentemente a economia globalizada contemporânea.

Referências

- ASHEIM, B. **Industrial districts as “learning regions”. A condition for prosperity?** STEP report R-03/1995, 1995.
- ASHEIM, B.; ISAKSEN, A. Location, agglomeration and innovation: Towards regional innovation systems in Norway? **European Planning Studies**, v. 5, n. 3, 1997.
- ASHEIM, B; GERTLER, M.S. The Geography of Innovation - Regional Innovation Systems. In: FAGERGERG, J.; MOWERY, D.; NELSON, R. (Eds). **The Oxford Handbook of Innovation**. Oxford: Oxford University Press, p. 181-208, 2006.
- ASHEIM, Bjørn T.; GERTLER, Meric S. **The geography of innovation: regional innovation systems**. In: *The Oxford handbook of innovation*. 2005.
- CAMAGNI, R. Introduction: from the local “milieu” to innovation through cooperation networks, in Camagni, R. (ed.), **Innovation networks: spatial perspectives**. Belhaven Press, London, 1-9. 1991.
- COOKE, P.; MORGAN, K. **The Associational Economy: Firms, Regions and Innovation**. Oxford: Oxford University Press. 1998.
- CREVOISIER, O. Book review (of G. Benko and A. Lipietz, eds., *Les regions qui gagnent*, Paris, 1992). **European Planning Studies**, v. 2, n. 2, p. 258-260, 1994.
- DOSI, G. Technological paradigms and technological trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. **Research policy**, v. 11, n. 3, p. 147-162, 1982.
- _____. The Nature of the Innovative Process. in G. Dosi et al. (eds.), **Technical Change and Economic Theory**, London: Pinter, 221–38. 1988.
- EDQUIST, C. Systems of Innovation: perspectives and challenges. In: FAGERGERG, J.; MOWERY, D.; NELSON, R. (eds). **The Oxford Handbook of Innovation**. Oxford: Oxford University Press, p. 181-208, 2006.
- FELSENSTEIN, D. Book review essay (on Massey, D. et al, *High tech fantasies*, London 1992). **Economic Geography**, 70, 1, 72-75. 1994.
- FLORIDA, R. **The Economic Geography of Talent**. *Annals of the Association of American Geographers* 92: 743–55. 2002.
- FREEMAN, C. The National Innovation Systems in historical perspective. **Cambridge Journal of Economics**, vol. 19, n. 1, 1995.

GERTLER, M.S. Best practice? Geography, learning and the institutional limits to strong convergence. **Journal of Economic Geography**, 1, p. 5-26, 2001.

_____. Tacit Knowledge and the economic geography of context, or the undefinable tacitness of being (there). **Journal of Economic Geography**, 3, p. 75-99, 2003.

LAESTADIUS, S. 'Technology Level, Knowledge Formation and Industrial Competence in Paper Manufacturing. In G. Eliasson et al. (eds.), **Microfoundations of Economic Growth**. A Schumpeterian Perspective, Ann Arbor: University of Michigan Press, 212–26. 1998.
London 1992). **Economic Geography**, 70,1, 72-75. 1994.

LUNDEVALL, B. Å. **National Innovation Systems: Towards a Theory of Innovation and Interactive Learning**. Londres: Pinter Publishers, 1992.

LUNDEVALL, B. JOHNSON, A. B. The learning economy. **Journal of Industry Studies**, 1,2, 23-42. 1994.

LUNDEVALL, B. A. User-producer relationships, national systems of innovation and internationalisation. In: **National systems of innovation: Towards a theory of innovation and interactive learning**. Frances Pinter Publishers Ltd, 1992. p. 45-67. 1993.

LUNDEVALL, B.; BORRÁS, S. **The Globalising Learning Economy: Implications for Innovation Policy**. DGXII-TSER, The European Commission. 1999.

MALERBA, Franco. Learning by firms and incremental technical change. **The economic journal**, v. 102, n. 413, p. 845-859, 1992.

MASKELL, P.; MALMBERG, A. Localised Learning and Industrial Competitiveness, **Cambridge Journal of Economics**, 23: 167–86. 1999.

NELSON, R.; WINTER, S. **An evolutionary theory of economic change**. Belknap Press, Cambridge. 1982.

PAVITT, Z. (2002), "Knowledge about Knowledge since Nelson and Winter: A Mixed Record," **Electronic Working Paper Series Paper No. 83**, SPRU, University of Sussex, June.

PORTER, M. **The Competitive Advantage of Nations**. New York: Basic Books. 1990.

POSSAS, Mario Luiz. Em direção a um paradigma microdinâmico: a abordagem neoschumpeteriana. **Ensaio sobre economia política moderna: teoria e história do pensamento econômico**. São Paulo: Marco Zero, p. 157-177, 1989.

QUEIROZ, Sérgio. **Aprendizado tecnológico. Economia da inovação tecnológica**. São Paulo: Editora da Ordem dos economistas do Brasil, 2006.

SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982/1911.

SMITH, K. **New directions in research and technology policy: Identifying the key issues**. STEP-report, No. 1, The STEP-group, Oslo. 1994.

STORPER, M. **The Regional World: Territorial Development in a Global Economy**. New York: Guilford

Press. 1997.

STORPER, M.; VENABLES, A. J. Buzz: The Economic Force of the City. Paper presented at the DRUID Summer Conference 2003 on **Creating, sharing and transferring knowledge: the role of geography, institutions and organizations**. Elsinore, Denmark. 2003.

10. PEQUENO ENSAIO GEOGRÁFICO SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS, MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E OUTRAS TEORIAS GEOGRÁFICAS PARA A CRÍTICA ECONÔMICA

José Sobreiro Filho¹

Introdução

A relação entre movimentos sociais, movimentos socioterritoriais, confrontos políticos e economia é histórica e significativamente forte na Geografia. A agenda possibilitada pela expansão da Geografia Crítica é um dos exemplos mais notáveis deste processo. De um modo direto ou indireto, todas as escolas que trataram de teorizar sobre as ações coletivas em diversas ciências humanas tiveram, mesmo que de longe e a seu modo político-ideológico, que tangenciar os referenciais econômicos como, por exemplo, as teorias clássicas de base psicossocial, a teoria da mobilização de recursos, a teoria da mobilização política, as escolas marxistas, o paradigma dos novos movimentos sociais, a teoria decolonial etc. Indubitavelmente, depositaram tempo e energia em determinado momento para aferir algum tipo de crítica, comentário, destaque ou até se valeram do debate ofertado pela economia política para se definir identitariamente e seu *modus operandi* enquanto teoria, paradigma ou *stillus* de pensamento. Esta conclusão irrevogável nos apresentou uma condição para além dos métodos e das cosmovisões: a economia é uma dimensão do território imprescindível para se tratar dos confrontos políticos e das ações coletivas socioespaciais e socioterritoriais.

Face a essa conclusão, aparentemente imprescritível enquanto ainda houver no âmbito das relações sociais a existência do capital guiando a face maior da produção-consumo-transformação do espaço, que apresentamos alguns elementos que nos permitam, mesmo que rapidamente, transbordar os aspectos sensíveis e preambulares da relação entre os movimentos sociais, movimentos socioterritoriais e a economia política para então poder chegar em uma compreensão da prominência de uma leitura geográfica focada na abordagem territorial afim de evitar o *réquien aeternam* da Geografia para com suas potencialidades teóricas perante o tema.

Deste modo, este ensaio é um convite ao leitor. Na primeira parte temos como fito originário a promoção de uma aproximação sobre o tema, bem como ofertar um breve olhar sobre a abertura proporcionada pela Geografia Crítica com um vasto repertório da economia política e a insurreição dos movimentos sociais enquanto objeto de análise da Geografia desde diferentes possibilidades e temas. Na segunda parte, buscamos brevemente apresentar teorizações construídas a partir do coletivo de pensamento

¹ Professor Doutor no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/IPPRI e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA. E-mail: sobreirounesp@gmail.com.

da Rede Dataluta e compreensões particulares no que se referem às possibilidades de análise sobre a perspectiva territorial. Por fim, na terceira parte, apresentamos também alguns referenciais nacionais e internacionais que ofertam instrumentos teóricos relevantes para uma crítica econômica da análise de movimentos socioespaciais e socioterritoriais sob a perspectiva geográfica.

O legado da Geografia Crítica para os movimentos sociais: a Geografia nasce para os movimentos sociais e os movimentos sociais nascem para uma Geografia em movimento

Dentre os diversos legados proporcionados pela Geografia Crítica no Brasil, a agenda de reflexões sobre o conflito inaugurou uma perspectiva diferente de se ler o espaço geográfico e sua produção. A categoria Espaço, que até então era acionada através de outras e/ou muitas vezes vista carente de reflexão política (MORAES, 1986; SANTOS, 1982), passou a ser compreendida, sobretudo, aos auspícios da conflitualidade engendrada pelos confrontos políticos confeccionados pelos diferentes agentes de produção do espaço e a dialética materialista ocupou centralidade enquanto método. As ações coletivas tornaram-se ponto de pauta das reflexões, conforme apresenta Sobreiro Filho (2016), e, mesmo que ainda fortemente dependente de literatura sociológica e historiográfica (PEDON, 2009), este momento caracterizou-se enquanto importante passo para a produção do conhecimento de relações contra-hegemônicas e um salto epistêmico para a Geografia.

Ao passo em que a abordagem sobre as ações coletivas de confrontos políticos e movimentos sociais foram se transformando com o instrumental teórico-metodológico ofertado pela Geografia, a mesma também a transformou. Em outras palavras podemos dizer que no mesmo momento em que os movimentos sociais nasceram para a Geografia, a Geografia também nasceu enquanto ciência para os movimentos sociais e foi posta em constante movimento. Uma dialética absolutamente inovadora se fez tornando o outro e/ou o diferente uma unidade permeada pela conflitualidade. Essa dialética, uma vez lançada ao ar, alterou para sempre suas histórias e nos permitiu maior intimidade para com as subjetividades e processos silenciosos que compreendem a constelação de relações socioespaciais mesmo sabendo que por muitos anos ainda se transitaria somente nos porões do conflito.

Este processo de transformação da ciência geográfica, nas palavras de Santos (1982), trouxe os “tópicos” e “termos do vocabulário” marxista para a literatura geográfica e, aos poucos, permitiu a realização de outras formas e perspectivas de interpretações. Obviamente, que este processo não ocorreu à revelia da concretude, pois a própria dialética materialista assim não permitiria ou se efetivaria. Porém deu-se de modo claro enquanto uma enorme fronteira aberta para a Geografia.

As críticas criaram capilaridades profundas e foram se especializando pelos rincões acadêmicos. Aos poucos houve uma expansão do cabedal teórico-metodológico e maior foco na interdisciplinaridade rumo à ampliação da porosidade das ditas fronteiras científicas, sobretudo, daquelas que protagonizavam a crítica marxista como a Economia, a Sociologia, a Filosofia, a História etc. De certo modo, os movimentos sociais, especialmente aqueles com pautas revolucionárias, chegaram, mesmo que de modo anacrônico se comparado às outras ciências, a largos passos na Geografia. Contudo, poucas foram as posturas inovadoras e adaptações perante as possibilidades de importações de limitações crônicas e usos metafóricos, pois já se entendia que o ineditismo era se tratar do tema em uma ciência até então predominada por uma agenda

não-crítica e/ou analisada desde a base hipotético-dedutiva e/ou teórica.

Conforme apresenta Sobreiro Filho (2016), este momento de nobre audácia também reproduziu confusões como a adoção de termos como conceitos, procedimentos de particular origem deixaram de ser usados, bem como formas de representações e erros de escala de análises produziram confusões entre a compreensão sobre o que seriam movimentos, organizações etc. Alguns foram, de fato, problemas pertinentes que comprometeram parcialmente a análise, mas outros cumpriram a função de estabelecer conexões entre disciplinas e, portanto, foram importantes e fortes vínculos frágeis². Muitos trabalhos de relevância e magnificência foram produzidos, mas uma contribuição ainda tímida da Geografia. Ora, um território tão amplo a ser confeccionado-produzido e usado-consumido e, ora, tão estranho por ter deixado se subordinar epistemologicamente conforme destacam Pedon (2009) e Sobreiro Filho (2016). Sem dúvidas, o brilhantismo deste momento foi de que a Geografia iniciou a construção de reflexões que, irrevogavelmente, abririam portas para o que hoje se pratica: uma ciência que se fez perante este tema tal como um continente que se descobre à medida em que se caminha.

Se realizarmos um recorte analítico sobre a história do pensamento geográfico brasileiro focado na produção do conhecimento sobre movimentos sociais e confrontos políticos, assim como nas diversas ciências, encontraremos também uma constelação de trabalhos dignos de habitar a memória e os debates reincidentemente. Em uma breve arqueologia do saber geográfico sobre a temática, autores como Manuel Correia de Andrade e Josué de Castro foram referências imprescindíveis para se compreender as Ligas Camponesas e o espaço agrário. Mas o que ambos os autores tinham em comum além da ousadia de descortinarem o conflito? Temas críticos que muito interessavam ao debate da economia política e, portanto, da geografia crítica por mais que este último não fosse predominado pelos instrumentais marxistas. Apesar de ambos os autores terem sido relevantes para este processo, referências científicas alóctones também transformaram as bases geográficas, sendo em partes da Geografia internacional, como Yves Lacoste e Massimo Quaini, bem como outros de ciências outras como Henri Lefebvre, Jean Lojkin, José de Souza Martins, Manuel Castells, Maria da Glória Gohn, Ana Clara Torres Ribeiro etc.

Com o advento de tais contribuições na Geografia algumas abordagens passaram a se valer de leituras, destacando elementos relevantes do debate da economia política como, por exemplo, o enaltecimento do debate sobre a lógica capitalista e os desdobramentos socioespaciais, o papel do Estado perante a luta de classes, a função do conhecimento perante a estrutura de classes e a economia política no âmbito da produção do espaço e, mesmo que ainda pouco imatura para o seu tempo, da natureza. Indubitavelmente, este processo se desenvolveu juntamente com o avanço da Geografia Crítica, fato que nos levou a reestruturá-la significativamente, pois não houve fortalecimento de toda e qualquer literatura sobre movimentos sociais e ações coletivas, mas especialmente a de caráter marxista.

Ao passo que ocorreram incorporação destes referenciais também houve uma densa e vasta inclusão do vocabulário que conformava os ideais marxistas e/ou de termos que foram revistos como, por exemplo: acumulação, alienação, base, burguesia, campesinato, capital³, capitalismo, centralização, circulação, classe⁴,

² Granovetter (1973).

³ Financeiro, mercantil, industrial, produtivo, monopolista etc.

⁴ Consciência, dominante, operária, média, operária, para si e em si.

colonialismo, comuna e comunismo, concorrência, consumo, contradição e cooperação/cooperativismo, crédito, crise, desenvolvimento⁵ e subdesenvolvimento, dependência e teoria da dependência, dialética e dialética da natureza, divisão do trabalho, economicismo, elite, emancipação, Estado, estética, exército industrial de reserva, exploração, fetichismo, força de trabalho e forças produtivas, formação social, greve, hegemonia, ideologia, igualdade, imperialismo, leninismo, lucro, lumpemproletariado, luta de classes, mais-valia, marxismo, materialismo, mediação, meios de circulação, meios de produção, mercadoria, modo de produção, movimentos sociais, natureza, partido, populismo, produção e reprodução, propriedade, reformismo, reificação, relação de produção, renda da terra, revolução, servidão, sindicato e sindicalismo, social-democracia, socialismo, sociedade⁶, stalinismo, trabalho, transnacionalização, troca, trotskismo, valores etc.

Alguns destes termos foram ganhando releituras geográficas (Divisão Territorial do Trabalho), especialidades (Geografia do Trabalho), escolas (Geografia Crítica) e, sobretudo, uma teoria sobre a produção do espaço que veio a subsidiar fortemente o debate sobre Espaço Geográfico (SANTOS, 2008) e sobre movimentos sociais através da leitura sobre os agentes de produção do espaço já destacados por Corrêa (1989, 2014) e operado por Sobreiro Filho (2016). Indiscutivelmente, não somente o método dialético materialista foi revolucionário na Geografia e em sua análise sobre movimentos sociais, mas, especialmente, o “dialeto” da economia política de cunho marxista e, em alguns casos, “perseguidor da *práxis*” que fizera expressivo sentido para com os movimentos sociais rebeldes, sobretudo, de caráter classista. De um lado, as contribuições teóricas de David Harvey e Henri Lefebvre apresentaram-se enquanto exemplares desde a perspectiva conceitual sobre produção, consumo, direito à cidade etc. fortemente embasadas nos debates entorno desde a lógica de crítica ao Capital até a análise política, político econômica e da cotidianidade. Do outro lado, alguns autores buscaram também ter acesso e promoveram diálogos para com os clássicos do marxismo, como: Marx, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Gramsci, Lukács, Mészáros dentre outros.

Este processo, ao longo das décadas, foi incorporando outros debates críticos também de grande pertinência. Dentre uma ampla diversidade, Pedon (2009) traz um conjunto de referências relevantes, tais como: o estudo de Satiê Mizubuti a partir da compreensão de bairros e favelas como sub-espços onde ocorrem a reprodução do proletariado; o salto qualitativo na leitura sobre ativismo realizado por Marcelo Lopes de Souza buscando refletir as espacialidades e a inseparabilidade das relações espaço-sociedade; a contribuição de José Borzacchiello da Silva sobre o entendimento dos registros espaciais oriundos da relação entre o povo e o poder, assim emergindo um conjunto de contradições que se dão no bojo da sociedade capitalista; a crítica de Ruy Moreira às dicotomias e a Geografia enquanto ferramenta para desvendar as “máscaras sociais” no âmbito da ostensiva lógica capitalista; a apresentação de um quadro sobre a materialização das lutas e conflitos no campo por Ariovaldo Umbelino de Oliveira e a primeira tese marxista na Geografia Brasileira promovendo a crítica ao Estado isolado de Von Thünen; as reflexões de Bernardo Mançano Fernandes e Jean Yves Marin como importantes referências no tocante à construção conceitual, servindo de base teórica dos conceitos de movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais; a abertura mais consolidada para as pautas ambientalistas face à lógica capitalista colonial-moderna promovida por Carlos Walter Porto-

⁵ Desigual, contraditório, combinado, dependente e estágios.

⁶ Anônima, antiga, asiática, civil, feudal, colonial, pós-colonial, camponesa, pré-capitalista

Gonçalves; as pautas sindicais destacadas por Antônio Thomaz Junior; e a contribuição de Renato Emerson dos Santos no tocante ao que denomina de geografia da organização dos movimentos sociais e geografia das lutas sociais na perspectiva espacial e racial.

Além disso destacamos que os temas mais diversos foram operados sempre em debate com a economia e/ou valendo-se de seus instrumentais teórico-analíticos e que tem, cada vez mais, ampliado os horizontes dos debates. Os legados destas contribuições teórico-analíticas colaboraram significativamente para ir se pensando e praticando, cada vez mais, uma Geografia das possibilidades contra-hegemônicas face aos avanços econômicos desde o território até o corpo, a mente, as práticas cotidianas e os processos históricos.

Dentre eles destacamos:

- O movimento ambientalista (incluindo também ecossocialista) nos permitiu um processo educativo que passou a convidar a sociedade a ver a natureza para além da condição de recursos produtivos. Assim, os debates avançaram, sobretudo, destacando a importância dos “*common goods*” frente às mudanças climáticas, ao desenvolvimento “sustentável” e seu caráter sustentável para apenas uma classe, o combate à degradação ambiental e à commoditização da natureza;
- As lutas sindicais e as estratégias capitalistas de promoção de clivagens territoriais com o fito tanto de promover o desmonte e as desmobilizações das ações coletivas quanto de amplificar a sua lógica metabólica socioterritorial transitando desde sua subjetividade até as objetividades cotidianas que se vertem nas condições materiais do conflito para a classe trabalhadora;
- As articulações transnacionais dos movimentos socioterritoriais na América Latina com o fito de debater não somente a imensa contribuição apresentada pela Teoria da Dependência, mas também a lógica estrangeirizadora do território material e seus recursos (*land grabbing, green grabbing, water grabbing e resource grabbing*), bem como a própria colonização do pensamento de base capitalista eurocêntrica imperialista e neoliberal;
- As pautas feministas, que chegaram com décadas de atraso, devido à lógica patriarcal-machista na própria ciência geográfica, e que tem atuado com maestria produzindo enfrentamentos à commoditização do corpo feminino e a sua subordinação lógica e sentimental à razão da acumulação de riquezas que saltam desde a produção-consumo até a criação de padrões estéticos e relacionais submissos ao mercado;
- A luta e resistência territorial dos movimentos de Reforma Agrária e populações tradicionais (indígenas, ribeirinhos, quilombolas etc.) que promovem um modelo de produção e desenvolvimento oposto à lógica capitalista neoliberal-imperialista e antagônico à subordinação e amplificação do capital em *binterlândias* não capitalistas rumo à construção de uma sociedade com princípios populares;
- A luta dos Atingidos por Barragens que advogam abertamente um projeto popular e soberano sobre a produção energia (hidrelétricas, petróleo etc.) e contra os impactos promovidos pelos megaprojetos (Belo Monte, Tucuruí, Itaipu etc.) que atendem aos interesses hegemônicos em detrimento das populações menos abastadas dos campos, florestas, águas e cidades;
- As pautas étnico-raciais que evidenciam a perversa subordinação de uma lógica desigual de produção-consumo do espaço que restringe não somente a liberdade no que se refere ao direito

à cidade, às instituições e acesso à terra, mas também a submissão e despotencialização de determinados sujeitos a um grau de subordinação ainda mais elevado;

- Os movimentos urbanos e bandeiras como o direito à cidade, a mobilidade urbana e a reforma urbana, a produção mercadológica capitalista da moradia, as deficiências habitacionais, a especulação do solo urbano e os latifúndios urbanos, a higienização e segregação do espaço, as alianças do Estado e as políticas públicas, e a participação popular na construção dos planos diretores como forma se pensar uma outra forma de se produzir o meio urbano;
- As bandeiras dos movimentos contracultura e LGBTs que exerceram uma prática política de consumir o espaço e praticar a sua existência para além dos referenciais judaico-cristãos postos e/ou já apropriados pelo capitalismo. Os movimentos hippies anti-nucleares e anti-imperialistas e, atualmente, a luta pela descriminalização e legalização do consumo e plantio da *cannabis* no Brasil, com *slogan* e práticas do “território liberado”, são referências para se pensar o futuro das legislações no âmbito das disputas político-culturais que tem sido silenciosamente subsidiada pela geopolítica global de consumo pela via capitalista como tem ocorrido na Holanda e nos Estados Unidos da América;

A trajetória da Geografia Crítica casada com a própria insurreição de pautas evidencia cada vez mais como a conflitualidade tem sido elemento imprescindível para os movimentos sociais que contestam os modelos econômicos postos e apresentam possibilidades contra-hegemônicas. Assim, ao passo que denotamos uma nítida teorização sobre as contestações relacionadas aos movimentos econômicos também se entende que a produção do espaço, aos auspícios das lógicas político-econômico-culturais contra-hegemônicas, é também uma forma de externalizar os referenciais do corpo e das descolonizações do pensamento.

A luta por território e os movimentos socioterritoriais

Desde sua formação, o território brasileiro é espaço de uma importante constelação de insurreições políticas que conformam um amplo processo de luta e resistência envolvendo diversos motivos e contextos, todavia tendo os interesses político-econômicos de modo recorrente e muitas vezes centralizador como o elemento motivador. Em um breve remontar histórico destacamos: Confederação dos Tamoios. Guerra dos Potiguara; Trinta povos; Cariris Confederados; Cabanagem; Balaiada; Contestado; Cangaço; Ligas Camponesas; Guerrilhas de Formoso e Trombas; Sabinada; Guerrilha do Araguaia; Guerrilha de Porecatu; ULTAB's e MASTER.

A priori com a invasão e *colonização-modernização* promovida pelos portugueses e *a posteriori* com a constituição das elites nacionais no âmbito de uma república caracterizada pela profunda concentração de terras até a chegada da razão neoliberal após o período de abertura democrática combinada com o fim do regime militar. O legado destas lutas e resistências, incontestavelmente, foi territorial face à imposição de formação de um território nacional brasileiro em detrimento da multiplicidade étnico-racial e das distintas cosmovisões indígenas e afrodescendentes.

Tomando como referência a história recente das lutas promovidas nas últimas quatro décadas encontraremos na formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) o território enquanto

um elemento imprescindível e autodeclarado para explicar a sua lógica-racionalidade espaço-temporal e existência (FERNANDES, 2000, 2005; SOBREIRO FILHO, 2013). A partir destes referenciais que Fernandes (2005), Pedon (2009) e Sobreiro Filho (2016) propõem compreender estes confrontos políticos enquanto movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais, pois:

Os sociólogos, na contribuição do conceito de movimento social, preocupam-se predominantemente com as formas de organização e com as relações sociais para explicar as ações dos movimentos. Essa é uma possibilidade, que contribui parcialmente para a compreensão dos processos sociais e geográficos. (FERNANDES, 2005, p. 30)

Doutro lado, a contribuição orientadora⁷ ofertada e operacionalizada pela Geografia tomaria as categorias de espaço e território enquanto essencialidade de análise:

O espaço, o território, o lugar, as relações sociais, as escalas das ações nos ajudam a compreender os tipos de movimentos socioespacial ou socioterritorial e seus processos geográficos (isolados, territorializados ou espacializados). Esses movimentos são tanto instituições não formais, políticas no sentido lato, por sua materialidade, ação, estabelecimento e dinâmica, quanto são igualmente instituições formais como os sindicatos, as empresas, os estados, as igrejas e as organizações não governamentais (ONGs). Nesse sentido, é preciso diferenciar entre os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais.

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios. (FERNANDES, 2005, p. 31)

Apesar de ser o território compreendido enquanto trunfo e essencialidade dos movimentos socioterritoriais, é fundamental considerar que a conceituação é multidimensional⁸, multiescalar e desde uma tipologia de territórios com expressiva força e interesses econômicos horizontais, verticais e transversais: Estado-Nação; propriedades; e relacionais⁹. As dialéticas entre subversão-tirania e dominação-resistência desveladas e desveladoras de tensões e conflitos pelos movimentos socioterritoriais passam a assumir centralidade para se compreender a imprescindibilidade econômica no âmbito das resistências perante as hegemonias. Um exemplo pictórico é que a ideia de território restrito ao Estado-Nação passa a ser uma relação de poder e dominação. Essa tirania tem como fito impedir o empoderamento prático-teórico das organizações contra-hegemônicas perante um projeto territorial que oferta os recursos naturais e humanos populares para a política e lógica metabólica neoliberal como no caso dos territórios indígenas, quilombolas e ribeirinhos na Amazônia e Cerrado.

São cenários como estes que demandam um salto conceitual e analítico-político da Geografia, com o objetivo de poder compreender as processualidades da lógica metabólica¹⁰ socioterritorial do capital e entender a demanda popular e a subversão como prática de resistência: mais uma vez a prática política estaria levando a ciência a reboque ao invés dela ser protagonista. Em outras palavras, o território emerge

⁷ A proposta conceitual que busca firmar os movimentos no campo da leitura geográfica, redefinindo-os a partir do conceito de movimento socioterritorial, constitui um momento do desenvolvimento da geografia. Nesse processo de evolução, a geografia amplia sua “bagagem” e inverte sua posição no campo da pesquisa social. De orientada, busca assumir a função de orientadora. (PEDON, 2009, p. 228)

⁸ Sobre a multidimensionalidade (econômica, social, cultural, política e ambiental) ver Haesbaert (2004), Fernandes (2005) e Saquet (2009).

⁹ Ver Fernandes (2009).

¹⁰ Sobre o debate metabólico ver Mészáros (2002).

enquanto necessidade de sobrevivência e dotado de carga prática para se enfrentar a tirania da dimensão econômica capitalista perante as demais dimensões (cultural, social, ambiental, política e psicológica).

É sabido que a mundialização do capital e o avanço da razão neoliberal¹¹ tem provocado desdobramentos diretos no processo de organização e realização das lutas pautadas na produção contra-hegemônica do espaço e dos territórios. A conflitualidade que anteriormente era permeada por sujeitos conhecidos de modo secular (latifundiários e as oligarquias) passaram a ter que lidar com a dialética da despersonalização física ao passo que ocorreu o encastelamento das corporações. No entanto, o território ainda persiste enquanto pilar para o capital e, para a lógica-racionalidade dos confrontos políticos, é o tendão de Aquiles nos campos, florestas e águas. Neste sentido, os movimentos entendem que é imprescindível criar espaços de governança que neguem não somente o território nacional que veicula a subordinação dos territórios populares por meio de uma política econômica macro e, portanto, confrontando-se desde e entre diferentes escalas (local-nacional e nacional-local). Ademais, ainda não se restringe somente a um plano dos conflitos no âmbito nacional, pois a composição de redes de convergências de movimentos¹² e experiências territoriais articulam tanto as pautas de luta, construindo um projeto contra-hegemônica transnacional (*Via Campesina e Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo*), quanto as práticas em seus territórios-redes.

Por fim, destacamos ainda que alguns elementos são imprescindíveis para pensarmos como as políticas amparadas na razão neoliberal promovem violências materiais e imateriais para com os territórios das classes subalternas, suas cosmovisões e lógicas-racionalidades espaço-temporais desde a instrumentalização política do Estado e, portanto, (des)conectando conflituosamente os territórios. Vale destacar que estão ainda mais visíveis neste contexto atual pós-neoliberal, tais como:

- Tanto a noção de democracia quanto sua prática não têm base espacial e sequer pluriterritorial. Ademais, a própria noção de democracia tem sido historicamente utilizada para legitimar os interesses capitalistas-neoliberais muitas vezes amparada na confusa ideia de que a mesma se restringe ao sufrágio universal;
- O ideário sobre o que é desenvolvimento tem tido, cada vez mais, uma base alóctone, classista, colonial, hierarquizada, masculina e, portanto, destruidora das histórias e experiências históricas e distintas lógicas-racionalidades espaço-temporais. O que tem se apresentado é um modelo único sobre o que é desenvolvimento e via-de-regra associado a uma ideia de liberdade através do mercado para diversos temas (Moradia e programas de habitação, Reforma Agrária e Reforma Agrária de Mercado, Mobilidade Urbana e Direito à Cidade, Produção Energética, Agronegócio e Produção Integrada etc.);
- A reedição da fronteira agrícola, com ampla metabolização de novos recursos intocados e/ou pouco explorados, e da fronteira “civilizatória”¹³ que avança impondo um conjunto de territórios-prisões subalternizantes e violentos para os outros como, por exemplo, a legislação, o alfabeto, o

¹¹ Ver Dardot & Laval (2016).

¹² Estas redes são espaços relevantes onde movimentos socioterritoriais trocam experiências desde suas realidades e condições socioespaciais que exemplificam desde o rechaço a toda e qualquer pauta territorial até o reconhecimento plurinacional.

¹³ Aqui a ideia de civilizatória não se refere às outras cosmovisões, mas ao modo como o colonizador promover a política para com os outros e, portanto, faz-se civilizador de sua sociedade.

tempo, a estética eurocêntrica, a ciência, o Estado etc.

- O fortalecimento da dependência e o empoderamento das elites nacionais por meio da promoção do atraso das classes subalternas, sobretudo, através de investimentos que primam pelo setor primário em detrimento de pautas imprescindíveis como ciência-educação pública e inclusiva;
- As oportunidades políticas para a razão neoliberal têm se efetivado com excelência produzindo diversos retrocessos para as classes populares como as constantes reformas e emendas constitucionais que retiram direitos trabalhistas, flexibilizam leis ambientais etc.;
- A judicialização das lutas territoriais, a falta de conclusão de inquéritos e investigações de denúncias e a utilização da violência para extinção das resistências nas áreas fronteira agrícola e nos meios urbanos e rurais impondo cada vez mais a lógica da “terra de negócio” em detrimento da “terra de trabalho”, do “direito à terra e à moradia” e um projeto de classe para o Brasil;
- A lógica discursiva de superação fictícia e utópica de crises que não reconhecem em nenhum momento o protagonismo das classes camponesa e trabalhadora, bem como de seus territórios. Pelo contrário, se valem dos valores judaico-cristãos da sociedade solicitando o suplício de seus direitos e conquistas com o fito de amplificar suas rendas e penetrar em seus territórios via-de-regra conservados e obter maior governabilidade;
- A tomada do Estado através dos governos locais, estaduais e nacionais por políticos engenheiros de imaginários que possibilitam maiores realizações dos interesses da lógica neoliberal;
- O desmonte estatal e ataque duplo aos territórios de luta e resistência. Enquanto, de um lado, a extinção de ministérios, secretarias e subsecretarias de caráter popular da estrutura operacional do Estado expressa de modo ainda mais nítido o apoio absoluto para uma perspectiva econômica hegemônica de território(s), do outro lado, as ações de privatização enfraquece o projeto de soberania nacional tornando o Estado ainda mais vulnerável e promíscuo;

Outros instrumentais teórico-analíticos: *Contentious Politics*, *Terrains of Resistance*, *Convergence Spaces* e Conflitualidade

Apesar de a Geografia não deter expressivas contribuições sobre movimentos sociais, ocorreu um amplo esforço nos tempos mais recentes de se realizar reflexões e análises que trazem de fato os conceitos e categorias que permitiam uma análise autêntica. Mesmo que o pensamento apresentado por alguns sujeitos tivesse produzido um conhecimento que ora tratou-os como fenômenos geográficos e de modo geografizado, e ora como meras metáforas devido às importações de conceitos oriundos de outras especificidades epistêmicas e metodológicas, ainda sabemos que há uma imensa quantidade de possibilidades. Indubitavelmente que parcela significativa dos cenários ao qual os contextos das teorizações tiveram as suas bases em um elemento comum: o contexto de produção capitalista que avançou subordinando espaços, territórios, corpos, liberdade, colonização, relações de consumo-produção, etc. Deste modo, tanto resistências quanto avanços tiveram suas bases neste denominador comum de ordem econômica. Tomando tais circunstâncias como referência para o nosso pensamento é que trazemos algumas contribuições relevantes para entendermos as abordagens sobre os *contentious politics*, *terrains of resistance*, *Socio-spatial positionality*, *Convergence Space* e conflitualidade.

Contentious politics

Confrontos políticos (*contentious politics*) são importantes fenômenos para pensarmos a conflitualidade desde os lugares e territórios em determinados momentos de oportunidades políticas. Tarrow (2011) e Nicholls (2007) destacam que o termo não se restringe à concepção de movimentos sociais. Pelo contrário, o conceito envolve uma ampla diversidade de atores políticos (partidos, movimentos sociais, coletivos, associações etc.). Leitner et. al. (2008, p. 157) destaca que o termo “*has come to replace social movements*”. Esta afirmação tem expressivo significado pelo fato de ampliar os horizontes das ações e da própria compreensão do conflito no espaço e em seu processo de produção:

[...] contentious politics emerges in response to changes in political opportunities and threats when participants perceive and respond to a variety of incentives: material and ideological, partisan and group-based, longstanding and episodic. Building on these opportunities, and using known repertoires of action, people with limited resources can act together contentiously – if only sporadically. When their actions are based on dense social networks and effective structures and draw on legitimate, action-oriented cultural frames, they can sustain these actions even in contact with power opponents. In such cases – and only in such cases – we are in the presence of a social movement. When such contention spreads across an entire society – as it sometimes does – we see a cycle of contention. When such a cycle is organized around opposed or multiple sovereignties, the outcomes is a revolution (TARROW, 2011, p. 16).

A afirmativa denota uma perspectiva moderna onde já se reconhece nitidamente a relevância das conexões, a sociabilidade política menos sólida e engessada, a difusão das formas de ações de luta e resistência e a não restrição do enfrentamento a um tipo de ator (leia-se movimentos sociais), mas enquanto uma possibilidade mais ampla para a sociedade. Apesar de existirem várias possibilidades, especialmente no que se refere ao papel do Estado, a questão da ação política e contra-hegemônica é um denominador comum que reflete, quase em sua maioria, o enfrentamento à condição econômica para então se poder apresentar e propor projetos alternativos e novos valores como destaca Leitner et. al. (2008).

Nicholls (2007, 2009) apresenta que a leitura espacial é *sine qua non* para se compreender os confrontos políticos ao tratar das condições de desigualdade socioespacial. Ademais destaca Leitner et. al. (2008), ao tratar das “*multivalent and co-implicated spatialities*” dos confrontos políticos que as diferentes espacialidades se consubstanciam com o fito da construção de um imaginário e práticas comuns. Ainda no âmbito dos confrontos políticos a escala é relevante para se construir legitimidade e desafiar as relações de poder de diferentes modos, como: para enfrentar lógicas hierarquizadas de instituições formais; o uso de estratégias escalares e multi-escalares com o fito de possibilitar maior ganho de força e até mesmo a sobrevivência político-organizativa; as *scales frames* por permitirem a disputa a partir de outros níveis em suas totalidades e conexões; e para se refletir as alianças entre os movimentos, sobretudo, quando se tratam dos conflitos entre as *scale frames* e *scalar strategies*.

Terrains of resistance

Terrains of resistance ou Terrenos de resistência é uma discussão protagonizada pelo britânico pesquisador-militante Paul Routledge a partir de um contexto conflituoso de resistência popular na Índia. Em seu debate, o lugar é visto como substancial e embotado de práticas de resistência que mesclam diferentes escalas, processos e significados. Esta perspectiva é assaz distinta do cenário brasileiro mais clássico, pois o

conceito de lugar tem sido utilizado, ao longo de décadas, demasiadamente amparado no aspecto cultural. Contudo, referências como Massey (2004, 2005) enriqueceram o debate evidenciando os aspectos políticos que o permeiam, pois se pode pensar não somente no âmbito da geometria do poder no âmbito da relação local-global, mas também no aspecto micro, onde ocorrem relações de dominação e também resistência cultural, material etc. É justamente neste contexto do lugar como um sítio assaz político e cultural que o debate sobre *terrains of resistance* emerge como um instrumental teórico-analítico (ROUTLEDGE, 1992). Segundo o autor, o conceito de lugar é compreendido por três aspectos relevantes para se promover análises sobre os movimentos sociais: local, definido pelas interações formais e informais do cotidiano; localização, refere-se à área geográfica constituída por uma definição processual social, econômica e política; e o *sense of place* (sentido do lugar) construído por elementos subjetivos¹⁴.

Tais elementos nos permitem identificar não somente as contradições a respeito de como os movimentos sociais, suas bandeiras e como os diferentes significados são criados, mas também os motivos de suas lutas e onde almejam chegar. Indubitavelmente, a ideia de *terrains of resistance* compreende assim, para além do lugar-base, aspectos culturais, sociais, políticos, históricos e econômicos de modo vertical e horizontal. Isso pressupõe o reconhecimento de diferentes escalas e ações que envolvem as relações de poder, os conflitos, as temporalidades, as redes, os discursos e as práticas comunicativas e de resistência contra-hegemônicas como parte de uma agenda estratégica:

A terrain of resistance refers to the sites of contestation and the multiplicity of relations between hegemonic and counter-hegemonic powers and discourses, between forces and relations of domination, subjection, exploitation and resistance. It refers to the movement within and between these forces and relations—a movement of contradiction, multiplicity and heteronomy. More specifically, a terrain of resistance represents an interwoven web of specific symbolic meanings, communicative processes, political discourses, religious idioms, cultural practices, social networks, economic relations, physical settings, envisioned desires and hopes. These are endowed with varying degrees of strategic force, movement and meaning according to the particular spatial, cultural and historical contexts of a conflict. (ROUTLEDGE, 1996, p. 517)

Por fim, *terrains of resistance* não se restringem aos meios físicos de contestação e onde os confrontos são operados, mas é composto por múltiplos significados (espirituais, ideológicos, culturais, simbólicos e políticos) construídos desde a história praticada pelas e nas escalas até a tensão e os conflitos evidentemente postos.

Socio-spatial positionality e Convergence Space

Por posicionalidade socioespacial ou *sócio-spatial positionality* entende-se como a diferença interna nas redes, a resiliência das relações desiguais de poder e também o potencial para as construir desde tal princípio a partir de aspectos identitários diversos (gênero, raça, classe etc.), experiências, imaginários e ideologias (NICHOLLS, 2009). Contudo, esta perspectiva somente é expressa através do contato com os demais atores que também ocupam determinada posição e que muitas vezes se expressam no cotidiano em ações relacionadas à diferença e desigualdade que podem, sobretudo, de ordem econômica e estrutural,

¹⁴ The theoretical components of place (location, locale and sense of place) provide valuable insights into the 'terrain of resistance', contributing to the understanding of the political character of the movement. The analysis of the settings where social relations are constituted (locale) and the wider sociopolitical processes at work (location) have contributed to an understanding of why the Baliapal movement emerged where and when it did. (ROUTLEDGE, 1992, p. 605)

mas também cultural, política etc. Ao tratarmos de movimentos e das ações coletivas, identificamos ao mesmo tempo a existência de tais relações de desigualdade, mas especialmente a perspectiva do combate cotidiano a tal prática. Leitner et. al. traz bons exemplos:

Social movements always face the challenge of building alliances between individuals and groups with diverse socio-spatial identities, interests and imaginaries. The challenges include mobilising differently positioned subjects and negotiating differences among them for collective action. Negotiations are never unproblematic. Alliance politics is plagued by power differences, some embedded in the social positionalities subjects bring to a social movement (male/female, professional/activist, local/non-local, native/foreign); others emergent as certain individuals or groups become influential in a movement, marginalizing other participants (2008, p. 164).

No âmbito das construções de agendas comuns, é nítida a conjuntura de que apesar das redes buscarem a construção de sujeitos comuns ainda são moradas das diferenças, ou seja, uma constelação de grupos com suas individualidades. Em outras palavras, pode-se dizer que as condições sociais, políticas e, sobretudo, econômicas destes movimentos e de suas localidades de origem os colocam em situação de desigualdade mesmo que tenham o fito de construir e debater a igualdade ou equidade e que muitas vezes isso tem reflexos na organização e hierarquização das redes.

A leitura ofertada por Routledge sobre *convergence spaces* são importantes contribuições por dois principais motivos. O primeiro é a heterogeneidade das *grassroots networks of resistance* e o segundo ponto a importância da política das escalas. Segundo o autor, a organização destes espaços tem como objetivo ser um instrumento de coordenação e mútuo apoio da criação de uma unidade sobre valores e ambições globais das lutas anti-neoliberais visando dar projeção internacional às lutas. Contudo, cria uma demanda e depende da qualidade e durabilidade da facilitação de interação entre as organizações, tal como a capacidade de investimento de energia e recursos. É embasado neste esforço e contrariando a ideia de se criar um “*non-place*” para pautas anti-capitalistas neoliberais e anti-imperiais que o autor propõe redes como *convergence spaces* para forjar uma política associativa para coalizão dos movimentos sociais. Estes espaços de convergências criados para se analisar, criticar e operar redes de globalização de base cumprem importante função na tributação e processo de conflitos e confrontos políticos em diferentes lugares materiais e “virtuais”:

- 1) Convergence spaces comprise diverse social movements that articulate collective visions, to generate sufficient common ground to generate a politics of solidarity, i.e. multi-scalar collective action.
- 2) Convergence spaces facilitate uneven processes of facilitation and interaction (communication, information sharing, solidarity, coordination and resource mobilization).
- 3) Convergence spaces facilitate multi-scalar political action by participant movements.
- 4) Convergence spaces are comprised of contested social relations, because of the very different militant particularisms that are articulated by participant movements. (ROUTLEDGE, 2003, p. 345).

Conflitualidade

O debate sobre a conflitualidade, permeado pela dialética entre criação-destruição, é proposto por Fernandes (2009) como um processo paradoxal produzido pelo capitalismo e que promove de modo constante a territorialização, a desterritorialização e a reterritorialização de modos de vida e, portanto, de desenvolvimento territorial. Deste modo, a conflitualidade é compreendida enquanto um processo de

enfrentamento perene composto por elementos práticos e teóricos sobre o controle político do espaço e dos territórios a partir de distintos modelos de desenvolvimento territorial. Tomando como base a Questão Agrária, Fernandes a propõe enquanto um instrumento para compreendermos a disputa de modelos de desenvolvimento entre o Campesinato e o Agronegócio destacando os seguintes aspectos:

- A visão sobre conflito como elemento prejudicial ao desenvolvimento ou sinônimo do atraso é limitada e contribui para os interesses capitalistas neoliberais. Conflitualidade e desenvolvimento são indissociáveis, mas historicamente compreendeu a lógica discursiva hegemônica do Paradigma do Capitalismo Agrário;
- Além de simultâneos, inerentes e indissociáveis, conflitualidade e desenvolvimento, são produzidos no interior das contradições estruturais do capitalismo. À medida em que nasce o capitalismo para o campo também nasce a conflitualidade para o capitalismo no campo. São indissociáveis porque a conflitualidade faz parte da reprodução prática do capital;
- A conflitualidade tem sido criada, sobretudo, devido à lógica econômica capitalista e, recentemente, neoliberal. No entanto, tem avançado significativamente para as demais dimensões do território (social, política, cultural e ambiental);

Ademais das reflexões apresentadas pelo autor acreditamos também que outras expressões da dialética capitalismo-conflitualidade são relevantes a serem consideradas. Assim, tomamos as contribuições apresentadas por Sobreiro Filho (2016):

- A conflitualidade tem suas bases em processos e escalas espaço-temporais e, apesar de dialogar com diferentes conceitos que se caracterizam como importantes instrumentais analíticos (classe, gênero, raça/cor, etc.), não se limita a essas expressões de posicionalidades socioespaciais, permitindo um maior diálogo entre eles com caráter completivo pela sua excelência voltada para as relações de poder projetadas no espaço.
- A conflitualidade, no contexto dos movimentos socioterritoriais camponeses brasileiros que realizam lutas contra-hegemônicas, caracteriza-se como sinônimo de desenvolvimento territorial, ou seja, configurando um modelo de desenvolvimento pela conflitualidade como única opção para alcançar sua produção e reprodução socioterritorial em detrimento da perspectiva dicotômica que se embasa em uma separação “essencial” transvestida de “desenvolvimento” que nada mais significa que não os interesses ideológicos das relações hegemônicas. Ademais, aos auspícios da perspectiva de escala como locus das ações políticas denota-se que o cunho pejorativo se prostra a favor das perspectivas hierárquicas que apresentam restrições para a participação popular e descentralização do poder.
- A conflitualidade é produto das relações desiguais baseadas em recursos e diferentes feições do poder, mas, simultaneamente, é processo produtor e reproduzidor de novos modelos de desenvolvimento territorial.
- A conflitualidade é estado e situação, quantidade e qualidade, objetividade e subjetividade, temporalidade e espacialidade, multiescalaridade e multidimensionalidade, convergência espacial, coalizão e divergência, movimento e devir que apresenta apetite para uma nova formação ou resolução de uma contradição socioespacial/socioterritorial.

- Os conflitos como eventos têm papel fundamental por explicitar a conflitualidade. No entanto, a conflitualidade está para além do fato, pois caracteriza-se também como processo e, portanto, prostra-se embotada de qualidades históricas e apresenta potencialidade para descortinar contradições e processos políticos para além dos modelos de desenvolvimento territoriais e sistema sociopolítico capitalista.

Considerações finais

O espírito deste ensaio se caracteriza pela objetiva busca da compreensão de como algumas das principais reflexões sobre movimentos sociais, movimentos socioterritoriais e confrontos políticos estiveram permeados de pautas econômicas ao longo das décadas. Obviamente que este debate não se encerra aqui e que não faz do mesmo a morada de toda a produção geográfica sobre o tema, mas aqui buscamos nos aproximar cada vez de uma síntese para poder concluir que, cada vez mais, a imprescindibilidade das pautas e dos olhares econômicos sobre a infinidade de temas relacionados à conflitualidade estudada pela Geografia. Não obstante, o território também se apresenta não somente como relevante instrumento teórico de análise, mas como ferramenta para se operacionalizar as práticas de ferramentas diante das ofensivas capitalistas neoliberais que cada vez mais se apropriam de temas de gênero, classe, étnico-raciais, culturais etc.

Referências

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1989.

_____. Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: Um Texto para Discussão. In CARLOS, A. F.; SOUZA, M. L. & SPOSITO, M. E. B. (Orgs.) **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra: Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. BUAINAIN, A. M. Unicamp. Campinas, 2009.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatório Social de América Latina**, v. 16, pp. 273-284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. **MST: formação e territorialização**. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In. SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades**. São Paulo. p. 197-215. Expressão Popular, 2009

GOHN, M. G. **Teoria dos Movimentos Sociais**. 9 edição. São Paulo: Edições Loyola. 2011.

_____. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola. 2009.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 78, Issue 6, p.

1360-1380, May, 1973.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. et al. **Occupy**. São Paulo: Boitempo, 2012

LEFEBVRE, H. **The production of space**. USA: Blackwell Publishing, 1991.

LEITNER, H., SHEPPARD, E. and SZIARTO, K. **The spatialities of contentious politics**. Transactions of the institute of British Geographers, New Series, v. 33, n 2, april, p. 157-172, 2008.

MASSEY, D. **Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações**. GEOgraphia, Rio de Janeiro, ano 6, n. 12, p. 7 – 23, 2004.

_____. **For Space**. London, Sage Publications, 2005.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. 1 edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1986.

NICHOLLS, W. **Place, networks, space: theorizing the geographies of social movements**. Transactions of the institute of British Geographers, New Series, v. 34, n 1, Jan, p. 78-93, 2009.

_____. **The geographies of social movements**. Geography Compass, 1/3, p. 607-622, 2007.

PEDON, N. R. **Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica**. 235 f. Teses (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.

ROUTLEDGE, P. **Critical geopolitics and terrains of resistance**. Political Geography, v. 17, n. 6/7. P. 509-531. 1996.

_____. **Convergence space: process geographies of grassroots globalization networks**. Royal geographical Society, p. 333-349. 2003.

_____. **Grassrooting network imaginaries: relationality, power, and natural mutual solidarity in global justice networks**. Environment and Planning A. v. 39, p. 2.575-2.592. 2007.

_____. **Putting ´ politics in its place: Balipal, India, as a terrain of resistance**. Political geography, v. 11, n. 6. 1992.

_____. **Space, mobility, and collective action: India ´s Naxalite movement**. Environment and Planning A. v. 29, p. 2.165-2.189. 1997.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In. SAQUET, A. M.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territoria-**

idades: teorias, processos e conflitos. São Paulo. p. 197-215. Expressão Popular, 2009

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço.** São Paulo. Edusp. 2008.

SANTOS, M. Geografia, Marxismo e Subdesenvolvimento. In: **Geografia: teoria e crítica.** Petrópolis: Vozes, 1982

SOBREIRO FILHO, J. **Contribuição à Construção de uma Teoria Geográfica sobre Movimentos Socio-espaciais e *Contentious Politics*: Produção do Espaço, Redes e Lógica-Racionalidade Espaço-Temporal no Brasil e Argentina.** 440 f. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.

TARROW, S. **Power in movement: social movements and contentious politics.** Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

11. ECONOMIA, POLÍTICA E ESPAÇO: A FÉ E O MERCADO NA ERA HIPERMODERNA

Jefferson R. de Oliveira¹

Introdução

Quando pensamos na Geografia como ciência e em seus diferentes domínios e frentes de abordagem no campo geográfico, ficamos surpresos com algumas linhas estudadas, e que por muitas vezes no âmbito acadêmico-científico, seriam mais perceptíveis ao domínio de outras áreas do conhecimento, como o das ciências sociais e humanas. Apesar da surpresa para muitos, os estudos da geografia da religião no Brasil, veio se desenvolvendo desde a década de 1980, a partir dos estudos da Geografia Cultural Renovada ou Geografia Cultural pós-1980 como também é conhecida.

O estudo da cultura na Geografia passa não apenas ser analisado na esfera da materialidade, do concreto, mas também na imaterialidade, no estudo da fé, da música, dos cheiros e sabores. A geografia passa a estar em toda parte, e seus estudos passam a ter uma ampliação em sua difusão, através de diferentes espacialidades. Os estudos de Dennis Cosgrove (1998), Paul Claval (1999(a), 1999(b), 2012), William Norton (2000), Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl (2003, 2008), Maria Geralda de Almeida e Alexsandro Ratts (2003), Paulo Cesar da Costa Gomes (2008) entre outros autores, ratificam essas novas ações no campo de análise da geografia.

A religião é um campo de análise valioso à geografia, visto que através da fé: a) cidades foram e são construídas; b) transformações urbanas e sociais são implementadas; c) guerras e conflitos são gerados; d) duelos e batalhas midiáticas surgem nos diferentes meios de comunicação e no ciberespaço; e) a economia dos lugares é transformada por meio de um novo dinamismo² e; f) a indústria voltada para a produção de bens simbólicos religiosos ganha um novo vigor econômico de produção e vendas a partir da espetacularização da fé. Apresentamos aqui alguns elementos que como veremos ao longo deste trabalho, são de interesse ao geógrafo.

A ligação entre geografia e religião ocorre através de uma dinâmica espacial no tempo e no espaço. A geografia no estudo do homem e das ações deste na superfície terrestre, e a religião como um fenômeno cultural, ocorre neste espaço de inter-relações humanas. Desta maneira, Geografia e religião estão intrinsecamente interligadas. Com base nas informações aqui construídas, e com os objetivos traçados,

¹ Professor Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura – NEPEC. Doutor e mestre em Geografia pelo PPGEU/UERJ. E-mail: jeffersongeouerj@yahoo.com.br.

² Essas ações são mais perceptíveis nas Hierópolis ou Cidades-Santuário (ROSENDAHL, 2009; OLIVEIRA, 2015). Hierópolis são cidades onde ocorrem a predominância do sagrado frente os demais setores econômicos – político, econômico, social e cultural. As economias dessas cidades possuem um dinamismo diferenciado através dos peregrinos / devotos que agem como agentes modeladores do espaço urbano desses lugares.

buscaremos realizar uma análise geográfica das relações entre economia, política e espaço, a partir da fé e do mercado em um período de conjuntura atual denominado hipermodernidade.

A partir dessas análises, o presente artigo terá por objetivo destacar alguns pontos, elucidando a vertente geográfica do estudo da religião – trazendo as relações entre a fé e o mercado. Visando atender ao objetivo proposto, buscaremos entender como as mudanças na base capitalista de produção – *capitalismo estético e artístico* (LIPOVETSKY; SERROY, 2015), assim como o processo de desenvolvimento e propagação dos meios de comunicação e do ciberespaço, criam novas estratégias de difusão da fé. Através das dimensões política, econômica e do lugar (ROSENDAHL, 2003; OLIVEIRA, 2017) entenderemos como ocorrerem as novas relações entre o sagrado, a fé e as novas dinâmicas econômicas, políticas e sociais da sociedade hipermoderna. O exemplo empírico recairá sobre o exemplo da Igreja Católica Apostólica Romana e da cidade de Cachoeira Paulista, localizada no interior de São Paulo, no Vale do Paraíba Paulista. Nesta cidade, está localizada a sede da comunidade católica Canção Nova, um dos principais centros difusores do catolicismo midiático no Brasil.

Hipermodernidade e cultura-mundo: o surgimento de novos paradigmas

Criado a partir dos estudos do filósofo francês Gilles Lipovetsky, professor da Universidade de Grenoble (França), o conceito de hipermodernidade tem ganhado campo em diversas ciências e na geografia por retratar um novo campo de análise quando intercalado com o novo processo de produção capitalista. A principal característica desse *novo período* de análise que escolhemos para construção deste trabalho é o da exacerbação de valores, de uma cultura do excesso e uma superabundância de produções que geram, por consequência, o consumo (LIPOVETSKY; SERROY, 2011).

Na hipermodernidade, a prática do individualismo, a busca pelo self, a estética, a ótica do mercado em progressão geométrica, os hipershows, hipereventos, são ações que caracterizam aquilo que seria hoje uma das marcas altas do capitalismo, o *capitalismo estético* (LIPOVETSKY; SERROY, 2015). O sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2007, 2008) através de seus estudos sobre modernidade líquida, cultura líquida, cultura do consumo, consumo de massa e sociedade individualizada ratifica que o mundo contemporâneo é marcado por uma sociedade líquida, cujos laços e posições sociais são fluidos e incertos, acarretando uma busca e criação de novas práticas e vivências sociais, numa procura por referências extraterrestres.

Podemos destacar que o avançar desse encadeamento social hodierno estão também nas relações que se intensificam cada vez mais abraçadas pelos processos ligados ao avanço das redes de comunicação, em uma sociedade em redes (CASTELLS, 1999), e principalmente interligada pelo ciberespaço e pela cibercultura. Estudos estes discutidos pelo filósofo, sociólogo e pesquisador em ciência da informação e da comunicação Pierre Lévy (1996, 1999).

Na hipermodernidade, uma das principais características além do termo *hiper* ligado à exacerbação dos valores criados a partir da pós-modernidade e elevados de forma exponencial ao consumo em excesso e ao individualismo, podemos destacar que quanto mais intensas e aceleradas são as atividades do coletivo, mais os indivíduos sentirão o tempo de maneira corrida e acelerada. A percepção cada vez mais da temporalidade que conhecemos e que vivenciamos tem perpassado em aceleração constante.

A temporalidade na realidade não é o que acelera, visto que o tempo não é algo substancial, visível, mas

sim sua noção dotada de significado, que se traduz e que o ser humano experiencia na contemporaneidade, na hipermodernidade, ou até mesmo na perspectiva da modernidade líquida muito bem trabalhada nas reflexões do autor Bauman (2003, 2008). Estamos vivendo uma ressignificação do tempo, em um tempo acelerado e comprimido de maneira aguda gerando uma aceleração social como nos aponta os estudos do sociólogo e filósofo alemão Hartmut Rosa (2010).

Segundo Lipovetsky e Charles (2004, p. 26), em “uma sociedade liberal, caracterizada pelo movimento, pela fluidez, pela flexibilidade”, a temporalidade deve ser interpretada hoje com a espacialidade num estudo geográfico que faremos “[...] indiferente como nunca antes se foi aos grandes princípios estruturantes da modernidade, que precisaram adaptar-se ao ritmo hipermoderno para não desaparecer”. Essas reflexões podem sugerir uma sociedade hipermoderna. Assim nossas ideias comungam com as do autor: “apresenta como a sociedade em que o tempo é cada vez mais vivido como preocupação maior, a sociedade em que se exerce e se generaliza uma pressão temporal crescente” (LIPOVETSKY e CHARLES, 2004, p. 75).

A sociedade hipermoderna tem por característica principal, além do elevado grau de consumo, uma nova frente cultural que acaba por favorecer a quebra de uma cultura heterogênea, de valores, para a busca de uma homogeneização, causada principalmente através das mídias, em especial o ciberespaço. Segundo Gilles Lipovetsky (2012) essa ação estaria ligada aquilo que ele chama de cultura-mundo.

[...] o conceito se aplica à revolução das tecnologias da informação e da comunicação, à formação de vastas redes midiáticas supranacionais, à expansão da indústria cultural, que passam a introduzir uma parcela sempre crescente dos mesmos bens num mercado globalizado (LIPOVETSKY, 2012, p. 2).

Ainda de acordo com o autor, a “cultura-mundo designa também um contexto no qual as operações culturais desempenham um papel cada vez mais decisivo no próprio mundo dos negócios, por meio do *design*, da estética, dos modelos de toda espécie”. É possível ressaltar, “o padrão da economia cultural é o dos “empreendimentos criativos”. Ao remodelar o universo material da produção e do comércio, a cultura não é mais só uma superestrutura sublime de signos”. Hoje, na sociedade, “as logomarcas, objetos, moda, turismo, habitat, publicidade – tudo tende a assumir um tom cultural, estético e semiótico” (LIPOVETSKY, 2012, p. 2).

Quando pensamos em *design* e estética, nos remetemos àquilo que Gilles Lipovetsky e Jean Serroy (2015) apontam como uma estetização do mundo inserido no contexto do capitalismo artista. Nesse novo íterim, o capitalismo antes centrado em uma produção material como na época fordista, agora ganha uma nova preocupação, com o imaterial. Apoiado agora no imaginário, nos sonhos e na sensibilidade das pessoas. Desta maneira, arte e mercado, nunca como agora, se misturam, afluindo a experiência contemporânea de valor estético.

A dimensão espacial da cultura ganha uma oportuna análise, visando, a partir da estética e do imaginário coletivo, atender às novas e diferentes dinâmicas sociais nos padrões sociais construídos no paradigma – o da era hipermoderna. Apoiados nessa nova conjuntura, “o estilo, a beleza, a mobilização dos gostos e das sensibilidades se impõem cada dia mais como imperativos estratégicos das marcas: é um modo de produção estético que define o capitalismo de hiperconsumo” (LIPOVESTSKY; SERROY, 2015 p. 13).

O *capitalismo artista* ou *criativo transestético*, inseridos na quarta era da estetização do mundo,

de acordo com (LIPOVETESKY; SERROY, 2015), está assinalado na construção do real como imagem, interligando nesta uma dimensão estético-emocional que se tornou um dos pontos principais na concorrência existentes entre as marcas. Essas ações ainda caracterizam o capitalismo artista pelo peso crescente daquilo que chamamos de mercados da sensibilidade e do *design process*. O universo consumista está intimamente integrado por um trabalho sistemático de estilização dos bens e dos lugares mercantis.

O geógrafo Allan Scott (2001) compartilha com as análises de Gilles Lipovetsky e Jean Serroy (2015) sobre o processo de ligação e relações entre o capitalismo e cultura. Para o autor, é visível a convergência entre a área econômica e cultural principalmente quando a própria cultura está cada vez mais caracterizada por bens e serviços mercantilizados.

Scott em seu artigo *Capitalism, cities and the production of symbolic forms* (2001), salienta que a relação entre capitalismo e estética nem sempre ocorreu de maneira interligada como atualmente. Na realidade, o capitalismo possuía ações mais antitéticas aos interesses artísticos e estéticos. Os séculos XVII, XVIII e especialmente o século XIX apresentava um capitalismo mais focado na ordem econômica das formas organizadas e muitas vezes visto de maneira desumana na conjuntura da industrialização e da urbanização. Nesse mesmo período, os ideais estéticos tinham por objeto um romantismo irreal.

No século XX, as relações entre estética e acumulação de capital permaneciam num processo de tensão, em especial no formato urbano das sociedades de capitalismo avançado. A partir da década de 1970, com a produção de massa fordista em declínio, acreditava-se que o capitalismo iria enfrentar diversos problemas em seu processo e organização. Porém, ocorreu o contrário, o capitalismo conseguiu uma virada histórica no final dos anos 1970, perpassando por uma reestruturação econômica, tanto no que se refere à oferta e quanto à demanda.

Ainda segundo Scott (2001), os anos de 1980 desencadearam novos rumos de desenvolvimento e de expansão econômica do/no mundo capitalista. A cultura, em sua visão e percepção para uma produção estética, artista e do *design*, ganha uma nova frente no sistema capitalista.

O autor relata que a partir de um ponto de vista restrito à sociologia “podemos, em certo sentido, cortar o nó górdio desse quebra-cabeça com a observação de que o capitalismo pode ser visto como apenas outro momento histórico de produção cultural, embora, é claro, ele não produza apenas qualquer cultura”. Para Scott as empresas capitalistas “distribuem uma gama extraordinariamente variada de produtos e experiências culturais, na tentativa de atender ao crescente e sempre mutável volume de demanda”. Em sua visão, “os consumidores também não são meramente recipientes passivos na ponta de final desse processo”.

Em nossa análise sobre o estudo de Scott observamos também que “muitos tipos de grupos contestadores são trazidos para a estrutura de demanda da nova economia cultural do capitalismo. Existe também muito conflito ativo quanto aos significados e imagens contidas no crescente fluxo de bens e serviços ofertados [...]”. Essa ação, “[...] leva a uma política cultural que está diretamente relacionada com a cultura mercantilizada, embora raramente se coloque em oposição radical a ela” (SCOTT, 2001, p. 20).

Ratificando as reflexões apresentadas por Allen Scott (2001), Gilles Lipovetsky e Jean Serroy (2015) e outros na era atual onde o capitalismo está inserido – a era *transestética* estaria ligada ao processo de remodelação no essencial por lógicas de mercantilização e de individualidades extremas. Desta maneira, em tempos de estetização dos mercados de consumo, o capitalismo artista realiza uma multiplicação dos

estilos, das tendências, dos espetáculos, dos locais de arte. As outras eras da estetização do mundo divididas pelos autores seriam a *artealização ritual*, a *estetização aristocrática* e a *moderna estetização do mundo*.

Ocorre um lançamento contínuo de novas modas em todos os setores de produção, propiciando uma escala do sonho, das emoções e do imaginário. “É um universo de superabundância ou de inflação estética que se molda diante dos nossos olhos: um mundo *transestético*, uma espécie de hiperarte, em que a arte se infiltra nas indústrias, em todos os interstícios do comércio e da vida comum”. (LIPOVETESKY; SERROY, 2015).

A estética, a arte e o design ganham cada vez mais formas seja no vestuário, na moda, na música, nos grandes eventos, show, cinema, teatro, na arquitetura e nas formas simbólicas dotadas de espacialidade ou não, nos grandes centros urbanos de produção e reprodução capitalista. Essa nova realidade de produção capitalista contempla os diferentes nichos de mercado, como os gostos e as esferas de grupos sociais distintos. O que favorece a diversidade cultural, artística e abranda novas dinâmicas nas relações ligadas ao mundo como o cinema e a música, a publicidade, as *catedrais do consumo* – os *shopping centers*, o espetáculo e divertimento, os hiperespetáculos, o mundo *kitsch*, a internet, o consumo cultural, entre outros. A religião, e em nosso exemplo a Igreja Católica Apostólica Romana e a Comunidade Católica Canção Nova se apropria dessas novas relações existentes entre o capitalismo artista e estéticos para a criação de novos modelos de produção e difusão da fé através do ciberespaço e dos novos bens simbólicos religiosos produzidos. A indústria e o mercado também se apropriam nessas novas ações e de difusão da fé para geração e criação de novos empreendimentos visando o lucro.

Religião e Fé na era Hipermoderna

A religião se adapta diante das práticas sociais. A Igreja conservadora da nova realidade de comunicação e com a perda de fiéis em suas igrejas entende que o domínio poderoso da comunicação religiosa deve ser de extrema relevância e oportuna na manutenção do poder de gestão evangelizadora no mundo.

O *Ciberespaço através das mídias/redes sociais*, *Facebook*, *Snapchat*, *YouTube*, *Twitter*, *Tumblr*, *Google+*, *Instagram*, *Flickr*, *WhatsApp*; o *Mass Media* – TV, Rádio, Internet e sistemas operacionais móveis - como *Android* da Google e *iOS* da Apple, são novas estratégias que possibilitam a Igreja ter ação de poder, domínio e controle dos fiéis.

A difusão da fé através dos meios de comunicação em suas diferentes esferas e escalas de uso possibilita ao devoto uma aproximação com o divino. Um comportamento de mudança na tradicionalidade da Igreja. Antes o ritual com o divino só poderia ocorrer dentro das Igrejas. A mudança ocorre no rito da difusão por contato atualmente no período pós-moderno ou hipermoderno. A prática devocional da difusão por contato ocorre também fora da Igreja, a apropriação da forma midiática, porém com a mesma função devocional. Podemos acrescentar a condição da sociedade pela busca do seu *self*, da individualidade da prática que favorece ao devoto sua participação na Missa; da reza do terço; da leitura da bíblia e do evangelho do dia; a participação em shows, em palestras e inúmeras outros rituais religiosos sem sair de sua casa. A *TV*, a *Internet* ou o *celular* permitem a vivência religiosa no tempo e no espaço.

A dualidade espaço e tempo religioso se insere até mesmo nos tipos de peregrinações (OLIVEIRA,

2011, 2015) e ao mesmo tempo em que traz o *novo*, apresenta a estratégia da Igreja em apresentar à sociedade a sua busca tradicional, permanecendo o conservadorismo na Igreja (CARRANZA; MARIZ, 2009). Nesse sentido, ressaltamos que apesar de existir novas frentes de evangelização, o católico praticante continua participando dessas práticas dentro da Igreja. O contato físico no lugar – Igreja.

A relação do homem com a divindade apresenta-se variada em múltiplas religiões. A subjetividade, na identidade religiosa, faz parte deste diálogo. “Por que as religiões são diferentes?”, perguntam-se as pessoas e a resposta é “porque as experiências individuais são diferentes. Quando se reúnem em torno de um denominador comum, configura-se uma religião” (SKORKA; BERGOGLIO, 2013 p. 27).

A difusão da fé *online* e os diferentes tipos de expansão da devoção em fluxo de mensagem na mídia permitem atingir inúmeros devotos. Representa um fluxo de informações da mensagem religiosa por diferentes meios de diferentes novos usos da informática. A Igreja Católica Apostólica Romana a partir de suas diferentes frentes de difusão da fé, como as comunidades de vida e aliança ligadas ao movimento de Renovação Carismática Católica se utilizam das novas tecnologias e das mídias para comunicação da boa nova. Trata-se de estratégia na divulgação de suas ideias, a de cunho religioso tem sucesso, como exemplo dos canais e páginas católicas no *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *YouTube*, *Flickr*, entre outros.

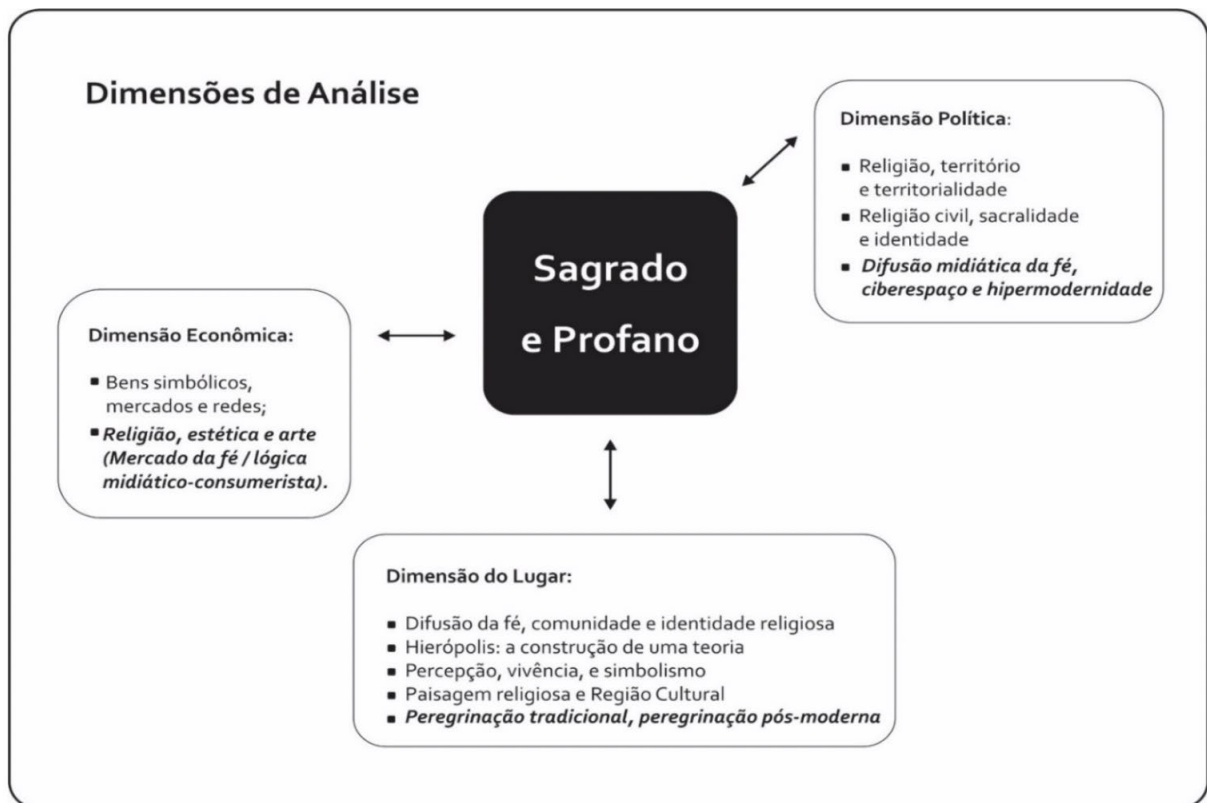
Consideramos que o homem religioso na hipermodernidade não apenas possui suas características e práticas tradicionais do viver e sentir o sagrado, como destacado pelo autor Greco (2009) e Rosendahl (2012), mas também apresenta novas práticas de vivência da fé a partir dos meios de comunicação e do *ciberespaço*, ou seja, uma prática religiosa virtual, imaginária e simbólica. “O homem religioso é aquele que foi tocado pela potência sagrada. Ele pode orar, oferecer sacrifícios, realizar atos religiosamente motivados, uma vez que foi atingido pela manifestação do Sagrado (...)”, esse sagrado, “transforma seu ser e sua existência, tornando-o seu interlocutor e solicitando sua resposta”. É constituído como sujeito de uma experiência, enquanto é o “objeto” da ação divina (GRECO, 2009 pp. 87-88).

A partir dessa dinâmica, o homem religioso participa de missas e eventos que são transmitidas através de redes de televisões católicas, a partir da *internet* e de aplicativos em *smartphones*. O tempo religioso entre o *homo religiosus* e o sagrado pode vir a ocorrer também através de *capelas virtuais*, *velas virtuais* e *aplicativos* como o da *bíblia*.

As relações entre o homem religioso e a tecnologia estão inseridas nos estudos geográficos da religião através das dimensões de análise – dimensão política, dimensão econômica e dimensão do lugar (ROSENDAHL, 2003; OLIVEIRA, 2017). As três dimensões inseridas no contexto da hipermodernidade, permite ao geógrafo uma ampliação do campo de análise, como estamos apresentando ao longo deste trabalho. Na figura 1 temos a construção da análise em geografia da religião no Brasil através dos estudos da geógrafa Zeny Rosendahl (2003) e do geógrafo Jefferson Oliveira (2017). Apoiado nas categorias de análise o sagrado e o profano, o geógrafo poderá em sua investigação, trabalhar com uma das três dimensões de análise de acordo com seu objeto a ser estudado.

A hipermodernidade e seus novos paradigmas, permite ao homem religioso vivenciar novas experiências como: a) as relações entre o sagrado, os meios de comunicação e o ciberespaço; b) as relações entre religião, estética, mercado da fé e consumo e; c) nas peregrinações e nas novas práticas religiosas (OLIVEIRA, 2017).

Figura 1 - Dimensões de Análise



Fonte: Autor, (2017), baseado em Rosendahl, (2003).

Território e Territorialidade religiosa: fé, mercado e consumo

Quando pensamos em território religioso e territorialidade religiosa da Igreja Católica, destacamos a obra da geógrafa Zeny Rosendahl (2012) chamada *Primeiro a obrigação, depois a devoção: Estratégias espaciais da Igreja Católica no Brasil de 1500 a 2005*. Neste livro, a geógrafa destaca as diferentes estratégias espaciais de manutenção e difusão da fé católica no Brasil em diferentes períodos históricos.

Para poder realizar a gestão de seus territórios, a Igreja Católica criou, a partir de uma territorialidade religiosa, ações para melhor controle. Em relação à territorialidade, devemos destacar que se trata de uma ação realizada de maneira individual ou em grupo, na busca de realizar uma influência ou controle de pessoas, fenômenos e relações, possibilitando desta maneira o controle sobre uma determinada área (SACK, 1986). Segundo Rosendahl (2002, 2003, 2012), interpretar o fenômeno religioso neste contexto é de extrema importância para perceber a inquirir a estratégia geográfica de controle de pessoas e coisas em territórios onde a religião se estrutura enquanto instituição.

Deste modo, a territorialidade em um contexto religioso, ou seja, uma territorialidade religiosa a partir do viés geográfico, seria um conjunto de práticas que uma determinada instituição, grupo social religioso ou leigo desenvolve com o objetivo de controlar um dado território religioso. Neste território, o sagrado e seu efeito de poder transmitem uma identidade de fé em um sentimento de propriedade mútuo (ROSENDAHL, 2001). Se trouxermos a interpretação da territorialidade religiosa para a abordagem da geografia cultural pós-1980, teremos em seu significado um conjunto de práticas desenvolvidas por

instituições ou grupos religiosos, para manter, controlar pessoas ou objetos em um território religioso legitimando determinada fé (ROSENDAHL, 2005, 2008).

Ao longo da obra de Rosendahl (2012), a autora destaca as ações realizadas pela Igreja Católica desde 1500 até o ano de 2005, ou seja, 505 anos de estudos sobre a gestão e criações de territórios religiosos, que são controlados a partir de uma territorialidade religiosa. Apesar de exercer de maneira qualificada a gestão de seus territórios, vide que a instituição católica existe no mundo a mais de 2000 mil anos, novas estratégias para o controle de sua organização espacial deveriam ser criadas para possibilitar a continuidade de suas relações de poder em seus territórios (FOUCAULT, 1979).

Nos estudos de Rosendahl (2012), a paróquia como território religioso, possui um papel estratégico dentro da Igreja Católica, visto que representa para o homem religioso um território religioso próximo, onde as ações da Diocese e o Vaticano atinge o devoto, um lugar simbólico, um elo de ligação entre ele e a divindade. Neste caso, observamos uma forte identidade religiosa no lugar. A paróquia é tida como um território religioso principal da vida das comunidades locais. Ela, como território, torna-se reconhecida visto que nela ocorre o controle da liturgia diária, estando assim na escala da convivência humana.

A Igreja Católica em toda sua construção hierárquica, mantém até os dias atuais seus territórios religiosos a partir de ações e práticas desenvolvidas, no sentido de controlar pessoas e objetos, legitimando e mantendo sua existência através de uma territorialidade religiosa. A hierarquia territorial da Igreja Católica é construída a partir de redes, que é constituída inicialmente a partir do Vaticano onde o Papa comanda todas as unidades territoriais, os arcebispos sobre as arquidioceses, os bispos sobre as dioceses, e os sacerdotes com jurisdição em suas paróquias (ROSENDAHL, 2012). Agora, não apenas os territórios religiosos controlados por um profissional religioso em seus três níveis hierárquicos (ROSENDAHL, 2012) tornam-se necessários para a continuidade institucional, como temos em escala decrescente de importância hierárquica político-administrativo na Igreja Católica como o *Vaticano, Dioceses e Paróquias*, mas também se torna necessária a expansão de suas fronteiras territoriais para outros territórios, como o *ciberespaço* e os *meios de comunicação*.

Os territórios oriundos através do ciberespaço – *sites, blogs, Facebook, jogos, aplicativos para smartphones, canais no YouTube* e dos meios de comunicação – *redes de TV católicas, rádios*, são vitais para auxílio da continuidade da Igreja. A partir do Concílio Vaticano II, o surgimento do Movimento da Renovação Carismática Católica (RCC) está propiciando um recrudescimento religioso, por ser tratar de um movimento que consegue ter acesso mais aberto com os jovens, além de fomentar uma renovação e forner a criação de novas estratégias para difusão da fé católica, diminuindo assim a perda de fiéis (OLIVEIRA, 2014, 2015).

No contexto pós-moderno, em especial a partir da hipermodernidade, onde temos o contexto da difusão da fé através das mídias e do mercado, podemos destacar que o pensamento de Silveira (2014, p. 221):

Desencaixadas de seu *locus* de origem e circulando por meio do consumo de bens simbólicos-materiais, as representações imagísticas são catapultadas pelas mídias de massa e eletrônicas, em um processo de convergência com novas plataformas físicas (*celulares, ipads, iphones*), potencializando o circuito do consumo e afetando fortemente a maneira como se concebe o religioso, a experiência do sagrado e as religiões.

Ainda segundo Emerson Silveira (2014, p. 221), “é na hipermodernidade, entendida como aceleração da modernidade capitalista em suas dinâmicas e contradições internas, que a religião interage com o consumo e o espetáculo, dilacerada entre a autonomia e a heteronomia, o endurecimento e a liquefação, as reiteraões e as invenções”. Essa afirmação demonstra a liquidez do fenômeno religioso no atual período em que a sociedade está inserida.

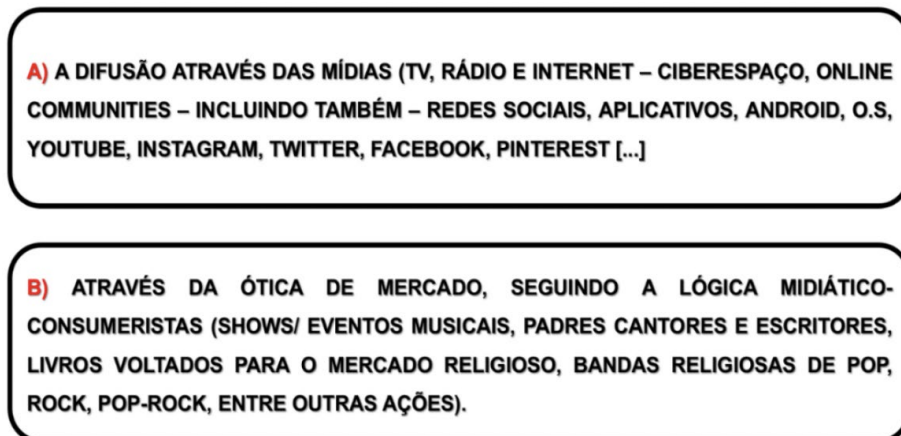
A partir da hipermodernidade, o avanço das tecnologias e de novas maneiras de ver e sentir o sagrado, a territorialidade católica, alcançou novos patamares a partir da difusão através das mídias, englobando aqui *TV, Rádio e Internet*. Antes, a paróquia, como principal lugar de contato e vivência da fé católica, passou a dar lugar para a experiências fora de suas fronteiras físicas, ou seja, ocorre uma expansão do polo hierofânico.

O destaque para essas transformações ocorre através das mídias – programas de rádio, como o do Padre Marcelo Rossi, permitem ao devoto transcender para um *espaço sagrado imaginalis* – espaço de encontro com o sagrado (ROSENDAHL, 2002).

Desta maneira, podemos destacar a difusão da fé católica no período hipermoderno a partir de dois pontos: a) a difusão através das mídias – TV, Rádio e *Internet* e; b) através da ótica de mercado, seguindo a lógica midiático-consumeristas – shows, eventos musicais, padres cantores e escritores, livros voltados para o mercado religioso, bandas religiosas de pop, rock, pop-rock, entre outras ações, vide figura 2.

Figura 2 - A difusão da fé católica na hipermodernidade

A DIFUSÃO DA FÉ CATÓLICA NA HIPERMODERNIDADE



Fonte: Autor, (2017), baseado em Silveira, (2014).

A partir da figura 2, podemos determinar que o estudo geográfico da religião, a partir da hipermodernidade, é dividida em duas partes. Na primeira apresentada, o item A, temos por enfoque o estudo das mídias e seu processo de difusão. Como a religião se apropria desses meios para propagar/difundir sua doutrina?

No item B, o prisma está voltado a partir da perspectiva do consumo e da produção de bens simbólicos religiosos, assim como a ótica de mercado dos grandes eventos e shows. Apesar de nossa ênfase estar centrada no catolicismo (RCC), a mesma análise poderá ser realizada para outras doutrinas religiosas

que estão inseridas no contexto de difusão da fé *on-line*.

Segundo o cientista da religião e comunicólogo Jorge Miklos (2012), as religiões passaram a utilizar as mídias, com uma justificativa oficial de conversão. Em nosso estudo, no Vale do Paraíba Paulista, como veremos nos capítulos seguintes, observamos uma variedade de programações de rádios e especialmente na TV focados em doutrinas religiosas católicas ou cristãs de cunho protestante pentecostal e neopentecostal através de jornais, revistas, sites especializados em conteúdos voltado para o público gospel. Observamos uma teia de inter-relações e a construção de um mercado consumidor em elevada expansão e que possui um público que consome aquilo que é produzido.

Para Miklos (2012, p. 20), os meios de comunicação e a religião estão interligados, possuindo assim “uma relação de interdependência, passam a formar um conglomerado complexo – uno e diverso”, ou seja, um canal, “um caminho de difusão de bens simbólicos, especificamente dos emblemas religiosos que pautam a visão de mundo proposta pela religião que utiliza esses meios eletrônicos” (MIKLOS, 2012 p. 29).

Em relação à Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil, a preocupação maior seria em manter a sua hegemonia à frente de outras doutrinas religiosas. Com as mudanças sociais e culturais na sociedade ocorridas a partir do final do século XX e início do século XXI, com uma ampliação na difusão dos meios eletrônicos, a evangelização, que ocorria especialmente de maneira tradicional através de missas presenciais, passa a ter um novo alcance e abrangência a partir de massas consumidoras cristãs ou não (MIKLOS, 2012).

O também comunicólogo e jornalista Moises Sbardelotto, em seu livro “*E o verbo se fez bit*”: a comunicação e a experiência religiosa na internet (2012), faz alusão a palavra *bit*, que da informática significa *digito binário*, e a menor unidade de informação que pode ser armazenada ou transmitida para retratar as novas relações entre o *homem religioso* e o *sagrado* no período pós-moderno. Se antes o *verbo* físico e concreto era a palavra de Deus, nos dias atuais, um *novo verbo* surgiu, ou seja, Deus é disponibilizado na rede, e a partir desta, o homem religioso pode ter acesso a diferentes interações com o sagrado em uma ambiência religiosa e digital.

Hoje, por meio das mídias digitais – especialmente da internet –, manifesta-se a configuração de um “novo verbo”, de um novo tipo de relação fiel-sagrado. Em uma “sociedade da comunicação generalizada”, especialmente a partir do surgimento das mídias digitais, percebemos que a internet passa a ser também um ambiente para as práticas religiosas, que caracterizam um fenômeno de midiatização das sociedades contemporâneas (SBARDELOTTO, 2012, p. 23).

A mídia no contexto hipermoderno, possui uma importância vital de inteligibilidade para compreensão das novas relações sociais. Comungando com as ideias de Joana Puntel (2012, p. 63), a mídia “é um sistema complexo que envolve não mais simplesmente os meios, mas o sujeito, os meios (artefatos), as organizações de mídia com as suas várias combinações e articulações: publicidade, marketing etc.”. Desta maneira, continua a autora ao relacionar mídia como um sistema complexo, onde “é nele que o homem contemporâneo se move, se articula, se alimenta, produz, consome e “satisfaz” seus desejos, através da variedade e diversidade das ofertas sempre em crescente inovação” com isso, “(...) para as novidades que poderiam atrair e despertar as necessidades, reais ou imaginárias, dos consumidores”. Essa afirmação da autora, vai ao encontro com os pensamentos de Roger Silverstone (2002, p. 9) quando ele frisa que não podemos escapar da mídia “ela está presente em todos os aspectos de nossa vida cotidiana”.

O sagrado e o mercado: o exemplo de Cachoeira Paulista, SP

No ano de 2004, a Canção Nova e a cidade de Cachoeira Paulista alcançaram o ápice das peregrinações com a inauguração do Centro de Evangelização Dom João Hipólito de Moraes, conhecido pelos peregrinos como Centro de Evangelização. Com sua inauguração, a comunidade Canção Nova teve a possibilidade de receber um número cada vez mais expressivo de peregrinos. O Centro de Evangelização tornou-se uma nova centralidade dentro da comunidade e da cidade, podendo comportar até 100 mil peregrinos.

Desde a chegada do grupo social religioso da Canção Nova em Cachoeira Paulista na década de 1980, a cidade vem passando por um processo de especialização em seus serviços e no comércio, que visa principalmente aos peregrinos que chegam à cidade ao longo dos acampamentos de oração. O setor de serviços compreende mais de 80% de toda produção econômica do município. São os hotéis, pousadas e restaurantes que modificam e dão uma nova dinâmica ao lugar (OLIVEIRA, 2015).

Ao longo deste item, iremos apresentar duas ações inseridas no contexto hipermoderno de produção: a) apropriação do capital e novas dinâmicas produtivas interligadas a partir da fé, ou seja, empreendimentos imobiliários e; b) a espetacularização da fé através da produção de pessoas (religiosos ou não) e bens simbólicos religiosos para atender as novas dinâmicas do mercado.

É dentro dessa realidade que apresentamos o item A, o qual destacaremos as novas relações na cidade de Cachoeira Paulista mediante as demandas do mercado. São dois empreendimentos imobiliários, um em processo de construção e outro finalizado. Ambas as construções se apropriam da atual conjuntura social capitalista do consumo estético (LIPOVETSKY; SERROY, 2015) e se apropriam do sagrado, em nosso caso – em Cachoeira Paulista / Canção Nova, como frente de comércio e produto (BAUDRILLARD, 2007). Essa realidade ocorre através de fatores locacionais favoráveis para a localização dos empreendimentos (CORRÊA, 1997, 1999).

O primeiro empreendimento finalizado se chama *Domus Angelis Residencial* e o segundo em construção o *Condomínio da Fé*. Ambos estão localizados próximos a Canção Nova. Com nome em latim, o *Domus Angelis Residencial* – ou em sua tradução, Residencial Casa dos Anjos – foi um dos primeiros marcos com a entrada de uma construtora de porte médio/grande para construção de um prédio residencial na cidade. Essa nova ação poderá gerar o início do processo de uma especulação imobiliária na cidade, semelhante ao que aconteceu em Aparecida – SP, ainda que de maneira incipiente.

O *slogan* utilizado pela construtora do *Domus Angelis Residencial* é a apropriação do nome do lugar para se vender o produto – vende-se o status religioso do lugar. Desta maneira, a propaganda era a seguinte frase – “*Venha morar ao lado da Canção Nova*”, observamos aqui a força que o sagrado e os peregrinos, na qualidade de agentes modeladores do espaço e da cidade, possuem para o ordenamento e crescimento da cidade.

Na figura 3, temos duas temporalidades distintas, uma marca o residencial em construção no ano de 2014, e a outra em 2017, marcando a inauguração do residencial. No site oficial da construtora encontramos um pequeno fragmento de texto que destaca a localização e as amenidades do lugar.

O *Domus Angelis Residencial* oferece o charme e a qualidade de construção no ponto mais privilegiado da cidade de Cachoeira Paulista – SP, com exclusiva infraestrutura de lazer e entretenimento. O empreendimento perfeito para quem gosta de tranquilidade, e de apreciar a

belas imagens da Serra do Mar e Serra da Mantiqueira.

O empreendimento está aproximadamente à 250 metros da Igreja da Canção Nova (MACLUS, 2017³).

Um ponto que chamou atenção durante as obras do residencial foi uma das placas colocadas próximo ao local no final do ano de 2014. Na placa, era de comum observação ler todos os elementos que se assemelhavam a qualquer outra construção urbana, em qualquer lugar do Brasil, mas não em Cachoeira Paulista. Verificamos nas opções de lazer que o prédio oferecia, entre algumas, uma em especial, uma *capela*.

Não apenas se vende a localidade próximo ao sagrado – Canção Nova e Santuário do Pai das Misericórdias⁴ -- como também, oferece ao peregrino interessado em comprar aquele imóvel, ter a chance ainda de realizar suas orações e um contato com o sagrado diretamente do seu prédio. Ainda ocorre a vinda de um sacerdote-profissional religioso especializado ao condomínio para realização de atividades religiosas, a missa.

Figura 3 - Diferentes temporalidades do *Domus Angelis* e o destaque para o sagrado



Fonte: Autor, (2017).

³ Site da construtora Maclus falando sobre o projeto Domus Angelis. Disponível em: <<http://maclus.com.br/project/domus-angelis-residencial/>> Acesso em: 08/07/17.

⁴ Santuário localizado dentro da Comunidade Canção Nova em Cachoeira Paulista, inaugurado no ano de 2014.

O próximo empreendimento em construção é o *Condomínio da Fé*, nome do megaprojeto residencial que em construção em um terreno da Canção Nova em parceria com a construtora Simão & Simão de São José dos Campos. A pedra fundamental foi abençoada por Monsenhor Jonas Abib no dia 29 de novembro de 2016.

O projeto que estará à apenas 150 metros de distância da entrada principal da sede da Canção Nova no Bairro Alto da Bela Vista em Cachoeira Paulista, possuindo assim, além da infraestrutura, uma localização privilegiada. O condomínio contará com um total de 1222 (mil e duzentas e vinte e duas unidades) divididas em 3 torres de apartamentos estúdios em 14 andares e 2 torres de apartamentos de apenas 1 dormitório.

O projeto para a comunidade servirá de arrecadação, levantamento de capital para sua campanha mensal do Projeto Dai-me Almas – que é a soma de tudo aquilo que é arrecado mensalmente pela comunidade Canção Nova, e que serve para o seu custeio e manutenção.

Figura 4 - Condomínio da Fé em Cachoeira Paulista



Fonte: Autor, (2017).

Ainda de acordo com o site do Condomínio da Fé (2017), a ideia principal para a construção surgiu “ao se pensar nas pessoas que querem morar perto da Canção Nova, nos estudantes da Faculdade Canção Nova, nos moradores de Cachoeira Paulista e região que buscam a oportunidade de ter o seu imóvel e também nos empresários que gostariam de investir”.

A partir dessa citação, observamos novamente a questão da relação entre a localidade religiosa

como produtora e o peregrino como consumidor deste simbolismo forte do lugar em relações fortemente interligadas. A próxima citação que vamos evidenciar ratifica ainda mais essas ações – dimensão econômica da fé. “O condomínio é da construtora Simão & Simão e recebe o apoio da Canção Nova como parceira, pois o projeto traz benefícios para as pessoas que querem e precisam morar próximo a esse Território Eucarístico.” (CONDOMÍNIO DA FÉ, 2017). No slogan de venda do empreendimento ainda é evidenciado como *marketing* que morar no

Condomínio da Fé significa estar bem próximo à Canção Nova e poder acompanhar tudo o que acontece inclusive no Santuário do Pai das Misericórdias; os estudantes estarão próximos à Faculdade Canção Nova além da realização do sonho do imóvel próprio. Além disso você ainda poderá contar com os serviços do Condomínio, que incluirão lavanderia coletiva com máquinas de lavar e secar, biblioteca, salão de festas, academia, pista de caminhada, serviço de zeladoria, segurança e portaria 24h! O empreendimento ocupa uma área de 27 mil metros, com muita paz e verde, além do melhor, estar ao lado da Canção Nova! (CONDOMÍNIO DA FÉ, 2017).

O item B evidencia as relações entre a fé e o mercado a partir da venda de produtos e na construção de um portador do carisma de acordo com a ótica do mercado. Na década de 1990, Padre Marcelo Rossi era o principal vínculo religioso católico na difusão da Renovação Carismática Católica pelas redes midiáticas seculares⁵. Vendendo milhares de CD's e livros, o padre foi um excelente atrativo na venda de bens simbólicos religiosos. Atualmente Padre Marcelo Rossi não atende totalmente ao consumo dos devotos. É pela ótica de mercado que a religião vem interagir com a produção e o consumo.

A produção e venda de bens simbólicos religiosos inseridos no contexto da hipermodernidade (SILVEIRA, 2014) exige outros fatores. O Padre Fábio de Melo, em seu contexto musical, artístico e poético tem o poder de coesão religiosa. É o atual escolhido da mídia, pelos devotos e não religiosos que consomem sua espiritualidade na música e em programas de TV.

Sua presença na mídia secular e na religiosa⁶ é bem relevante, Padre Fábio, ao participar dos acampamentos, em Cachoeira Paulista, atinge a partir da divulgação do acampamento um número maior de fiéis. Segundo o antropólogo Emerson Silveira (2014, p. 221), “atrelado a todo esse mercado *gospel*, centenas de objetos, serviços e produtos são lançados e consumidos, misturando-se as fronteiras entre as dimensões deste e do outro mundo, do transcendente e do imanente”. A sociedade capitalista estética nunca esteve tão voltada para o consumo como atualmente, e a religião participa desse processo (HARVEY, 1993; BAUDRILLARD, 2007; BAUMAM, 2008; SILVEIRA, 2014; LOPOVETSKY e SERROY, 2015).

Conclusão

Ao longo deste trabalho realizamos um panorama do campo geográfico da religião, apresentando ao leitor as relações entre geografia e religião e suas frentes de estudos e pesquisas a partir das dimensões de análise – Política, Econômica e do Lugar. No decorrer do texto, tornou-se possível decodificar as ligações entre fé e mercado em um novo contexto social e contemporâneo denominado hipermodernidade. Através

5 Mídia secular é aquela de origem não religiosa.

6 Padre Fábio de Melo possui um programa na TV Canção Nova chamado Direção Espiritual. Segundo informações do Site Canção Nova (2017), o programa “[...] transcorre em clima de oração, louvor, reflexão e acolhimento e promove uma grande interação com público, que participa pelo telefone, e-mail e redes sociais.” Essas últimas palavras da citação revela o poder das mídias na difusão do sagrado.

das novas relações e trocas sociais e econômicas no século XXI, a religião vai se transformando e se adaptando às novas realidades sociais, culturais e políticas, e o mercado também se apropria desse novo contexto.

As novas transformações no sistema capitalista de produção – *capitalismo estético e artístico* (LIPOVETSKY; SERROY, 2015), assim como o processo de desenvolvimento e propagação dos meios de comunicação e do ciberespaço, favorecem o surgimento de novas estratégias de difusão da fé e da produção e venda de bens simbólicos religiosos. A indústria da construção civil não fica de fora, e se insere nesse contexto para a construção e vendas de empreendimentos comerciais e residenciais em cidades que apresentam um fluxo contínuo de peregrinos como a cidade de Cachoeira Paulista nos últimos 10 anos.

Através das dimensões política, econômica e do lugar (ROSENDAHL, 2003 e OLIVEIRA, 2017) entendemos como ocorrerem essas novas relações entre o sagrado, a fé e as novas dinâmicas econômicas, políticas e sociais da sociedade hipermoderna.

Referências

ALMEIDA, M. G.; RATTI, A. J. P. (orgs.). **Geografia: Leituras Culturais**. Goiânia. Editora Alternativa, 2003.

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2007.

BAUMAM, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. **Vida para o consumo**. A transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CARRANZA, B.; MARIZ, C. L. Novas comunidades católicas: por que crescem? In: CARRANZA, B.; MARIZ, C.; CAMURÇA, M. (Org.) **Novas comunidades católicas: em busca do espaço pós-moderno**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, p. 139-170, 2009.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999 (a).

_____. **Reflexões sobre a Geografia Cultural no Brasil**. Geografia Cultural. Espaço e Cultura (UERJ), n. 8, p. 7-29, 1999(b).

_____. A geografia cultural no Brasil. In: BARTHE-DELOIZY, F., and SERPA, A., orgs. **Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia [online]**. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012, pp. 11-25.

CONDOMÍNIO DA FÉ. **Site do Condomínio da Fé** - <<http://condominiodafe.com.br/>> Acesso em: 09/07/17.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 92-122.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. **O Espaço Urbano**. São Paulo, Ática, 1999.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **A Geografia Cultural Brasileira: Uma Avaliação Preliminar**. Revista da ANPEGE (ON-LINE), v. 4, p. 89 – 108, - <<http://www.anpege.org.br/revista/ojs2.2.2/index.php/anpege08/article/view/12/pdf5B>> 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOMES, P. C. C. Cenários para a Geografia: sobre a espacialidade das imagens e suas significações. In: CORRÊA, R. L e ROSENDAHL, Z. (Org). **Espaço e Cultura: Pluralidade Temática**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. pp. 187-209.

GRECO, C. **A experiência religiosa – essência, valor, verdade**. São Paulo: Loyola, 2009.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1993.

LÉVY, P. **O que é virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. **Cibercultura**. São Paulo: ED. 34, 1999.

LIPOVETESKY, G. **A sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos**. Barueri: Manoli, 2005.

_____. O reino da hipercultura: cosmopolitismo e civilização ocidental. In: JUVIN, Hervé; LIPOVETSKY, Gilles (Org.). **A Globalização Ocidental: controvérsias sobre a cultura planetária**. Barueri, SP: Manole, 2012.

LIPOVETSKY, G.; CHARLES, S. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. **A cultura mundo, resposta a uma sociedade desorientada**. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MACLUS. **Maclus falando sobre o projeto Domus Angelis**. Disponível em: <<http://maclus.com.br/project/domus-angelis-residencial/>> Acesso em: 08/07/17.

NORTON, W. **Cultural geography: themes, concepts, analyses**. Oxford University Press, 2000.

OLIVEIRA, J. R. **Representações e práticas religiosas da Renovação Carismática Católica em Cachoeira Paulista: o exemplo da Canção Nova**. Espaço e Cultura (UERJ), v. 30, p. 36-54, 2011. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/4951>> .

_____. **Canção Nova e as Peregrinações Pós-Modernas: Hierópolis Carismática de Cachoeira Paulista – SP**. São Paulo: Ed. Paco, 2015.

_____. **O on e o off da fé na hipermodernidade: a religião e as novas interfaces do sagrado na era 2.0.** O exemplo no Vale do Paraíba (SP). 2017. 267 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

OLIVEIRA, J. R.; ROSENDAHL, Z. Religião, Política e Espaço: a difusão da fé através do Mass Media e as Online Communities. In: MOREIRA, A. [et al.]. **Religião, espetáculo e intimidade: múltiplos olhares.** Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2014.

PUNTEL, J. T. Mídia e construção do desejo. In: VILHENA, Maria Angela; PASSOS, João Décio (orgs.). **Religião e consumo: relações e discernimentos.** São Paulo: Paulinas, 2012.

ROSA, H. **Alienation as Acceleration.** Towards a Critical Theory of Late-Modern Temporality, NSU Press, 2010.

ROSENDAHL, Z. Espaço, Política e Religião. In: ROSENDAHL, Z. e CORRÊA, R. L (org.), **Religião, Identidade e Território.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

_____. **Espaço e Religião: uma abordagem geográfica.** 2° ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

_____. Espaço, Cultura e Religião: Dimensões de Análise. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L (orgs.), **Introdução à Geografia Cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. “Território e Territorialidade: Uma perspectiva Geográfica para o Estudo da Religião”. In: ROSENDAHL, Z e CORRÊA, R. L. **Geografia: Temas sobre Cultura e Espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, pp. 191-226. 2005.

_____. **Hierópolis e Procissões: o sagrado e o espaço.** In: Religião & Cultura: Espaço Sagrado e Religiosidade. PUC/SP. n°14 (julho./dez. 2008). São Paulo: Paulinas-Educ, 2008.

_____. **Hierópolis: o sagrado e o urbano.** 2° ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

_____. **Primeiro a Obrigação, Depois a Devoção: estratégias da Igreja Católica no Brasil, de 1500 a 2005.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SBARDELOTTO, M. “E o verbo se fez bit”: a comunicação e a experiência religiosa na Internet. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2012.

SCOTT, A. J. **Capitalism, cities and the production of symbolic forms.** In: Transactions of the Institute of British Geographers, NS, 26 (1), p. 11-23, 2001.

SILVEIRA, E. S. Espetáculo, Religião e Consumo: passagens e tensões na hipermodernidade. In: MOREIRA, A. [et al.]. **A Religião entre o espetáculo e intimidade.** Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2014.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.

SKORKA, A.; BERGOGLIO, J. **Sobre o céu e a Terra.** Tradução: Sandra Martha Dolinsky. São Paulo: Paralela, 2013.

12. ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA BRASILEIRA: ANÁLISE DO COMPLEXO SOJA EM MATO GROSSO DO SUL

Ana Carolina Torelli Marquezini Faccin¹

Introdução

A partir da segunda metade do século passado, a região Centro-Oeste como um todo foi palco de uma nova configuração na divisão territorial do trabalho. O Mato Grosso do Sul, pela proximidade com São Paulo e pelas aptidões naturais do seu solo, tornou-se uma projeção da pecuária do sudoeste paulista. A partir desse movimento, consolidou-se como um complexo de carnes de importância nacional, contribuindo para que se firmassem os dois principais núcleos econômicos do estado, Dourados e Campo Grande, cujas experiências estavam intimamente ligadas ao mercado nacional.

A partir da década de 1960, chegaram ao estado os sulistas pioneiros da soja que, em razão da adaptação do grão ao clima do cerrado, começaram o cultivo em larga escala. Da década de 1970 em diante, a soja, assim como outros produtos de forte apelo comercial global (*commodities*), teve o poder de alterar paradigmas produtivos. O momento se tratava, portanto, da instalação de uma estrutura produtiva voltada, em grande parte, ao mercado internacional. Em Mato Grosso do Sul, um estado situado longe dos portos e com uma rede de transportes ineficiente, tal situação gerou a necessidade real de uma reestruturação logística para aumentar sua capacidade de escoamento de produtos agroindustriais e uma inserção mais expressiva no mercado mundial em tempos de globalização.

Ainda na década de 1970, o estado de Mato Grosso do Sul conheceu a introdução e tecnificação da pecuária e das lavouras, amplamente favorecidas por programas e incentivos públicos, o que desencadeou sua agroindustrialização. Esta, inicialmente, contava com baixo nível técnico e operava sob a tutela de pequenos grupos empresariais locais e regionais. A agroindustrialização iniciou-se com empresas de capital regional e com enormes articulações políticas e incentivos estaduais, como a redução de impostos. As grandes empresas multinacionais, mais tardiamente, investiram na implantação de uma rede estratégica de armazenamento, acompanhando e estimulando o avanço da agricultura comercial no estado, para que esta servisse cada vez mais à exportação de *commodities*, como afirma Lamoso (2011):

[...] a rede do comércio exterior se materializa no Mato Grosso do Sul através das dinâmicas produtivas que se valem das vantagens comparativas e competitivas, da inércia espacial, de heranças do próprio processo de ocupação (dado pela pecuária e pela produção de grãos), da interferência dos vetores externos (formados pelo par: política econômica nacional/demanda internacional). Os vetores externos definem as ligações em rede de frações do território com outros pontos, com a mediação do poder de mando das corporações (LAMOSO, 2011, p. 46).

¹ Mestra em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutora em Geografia (UFGD). Professora colaboradora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail: caroltorelli.faccin@gmail.com.

As ações combinadas entre estado e empresas transformaram a realidade produtiva da região nas últimas décadas, propiciando, primeiramente, o fortalecimento do comércio intra-regional, para depois efetuar a expansão e integração aos mercados internacionais, com a implantação de grandes empresas do agronegócio no território sul-mato-grossense.

O escoamento de produtos, por qualquer via, sempre se mostrou um grande desafio para o Mato Grosso do Sul. Assim, do ponto de vista metodológico, tomamos por ponto inicial de análise o território, sempre atravessado por inúmeros fluxos de diversas ordens, como um alicerce para projetos de desenvolvimento. O Estado tem por atribuição estabelecer políticas com o objetivo de estimular o desenvolvimento e consolidar atividades produtivas modernas. No entanto, diante dos imperativos de exportação atuantes em territórios como o do Mato Grosso do Sul, distante dos principais portos exportadores, também é papel do Estado investir em infraestruturas logísticas.

A agricultura tida como competitiva demanda uma organização do território capaz de suportar os fluxos demandados pelo mercado internacional. Tal organização, apoiada pelo Estado, é baseada em redes extravertidas, que promovem uma profunda especialização produtiva nos lugares.

O Estado tenta, atualmente, superar seus óbices logísticos através de investimentos na reorganização de um sistema de movimentos de alta racionalidade, tornando o espaço mais competitivo. Nesse momento, os circuitos espaciais produtivos graneleiro e sucroalcooleiro se mostram muito dinâmicos e demandam investimentos em logística, pressionando principalmente o poder público estadual.

No estado de Mato Grosso do Sul, tal situação é emblemática: a esfera privada, detentora dos meios de produção e grandes empresas do *agrobusiness* (francas controladoras dos sistemas de intermediação e distribuição, armazenamento, compra e venda de soja e subprodutos, insumos e maquinários), define e ordena parte do planejamento e investimento público em transportes e logística, influenciando fortemente o governo estadual e federal a servir aos seus interesses.

Regiões competitivas agrícolas e reestruturação logística em Mato Grosso do Sul: uma amostra do atual espaço agrícola brasileiro

As novas articulações entre redes e regiões demandam um sistema de conceitos e, nesse entremeio, a noção de região parece se destacar, pois permite diversas formas de compartimentação, que devem ser compreendidas de maneira sobreposta. A exacerbação da especialização regional produtiva caracteriza um tipo de região funcional aos mercados internacionais, com relações que extrapolam o lugar e o país. Diante desse quadro, o estado de Mato Grosso do Sul apresenta regiões competitivas agroindustriais, que se mostram progressivamente especializadas, originando um espaço do qual os pequenos produtores são excluídos e a diversidade produtiva está ausente.

Assim, criam-se regiões cujo maior atributo é a competitividade, gerando o termo região competitiva, que se define, conceitualmente, como “compartimento produtivo do espaço geográfico, cujas forças de coesão se estabelecem a partir de uma combinação de competências técnicas locais com interesses políticos distantes” (CASTILLO, 2010, p. 19). A logística – ou circulação corporativa – está no foco de nossa análise e a definimos como expressão geográfica da produção na era da mundialização. O papel do Estado regulador a favor de grandes empresas em detrimento de necessidades da população expõe o retrato cruel da situação

social estabelecida no território brasileiro.

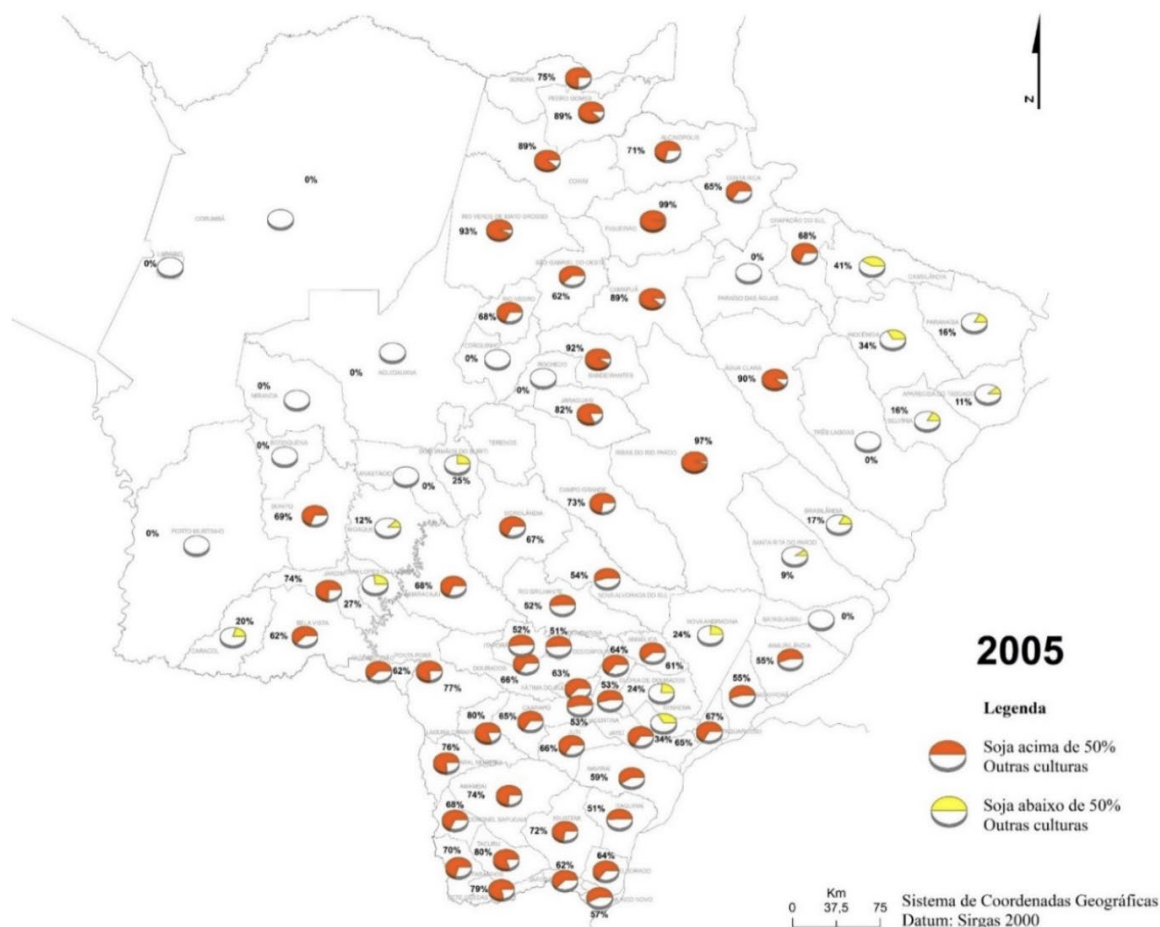
O estado de Mato Grosso do Sul, portanto, apresenta a necessidade de uma abordagem crítica quanto ao processo de grandes alterações em infraestrutura e alta especialização funcional da produção agrícola. Desse modo, a vulnerabilidade econômica a qual se expõem os territórios, em busca de maior competitividade e fluidez territorial, é uma situação delicada e umas das preocupações de nossa pesquisa.

A situação geral do referido estado nos proporciona terreno fértil para analisarmos os impactos causados pela especialização produtiva, conceito-chave para o entendimento das diversas regiões produtoras de *commodities* do estado. O Mato Grosso do Sul teve sua definição produtiva e econômica pautada segundo ditames externos, dentro do próprio território brasileiro, como bem aponta Lamoso (2011), e por demandas de mercados consumidores no exterior (no caso da soja, o maior consumidor de grãos e subprodutos provenientes do Mato Grosso do Sul seria o sudoeste asiático).

A cada período, o território mato-grossense (a partir de 1979, sul-mato-grossense), se organizava para atender aos impulsos externos, sob o comando da “região concentrada”, com destaque para a economia paulista. A região Sudeste, em particular o estado de São Paulo, exerceu o poder de espraiar as demandas do mercado interno, definindo, na divisão territorial do trabalho, o Mato Grosso do Sul como uma extensão da economia do Sudeste – uma afirmação clássica registrada por Goldenstein e Seabra (1989). A partir da incorporação do Cerrado pelo cultivo de soja, para reduzir o impacto causado pelo Choque do Petróleo, o Mato Grosso do Sul saiu do binômio trigo/gado para soja/gado e foi gradativamente ligado ao comércio internacional através das exportações de produtos do complexo soja e carne bovina (LAMOSO, 2011, p. 34).

A soja, assim como outras *commodities*, tem o poder de influenciar mudanças na infraestrutura e organização espacial dos territórios. Em Mato Grosso do Sul criaram-se espaços extremamente especializados, como regiões cuja área plantada do grão excede 90% em relação à soma da área plantada das outras culturas (vide mapa 1, para o ano de 2005).

Mapa 1 - Mato Grosso do Sul. Participação da área plantada de soja em relação à soma da área plantadas outras culturas, por município, 2005.



Fonte: Produção agrícola municipal, IBGE (2016). Organizado pela autora.

Nota-se a ocorrência de municípios onde a área plantada de soja ocupa mais de 90% do total das áreas utilizadas pela agricultura, o que indica um grau de especialização bastante elevado. O Estado brasileiro tem grande responsabilidade no que se refere ao incentivo à expansão da produção da soja, principalmente nos estados do Centro-Oeste. Assim, houve investimentos em pesquisa da cultura da soja em áreas de cerrado (com implantação de unidades da EMBRAPA, por exemplo) e programas de incentivo à produção e melhoria das condições de armazenamento e escoamento de produtos, além da especialização de portos para exportação de produtos do complexo-soja.

Nesse íterim, entendemos que tamanha especialização produtiva demanda certa infraestrutura de armazenamento e escoamento, além de serviços exclusivos, a exemplo de outras regiões altamente especializadas em toda a América do Sul.

A especialização regional produtiva, isto é, a reunião de fatores produtivos e de condições particulares (serviços, armazenamento, terminais, comércio, centros de pesquisa e informação) numa determinada porção do território gera condições para o aumento da produção e da produtividade, elevando, portanto, a competitividade de alguns lugares e regiões para um determinado tipo de produção (CASTILLO, 2007, p. 37).

Tal situação encontra semelhanças com outras regiões produtoras de soja na América Latina, sendo objeto de estudos variados que focam em sua dinâmica espacial única. O fenômeno da especialização,

sempre permeado por ações que extrapolam a região, envolve diversos níveis de poder e impactos que variam conforme o lugar e instigam o geógrafo a compreender o processo considerando todas as suas variáveis, como afirma Guibert (2009).

Dès lors, le soja soutient et justifie le phénomène actuel d'«agriculturisation» des espaces agricoles sud-américaines. Cette spécialisation productive croissant interroge le géographe, à la recherche des facteurs explicatifs des dynamiques spatiales en cours, d'identification des acteurs locaux et transnationaux impliqués, et des impacts socio-économiques et environnementaux (notamment en termes de développement rural) (GUIBERT, 2009, p. 431).

Em tradução livre:

(...) a soja sustenta e justifica o fenômeno da atual 'agriculturização' dos espaços agrícolas sul-americanos. Essa especialização produtiva crescente intriga o geógrafo à procura dos fatores explicativos dessas dinâmicas espaciais em curso, em busca da identificação dos atores locais e transnacionais envolvidos e dos impactos socioeconômicos e ambientais (especialmente nos termos de desenvolvimento rural) (GUIBERT, 2009, p. 431).

É fato de que o Mato Grosso do Sul, em sua estrutura, modificou-se em pouco tempo ao gosto dessas influências externas. Em um curto período, criaram-se regiões altamente modernas e voltadas para a produção agrícola em larga escala, com total apoio e incentivo estatal. Outros modelos de agricultura e a diversificação produtiva não tiveram a mesma prioridade por parte do poder público.

Tamanha especialização passa a exigir sistemas de transportes altamente racionalizados para a movimentação de produtos de altos volumes com baixo valor agregado, como são as commodities agrícolas. O crescimento de áreas com grande produção e, conseqüentemente, grandes volumes voltados à exportação, gera a urgência de investimentos estatais na modernização e expansão das vias, para um transporte mais eficiente e racional que supere as grandes distâncias até os portos.

Nesse sentido, a logística é vista como o grande meio difusor de fluidez territorial e globalização. Como afirma Ardinat (2012), a competitividade se tornou onipresente no discurso público; ela é invocada de maneira incessante pelos políticos e empresários. De maneira gradual, tanto no mundo como no Brasil, ter uma logística eficiente passou a ser preocupação do poder público e da esfera empresarial e privada. Resultando desse movimento temos a união que planeja promover grandes projetos de gestão territorial em comum. A prática é cada vez mais comum e dá origem a diversos planos, programas e políticas públicas que agem com o intuito de elevar a logística ao patamar de solução geral dos problemas econômicos e políticos, muitas vezes em detrimento de interesses mais urgentes e de ordem social.

O estado de Mato Grosso do Sul parece ter assimilado muito bem essas diretrizes e investe cada vez mais no desenvolvimento de sua rede de armazenamento e escoamento de produtos e *commodities*, em especial a soja e seus derivados, cuja cadeia é resultado de uma intensa divisão mundial do trabalho, em plena era da globalização.

Pour les géographes, ce discours a plusieurs conséquences. Du point de vue théorique, cela génère une nouvelle façon d'envisager le «territoire». Traditionnellement conçu comme un espace politique, borné par des frontières, le territoire, soumis à l'exigence de compétitivité, semble devenir un simple espace économique, jaugé selon des critères productifs et ouvert au libre-échange mondial. Cette redéfinition interroge en profondeur la géographie, qui a toujours donné à ce mot une place centrale (ARDINAT, 2012, p. 1).

Em tradução livre:

Para os geógrafos esse discurso tem várias conseqüências. Do ponto de vista teórico, gera uma nova forma de se enxergar o território. Tradicionalmente concebido como um espaço

político, delimitado por fronteiras, o território, sujeito à exigência de competitividade, torna-se simplesmente um espaço econômico, julgado apenas pelos critérios produtivos e aberto ao livre comércio mundial. Essa redefinição interroga profundamente a Geografia, que sempre deu a essa palavra um lugar central (ARDINAT, 2012, p. 1).

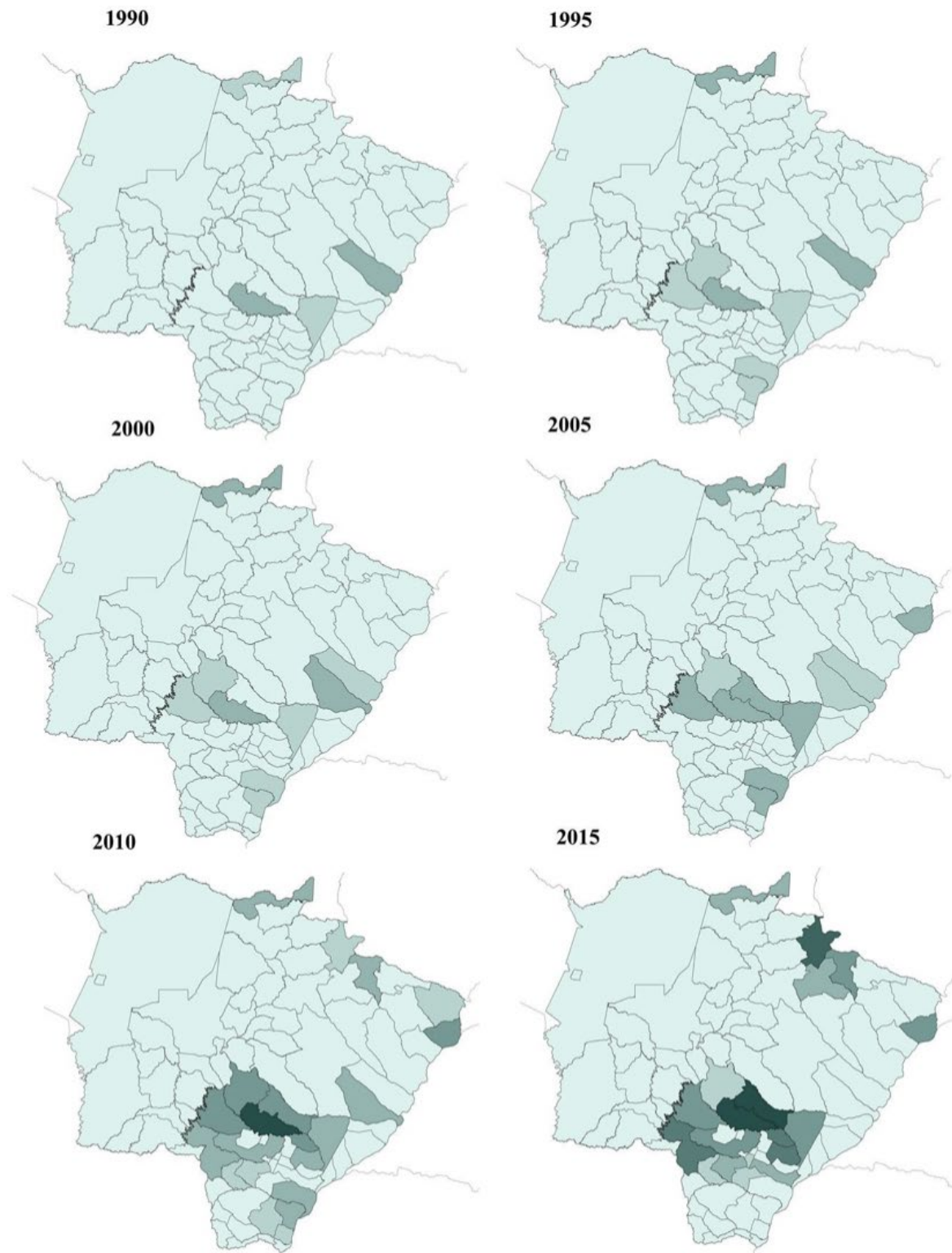
Consequentemente, ser cada vez mais competitivo e especializado está diretamente relacionado a ser, por sua vez, mais vulnerável do ponto de vista econômico. As oscilações mundiais do preço e demanda da soja influenciam diretamente a configuração espacial do estado de Mato Grosso do Sul, deflagrando uma situação de extrema vulnerabilidade econômica e territorial, pois a produção obedece a decisões políticas e econômicas externas ao lugar.

Há pouco mais de uma década, o avanço da cana-de-açúcar segue o raciocínio demonstrado por Guibert (2009) e, segundo entrevistas realizadas com integrantes do IBGE- Seção Dourados, parece ocupar áreas de pastagens em Mato Grosso do Sul. As lavouras de soja não são sinais de decadência, mas há uma franca competição por áreas de cultivo com a cultura da cana-de-açúcar (mapa 2). Assim, nos explica Lamoso (2011) que

a recente expansão das usinas de açúcar e álcool começou no estado com a implantação de usinas por grupos de capital privado nacional e posteriormente, o processo de internacionalização no campo foi materializado por aquisições e fusões sob o domínio do capital estrangeiro. Trabalho de Backes apontou que “60% do capital investido no Mato Grosso do Sul (dados até 2008), pelo setor sucroalcooleiro possui, direta ou indiretamente, participação do capital estrangeiro” (BACKES, 2009, 112). A internacionalização está presente no setor de commodities no estado e esse processo de implantação das usinas ocorre através da prática de arrendamento de terras, configurando o processo de “monopolização do território pelo capital” (OLIVEIRA, 1996). A agroindústria da cana, mais que açúcar e álcool, faz parte de um setor estratégico geopoliticamente, que é a geração de energia – setor sucro-álcool-energético – e por isso atrai ainda mais investimentos. O capital regional não tem conseguido se contrapor ou competir com os investimentos das corporações de capital privado nacional e investimentos estrangeiros (LAMOSO, 2011, p. 46).

O movimento é relativamente recente e desperta nosso interesse em relação ao estudo das relações dos produtores de soja, de cana-de-açúcar e seus planos conjuntos para a melhoria das estruturas do sistema logístico do estado de Mato Grosso do Sul, envolvendo assim esferas do poder municipal, estadual e federal para alcançar uma reestruturação que se apresente mais eficiente do que a atual.

Mapa 2 - Mato Grosso do Sul. Evolução da área plantada de cana-de-açúcar em 1990, 1995, 2000, 2005, 2010 e 2015



Legenda (toneladas)

0 - 5.000	20.001 - 30.000	50.001 - 100.000
5.001 - 10.000	30.001 - 40.000	
10.001 - 20.000	40.001 - 50.000	

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: SIRGAS 2000

Fonte: Produção agrícola municipal, IBGE (2016). Organizado pela autora.

A rede que move o comércio exterior do estado depende dessa maior fluidez territorial, pois a diversificação produtiva do estado é pequena, ficando restrita ao quinteto pecuária, sojicultura, extração mineral, silvicultura e setor sucroenergético (esses dois últimos, mais recentemente, em franca expansão). Como afirma Lamoso (2011),

a rede do comércio exterior se materializa no Mato Grosso do Sul através das dinâmicas produtivas que se valem das vantagens comparativas e competitivas, da inércia espacial, de heranças do próprio processo de ocupação (dado pela pecuária e pela produção de grãos), da interferência dos vetores externos (formados pelo par: política econômica nacional/demanda internacional). Os vetores externos definem as ligações em rede de frações do território com outros pontos, com a mediação do poder de mando das corporações (LAMOSO, 2011, p. 46).

Segundo a conclusão da autora, tal composição resultaria num processo de transferência de renda do estado para o exterior, sem garantia de melhoria ou maiores vantagens para os pequenos que sustentam essa cadeia produtiva. Essa situação de especialização produtiva e vulnerabilidade são dois alicerces teóricos importantes para nossa pesquisa e consideramos fundamental compreender e analisar a formação das regiões competitivas agroindustriais da soja e sua logística no Estado de Mato Grosso do Sul.

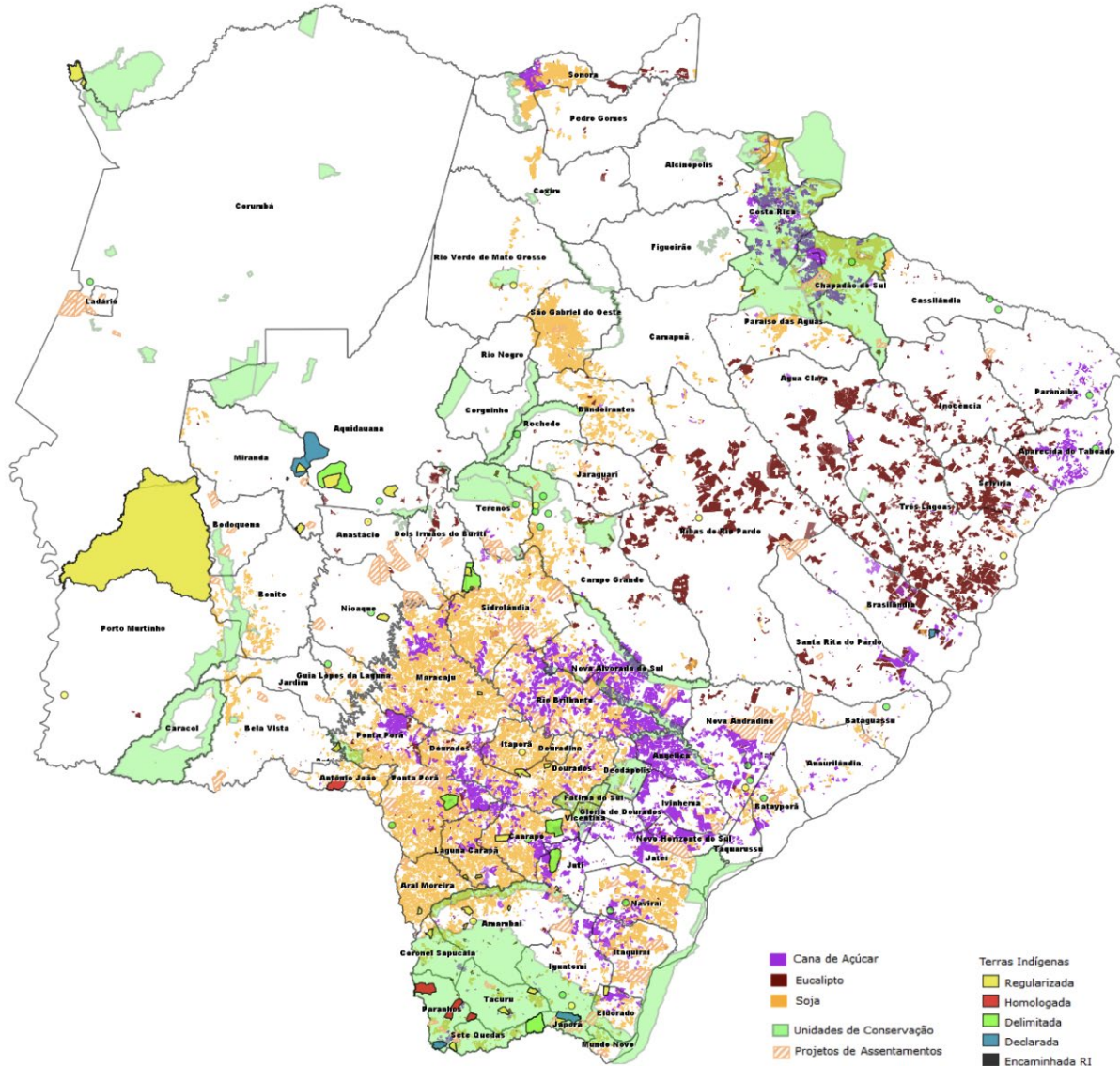
O grau de especialização regional produtiva, ou aquilo que já foi chamado de “taxa de monocultura” (SAMPAIO, 2015), é o elemento central da relação entre competitividade e vulnerabilidade territorial, uma vez que as *commodities* agrícolas se caracterizam, teoricamente, pela permanente oscilação de seu preço em função do jogo entre oferta e demanda, frequentemente perturbada por eventos políticos, na escala mundial. A dedicação maior ou menor de um município (pertencente a uma região produtiva especializada) a uma única atividade econômica pode comprometer a economia local de forma profunda futuramente, assim como a pouca diversidade produtiva pode comprometer o abastecimento local no presente.

A vulnerabilidade das cidades do agronegócio (ELIAS, 2007) se dá em razão de acontecimentos externos, cujo controle ultrapassa a escala do lugar e da região. Ainda que as cidades sul-mato-grossenses não tenham tanto destaque como outras cidades intimamente ligadas à sojicultura (como Sorriso-MT e Rio Verde-GO), acreditamos que, no momento presente, essas cidades da região sojícola de Mato Grosso do Sul são extremamente funcionais ao agronegócio e que podem, futuramente, apresentar grande vulnerabilidade territorial.

Desde sempre, as relações entretidas entre Estado e território, de um lado, e grandes empresas e o território, por outro, são muito distintas, uma vez que o primeiro tem, por definição, compromisso e responsabilidade com a totalidade do território e da sociedade. Porém, conforme a previsão de Milton Santos (1979), o Estado que, historicamente, nunca honrou completamente o seu compromisso com a sociedade, mesmo em períodos mais democráticos e de viés keynesiano ou desenvolvimentista, torna-se cada vez menos social, pois se dedica, com muito mais perseverança e tenacidade, a financiar, apadrinhar e favorecer o desenvolvimento e consolidação de grandes grupos nacionais e transnacionais, em detrimento de outras demandas sociais e econômicas.

O mapa 3 representa de maneira georreferenciada a localização das lavouras de soja, cana-de-açúcar, eucalipto, unidades de conservação, assentamentos e terras indígenas.

Mapa 3 - Mato Grosso do Sul. Localização das lavouras de soja, cana-de-açúcar, eucalipto, unidades de conservação, projetos de assentamentos e terras indígenas em 2016.



Fonte: SIGA MS (2017). Organizado pela autora.

A coexistência das diversas atividades e suas respectivas reivindicações e modos de vida geram inúmeros conflitos agrários, causando uma enorme tensão social nas cidades voltadas ao agronegócio, focadas em aumentar a todo custo sua competitividade regional.

O cultivo da soja no estado, com mercado consumidor externo à região, gera inúmeras implicações econômicas, sociais e ambientais, entre elas: pouca demanda de mão-de-obra local; situação assimétrica no arrendamento de terras e, consequentemente, baixa diversidade produtiva nos municípios dedicados ao cultivo da leguminosa (com a falta de apoio do governo do estado de Mato Grosso do Sul, que apenas financia poucas atividades fora da pauta exportadora vigente); uso intensivo de agrotóxicos nas lavouras, muitas vezes com contaminação aérea e de águas superficiais e lençóis freáticos, bairros rurais e aldeias indígenas, com fortes impactos na saúde da população rural e urbana, envolvida ou não com a atividade produtiva; conflitos pulsantes e diários entre trabalhadores rurais e fazendeiros e entre estes e a numerosa

população indígena, especialmente na região de Dourados, palco importante da busca constante por demarcação de terras.

Algumas considerações finais

O agronegócio é um dos pilares da economia brasileira e a soja exerce um papel central, provocando, além de situações de extrema especialização produtiva, profundas ações de reorganização do território. A necessidade de maior eficiência no escoamento de seus subprodutos evoca investimentos em ampliação e alargamento de vias, além de melhoria nas condições de armazenamento de grãos, considerado deficitário em todo o território nacional.

Nesse sentido, o estado de Mato Grosso do Sul apresenta regiões da soja profundamente especializadas quase que totalmente voltadas à exportação, ainda que a localização geográfica do estado seja distante dos principais portos brasileiros. Diversos programas da esfera federal e estadual visam investimentos para remediar essa situação nos últimos anos; porém, a esfera privada deseja um papel protagonista nessas ações de modernização do território, atuando com planejamento próprio face aos investimentos públicos.

Em nossa discussão, destaca-se o conceito de região competitiva, em razão da forte coesão regional que a sojicultura provoca. A tendência das regiões competitivas é a expansão e uma modernização do território se faz necessária. Porém, um planejamento orientado pela esfera pública pode possibilitar outros usos além do corporativo, trabalhando outras opções mais variadas de produção agrícola. Assim, esperamos com tal discussão compreender todas as facetas dessa problemática extremamente atual que rege toda uma dinâmica regional no estado de Mato Grosso do Sul, mas tem raízes em lógicas externas, sem qualquer relação ou compromisso com o desenvolvimento local.

Diante desse complexo quadro, concluímos que a situação atual dos modais de transporte do estado de Mato Grosso do Sul não corresponde às expectativas de aumento dos fluxos materiais, tendo em vista que a posição central é, de certo modo, privilegiada (em razão da alta produção e grandes áreas de Cerrado). Defendemos que um planejamento ordenado pela esfera pública poderia possibilitar um uso mais democrático do território sul-mato-grossense, integrando diversos usos e trazendo benefícios para a população sul-mato-grossense, cuja totalidade compreende pequenos agricultores, trabalhadores rurais sem terra e também diversas etnias indígenas, violentamente oprimidas e dizimadas, com sua cultura e modo de vida tendo cada vez menos espaço.

Referências

ARDINAT, G. **Geographie de la compétitivité. Mesure, représentation et gouvernance de la performance économique des nations dans la mondialisation.** These soutenue le 7 novembre 2011. Directeur de recherche : Jean-Marie Miossec. Montpellier: 2011.

CAMELINI, J. H; CASTILLO, R. Logística e competitividade no circuito espacial produtivo do etanol no Brasil. **Boletim Campineiro de Geografia.** v. 2, n. 2, 2012.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Mercator.** Ano 9, n. 18, 2010.

CASTILLO, R. Agronegócio e Logística em Áreas de Cerrado: expressão da agricultura científica globalizada. **Revista da ANPEGE**. v. 3, p. 33 - 43, 2007.

ELIAS, D. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Orgs.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. P. 49-66. 1 ed. RJ: Ed UERJ, 2007.

FACCIN, A. C. T. M. **Complexo soja no Mato Grosso do Sul: competitividade regional e vulnerabilidade territorial**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2017.

GUIBERT, M. Soja sans frontières: vers une spécialisation productive du Bassin du Río de la Plata? In : REGINAULT, H (ed). **La reconexion agricole et ses enjeux pour les pays en développement**. Paris, Ed Quae, Colletion Options méditerranéennes, Volume Acralenos/CIHEAM, 2009.

LAMOSO, L. P. Dinâmicas Produtivas da Economia de Exportação no Mato Grosso do Sul – Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 21, p. 33-47, jan./abr. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ms#>>. Acesso em: 20/07/2014.

SAMPAIO, M. A. P. **360º: périplo do açúcar em direção à Macrorregião Canavieira do Centro-Sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

SIGA WEB MS. **Sistema de Informação Geográfica do Agronegócio**. Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://104.236.254.167/ms/sistema/apresentacao.php>> Acesso em: 15/02/17.

13. A INDÚSTRIA FAMILIAR NIPO-BRASILEIRA: DO AGROARTESANATO AO SETOR METAL-MECÂNICO

Adriano Amaro de Sousa¹

Introdução

Na imigração japonesa para o Brasil que iniciou em 1908², pouco se tem escrito sobre as empresas japonesas e de seus descendentes no país, como nos relata Handa (1987) que “talvez haja alguma dificuldade em iniciar na história da imigração a vinda de empresas no pós-guerra, iniciada pelas empresas Doi e Astoria, ambas no ramo de porcelana, mas isso só veio a ser possível alicerçado nos 50 anos da colônia japonesa” (p. 774). Portanto, há um caso registrado de um imigrante nipônico que veio de forma ímpar para o país com objetivo de constituir uma indústria, numa perspectiva diferente da diáspora nipo-brasileira, que foi dirigida para o campo como colono para o café/algodão. Desse modo,

[...] muito provavelmente, Tatsuo Okachi tenha sido o único imigrante japonês a vir para o Brasil munido de capital e alta tecnologia e com intuito de estabelecer-se como industrial. Depois de formar-se em química agrícola na Universidade de Hokkaido, foi para os Estados Unidos fazer pesquisas sob a orientação de Jôkichi Takamine. Veio para o Brasil em 1923 e em 1925 fundou uma empresa farmacêutica em associação com um brasileiro. Dois anos depois fundou o Laboratório Okochi lançando “Takadiastase”, remédio digestivo que freqüentou por muito tempo os lares brasileiros. Esse laboratório continua trabalhando como fornecedor de matérias-primas para a indústria farmacêutica e alimentícia (COMISSÃO DA ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DE IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 431).

Nesse sentido, as indústrias familiares iniciadas por imigrantes japoneses e seus descendentes no país tiveram, de certo modo, centralidade no trabalho seminal de Deliberador (2000), que estudou cerca de oito³ empresários nipo-brasileiros bem sucedidos pela dinâmica econômica do empreendimento, pela influência social dentro e fora da colônia e pela realização pessoal (família, negócio e lazer).

Os empreendedores imigrantes foram analisados com base na sua história de vida e de criação/administração da empresa, dando ênfase aos aspectos psicológicos/sociológicos aproximando-se da ideologia do *self-made-man*, em que o pioneirismo heróico do imigrante japonês foi sobrevalorizado. Diferentemente

¹ Professor na ETEC Albert Einstein (Casa Verde – São Paulo/SP). Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCT). E-mail: adramaro@yahoo.com.br.

² Historicamente, foi em abril de 1908 que partiram, do porto de Kobe, no Japão, os primeiros imigrantes japoneses no navio *Kasato Maru* com destino ao Brasil. Vieram, no total, 781 pessoas contratadas e 12 imigrantes livres, que foram recrutados no Japão pela empresa *Kokoku Shokumin Kaisha* (SAITO, 1961). Essa primeira leva de imigrantes desembarcou em junho do mesmo ano no porto de Santos, sendo levados para a hospedaria do imigrante e, depois, encaminhados às fazendas de café, no interior do Estado de São Paulo.

³ Os respectivos empresários foram fundadores dessas empresas: Granja Mizumoto Exp. e Com. Ltda.; Emp. Mineração Hori Ltda.; Sasazaki Ind. e Com. Ltda.; Nakata S/A Ind. e Comércio; Alimentos Wilson Ltda.; Máquinas Agr. Jacto S/A.; Fazendeiro; Grupo Maeda S/A.

de Deliberador (2000), não iremos analisar a figura do industrial de origem imigrante que ascendeu socialmente pelo próprio trabalho sobre o *mito burguês*⁴ via Martins (1976), porque a imigração japonesa era familiar e o sucesso da família e do empreendimento tinha como base o trabalho coletivo da prole. Ademais, além dos entrevistados industriais nipo-brasileiros, fazendeiros e mineradores nipônicos também fizeram parte da pesquisa, realizadas em empresas localizadas no Estado de São Paulo e do Paraná.

A importância da contribuição japonesa no processo de industrialização brasileira pode ser analisada pela articulação do tripé dos seguintes agentes empresariais: a) as indústrias familiares nipo-brasileiras iniciaram de forma modesta após a II Guerra Mundial, com uma pequena unidade fabril artesanal e com recursos próprios, tornaram-se médios e grandes grupos industriais no interior de São Paulo, conseqüentemente, atuando em diversos setores/mercados da economia nacional e, em alguns casos, no mercado internacional (DUNDES, 1998; HANDA, 1987; MOURÃO, 1994 e 2002); b) as parcerias produtivas Brasil e Japão - foram dinamizadas pelas *joint ventures*⁵ entre empresas brasileiras estatais e privadas com as associações de capitais japoneses a partir de 1950, e os investimentos deram-se nos setores siderúrgico e petroquímico (UEHARA, 2002; HANDA, 1987); c) as entradas das empresas multinacionais japonesas⁶ – ocorreram com a internacionalização das indústrias nipônicas na década de 1970, elas ingressaram nos mais diversos segmentos produtivos, em especial nos ramos metal-mecânico e eletroeletrônico (UEHARA, 2002; HANDA, 1987). Dentre esses agentes empresariais privilegiamos o estudo das indústrias familiares nipo-brasileiras pela pequena produção mercantil dos imigrantes japoneses e seus descendentes no interior paulista.

Conforme Brum (2000), sabemos que as empresas multinacionais, em especial as japonesas no país, atuaram nos setores mais dinâmicos do sistema econômico devido à incorporação e difusão de fatores tecnológicos. Já as indústrias domésticas, como as indústrias familiares nipo-brasileiras, têm um histórico de atuarem em nichos de mercados e em setores com baixa capacidade tecnológica do circuito econômico.

Sendo assim, este artigo tem por objetivo apresentar a territorialização da indústria familiar nipo-brasileira de bens de consumo não-duráveis (alimento, bebida e molho) e de bens de consumo duráveis (metal-mecânico) na frente de expansão paulista entre as décadas de 1940-2010. Todavia, utilizamos como procedimento metodológico a revisão bibliográfica do imigrante japonês e da indústria no Brasil pelos processos teórico-metodológicos balizado no território, na imigração e na fábrica, tendo como recorte territorial a porção do Oeste Paulista como estudo de caso empírico.

Território, imigração e indústria: aportes teóricos

Para darmos conta de explicar a indústria familiar nipo-brasileira pela sua fase fabril-artesanal e,

⁴ “O enriquecimento do burguês foi entendido como resultado do seu próprio trabalho, das suas privações e sofrimentos, e não como produto da exploração do trabalhador. A dominação e a exploração burguesas passaram a ser concebidas como legítimas porque a riqueza não seria fruto do trabalho proletário, mas sim do trabalho burguês” (MARTINS, 1976, p. 149).

⁵ As parcerias produtivas Brasil-Japão foram fomentadas pelas *joint ventures* entre empresas brasileiras com associações de capitais japoneses, surgindo, assim, uma nova empresa de cooperação nipo-brasileira via *joint ventures*. As duas empresas mais conhecidas de *joint ventures* entre Brasil e Japão são USIMINAS (parceria privado-estatal) e SEMP-TOSHIBA (parceria privado-privado).

⁶ As principais multinacionais nipo-brasileiras após o milagre econômico brasileiro foram: National, Moto Honda, Mitsui, Kanebo, Furukawa, Toyobo, Yanmar, CBC, Yakult, NGK, Komatsu, Fuji Photo, Yamaha, IKK Yoshida, Sanyo, entre outras – fonte Exame (Seleções Econômicas) em 1986.

depois, pela sua fase de modernização na condição de fábrica. Utilizamos três pressupostos teóricos para desvendar a realidade, com ênfase aos aspectos econômicos e culturais do imigrante japonês centrado na formação territorial do industrial nipo-brasileiro no interior paulista, sobretudo, pelas unidades familiares produtivas no setor de bens de consumo não-duráveis e duráveis. A partir dos seguintes conceitos-chaves: territorialização, indústria e pequena produção mercantil, sendo que por processo de territorialização entendemos que,

[...] é um movimento historicamente determinado pela expansão do capitalismo e seus aspectos culturais, envolvendo diferentes lugares, setores e pessoas. Um território é apropriado e ordenado por relações econômicas, políticas e culturais, sendo que estas relações são internas e externas a cada lugar; é fruto das (territorialidades) que existem na sociedade em que vivemos e entre está e nossa natureza exterior. E estas relações são de poder, dominação e estão presentes num jogo contínuo de submissão, de controle de recursos e de pessoas no espaço e em suas articulações (SAQUET, 2007, pp. 65-66).

O processo de territorialização é o resultado da efetivação das relações de poder e das redes de circulação e comunicação no espaço geográfico (SAQUET, 2007). O homem e a empresa territorializam-se através das atividades cotidianas, das relações produtivas na indústria ou no campo e, também, pela organização da vida e do grupo social no território. Este processo é condicionado e gera territorialidades. Isso vem se intensificando com as mudanças do capitalismo (global/local) ao longo do tempo tendo rebatimentos territoriais. André Fischer apresenta um conceito sobre empresa-território e afirma o seguinte com relação à noção de território produtivo:

Consideramos aqui o “território” em sua plenitude, quer dizer como “um espaço onde se exerce poderes (organização-controle), inscrevem-se projetos sociais (desenvolvimento-ordenamento-planificação), exprimem-se estratégias de valorização e se afrontam os interesses mais ou menos contraditórios dos diferentes atores (CASTREGHINI; SPOSITO, 2008, p. 61).

Nessa perspectiva, o território produtivo tem na indústria fabril-artesanal balizado no imigrante o conceito de *pequena produção mercantil* de Armem Mamigonian (1976), sendo o fio condutor para compreendermos a origem e o desenvolvimento do território⁷ da indústria nipo-brasileira. Tal conceito analisou o processo de industrialização brasileira pelo viés histórico-econômico. Mamigonian (1976) afirma que esses imigrantes foram importantes para o capitalismo industrial do Brasil, porque tinham uma capacidade produtiva e de consumo superior aos escravos, bem como, uma habilidade de produzir e comercializar artefatos (resquícios de um domínio do saber-fazer individual/familiar herdados de um tempo pretérito).

Alguns desses migrantes se tornaram grandes comerciantes exportadores-importadores e industriais pela dinâmica da indústria artesanal e de beneficiamento. Tal indústria teve origem no complexo cafeeiro que, com o crescimento do mercado paulista, espalhou-se paulatinamente pelo território brasileiro. A pequena produção mercantil dos imigrantes está articulada com a identidade territorial da produção industrial nos artefatos que nos remetem as territorialidades entre o Brasil e o Japão. Desse modo, o imigrante busca reproduzir aspectos da produção material dos espaços pretéritos rememorando outros territórios de vivência do mesmo e dos seus antepassados, sempre fazendo adaptações dos artefatos nos novos lugares

⁷ É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta e abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Portanto, “o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou trabalho, seja energia ou informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (Idem, p. 144).

chegados na busca pela sobrevivência, como: de saque para água ardente e de *shoyu* de soja para milho.

Foi dentro desse contexto que nasceu a indústria nipo-brasileira de forma modesta e atendendo uma comunidade local/regional, na medida em que tinham o acesso as novas tecnologias e as parcerias produtivas introduzidas na política industrial brasileira ao longo do espaço-tempo. A indústria familiar nipo-brasileira vai se adaptando e se especializando no interior paulista nos setores de alimentos e metal-mecânico, atingindo o mercado competitivo nacional e internacional.

Assim, utilizamos neste artigo o termo nipo-brasileiro, pois compreendemos que ele é visto como um brasileiro descendente de japoneses e a sua identidade está permeada pelas sociedades nipônica e brasileira. Logo, a ideia de nipo-brasileiro nos remete a uma vaga associação com a sociedade japonesa, dado o grau de territorialização e enraizamento desses descendentes de nipônicos no Brasil (LESSER, 2001). Não tendo mais nenhuma ligação com o país de seus avós. De modo geral, as gerações de nipo-brasileiros que foram constituídas no país deram-se pelas seguintes características a partir da imigração japonesa: *issei* (1º geração), *nissei* (2º geração), *sansei* (3º geração) e *ionsei* (4º geração) (SAITO, 1961).

Por nipo-brasileiro entendemos os *isseis* naturalizados brasileiros e os seus descendentes (*nissei*, *sansei* e *ionsei*) nascidos no Brasil. Esses imigrantes são analisados pela mobilidade espacial da força de trabalho⁸. Ou seja, como mão-de-obra familiar nipônica barata colono para o café que, ao longo do espaço-tempo, foi se metamorfoseando em industrial nipo-brasileiro na frente de expansão paulista⁹, dado o grau de formação do mercado interno regional.

O imigrante japonês e a indústria no interior paulista

As indústrias nipo-brasileiras iniciadas na década de 1940 tiveram como motivação a *substituição de importações*. Porém, foi com a formação e a consolidação do mercado interno paulista/brasileiro, baseado na economia cafeeira e algodoeira, que os imigrantes japoneses puderam trabalhar na lavoura e, posteriormente, acumular capital e iniciar as suas atividades fabris artesanais na cidade de forma modesta. Foi nessa fase que a corrente imigratória japonesa (1924-1941¹⁰) atingiu o ápice com a chegada de 157.206 pessoas (correspondente a 67% do total de 234.636, conforme Sakurai (2000)).

Sendo assim, a maioria desses imigrantes nipônicos que entraram no país foram destinados à agricultura, embora uma parte deles tivessem experiência em atividades comerciais e/ou industriais no capitalismo militar e imperialista emergente japonês.

Isto quer dizer que vivendo em seus países de origem, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália, [Japão] e

8 A mobilidade espacial da força de trabalho representa na sua essência o ápice da reprodução capitalista, sendo que a (i) migração não é determinado por ações individuais, mas por um conjunto de fatores que atendem as demandas do capital. Desse modo, o indivíduo é obrigado a se sujeitar as normas da (i) mobilidade impostas pelo capital, vendendo, assim, o seu único produto a sua força de trabalho (GAUDEMAR, 1977).

9 A frente de expansão pioneira sem sombra de dúvida foi dinamizada pela linha férrea e pelos fazendeiros. Vieira (1973) entende por frente de expansão paulista o avanço dinâmico da monocultura de café em terras livres do Oeste Paulista que foram pólo de atração do capital e do movimento populacional. Para Monbeig (1984), a frente de expansão é um movimento de ocupação irregular, onde população, plantação, pastagens e florestas remanescentes convivem num mesmo espaço.

10 Para Ennes (2001), o total de imigrantes japoneses que entraram no país foram 234.636, sendo que a primeira fase representou 13% desse total, já a segunda foi mais significativa em contingente populacional corresponde 67% e, por último, a terceira fase significou 19% dessa amostra.

etc. dentro de estruturas econômicas e sociais capitalistas plenas ou emergentes, tais imigrantes transplantaram estas mesmas estruturas nas regiões de destino. Os europeus embarcaram para as referidas regiões com “o capitalismo em seus ossos”, mesmo que não dispusessem de nenhum capital, mas apenas de iniciativa, habilidades especiais e engenhosidade [grifo nosso] (MAMIGONIAN, 1976, p. 89).

Com os industriais nipo-brasileiros não foi muito diferente. Eles se desenvolveram mais nos setores de alimentos e de mecânica. No ramo de alimentos aproveitaram a demanda do amplo mercado agroexportador brasileiro, passando de produtor agrícola para industrial na condição de agroindústria, destacando-se na produção de café, algodão, óleo, ovos, verduras/hortaliças, dentre outros. Já no ramo da mecânica, emergiram da necessidade da manutenção de equipamentos importados, estimulando, assim, o aparecimento de pequenas oficinas de consertos que, posteriormente, tornaram-se grandes empresas familiares nacionais dos setores: metal-mecânico (agrícola) e eletrônico (rádio e TV). Também, havia as companhias de colonização e emigração de capital estatal/privado japonês que investiram na agroindústria (algodão, bicho da seda etc.) e em bancos (América do Sul). Além do mais, elas apoiaram pequenas cooperativas rurais de imigrantes japoneses que, depois, tornaram-se grandes empresas brasileiras (Cooperativa Cotia), conforme visualizamos no quadro 1.

Quadro 1 - As principais indústrias nipo-brasileiras (1940-1960)

Os maiores empreendimentos dos imigrantes (Cz\$, milhões, 1986)		
Nome	Receitas	Setor
Coopercotia	10.315	Alimentos
Bco. América do Sul	7.044*	Banco
Coop. Sul Brasil	1.180	Alimentos
Moeda	1.100**	Agropecuária
Matsubara	1.080**	Agropecuária
Cotia Créd. Rural	1.063	Coop. Crédito
Takenaka	859	Fertilizantes
Óleos Pacaembu	852	Alimentos
Sansuy	799	Plásticos
Nakata	703	Mecânica
T. Tanaka	703	Importação
Motorádio	637	Eletroeletrônica
N. Sra. da Penha	512	Ind. Papel
Jacto	481	Mecânica
Kitano	427	Alimentos
Gyotoku	420	Cerâmica
Ito Ovos	406	Alimentos
Bratac	380	Fiação de seda
Papelok	313	Ind. Papel
Granja Saito	305	Alimentos
* <i>Depósitos</i>		
** <i>Estimativa de Exame</i>		

Fonte: EXAME Seleções Econômicas

Como podemos ver, a influência japonesa nos investimentos do desenvolvimento capitalista brasileiro deu-se pela iniciativa empreendedora do imigrante nipônico no segmento industrial (artesanato, alimento e conserto) e, também, pela empresa de colonização japonesa que passou atuar no setor produtivo e financeiro.

Todavia, a indústria familiar nipo-brasileira de capital local iniciou sua atividade como uma pequena unidade fabril artesanal com poucos recursos financeiros e baixa capacidade tecnológica, produzindo bens de consumo não-duráveis e bens duráveis de forma embrionária para atender a demanda local. No ramo de bens de consumo não-duráveis os japoneses e seus descendentes se destacaram no setor da alimentação, bebidas e molhos tendo centralidade no município de Presidente Prudente/SP, nas respectivas empresas: Alimentos Wilson Ltda., Bebidas Astecas Ltda., Bebidas Funada Ltda. e Sakura Nakaya Alimentos Ltda., como

relataremos a seguir com alguns exemplos de iniciativa industrial (ver quadro 2).

Quadro 2 - As indústrias nipo-brasileiras de bens de consumo não-duráveis

Indústria	Fundador da Indústria	Instalação da Indústria	Local de Produção	Ramo de Atividade	Produtos
Alimentos Wilson Ltda.	Motoichi Oki	1945	P. Prudente	Alimentos, bebidas e molhos	Bebidas, chocolate em pó, catchup, groselha, suco, <i>sboyu</i> etc.
Bebidas Asteca Ltda.	Keneti Fukuhara Massami Honda	1948	P. Prudente	Bebidas e molhos	Batidinha, vodka, licor, cachaça, <i>sboyu</i> , molho de pimenta, molho inglês e molho de alho, entre outros.
Bebidas Funada Ltda.	Mappei Funada	1947	P. Prudente	Bebidas	Refrigerante (tubáina)
Sakura Nakaya Alim. Ltda.	Hidekazu Nakaya Suekichi Nakaya	1947	P. Prudente	Alimentos e molhos	<i>Sboyu</i> , <i>missô</i> , molho de pimenta, molho inglês, palmito em conserva, <i>sacquê</i> etc.

Fonte: Trabalho de Campo (2009).

Essas indústrias nipo-brasileiras de bens de consumo não-duráveis desempenharam a função de fornecedoras de produtos de bebidas (diversas) e molhos (variados) na economia regional depois da II Guerra Mundial. Pelo trabalho autônomo dos imigrantes japoneses que acumularam certo capital na agricultura e no comércio. Eles fabricaram, também, produtos típicos da culinária japonesa pela crescente demanda de *sboyu*, *missô* e *sacquê* por parte dos nipo-brasileiros e brasileiros. Tal produção estava concentrada especialmente no município de Presidente Prudente/SP. Desses quatro industriais dois já tinham experiência(s) no ramo pelo trabalho familiar realizado/herdado no Japão: Bebidas Wilson (destilado) e Sakura Alimentos (*sboyu* e *missô*).

Quase todos os industriais trabalharam com bebidas e molhos sendo concorrentes entre si, menos a Bebidas Funada que teve um produto diferenciado, por fabricar somente refrigerantes. Assim, as indústrias nipo-brasileiras tanto do setor de bebidas como do setor de molhos estão inseridas em um nicho de mercado por atender o setor de barzinho/boteco (bebidas), lanchonetes (molhos) e supermercados (pequeno e médio porte) não concorrendo com o grande capital (hipermercado e rede de *fast food*). Porém, a Sakura Alimentos por ter vários produtos específicos da culinária japonesa atende um extrato de mercado distinto com consumidores de alto padrão aquisitivo e situando-se no “circuito superior da economia” por disputar mercado com as multinacionais.

O processo de industrialização no interior paulista balizado no capital local teve como motivação a *substituição de importações* centrada na produção de bens de consumo não-duráveis efetivada por imigrantes modestos (japoneses e italianos) no setor de alimentação, bebidas e molhos. Completou-se, com os imigrantes japoneses artesãos na produção de bens de consumo duráveis pelas oficinas/fábricas de conserto

que, paulatinamente, procuraram trabalhar com atividades mais complexas: mecânica, metalurgia, borracha, plástico, química e material elétrico/eletrônico. Tal fase exigiu no país maior investimento de capital e utilização de técnica/tecnologia para desenvolver a indústria de bens de produção, em especial no setor de máquinas e equipamentos agrícolas.

O modesto capital regional nipônico se destacou por estar próximo da(s) área(s) de produção agrícola se aproveitando das condições favoráveis do mercado para iniciar várias unidades fabris (artesanais) vinculadas às máquinas e equipamentos agrários e às esquadrihas metálicas. Como exemplo, temos as seguintes indústrias de bens de capital: as *Máquinas Agrícolas Jacto S/A* (1948), a *Sasazaki Indústria e Comércio S/A* (1943), a *Seita Hirata Ltda.* (1940), a *Ikeda Filho Ltda.* (1944), a *Mil Mecânica Implemaq Ltda.* (1967) e a *Matsuda Equipamentos Ltda.* (1992). Essas empresas foram criadas para atender a demanda de (auto)peças agrícolas no mercado regional se espraiando no território nacional, por isso, se faz necessário conhecer a radiografia de cada indústria para compreendermos tal processo (vide o quadro 3).

Quadro 3 - As indústrias nipo-brasileiras de bens de capital

Indústria	Fundador da Indústria	Instalação da Indústria	Local de Produção	Ramo de Atividade	Produtos
Seita Hirata Ltda.	Seita Hirata	1940	Marília/SP	Moveleiro	Balcões e vitrines.
Sasazaki Ind. e Com. S/A	Yasaburo Sasazaki	1943	Marília/SP	Esquadrihas metálicas	Janelas, portas, telas e guarnições.
Ikeda Filhos Ltda.	Itiro Ikeda	1945	Marília/SP	Equipamentos agrícolas	Disco, arado, churrasqueira, racks e acessórios para home theater.
Máquinas Agr. Jacto S/A	Shunji Nishimura	1948	Pompéia/SP	Máquinas e equip. agrícolas	Pulverizadores, adubadoras, colhedoras, lavadoras e venda peças/assessórios.
Mil Mecânica Impl. Ltda.	Alberto Sano	1967	Álvares Machado/SP	Equipamentos agrícolas	Trucks de caminhão e peças para tratores.
Matsuda Equip. Ltda.	Jorge Matsuda	1992	Álvares Machado/SP	Máquinas e equip. agrícolas	Ceifadeira, ancinho enreilador, colheitadeira e vagão forrageiro.

Fonte: Trabalho de Campo (2009).

As permanências e as mudanças que aconteceram nas indústrias familiares nipo-brasileiras de bens de capital podem ser visualizadas pelas transformações no segmento da produção ao longo do espaço-tempo. Sendo assim, as permanências ocorreram nas indústrias: *Jacto* pela alta tecnologia e capacidade de

invenções dos seus produtos e na *Mil Mecânica* pela fabricação de peças para frota de tratores, ambas começaram como uma oficina/fábrica atendendo o mercado de máquinas e equipamentos agrícolas regional/nacional e estão no mesmo ramo até os dias atuais.

Portanto, as mudanças realizadas nessas indústrias couberam as intensas crises da agricultura brasileira na década de 1970-80 (mecanização, êxodo rural, geada etc.), que fizeram com que as empresas Sasazaki e Ikeda deixassem o setor de máquinas agrícolas, entrando no ramo de produtos para consumidores urbanos ligados à construção civil (portas e janelas) e aos acessórios para festas (churrasqueiras) e eletroeletrônicos (caixas de sons e racks).

Doravante, essas empresas apesar de estarem no mesmo ramo de máquinas e equipamentos agrícolas, não concorreriam entre si (porque uma produzia pulverizador e a outra arado - um confeccionava plantadeira e a vizinha peça(s) para tratores/caminhões) por fabricarem produtos diferentes para mercados distintos. Na medida em que elas foram crescendo em produção e tecnologia, começaram a concorrer com o grande capital e hoje são destaques nos seus segmentos.

A territorialização das indústrias familiares nipo-brasileiras no Oeste Paulista historicamente, a territorialização dos japoneses e seus descendentes no país foram estimulados indiretamente pelo Estado brasileiro devido à formação do mercado interno paulista que estava balizado na *marcha para o Oeste*, nas ferrovias, na economia algodoeira, nas vendas de lotes/terras (rural e urbana) e, sobretudo, na (i)migração estrangeira. O Estado japonês também contribuiu de forma (in)direta por meio das empresas de colonização que assentaram parte dessa população no Brasil, ajudando em sua territorialização e apoiando na produção técnico-agrícola (financiando/capacitando) de vários pequenos produtores.

Foram por meio dessas “influências” estatais direta e indiretamente que ocorreram as possibilidades de nascimento dessas indústrias familiares nipo-brasileiras, sobretudo, nos lugares em que se instalaram as empresas nipônicas de colonização e as colônias japonesas espontâneas, sendo um território favorável para a prática da pequena produção mercantil no oeste do Estado.

Segundo Gomes (2007), a indústria regional tem uma ligação direta com a agricultura (algodão, seda, amendoim, hortelã, hortifrutigranjeiro, entre outros). Sendo assim, dois fatores contribuíram para o processo de industrialização no Oeste Paulista foram: a) a instalação das primeiras indústrias de beneficiamento de capital externo; b) a participação de empresas de origem familiar e capital local.

Nas décadas de 1970-80, com a queda na produção agropecuária e o fechamento das indústrias de beneficiamento as empresas locais assumiram a liderança do setor secundário, em especial, destacamos as indústrias nipo-brasileiras¹¹ (conforme visualizamos acima anteriormente nos quadros 2 e 3 das indústrias de bens de consumo duráveis e de bens de capital).

De modo geral, as indústrias do Oeste Paulista foram fomentadas pelas iniciativas de imigrantes japoneses e italianos. Estes começaram com as suas pequenas atividades artesanais na década de 1940, ligadas

11 O processo de industrialização do Oeste Paulista foi pouco expressivo em relação às outras atividades econômicas (agricultura, comércio, serviços e mercado imobiliário urbano/rural) em nível regional. Por outro lado, os empresários regionais, em especial na região de Presidente Prudente/SP, não investiam no ramo industrial, mas na agropecuária e em imóveis urbanos devido à facilidade de ganhos monetários e do baixo risco financeiro (DUNDES, 1998). Contudo, incentivavam os investimentos externos na industrialização regional. Os próprios empresários não se arriscavam diretamente no ramo industrial. Diante desse quadro, conforme Dundes (1998), surgiu o imigrante nipônico interessado no setor secundário, diferentemente de outros empresários regionais que propagavam o discurso industrializante, mas investiam em outros segmentos.

ao ramo de alimentação e bebidas, atendendo ao mercado local/regional. Posteriormente, dessas indústrias, destacaram-se as empresas japonesas na produção de molho de soja, bebida, granja avícola, fiação de seda, máquinas e equipamentos agrícolas.

Juntamente com essas indústrias nipo-brasileiras, outras se expandiram, dando uma nova dinâmica à industrialização regional que, ao longo do espaço-tempo, foi se especializando na produção de alguns tipos de alimentos e de venezianas (janelas e portas metálicas) em Marília/SP, molho de soja e bebidas em Presidente Prudente/SP, sementes e nutrição animal em Álvares Machado/SP e equipamentos agrícolas em Pompéia/SP (vide quadro 4 e 5).

Quadro 4 - As indústrias nipo-brasileiras no Oeste Paulista I

Indústria	Fundador da Indústria	Chegada no Brasil	Instalação da Indústria	Origem Japonesa
Máq. Agr. Jacto S/A	Shinji Nishimura	1932	1948	Issei (1 geração)
Matsuda Imp. Ltda.	Shichiro Matsuda	1935	1948	Issei (1 geração)
SakuraNakayaAlim. Ltda.	SuekichiNakaya HidekazuNakaya	1932	1947	Issei (1 geração)
Sasazaki Ind. Com. Ltda.	KosakuSasazaki YusaburoSasazaki	1932	1943	Issei (1 geração)

Fonte: FIESP/CIESP de Pres. Prudente e Marília. Trabalho de campo (2008-2009).
Organizador: Adriano Amaro de Sousa.

Doravante, as empresas familiares dos industriais nipo-brasileiros no Oeste Paulista analisadas por nós possuem as seguintes características ao longo do espaço-tempo no que tange ao capital social: a) a família é proprietária da unidade produtiva ou detém a maioria do capital da empresa, controlando o processo decisório; b) os membros da família presentes estão na administração direta dos negócios; e, c) há sucessão familiar na direção da empresa garantindo a continuidade do negócio dentro da estrutura familiar.

Todavia, Bernhoeft (2001) afirma que a empresa familiar deve ser formada pelos membros da família há pelo menos duas gerações. Nela a política do empreendimento é baseada pelos objetivos e interesses da família. Outra característica básica é a sucessão do poder decisório de maneira hereditária. Caso não tenha um sucessor da família qualificado o negócio passa a ser gerido por um administrador de empresa profissional¹². Entretanto, não podemos deixar de registrar que algumas empresas nipo-brasileiras que são de capital aberto (S/A), mas tendo a maior parte do capital social (51%) nas mãos da família, mantendo, assim, o comando da gestão do negócio pela prole.

¹² Os administradores profissionais de empresas podem ser visualizados no Brasil, conforme Bresse-Pereira (1974) pela entrada das multinacionais a partir da década 1950, em que as grandes empresas passam abrir filiais nos países de subdesenvolvidos, aproximando-se das matérias-primas e baixando os custos de produção. Já o processo de gestão/comando das pequenas/médias/grandes empresas, de fato teve centralidade nos administradores de empresas shumpeterianos pela dinâmica da inovação/invenção, dada a competitividade do mercado no pós-abertura econômica comercial (1992). Nesse contexto, as empresas que estão na segunda e terceira geração de comando familiar estão fazendo a sucessão familiar, ora com membros qualificados da família e ora com um administrador profissional do mercado, como podemos visualizar nas empresas familiares nipo-brasileiras.

Quadro 5 - As indústrias nipo-brasileiras no Oeste Paulista II

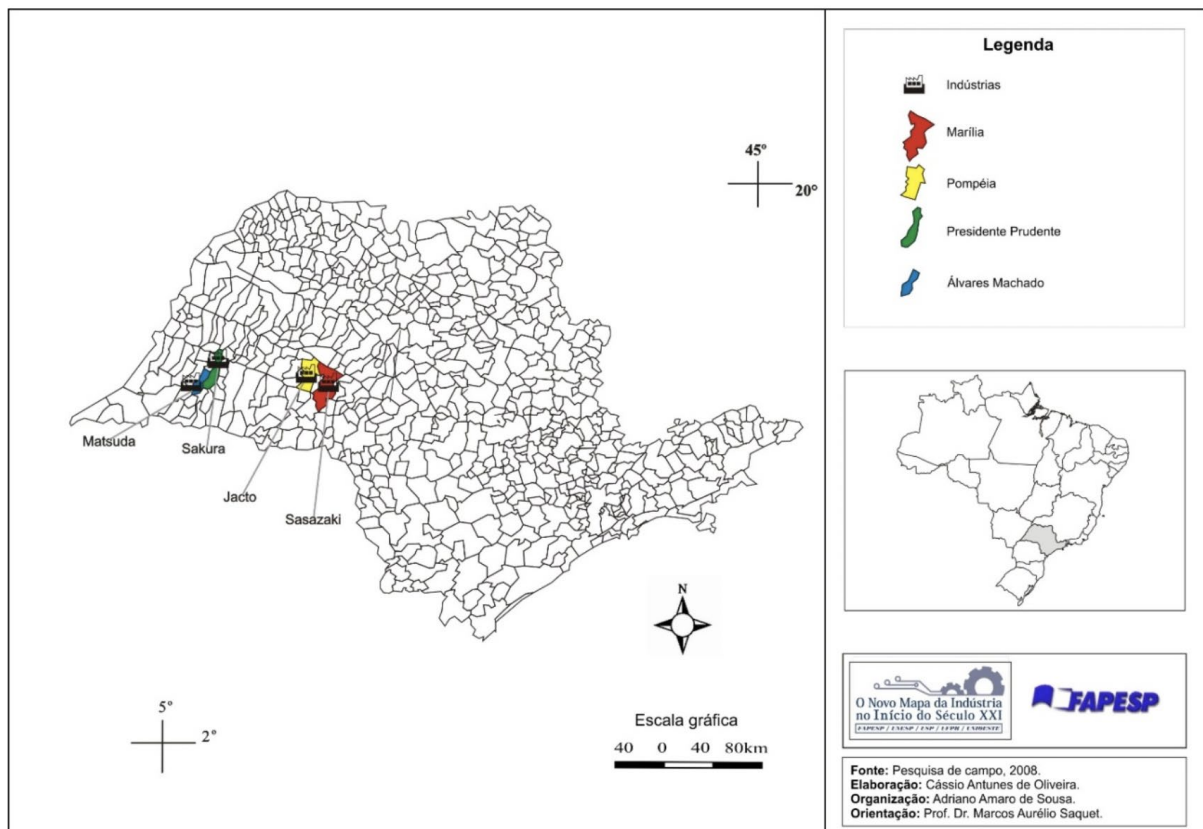
Indústria	Ramo de Atividade	Porte da Indústria	Escolaridade do Fundador	Associação Nipônica
Máq. Agr. Jacto S/A	Máquinas agrícolas	Grande	Técnico mecânico	Sim
Matsuda Imp. Ltda.	Sementes e máquinas agrícolas	Grande	-----	Sim
SakuraNakaya A. Ltda.	Alimentos e molhos	Grande	Ensino fundamental incompleto	Sim
Sasazaki Ind. C. Ltda.	Esquadrihas metálicas	Grande	Ensino médio incompleto	Sim

Fonte: FIESP/CIESP de Pres. Prudente e Marília. Trabalho de campo (2008-2009).
Organizador: Adriano Amaro de Sousa.

A trajetória dessas indústrias familiares nipo-brasileiras se misturou com a história da industrialização no Oeste Paulista. Os donos tiveram como motivação às *substituições de importações*. Atualmente, essas empresas são de médio a grande porte e de capital familiar local. Por isso, se faz necessário conhecer a trajetória da geo-história da territorialização de cada empresa familiar nipo-brasileira pesquisada, como: Jacto, Matsuda, Sakura e Sassazaki (vide mapa 1).

Nesse sentido, o Sr. Yasaburo Sasazaki, juntamente com seus irmãos, constituíram a empresa *Sasazaki Indústria e Comércio S/A* como uma pequena oficina de consertos gerais. A família Sasazaki saiu da cidade de Hokkaído no Japão em 1932, desembarcando em Santos no Brasil, dirigindo-se para a fazenda de café como colono em Guaimbê/SP por cinco anos, em 1937 arrendou terras como meeiro em Pompéia, após a morte do pai Yasaburo deixou o sítio e mudou-se para a cidade de Marília/SP, na perspectiva de montar uma pequena oficina. Posteriormente, iniciaram com a fabricação artesanal de pequenos utensílios domésticos para o uso no lar e na agricultura em 1943. Logo, inventaram as plantadeiras manuais (algodão e amendoim) e máquinas agrícolas para o beneficiamento de grãos¹³. Com a crise da agricultura na década de 1970/80, a empresa apostou no ramo da construção civil passando a produzir esquadrihas metálicas (portas e janelas) de aço e de alumínio até os dias atuais.

¹³ Foi a partir de 1960/70, que a empresa passou a produzir equipamentos agrícolas com maior eficiência. Alguns anos depois, na indústria abandonou-se a produção manual e incorporando máquinas motorizadas. Os principais produtos ao longo do tempo foram: a) fase artesanal: as lamparinas artesanais; plantadeiras de algodão manual; plantadeira manual de cereais e amendoim; e, b) fase mecanizada: descascadores de amendoim e mamona; máquinas DTM (descascador motorizado tríplice aplicado, que beneficiava café, mamona e amendoim); máquina Select-Ar 800 (beneficiava café e cereais, separando os grãos defeituosos) e a máquina DMA (sigla de descascador de mamona e amendoim com abanador motorizado). A indústria Sasazaki deixou de produzir máquinas e equipamentos agrícolas devido aos episódios climáticos, ocasionados pelas geadas que ocorrem em meados de 1975. E, também, pela sazonalidade da atividade agrícola brasileira. Com isso, a indústria passa a trabalhar com as esquadrihas metálicas após a fabricação da primeira janela veneziana.

Mapa 1 - Localização dos municípios das indústrias nipo-brasileiras no Oeste Paulista

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo, 2008.

Já a indústria Sakura Alimentos Ltda começou em 1947 com os irmãos imigrantes Suekichi e Hidekazu Nakaya que montaram duas produções artesanais de *shoyu* em suas residências: uma em São Paulo/SP e outra em Presidente Prudente/SP. A família chegou em 1932 para trabalhar na lavoura de café e cultivar hortaliças em Promissão/SP, em seguida o patriarca adquiriu um sítio em Pau d'Alho/SP para cultivar café e algodão. No campo fabricava *shoyu* (molho de soja) e revendia o para os seus patrícios. Depois foi para as cidades de São Paulo/SP (Suekichi) e de Presidente Prudente/SP (Hidekazu) iniciar a fabricação industrial artesanal do *shoyu* visando atender a colônia japonesa desses dois pontos estratégicos: a) da capital e região metropolitana; b) do Oeste Paulista, Norte do Paraná e Sul do Mato Grosso do Sul.

De modo geral, a produção de *shoyu* da família Nakaya estava ligada ao ramo de alimentação pelo saber-fazer centenário do molho de soja. Ela trouxe para o Brasil alguns artefatos que auxiliaram no começo dessa pequena produção, como: o medidor de salinidade e material para medir os ingredientes. Com o tempo foram inventando/desenvolvendo outros artefatos, *a priori*, rudimentares para dar conta da indústria-artesanal, dentre as inovações a troca da soja pelo milho na fermentação dada a sazonalidade desse produto em determinada época do ano, comprometendo a produção na escala industrial.

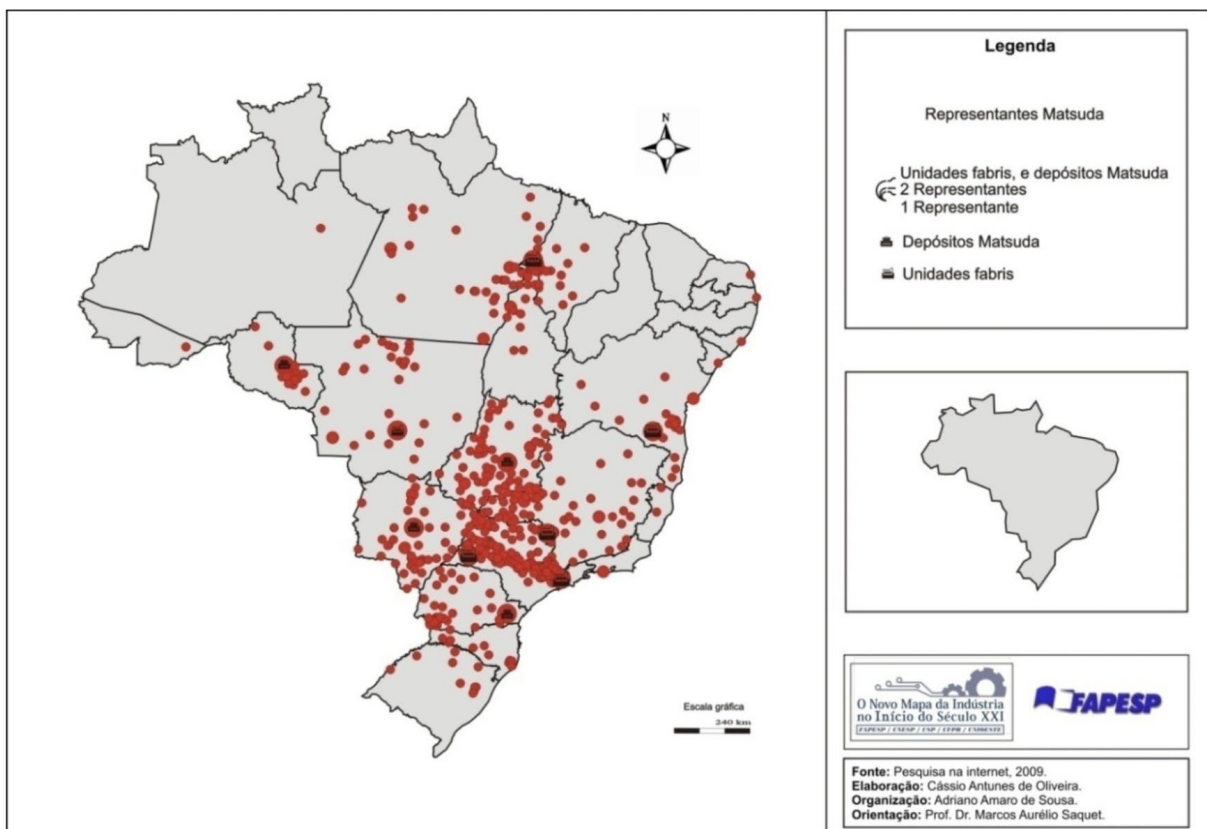
Hoje a condição de fábrica da indústria não fez perder a produção artesanal do molho de soja sendo um diferencial no mercado realizado na cidade de Boituva/SP. O produto sai daí prensado que é o molho em si. Daí parte do produto vai para São Paulo/SP, Presidente Prudente/SP e Ouvidor/GO passando por um segundo tempero para ser finalizado. Portanto, a empresa detém 85% do mercado brasileiro no seguimento

de molhos e de condimentos típicos da culinária japonesa (missô).

Nessa perspectiva, a *Indústria e Comércio Matsuda Implementos e Exportação Ltda.* que iniciou como um comércio de secos e molhados em 1948, sob o comando de Schichiro Matsuda que passou, posteriormente, a comercializar e beneficiar grãos (algodão, amendoim e feijão) em 1968. A geo-história do Sr. Shichiro tem como marco o seu nascimento em Fukushima em 1920, ele chegou ao Brasil em 1935, no porto de Santos desembarcando do navio África-Maru acompanhado da família Hangai, dirigindo-se para as fazendas de café em Marília/SP, depois foi trabalhar na lavoura de algodão em Maracá/SP com o seu cunhado. Somente em 1948 a família veio para Álvares Machado/SP montar o seu comércio.

De modo geral, destacou-se com o trabalho relacionado pelas sementes forrageiras que eram selecionadas e adequadas para diversos tipos de solos e climas associados há boa resistência(s) das pragas e doenças. Portanto, a partir de 1978, iniciou o trabalho com as sementes de *braquiárias* após a geada negra de 1975. Na década de 1980, a empresa entrou no ramo da nutrição animal com o processamento de sais minerais. Em 1990/2000, inaugurou a fábrica em São Sebastião do Paraíso (MG), voltada para a atividade de sementes, nutrição animal (*petfood*), ampliando, assim, suas áreas de atuação para os estados das regiões Centro-Oeste (Matsuda: Cuiába/MT e Goiânia/GO) e Nordeste (Matsuda: Imperatriz/MA, Vitória da Conquista/BA e São Gonçalo do Amarante/CE) do Brasil. Hoje, a indústria Matsuda virou um grupo que trabalha com sementes, nutrição animal, *petfood* e equipamentos agrícolas. Além disso, possui filiais (São Sebastião do Paraíso/MG e Cuiabá/MT) e fazendas (vide mapa 2)

Mapa 2 - A territorialização da indústria Matsuda no Brasil

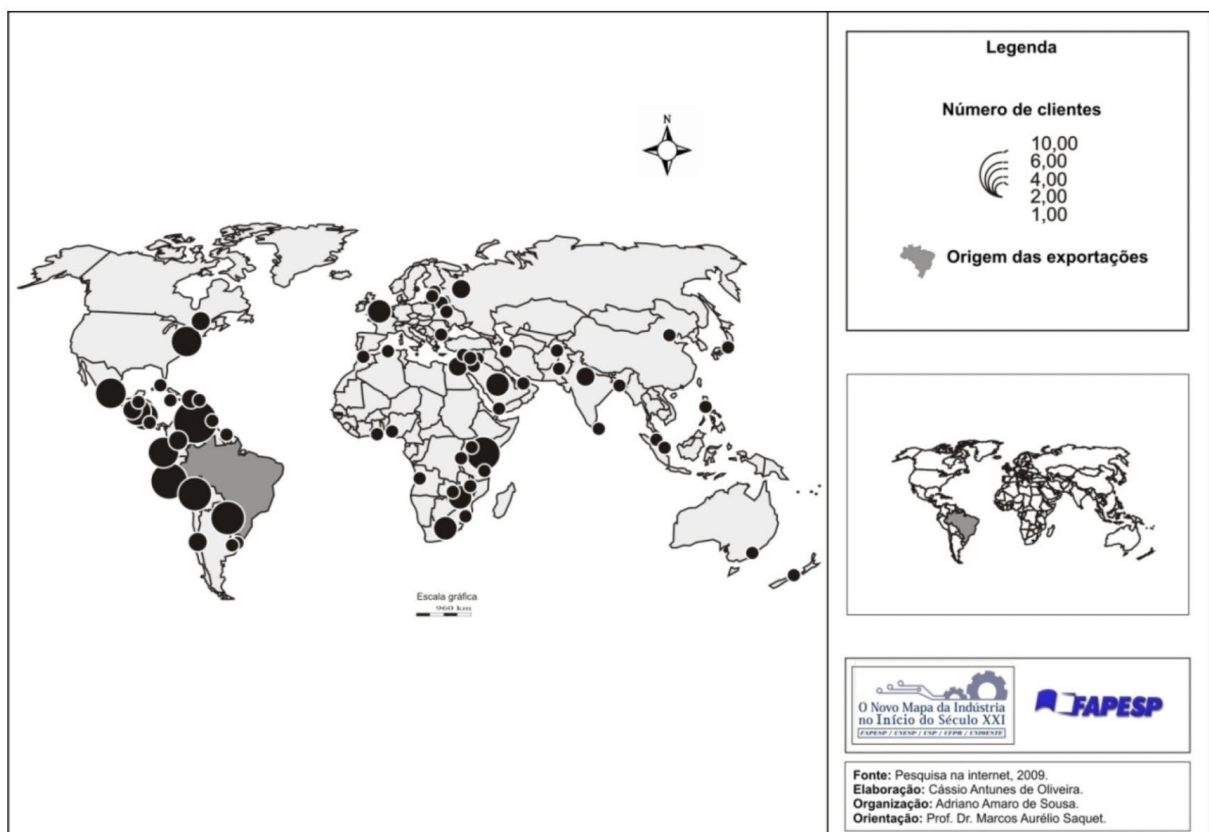


Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo, 2009.

Já o industrial Shunji Nishimura originário de Kyoto no Japão chegou de forma individual no Brasil em 1932, portando o diploma de técnico de mecânica, sendo fundador das *Máquinas Agrícolas Jacto S/A* na cidade de Pompéia/SP em 1938. Veio para a fazenda de café em Botucatu. Com o corpo franzino e saúde frágil foi procurar “serviço” em São Paulo/SP. De lá acabou indo para Petrópolis/RJ trabalhar como garçom. Retornou a São Paulo/SP para trabalhar como soldador de uma fábrica. Casou-se e depois de quatro anos decidiu montar uma oficina de consertos em Pompéia. Começou seu empreendimento como uma oficina de consertos gerais e seus primeiros inventos foram destinados aos objetos de latas (canecas) e as máquinas agrícolas (pulverizadores).

Nas décadas de 1970/80/90, a indústria Jacto lançou vários produtos: ceifadeiras manuais, máquina de arar a terra, máquinas para secar os grãos, colheitadeira de café, entre outras. Hoje o carro-chefe da empresa continua sendo os pulverizadores com tanques de prolietilenos e barras de comando eletrônico a ar. O Grupo Jacto S/A é composto por quatro empresas: a) Máquinas Agrícolas Jacto S/A; Unipac Ind. e Com. Ltda; Fundação Shunji Nishimura e Brudden Equip. Ltda (ver mapa 3).

Mapa 3 - A territorialização das exportações da Jacto



Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo, 2008.

Assim, diante do que foi exposto nos quadros e nas geo-histórias acima, podemos compreender que a dimensão socioeconômica das indústrias nipo-brasileiras teve centralidade nos seguintes critérios: a) presença do capital familiar local; b) saber-fazer e visão de negócio do imigrante; c) ampliação do mercado consumidor local/regional; d) transformação e agregação de valor nos produtos; e) participação da mão-de-

-obra familiar (homens, mulheres e crianças); f) capital próprio balizado na venda do produto; e, por fim, g) invenção e inovação do imigrante japonês e seus descendentes.

Tais características demonstram a dinâmica do processo de territorialização das industriais nipo-brasileiras que nos permitem compreender as transformações aceleradas (produto, capital, tecnologia, entre outras), na grande maioria das unidades produtivas dos empresários nipo-brasileiros, desde a fase fabril-artesanal até a sua fase de modernização na condição de fábrica. Essas indústrias foram estruturadas pelo conceito de território, de imigração japonesa e de pequena produção mercantil tendo ênfase no trabalho familiar sob o viés do desenvolvimento capitalista configurado pelo mercado local/regional do interior paulista.

Considerações finais

Em síntese, o processo de territorialização dos industriais nipo-brasileiros no Oeste Paulista deu-se pela dinâmica da *frente pioneira* para o interior paulista centrado na expansão da cafeicultura e da coto-nicultura. Os imigrantes japoneses e seus descendentes foram atraídos para o interior paulista, porque pretendiam se tornar sitiantes, para se livrar do regime de *colonato*. A presença do imigrante japonês e de seus descendentes em espaços urbanos ocorreu porque eles procuraram o trabalho autônomo e o não-as-salariado, objetivando a sua independência financeira.

Nessa perspectiva, as atividades agroartesanal fabril (alimento e mecânica) emergiram como uma possibilidade de capitalização do imigrante japonês e, também, como uma condição de identidade territorial dos sujeitos pelos produtos confeccionados pelo saber-fazer entre Brasil e Japão. Essas indústrias surgiram no espaço urbano de forma modesta através do acúmulo de capital (poupança) na lavoura que, posteriormente, foi investido no comércio e/ou na pequena atividade fabril-artesanal-familiar, atendendo, assim, o mercado local/regional.

Em poucas palavras, o desenvolvimento industrial nipo-brasileiro familiar do interior paulista não precisou dos subsídios¹⁴ do poder público para se iniciar e se manter. Pois o industrial se utilizou, paulati-namente, de seus recursos próprios para expandir os investimentos em modernização industrial, visando diversificar a produção e ampliar os mercados, como qualquer outra empresa capitalista.

Referências

BERNHOEFT, R. **Como criar, manter e sair de uma sociedade familiar** (sem brigar). 2ª ed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2001.

BRASIL. Comissão De Elaboração Da História Dos 80 Anos Da Imigração Japonesa No Brasil. **Uma epo-péia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

BOMTEMPO, D. C. **Os sonhos da migração: um estudo dos japoneses e seus descendentes no muni-**

¹⁴ Tais indústrias nipo-brasileiras emergiram no mercado regional e na economia paulista do interior antes das implantações das políticas do governo do Estado de São Paulo de descentralização/desconcentração industrial nas décadas de 1970-80.

cípio de Álvares Machado/SP. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2003. (Dissertação de Mestrado)

CARDOSO, R. C. L. **Estrutura familiar e mobilidade social: estudos dos japoneses no Estado de São Paulo.** São Paulo: Kaleidos-Primus, 1998.

CASTILHOS, C. C. C. **A indústria de máquinas e implementos agrícolas (MIA) no RS: notas sobre.** São Paulo, 2010 (mineo).

CASTREGINI, S. E. S. **Indústria, ordenamento do território e transportes: a contribuição de André Fisher.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DELIBERADOR, L. M. Y. **Imigrantes japoneses: empresários no Brasil, história de vida e luta.** São Paulo: FFCLH/USP, 2007. (Tese de Doutorado)

DUNDES, A. C. **O processo de (des) industrialização e o discurso desenvolvimentista em Presidente Prudente.** Presidente Prudente/SP: FCT/Unesp, 1998. (Dissertação de Mestrado)

ENNES, M. A. **A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior de São Paulo.** São Paulo: Unesp, 2001.

GOMES, M. T. S. **O processo de reestruturação produtiva em cidades médias paulistas: Araçatuba, Birigui, Marília Presidente Prudente e São José do Rio Preto.** São Paulo: FFCLH/USP, 2007. (Tese de Doutorado)

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.** Lisboa: Editora Stampa, 1977.

HANDA, T. **O imigrante japonês: a história de sua vida no Brasil.** São Paulo: Centro de Estudos Nipo-brasileiros/ T. A. Queiroz, 1987.

HERRERA, V. E. **Análise da indústria de bens de capital agrícola no Brasil: estudo de caso do Grupo Jacto S/A.** Marília: Centro Universitário Eurípides de Marília, 2005 (mineo).

LESSER, J. A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Ed. Unesp, 2001. MAMIGONIAN, Armem. O processo de industrialização em São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo: AGB, n. 50, p. 85-101, 1976.

MARTINS, J. S. **Conde Matarazzo: empresário e a empresa.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1976.

MATUSHIMA, M. K.; SPOSITO, E. S. Dinâmica económica en el Estado de São Paulo: Los desdoblamientos de un eje de desarrollo. **Barcelona: Revista Scripta Nova**, vol. VI, núm. 126, outubro de 2002.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1984.

MOURÃO, P. F. C. **A industrialização do Oeste Paulista: o caso de Marília.** Presidente Prudente: FCT/Unesp, 1994. (Dissertação de Mestrado)

_____. **Reestruturação produtiva da indústria e desenvolvimento regional: a região de Marília.** São Paulo: FFLCHT/USP, 2002. (Tese de Doutorado)

NIVEAU, M. **História dos fatos econômicos contemporâneo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAKURAI, C. **Os japoneses**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada. In: Fausto, Boris. (Org.). **Fazer a América: imigração em massa para a América Latina**. Edusp, 2000.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo. Abril, 1982.

UEHARA, A. R. **O crescimento econômico e os investimentos diretos japoneses no Brasil**. 2002.
Disponível em: <www.fjsp.org.br/estudos/ed%2002/crescimento-econômico.doc> Acesso em: 04/04/09.

14. CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL E INDÚSTRIA DE DERIVADOS DE TRIGO: AS DINÂMICAS E FLUXOS DA EMPRESA M. DIAS BRANCO A PARTIR DO CEARÁ¹

Denise Cristina Bomtempo²

Introdução

Presencia-se no período atual um considerável desenvolvimento científico, técnico e também tecnológico, o qual tem permitido uma organização distinta do espaço, em suas múltiplas escalas. Ademais, está em curso uma nova configuração espaço-temporal, a qual consiste numa supressão das distâncias e aumento da fluidez. Esse espaço-tempo comprimido é uma das mais marcantes características da globalização. Salienta-se que com esse processo foi produzido um novo padrão de consumo de alimentos, a partir do aperfeiçoamento técnico em consonância a um distinto perfil da população mundial. É de se considerar que, embora se apresente como parte integrante do gênero tradicional da indústria, o gênero alimentício sofreu consideráveis alterações, face, portanto, às tantas modificações que se deram no espaço mundial, brasileiro e cearense. Apesar do Ceará não apresentar as condições ambientais necessárias para o desenvolvimento da triticultura, a M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos se destaca no mercado nacional, em torno da qual há uma profusão de fluxos, de natureza material e imaterial, relacionada não apenas ao porte, mas também as estratégias adotadas pela empresa.

Pretende-se, portanto, demonstrar uma mudança do perfil da indústria alimentícia no Brasil, compreender como a empresa em evidência, por meio de sua atuação no território, articula agentes distintos, mobiliza fluxos variados e está à frente de dinâmicas e processos diversos.

Para tanto, concorda-se com a afirmação de Bomtempo e Sposito (2012), segundo os quais, o processo de globalização – tanto econômica quanto dos valores de reprodução socioespacial – desenvolveu-se acompanhado de um “novo padrão de consumo de alimentos”, a partir do aperfeiçoamento técnico que em consonância a um distinto perfil da população mundial, permitiu a produção de comida industrializada se tornar mais complexa.

Em decorrência disso, a indústria alimentícia não deve ser caracterizada apenas como um setor tradicional – no sentido de arcaico e/ou antiquado – da indústria de transformação, “[...] pois as inovações se fazem presentes e são frutos de pesquisas científicas que objetivam, entre outros, o desenvolvimento de

¹ Este texto é parte integrante dos resultados da Pesquisa desenvolvida por meio do Edital DCR/FUNCAP/CNPq e Ciências Humanas CNPq e teve contribuição do bolsista de Iniciação Científica Francisco Jeferson Guerra da Costa.

² Professora Adjunta dos cursos de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará. Coordenadora do Laboratório de Estudos Agrários, Urbanos e Populacionais – LEAUP. Licenciada, Mestre e Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente. Email: denise.bomtempo@uece.br

novos produtos de maneira acelerada e a expansão dos mesmos pelos mais diversos lugares do mundo” (BOMTEMPO; SPOSITO, 2012, p. 29).

Para dar conta da discussão, este texto se encontra organizado em três partes mais esta introdução. Na primeira parte, apresentamos um panorama da indústria de alimentos no Brasil, com ênfase aos agentes normatizadores. Em continuidade, na segunda parte, como exemplo empírico das mudanças que o setor alimentício de derivados de trigo apresenta, focamos a análise nas dinâmicas territoriais, nos fluxos e nas articulações estabelecidas pela empresa industrial M. Dias Branco, com objetivo de mostrar as novas escalas, as configurações, as dinâmicas e os agentes que constroem o espaço industrial brasileiro no século XXI. Nas considerações finais, sintetizamos os argumentos apresentados em Bomtempo (2011), de que para compreender as dinâmicas territoriais formuladas pela atividade industrial no Brasil, é preciso levar em conta o gênero, o setor e o ramo da indústria, além disso é preciso considerar que o espaço industrial é diverso – em relação à produção, aos agentes normatizadores e as sinergias estabelecidas, por isso, para captar o novo, é preciso compreender o movimento, as escalas e as relações e não ficar focado apenas nos espaços tradicionais de produção industrial, se isso acontecer, mascaramos a realidade, o contrário, revela a nova Geografia Industrial do território brasileiro.

A indústria de alimentos no Brasil: panorama e principais agentes normatizadores

Ao considerar o Brasil, pode-se afirmar que a indústria de alimentos tem se destacado no cenário econômico, pois, conforme a Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA), dentre os setores componentes da indústria de transformação, o de alimentos (produtos alimentares e bebidas) foi aquele que mais empregou em 2016, com um total aproximado de mais de um milhão e seiscentos mil empregos diretos (mais precisamente 1.632.000).

Apesar de ainda se manter com o status de “[...] maior empregador na indústria de transformação”, é notável o fato de que desde o ano de 2015 tem ocorrido uma diminuição no número de empregos diretos (Tabela 1), seguindo o movimento da própria indústria de transformação que assiste a uma redução no número de empregos desde o ano de 2014³.

³ Informações obtidas em: <<http://www.abia.org.br/vsn/anexos/emprego2016.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

Tabela 1 - Empregos diretos na indústria de alimentos no Brasil no período de 2010-2016

Ano	Indústria de Transformação	Indústria de Alimentos	Participação na Indústria de Transformação (%)
2010	7.886.000	1.527.000	19,4
2011	8.114.000	1.584.000	19,5
2012	8.148.000	1.586.000	19,5
2013	8.373.000	1.644.000	19,6
2014	8.213.000	1.670.000	20,3
2015	7.605.000	1.659.000	21,8
2016	7.282.000	1.632.000	22,4

Fonte: MTE; ABIA (2017). Elaboração: Costa, 2017.

Observa-se, a partir da Tabela 1, que o nível de empregos diretos gerados pela indústria de alimentos se mostrou crescente até o ano de 2014. Entretanto, nos anos posteriores esse crescimento não foi perpetuado, pelo contrário, verificou-se um decréscimo. Se se considera o ano de 2016 em relação a 2014, a queda no número de empregos foi de cerca de 931 mil.

Esta redução de postos de empregos tanto na indústria da transformação quanto na indústria de alimentos é reflexo também das instabilidades no cenário político e econômico brasileiro, cujos desdobramentos perpassam o aumento do desemprego no país, por conta de um alto índice de demissões de trabalhadores nos diversos setores econômicos.

Entretanto, apesar do atual cenário político e econômico brasileiro se caracterizar pelas incertezas e instabilidades, observa-se que aspectos como o faturamento da indústria de alimentos tem se mostrado crescente durante o decorrer dos anos (Tabela 2), porquanto no ano de 2014, esse foi de R\$ 529,6 bilhões; em 2015 o valor correspondeu a R\$ 562,0 bilhões; e em 2016 alcançou o total de R\$ 614,3 bilhões, sendo, aproximadamente 81% (R\$ 497,3 bilhões) correspondente a alimentos e 19% (R\$ 117,0 bilhões) a bebidas⁴.

⁴ Informações obtidas em: <<http://www.abia.org.br/vsn/anexos/faturamento2016.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

Tabela 2 - Faturamento (líquido de impostos indiretos) em R\$ bi da indústria de alimentos no Brasil no período de 2010-2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Setores							
Derivados de Carne	66,0	79,1	88,7	100,8	115,6	129,1	133,1
Beneficiação de Café, Chá e Cereais	35,9	40,6	46,9	52,8	56,9	56,7	67,6
Laticínios	33,1	38,1	42,2	50,1	55,2	58,9	67,5
Óleos e Gorduras	29,3	34,5	40,9	42,3	44,7	47,7	49,2
Açúcares	37,7	42,2	41,9	40,9	38,3	36,6	46,6
Diversos	17,7	20,5	24,2	28,7	31,5	33,1	34,6
Derivados de Trigo	19,9	21,4	23,5	26,8	29,5	31,6	33,6
Derivados de Frutas e Vegetais	15,6	18,2	20,4	23,7	25,8	26,3	30,3
Chocolate, Cacau e Balas	10,5	11,5	12,4	13,1	13,4	13,7	14,5
Desidratados e Supergelados	6,5	7,4	9,5	11,3	13,2	14,5	15,4
Conservas de Pescados	2,5	2,9	3,4	4,0	4,6	4,6	5,0

Fonte: ABIA (2017). Elaboração: Costa, 2017.

Pode-se, portanto, observar a partir da Tabela 2, que não apenas o faturamento da indústria de alimentos tem crescido ao longo dos últimos anos – ao considerar o período destacado, tem-se uma alta de quase 86% –, mas, conseqüentemente, a participação no Produto Interno Bruto (PIB) – que cresceu mais de 1% (mais precisamente 1,6%) –, tal como a participação na indústria de transformação – com um acréscimo de 5,9%.

Logo, verifica-se que, apesar das instabilidades, a indústria de alimentos tem mantido sua importância no cenário econômico brasileiro. Conforme as palavras do presidente da ABIA, Edmundo Klotz, “[...] a indústria da alimentação brasileira sofreu o impacto do momento político e econômico, porém não de forma tão aguda como outros setores industriais” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO [ABIA], 2017, p. 7).

Tabela 3 - Principais ramos por faturamento em R\$ bi (faturamento líquido a preços correntes) da indústria de alimentos no Brasil no período de 2010-2016

Ano	Faturamento (líquido de impostos indiretos) em R\$ bi	Participação no PIB (%)	Participação na Indústria de Transformação (%)
2010	330,6	8,5	19,5
2011	383,3	8,8	20,1
2012	431,9	9,0	21,0
2013	484,7	9,1	20,1
2014	529,6	9,3	20,9
2015	562,0	9,5	22,4
2016	614,3	10,1	25,4

Fonte: ABIA (2017). Elaboração: Costa, 2017.

Ainda em relação aos dados da ABIA acerca da indústria de alimentos no Brasil, observa-se que o ramo de produção de “Derivados de Trigo” está entre os principais, como é possível verificar, a partir da classificação da ABIA, na Tabela 3.

Além dessas questões em torno do faturamento crescente da indústria de derivados de trigo, é interessante também notar a teia de relações que a envolve, daí considerar a atuação e articulação de importantes agentes, como as associações e as instituições.

Markusen (2005) define “[...] atores como instituições que funcionam como agentes decisórios, empreendedores que decidem estabelecer ou criar firmas em determinados locais, e trabalhadores que tomam decisão de migrar”. Outros “atores” são importantes, a saber, “[...] entidades de caráter não lucrativo, cooperativas, grupos comunitários, associações profissionais, organizações religiosas, indivíduos e acima de tudo, o Estado” (p. 58).

Desta maneira, ressalta-se que, além da ABIA existem: a Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães & Bolos Industrializados (ABIMAPI); Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria (ABIP); e Associação Brasileira da Indústria do Trigo (ABITRIGO); entidades que desempenham um relevante papel normatizador no território nacional, sobretudo no sentido da consolidação da indústria alimentícia e de derivados de trigo, bem como na interlocução com outros agentes. Focar-se-á, pois, nas duas primeiras, ABIA e ABIMAPI, dada a abrangência e o poder de atuação delas.

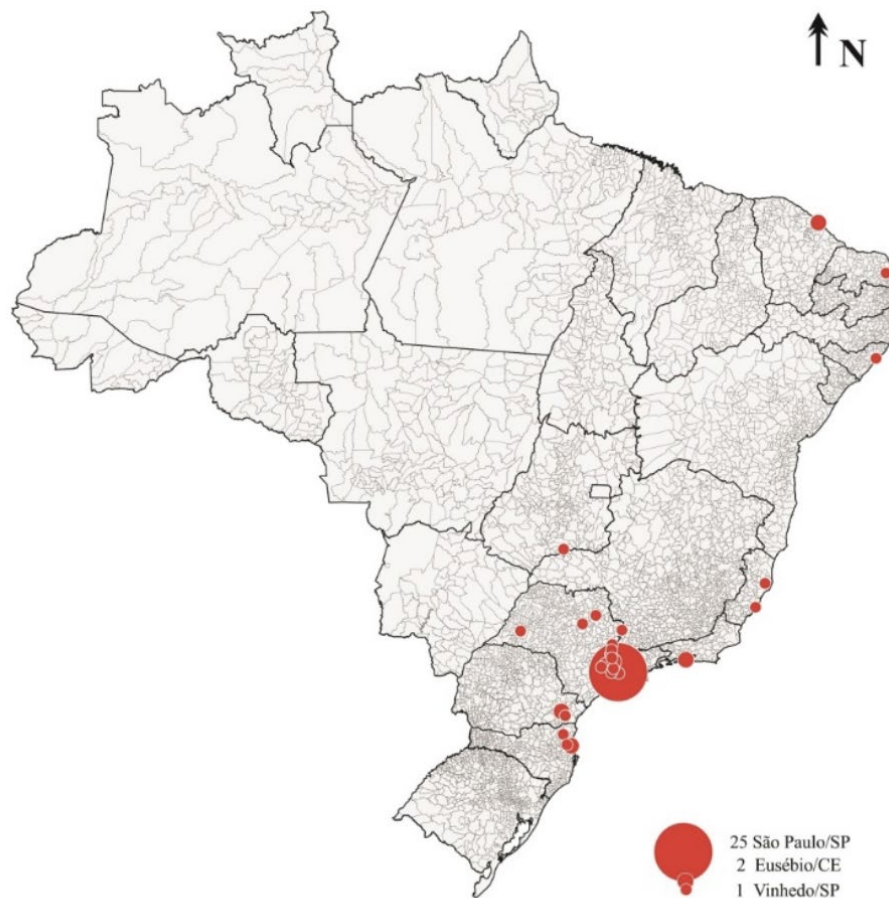
A ABIA, fundada em 1963, apresenta-se como sendo a principal interlocutora da indústria alimentícia no diálogo com o Poder Público, organismos internacionais e a sociedade. Ademais, representa, atualmente, cerca de 70% do setor em valor de produção, e se organiza, por meio de reunião dos associados, com a formação de comissões setoriais de conteúdo técnico, jurídico e econômico, as quais objetivam a discussão de temas pertinentes e definições estratégicas para o setor⁵. Em relação às empresas associadas à ABIA, no Quadro 1 e na Figura 1, pode-se observar como a maioria delas se distribuem no Brasil.

⁵ Informações obtidas em: <http://www.abia.org.br/vsn/tmp_3.aspx?id=11>. Acesso em: 22 jan. 2016.

Quadro 1 - Localização por estado no Brasil das empresas associadas à ABIA

Estado	Quantidade de empresas associadas
Alagoas	1
Ceará	2
Espírito Santo	2
Goiás	1
Minas Gerais	1
Paraná	3
Rio de Janeiro	2
Rio Grande do Norte	1
Santa Catarina	4
São Paulo	39

Fonte: ABIA. Elaboração: Costa, 2017.

Figura 1 - Distribuição por município no território brasileiro das empresas associadas à ABI

Fonte: ABIA. Base cartográfica: Philcarto (2007). Elaboração: Costa, 2017.

Ao levar em consideração as informações do Quadro 1 e Figura 1, é notório que grande parte das empresas alimentícias associadas à ABIA se localizam no estado de São Paulo, com destaque para a metrópole paulistana e sua região metropolitana, mas que ganha destaque algumas cidades localizadas em ambientes não metropolitanos, como Marília, que conforme Bomtempo (2011), é uma das cidades que se destacam na produção de alimentos industrializados de derivados de trigo e que por isso também tem papel importante na normatização do setor. Ademais, os estados de Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Goiás também possuem empresas associadas à ABIA. Na região Nordeste do Brasil, participam dessa Associação empresas instaladas nos estados de Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará, sendo que o Ceará possui duas empresas e os demais estados apenas uma.

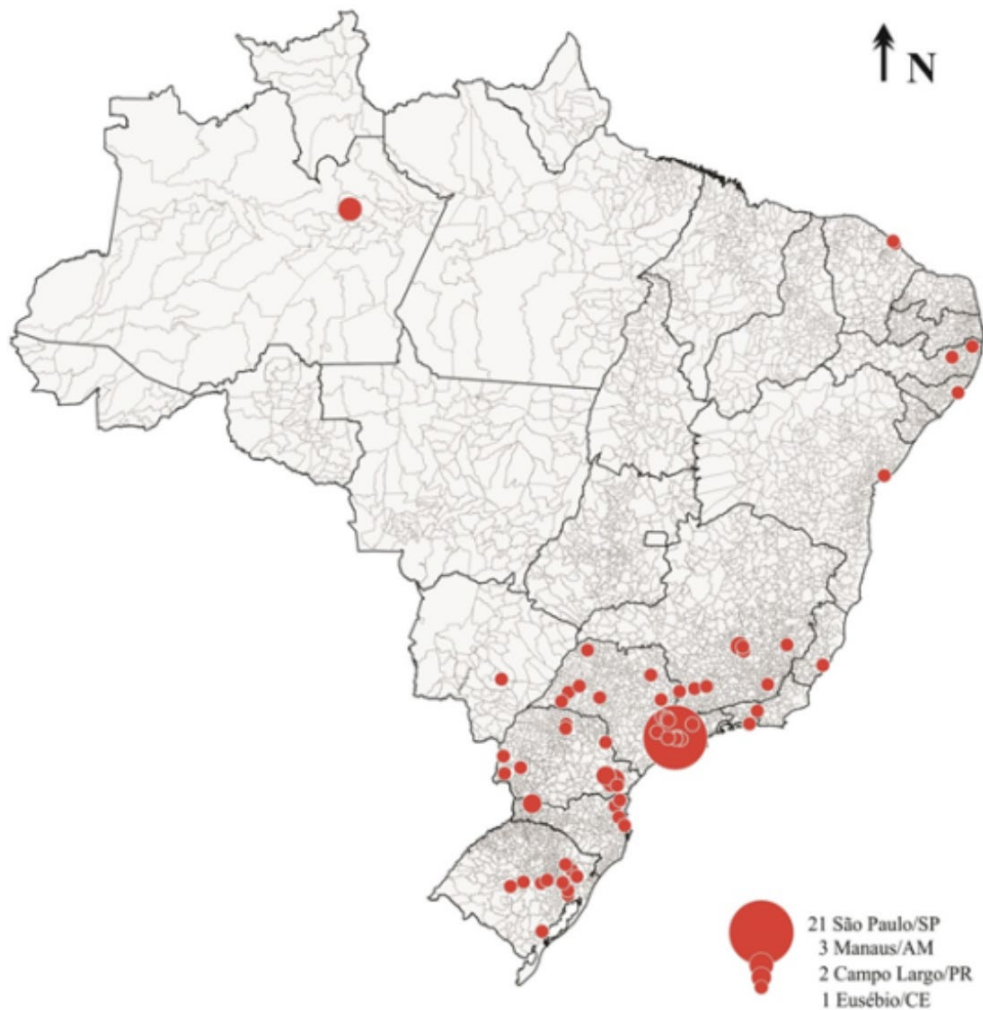
Em continuidade às Associações que representam o setor alimentício no Brasil, mencionamos a ABIMA (Associação Brasileira das Indústrias de Massas Alimentícias e Pão & Bolo Industrializados) e ANIB (Associação Nacional das Indústrias de Biscoito). Destarte, ela se apresenta como sendo uma das maiores associações do país, a qual busca a consolidação dos segmentos de biscoito, massas alimentícias, pães e bolos industrializados. No Quadro 2 e na Figura 2, tem-se a distribuição no Brasil de grande parte das empresas associadas à ABIMAPI.

Quadro 2 - Localização por estado no Brasil das empresas associadas à ABIMAPI

Estado	Quantidade de empresas associadas
Alagoas	1
Amazonas	3
Bahia	1
Ceará	2
Espírito Santo	1
Mato Grosso do Sul	1
Minas Gerais	9
Paraná	11
Pernambuco	2
Rio de Janeiro	2
Rio Grande do Sul	11
Santa Catarina	6
São Paulo	38

Fonte: ABIMAPI. Elaboração: Costa, 2017.

Figura 2 - Distribuição por município no território brasileiro das empresas associadas à ABIMAPI



Fonte: ABIMAPI. Base cartográfica: Philcarto (2007). Elaboração: Costa, 2017.

Como acontece com a ABIA, ao observar os quadros e as figuras vinculadas à ABIMAPI, verifica-se uma grande concentração das empresas nas regiões Sul-Sudeste, entretanto, o Nordeste possui uma parcela de representação, embora mínima, dentro das associações, sustentada, sobretudo, pelo estado do Ceará. As empresas atuantes em território cearense e que estão vinculadas às instituições já citadas – as quais, como descrito, detêm uma importante capacidade de articulação a nível nacional, e até mesmo internacional – são, pois: Três Corações Alimentos S.A. (ABIA), J. Macêdo S/A (ABIMAPI) e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos (ABIA, ABIMAPI).

Para verificar como as dinâmicas, fluxos e articulações da indústria de alimentos, em especial de derivados de trigo se materializam no território, focaremos nossa análise na empresa industrial M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, entre outros, por ser uma empresa não localizada nos estados que apresentam maior concentração da indústria de alimentos, mas que mesmo assim ela desempenha importante papel do ponto de vista da gestão e normatização do setor e também por se destacar em quesitos importantes para definir o perfil de uma empresa industrial, como volume de produção, empregabilidade, inovações e estratégias de concorrência de mercado como a expansão e aquisição de mercado via fusões e

aquisições. Portanto, é uma empresa industrial que exemplifica as novas configurações, agentes, fluxos e arranjos do espaço industrial, sobretudo do setor alimentício neste início do século XXI.

M. Dias Branco S/A: dinâmicas e fluxos no território

A M. Dias Branco é uma das principais empresas da indústria de alimentos e, mais ainda, da indústria de derivados de trigo, não apenas na escala do Ceará e da região Nordeste, mas também do Brasil, tendo em vista a sua consolidação a partir, sobretudo, dos primeiros anos do século XXI.

Considerada, desde o ano de 2003, líder no mercado nacional de biscoitos e massas alimentícias, a M. Dias Branco se originou a partir da Padaria Imperial adquirida pelo português Manuel Dias Branco no ano de 1936, em Fortaleza. Em 1951, a padaria passou a ser chamada de Fortaleza (Padaria Fortaleza) e no ano de 1953, Ivens Dias Branco, a convite do pai Manuel Dias Branco, tornou-se sócio na padaria e propôs a fabricação de biscoitos além da montagem de uma fábrica.

A Fábrica Fortaleza – como passou a ser conhecida no cotidiano da população local, então, permaneceu na capital cearense até o ano de 1980, quando foi transferida para o município de Eusébio (onde permanece até os dias atuais), que na ocasião ainda era um distrito de Aquiraz. Problemas quanto à obtenção de espaço para expansão da unidade de produção e congestionamentos devido ao intenso fluxo de matéria prima e mercadorias foram os principais motivos que levaram a procura por uma localização industrial às margens da BR 116 – rodovia que articula o Ceará aos demais estados do Brasil. Nesse sentido, Bomtempo (2011), ao fazer a leitura da indústria de alimentos no Brasil nas décadas de 1980 e 1990, assinalou que a realocação das unidades de produção no território foi algo marcante nesse período. Ainda, de acordo com a autora,

No período da globalização, para entender a relação que a empresa estabelece com o território, é preciso reconhecer que sua estratégia não se pauta apenas em diminuir os custos de transporte, estar próxima da matéria prima e da força de trabalho barata. Hoje, além dos fatores clássicos de localização industrial, os que predominam entre a permanência e a mobilidade da empresa em um determinado território incluem a existência de equipamentos técnicos, o acesso a informação, conhecimento, pesquisa, rede de serviços, mão de obra qualificada e experiente, além de incentivos que garantam o aumento das taxas de lucro, tais como, possíveis isenções de impostos e disponibilidade de terrenos para sua instalação. Além disso, a organização dos agentes, representados pelas empresas, poder público, sindicatos, associações empresariais, universidades, escolas técnicas, trabalhadores, entre outros, constitui mais um fator que explica a dinamização de atividades produtivas em ambientes (metropolitanos) e não metropolitanos (BOMTEMPO, 2011, p. 178, 179).

É interessante notar que, em relação ao quadro retratado por Bomtempo (2011), em se tratando da busca por novas localizações da indústria de alimentos no Brasil, geralmente as empresas industriais mantinham as unidades de gestão na metrópole, sobretudo na metrópole paulistana ou no seu entorno e transferiam apenas as unidades de produção. Já no caso da Fábrica Fortaleza, a realocação ocorreu tanto do ponto de vista da produção quanto da gestão do centro da cidade de Fortaleza, para o município de Eusébio⁶, às margens da BR-116 (Foto 2), como já destacado.

Salienta-se, também, que no período delimitado – em fins dos anos de 1980, mais precisamente –, a Fábrica Fortaleza, caracterizava-se por ser a maior consumidora de trigo do Ceará, e o Sr. Ivens Dias

⁶ Eusébio é um dos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza e se localiza há 24 km da metrópole.

Branco (proprietário da empresa) planejava construir um moinho que, com o uso de alta tecnologia, permitisse, dentre outras coisas, a produção de diferentes tipos de farinhas (VILAS-BOAS, 2013). Plano esse concretizado no ano de 1992, quando houve a instalação do Moinho Dias Branco no Porto de Fortaleza (Foto 1) – comumente chamado de Porto do Mucuripe – o qual se constituía como sendo uma moderna unidade industrial de moagem de trigo e produção da farinha de trigo.

A criação do Moinho Dias Branco está atrelada a um movimento de crescimento do número de unidades moageiras no Brasil, a partir do ano de 1990. Entretanto, nos anos subsequentes, houve uma redução em decorrência da competitividade e consequentes processos de fusões e aquisições (F&A) (OLIVEIRA, 2002).



Foto 1⁷ - Moinho M. Dias Branco/Porto do Mucuripe/Fortaleza.



Foto 2⁸: Gestão e Produção: Fábrica Fortaleza BR-116/ Eusébio/CE.

Pasin et al. (2002), pautados em dados de um estudo da KPMG⁹, descrevem que nos anos de 1990 o capital estrangeiro deteve grande participação nas transações de F&A no Brasil (61% de 2308 transações). Ao considerar, apenas o setor de alimentos, bebidas e fumo – “líder” nos processos de F&A (11,7% do total) do período em destaque –, os autores demonstram que a participação do capital externo representava mais que a metade das negociações (57%).

Ainda em relação ao decênio de 1990, Pasin et al. (2002) identificaram grandes grupos participantes dos processos de fusões e aquisições das empresas brasileiras, no período destacado, quais sejam: Parmalat, Sociedade Macri, Grupo Bunge, Danone e Arisco. Ressalta-se que, em relação a Sociedade Macri, os autores discorrem que

[...] O grupo argentino Sociedade Macri (Socma), configurou-se também em um dos maiores adquirentes do setor no país. Em 1996 o Grupo Macri, adquiriu a Basilar, em 1997 adquiriu a Isabela S.A e a Zabet, ambas fabricantes de biscoitos. Em 1999, adquiriu a Adria Produtos

7 https://www.google.com/search?q=foto+moinho+dias+branco&tbm=isch&source=univ&sa=X&ved=2ahUKEwjz-1b2kxd_jAhVRo1kKHajIAPEQsAR6BAGJEA&biw=1920&bih=920#imgrc=xw19YcMp0I2oyM: Acesso: 30/7/2019.

8 https://www.google.com/search?q=foto+moinho+dias+branco&tbm=isch&source=univ&sa=X&ved=2ahUKEwjz-1b2kxd_jAhVRo1kKHajIAPEQsAR6BAGJEA&biw=1920&bih=920#imgrc=sYc2Zyjpldo70M: Acesso: 30/7/2019.

9 A KPMG International Cooperative (KPMG International) é uma rede global composta de firmas-membro independentes presentes em mais de 150 países, inclusive no Brasil, e que presta serviços profissionais de auditoria, consultoria tributária e consultoria de negócios. Informações disponíveis em: <<https://home.kpmg.com/br/pt/home/sobre-a-kpmg/visao-geral.html>>. Acesso em: 27 jul. 2017. O estudo citado é referente ao ano de 2001, acerca das Fusões e Aquisições no Brasil, e foi realizado pela KPMG Corporate Finance, uma firma-membro brasileira da KPMG International, que realiza esse tipo de pesquisa desde 1994.

Alimentícios Ltda [...]. Em 2001, a Macri fundiu todas as empresas do segmento de massas (Adria, Basilar, Isabela e Zabet), criando uma indústria de massas de grande porte com 17% de market share (PASIN et al., 2002, p. 3, grifo nosso).

Posteriormente, em 2003, como descrito por Vilas-Boas (2013), a M. Dias Branco adquiriu a Adria, que pertencia ao grupo argentino Socma, e passou a controlar além da unidade Adria (São Caetano do Sul/SP), as outras unidades fabris, a saber: Basilar (Jaboticabal/SP), Zabet (Lençóis Paulista/SP) e Isabela (Bento Gonçalves/RS).

Este foi, pois, um marco para a empresa e permitiu a sua projeção no mercado brasileiro. Portanto, a reconhecer que o processo de fusão e aquisição se trata de uma estratégia empresarial – adotada principalmente pelas grandes empresas – que possibilita, dentre outros, a entrada em mercados regionais e/ou locais – sem a necessidade de elevados custos –, nota-se que a M. Dias Branco, por intermédio de tal estratégia, conseguiu ingressar nos mercados de biscoitos e massas do Sudeste e Sul, a partir de marcas tradicionais, amplamente conhecidas nessas regiões.

Além disso, com vistas a se consolidar ainda mais no estado do Ceará e também na região Nordeste, outras empresas foram também adquiridas, como a Indústria de Alimentos Bomgosto LTDA, detentora das marcas Vitarella e Treloso, com sede em Jaboatão dos Guararapes/PE, no ano de 2008.

A NPAP Alimentos S/A – sediada em Recife/PE, proprietária da marca Pilar –, e as empresas do grupo Pelágio Participações S.A. – detentor das marcas Estrela, Pelaggio e Salsito – foram adquiridas em 2011, e no ano seguinte (2012) houve a aquisição do Moinho Santa Lúcia, com sede em Aquiraz e atuante em moagem de trigo e fabricação de massas e biscoitos, detentor ainda das marcas Predilieto e Bonsabor.

No ano de 2014 houve a aquisição de um moinho de trigo, por meio de leilão público, no município de Rolândia/PR, e em 2016, a M. Dias Branco confirmou investimentos, no município mineiro de Juiz de Fora, de aproximadamente R\$ 400 milhões para a construção de uma fábrica, um moinho de trigo e dois Centros de Distribuição (CDs).

Os processos de fusões e aquisições, investimentos realizados e expansões nas unidades produtivas da M. Dias Branco podem ser compreendidos como estratégias da empresa no sentido de ampliar a liderança nacional adquirida nos segmentos de massas e biscoitos.

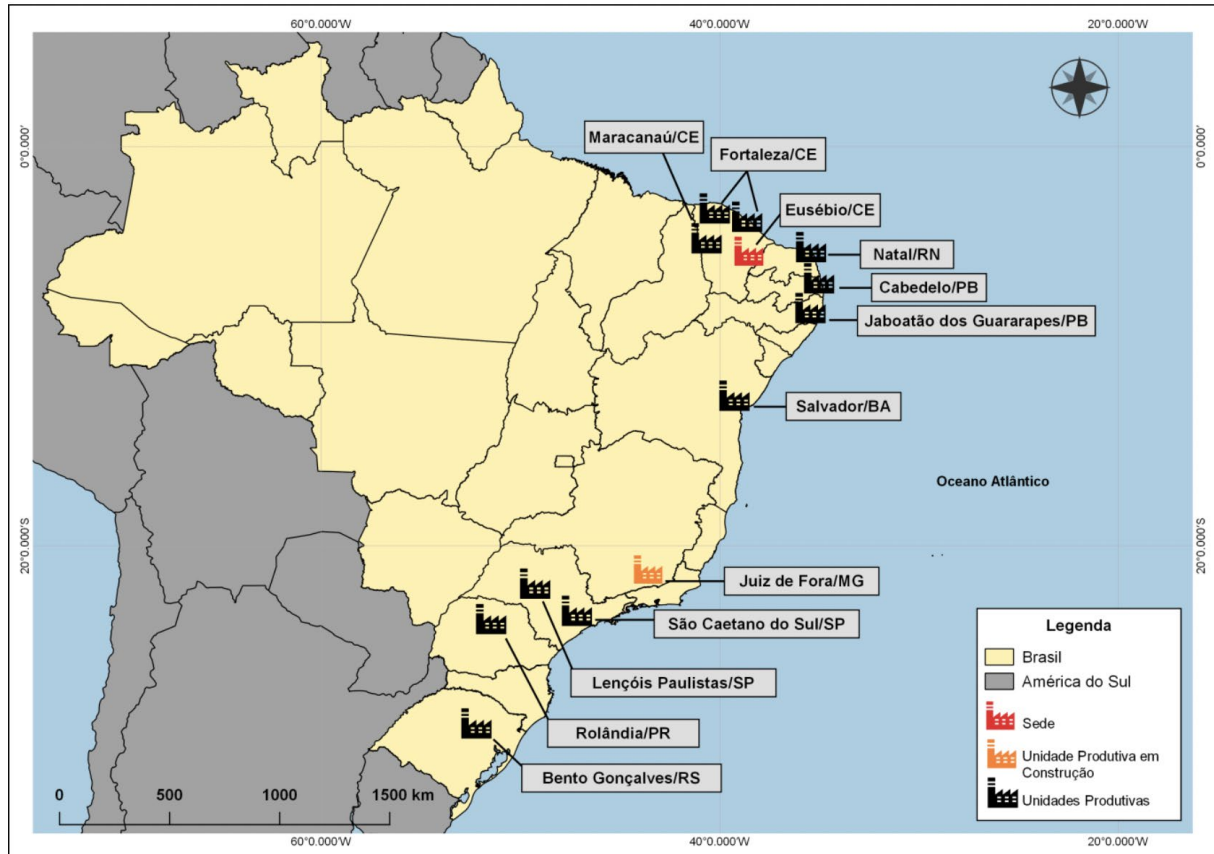
Diante do apresentado, é possível afirmar tais estratégias adotadas pela Empresa em análise, estão atreladas a uma busca por maior produtividade e lucratividade, tendo em vista que nos dias atuais há a imposição de uma concepção dominante e de caráter ubíquo, a saber: a competitividade.

Assim, a M. Dias Branco no Brasil possui a seguinte configuração territorial: a sede de gestão e produção é sediada em Eusébio – às margens da Rodovia Federal Santos Dumont (BR-116)¹⁰; possui 12 unidades produtivas (Figura 1) distribuídas pelas regiões Nordeste – Fábrica Fortaleza (Eusébio/CE), Moinho Dias Branco (Fortaleza/CE), Gorduras e Margarinas Especiais (GME) (Fortaleza/CE), Unidade Maracanaú (Maracanaú/CE), Grande Moinho Tambaú (GMT) (Cabedelo/PB), Unidade Jaboatão (Jaboatão dos Guararapes/PE); Grande Moinho Aratu (GMA) (Salvador/BA) –, Sudeste – Unidade São Caetano do Sul (São Caetano do Sul/SP), Unidade Lençóis Paulista (Lençóis Paulista/SP) – e Sul – Moinho Paraná (Rolândia/PR), Unidade Bento Gonçalves (Bento Gonçalves/RS) –, atuantes nos seguintes segmentos: massas, biscoitos,

¹⁰ Esta denominação foi estabelecida pela Lei nº 11.363 de 26 de outubro de 2006 e se refere ao trecho da BR-116 que vai de Fortaleza (Km 0) até o estado do Rio de Janeiro (entroncamento com a BR-040).

torradas, farinha e farelo, snacks e bolos, misturas para bolo, gorduras e margarinas.

Figura 1 - Distribuição das unidades produtivas pertencentes à M. Dias Branco no território brasileiro



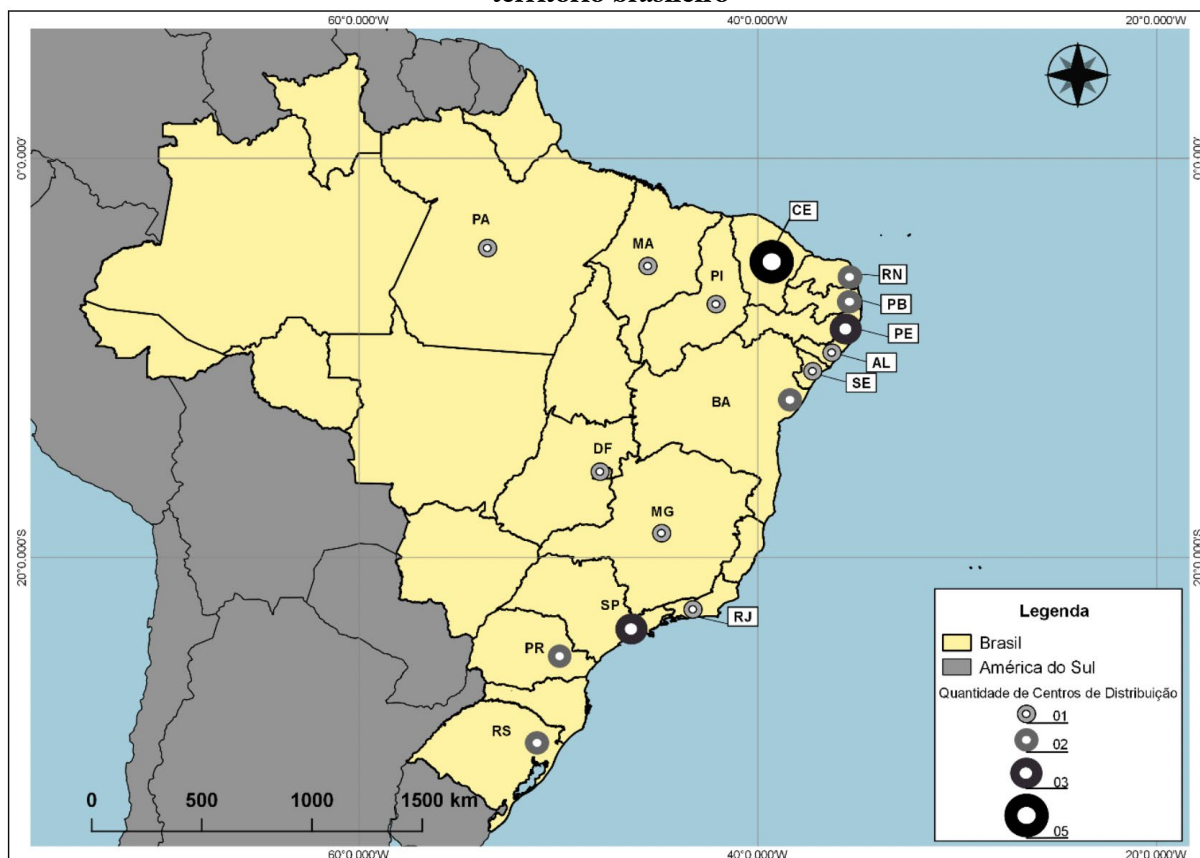
Fonte: M. Dias Branco (Relatório Anual 2016). Base cartográfica: IBGE (2007). Elaborado pelos autores.

Ademais, ela conta com 29 CDs (Figura 2), os quais têm por finalidade a armazenagem, comercialização e/ou distribuição dos produtos, e estão situados nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe.

É importante notar que, apesar da sua preponderância na região nordestina, a M. Dias Branco consegue atuar em todo o Brasil, quer seja a partir de suas unidades de produção ou mesmo de seus CDs. Salienta-se ainda, que a empresa permite a percepção de uma nova lógica de comando que se conforma a partir do “escape” dos grandes centros de gestão do país, encabeçados principalmente por São Paulo, e até mesmo do espaço intraurbano de Fortaleza.

Ainda em relação as estratégias citadas anteriormente, é possível afirmar que as articulações da M. Dias Branco com diversos agentes atuantes no território cearense, nordestino e de outros estados do Brasil são também exemplos dessas ações estratégicas.

Figura 2 - Espacialização dos centros de distribuição (CDs) pertencentes à M. Dias Branco no território brasileiro



Fonte: M. Dias Branco (Relatório Anual 2016). Base cartográfica: IBGE (2007). SAMPAIO, José Eudázio Honório. Elaborado pelos autores.

A empresa não só estabelece relações com instituições de serviço industrial e de apoio ao empreendedorismo, sindicatos e associações empresariais, como também discute junto com os demais agentes as necessidades do setor. Como resultado da atuação, tem-se a realização de cursos de capacitação e projetos de qualificação, fornecimento de insumos, participação em eventos locais, regionais, nacionais, internacionais etc.

Verifica-se ainda, que a M. Dias Branco se articula também com outras empresas, ora a partir de acordos e parcerias, ora através da contratação de serviços. A exemplo do primeiro aspecto, algumas notícias de jornais e revistas¹¹ apontam que

O **Consórcio Maravilha**, formado pela americana **Bunge** e a brasileira **M. Dias Branco**, arrematou um terminal de grãos no Porto do Rio de Janeiro. O valor do lance dado no mês passado, que não teve concorrente, foi de R\$ 1,18 milhão. O contrato é de 25 anos e pode ser prorrogado por mais 25 (FUHRMANN, 2017, grifo nosso).

Em relação ao outro aspecto mencionado, constata-se que atualmente, na Fábrica Fortaleza, há a terceirização de alguns serviços. A respeito disso, pode-se apontar os setores de limpeza e de manutenção, como alguns dos serviços terceirizados pela empresa.

¹¹ Vale ressaltar a elaboração de uma hemeroteca temática – iniciada em março de 2015 –, a qual se trata de um acervo de notícias e informações disponibilizadas na internet, por meio de websites, blogs e versões eletrônicas de revistas e jornais que, neste caso, estejam relacionadas à empresa M. Dias Branco.

O setor de limpeza, por exemplo, era formado por trabalhadores da Fábrica Fortaleza e foi a partir do ano de 2015 o serviço foi terceirizado, com a contratação da empresa Top Service Serviços e Sistemas LTDA pertencente ao grupo GPS – Predial Sistemas de Segurança LTDA sediado em São Paulo/SP, o qual possui bases operacionais em alguns estados brasileiros, inclusive no Ceará¹².

É possível afirmar que a contratação de firmas terceirizadas para realizar serviços outrora executados pela Fábrica Fortaleza, faz parte de um conjunto de ações que visa reestruturar a organização da empresa com o objetivo principal de minimizar custos e maximizar os lucros. Pode-se citar também outras ações, as quais vão desde a criação de objetos materiais no espaço – como a construção do moinho em Eusébio, por exemplo – até o disciplinamento no ambiente de trabalho – a partir, por exemplo, da aplicação de métodos de gestão do trabalho.

O moinho de trigo e a fábrica de torradas em Eusébio iniciaram as operações em 2015, mas a construção de ambos se iniciou no ano de 2014, o que representou uma expansão da verticalização do processo produtivo na Fábrica Fortaleza. A empresa que, nos anos 1980, possuía apenas duas linhas de biscoitos, duas linhas de massas e uma linha de wafers (VILAS-BOAS, 2013), complexificou e hoje, conforme indicaram os trabalhadores entrevistados, detém: treze linhas de biscoitos, seis linhas de massas, sete linhas de wafers – com uma oitava em construção –, além da produção de torradas.

Foi também em 2014 que ocorreu a implementação do sistema de Gestão de Classe Mundial (GCM), no qual se tem a aplicação da metodologia Total Productive Maintenance [Manutenção Produtiva Total] (TPM). Uma notícia veiculada em maio de 2016, ao tratar da questão em torno da produtividade industrial e investimentos em modelos para uma maior e melhor produção por parte de empresas cearenses, destacava a M. Dias Branco como um exemplo positivo.

Mas por meio do modelo de produção chamado de **Gestão de Classe Mundial (GCM) ou Manutenção Produtiva Total (TPM – sigla em inglês)**, a M. Dias Branco, indústria cearense do ramo de alimentos, conseguiu aumentar a eficiência na produção em até 10% em dois anos. Em resumo, esse método torna os funcionários mais autônomos para realizar atividades. **Ele deixa de ser um mero apertador de botão e participa do processo como um todo.** A ideia também é diminuir qualquer desperdício, seja de material, água, energia ou trabalho (CAVALCANTE, 2016, grifo nosso).

Destarte, tem-se que, em uma economia globalizada, na qual a competitividade ganha novos contornos e tende a se acirrar de maneira agudizada, a busca pelo lucro cada vez mais líquido é voraz, e em tempos de aberturas de capitais, por parte das empresas, é necessário se adaptar às exigências trimestrais de apresentação de resultados.

Logo, para que de fato possam ser apresentados e de maneira satisfatória, impõe-se um regime de controle e gestão – fundamentados em “boas práticas” – que seja capaz de redefinir a organização das empresas e as atividades exercidas pelos trabalhadores, os quais, além de se adaptar a um novo ritmo de trabalho, têm de adotar determinados comportamentos que visem a “diminuição de desperdícios” e gerem altas taxas de produtividade e lucratividade.

Portanto, entende-se que o processo de globalização tem promovido impactos distintos, inclusive nos gostos, no consumo e na alimentação, fazendo com que a indústria de alimentos, na atualidade,

¹² Informações obtidas a partir dos relatórios da empresa disponíveis no site (<http://mdiasbranco.com.br/>) e também durante Trabalho de Campo realizado no período de 2016 – 2017 com trabalhadores da Fábrica Fortaleza – Eusébio/CE.

complexifique e deixe de ser observada meramente como um setor arcaico ou mesmo antiquado da indústria de transformação.

Nos anos de 1980 e 1990, ocorreu uma série de mudanças na escala do globo e também no Brasil, que permitiu um acirramento da concorrência, constantes processos de fusão e aquisição, sobretudo na indústria de alimentos, além de realocações de unidades produtivas industriais no território nacional. Foi, pois, no ano de 1980 que a M. Dias Branco, a qual é atualmente uma das maiores empresas brasileiras da indústria alimentícia – líder no mercado nacional de massas e biscoitos; líder no mercado de massas na América Latina; sexta (6^a) maior empresa de massas e sétima (7^a) de biscoitos no mundo por valor –, se instalou no atual município de Eusébio, tendo saído de Fortaleza, em decorrência de problemáticas no espaço urbano – que àquela altura já apresentava um dinamismo distinto – e da busca por expansão.

A empresa, que em 1992 iniciou o processo de verticalização da produção através da construção do Moinho Dias Branco, possui atualmente 12 unidades de produção – há ainda uma décima terceira a ser construída no município de Juiz de Fora/MG –, as quais estão localizadas não apenas na região Nordeste, mas também no Sudeste e Sul.

Assim, a partir do município de Eusébio, onde a empresa possui seu escritório de gestão e também sua principal unidade de produção, os fluxos de informações vinculados às decisões, às ordens, à normatização, à inovação entre outros, são compartilhadas com as demais unidades de produção, centros de distribuição, empresa de margarina e óleo, como também os moinhos instalados em vários estados do território brasileiro, além de se estabelecer articulações com os principais agentes que participam do comando do setor de produção de alimentos no território brasileiro.

Diante do exposto, a empresa M. Dias Branco é um exemplo empírico de que a Geografia da indústria de alimentos no Brasil é diversa do ponto de vista da localização geográfica, da atuação e dispersão no território, já que apresenta novas relações, fluxos e articulações inter e multiescalares e que por isso demonstram novas dinâmicas territoriais neste início do século XXI.

Considerações finais

Como discutido ao longo deste texto, no período atual é possível afirmar que são diversos os agentes com os quais a M. Dias Branco estabelece relações, são eles sindicatos empresariais atuantes no estado do Ceará e associações nacionais que desempenham um relevante papel de normatização da indústria alimentícia e de derivados de trigo. Além da relação com outras empresas, as quais podem figurar como parceiras ou prestadoras de serviço (terceirização).

Pode-se, portanto, afirmar que a M. Dias Branco tem se adequadado às exigências do mercado, que tem se tornado cada vez mais globalizado, através de estratégias que objetivam maior produtividade e lucratividade. A partir disso, é possível verificar determinados processos e consequentes desdobramentos que se dão através da empresa no sentido, por exemplo, da articulação com agentes (econômicos, políticos etc.), conformação de redes, estabelecimento de fixos e mobilização de fluxos.

Além de atuar em todo o Brasil, a partir de suas unidades de produção, moinhos e de seus centros de distribuição, a empresa industrial M. Dias Branco possibilita também a percepção duma nova lógica

de comando que “escapa” dos grandes centros de produção e gestão do país. Portanto, a partir dessas impressões, verifica-se a complexificação territorial da indústria de alimentos, já não observada meramente como um setor arcaico e concentrado no território, mas dotada de dinâmicas e interações espaciais dispersas e complexas, como observadas a partir da empresa analisada.

Como afirmado anteriormente, a configuração territorial da indústria de derivados de trigo é complexa e diversa e por isso não podemos continuar com afirmações que já não dão conta de compreender o território da indústria, em especial da indústria de alimentos, já que novos agentes se fazem presente e, portanto, novas dinâmicas, fluxos, articulações e interações se materializam e demonstram aspectos de uma nova Geografia da Indústria no Brasil que merece atenção por seus mais variados contornos espaciais.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO. **Relatório anual 2016**. São Paulo, 2017. 44p. Disponível em: <<http://www.abia.org.br/vsn/temp/z2017417RELATORIOANUAL2016.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BOMTEMPO, D. C. **Dinâmica territorial, atividade industrial e cidade média**: as interações espaciais e os circuitos espaciais da produção das indústrias alimentícias de consumo final instaladas na cidade de Marília - SP. 2011. 455f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011 (<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/105059>).

BOMTEMPO, D. C.; SPOSITO, E. S. Circuitos espaciais da produção e novas dinâmicas do território. **Mercator**, Fortaleza, v. 11, n. 26, p. 27-46, set./dez. 2012 (<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/667>).

CAVALCANTE, B. Os desafios de ser mais eficiente no Ceará. **O Povo**, maio 2016. Disponível em: <<http://www20.opovo.com.br/app/opovo/economia/2016/05/23/noticiasjornaleconomia,3616127/os-desafios-de-ser-mais-eficiente-no-ceara.shtml>>. Acesso em: 24 maio 2016.

FUHRMANN, L. Peças à mão. **Dinheiro Rural**, jun. 2017. Disponível em: <<http://www.dinheiorural.com.br/pecas-a-mao/>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

MARKUSEN, Ann. Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator. In: DINIZ, Clélio Campolina & LEMOS, Borges Mauro. **Economia e território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

OLIVEIRA, M. L. V. M. **Os circuitos espaciais de produção da J. Macêdo Alimentos**. 2002. 173f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2002.

PASIN, Rodrigo Maimone et al. Fusões e aquisições na indústria de alimentos do Brasil: um estudo sobre a gestão financeira das empresas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 26., 2002, Salvador. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2002/GIN/2002_GIN481.pdf> . Acesso em: 22 mar. 2016.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

VILAS-BOAS, S. **Ivens Dias Branco: simples, criativo, prático**. Barueri: Manole, 2013. 333p.

15. DA DECOLAGEM REGIONAL À ATERRISAGEM PARA FALÊNCIA: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA SOBRE MALHA AÉREA DA VARIG

Ana Paula Camilo Pereira¹

Hervé Théry²

Introdução

O papel das companhias aéreas enquanto agentes econômicos, suas trajetórias, bem como suas estratégias de mercado constituem elementos essenciais à compreensão da dinâmica econômica deste setor.

O desenvolvimento do transporte aéreo deu-se com o crescimento e aprofundamento do sistema capitalista e com a intensificação do meio técnico-científico-informacional. Nessa perspectiva, a aviação comercial, ou seja, as empresas aéreas desenvolveram-se com maior complexidade com o término da Primeira Guerra Mundial, num momento em que se aproveitaram, sobretudo, do desenvolvimento da tecnologia aeronáutica e da quantidade da produção de aeronaves disponíveis no mercado (GARÓFALO, 1982).

Fouquet (2008), ao analisar a história das empresas de transporte aéreo regular brasileiro, relata que após o histórico voo de Alberto Santos Dumont com seu 14-Bis, em 23 de outubro de 1906, foram necessários mais de 12 anos até que o avião passasse a ser efetivamente usado como meio de transporte público. Isto ocorreu logo após o término da Primeira Guerra Mundial, quando, em 5 fevereiro de 1919, a empresa alemã *Deutsche Luft-Reederei* iniciou um serviço diário entre Berlim e Weimar, para transporte comercial de passageiros, carga e correio.

Nesse contexto, em pouco tempo foram criadas companhias aéreas também na França, na Grã-Bretanha e em outros países, e a malha aérea foi continuamente expandida. A primeira empresa da América do Sul, a *Scadta* (atual *Avianca*), também foi fundada naquele ano, mas iniciou as operações regulares somente em 19 de setembro de 1921. No Brasil, cujas características geográficas favoreciam e ainda favorecem o transporte aéreo, as enormes vantagens para a mobilidade de pessoas e mercadorias só veio se desenvolver com maior projeção, planejamento e afinco das companhias aéreas, anos mais tarde (FOUQUET, 2008).

Em tal âmbito, a apresentação do desenvolvimento da aviação comercial no Brasil é essencial como forma de representar historicamente os acontecimentos advindos da transformação e utilização de um novo modal que contribuiu, juntamente com demais meios de transporte, para a integração territorial do país.

O desenvolvimento do transporte aéreo no país data suas primeiras atividades na década de 1910,

¹ Professora Doutora de Geografia na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: apaulacape@uems.br.

² Diretor de Pesquisa do CNRS-Creda. Professor no PPGH da USP. E-mail: hthery@aol.com.

com a criação da Escola Brasileira de Aviação, no Rio de Janeiro, e da Escola de Aviação da Força Pública, na cidade de São Paulo³, que proporcionaram os primeiros cursos de pilotagem no país. Estas escolas foram criadas na perspectiva das políticas estatais que buscavam promover o desenvolvimento brasileiro mediante a integração geopolítica do território nacional através da consolidação de suas fronteiras nacionais (GALLO, 2006).

Para Anderson (1979, p. 13) “o transporte aéreo desempenhou o papel de aberturas temporariamente solucionáveis ao processo de desenvolvimento”. A função preenchida pelas linhas de transporte aéreo, naquele momento, num país de grande superfície territorial, com núcleos humanos dispersos, evidenciou-se como essencial, especialmente para seu encargo específico, que ainda se caracteriza predominantemente pelo transporte de passageiros. Desse modo, é possível verificar que o início do desenvolvimento do transporte aéreo no Brasil representou um desenho regional das ligações, na medida em que interligava centros regionais do país e se atinha aos ideários governamentais que se preocupavam com a integração territorial do Brasil.

Nos primeiros anos de desenvolvimento do transporte aéreo o governo liberou o setor à exploração da iniciativa privada estrangeira. De acordo com Jesus (2005), os primeiros estudos para a implantação de uma rota aérea no Brasil foram realizados em 1924 pela empresa aérea francesa *Aéropostale*⁴. Em 1927 o governo liberou a exploração dos serviços de transporte aéreo à empresa *KondorSyndikat*⁵ (alemã), posteriormente com o nome de Sindicato Condor, que, anos mais tarde, transformar-se-ia na empresa aérea Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul, e ainda para algumas empresas americanas, como, por exemplo, a *Nyrba*⁶.

Em seu ensaio sobre o transporte aéreo no Brasil, Almeida (1952) diz que o transporte aéreo foi, desde seu início, utilizado como fim comercial, atraindo a iniciativa privada estrangeira em sua exploração. Em sua primeira fase a aviação comercial brasileira esteve fortemente vinculada a grandes empresas alemãs, francesas e americanas que disputavam a hegemonia do transporte aéreo na América do Sul. O lucro na exploração comercial não era o principal objetivo, pois as empresas então existentes procuravam expandir os serviços aeronáuticos de seus países, mantendo assim o prestígio de suas bandeiras e, principalmente, criando um mercado novo para suas indústrias de construções aeronáuticas e uma escola para o treinamento permanente de tripulação.

As atividades aéreas, nesse momento, compreendiam, principalmente o transporte de malas postais e autoridades e restringia-se aos trechos costeiros, contudo buscando integrar o território. Essa fase do

³ Neste momento as redes geográficas do transporte aéreo já começavam a ser definidas, tendo as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo como importantes nós do setor aéreo brasileiro.

⁴ A *Aéropostale* operou entre 1927 e 1931, transportando mala postal por rotas litorâneas entre Natal e Pelotas (COELHO, 2003).

⁵ O Sindicato Condor atuou em âmbito nacional operando a linha da costa litorânea e, também, procurando abrir novas rotas rumo ao interior do país, mais especificamente através do Mato Grosso, chegando a Cuiabá, Corumbá e Rio Branco - cidades bastante isoladas na época. Esta empresa operou sem maiores problemas até o início da Segunda Guerra Mundial. Com o estado de guerra, transferiu seu controle acionário para brasileiros, sendo os diretores alemães substituídos por aviadores militares brasileiros (COELHO, 2005).

⁶ A designação da sigla *Nyrba* referia-se a New York, Rio de Janeiro e Buenos Aires. Esta empresa iniciou suas operações no Brasil com a designação de *Nyrba* do Brasil no ano de 1929 com a linha que ligava Buenos Aires ao Rio de Janeiro. Anos mais tarde a empresa passou a ser nomeada de *Panair* do Brasil.

transporte aéreo brasileiro marcou o início da história do Correio Aéreo Nacional⁷.

Após essa primeira fase, subsequentemente o setor começa a se desenvolver no Brasil. Garófalo (1982), ao analisar historicamente a aviação comercial no Brasil, relata que a década de 1930 caracterizou a interiorização do transporte aéreo no país:

As ligações aéreas existentes pelo interior do país constituíam, em muitos casos, autênticas operações de desbravamento e penetração. Comercialmente eram exploradas, no geral, pelas companhias aéreas que guardavam vinculações estrangeiras e graças ao recebimento, pelas mesmas, de subvenções governamentais [...], entre essas empresas encontravam-se a *Panair* do Brasil e o Sindicato Condor (GARÓFALO, 1982, p. 31).

Todavia, mediante a exploração estrangeira, o Brasil reorganizou o setor no intuito de desenvolver nacionalmente a indústria da aviação no país e garantir a contiguidade do seu desenvolvimento aéreo. Para isso, criou, na década de 1930, o Departamento de Aeronáutica Civil, que anos depois foi transferido para o Ministério da Aeronáutica, passando a ser denominado de Departamento da Aviação Civil (DAC). A criação desse órgão acentuava a intenção do governo de expandir a aviação comercial no Brasil e, sobretudo, implementar políticas públicas de cunho integracionista, como já era feito no planejamento público de outros modais, como do ferroviário e do rodoviário.

Criado pelo Decreto 19.902, de 22 de abril de 1931, o DAC passou a ter os poderes relativos à regulamentação do setor aéreo brasileiro, tanto na área econômica como na área de segurança. O DAC era o órgão regulador do setor de transporte aéreo doméstico e estava vinculado ao Ministério da Defesa.

A instituição do DAC tinha como objetivo a consolidação das empresas aéreas com critérios estabelecidos e com estímulo ao equilíbrio do mercado, bem como garantia uma alternativa de controle estratégico do setor pelos militares (FOUQUET, 2008). A administração do DAC, naquele período, pretendia minimizar a competição prejudicial, o excesso de concorrência estrangeira e garantir a permanência das companhias nacionais. Este momento caracterizou, de fato, o início da aviação comercial no Brasil com a criação da Viação Aérea Rio-Grandense (Varig)⁸, que deu início à primeira linha aérea brasileira.

Nesse sentido, a abordagem realizada nesse trabalho tem como objetivo analisar a evolução da rede aérea desta companhia que se consagrou como líder na aviação comercial brasileira, atuando nas diferentes escalas territoriais. O intuito, portanto, é contribuir com uma abordagem que retrata o desenvolvimento da Varig que de base regional, no início de suas operações, ganhou os céus, expandindo sua malha pelo território nacional e, posteriormente alcançando os céus mundiais.

Nessa análise, é importante ressaltar que a expansão territorial deste agente econômico, que se deu por meio da ampliação de sua rede aérea, se constitui em todo esse processo histórico-geográfico mediante a busca de uma articulação com a dinâmica do desenvolvimento da economia brasileira (MONTEIRO, 2007), o que nos leva a compreender essa lógica a partir de um condicionante crucial à criação, desenvolvimento

⁷ Com o nome inicial de Serviço Aéreo Postal Militar, os serviços postais das duas forças existentes em 1930, do Exército e da Marinha, consolidaram-se passando a ser denominado Correio Aéreo Militar (CAM). Posteriormente, foi transformado no Correio Aéreo Nacional (CAN), sendo desativado em 1990 (ROCHA 2006).

⁸ A criação da mais antiga empresa aérea brasileira resultou da iniciativa de um ex-oficial da Aviação Real Prussiana, Otto Ernst Meyer, que recebeu o apoio decisivo de autoridades e lideranças empresariais do Rio Grande do Sul. Fundada em Porto Alegre em 07 de maio de 1927, o capital da “S.A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense” foi subscrito por centenas de acionistas, entre eles o “*Kondor Syndikat*”. Posteriormente, nacionalizado recebeu a designação de Sindicato Condor e depois teve seu nome mudado para Cruzeiro do Sul, e seus diretores alemães foram substituídos por brasileiros (MONTEIRO, 2007).

e falência da empresa, qual seja o papel que o Estado desempenhou/desempenha no processo histórico-político do país.

Dentro dessa perspectiva de um retrospecto histórico-geográfico, nos baseamos na cartografia para ilustrar a dinâmica de expansão e encolhimento de sua rede aérea, o que se deu por meio de escolhas estratégicas que articularam o poder territorial a um poder do capital que, contudo, desconectou-se de uma lógica estratégica de prevalência da base nacional.

Varig: ganhando os céus brasileiros

A companhia Varig foi fundada no ano de 1927, inaugurando a primeira linha comercial regular no Brasil (Porto Alegre-Pelotas-Rio Grande). A criação da mais antiga empresa aérea brasileira resultou da iniciativa de um ex-oficial da Aviação Real Prussiana, Otto Ernst Meyer, que recebeu o apoio decisivo de autoridades e lideranças empresariais do Rio Grande do Sul.

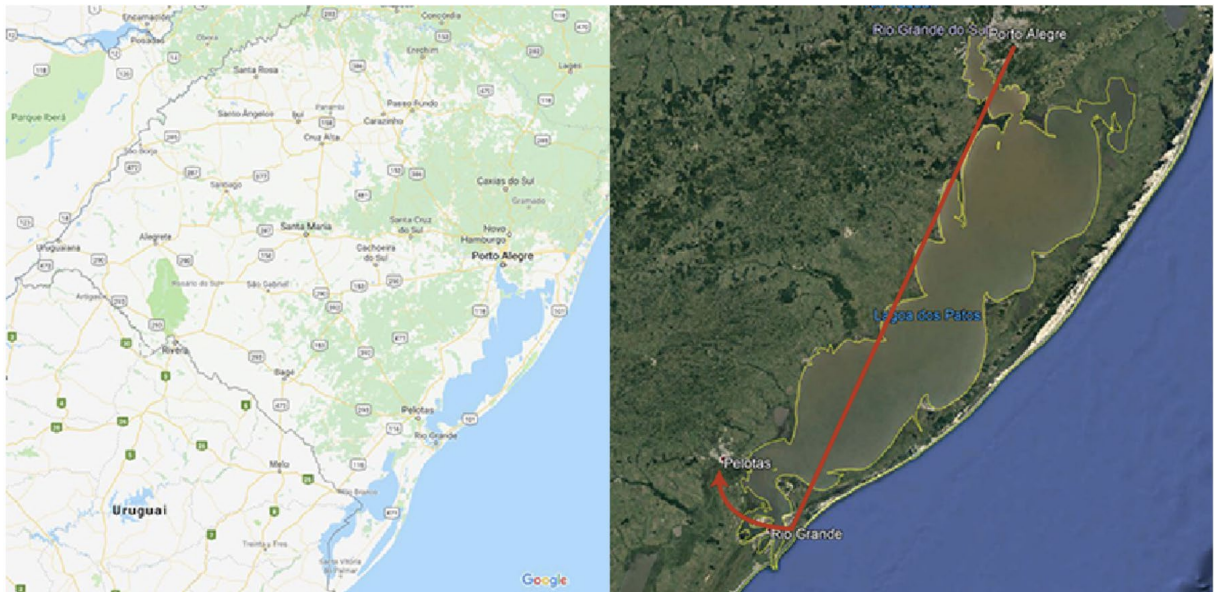
Assim, as iniciais ações da Varig se deram com o capital da “S.A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense” que foi subscrito por centenas de acionistas, entre eles o “*KondorSyndikat*”. Posteriormente, nacionalizado recebeu a designação de Sindicato Condor e depois teve seu nome mudado para Cruzeiro do Sul, e seus diretores alemães foram substituídos por brasileiros (MONTEIRO, 2007).

Em sua fase inicial, a Varig enfrentou inúmeras dificuldades, superadas inclusive com o apoio do governo do Estado, que se tornou acionista ao adquirir, em 1930, as ações do *KondorSyndikat*. Assim, a empresa somente ultrapassou as fronteiras do Rio Grande do Sul em 1942, ao inaugurar sua primeira linha internacional, para Montevideú (FOUQUET, 2008). Tal fato favoreceu o estabelecimento e a ampliação das redes geográficas para o transporte aéreo, que a princípio tiveram uma base de desenvolvimento regional.

Monteiro (2007, p. 37), em seus estudos sobre a empresa Varig, diz que:

A Varig procurou se articular à dinâmica do desenvolvimento da economia brasileira, construiu sua trajetória, de pequena empresa a líder no mercado, através de estratégias que envolveram a constante articulação com o poder público. Ela foi bem-sucedida num momento em que o Estado capitaneou o processo de desenvolvimento econômico do país, intensificando seu controle sobre o transporte aéreo.

A primeira rota aérea da Varig, inaugurada no dia 3 de fevereiro de 1927, era a conhecida como “Linha da Lagoa”, pois ligava as cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, com hidroaviões que decolavam e pousavam na Lagoa dos Patos, daí sua designação como “Rota da Lagoa”, com o aerobote *DornierWal* “Atlântico”, da empresa *KondorSyndikat* (MONTEIRO, 2007).

Figura 1 - A primeira linha da Varig (1927)

Fonte: Rotas da Varig, 2018.

Com o surgimento da Varig, nascia a aviação comercial de linha tipicamente regional, sem a preocupação de ligar grandes centros comerciais ou populosos. As empresas, à época, aproveitavam os aviões para suprir a deficiência ou a falta de outros meios de transportes, promovendo e intensificando as interações espaciais (CORRÊA, 1996), sobretudo regionais.

Nos anos de 1930, a Varig expandiu suas rotas para o interior do Rio Grande do Sul. Com a compra de aeronaves pousando em terra firme em vez de hidraviões, a companhia estendeu suas rotas para cidades como Livramento, Santa Cruz, Cruz Alta, Santana do Livramento Uruguiana, Bagé, Santa Maria, Santo Ângelo, Rosário, Passo Fundo e Caxias.

Na década de 1940, a empresa expandiu sua malha aérea para além das fronteiras do Rio Grande do Sul, chegando a cidades dos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1942 inaugurou a sua primeira rota internacional, ligando Porto Alegre a Montevidéu, e pouco depois para Buenos Aires.

Figura 2 - A rede da Varig (1940)



Fonte: Varig, 2018.

Após a Segunda Guerra Mundial, equipamentos aéreos (Modelo C-47 e DC3) foram vendidos a preços inexpressivos ao Brasil. A Varig detentora de parte dessas aeronaves ampliou sua malha, adquirindo ainda da Aero Gal, em 1952, o que possibilitou estender as linhas para o Nordeste, chegando em Vitória, Salvador, Aracajú, Penedo, Maceió, Recife, João Pessoa, Natal, Fortaleza e São Luís.

Em 1955, a linha internacional foi ampliada até os Estados Unidos, criando uma rota Buenos Aires - Montevideu - Porto Alegre - São Paulo - Rio de Janeiro - Belém - Trujillo - Nova York. Na volta se fazia a rota Portof Spain - Rio de Janeiro - São Paulo - Porto Alegre - Montevideu - Buenos Aires. Em 1959 passou a oferecer o serviço pela Caravelle da Sud-Aviation, o primeiro jato do Brasil, e tempo da viagem Rio - Nova York foi reduzido de 25 horas para 14 horas. Em 1960, com os Boeing 707-441 a ligação era feita em apenas 9 horas, sem escalas.

Figura 3 - A rede da Varig (1950)



Fonte: Varig, 2018.

Iniciava com isso uma nova estratégia de expansão territorial da Varig, que vislumbrava outras escalas territoriais, o que definia sua principal conquista, ou seja, a de expansão territorial mediante uma estratégia que visava consolidar a marca da companhia como uma empresa de bandeira nacional.

A expansão da malha aérea e a estratégia de internacionalização territorial

Depois da aquisição do consórcio Real-Aerovias-Nacional, em 1961, a Varig passou a operar para mais de 90 cidades no Brasil. No mercado internacional, a compra possibilitou a Varig chegar em Lima, Bogotá, Caracas, Cidade do México, Miami e Los Angeles.

Essa expansão da malha aérea da Varig, que passa a priorizar a escala internacional, se constituiu pela utilização dos aviões excedentes da Segunda Guerra Mundial, que segundo Monteiro (2007, p. 41) definia-se pelo uso de centenas de aviões vendidos a preços irrisórios, permitindo o surgimento de duas dezenas de empresas e a multiplicação de cidades servidas no país.

Neste período, saltou da condição de pequena empresa regional para uma empresa de porte nacional. Logo em seguida, conseguiu negociar junto ao governo federal a concessão para uma importante rota internacional, que até então não era operada por empresas brasileiras. O voo para Nova Iorque, inaugurado em 1955, permitiu à Varig ascender ao grupo das grandes empresas nacionais.

O autor atesta que essa expansão da malha aérea da Varig esteve associada à habilidade política dos dirigentes da empresa, que desde o governo de Getúlio Vargas, passando pelos governos militares, sempre condicionou a atuação da companhia no mercado, dando-lhes garantia de mercado e a condição de “empresa de bandeira” do Brasil⁹.

⁹ Monteiro (2007, p. 46) reitera que: “neste contexto, a Varig se identifica como parte de um esforço no sentido da integração, modernização e desenvolvimento nacional em harmonia com os projetos governamentais, pautando-se numa representação de

Em 1965, a empresa assumiu as rotas da *Panair* do Brasil¹⁰ para Europa, passando a operar para Lisboa, Madrid, Monróvia, Ilha do Sal, Dakar, Beirute, Roma, Milão, Zurique, Paris, Frankfurt, Londres e Santiago do Chile. Em 1968, a Varig expandiu ainda mais as suas rotas internacionais, com voos para Copenhagen (com escala em Roma) e Tokyo (com escalas em Lima, Los Angeles e Honolulu). A intenção era conseguir dar a volta ao mundo como já faziam empresas aéreas como a Pan Am, e a rota para o Japão era um passo nesse sentido.

Nos anos de 1970, houve uma grande mudança no mercado doméstico brasileiro. Com a introdução dos jatos, as rotas regionais foram abandonadas e as companhias aéreas centralizaram suas rotas nos grandes centros. Em 1976, a Varig criou a sua subsidiária Rio Sul para rotas regionais nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro e abandonou de vez as rotas regionais, passando a operar somente nos grandes centros econômicos do país.

Porém, a companhia continuou a sua política de expansão para as linhas internacionais e lançou voos para África, além de ampliar a presença na América Latina, EUA e Europa. Em 1970 foi inaugurada a linha Rio de Janeiro – Luanda – Johannesburgo e a compra da Cruzeiro, em 1975, permitiu que ela expandisse as suas rotas na América do Sul para Bolívia, Equador, Guiana Francesa e Suriname.

Os anos de 1980, a década perdida, viram uma consolidação das rotas já operadas e uma pequena expansão no número de destinos nacionais, puxado principalmente pela expansão da Rio Sul, e de destinos internacionais como Iquitos, São José, Amsterdam, Toronto e Montreal.

No início dos anos de 1990, a Varig alcançou o maior número de destinos internacionais servidos em toda a sua história com o lançamento das rotas para Chicago, Atlanta, Washington, Cancun, Nagoya, Bangkok, Hong Kong e Munique, como elucidado na figura a seguir.

Figura 4 - A rede da Varig (1990)



Fonte: Rotas da Varig, 2018.

“Brasil Grande”, e por extensão, “Varig Grande”.

10 Empresa norte americana que nos anos de 1940 chegou a ser considerada uma das principais companhias aéreas do mundo. A *Panair* do Brasil foi absorvida pela Varig, que passou a controlar a Real Aerovias, que havia encerrado suas atividades devido à inviabilidade econômica apresentada pela empresa (CAMILO PEREIRA, 2010).

No decorrer de sua historiografia, a Varig tornou-se monopolista nos voos internacionais com origem no Brasil quando comparada às demais empresas aéreas domésticas que atuou no período. De acordo com Diegues (2013, s/p): “a companhia se beneficiava de medidas protecionistas do governo. Foi fixada uma tarifa mínima para evitar que as empresas internacionais fizessem *dumping* (redução artificial de preços) para competir com a aérea brasileira. Dentro dessa lógica protecionista, o autor destaca ainda as limitações de voos de companhias estrangeiras para o Brasil, o que permitia a Varig a garantia de ter o maior contingente de passageiros brasileiros.

No entanto, esta década foi também marcada pelo início das dificuldades da Varig. É importante nesse contexto considerar que o desenvolvimento econômico da empresa sempre esteve atrelado a um apoio do Estado. Associava-se a isso uma nova definição do Poder Público em relação às empresas. Mediante uma tendência mundial de flexibilização da desregulamentação no serviço de transporte aéreo de passageiros, somada à incorporação de ideias e ações de cunho neoliberal promovidas pelo governo, a empresa então passa a centrar esforços nessa escala, imprimindo uma postura que se constituía a partir de uma atuação com vista à competitividade global, iniciando nesse momento uma desconfiguração de sua malha aérea na escala nacional. A estratégia de orientar sua atuação para a escala internacional trouxe um novo momento para a Varig e repercutiu consequências nefastas à empresa.

Ao final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, o novo cenário político-econômico que se configurou no Brasil impôs à Varig uma nova postura estratégica no mercado da aviação comercial, da qual a empresa passa a promover ações estratégicas que norteavam para uma aposta de competitividade global, como por exemplo, a entrada da empresa na aliança global Star Alliance.

Em outras palavras, a Varig promovia uma lógica estratégica em que considerava sua atuação internacional e suas articulações de mercado um caminho para ascender e manter uma projeção de desenvolvimento econômico como uma empresa global.

Contudo, com a desregulamentação do mercado de aviação comercial brasileiro surgiram novas companhias, principalmente regionais e *charters*, a Varig perdeu o monopólio das rotas internacionais e teve que competir não só com a Vasp¹¹ e a Transbrasil¹², mas também com várias outras companhias estrangeiras que foram autorizadas a voar para o Brasil. Wood Jr e Binder (2010, p. 1281) destacam que, com o fim do monopólio, o mercado passou a ter como concorrentes empresas consolidadas, como a *United Airlines*, a *Delta*, a *American Airlines* e a *Continental*.

Neste período, teve início um processo de busca de eficiência. Em 1994, sem resultados palpáveis,

11 A Empresa de Viação Aérea São Paulo (Vasp) foi fundada por funcionários do Estado de São Paulo, com permissão para atuar em todo o territorial nacional. Contudo, o surgimento da Vasp deu início ao desenvolvimento do tráfego aéreo regional no interior de São Paulo, com a primeira linha de São Paulo-São José do Rio Preto, e no âmbito interestadual, com a linha São Paulo-Uberaba, com escala em Ribeirão Preto. A Vasp, em seus primórdios, possuía características nitidamente regionais e tinha dois objetivos: atender a demanda paulistana e interligar as cidades do interior à capital do Estado (GARÓFALO, 1982).

12 Inicialmente com o nome de Sadia Transportes Aéreos, a empresa foi fundada por Omar Fontana. A companhia transportava carne fresca e linguiça de Santa Catarina a São Paulo. Em 1956, foi criada a Sadia Transportes Aéreos, para transportar mercadorias e passageiros no trecho Florianópolis, Videira, Joaçaba e São Paulo. Antes mesmo do final dos anos de 1980, já era a terceira empresa do país. Nesta época contava com 10 Boeings 727-100, chegando a abrir linhas internacionais para Miami, New York, Washington, Viena, Buenos Aires e Londres. Em 1998, o fundador deixou a direção da empresa, falecendo no ano de 2000, pouco antes da queda final da companhia. “Sem fundos para pagar o combustível, a Transbrasil anulou todos os seus voos no dia 31 de dezembro de 2000, deixando 100.000 bilhetes de avião sem valor nas mãos de clientes da empresa (THÉRY, 2003, p. 23).”

com perdas de participação de mercado interno externo e com maus resultados financeiros, a Varig intensificou seu processo de recuperação, demitindo cerca de 3 mil funcionários, devolvendo aeronaves, cancelando algumas rotas e suspendendo o pagamento do *leasing* das aeronaves.

Tais mudanças geraram resultados positivos. Entretanto, o problema central da empresa, ou seja, os custos muito altos em relação à concorrência e à ineficiência operacional, permaneceram.

Nessa perspectiva, a companhia começou a dar prejuízo e teve que se reestruturar, reduzindo sensivelmente a sua rede.

Como fator adicional a colocar à tona toda ineficiência do setor, o cenário macroeconômico brasileiro e mundial aprofunda sua crise a partir de 1999. Em decorrência, a taxa de câmbio do dólar americano sai de cerca de R\$1,20, em dezembro de 1998, elevando-se até R\$3,63, em dezembro de 2002. Nesse período a inflação acumulada em 12 meses passa de 2,5% para 13,8% e a taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto brasileiro cai de 4,4% para 1,5% ao ano. A conjunção dos fatores desencadeou o fim das operações internacionais da Vasp em setembro de 2000, o encerramento das atividades da Transbrasil em dezembro de 2001 e a situação pré-falimentar da Varig em 2002 (MONTEIRO, 2007, p. 9).

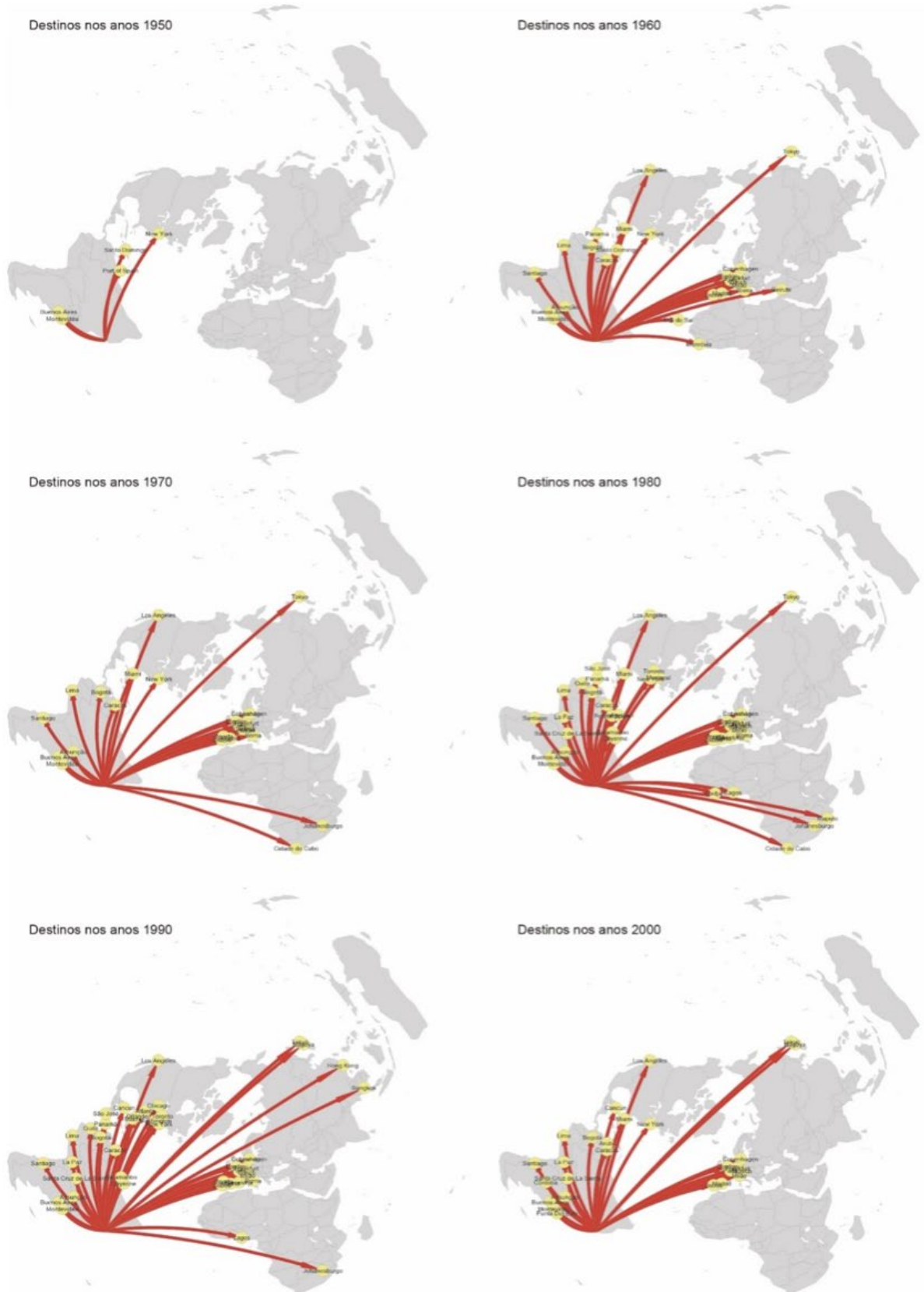
Os anos 2000 marcaram o fim da Varig. Após os atentados de 11 de setembro de 2001, a aviação comercial foi atingida no mundo inteiro por uma crise aguda, e nesta mesma época a Gol foi fundada e, juntamente com a Tam (atual Latam) obtiveram uma expansão de suas malhas aéreas. Estas empresas atuavam no mercado com uma nova estratégia de mercado, mais ofensiva e enxuta. Com isso, apesar de inúmeras tentativas de reorganização de suas estratégias e de reestruturação da empresa, a Tam ganhou a liderança do mercado doméstico, contribuindo ainda mais para o processo falimentar da Varig.

Em 2005, a Varig entrou com um pedido de recuperação judicial, em 2006 foi dividida em duas empresas e leiloada. A VRG Linhas Aéreas, conhecida coloquialmente como a Nova Varig, a parte economicamente saudável da companhia, continuou a operar com a licença da Varig.

No ano de 2007, a empresa foi comprada pela Gol, e prosseguiu independente por algum tempo, a sua marca ainda podia ser vista até abril de 2014, quando as últimas aeronaves foram pintadas nas cores da Gol. Conforme, Camilo Pereira (2016, p. 100) destaca: “a Varig existe hoje apenas na história e pulsando dentro do coração da Gol”.

Retraçando esta epopeia de conquista do mundo a figura 5 mostra a expansão progressiva e o encolhimento final da rede da Varig, enquanto a figura 6 indica quais cidades foram permanentemente presentes nela, enquanto outras apenas permaneceram nela em algumas décadas. E finalmente a figura 7 mostra que a Latam e a Gol assumiram apenas uma pequena parte da herança da Varig, deixando de lado as ambições planetárias, que não cabiam mais no novo contexto econômico do transporte aéreo mundial.

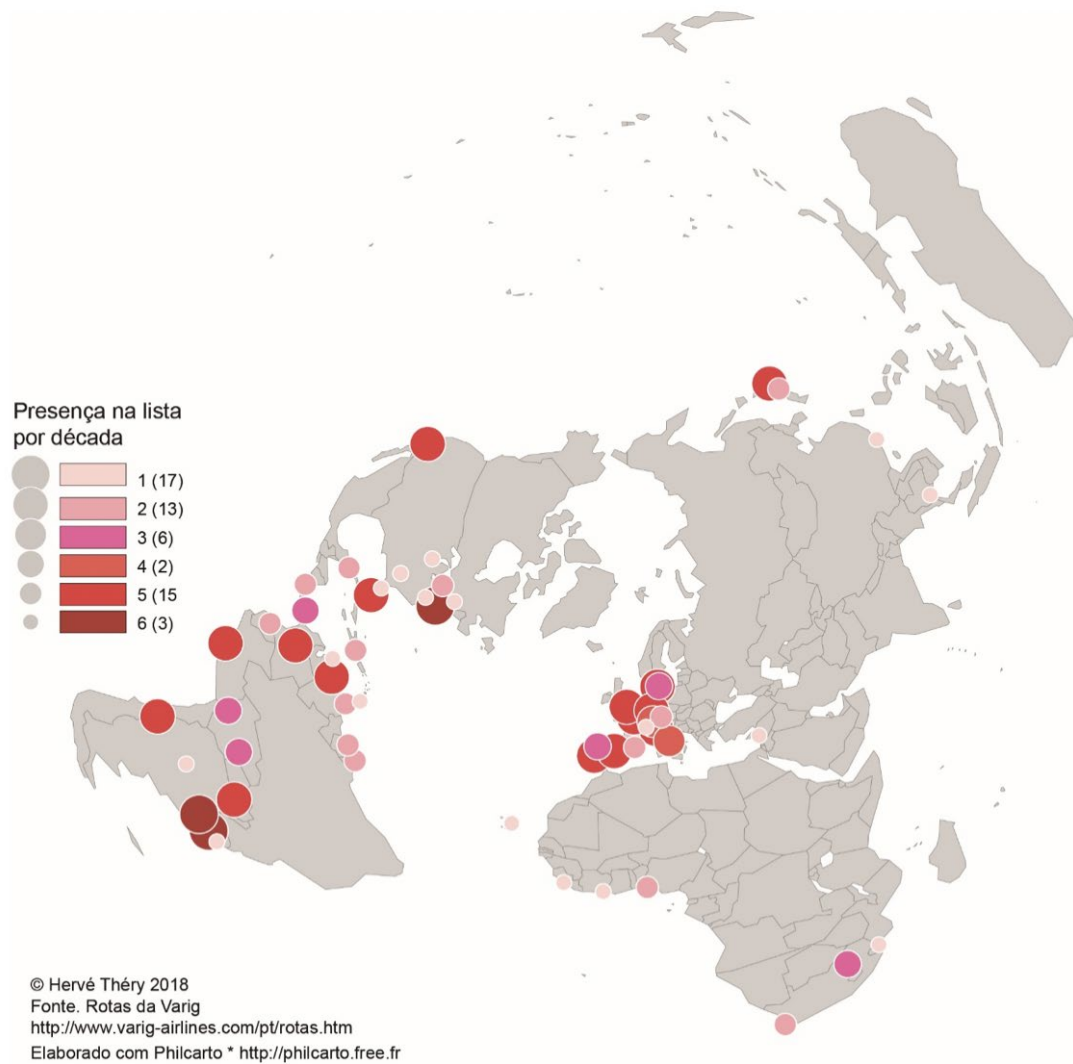
Figura 5 - Expansão e encolhimento da rede da Varig (1950 – 2000)



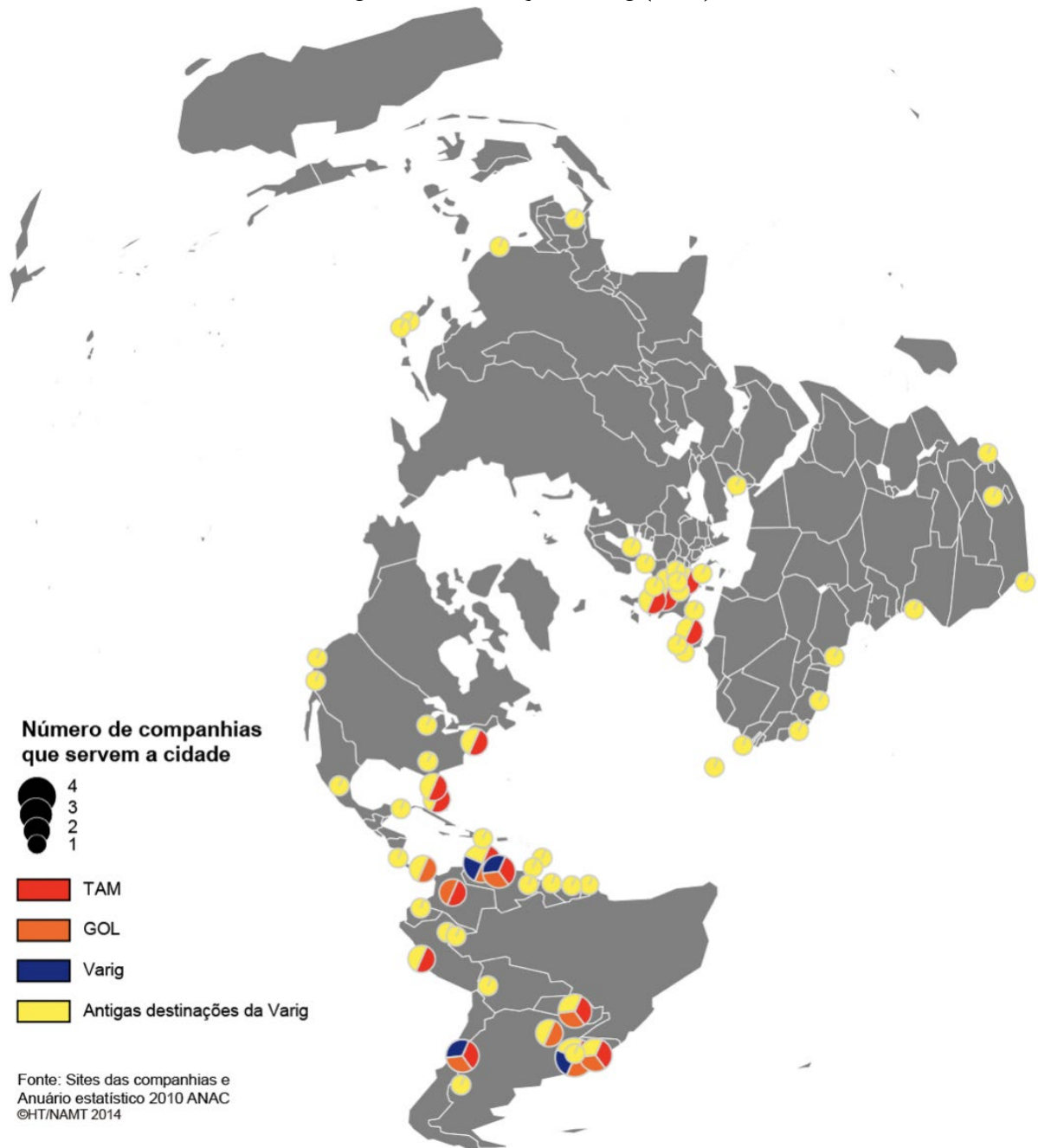
Fonte. Rotas da Varig
<http://www.varig-airlines.com/pt/rotas.htm>

Carte réalisée avec Cartes & Données - © Artique

Figura 6 - Presença das cidades ao longo da história da Varig (1950 - 2000)



Fonte: Rotas da Varig, 2018.

Figura 7 - A herança da Varig (2010)

Fonte: Rotas da Varig e Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC), 2018.

Em síntese, o objetivo dessa análise reside na compreensão do desenvolvimento econômico e, sobretudo geográfico da companhia Varig, que no decorrer de sua evolução empresarial se respaldou no apoio do Estado para promover suas articulações inerentes a uma lógica de mercado que se configura na expansão da dinâmica territorial. Esta intervenção do Estado foi crucial para sua progressão. Contudo suas estratégias de promoção à escala internacional e de competitividade global, que partiram de uma base regional e alcançaram os céus mundiais, não foram estrategicamente consistentes para permitir sua consolidação.

Considerações Finais

Com uma base regional no Rio Grande do Sul, a Varig foi a única companhia aérea brasileira a operar em todos os continentes, até que dificuldades de gestão e a concorrência de novas companhias mais diligentes a levassem ao encolhimento da sua rede e finalmente à falência.

A conquista dos céus brasileiros e mundiais pela Varig seguiu uma tendência de articulação entre a atuação empresarial juntamente com as ações de interferência no mercado pelo Estado. Contudo, o problema dessa lógica de desenvolvimento empresarial foi que a partir dos anos de 1990 o governo assume uma nova política econômica que tinha como base a diminuição da intervenção pública com definição numa vertente neoliberal.

Somado a isso, o ajustamento do mercado da aviação comercial se verticalizou mediante um processo de desregulamentação do setor que redefiniu um novo cenário. A política adotada de desregulamentação na aviação comercial resultou em substanciais mudanças para o setor, principalmente com o país sob a presidência de Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e, posteriormente, Fernando Henrique Cardoso, que, baseados numa política neoliberal de defesa da desregulamentação setorial, do Estado mínimo, da abertura de capitais ao mercado externo, entre outras, instauraram medidas de caráter neoliberal que atingiram o setor e, por consequência a Varig. Em resumo, a desregulamentação acelerou a crise aérea, em virtude da ausência de planejamento e de um Estado forte e regulador.

Nessa perspectiva histórico-geográfica que tem tal determinante político, a evolução da companhia Varig configurou-se a partir de uma estratégia de atuação territorial que de início promoveu uma malha aérea com um espectro regional e, progressivamente, acentuou-se por escolhas estratégias que tinham na escala territorial internacional um nicho de mercado que equivocadamente foi vista como única e prioritária ao desenvolvimento da Varig.

O encaixe dessa escala territorial, de suas estratégias de mercado e de uma nova postura do Estado comungaram para o desenrolar de um processo falimentar da Varig, que embora buscasse uma expansão de sua malha aérea, não se ateve ao essencial para se consolidar no mercado, que se baseia na prerrogativa de atuação territorial, a qual não é apenas se consolidar, mas sobretudo manter-se consolidada e, nessa compreensão, a escala nacional e regional são cruciais no jogo de relações estratégicas.

A companhia Varig é um exemplo substancial de que as estratégias territoriais se constituem, no mercado da aviação comercial, um desenlace supremo na articulação entre o poder territorial e o poder do capital. A indissociabilidade entre esses poderes nos leva a compreender as lógicas estratégicas da atualidade no setor aéreo.

Referências

ALMEIDA, L. C. F. A evolução do transporte aéreo no Brasil. In: DEFFONTAINES, P. **Geografia Humana do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1952, p. 236-268.

ANDERSON, D. A. **A aviação comercial brasileira**. João Pessoa/PB: Editora Universitária/UFPB, 1979.

PEREIRA, A. P. C. (2010). **Transporte aéreo regional no estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em

Geografia) 263f. Universidade Estadual Paulista/FCT. Presidente Prudente/SP, 2010.

COELHO, R. P. S. **Impactos da desregulação do setor aéreo comercial sobre os trabalhadores: uma análise dos casos brasileiro e norte-americano.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Campinas/SP: Unicamp, 2003.

DIEGUES, C. Como a Varig quebrou. In: **Revista Piauí**. N. 82, jul, 2003.

FOUQUET, H. **Arquivo Histórico da Aviação Comercial Brasileira.** [Entrevista realizada no dia 11/03/2008, das 14h às 17h e no dia 25/07/2008, das 13h15 às 16h45, na cidade de São Paulo].

FOUQUET, H. **Considerações sobre a Infraestrutura aeroportuária de São Paulo.** [Trabalho encomendado ao autor]. São Paulo, 2007.

GALLO, F. **O papel do transporte aéreo na integração do território brasileiro.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de Estadual de Campinas/SP. Instituto de Geociências, 2006.

GARÓFALO, G. L. **O mercado brasileiro de transporte aéreo regional.** Livre-Docência. Tese (Livre-Docência em Economia). São Paulo: IPE/USP, 1982.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.

JESUS, C. G. **Desregulamentação e trabalho na aviação comercial brasileira (1990- 2002)** Dissertação (Mestrado em Geografia). Campinas/SP: IG/Unicamp, 2005.

MONTEIRO, C. F. A Varig e o Brasil entre o desenvolvimento acional e a competitividade global. In: **Civitas Revista de Ciências Sociais**. Porto Alegre-RS, v. 7, n. 1, jan-jul, 2007, p. 35-58.

ROCHA, A. **Uma análise da integração em rede: os transportes aéreos na Bahia.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Salvador, Bahia: PGG/IG /UFB, 2006.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 6ª ed. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2004.

THÉRY, H. O transporte aéreo no Brasil: asas da centralidade. In: **Mercator – Revista de Geografia da UFC**. Fortaleza: [s.n.], ano 2, n. 3, 2003.

WOOD JR, T; BINDER, M. P. Prisioneiros do discurso: o caso da indústria brasileira de transporte aéreo. In: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro. 44(6), Nov/Dez, 2010, p. 1273 - 1300.

16. CONCESSÕES DE RODOVIAS NO BRASIL: O CENTRO OESTE É VIÁVEL?

Cássio Antunes de Oliveira¹

Introdução

As concessões e privatizações passaram a ser largamente adotadas nas economias capitalistas, principalmente nas periféricas e semiperiféricas, caso do Brasil e do México. Com o fim dos “30 anos gloriosos” (1945-1975) e a corrosão do Estado de bem-estar social, o neoliberalismo começa a se estabelecer não apenas como uma ideologia política que ataca moralmente o Estado com o objetivo de desqualificá-lo perante a opinião pública, mas também vai se solidificando como uma forma de comportamento inconsciente de parte significativa das populações dos referidos países.

Um dos setores que a partir do final da década de 1980 e com muito peso na década de 1990 teve uma pequena parte concedida à iniciativa privada é o de infraestruturas de transportes rodoviários, principalmente no Brasil. Esse processo no Brasil foi (e continua) sendo levado às últimas consequências, razão pela qual o Brasil é o país do mundo que possui a maior porcentagem de rodovias concedidas (em torno de 10% da malha pavimentada). Pode-se dizer que em alguns casos ocorre certa euforia em relação às concessões de rodovias como “soluções” para a escassez de recursos públicos para a administração de rodovias. Essa euforia se refere ao fato de governos estaduais e mesmo o federal realizar estudos que indicam trechos rodoviários aptos a serem concedidos, no entanto não encontram interessados no negócio.

Abordaremos, neste texto, algumas características da lógica de concessões rodoviárias no Brasil e aspectos do avanço desta prática para a região centro-oeste. A importância desta análise está ligada à rapidez com que recentes concessões foram feitas na região (atualmente, mais de cinco mil quilômetros), ao passo que até 2013 não contava com nenhuma concessão. Vale destacar, como parte da nossa leitura sobre este processo, que há uma relação estreita entre o agronegócio, a representação política e as concessões rodoviárias.

Esse texto está organizado da seguinte forma após a introdução, há uma apresentação *en passant* da ocupação da região Centro Oeste com o objetivo de esclarecer ao leitor as razões de essa região ter o menor contingente populacional no espaço rural em termos relativos se comparado com as outras regiões do Brasil e ainda entender os motivos da forte presença de atividades do agronegócio. Em seguida há uma análise das concessões de rodovias e das rodovias com cobrança de pedágio no estado de Mato Grosso e em outra seção são analisadas as concessões nos estados de Goiás e do Mato Grosso do Sul. Ao final

¹ Professor Doutor de Geografia na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail: cassio.antunes@gmail.com.

apresentamos as considerações finais e as referências.

Histórico da região Centro Oeste e as concessões de rodovias

A região Centro Oeste é composta por três estados: Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul mais o Distrito Federal. Do ponto de vista da ocupação territorial a região Centro Oeste foi pouco modificada até meados do século XX. A busca por ouro e pedras preciosas promoveu a penetração portuguesa em pontos específicos do estado de Goiás, em Goiás Velho, no Mato Grosso na região de Cuiabá e no Mato Grosso do Sul na região fronteira, como Corumbá e Ponta Porã. A ocupação mais efetiva inicia-se em meados do século XX com a expansão da fronteira agrícola, conforme apresentada em detalhes por Martins (2012). A migração de gaúchos foi uma das principais responsáveis pelo avanço da cultura da soja e do milho no Cerrado e nas bordas da floresta amazônica. A Revolução Verde que trouxe a mecanização agrícola juntamente com o aumento das pesquisas agronômicas contribuiu para a adaptação da soja, do milho e outras culturas nos solos pobres do Cerrado. O resultado desse processo de ocupação da região Centro Oeste apresenta hoje como consequência a grande devastação do bioma Cerrado, os desertos rurais, uma vez que a população rural nessa região só é menor do que a da região Sudeste em termos relativos, a presença de latifúndios e os inúmeros problemas com as infraestruturas de transportes.

O grande problema enfrentado pelo agronegócio é que grande parte da sua produção é destinada à exportação e a grande distância dos portos aumenta consideravelmente os custos. Desta forma, essa questão dos problemas com as infraestruturas para exportação de grãos do Centro Oeste tem sido utilizada como mote para reivindicar o gasto de recursos públicos na busca de minimizar os custos com transportes de *commodities* agrícolas, como se estes devessem ter prioridade no gasto público com infraestruturas. Apesar disso, a utilização desse mote tem tido certo êxito, uma vez que parte do pequeno montante de recursos públicos investidos em infraestruturas de transportes tem sido destinada para ferrovias, rodovias e portos para facilitar o escoamento dos grãos do agronegócio, como por exemplo, a ferrovia Norte-Sul.

A partir do governo de Dilma Rousseff (2010-2016), alguns trechos rodoviários localizados na região Centro Oeste foram concedidos, como por exemplo a rodovia BR 163 em todo os trechos localizados nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Rodovia BR 153, BR 040 e BR 050 no estado de Goiás. No estado de Mato Grosso, há rodovias estaduais com cobrança de pedágio, como é o caso de trecho da rodovia MT 130. Há ainda outras rodovias estaduais com cobrança de pedágio como são os casos dos trechos das rodovias MT 449 e MT 222.

Concessões de rodovias no Estado do Mato Grosso: a influência dos agentes do agronegócio no processo

A primeira concessão federal no Estado do Mato Grosso foi da BR 163 no trecho compreendido entre a divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul (município de Itiquira - MT) e o município de Sinop - MT. A empresa vencedora é a Odebrecht Transport que atuará por meio da concessionária Rota do Oeste. A cobrança de pedágio teve início no dia 6 de setembro de 2015 em oito praças ao longo dos 850,9 quilômetros.

No Estado do Mato Grosso, há uma concessão estadual à concessionária Morro da Mesa cujo contrato foi assinado em 2011. A rodovia concedida é a MT 130 com trecho entre os municípios de Primavera do Leste e Rondonópolis. Essa concessionária tem como um dos sócios proprietários o Deputado Estadual Ondanir Bortolini (Nininho) pelo Estado do Mato Grosso.

No Centro Oeste, a necessidade de infraestrutura de transportes demandada pelos agentes do agronegócio culminou com parceria entre estes agentes e o Estado. No entanto, conforme se pode avaliar uma mesma pessoa pode ser o agente do agronegócio, ser representante do Estado (deputado, no caso de Ondanir Bortolini) e o “parceiro” privado, como proprietário de concessionária. A concessionária Morro da Mesa tem como principais sócios proprietários a Constral Construtora Ltda. e a Argesil – Armazéns Gerais e Silos Itaquerê Ltda.

Outro fato que chama a atenção sobre a concessão para a Morro da Mesa é o fato de o deputado Ondanir Bortolini ter sido presidente da Comissão de Infraestrutura da Assembleia Estadual do Estado do Mato Grosso que tem como uma de suas funções fiscalizar as concessionárias de rodovias. A Morro da Mesa é acusada pelo Procon de várias irregularidades, como por exemplo, arrecadar indevidamente e fazer propaganda de obras não realizadas (COLOGNESI, 2014). Em setembro de 2017, o ex-governador do Mato Grosso Silval Barbosa disse em uma delação premiada homologada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que negociou com Nininho uma propina de R\$ 7 milhões em propina para conceder o trecho da MT 130, administrado pela concessionária Morro da Mesa (GOSCH, 2017).

Há outro modelo de cobrança de pedágio no estado do Mato Grosso, trata-se da modalidade Consórcio Rodoviário que é uma parceria entre o governo estadual e Associações de Produtores. Esta cobrança por meio do Consórcio Rodoviário inicialmente funcionava com cinco consórcios rodoviários no estado. Atualmente, há apenas uma concessão neste modelo. A concessão que está em funcionamento possui um trecho com extensão de 65,5 quilômetros na rodovia MT 487 na região do município de Sorriso entre o entroncamento da BR 163 – Gleba Barreiro com o entroncamento da MT 222. A Associação dos produtores da Gleba Barreiro está a cargo de realizar a cobrança do pedágio (JUS BRASIL, 2015). As outras quatro foram concedidas a empresas privadas, embora continuem administradas por associações de produtores (BOSQUO, 2010). Ver quadro 1.

Neste modelo de cobrança de pedágio elaborado no Estado do Mato Grosso, todo o valor arrecadado é revertido exclusivamente para a manutenção da rodovia em que é realizada a cobrança. Os valores arrecadados são depositados em uma conta específica do Estado e por meio de um plano de trabalho apresentado pela associação que administra a rodovia o dinheiro retorna em forma de benefícios à rodovia.

Quadro 1 - Estado de Mato Grosso, concessões de rodovias (2016)

Concessionária	Duração do contrato/ Concessão (anos)	Data de início e fim do contrato	Extensão total concedida (km)	Poder concedente	Rodovias
Morro da Mesa	28	15/06/2011 a 15/06/2039	122	Governo Estadual	Rodovia MT – 130.
Rota do Oeste	30	20/03/2014 a 20/03/2044	850,9	DNIT	BR – 163.
Apasi	20	15/12/2010 a 15/12/2030	83,8	Governo Estadual	MT - 242, trecho Sorriso (entroncamento da BR 163) – Ipiranga do Norte.
ABRM	20	15/12/2010 a 15/12/2030	148,3	Governo Estadual	MT 449/010/388, trecho Lucas do Rio Verde- Tapurah.
ABRI- Intervias	20	15/12/2010 a 15/12/2030	141,6	Governo Estadual	MT 242, trecho Nova Ubiratã-Sorriso (entroncamento BR 163); rodovia MT 493, trecho entre MT 338 e MT 242 e a rodovia MT 338, trecho entre MT 493 – Distrito de Boa Esperança do Norte.
Associação Gleba Barreiro		23/09/2009 (renovado ano a ano)	65	Governo Estadual	MT 487, trecho Sorriso (entroncamento MT 222)
SPS	20	15/12/2010 a 15/12/2030	113	Governo Estadual	Rodovia MT – 235.
Total			1.402,6		

Fonte: SINFRA – MT, 2015.

Além desta praça de pedágio da MT 222, há também concessão na rodovia MT 449 em um trecho de 148,3 quilômetros entre os municípios de Lucas do Rio Verde e Tapurah/Ana Terra. Essa concessão é administrada pela Associação dos Produtores da Rodovia da Mudança (ABRM). Há também concessão na rodovia MT 242 em um trecho de 141 quilômetros entre os municípios de Sorriso, Nova Ubiratã e Boa Esperança. Essa concessão é administrada pela concessionária Intervias (não há relação com a concessionária de mesmo nome que atua no Estado de São Paulo). Há também concessão na rodovia MT 235 em um trecho de 113 quilômetros entre os municípios de Nova Mutum e Santa Rita do Trivelato e é administrado pela concessionária SPS. Por fim, há concessão nas rodovias MT – 242/491 em um trecho de 83,8 quilômetros que são administrados pela concessionária Apasi.

Uma comparação entre as concessões no Estado do Mato Grosso com as de outras unidades da federação mostra que no caso das primeiras há um descolamento com o padrão seguido na maioria das concessões no Brasil. As principais diferenças são o fato de as concessionárias não serem integrantes da

ABCR (Associação Brasileira de Concessionária de Rodovias), que é entidade representativa do setor, outro fato que chamou a atenção é que das cinco concessionárias apenas duas possuem *site* na internet, as quais são a Apasi e a Morro da Mesa. Embora, os sites não ofereçam muitas informações, como, por exemplo, não informar sobre os orçamentos das empresas ou sobre as estruturas acionárias.

A região Centro Oeste é a que produz a maior quantidade de grãos de soja e milho do Brasil, além da grande produção de carne bovina. Grande parte dessa produção agropecuária tem como destino a exportação, devido a isso os produtores e empresas processadoras necessitam de boas condições de infraestruturas de transportes para escoar seus produtos. É em razão das demandas desses agentes produtivos que o chamado “Custo Brasil” é mais conhecido na sociedade. No Estado do Mato Grosso as iniciativas para a concessão ou a adoção do modelo de administração rodoviária denominado Consórcio Rodoviário partem dos próprios agentes do agronegócio. As concessionárias Apasi, ABRM, ABRI e ABRP são todas geridas por associações de produtores rurais². O “Custo Brasil” pode ser interpretado como um mote que influencia a adoção de soluções corporativas de circulação que permitem o avanço do capital no centro-oeste, como parte da necessária preparação do território para esta racionalidade.

De acordo com Elias (2006), com a tecnificação da produção agropecuária no Brasil organizam-se verdadeiras redes técnicas (de eletrificação, de armazenagem, de irrigação, de transportes, de telecomunicações etc.) com o objetivo de dar fluidez ao território de atuação das empresas hegemônicas do setor. Assim, na perspectiva de Elias (2006, p. 10),

Grosso modo, há duas lógicas principais na organização do espaço agrícola brasileiro: uma conservadora, que ainda funciona fortemente alicerçada nas especificidades das condições naturais e dos ciclos biológicos das plantas e dos animais; e outra modernizadora, que articula a escala local com a internacional, organizando o espaço a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado.

Isso indica que há na organização do sistema de transportes do Centro Oeste a intenção de propiciar a operação desse circuito produtivo agropecuário em detrimento das áreas onde essas atividades ocorrem de maneira menos intensa. O Estado é pressionado a agir no sentido de reduzir o “custo Brasil” e a melhorar as condições logísticas do país, sobretudo para o escoamento da produção agropecuária para exportação. Por outro lado, as condições logísticas para o abastecimento de produtos básicos nas cidades pequenas parecem ser esquecidos.

Cada vez que o território brasileiro é reelaborado para atender à produção dos complexos agroindustriais, novos fixos artificiais se sobrepõem à natureza, e, desse modo, amplia-se a complexidade dos seus sistemas técnicos. Diante disto, o território torna-se cada vez mais rígido, mais rugoso, promovendo uma urbanização corporativa (SANTOS, 1993; ELIAS, 1996), ou seja, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas (ELIAS, 2006, p. 15).

Neste mesmo sentido Milton Santos (2008) ao analisar a fixidez, rigidez e fluidez afirma que:

A presença, em pontos espalhados ou concentrados do espaço, de firmas monopolistas ou transnacionais com vocação a utilizar todo o território orienta a escolha desses capitais dormentes, qualificando os espaços nacionais à imagem dos seus interesses próprios, porque essas empresas dispõem da força política para impor o que hoje se chama de modernização do território. A esse

² De acordo com Bosquo (2010), “foram assinados quatro contratos de concessão dos serviços de manutenção e exploração, mediante cobrança de pedágios, das rodovias estaduais de Mato Grosso, do Programa Estradeiro - subprograma Consórcios Rodoviários, numa parceria do Governo de Mato Grosso com os produtores rurais. César Augusto Ribas Matrzenbacher, coordenador dos Programas Especiais da Secretaria de Estado de Infraestrutura (Sinfra), diz que a assinatura dos contratos vai passar os mais de 4 mil km de rodovias pavimentadas para a os próprios produtores por meio das praças de pedágios”.

processo, intitulamos “corporatização do território” (SANTOS, 2008, p. 252).

Essa afirmação de Santos (2008) mostra um paralelo com o que ocorre no território brasileiro em relação à organização das infraestruturas de transportes. Os projetos nacionais de melhoria da mobilidade seguem na maioria dos casos as intencionalidades dessas corporações hegemônicas.

Concessões de rodovias no estado de Goiás: o desejo de início das concessões de rodovias estaduais

No estado de Goiás, desde o ano de 2014 há rodovias com cobrança de pedágio³, no trecho da BR 153 entre Anápolis (GO) e Aliança do Tocantins (TO). Esse lote de rodovia federal teve seu leilão no ano de 2014 e foi vencido pelo Grupo Galvão. De acordo com as normas do contrato, o trecho deveria ter 60 quilômetros duplicados no primeiro ano e o restante em até cinco anos. No entanto, devido às investigações da Lava Jato que mirou principalmente as construtoras esse contrato foi quebrado pela falta de responsabilidade da concessionária. A concessionária de Rodovias Galvão perdeu seus direitos sobre essa concessão devido a inexecução contratual. A Galvão Concessionária de Rodovias entrou em processo de recuperação judicial. A empresa é alvo da Operação Lava Jato por suspeita de integrar cartel de empreiteiras. Em razão de estar envolvida na investigação o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) não liberou o financiamento de R\$ 700 milhões para que a empreiteira realizasse os investimentos previstos na rodovia BR 153 (MAZUI, 2017). O trecho rodoviário de 624 quilômetros entre Brasília (DF) e Aliança do Tocantins (TO) será novamente colocado em leilão. No período entre a quebra do contrato até o novo leilão o trecho ficará sob a responsabilidade do Estado por meio da ANTT.

Assim, no estado de Goiás e do Distrito Federal há os seguintes contratos de concessão de rodovias em vigência, ver quadro 2.

Quadro 2 - Estado de Goiás: concessões de rodovias (2018)

Concessionária	Duração do contrato/concessão (anos)	Data de início e fim do contrato	Extensão total concedida (km)	Poder concedente	Rodovia
Concebra	30 anos	05/03/2014	1.176,500	Governo Federal	BR-060/BR-153/ BR-262
Via 040	30 anos	22/03/2014	936,800	Governo Federal	BR-040
MGO Rodovias	30 anos	05/12/2013	436,600	ANTT	BR-050
Total			2.540,900		

Fonte: ABCR (2018).

O estado de Goiás, até meados do ano de 2018, não apresentou nenhuma proposta de programa de concessões de rodovias estaduais. No dia 01 de dezembro de 2015 foi publicado no domínio eletrônico

³ “Em dezembro de 2013 a Triunfo Participações e Investimentos arrematou o lote composto pelas rodovias BR-060/153/262 (DF/GO/MG), com assinatura do contrato realizada no dia 31 de janeiro de 2014 e a cessão das rodovias publicada no Diário Oficial da União em 06 de março do mesmo ano. Desde então a Triunfo Concebra, sociedade de propósito específico, administra 1176,5 quilômetros que vão de Brasília (DF) até Betim (MG)” (TRIUNFO CONCEBRA, 2018).

na internet (*site*) da Agência de Transportes e Obras do Estado de Goiás (AGETOP) uma informação sobre o início dos estudos para concessão de rodovias estaduais⁴. Segundo essa publicação, após a finalização das análises de tráfego e viabilidade econômica os possíveis trechos seriam colocados em licitação para a contratação de empresas. A previsão era que a concorrência ocorresse no segundo semestre de 2016, o que não aconteceu.

Certamente o processo de impeachment de Dilma Rousseff e a crise política na qual o Brasil foi submetido por uma oposição raivosa minou as pretensões de ingressar no sistema de pedagiamento de rodovias estaduais no estado de Goiás. O fato é que com a crise e a Operação Lava Jato algumas empresas que possuem potencial e musculatura para encarar a concorrência de rodovias a serem passadas a administração para o setor privado, foram afetadas pela investigação, como são os casos da Odebrecht Transport e da OAS. É possível também que tenham concluído com a análise que não há viabilidade econômica de nenhum trecho de rodovia estadual, o que não atrairia nenhuma empresa privada para o leilão.

Concessões de rodovias no estado Mato Grosso do Sul: a não viabilidade econômica das rodovias estaduais

O estado do Mato Grosso do Sul é o que apresenta menos trechos rodoviários sob concessão. Há apenas o trecho da rodovia BR163 em toda sua extensão nesse estado que está sendo administrado pelo setor privado. De acordo com informações da concessionária MSVIA (empresa que administra a BR163 no estado de Mato Grosso do Sul), a BR-163/MS tem 845,4 quilômetros de extensão, cruzando 21 cidades, entre elas a capital do Estado, Campo Grande. Mais de 1,3 milhão de habitantes são diretamente servidos pela rodovia, que tem papel fundamental na logística de transporte da agroindústria, do comércio e do turismo⁵.

Esta rodovia tem um sentido norte-sul, portanto liga o estado de Mato Grosso do Sul aos estados do Paraná e do Mato Grosso. Trata-se de uma rodovia importante para o agronegócio tanto do estado de Mato Grosso do Sul quanto do Mato Grosso, pois facilita o acesso aos portos do estado do Paraná. A concessão da BR 163 foi firmada no governo de Dilma Rousseff no ano de 2014 e tem como uma das exigências a duplicação de todo o trecho de 845,4 quilômetros. Esta concessão é administrada por uma empresa do grupo CCR Concessões, que é um dos maiores no ramo de concessões rodoviárias no Brasil.

Em relação à concessão de trechos rodoviários estaduais no Mato Grosso do Sul, não havia até meados de 2018 nenhum trecho rodoviário com cobrança de pedágio. Porém, em 2014 foi sancionada pelo então governador André Puccinelli a Lei 4.476 que estabelece normas para a concessão de rodovias estaduais para o setor privado. Assim, percebe-se que havia a intenção de implantar um programa de concessões de rodovias estaduais no Mato Grosso do Sul, isto resultou na entrada em vigor do Decreto 13.926⁶ que estabelece normas para a criação de um programa estadual de concessões de rodovias. Em

⁴ Disponível em: <<http://www.agetop.go.gov.br/noticias/projeto-em-analise/206311>> Acesso em: 27/05/18.

⁵ Disponível em: <<http://www.msvia.com.br/institucional/>> Acesso em: 27/05/18.

⁶ Disponível em: <http://www.seinfra.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/6/2017/06/Decreto-Estadual-n.-13.926-de-02_04_2014-Programa-Estadual-de-Concess%C3%A3o-Rodoviaria.pdf> Acesso em: 27/05/18.

janeiro de 2018 foi publicado o adendo número 01/2018 ao edital de chamamento público do procedimento de manifestação de interesse PMI número 02/2017, que oferece vários trechos de rodovias estaduais para concessão. Os trechos são apresentados na tabela 1.

Tabela 1 - Rodovia MS 306 no sistema estadual SER/2106

Código	Trecho		Início (Km)	Fim (Km)	Extensão (km)	Sit. Física	Município
	Início	Fim					
306EMS0000	Placa de Mineiros	Entr. BR 359(A)	0,0	2,6	2,6	PAV	Costa Rica
306EMS0026	Entr. BR 359(A)	Fazenda Baús	2,6	13,5	(10,9)	PAV	Costa Rica
306EMS0135	Fazenda Baús	Entr. BR 359(B)	13,5	17,9	(4,5)	PAV	Costa Rica
306EMS0179	Entr. BR-359(B)	Bolicho Seco	17,9	34,0	16,1	PAV	Costa Rica
306EMS0340	Bolicho Seco	Entr. MS-316 (Gaúcho Pobre)	34,0	41,9	7,9	PAV	Costa Rica
306EMS0419	Entr. MS-316 (Gaúcho Pobre)	Acesso à Capela	41,9	47,1	5,2	PAV	Costa Rica
306EMS0471	Acesso à Capela	Entr. MS-223	47,1	74,7	27,6	PAV	Costa Rica
306EMS0747	Entr. MS-223	Limite municipal Costa Rica e Chapadão do Sul	74,7	79,4	4,7	PAV	Costa Rica
306EMS0795	Limite municipal Costa Rica e Chapadão do Sul	Entr. MS-425	79,5	85,3	5,9	PAV	Chapadão do Sul
306EMS0853	Entr. MS-425	Entr. BR-060	85,3	115,3	30,0	PAV	Chapadão do Sul
306EMS1153	Entr. BR-060	Início trecho urbano Chapadão do Sul	115,3	116,9	1,6	PAV	Chapadão do Sul
306EMS1169	Início trecho urbano Chapadão do Sul	Final trecho urbano Chapadão do Sul	116,9	121,4	(4,5)	PAV	Chapadão do Sul
306EMS1213	Final trecho urbano Chapadão do Sul	Limite municipal Chapadão do Sul e Cassilândia	121,3	133,9	12,5	PAV	Chapadão do Sul
306EMS1339	Limite municipal Chapadão do Sul e Cassilândia	Entr. MS-229	133,9	158,2	24,3	PAV	Cassilândia
306EMS1582	Entr. MS-229	Entr. MS-426	158,2	194,3	36,1	PAV	Cassilândia
306EMS1943	Entr. MS-426	Entr. BR-158(A) (Cassilândia)	194,3	218,1	23,8	PAV	Cassilândia

Fonte: Sistema Rodoviário Estadual (SER), (2016).

Provavelmente o que ocorre no Mato Grosso do Sul é o mesmo que acontece no estado de Goiás, ou seja, há um intenso interesse do governo em conceder rodovias, porém a grande maioria dos trechos não são atrativos para o setor privado devido a baixo fluxo e grandes custos para operação. Outro motivo é

que há no Brasil, no que se refere a contratos de concessões de rodovias, exigência de porcentagem alta de Taxa Interna de Retorno (TIR) por parte das empresas concessionárias. Além disso, trata-se de negócios com prazos longos o que exige das empresas a capacidade de captar recursos e a possibilidade de obter retorno positivo no longo prazo. Esse fato afasta as pequenas empresas dessa natureza de negócio. Para piorar a situação dos estados que possuem trechos rodoviários com fluxos menores e, por vezes, sazonais⁷, há processos de concessões mais atrativos sendo preparados ou já disponibilizados em editais de chamamento. Um exemplo dessas outras oportunidades são os trechos localizados no estado de São Paulo. Vale mencionar que o governo paulista prepara novos lotes a serem colocados para concessão.

Há, como diferencial, no estado de São Paulo uma população de 43 milhões de habitantes, a maior frota de veículos por estado do Brasil, além de as rodovias paulistas serem utilizadas como rota para exportações e importações via portos de Santos e São Sebastião. É o estado que possui o maior parque industrial do Brasil e concentra Centros de Distribuição de diversas empresas, como por exemplo, a B2W⁸, outras empresas que possuem CDs, localizados no estado de São Paulo, com grande capacidade são: Casas Bahia e Magazine Luiza. Desta forma, a leitura de tráfego no longo prazo para o estado de São Paulo é mais atrativa para as grandes empresas que atuam no ramo de concessão.

Para finalizar, consideramos que o modelo de concessão oneroso é inapropriado para o estado de Mato Grosso do Sul, caso alguns governantes insistam em concessão de rodovias deveriam tentar modelos de concessão baseados em Parcerias Público Privadas (PPP). Nesses modelos o estado mantém participação em todo o período da PPP. A concessão onerosa implica no pagamento de um ônus da concessionária ao estado.

O cenário atual de concessões de rodovias no Brasil

O caso envolvendo o Grupo Galvão foi o primeiro no Brasil de quebra total de contrato de concessão rodoviária por falta de cumprimento das normas pela concessionária. A Operação Lava Jato atingiu vários grupos ligados a empreiteiras brasileiras, como por exemplo, a OAS, Odebrecht, Triunfo e Galvão. Com isso, é alterada uma tendência que havíamos identificado em nossa pesquisa de doutorado sobre as concessões rodoviárias no Brasil (OLIVEIRA, 2016). Nos governos Lula e Dilma diminuiu a entrada de empresas estrangeiras no negócio altamente lucrativo das concessões, principalmente os contratos realizados nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), uma vez que estes contratos têm TIR de em média 20%. Nos contratos firmados nos governos de Lula e Dilma, a TIR reduziu para em torno de 9%.

Com as consequências da Operação Lava Jato, a maioria dos grupo e/ou conglomerados brasileiros que participa de concessões se enfraqueceu, como são os casos da OAS e da Odebrecht, ou entrou em processo de recuperação judicial, como é o caso do grupo Galvão. Certamente ocorrerá uma nova abertura do negócio das concessões às empresas estrangeiras, conforme ocorreu desde o início das concessões de

⁷ Tráfego sazonais entendemos ser o referente ao aumento da movimentação em determinadas rodovias em razão de produção que ocorre em épocas do ano específica, como é o caso das commodities agrícolas na Região Centro-Oeste. Ainda que ocorra a armazenagem em silos, a maior parte da produção é escoada na mesma época.

⁸ B2W Digital é uma empresa de comércio eletrônico criada no final de 2006 pela fusão entre Submarino, Shoptime, Americanas.com.

rodovias no Brasil. Espera-se a entrada incisiva de grupos e conglomerados como é o caso da OHL (Espanha).

Limites das concessões de rodovias

A questão das concessões de rodovias não é uma prática que pode acontecer ao bel prazer dos governos neoliberais. Ou seja, não é viável conceder toda a malha viária de determinado estado ou município, uma vez que para que ocorra a concessão de uma rodovia, há que ser lucrativa para a o setor privado. Caso algum governo brasileiro insista nessa prática, não será por falta de exemplos. Na Espanha, Argentina e México, programas de concessões de rodovias elaborados e colocados em prática sem que tivessem sido minuciosamente analisados os seus efeitos a longo prazo, foram malsucedidos.

Nos estados pouco populosos, cuja frota é pequena se comparada com outras unidades da federação em que as concessões são mais largamente utilizadas o modelo de concessão onerosa é pouco atrativo para as empresas privadas. Obviamente pode ocorrer algumas exceções, ou seja, trechos que apresentam Volume Médio Diário (VDM) elevado. Geralmente trata-se de casos isolados.

Considerações finais

As concessões de rodovias, no que se refere às novas oportunidades de negócios trazidas na esteira do neoliberalismo são uma espécie de cereja do bolo desses novos negócios no Brasil. Desta forma, ocorreu nos estados que lançaram os primeiros programas de concessões o que poderíamos chamar de “febre” pelas concessões. Isto resultou em diversos problemas como cobrança de valores de pedágio elevados e incapacidade de fiscalização pelo estado pela falta de criação das agências reguladoras e fiscalizadoras antes de lançarem e assinarem os primeiros contratos. São exemplos os estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná.

O problema é que isto parece não ter servido de aprendizado para outras unidades da federação que insistem em “copiar” esses três estados citados, que são os que apresentam as maiores quilometragens de rodovias concedidas e onde atuam os sete maiores grupos e conglomerados desse setor, os quais são: CCR Rodovias, Arteris, Invepar, Ecorodovias, AB Concessões, Triunfo e Odebrecht Transport (OLIVEIRA, 2016). Com o avanço da Operação Lava Jato, muitas empresas que são acionistas desses grupos tiveram desgastes com a investigação e não apresentaram, no curto prazo, capacidade de encabeçar novos contratos de concessões, principalmente pela dificuldade de captação de recursos para investimentos.

É provável que o setor de concessões de rodovias volte a ser explorado por empresas estrangeiras, conforme ocorreu nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e dos sucessivos governos do PSDB no Estado de São Paulo, que tiveram a maior parte dos contratos assinados com empresas estrangeiras, como é o caso da OHL Obrascom (origem espanhola), que repassou posteriormente suas concessionárias para a Arteris (que continua sob domínio estrangeiro). Há ainda capital italiano e norte-americano nas concessões brasileiras.

O modelo adotado no estado do Mato Grosso parece ser o mais adequado, uma vez que se trata de iniciativas locais, como é o caso das associações de produtores da gleba Barreiro. Todavia, o padrão

brasileiro, incluso os estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, segue o padrão de privilégio a uso corporativo e hegemônico do território.

Referências

- ANTT. **Agência Nacional de Transportes Terrestres**. Online: 2014. Apresenta informações infraestruturas de transporte rodoviário e das concessões nacionais. Disponível em: <<http://www.antt.gov.br/index.php>> Acesso em: 07/08/14.
- BOSQUO, J. **Governo de Mato Grosso e produtores assinam contratos de concessão para exploração de pedágios em estradas estaduais**. 2010. Online, 2015. Disponível em: <<http://www.mt.gov.br/imprime.php?sid=168&cid=63054>> Acesso em: 03/09/15.
- COLOGNESI, G. **Nininho é dono de pedágio e atua na comissão que fiscaliza o serviço**. 2014. Disponível em: <<http://rdnews.com.br/legislativo/nininho-e-dono-de-pedagio-e-atua-na-comissao-que-fiscaliza-o-servico/51655>> Acesso em: 07/09/15.
- ELIAS, D. Globalização e fragmentação espaço agrícola no Brasil. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona V. X, n. 218, ago. 2006.
- GOSCH, J. **Nininho pagou R\$ 7 milhões para garantir concessão da MT-130, revela delação**. Online 2018. Disponível em: <<http://www.rdnews.com.br/judiciario/nininho-pagou-r-7-milhoes-para-garantir-concessao-da-mt-130-revela-delacao/89113>> Acesso em: 10/05/18.
- MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2012.
- MAZUI, G. **Trecho da BR-153 será leilado novamente, diz ministro dos transportes**. Online 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/br-153-sera-leilada-outra-vez-diz-ministro-dos-transportes.ghtml>> Acesso em: 12/05/18.
- OLIVEIRA, C. A. **O papel das concessões de rodovias na normatização do território brasileiro e suas relações com a circulação**. (Tese de doutorado). Presidente Prudente (SP): FCT/UNESP, 2016.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SECRETARIA de Estado de Infraestrutura. **SEINFRA**. Disponível em: <<http://www.seinfra.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/6/2018/01/Adendo-n%C2%BA-01-2018.pdf>> Acesso em: 27/05/18.

17. PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS REGIÕES URBANAS DE PLANEJAMENTO DE CAMPO GRANDE/MS

Eva Faustino da Fonseca de Moura Barbosa¹

Introdução

As demandas do processo de urbanização exigem um repensar da Geografia, como Ciência Humana, e as suas antigas formas de atuação. A Geografia, como Ciência Humana, hoje, deve atuar como ciência interdisciplinar, abrangendo vários campos do conhecimento humano e que podem de sobremaneira auxiliar na leitura das demandas do processo de urbanização no Brasil. Atualmente não é mais possível encarar estes estudos como exclusivamente de cunho social, estes são estudos socioambientais.

Pesquisar as questões socioambientais é uma forma de abordar a atual interação homem-natureza, buscando a necessária e urgente visão de totalidade concernente a esses estudos. A ideia de espaço total perpassa pela atual organização espacial das populações, ou seja, requer entender como este processo vem ocorrendo no atual momento sócio-histórico. Nesse sentido, torna-se relevante entender a conjuntura atual das implantações cumulativas realizadas na cidade de Campo Grande pelo processo de urbanização.

Mendonça (1993) diz que o que se compreende hoje como meio ambiente – elementos naturais e sociais conjuntamente – faz parte da origem da Geografia e isso lhe confere o mérito de ter sido a primeira das Ciências a tratar o meio ambiente de forma mais integralizante. A Geografia tem a capacidade de abordar o *todo* que abrange a relação homem-natureza.

Este texto tem como objetivo analisar o perfil socioeconômico das Regiões Urbanas de Planejamento de Campo Grande. Na discussão foram considerados os fatos históricos da divisão do Estado de Mato Grosso do Sul e da cidade de Campo Grande, bem como o processo de expansão da urbanização dos últimos anos, na Capital Sul-Mato-Grossense. Nas últimas décadas, o processo de uso e ocupação das setes Regiões Urbanas tem se acelerado, exigindo demandas do Poder Público e da sociedade civil organizada, relacionadas ao planejamento e à gestão democrática dessas áreas.

Campo Grande

O povoamento da Região Centro-Oeste resultou de alguns movimentos migratórios ocorridos durante o Brasil Colônia: um oriundo da Região Sul, outro da Região Sudeste – em virtude do transporte de gado às fazendas que aqui começaram a se instalar e da ação dos Bandeirantes paulistas – e, um terceiro

¹ Professora titular dos cursos de Geografia (Bacharelado/Licenciatura) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS. E-mail: evamoura@uems.br.

movimento originado na Região Nordeste, também ligado ao comércio de gado, que acabou criando, e fortalecendo, os primeiros povoados da Região.

As comitivas vindas dos Campos das Vacarias chegaram aqui em 1872, encontrando terras boas com água em abundância (Córregos Prosa e Segredo). Assim chegaram os primeiros habitantes nessa nova terra onde havia índios e paraguaios. José Antônio Alves Pereira, mineiro, que ouviu as histórias de seu cunhado, veio primeiro para observar, e depois voltou com sua família e uma comitiva com mais de 60 pessoas. A comitiva se alojou próximo as margens dos Córregos Prosa e Segredo, ponto estratégico para a sobrevivência.

Em 1899, Campo Grande deixou de ser um povoado para se tornar “Vila de Campo Grande”, e em 1918, foi elevada à categoria de Cidade. Teve seu primeiro grande momento de crescimento com a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1914). A partir de então, foi gradativamente se consolidando como principal entreposto comercial da Região, desempenhando uma função estratégica importante na distribuição e comercialização de produtos, em especial do gado criado em todo sul do Mato Grosso, destinado a abastecer os mercados da Região Sudeste, principalmente, São Paulo e Rio de Janeiro (CAMPO GRANDE, 2013, pp. 9-10).

Nesta época, as características fisiográficas da região convidavam ao estabelecimento e à permanência das sociedades humanas devido à fartura de água e de alimentos ofertada pelo Cerrado. Estas paisagens indicam a influência do sítio natural na configuração da malha urbana e na ocupação pelos pioneiros, dos terrenos localizados nas margens dos Córregos Prosa e Segredo. Devido às características planas do relevo, com suaves ondulações e baixa declividade, o crescimento da cidade ocorreu em todas as direções geográficas.

A partir de 1914, com a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil, as barreiras físicas foram vencidas na direção Oeste, favorecendo a ocupação na década de 1930, com a instalação dos quartéis nessa área da cidade. O traçado reticulado da área Central, desenhado pelo traçado sinuoso dos trilhos da Rede Ferroviária Federal (Noroeste do Brasil) e pelo curso dos Córregos Prosa e Segredo (atualmente parcialmente canalizados), se expandiu nas direções Norte e Leste e foi contido pelos bloqueios das áreas institucionais situadas à Oeste e ao Sul da cidade (Ministério do Exército, Base Aérea de Campo Grande, Aeroporto Internacional, Cidade Universitária).

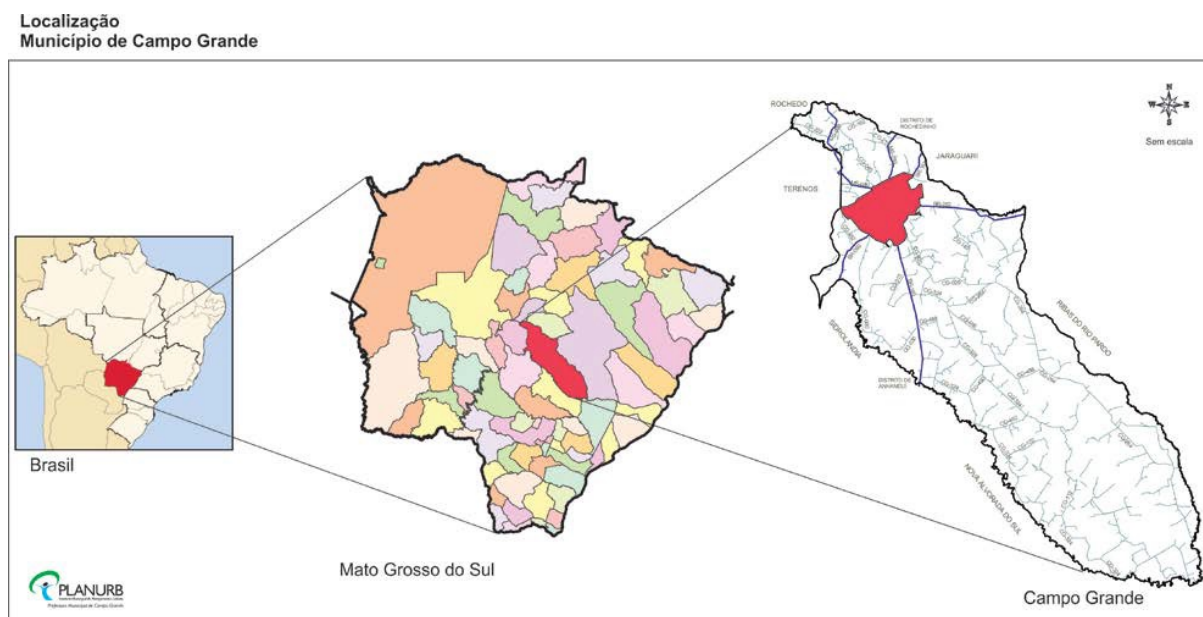
Em decorrência desses bloqueios a expansão da malha urbana não se deu de forma contínua. A explosão da malha urbana aconteceu na década de 1960, momento em que surgiram os grandes loteamentos urbanos afastados da área central, destinados, na sua maioria, a abrigar a população de baixa renda que se dirigia em fluxos cada vez maiores para a cidade. Consolidou-se assim uma configuração urbana radial, na qual, praticamente todos os acessos convergem para o centro, reforçando a centralidade comercial e de serviços que caracterizam a cidade de Campo Grande desde a década de 1960.

Em 11 de Outubro de 1977 foi assinado o decreto de divisão do Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, porém, sua implantação só ocorreu em 1º de Janeiro de 1979. E Campo Grande permaneceu como a Capital de Mato Grosso do Sul (CAMPO GRANDE, 2017a). Chegaram muitos imigrantes e com isso a população cresceu, junto com a economia, havendo expansão territorial muito significativa.

O Município de Campo Grande, com 8.096 km², está localizado geograficamente na porção central do Estado de Mato Grosso do Sul, ocupando 2,26% da área total do Estado. A sede do Município loca-

liza-se nas imediações do divisor de águas das Bacias do Paraná e Paraguai, estando definida pelas coordenadas geográficas 20°26'34" latitude Sul e 54°38'47" longitude Oeste, e sua altitude varia entre as cotas 500 e 675 metros (Planalto da Serra de Maracajú). Campo Grande tem como municípios limítrofes: Jaraguari, Rochedo, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia e Terenos, e possui dois distritos: Anhanduí e Rochedinho (CAMPO GRANDE, 2017a).

Mapa 1 – Localização da Sede do Município de Campo Grande/MS



Fonte: Campo Grande (2017a).

Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, possui uma população de 863.982 mil habitantes (estimada) e cerca de 97 hab/km² (IBGE, 2018). Observa-se alto grau de urbanização, uma vez que a população urbana representava 98,66% e a rural 1,34% em 2010. A participação da população do Município em relação à do Estado de Mato Grosso do Sul ainda é elevada, sendo que em 2010 representava 32,13%. A cidade tem um perímetro urbano pouco denso e por consequência, com possibilidades de muitas áreas ainda não urbanizadas ou desocupadas (Relatório dos Vazios Urbanos na Cidade de Campo Grande, UFMS, 2016).

Segundo a UFMS (2016), a população economicamente ativa da cidade é de 70,73% e a taxa de alfabetização de 95,78%. Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Campo Grande vem evoluindo a cada década. Era de 0,563 em 1991 passou para 0,673 em 2000 e atingiu 0,784 em 2010, índice considerado alto pelo PNUD (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil), ficando em 12º lugar entre as 27 capitais brasileiras. De acordo com as projeções estatísticas, Campo Grande deve ter um milhão de habitantes em 2027.

O crescimento médio anual gira em torno de 1,72% e a quantidade de pessoas por domicílio é 3,12 ou seja, a família campo-grandense, atualmente é uma média de um casal e menos de dois filhos. Campo Grande é um Município urbano, pois quase 99% de sua população (2010) reside na cidade enquanto pouco mais de 10 mil pessoas residem na área rural e nos distritos de Anhanduí e Rochedinho. (UFMS,

2016)

As atividades econômicas estão assim distribuídas: o Município tem 78,61% dos estabelecimentos nas atividades comerciais e de serviços e apenas 6,24% nas atividades industriais. Entretanto, na arrecadação de impostos, os setores de comércio e serviços ampliam o percentual para 85,7% do total (UFMS, 2016).

A renda familiar de Campo Grande demonstra que do total dos 249 mil domicílios da cidade pesquisados, 21,70% das famílias tinha renda mensal per capita de até um salário-mínimo; 23,00% tinham renda de 1 a 2 salários-mínimos; 14,5% de 2 a 5 salários-mínimos; 5,5% tinham renda de 5 a 10 salários-mínimos e 2,57% tinham rendimentos acima de 10 salários-mínimos mensais. Concluindo que 59,2% das famílias campo-grandenses tem renda média de 0 a 5 salários-mínimos mensais (CAMPO GRANDE, 2017a).

De acordo com o Mapa do Rendimento Mediano das Pessoas por Bairro (2010), o rendimento por bairros de Campo Grande mostra que quanto mais próximo da área central da cidade, a renda é maior, e quanto mais periférica a moradia, a renda segue decaindo. Os maiores índices de renda estão no bairro Jardim do Estados (Região Urbana do Centro) e os menores índices estão nos bairros Caiobá (Região Urbana do Lagoa), Lajeado e Los Angeles (Região Urbana do Anhanduizinho) (CAMPO GRANDE, 2017a)

Quanto aos serviços de infraestrutura urbana, as redes de abastecimento de água e de energia elétrica atendem a 99,7% da cidade. Já os índices de esgoto, cresceram muito nos últimos anos, e já atende mais de 80% da população. A pavimentação asfáltica atende a 67,82% das vias urbanas. E mais de 98% da população é atendida pela coleta domiciliar de lixo (UFMS, 2016).

Quanto à infraestrutura social pública, a cidade dispõe de 101 centros de educação infantil, 88 escolas estaduais e 185 municipais. Na área da saúde, a cidade possui 108 unidades de saúde, com 1.674 leitos disponíveis. Por fim a rede de assistência social dispõe de 37 estabelecimentos composto pelos CRAS, UNIDAS, CCI, CCPA e CREAS (UFMS, 2016).

É importante descrever sobre a formação de Campo Grande, articulando este procedimento com a análise da construção da rede urbana, da infraestrutura socioeconômica e dos serviços públicos, possibilitando oferecer um significado geográfico à interpretação dos fatos urbanos.

Segundo Spósito e Jurado da Silva (2013, p. 46) “dessa maneira, preocupamo-nos com a dimensão qualitativa da cidade, buscando confrontar as relações estabelecidas no plano social/econômico e que as movem na divisão territorial do trabalho em diferentes escalas espaciais ao longo do tempo”. A criação das Regiões Urbanas de Planejamento de Campo Grande são o reflexo da necessidade do cumprimento da função social da cidade e da propriedade, da gestão democrática e da consolidação do planejamento.

A análise da dimensão qualitativa do processo de urbanização de Campo Grande está vinculada às dimensões práticas das relações do espaço e do tempo. O levantamento dos aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais que se produziram na construção do processo de urbanização da cidade nos últimos 40 anos são elementos importantes na leitura das dinâmicas deste espaço geográfico.

Evolução da População de Campo Grande

Segundo CAMPO GRANDE (2017a), a população campo-grandense atingiu em 2017 um total de 874.210 habitantes. Depois que Campo Grande passou a ser capital do estado de Mato Grosso do Sul

(1977), o município experimentou um importante crescimento populacional, tendo em vista que a população foi multiplicada por 5,6 vezes entre 1970 a 2017. No período entre 1970 a 1980, ocorreu a maior taxa média geométrica de crescimento anual (7,6%), decaindo nos períodos seguintes (1980 - 2017).

Desde então, a taxa de crescimento demográfico vem se desacelerando em função da acentuada redução dos níveis de fecundidade e da diminuição do fluxo migratório. Acompanhando tendência mundial, o crescimento demográfico brasileiro vem se desacelerando nas últimas décadas. Esse processo é decorrente principalmente da queda constante da taxa de fecundidade, que representa a quantidade de filhos que cada mulher tem na vida.

Tabela 1 – População (total, rural e urbana), Crescimento Anual e Taxa de Urbanização (1970 – 2017)

Variáveis	1970	1980	1991	2000	2010	2017
População total	140233	291777	526126	663621	786797	874210
Urbana	131138	283656	526126	655914	776242	776242
Rural	9095	8121	7439	7707	10555	10555
Taxa de urbanização (%)	93,51	97,22	98,59	98,84	98,66	97,22
TMGCA % 1970/2017	7,60	5,51	2,64	1,72	1,52	

Fonte: Adaptado de Campo Grande (2017a).

Entre 2000 e 2010 a taxa média geométrica de crescimento anual foi de 1,72%, a mais baixa desde o Censo de 1960. E entre 2010 a 2017 a taxa decaiu mais ainda, apresentando um índice de 1,52%. Observa-se o alto grau de urbanização, uma vez que a população urbana representava 97,22% e a rural 2,78% em 2017. A participação da população do município em relação à do estado de Mato Grosso do Sul ainda é elevada (32,13%). Ou seja, para cada 100 habitantes do estado, cerca de 32 residem em Campo Grande.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 (CAMPO GRANDE, 2017a), para cada 100 mulheres que havia em Campo Grande havia 94,05 homens, apresentando como resultado um excedente de 24.131 mulheres em relação ao número total de homens. Este resultado dá continuidade à série histórica do município com relação à predominância da população feminina na composição por sexo.

Até o início dos anos 1980, a estrutura etária da população de Campo Grande ainda mostrava traços bem marcados de uma população predominantemente jovem, resultado da longa trajetória de altos níveis da fecundidade. A faixa etária de 0 a 14 anos de idade no total da população declinou de 28,45% em 2000, para 22,63% em 2010. A população pertencente ao grupo de idosos de 65 anos e mais, no mesmo período, seguiu uma trajetória ascendente (4,82% em 2000, contra 6,70% em 2010). A população em idade ativa (grupo de 15 a 64 anos de idade) no ano de 2000 correspondia a 66,73% da população total, passando a representar 70,67% em 2010.

A relação entre a população do grupo de 0 a 14 anos e 65 anos e mais de idade sobre o contingente entre 15 a 64 anos de idade permite calcular a razão de dependência, a qual expressa o peso dos jovens e dos idosos sobre o segmento que estaria exercendo alguma atividade produtiva. Em 1991, o município de Campo Grande, apresentava uma relação de 60,01 jovens e idosos para cada grupo de 100 pessoas em idade potencialmente ativa. Em 2000, esta mesma relação era de 49,85. Já em 2010, a razão é de 41,50 jovens e

idosos para cada grupo de 100 pessoas em idade ativa. (CAMPO GRANDE, 2017a)

Assim verifica-se queda na taxa de crescimento populacional de Campo Grande no período analisado (1970 – 2017), seguindo a tendência da realidade brasileira. Essa situação reforça a tendência à queda na taxa de natalidade, mas a curto prazo não significa estagnação populacional. No entanto, a situação pode mudar daqui a trinta anos, se for mantido o ritmo atual de natalidade, quando a população deve parar de crescer.

Segundo dados da UFMS (2016), a densidade populacional dos bairros de Campo Grande possui variações entre 0,65 hab/ha (menor) até 63,68hab/ha (maior). Os bairros como Caiobá, Los Angeles, Mata do Segredo e Maria Aparecida Pedrossian apresentam densidades muito baixas (menores que 10hab/ha), até os mais densos como Guanandy, Taquarussu e Estrela Dalva (com taxas menores que 100hab/ha). Esses bairros estão distribuídos em várias Regiões Urbanas de Planejamento.

A evolução demográfica de Campo Grande verificada nas últimas décadas aponta para uma taxa decrescente desde os anos 1980, apresentando uma tendência a um baixo crescimento populacional nas próximas décadas, seguindo a tendência da evolução populacional brasileira., Segundo previsões, em 2045, o país contará com 230 milhões de habitantes, e a partir deste período a população deverá começar a diminuir.

Regiões Urbanas de Planejamento de Campo Grande

A instalação de Campo Grande, como capital do estado, trouxe um novo impulso ao desenvolvimento urbano. No início dos anos 1980 a taxa média geométrica de crescimento era de 8 % ao ano, apresentando fluxo migratório interno e externo intenso, aumentando a pressão no setor habitacional e nos serviços públicos.

O surto de crescimento e de desenvolvimento urbano favoreceu a explosão do mercado da construção civil em Campo Grande. O crescimento desordenado provocado pelas demandas socioeconômicas trouxe vários problemas decorrentes da expansão do perímetro urbano e a criação de conjuntos habitacionais da Companhia de Habitação Popular (COHAB).

A cidade cresceu sem acompanhamento ou monitoramento. Com este quadro, era possível prever o que aconteceu (UFMS, 2016, p. 42) “favelas surgiam da noite para o dia, em várias partes da cidade, não havia transporte coletivo para todos, muito menos energia e água potável, a rede de educação e de saúde não estava preparada para atender esta demanda”.

A Lei Complementar nº 5/1995 (CAMPO GRANDE, 1995) instituiu o primeiro Plano Diretor da Cidade de Campo Grande, tendo como foco principal o cumprimento da função social da cidade e da propriedade, a criação de um Sistema de Planejamento e a gestão democrática da Cidade. Para fins de planejamento, o território urbano de Campo Grande foi subdividido em nove Regiões Urbanas, sendo sete no distrito sede e duas outras correspondendo aos Distritos de Rochedinho e de Anhanduí. (CAMPO GRANDE, 2017a)

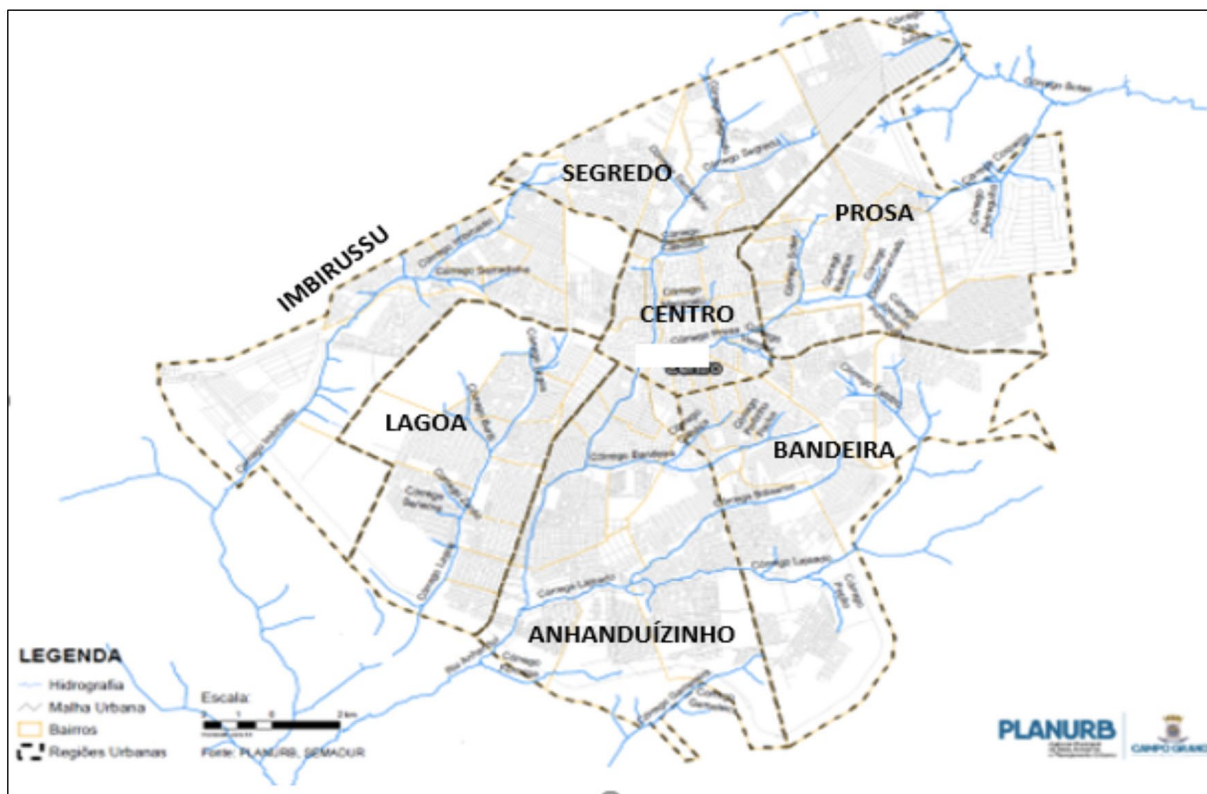
Após dez anos de vigência foi aprovada a Lei Complementar nº 94/2006 (CAMPO GRANDE, 2006) que instituiu a Política de Desenvolvimento e o Plano Diretor de Campo Grande (revisão). Essa nova versão do Plano Diretor adequou a Lei Complementar nº5/95 ao Estatuto da Cidade, manteve as nove regiões ur-

banas existentes e definiu as macrozonas: de Adensamento Prioritário (MZ1); de Adensamento Secundário (MZ2); e de Adensamento Restrito (MZ3). A Lei Complementar nº 94/2006 recepcionou os instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade através da operação urbana consorciada, a outorga onerosa do direito de construir, a transferência do direito de construir, o direito de superfície e o direito de preempção.

A Lei Complementar n. 94/2006 (CAMPO GRANDE, 2006) dividiu a cidade em sete Regiões Urbanas, e para fins de planejamento, cada região foi dividida em bairros. A cidade possui atualmente 793 parcelamentos e 74 bairros, formando o poliedro de Campo Grande. As Regiões Urbanas foram criadas com base nas bacias hidrográficas urbanas.

O Mapa 2 identifica as sete Regiões de Planejamento de Campo Grande: Região Urbana do Segredo, Região Urbana do Prosa, Região Urbana do Bandeira, Região Urbana do Anhanduízinho, Região Urbana do Lagoa, Região Urbana do Imbirussu e a Região Urbana do Centro. O mapa também mostra o poliedro de Campo Grande, bem como identifica a rede hidrográfica urbana.

Mapa 2 - Regiões Urbanas de Planejamento de Campo Grande – As Sete Regiões Urbanas e a Rede Hidrográfica Urbana



Fonte: Campo Grande (2017a).

A Tabela 2 identifica alguns dados das Regiões Urbanas de Planejamento de Campo Grande. O índice da população total demonstra que a região mais populosa é a Região Urbana do Anhanduízinho e a menos populosa é a Região Urbana do Centro. Segundo dados da UFMS (2016), quanto mais periférica for a região urbana, maior é o contingente populacional e, quanto mais próxima do centro for a região urbana, menor o índice populacional.

Tabela 2 - Regiões Urbanas de Planejamento de Campo Grande – População Total, Vazios Urbanos Privados e Áreas de Domínio Público

REGIÃO URBANA	POPULAÇÃO TOTAL	BAIRROS (Nº)	ÁREA (ha)	VAZIOS URBANOS PRIVADOS (%)	ÁREAS DE DOMÍNIO PÚBLICO (%)
ANHANDUIZINHO	185.558	14	6.192,03	21,09	9,21
BANDEIRA	113.118	11	6.236,26	31,99	3,84
CENTRO	71.037	13	2.011,50	6,42	1,60
IMBIRUSSU	98.754	7	5.742,91	38,74	4,89
LAGOA	114.447	11	5.057,12	19,30	3,42
PROSA	82.328	11	5.565,46	28,44	4,13
SEGREDO	108.962	7	4.497,50	19,38	3,00

Fonte: Adaptado de Campo Grande (2017a) e UFMS (2016).

Em relação ao tamanho da área expressa em hectares, as maiores são as Regiões Urbanas do Bandeira e do Anhanduízinho. As menores são as Regiões Urbanas do Segredo e do Centro. Considerando o número de bairros, aparecem as Regiões Urbanas do Anhanduízinho (14), do Segredo (7) e do Imbirussu (7).

A Tabela 2 identifica os índices de vazios urbanos expressos em porcentagem das Regiões Urbanas de Planejamento de Campo Grande. Segundo a UFMS (2016, p. 212) “entende-se por vazio urbano área de domínio particular que pode ser urbanizada por estar disponível para o mercado imobiliário, com potencial de serventia aos mais diversos usos e a consequente possibilidade de exercer a função social da terra urbana”. Vazio urbano é qualquer área privada localizada no perímetro urbano, desocupada ou subocupada (ocupação menor que 25% de sua área), independente de possuir, ou não, infraestrutura e serviços públicos.

A Tabela 2 também mostra os índices de áreas de domínio público expressos em porcentagem das Regiões Urbanas de Planejamento de Campo Grande. Segundo a UFMS (2016, p. 212), “entende-se por áreas de domínio público as unidades imobiliárias de propriedade pública e pouco edificadas ou sem edificação, provavelmente aguardando expansão das atividades existentes ou configurando reserva para necessidades futuras do interesse coletivo”. As áreas vazias públicas foram classificadas como espaços livres ou áreas de domínio público.

Segundo a UFMS (2016, p. 67), considerando os 793 parcelamentos, os 74 bairros e as sete Regiões Urbanas de Campo Grande, foram identificadas um expressivo número de áreas privadas sem nenhuma ocupação, ou seja, um quarto de todo o perímetro urbano da cidade, algo em torno de 25,74 % (9.241,61 hectares), que, somados aos mais de 4,246 hectares que tinham ocupação de até 25%, totalizam 13.488,46 hectares, ou seja, 37,57% do perímetro urbano são de áreas privadas consideradas vazios urbanos. Já as áreas de domínio público somam 1.701,08 hectares (4,74%) e outros 2.785,36 hectares (7,76%) de espaços livres que totalizam 12,50% (4.486,44 hectares). Totalizando as áreas privadas com ocupação de até 25% com as áreas de domínio público e os espaços livres, em torno de mais de 50% do perímetro ficou envolvido com uma pequena ocupação territorial, conforme os índices informados na Tabela 2.

Essas áreas privadas e de domínio público, sem uso, constituem enormes reservas de terras, dentro da área urbana de Campo Grande (poliedro), que poderiam ser disponibilizadas para a urbanização futura, necessárias à construção das infraestruturas sociais, econômicas e ambientais. Essas construções devem zelar pela dimensão qualitativa da urbanização futura de Campo Grande, considerando sempre as especificidades das relações do espaço e do tempo.

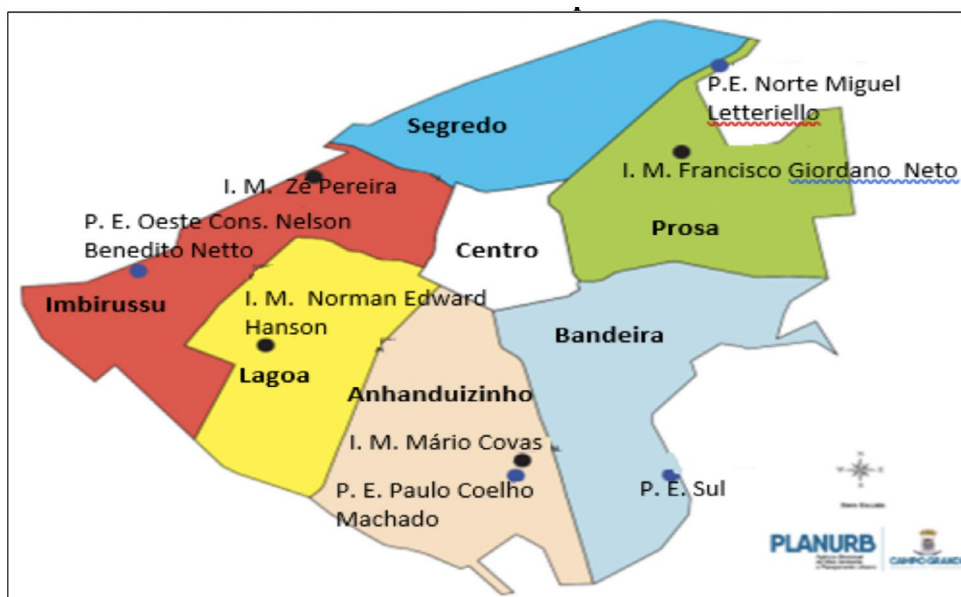
Os vazios urbanos das Regiões Urbanas de Planejamento de Campo Grande demonstram que cerca de 37% do perímetro urbano de Campo Grande não estão ocupados, e que neste caso não estão cumprindo sua função social e de propriedade. A UFMS (2016) destaca a importância do planejamento e da gestão democrática através da execução do Plano Diretor.

Sabe-se hoje, com tantos estudos e pesquisas que os vazios urbanos são um bem territorial muito valioso, tanto para o Poder Público quanto pelo privado (que é o meio responsável por sua permanência no meio urbano). Estes espaços possuem grande potencial para reestabelecer a funcionalidade e o desenvolvimento sustentável e socialmente justo das cidades e por isso projetos que visam reestruturá-los à malha urbana devem ser alvo de investimentos público, juntamente com a integração do planejamento e desenvolvimento do Plano Diretor de cada cidade, para que assim esta possa desenvolver plenamente sua função e cumprir as medidas territoriais previstas no Estatuto da Cidade (Relatório dos Vazios Urbanos na Cidade de Campo Grande, UFMS, 2016, p. 206).

A Minuta do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor de Campo Grande (CAMPO GRANDE, 2017b), no seu Art. 99º esclarece que a gestão democrática da cidade de Campo Grande visa estabelecer uma relação entre o Poder Executivo Municipal e a população, assegurando o controle social para a construção da cidade e do planejamento urbano e social. Este documento ainda está em fase de elaboração, mas já deixa claro que a construção da cidade através da gestão democrática e do planejamento deve ser feita com participação do Poder Público e da sociedade civil organizada.

Nas Regiões de Planejamento de Campo Grande estão presentes os Polos Empresariais (PRODES) e as Incubadoras Municipais (SMIE). São 4 Polos Empresariais e 4 Incubadoras Municipais.

Mapa 3 - Regiões Urbanas de Planejamento de Campo Grande - Polos Empresariais e Incubadoras Municipais



Fonte: Adaptado de Campo Grande (2017a).

Segundo CAMPO GRANDE (2017a) o Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Econômico e Social de Campo Grande (PRODES) foi implantado em 1999, com os seguintes objetivos: promover o desenvolvimento econômico, social, cultural, turístico e tecnológico do município; estimular a transformação industrial de produtos primários; proporcionar condições para a criação e ampliação de estabelecimentos mercantis de micro e pequenas empresas; oferecer para as empresas já instaladas no Município condições de desenvolvimento e expansão de suas atividades; viabilizar condições de instalação de novas empresas oriundas de outras regiões do país e do exterior. Os Polos Empresariais existentes nas Regiões Urbanas de Campo Grande são oriundos do PRODES.

Na área urbana de Campo Grande, existem os seguintes Polos Empresariais: Polo Empresarial Miguel Letteriello (Polo Empresarial Norte), localizado na Região Urbana do Prosa; Polo Empresarial Conselheiro Nelson Benedito Netto (Polo Empresarial Oeste), localizado na Região Urbana do Imbirussu; Polo Empresarial Paulo Coelho Machado, localizado na Região Urbana do Anhanduízinho e o Polo Empresarial Sul (Plano de Operação Urbana Consorciada do Polo Sul), localizado na Região Urbana do Bandeira (CAMPO GRANDE, 2017a).

A implantação desses polos teve vários incentivos oferecidos pelo Município de Campo Grande, tais como: doação de terrenos para a construção de obras necessárias ao funcionamento das empresas; execução de serviços de infraestrutura necessários à edificação de obras civis e de vias de acesso; redução e/ou isenção de tributos municipais; qualificação e intermediação de mão de obra.

O Sistema Municipal de Incubação de Empresas (SMIE) possibilitou a introdução de novas indústrias no contexto socioeconômico local, a geração de novos empregos, o fortalecimento da economia local e a formação de empreendedores sintonizados com as exigências de competitividade em uma economia globalizada. As Incubadoras Municipais de Campo Grande funcionam como centros de desenvolvimento de novas empresas, sempre aproveitando as potencialidades locais e regionais. As Incubadoras Municipais existentes nas Regiões Urbanas de Campo Grande são oriundas do SMIE (CAMPO GRANDE, 2017a).

Na área urbana de Campo Grande existem as seguintes Incubadoras Municipais: Incubadora Municipal Francisco Giordano Neto (indústria tecnológica), localizada na Região Urbana do Prosa; Incubadora Municipal Mário Covas (indústria de confecções têxteis e afins), localizada na Região Urbana do Anhanduízinho; Incubadora Municipal Norman Edward Hanson (indústria alimentícia), localizada na Região Urbana do Lagoa, e a Incubadora Municipal Zé Pereira (segmento de artesanato e afins), localizada na Região Urbana do Imbirussu (CAMPO GRANDE, 2017a).

Os Polos Empresariais e as Incubadoras Municipais existentes nas Regiões Urbanas de Campo Grande são um reflexo das exigências atuais da economia globalizada, em que se exige ações empreendedoras tanto do Poder Público quanto da sociedade civil organizada. A criação dessas infraestruturas trouxe a implantação de novas empresas, a geração de novos empregos e a possibilidade da exploração das riquezas locais e regionais.

Considerações Finais

Campo Grande, é uma cidade que cresceu nas últimas décadas devido ao acelerado processo de

urbanização. Tornar-se capital do estado foi o impulso que a cidade precisava para se desenvolver. Tanto que a cidade cresceu em todas as direções, ao norte, ao sul, ao leste e ao oeste. Foram construídas as infraestruturas necessárias às demandas ao crescimento populacional que ocorreram nas últimas décadas.

Em 1995, foi criado o Plano Diretor de Campo Grande, e em 2006 foi feita uma revisão deste Plano Diretor e conjuntamente também foi criado o Plano de Desenvolvimento de Campo Grande. O Plano Diretor trouxe a obrigação ao Poder Público e a coletividade de fazer uma gestão democrática e um planejamento participativo na cidade de Campo Grande. O Plano Diretor criou as Regiões Urbanas de Planejamento de Campo Grande. O Poder Público considera essas regiões ao criar infraestruturas qualitativas relacionadas às necessidades do processo de urbanização do espaço geográfico urbano.

Considerando os vazios urbanos e as áreas de domínio público em Campo Grande, pouco mais de 37% da área urbana estão ocupadas ou subocupadas. Isto demonstra que ainda há uma lacuna entre o que assegura o Plano Diretor de Campo Grande e a gestão democrática e o planejamento participativo. Isso leva a concluir que esses espaços podem estar severamente impactados e/ou degradados pelos processos de uso e ocupação inerentes à acelerada urbanização, ocorrida sem planejamento e sem controle dos órgãos públicos.

O desenvolvimento de conhecimento científico passa por repensar suas novas formas de abrangência, pois atualmente as Ciências em geral não conseguem se desenvolverem de forma isolada. A tendência, hoje é ser interdisciplinar, principalmente quando se trata das questões socioambientais. As demandas sociais e ambientais devem ser vistas como um todo e de forma abrangente. Essas discussões devem incluir todos, o Poder Público e a sociedade civil organizada em prol de uma gestão democrática e de um planejamento participativo.

Referências

CAMPO GRANDE (MS). Instituto Municipal de Planejamento Urbano (PLANURB). **Perfil Socioeconômico de Campo Grande 2017: Mato Grosso do Sul**. 24.ed. rev. Campo Grande, Agosto de 2017a. Disponível em: <<http://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/wp-content/uploads/sites/18/2018/01/perfil-socioeconomico-2017.pdf>> Acesso em: 05/2018.

_____. Instituto Municipal de Planejamento Urbano (PLANURB). **Minuta do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor de Campo Grande**. Outubro, 2017b. Disponível em: <<http://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/downloads/lei-plano-diretor/>> Acesso em: 07/18.

_____. Instituto Municipal de Planejamento Urbano (PLANURB). **Plano Municipal de Saneamento Básico de Campo Grande**. Campo Grande, 2013. Disponível em: <<http://www.capital.ms.gov.br/planurb/wp-content/uploads/sites/18/2016/12/Plano-Municipal-de-Saneamento-Ba%CC%81sico-de-Campo-Grande.pdf>> Acesso em: 06/18.

_____. Instituto Municipal de Planejamento Urbano (PLANURB). Lei Complementar n. 94, de 6 de outubro de 2006. **Institui a Política de Desenvolvimento e o Plano Diretor de Campo Grande/MS**. Disponível em: <<http://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/downloads/lei-complementar-n-942006/>> Acesso em: 06/18.

_____. Instituto Municipal de Planejamento Urbano (PLANURB).

Lei Complementar n. 5, de 22 de Novembro de 1995. **Institui o Plano Diretor de Campo Grande/MS e dá Outras Providências**. Disponível em: <<https://cm-campo-grande.jusbrasil.com.br/legislacao/257187/lei-complementar-5-95>> Acesso em: 07/18.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@: Mato Grosso do Sul Campo Grande**. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/CMC>> Acesso em: 06/18.

MENDONÇA, F. de A. **Geografia e Meio Ambiente**. 2. ed. São Paulo, Contexto: 1993.

SPÓSITO, E.; JURADO S. P. F. **Cidades Pequenas: Perspectivas Teóricas e Transformações Socioespaciais**. Jundiaí, Paco Editorial: 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Relatório dos Vazios Urbanos na Cidade de Campo Grande (2016): Observatório de Arquitetura e Urbanismo da UFMS: Projeto de Extensão: Relatório Final**. Campo Grande, 2016. Disponível em: <http://observatorio.sites.ufms.br/files/2016/09/Relat%C3%B3rioFinal_vaziosurbanos.pdf> Acesso em: 05/18.

18. AS UNIDADES DAS REDES DE FRANQUIAS EM FRANCISCO BELTRÃO – PARANÁ E SUA VINCULAÇÃO COM AS TRANSFORMAÇÕES INTRA E INTERURBANAS

Carlos Casemiro Casaril¹

Marlon Clovis Medeiros²

Introdução

Este trabalho teve como objeto de análise a geografia econômica do comércio e dos serviços de Francisco Beltrão – PR e sua vinculação com a dinâmica intra e interurbana (rede urbana). De forma mais específica, tal trabalho se debruçou em analisar a espacialização das redes de franquias em operação na cidade e a ampliação da centralidade urbana provocada pelas mesmas.

Substancialmente, trata-se de uma análise de modo a entendermos os processos de transformações ocorridos. Neste caminho e, relacionando-se ao sistema de franquias, buscou-se apreender as novas atividades econômico-sociais instauradas, quais atividades foram perdidas, quais agentes sociais foram responsáveis e por quais caminhos ocorreram as mudanças, esperando assim compreender a singularidade do urbano e de como determinados grupos econômicos (destaque especial aos franqueados) alteram as lógicas de estruturação do espaço interurbano e interurbano da cidade.

Guglielmo (1975) já mencionará que a geografia do consumo se modifica à medida que avança o processo de urbanização e industrialização. Apresentando na sequência como fator “[...] principal a tendência para consumir produtos cada vez mais elevados e procurar a satisfação das próprias necessidades nutritivas sob forma mais agradável” (GUGLIELMO, 1975, p. 213).

Assim, a transformação na sociedade urbana, foi sendo realizada à medida que avançava os processos de urbanização e de incorporação de tecnologia na e pela indústria. Possibilitando, assim, o surgimento de novos produtos, tanto tecnológicos, quanto novos alimentos industrializados, que através de um marketing massivo (que ocorre até nos dias atuais), transformou os hábitos alimentares e de consumo como um todo.

Conforme aponta Medeiros (2010, p. 231) “a consolidação da população urbana traz um novo padrão de consumo de alimentos, que com as mudanças tecnológicas recentes se diversifica. A estrutura de classes cria uma estratificação desse consumo, a partir das diferenças de poder aquisitivo [...]”.

Vale destacar que a difusão do comércio e dos serviços especializados permitiu,

¹ Professor Visitante na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: carlos.casaril@gmail.com.

² Professor Doutor de Geografia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: marlonmedeiros@hotmail.com.

A concentração econômica no terciário, observada em alguns ramos do setor, desde a década de 1980, promoveu a expansão territorial e a multiplicação das redes de estabelecimentos comerciais e de serviços, gerando, nesse caso, descentralização espacial dos capitais comerciais e de serviços de grande porte, que passaram a abranger maior parte do território brasileiro. Em muitos casos, essas empresas tinham sua atuação restrita às metrópoles e capitais das unidades da federação, e a ampliação de seus serviços teve como um de seus focos as cidades menores, capazes de polarizar mercados consumidores regionais. Essa entrada de novos atores econômicos promoveu conflitos de interesses e/ou gerou alianças com atores econômicos e políticos locais e regionais, bem como modificou as formas de consumo e a estruturação urbana nessas cidades. O setor de hipermercados é ilustrativo dessa tendência, assim como a expansão das franquias de todos os tipos. [...] (SPOSITO et al., 2007, p. 55, grifo nosso).

As cidades representam de forma efetiva uma real força produtiva, por permitirem a produção e reprodução de seus espaços e, por garantirem o consumo em massa do que foi produzido. Portanto, em uma conjuntura de acumulação, a planificação da quantidade produzida e da velocidade consumida se torna essencial, para expansão do capital. Dessa forma, como já colocado aqui, ganham destaque as cidades.\

Geográfica e economicamente raciocinando, o sistema de franquias se realiza na homogeneização/padronização das paisagens urbanas, através da implantação e operação de seus estabelecimentos, estimulando o mercado a efetivar o consumo de suas marcas, originando desta forma uma diferenciação social implícita.

Esta análise se justificou, principalmente, devido à relativa ausência de pesquisas enfocando a dinâmica do comércio e dos serviços da cidade em tela. Uma cidade que a pouco deixou de ser considerada pequena para se constituir efetivamente como uma cidade média, mas que, todavia, mantém características marcantes de uma cidade pequena.

No sistema capitalista vigente, o Franchising é apresentado e recebido como uma forma moderna e inovadora para o mercado consumidor e para o empresariado, ganhando destaque relevante nas economias nacionais. Por exemplo, a partir de informações da Associação Brasileira de Franchising (ABF), vemos que o sistema de franquias no Brasil representa aproximadamente 3% do PIB nacional.

As franquias foram incorporadas inicialmente nas cidades maiores, com destaque para as metrópoles nacionais, onde o mercado consumidor e as complexidades urbanas eram maiores. A partir da década de 1980, sobretudo a partir da década de 1990, o sistema de franquias começa a ser incorporado em centros urbanos regionais de médio porte. Pode-se se aventar que Francisco Beltrão, PR, representava um destes centros, tanto por ser uma cidade que comanda sua rede urbana regional, como por ser, atualmente, considerada uma cidade média e, por exercer relativa centralidade intra e interurbana, atraindo pessoas e rendas (capitais) de sua área de influência na rede urbana.

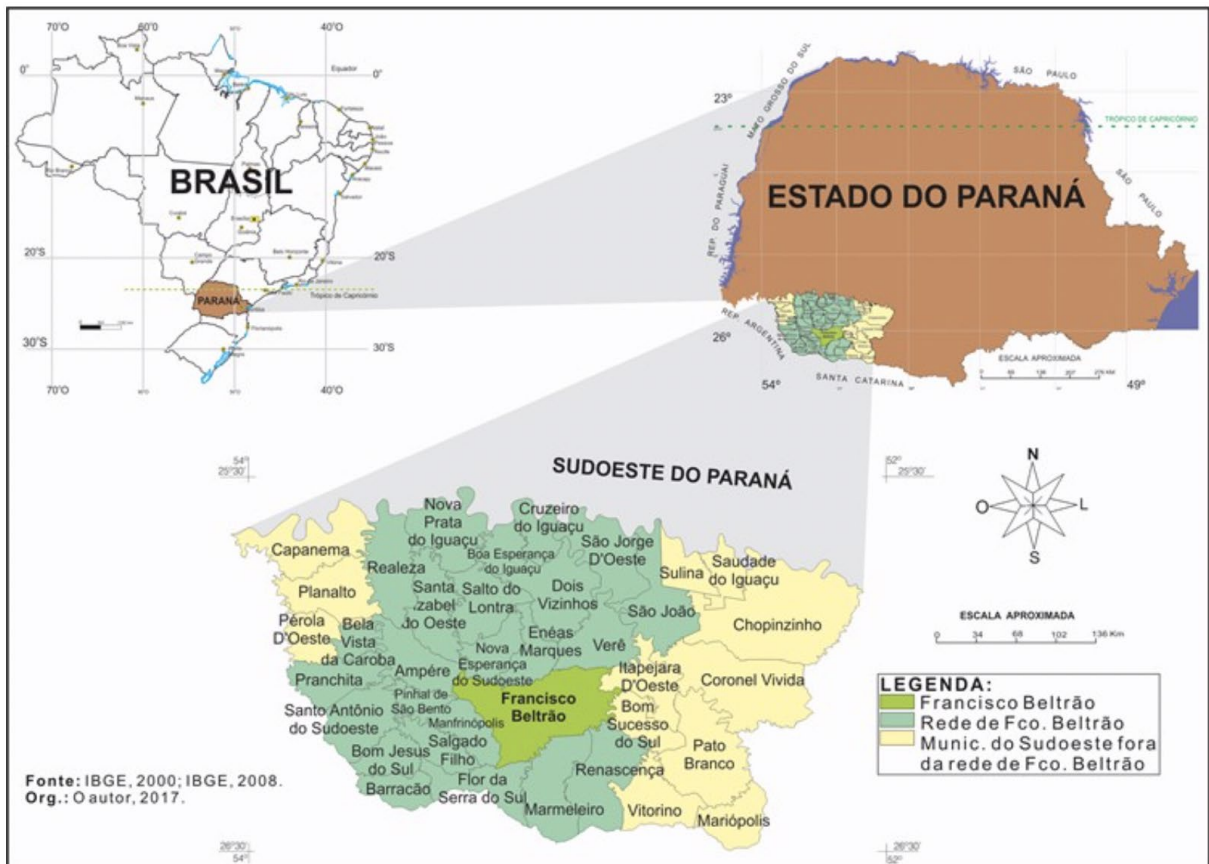
Essa análise será realizada, sobretudo, devido ao aumento da operação das redes de franquias em Francisco Beltrão. Pretende-se, assim, melhor entendê-las sob o enfoque de sua espacialidade e do potencial que possuem de promover alterações na estruturação urbana e na centralidade.

Área de estudo e dinâmica do comércio e dos serviços

O Município de Francisco Beltrão localiza-se na mesorregião Sudoeste Paranaense (vide mapa 1) e foi instalado em 14 de dezembro de 1952. Francisco Beltrão pleiteava em 1960, ao lado de Pato Branco, a

posição de principal centro urbano do Sudoeste do Paraná. A cidade possuía uma população rural de 50.507 habitantes, e uma população urbana constituída por apenas 4.989 habitantes e, seu grau de urbanização, atingia tão somente 9% (IBGE, 1960).

Figura 1 - Localização do Paraná, Sudoeste Paranaense e Rede de Francisco Beltrão



Fonte: IBGE, 2000; IBGE, 2008.
Org.: O autor, 2017.

Em 1970, Francisco Beltrão, contabilizou 13.413 habitantes urbanos e 23.394 rurais e, seu grau de urbanização chegou a 36% (IBGE, 1970).

Em 1980, Francisco Beltrão, atingiu uma população urbana superior a rural, contabilizando 28.988 habitantes urbanos, frente aos 20.625 rurais, o que proporcionou um grau de urbanização de 58,43% (IBGE, 1980).

Em 1991, Francisco Beltrão, contabilizou 45.622 habitantes urbanos e totalizou uma população rural de 15.650. Consequentemente, seu grau de urbanização elevou-se para 64%. Crescimento urbano que, de certa forma, já apresentava um razoável mercado consumidor para as mercadorias industriais (IBGE, 1991).

No ano 2000, a população total de Francisco Beltrão, conforme o Censo Demográfico era de 67.132 (81% de urbanos) e, em 2010, esse número sobe para 78.957, atingindo 85,43% de população urbana (IBGE, 2000, 2010).

Quando se analisa Francisco Beltrão, a partir da rede urbana nacional, verifica-se que ela vem per-

dendo o status de uma cidade pequena, isso porque já conta com diversas funções de cidade média, mesmo convivendo lado a lado com ares (funções) de uma cidade pequena (continuidades e discontinuidades), o novo convivendo lado a lado com o velho. Ao se analisar Francisco Beltrão, a partir da escala da rede urbana regional, verifica-se que ela é uma cidade média, pois desempenha o papel de uma cidade regional, polo regional, “capital mesorregional”, assim, possui uma capacidade de organização e direção da vida regional.

As variáveis a serem operacionalizadas buscar-se-ão analisar como a entrada de grupos econômicos (redes de franquias) alteram as lógicas de estruturação dos espaços urbanos da cidade analisada.

Vale ressaltar que esta questão até o momento não foi contemplada pelos estudos referentes à cidade de Francisco Beltrão. Assim, para contemplarmos a problemática, analisaremos um conjunto de novos agentes econômicos, representados principalmente pelos franqueados das redes de franquias nacionais e internacionais que estão em plena operação em Francisco Beltrão.

Neste momento, a fim de buscar demonstrar a dinâmica do comércio e dos serviços e sua vinculação com rede urbana de Francisco Beltrão, via ampliação da centralidade urbana, apresenta-se na sequência informações para o leitor entrar em contato e melhor entender tal dinâmica.

Tem-se como objetivo principal verificar as novas lógicas de estruturação do espaço urbano e da cidade de Francisco Beltrão e região, a qual é considerada, ao lado de Pato Branco, as duas principais cidades (política e economicamente) da mesorregião Sudoeste Paranaense, e são responsáveis por gerir e comandar a vida regional.

A cidade de Francisco Beltrão e sua rede, vem nas últimas décadas sofrendo influências de atores econômicos, na maior parte dos casos, de empresas de considerável porte econômico, a que trazem consigo novas lógicas e formas de atuação, transformando as lógicas no espaço intra-urbano e ampliando ou alterando os papéis regionais.

Em 2000, Francisco Beltrão somava 6.305 empregos do setor terciário, com destaque para comércio varejista (30,50%); administração pública (20,43%) e alojamento e comunicação (18,45%), em 2010, contabilizou 13.007 ocupações sendo comércio varejista (40,75%); administração pública (12,49%) e alojamento e comunicação (9,12%) e, em 2016, somou 16.891 empregos, sendo comércio varejista (33,73%); administração pública (12,94%); transporte e comunicação (12,11%).

Deste modo, Francisco Beltrão, entre 2000 e 2010, dobrou o número de seus empregos no setor. Entre 2010 e 2016, contabilizou aproximadamente quatro mil empregos a mais no setor terciário. Estes dados demonstram que ocorreu uma grande ampliação dos empregos neste setor entre 2000 e 2016, o que, por sua vez, contribuiu para ampliar a dinâmica urbana e centralidade de Francisco Beltrão.

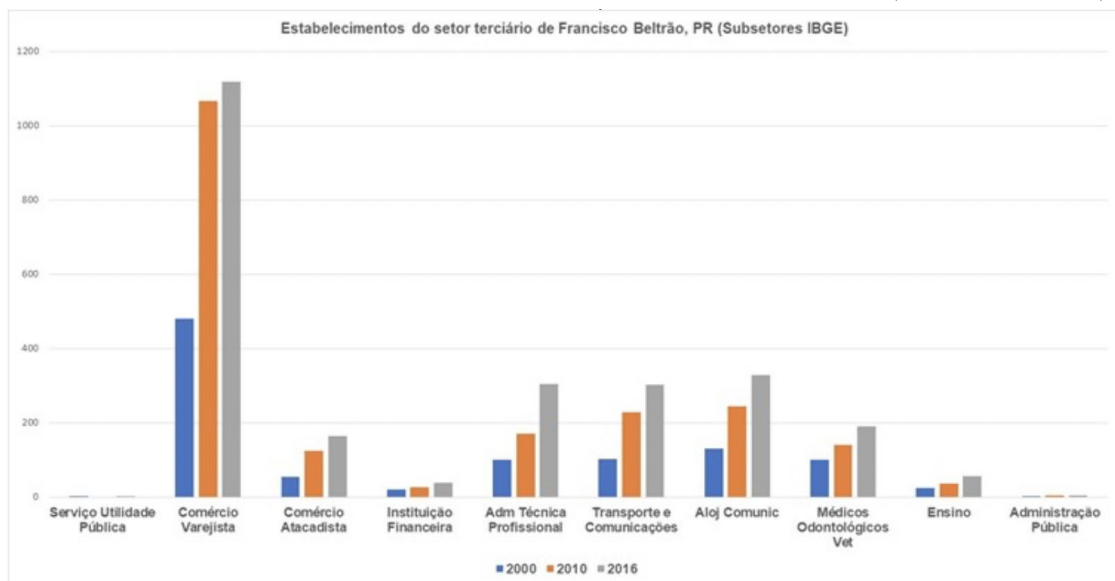
Já em relação ao número de unidades (empresas), verificou-se que no ano 2000, em Francisco Beltrão, havia 1017 estabelecimentos no setor terciário, com destaque para o comércio varejista (47,20%); alojamento e comunicação (12,78%); transporte e comunicação (10,03) e Médicos, Odontológicos e veterinários (9,93%), juntamente com administração técnica profissional (9,93%). Em 2010, contabilizou 2046 estabelecimentos, destacando-se o comércio varejista (52,15%); alojamento e comunicação (11,93%) e transporte e comunicações (11,19%). Em 2016, somou 2511 estabelecimentos, com destaque para o comércio varejista (44,52%); alojamento e comunicação (13,10%); administração técnica profissional (12,07%) e transporte e comunicações (12,07%). Portanto, em 16 anos o número de estabelecimentos do setor terciário

de Francisco Beltrão aumentou praticamente 150%, contribuindo na geração de empregos e tributos.

Portanto, Francisco Beltrão se destaca no setor terciário, questão marcante nos municípios de maior dinâmica urbana. A composição do seu PIB no setor terciário representava 56,09% e somava, como vimos 16.891 ocupações no setor em 2016, ou 74,03% dos empregos formais (IPEA, 2010; BRASIL, 2016).

A partir da figura 2 e 3 (gráficos), abaixo, verifica-se a porcentagem dos estabelecimentos e da população ocupada no setor terciário em Francisco Beltrão, Paraná e seus subsectores, em 2000, 2010 e 2016. Vale a pena atentar-se para os dados dos estabelecimentos e da população ocupada no subsector Comércio Varejista frente aos demais subsectores.

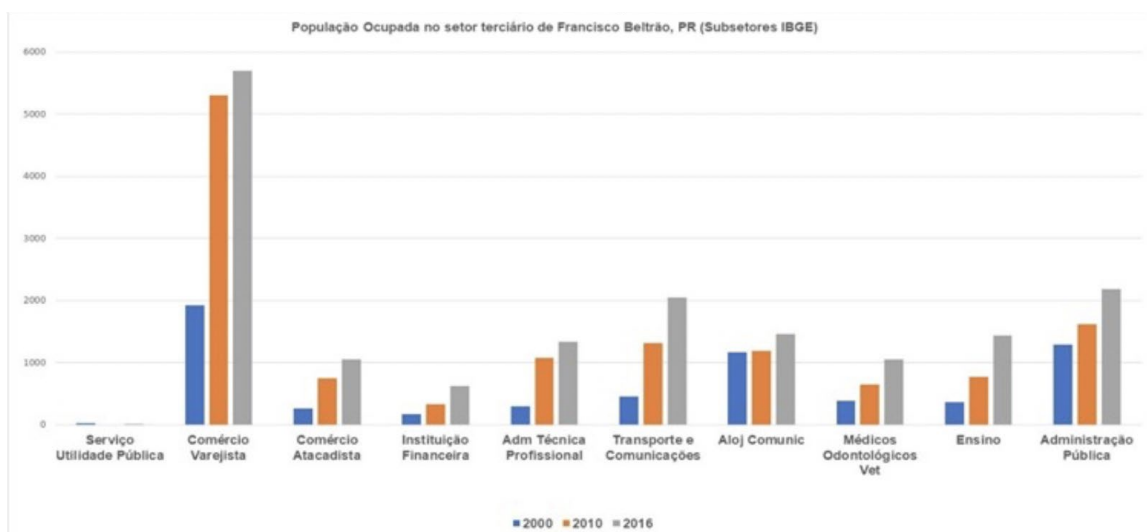
Figura 2 - Estabelecimentos do setor terciário de Francisco Beltrão, PR (Subsetores IBGE)



Fonte: BRASIL (2000; 2010; 2016).

Org.: O autor (2018).

Figura 3 - População Ocupada no setor terciário de Francisco Beltrão, PR (Subsetores IBGE)



Fonte: BRASIL (2000; 2010; 2016).

Org.: O autor (2018).

Portanto, verificando os gráficos acima, nota-se que o subsetor de comércio varejista possui o maior número de estabelecimentos do setor terciário. E, em relação ao número de empregos gerados, verifica-se que o subsetor do comércio varejista também lidera e, aqui, um destaque pode ser dado ao subsetor de administração pública que figura entre os últimos subsetores em relação a número de estabelecimentos, porém, fica em segundo lugar na geração de empregos formais do setor terciário.

Verifica-se a partir do Sindicato do Comércio Varejista e Sindicato dos Empregados no Comércio de Francisco Beltrão que o piso salarial 2017-2018, é de R\$ 1.192,00 para funcionários do Comércio em Geral; de R\$ 1.132,00 para os funcionários de Supermercados; de R\$986,00 para Empacotadores de Supermercados e de R\$1.087,00 para Zeladoras, office-boys, copa e cozinha.

Assim, se somarmos a população total ocupada no setor terciário em 2016, que era de 16.891 empregos, e multiplicarmos pelo piso salarial (2017-2018) mais baixo da categoria que era de R\$ 986,00 (empacotadores de supermercados), teremos um total de R\$ 16.654.526,00 injetados mensalmente na economia urbana de Francisco Beltrão.

O sistema de franquias

Atualmente, o sistema de Franquias é familiar, sobretudo, por ter conquistado uma expansão em relação a seu número de estabelecimentos especializados pelo país. Mesmo sem estudar profundamente o assunto, portanto, a partir de uma visão mais aproximada do senso comum, sabe-se que uma empresa, por ser franquia, possui o direito de utilizar a marca de outra, comercializar seus produtos e serviços, gerando no mercado consumidor a expectativa de consumir um determinado produto com a mesma qualidade que foi consumida em outra loja da mesma marca, portanto, reproduzindo o modelo de negócio, com a mesma padronização de processo e produto. Por definição, de forma simplificada, pode-se dizer que franquia seria uma estratégia empresarial para distribuição e comercialização de produtos e serviços formatados.

Esse modelo de negócio se caracteriza pela existência de um contrato, no qual uma empresa, possuidora de uma marca ou patente (franqueador), utiliza o Sistema de Franquias para expandir seus negócios, outorgando a outros (franqueados) o direito de uso de sua marca ou patente e de exploração comercial do que tiver sido desenvolvido e previamente testado.

O Brasil é o único país da América do Sul a possuir uma lei específica para regulação do sistema de franquias, a Lei Federal nº 8.955 de 15 de novembro de 1994³, além de ser o território dessa região que possui o maior número de redes e unidades de franquias.

A modelagem e comercialização de uma franquia solicita uma gama de procedimentos essenciais para o sucesso empresarial. Como os Treinamentos, padrão arquitetônico, busca pelo *target*, *marketing*, *know how*, taxa de franquia, venda de *royalties*, taxa de propaganda, conselho de franqueados, circular de oferta de franquia (COF), compra de produtos registrados pela marca, entre outros processos que precisam ser realizados para o bom funcionamento de uma franqueadora e de um franqueado.

³ O termo franquia é utilizado tanto para designar o sistema quanto a pessoa jurídica que participa de uma rede de franquias (a unidade franqueada). O termo franchising é comumente utilizado para designar a estratégia de distribuição e comercialização de produtos e serviços. Para que uma rede seja criada, o Sistema de Franquias pressupõe dois participantes: o franqueador e o franqueado (SEBRAE, 2016).

Quando o modelo de negócio está pronto para ser replicado, a partir do sistema de franquias, este pode trazer algumas Vantagens para o Franqueador, como:

- Maior rapidez na expansão do negócio e com baixo investimento próprio, uma vez que o investimento em cada novo ponto será feito pelos franqueados;
- Aumento da disponibilidade de tempo e recursos para ações de marketing e desenvolvimento de produtos e serviços;
- Fortalecimento da marca e penetração de mercado, devido à visibilidade e à capilaridade alcançadas com a abertura das unidades franqueadas;
- Economia de escala, com redução do custo médio de produção e do preço pago pelos insumos, uma vez que o maior volume de compras aumenta o poder de negociação junto aos principais fornecedores da rede;
- Equipe reduzida, quando comparada ao negócio próprio, por ser uma gestão descentralizada, cabendo aos franqueados manter e gerenciar sua própria equipe;
- Lealdade do canal de distribuição, por tratar-se de uma parceria firmada entre franqueadores e franqueados para o sucesso da rede;
- Disponibilização de tempo para desenvolvimento de produtos e serviços devido ao não envolvimento no dia a dia das unidades franqueadas;
- Expectativa de maior eficiência na gestão das unidades, por contar com a motivação e a liderança de cada franqueado em busca de resultados para a sua empresa;
- Redução de riscos trabalhistas, por não haver vínculo empregatício entre a empresa franqueadora e os franqueados e seus funcionários (SEBRAE, 2016, p. 6).

Entendendo o funcionamento do sistema e encontrando uma franquia adequada ao perfil, o Franqueado pode usufruir de algumas Vantagens que este sistema proporciona, entre elas, destacam-se:

- Uso de marca testada e reconhecida no mercado, reduzindo os erros comuns em negócios iniciantes, uma vez que o modelo franqueado será fruto da experiência do franqueador, que já terá promovido ajustes, antes e durante a opção pelo modelo de franquia, para melhoria e credibilidade da marca junto ao público-alvo da empresa;
- Participação em uma rede, aumentando o poder de negociação junto aos principais fornecedores, troca de experiências e maior presença da marca no mercado;
- Menores riscos, devido ao uso de modelo já testado e apoio para escolha do ponto, implantação e gestão da unidade franqueada;
- Utilização de *know-how* do franqueador, o que reduz o tempo para a implantação, a otimização dos recursos utilizados e os riscos de insucesso;
- Economia de escala, por participar de um processo de compras que envolve toda a rede, reduzindo os preços pagos ou rateando as despesas, como os custos de propaganda;
- Orientação e assistência na administração do negócio, com treinamentos, manuais e consultoria de campo;
- Maior concentração nas vendas, resultado da transferência de *know-how*, do apoio na gestão e

por ser responsabilidade do franqueador o desenvolvimento de produtos e serviços para a rede (SEBRAE, 2016, p. 6).

Portanto, esse sistema de franquias representa um modelo empresarial e organizacional e uma estratégia direcionada ao consumo de marcas. “[...] sua lógica territorial e financeira expõe a cidade como uma força produtiva do sistema, que recorre à apropriação dos espaços e lugares para obter lucro” (PORTO SALES, 2007, p. 1). A expansão territorial das redes do sistema de franquias, possibilitam auferir acumulação, contribuem para transformação cultural e de padrões e hábitos de consumo, além de essencialmente ampliar a centralidade urbana.

O comércio ganha destaque na contemporaneidade, pois são as trocas que estabelecem as necessidades do sistema.

O comércio e o crescimento engendraram oportunidades recíprocas, um alimentando o outro, em escala cada vez mais global. Assim, os estudos acerca do comércio e do crescimento acabaram por ganhar ímpeto revigorado nas décadas de oitenta e, sobretudo, noventa (SARQUIS, 2011, pp. 16-17).

O sistema de franquias se destaca junto ao mercado consumidor, materializando-se, mesmo em conjunturas de crise, pois ao se analisar o setor, verifica-se que o mesmo vem apresentando seguidamente um crescimento considerável, visto que, conforme a ABF, em 2016 o setor apresentou um crescimento de 8,3% em relação a 2015 e o número de estabelecimentos franqueados chegou a 142.593 unidades e, em 2017 o setor de Franchising teve um aumento de 9,4% no faturamento do 1º trimestre, quando comparado com o mesmo período de 2016, atingindo, portanto, neste trimestre R\$ 36,890 Bilhões.

A ABF foi criada em 1987 e é a entidade designada por manter o padrão do sistema de franquia no país e foi a principal responsável pela concepção da Lei Federal de Franquias e por suas reformulações recentes.

A ABF está dividida em três regionais que representam a clássica divisão econômica regional brasileira e mais duas centrais: uma para o interior de São Paulo e outra para Minas Gerais, unidades federativas com maior número de unidades de empresas. A divisão empreendida foi para difundir e dar suporte à criação de redes de franquias e dispersão de unidades [...] (PORTO SALES, 2017, p. 12).

A ABF classifica as redes de franquias em 11 segmentos (tabela 1), que engloba áreas do comércio e da prestação de serviços.

Tabela 1 - Segmentos das franquias

Alimentação
Casa e Construção
Comunicação, Informática e Eletrônicos
Entretenimento e Lazer
Hotelaria e Turismo
Limpeza e Conservação
Moda
Saúde, Beleza e Bem-Estar
Serviços Automotivos

(continua)

(conclusão)

Serviços e Outros Negócios

Serviços Educacionais

Fonte: ABF (2018).

A ABF publicou em janeiro de 2018 a 2ª Edição do estudo sobre as 50 Maiores Marcas de Franquias no Brasil por unidades, com dados de 2017 (ver quadro 1). A entidade oficial do *franchising* brasileiro reúne atualmente mais de 1.100 associados (franqueadores, franqueados, fornecedores e consultores). Esse estudo foi realizado especificamente com as marcas associadas. O levantamento foi efetivado de forma detalhada a partir de regras específicas e visando a fidelidade dos dados, realizou-se auditoria eletrônica.

Quadro 1 - 50 maiores redes de franquias em operação no Brasil (por número de unidades)

MARCA	SEGMENTO	UNIDADES
O BOTICÁRIO	Saúde, Beleza e Bem-Estar	3762
AM PM MINI MARKET	Alimentação	2415
CACAU SHOW	Alimentação	2081
MCDONALD ´S	Alimentação	2009
JET OIL	Serviços automotivos	1735
LUBRAX +	Serviços automotivos	1617
KUMON	Serviços educacionais	1400
BR MANIA	Alimentação	1311
WIZARD BY PEARSON	Serviços educacionais	1195
DIA%	Alimentação	1145
CVC BRASIL	Hotelaria e Turismo	1097
BOB ´S	Alimentação	1054
ÓTICAS CAROL	Saúde, Beleza e Bem-Estar	1048
CORREIOS	Serviços e outros negócios	1002
FARMÁCIAS FTB A FARMÁCIA DO TRABALHADOR DO BRASIL	Saúde, Beleza e Bem-Estar	994
ÓTICAS DINIZ	Saúde, Beleza e Bem-Estar	991
SEGURALTA – BOLSA DE SEGUROS	Serviços e outros negócios	912
FISK CENTRO DE ENSINO	Serviços educacionais	806
CCAA	Serviços educacionais	723
CHILLI BEANS	Moda	722
ACQIO	Comunicação, Informática e Eletrônicos	672
NOSSO BAR	Alimentação	670
HERING STORE	Moda	623
CNA	Serviços educacionais	579
LOCALIZA RENT A CAR	Serviços automotivos	574

(continua)

(conclusão)		
MARCA	SEGMENTO ^t	UNIDADES
5ÀSEC	Limpeza e Conservação	457
PREPARA CURSOS	Serviços educacionais	452
HAVAIANAS	Moda	439
DROGARIAS FARMAIS	Saúde, Beleza e Bem-Estar	432
CHIQUINHO SORVETES	Alimentação	425
CARMEN STEFFENS	Moda	421
MICROLINS	Serviços educacionais	408
AREZZO	Moda	395
GIRAFFAS	Alimentação	394
CHOCOLATES BRASIL CACAU	Alimentação	393
MUNDO VERDE	Alimentação	386
SPOLETO	Alimentação	371
KOPENHAGEN	Alimentação	352
INSTITUTO EMBELLEZE	Serviços educacionais	319
HABIB ´S	Alimentação	318
IGUI	Casa e Construção	315
CASA DE BOLOS	Alimentação	305
SPA DAS SOBRANCELHAS	Saúde, Beleza e Bem-Estar	304
PITICAS MODA CRIATIVA	Moda	304
REI DO MATE	Alimentação	302
SOBRANCELHAS DESIGN	Saúde, Beleza e Bem-Estar	302
NÃO+PÊLO	Saúde, Beleza e Bem-Estar	299
SODIÊ DOCES	Alimentação	294
YÁZIGI	Serviços educacionais	286
MORANA	Moda	278

Fonte: ABF (2018).

A rede O Boticário manteve a liderança com 3.762 unidades, o segundo lugar ficou com a rede AM PM Mini Market, com 2.415 pontos de operação; a Cacau Show manteve a terceira colocação, totalizando 2.081 unidades. Entre as 10 maiores, destaque também para as redes Jet Oil, Lubrax+ e BR Mania que subiram posições em relação a 2016, com expansões expressivas em número de unidades. Levando em consideração a relação completa, as redes que apresentaram maior variação de posição foram a Acqio (ascensão de 15 posições), Dia% (9), Seguralta (7), 5àsec (7), Piticas (7), Óticas Carol (6) e Instituto Embelleze (6). Ingressaram no grupo das 50 Maiores, as redes Casa de Bolos, SPA das Sobrancelhas e Não+Pêlo.

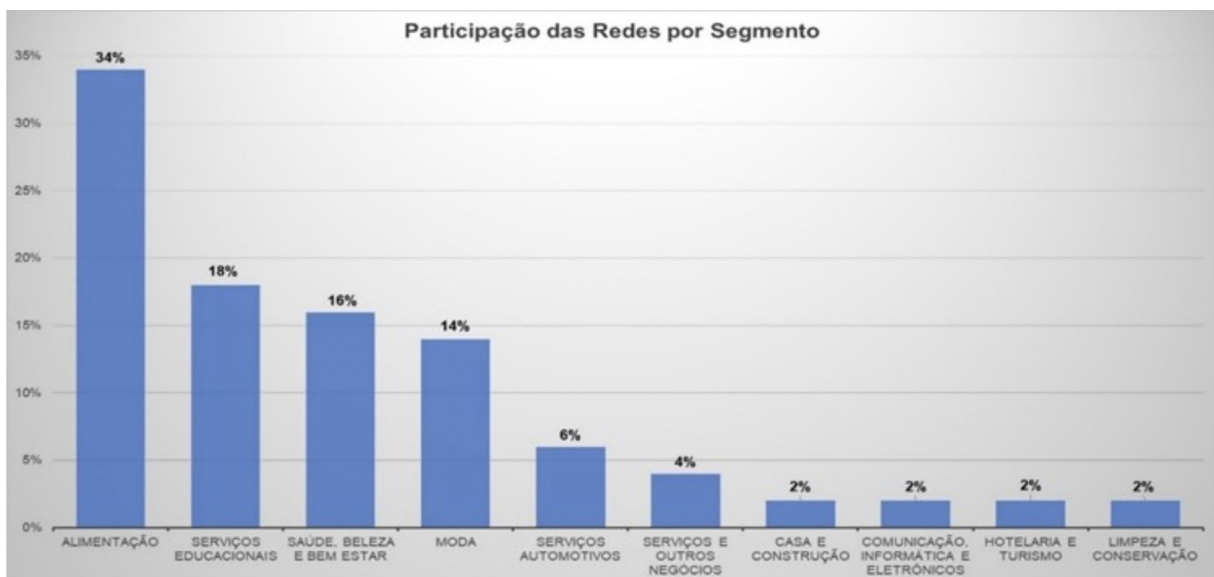
Em termos de segmento de atuação, ver figura 4, o perfil das 50 Maiores tem predominância de Alimentação (34%) e Serviços Educacionais (18%), mas, em 2017, houve o crescimento da participação do segmento de Saúde, Beleza e Bem-Estar (de 12% para 16%). Segmento que apresenta desempenhos con-

sistentes, tanto pela manutenção da liderança do Boticário, quanto pela entrada de duas novas redes deste segmento no grupo das 50 maiores.

Outro movimento detectado pelo estudo deste ano foi o crescimento de participação de pontos de venda alternativos (quiosques, *trucks*, contêineres, *store in store*, *home-based*, etc.) que passou de 6% para 9% – as lojas físicas predominam com 91%. A expansão de redes com grande atuação *home-based*, como a Acqio e a Seguralta, e quiosques, como a Píticas, também indicam este movimento. As 50 Maiores mostraram maior distribuição geográfica em relação ao mercado de franquias (ABF, 2018).

Outro destaque desse estudo foi que apontou em seus resultados que 66% das franqueadoras da lista das 50 maiores possuem mais de dez anos de atuação no mercado, o que demonstra, portanto, a longevidade do sistema.

Figura 4 - Participação das Redes de Franquias por segmento



Fonte: ABF (2018).

Conforme Merlo (2000), a gênese do sistema de franquias teve o ponta pé inicial em 1851, quando a empresa de máquinas de costuras Singer franqueou o direito de venda do seu produto a comerciantes independentes. A partir deste feito o desenvolvimento do sistema se fez de forma gradativa e constante, já em 1898 a General Motors iniciou sua expansão através deste sistema, bem como a Coca-Cola em 1899. O grande destaque conquistado mundialmente por este sistema tem raízes, em 1948, quando a rede McDonald's adotou esse sistema para buscar padronização do processo e do produto, além de sua expansão.

As redes de franquia se difundiram, conquistando o mundo e o Brasil. A primeira unidade franqueada no país foi da rede de *fastfood* Bob's, no Rio de Janeiro em 1952. Porém, a popularização do sistema só veio em 1979 com a instalação da primeira loja franqueada da rede McDonald's, também na cidade do Rio de Janeiro (MERLO, 2000).

Contudo, o avanço significativo tanto do número de unidades quanto em relação ao faturamento fez o sistema de franquias conquistar um papel de destaque na economia nacional. A instalação de unidades de redes de franquias em determinadas cidades possibilita a ampliação da dinâmica urbano-regional, com

destaque para aqueles centros urbanos que possuem, por algum condicionante, um potencial de influência regional (FRITZ, 2017).

Francisco Beltrão e as redes de franquias em operação em seu território

As franquias foram incorporadas inicialmente nas cidades maiores, com destaque para as metrópoles nacionais, onde o mercado consumidor e as complexidades urbanas eram maiores. A partir da década de 1980, sobretudo a partir da década de 1990, o sistema de franquias começa a ser incorporado em centros urbanos regionais de médio porte. Pode-se aventar que Francisco Beltrão, PR, representava um destes centros, tanto por ser uma cidade que comanda sua rede urbana regional, como por ser atualmente considerada uma cidade média e, por exercer relativa centralidade intra e interurbana, atraindo pessoas e rendas (capitais) de sua área de influência na rede urbana.

Melazzo (2012, p. 205), ao fazer referência ao processo de reestruturação urbana nacional, destaca que, “[...] a ampliação, diferenciação e sofisticação do consumo, antes exclusivas de aglomerações maiores e mais densas economicamente, como as metrópoles, passam, cada vez mais, a estar presentes em diferentes pontos da rede urbana brasileira”, a exemplo das cidades médias.

Portanto, as cidades grandes, especialmente as metropolitanas, oferecem muitos atributos, que passaram a serem questionados, por apresentarem, em contraponto a estes atributos, determinados fatores desestimuladores, que, por sua vez, elevaram os custos de produção das indústrias estabelecidas nestas aglomerações, bem como mobilidade urbana caótica, falta de segurança, dentre outros complicadores. O que permitiu uma mudança do foco para as cidades intermediárias, que passam a apresentar relativos atributos, mercado consumidor aquecido com expectativa de aumento de sua dinâmica, ampla parcela da população com alto nível de instrução (curso técnico profissionalizante e formação superior), forte agro industrialização e custo para instalação de indústria, comércio e/ou serviço relativamente mais baixo quando comparado as cidades grandes.

As cidades médias nacionais passaram por relativo crescimento, sobretudo, a partir dos anos 1980 e, este crescimento está intimamente ligado ao demográfico, somando-se aos avanços econômicos e às transformações que estas passaram em suas dinâmicas urbano-econômicas-regionais, com destaque para a chegada de novos agentes econômicos, aliado a um investimento pesado realizado por agentes econômicos com capital local e regional, além de um investimento em infraestrutura por parte do Estado. Deste modo, tais cidades passaram a serem atrativas investidores, o que por sua vez, permite surgir novos empreendimentos econômicos, sejam eles imobiliários, de comércio e/ou prestação de serviços, sendo o modelo do sistema de franquias um destes novos empreendimentos ou possibilidade dada para investimentos e ampliação de negócios.

Em Francisco Beltrão, nos últimos anos ficou evidente o crescimento das unidades de redes de franquias que ali se instalaram. Estas franquias se instalaram em sua maioria na área central da cidade, fato que será analisado no próximo item.

A partir de levantamento realizado em campo e de acordo com os dados da ABF, das 50 maiores redes de franquias em operação no Brasil, em 2017 (por número de unidades) (ABF, 2018), a cidade de Fran-

cisco Beltrão já conta metade destas franquias em operação. Isso comprova não só a força de disseminação dessas marcas, como também a atração que a cidade proporciona.

O quadro 2 apresenta as franquias presentes na cidade, bem como o ano de suas inaugurações em Francisco Beltrão.

Quadro 2 - Franquias ativas em Francisco Beltrão (até janeiro de 2018)

Franqueadora	Segmento	Início da operação em Francisco Beltrão
O Boticário	Saúde, Beleza e Bem Estar	Década de 1980 (1ª unidade)
Yázigi	Serviços Educacionais	1982
Correios	Serviços e Outros Negócios	1991
<i>Castor Colchões</i>	Casa e Construção	1991
Kumon	Serviços Educacionais	1994
IGUi	Casa e Construção	1996
Wizard	Serviços Educacionais	1996
Escolas Fisk	Serviços Educacionais	1997
Microlins	Serviços Educacionais	2007
Rockfeller Language Center	Serviços Educacionais	2008
Ortobom Colchões	Casa e Construção	2008 (1ª unidade)
AM PM Mini Market	Alimentação	2008
BR Mania	Alimentação	2010 (1ª unidade Posto Vila Nova)
Cacau Show	Alimentação	2010
O Boticário	Saúde, Beleza e Bem Estar	2010 (2ª unidade)
CVC Brasil	Hotelaria e Turismo	2011
Jet Oil	Serviços Automotivos	2012
Chocolates Brasil Cacau	Alimentação	2012
D'pil Brasil Fotodepilação	Saúde, Beleza e Bem Estar	2012
One Store Marissol	Moda	2013
Moça Bijou	Moda	2013
Subway	Alimentação	2013
Super Ótica São José	Saúde, Beleza e Bem Estar	2013
Hering Store	Moda	2013
Bob's	Alimentação	2014
Los Paleteros	Alimentação	2014
Carmen Steffens	Moda	2014
Morena Rosa	Moda	2014
Chilli Beans	Moda	2014
<i>Depilrica</i>	Saúde, Beleza e Bem Estar	2014

(continua)

(conclusão)

Franqueadora	Segmento	Início da operação em Francisco Beltrão
Contém 1g	Saúde, Beleza e Bem Estar	2015
BR Mania	Alimentação	2015 (2ª unidade Posto Toscan)
Lubrax +	Serviços Automotivos	2015 (Posto Toscan)
Chiquinho Sorvetes	Alimentação	2015
Crefisa	Serviços e Outros Negócios	2015
Prepara Cursos	Serviços Educacionais	2015
Arezzo	Moda	2015
Livraria Nobel	Comunicação, Inf. e Eletrônicos	2015
Suco do Batuque	Alimentação	2016
Café du Centre	Alimentação	2016
Ecoville	Casa e Construção	2016
KNN Idiomas	Serviços Educacionais	2016
Oral Sin Implantes	Saúde, Beleza e Bem Estar	2016
Nosso Bar	Alimentação	2016
Localiza Rent a Car	Serviços Automotivos	2016
Ortobom Colchões	Casa e Construção	2017 (2ª unidade)
Conserta Smart	Comunicação, Inf. e Eletrônicos	2017
Med Prev	Serviços e Outros Negócios	2017
Ótica Diniz	Saúde, Beleza e Bem Estar	2017
Mahogany	Saúde, Beleza e Bem Estar	2017
Dog King	Alimentação	2017
Restaura Jeans	Limpeza e Conservação	2017
Mordidela	Alimentação	2017
Chopp Brahma Express	Alimentação	2017
Evomel	Saúde, Beleza e Bem Estar	2018
Supera (ginástica p/ o cérebro)	Serviços Educacionais	2018

Fonte: Elaboração própria a partir de Pesquisa de Campo (2017-2018).

Portanto, conforme o quadro 2, a cidade de Francisco Beltrão já conta com 56 unidades de redes de Franquias e entre os segmentos das redes de franquias, os que mais se destacam na cidade pelo número de unidades são Alimentação com 15 unidades, Saúde, Beleza e Bem Estar (10), Serviços Educacionais (9), Moda (7), Casa e Construção (5), Serviços e outros Negócios (3), Serviços Automotivos (3), Comunicação, Informática e Eletrônicos (2), Hotelaria e Turismo (1) e Limpeza e Conservação (1).

Isso demonstra o potencial local e regional no qual a cidade está inserida, ou seja, uma cidade “polo regional”, em relação ao setor de comércio e prestação de serviços, polo universitário (com a presença de 2 Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e 3 IES privadas com cursos presenciais, além de muitos

outros polos de IES via Educação a Distância (EAD). Além de representar uma grande centralidade urbana regional, nos quesitos abordados, soma-se ainda o setor de saúde que polariza os municípios de sua área de influência, pois necessitam buscar atendimento médico-hospitalar (público ou privado) em Francisco Beltrão

Portanto, o setor de franquias, ainda possui inúmeras possibilidades para aumentar o número de suas unidades na cidade. E aqui já pode-se mencionar que o sistema de franquias representa um setor de grande relevância para a economia urbana local, ampliando a centralidade intra-urbana, a partir da localização das unidades das redes de franquias no espaço urbano da cidade, promovendo assim, um processo de reestruturação/transformação no e do tecido urbano e possui uma vinculação perante a rede urbana, no sentido de contribuir com o aumento da dinâmica das interações espaciais, via fluxos interurbanos.

Francisco Beltrão possui um setor econômico diversificado e as franquias vêm ampliar ainda mais está dinâmica, pois a população que reside no interior, até pouco tempo, necessitava se deslocar a um centro de maior hierarquia urbana para entrar em contato com determinados produtos e consumir estes que só eram encontrados nas cidades maiores. O sistema de franquias contribuiu para uma maior convergência das cidades médias relativo a uma anterior divergência perante as cidades grandes, ou seja, esse sistema permitiu ao mercado consumidor das cidades médias entrar em contato com a possibilidade de consumir um produto “igual”, com as mesmas características (padronização de processo e produto) que os encontrados em espaços urbanos comerciais de escalas geográficas múltiplas (leia-se local, regional, nacional e internacional).

Interessante notar que muitas das franquias que se mencionou somente inauguraram suas unidades em Francisco Beltrão, após os anos 2000, mais precisamente após 2010. Vale destacar que as franquias que abriram suas unidades na cidade durante a década de 1980 e 1990, somadas, contabilizaram 8 unidades. Depois em 2007 mais uma unidade; em 2008 outras três franquias; em 2010 mais três unidades; em 2011 apenas uma franquia, outras três unidades em 2012; em 2013 foram cinco unidades; outras seis unidades em 2014; em 2015 oito franquias; em 2016 sete unidades; em 2017 somaram-se nove unidades de franquias, atingindo, assim, o maior número de unidades em um mesmo ano nesta cidade e, em 2018, apenas durante o mês de janeiro já foram inauguradas duas franquias.

Esses dados demonstram um crescimento de unidades de redes na cidade, e muitas franquias que antes não pretendiam se instalar em cidades do interior com menos de 100 mil habitantes começam a olhar diferente para a centralidade de Francisco Beltrão. Ao mesmo tempo, conversando com empresários donos de franquias na cidade, percebeu-se que eles almejam abrir novas franquias, pois, segundo eles, trata-se de um empreendimento formatado com muita chance de dar certo.

Todavia, se isso realmente acontecer, de novas franquias de renome abrirem suas unidades na cidade, veremos a centralidade se fortalecer ainda mais, na geração de empregos, renda e retorno de mais impostos. Além de um fato que não abordaremos aqui, mas que vale ser destacado que seria a questão de que, quando um empresário investe em um negócio próprio (que não faz parte do sistema de franquias) ele não necessita, por contrato, repassar determinadas taxas para o franqueador (royalties, taxa de propaganda, etc.). Essas taxas são cobradas mensalmente, sobre o faturamento bruto da unidade, ou seja, os franqueadores, fazem a extração de grande parte da renda da unidade, “retirando considerável parcela do lucro do

empreendedor”, que não terá a possibilidade de reinvestir tal soma cidade ou região. Assim, o sistema de franquias possui determinadas vantagens, mas retira a possibilidade de “um maior crescimento econômico na cidade onde está instalada a unidade, pois determinada parcela das taxas remetidas ao franqueador, não é inserido na economia urbana local/regional.

Vale destacar ainda que o contrato é para o sistema de franquias peça fundamental, pois é com esse instrumento que estabelece a base legal da relação jurídica do sistema e representa um acordo territorial que permite determinada unidade de rede de franquia operar sem correr o risco da mesma rede vender outra unidade da franquia para ser operada no mesmo território.

Assim, este instrumento jurídico peça estratégica para o sistema contribui para o processo de acumulação, pois é a partir dele que determinado agente social entra em uma rede (a partir de sua assinatura), o que traz implicitamente a necessidade deste participar com suas poupanças e/ou financiamentos dos riscos e dos resultados das atividades econômicas da franquia (PORTO SALES, 2017).

Os franqueados em Francisco Beltrão das redes citadas no quadro 2, participaram com suas poupanças pessoais e familiares para comprarem e instalarem as franquias. Nenhum franqueado mencionou utilizar financiamento no momento de abertura do negócio.

Estes franqueados, em geral, são profissionais liberais, como médicos [vários médicos são franqueados juntamente com suas esposas e em um caso são multifranqueados, possuindo algumas franquias de marcas diferentes e iguais (Bob's) em cidades diferentes como Francisco Beltrão e Pato Branco] e advogados, destacando-se também um político em plena atuação parlamentar que, juntamente com seu filho, são multifranqueados da rede Subway em diferentes cidades.

Ou seja, são proprietários de estabelecimentos comerciais que veem no sistema de franquias uma possibilidade de ampliar seus investimentos, como é o caso de uma família proprietária de um restaurante de massas italianas e de uma loja de artigos femininos [lingerie] e da Mahogany.

Há também aqueles que querem montar um negócio e veem no sistema de franquia uma maior segurança e menor risco. Destacam-se, neste caso, alguns pais que investiram no sistema como um forma de investir no futuro de seus filhos; casais em que um dos indivíduos possuem emprego fixo (setor privado ou público), negócio próprio (como exemplo comércio ou profissional liberal), e investem no sistema para um dos indivíduos do casal se inserir no mercado e administrar o negócio. E ainda há aqueles que por variadas circunstâncias ficaram desempregados (exemplo muito ilustrativo desta conjuntura de crise) e com suas poupanças familiares e acertos no antigo emprego apostaram no sistema de franquias.

A partir de entrevistas realizadas em SP na sede da Associação Brasileira de Franchising (ABF) em 2017, verificou-se que, em muitas das falas de representantes desta Associação, aparecem a frase “a franquia traz maior segurança ao futuro empreendedor, pois já foi previamente testada e aprovada, possui uma marca relativamente conhecida no mercado, o que por sua vez, diminui os riscos do investimento realizado, perante o empreendedor partir para iniciar uma empresa do zero”.

Esta frase escuta-se muitas vezes em vídeos produzidos pela ABF, pelo Sebrae, no curso ministrado pela ABF “entendendo franchising”, das próprias franqueadoras no momento de venderem seus negócios (sabe-se dessa forma de abordagem, pois durante a realização da pesquisa foram realizadas visitas em algumas franqueadoras) e mesmo em conversas com franqueados em Francisco Beltrão, Cascavel, Toledo,

Londrina (destaque para franqueados do Catuaí Shopping Center), Chapecó (destaque para franqueados do Shopping Pátio Chapecó), Porto Alegre (destaque para franqueados do Shopping Iguatemi) e cidade de São Paulo (destaque para franqueados do Shopping Pátio Paulista). A frase que foi mencionada acima (sobre a maior segurança, perante os riscos) foi realizada, mesmo por aqueles franqueados que no momento da visita passavam por dificuldades, sobretudo, dificuldades relacionadas a crise econômica.

Entretanto, ainda relacionado a frase central, referida no parágrafo acima, contrapomos tal ideário (ideia de que as franquias são muito mais seguras de se investir). Isso porque acreditamos que “algumas” franquias podem sim diminuir os riscos do investimento. Porém, isso é apenas parte da verdade, já que “algumas”, fazendo referência aqui às franquias de maior renome perante o mercado consumidor e não às franquias iniciantes ou que até possuem um certo número de unidades, ficam concentradas em determinados territórios (Unidades da Federação, ou mesmo regiões). Aqui, pode-se citar um exemplo, uma franquia muito conhecida na região Norte do país, portanto de “renome regional” não apresentará tanta segurança assim a uma pessoa que resolver investir seus recursos nesta franquia para ser instalada na região Sul do país, por exemplo. Isso porque o território nacional é enorme e cada um possui certas especificidades e múltiplas determinações.

E mesmo algumas unidades de franquias, de franqueadoras conhecidas nacionalmente, podem vir a decretar falência. Em Francisco Beltrão, isso já ocorreu e, as unidades franqueadas que fecharam suas unidades nesta cidade foram:

- Drogaria Farmais (inaugurou em 2003 e fechou em 2013 – no local funciona atualmente a Farmácia Nissei [uma rede de farmácias próprias]);
- OdontoSan (inaugurou em 2009 e fechou em 2015 quando terminou o contrato da franquia e no local funciona o Centro Odontológico Conceito).
- *Doutor Resolve* (abriu em 2011 e fechou em 2013);
- 10 Pastéis (abriu em 2015 e fechou em 2016);
- *BabooGiovanni*(abriu em 2013 e fechou em 2017);
- Havaianas (abriu em 2011 e fechou em 2012);
- L'acquadi Fiori (abriu em 1990 e fechou em 2016). A proprietária ainda comercializa produtos da marca L'acquadi Fiori, porém agora em uma loja multimarca do mesmo segmento;
- LFG uma escola via satélite com foco na preparação para Concursos Públicos e Exames da Ordem da OAB (abriu em 2014 e fechou em 2016).

E algumas, mesmo de “renome”, caminham com relativa dificuldade⁴. Segundo informações repassadas pela ampla maioria dos franqueados em Francisco Beltrão, PR, as dificuldades são econômicas,

⁴ Durante as entrevistas com os franqueados em Francisco Beltrão, percebeu-se a dificuldade destes de relatarem informações e, em determinados momentos das entrevistas cada um a seu modo, deixou claro que não podíamos divulgar as informações, pois eles ao se tornarem franqueados, assinam um Contrato de Franquia (regulamento pela Lei de Franquias, Lei Federal nº 8.955 de 15 de novembro de 1994, o qual juntamente com a Circular de Oferta de Franquia (COF) que é o documento que todas as franqueadoras devem disponibilizar aos futuros candidatos a franqueados, documento este que demonstra o funcionamento da franquia, número de unidade, taxa de royalties, taxa de publicidade e outros, somando-se ainda, por lei a possibilidade de punibilidade (e até perda da franquia) se ocorrer divulgação de informações estratégicas da empresa (e no estratégico entra basicamente tudo), desde número de funcionários, margem de lucro, dificuldades econômico-financeiras, etc. Portanto, ficamos expressamente proibidos e sujeitos a penalidades em caso de repassarmos informações estratégicas das franquias e valiosas para a pesquisa.

devido à conjuntura da crise atual, o que levou à queda do número de clientes, bem como a redução do tíquete médio. Ainda conforme a maioria, a expectativa é que já no segundo semestre de 2018 a conjuntura de crescimento econômico retorne.

As franqueadoras, ao criarem condições para expansão de suas redes de franquias durante o período de ascensão da economia brasileira, pautada no estímulo ao consumo, atualmente, em conjunturas de crise, respondem à manutenção do mesmo sistema. Isso porque continuam auferindo investimentos oriundos da prática de franquear e esta manutenção do sistema se dá, pois neste momento muitas franqueadoras, das mais diferentes marcas, viram unidades de suas redes fecharem, porém com a chegada de novos franqueados, o sistema vai se mantendo.

Portanto, muitas unidades das redes de franquias continuam sendo adquiridas por novos franqueados que largaram o emprego ou foram demitidos, com destaque para as franquias que necessitam de menor capitalização em relação as franquias mais renomadas do mercado. Pode-se verificar facilmente que muitas das microfranquias e outras franquias que necessitam de menor capitalização pelo franqueado – lembrando que até mesmo as grandes marcas franqueadoras, neste momento de crise, apresentaram seus modelos de microfranquias e/ou modelos de franquias ajustadas a “crise”, portanto, franquias em modelos reduzidos, com necessidade de capitalização reduzida por parte do franqueado – na prática corresponde a “uma forma do futuro franqueado comprar seu emprego”. Não necessariamente ser “dono” de um negócio, onde apenas vá realizar a administração ou contratar um funcionário para realizar esta função, ou seja, o franqueado, não terá como a partir de determinado momento apenas funcionar como um investidor e administrador “a distância” da unidade, pois a função pré-determinada pelo franqueador para este franqueado não existe possibilidade de ser realizada por outrem. Isso porque a maioria dos casos este modelo de negócio (microfranquias) não possui giro suficiente para a contratação de um funcionário realizar, como se mencionou, “a função pré-determinada ao franqueado pelo franqueador”.

Portanto, mesmo sabendo que estes franqueados possuirão CNPJ, ficarão engessados, pois a lucratividade que auferirem será deslocada para custear a manutenção da empresa, os royalties, e as demais taxas cobradas pelas franqueadoras, portanto, o franqueado receberá “as vezes” um “salário”, neste caso juridicamente conhecido como “pró-labore”. Deste modo, estes “compraram um emprego”, pois fazem/realizam apenas e tão somente o que são “mandados” pelo “chefe”, neste caso o franqueador.

Continuando para fins de reforçar o embasamento, o franqueado tem que seguir regras rígidas, não tem autonomia no negócio, por isso, nos casos em que a franquia gera e “quando gera” um pequeno lucro, às vezes e só às vezes, o franqueado consegue receber seu “salário”, ou melhor, seu pró-labore. Muitos franqueados não conseguem nem mesmo fazer as retiradas de seus pró-labores mensalmente. Isso em razão dos meses de poucas vendas, o que, em muitos casos é uma das causas do fechamento de unidades de franquias, em Francisco Beltrão, por exemplo, nos últimos anos, como já se mencionou, fecharam as portas as unidades das franquias Drograria Farmais, Havaianas, Dr. Resolve, OdontoSan, 10 Pastéis, BabooGiovanni (pizzaria), L'acquadi Fiori e LFG.

Assim, mesmo em conjuntura de crise, o que leva a inúmeras dificuldades para se manter um negócio em funcionamento, basta ver, como se mencionou acima, que algumas unidades de redes de franquias tiveram que encerrar suas atividades Mesmo assim, com toda dificuldade implícita, este momento de crise,

como também já se aventou acima, continuou expandindo o sistema de franquias na cidade de Francisco Beltrão, pois entre 2015 e janeiro de 2018, já foram inauguradas 22 novas unidades de franquias na cidade. Portanto, a crise fez o sistema se fortalecer a nível local e nacional, pois a venda a novos franqueados foi ampliada neste período. Deste modo, é válida a “máxima” de que é na crise que surgem novas oportunidades e é dentro da crise que surgirá os caminhos para adentrar novamente em um ciclo de crescimento virtuoso.

Espacialização das unidades de redes de franquias em Francisco Beltrão e seus vínculos com a reestruturação urbana e da cidade

Portanto, como verificou-se até o momento, o comércio e os serviços em Francisco Beltrão representam um setor dinâmico para a economia local e, por este fato, ampliam a centralidade intra e interurbana da cidade, perante os centros da rede urbana. É para Francisco Beltrão que se direcionam as pessoas residentes nos centros de sua área de influência, interessadas em adquirir, por exemplo, automóveis, materiais de construção, vestuário, perfumes, lazer, restaurantes/bares/lanchonetes/churrascarias, formação superior, etc.

Até os anos 1990, havia poucas franquias na cidade, existia somente a loja O Boticário (década de 1980), a Yázigi de 1982. Depois vieram os Correios em 1991 e a Castor Colchões também em 1991. Em 1994 a Kumon, em 1996 a Wizard, em 1997 a Fisk. E, foi somente a partir da primeira década dos anos 2000 que novas unidades de redes de franquias foram inauguradas, com destaque vigoroso para a segunda década dos anos 2000 em diante. Sendo que, até o momento (janeiro de 2018), a cidade de Francisco Beltrão, conta com 56 unidades de redes de franquias em operação.

A lógica do sistema de franquias concebe em essência a expansão do capital para novas áreas, fato expressivo em múltiplas escalas geográficas (local, regional, nacional e mundial). Deste modo, as franquias possuem significativo destaque, em ampliar a centralidade urbana, via reestruturação, esta que por sua vez, é desencadeadora reconfigurações da vida material.

Assim, as unidades de franquias, ao adentrarem em novos espaços, por intermédio de agentes econômicos (leia-se franqueados), fazem uma prévia análise deste espaço, buscando por uma melhor centralidade que possa ter maiores chances de fazer o negócio “acontecer”, de dar maior visibilidade, além de um maior retorno. A área central, por representar o espaço da cidade de maior acessibilidade, especialmente no que tange à utilização de transportes públicos, não só para a população residente, mas também para os visitantes, é o local mais recorrente de instalação desse modelo de negócio. Entretanto, o centro aqui destacado não necessariamente corresponde ao centro geográfico da cidade, pois este é um ponto de articulação para onde os fluxos de pessoas, mercadorias e capitais se deslocam (SPOSITO, 1991).

A consideração da centralidade urbana como critério para instalação da empresa – a franquia – é fundamental na maximização do lucro, por isso a busca do *target* e do ponto comercial são ações prioritárias e racionalmente instituídas na lógica operacional dessas empresas, o que, por sua vez, possibilita a identificação de um consumidor específico (PORTO-SALES, 2014, p. 91).

A estratégia central (técnica e financeira) do funcionamento operacional do sistema de franquias “[...] revela a lógica territorial da busca por centralidade urbana. A consideração da centralidade é um critério inquestionável para instalação de uma unidade da franquia [...]. Ela expõe a cidade como força produtiva

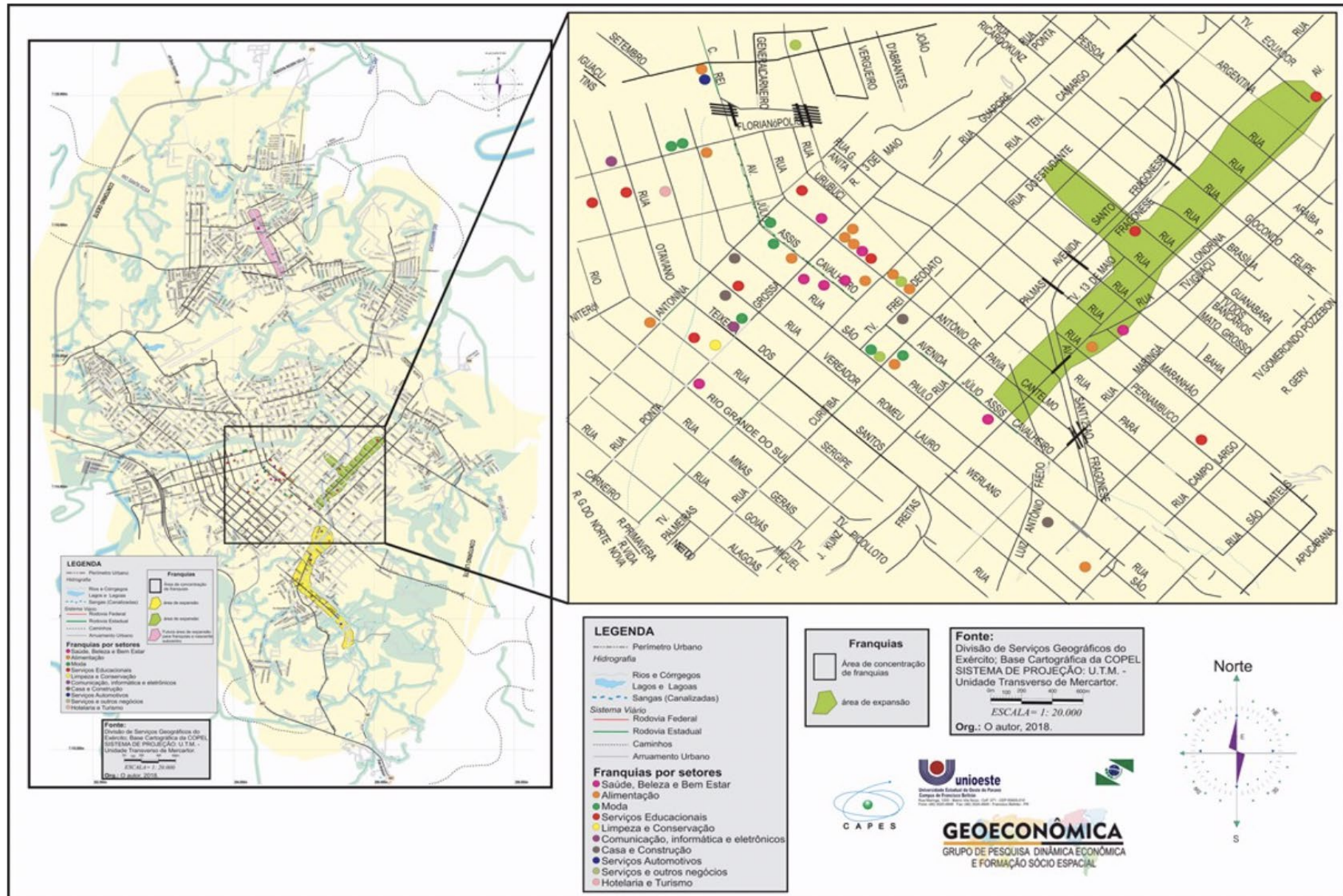
e o consumo de marca como meio de ampliar a extração da mais valia [...]” (PORTO SALES, 2017, p. 6).

Assim, esse sistema se notabiliza por fazer manifestar centralidade, seja via concepção de uma nova centralidade ou por reforçar determinada centralidade existente.

Deste modo, determinados estabelecimentos procuram (com auxílio do Geomarketing) encontrar e se estabelecer em áreas centrais previamente constituídas. Todavia, algumas unidades de redes de franquias renomadas possuem a capacidade de intervir no espaço, possibilitando, de certa maneira, a partir de tal intervenção, a constituição de uma nova centralidade urbana.

Em relação à cidade de Francisco Beltrão, percebe-se, ao se visualizar a figura 5 que as unidades das redes de franquias instaladas se distribuíram espacialmente, com foco no centro principal da cidade, espacialidade para onde se converge os fluxos de pessoas, mercadorias e capitais. Portanto, uma centralidade que retroalimenta a manutenção e, por sua vez, o crescimento da economia urbana local.

Figura 5 - Distribuição Espacial (especialização) das Unidades das Redes de Franquias instaladas em Francisco Beltrão, PR.



Fonte: Divisão de Serviços Geográficos do Exército. Org.: O autor (2018).

Portanto, na cidade analisada, o centro principal continua sendo a “centralidade” de maior expressividade. Porém, está foi reforçada, pois com a chegada e instalação das franquias e de outros empreendimentos que não fazem parte do modelo de franquias, levou esta área a passar por uma reestruturação.

Se a reestruturação urbana gera fluxos e relações com o entorno, ou seja, envolve o espaço interurbano (da rede urbana), a reestruturação da cidade vai provocar processos de modificação das formas e da estruturação intraurbana, produzindo ou (re)produzindo centralidades (SPOSITO, 2004).

Assim, em relação à reestruturação urbana, as transformações na estrutura interna da cidade, ocasionada pela chegada, instalação e operação das franquias, pode-se dizer que o destaque continuou com a avenida principal da cidade, Avenida Júlio Assis Cavalheiro, que se reforçou como principal núcleo comercial, com a instalação da primeira franquia O Boticário e na sequência vieram outras, como L'acquadi Fiori (que fechou a unidade em 2016 e os franqueados abriram uma loja multimarcas do mesmo segmento), OdontoSan (fechou após o término do contrato de franquia), Chocolates Brasil Cacau, Hering Store, One Store Marissol, Mahogany.

Outro destaque reforçado foi entre a Av. Júlio Assis Cavalheiro e o entorno da praça central, com a instalação de algumas franquias, como Bob's, Chiquinho Sorvetes, Cacau Show, Crefisa, Chilli Beans e Ortobom Colchões, além da instalação de algumas franquias nas imediações da praça central, como a MedPrev, a Moça Biju, o Mordidela, a LFG (fechou a unidade em 2016), Subway, Los Paleteros, Suco do Batuque, Contem 1g, Prepara Cursos, Oral SinImplantes e Microlins.

Sem esquecer-se que a centralidade conquistada pela Avenida Júlio Assis Cavalheiro fez irradiar para suas ruas laterais a mesma dinâmica, sobretudo devido à saturação das salas comerciais para serem comercializadas e/ou alugadas. Uma destas ruas laterais que ganhou destaque foi a rua Ponta Grossa, em direção ao bairro Alvorada, que vem ganhando ares modernos perante o mercado consumidor, especialmente, pela instalação de algumas franquias nesta localidade, como a D'pil Brasil Fotodepilação, BabooGiovanni (fechou após o término do contrato de franquia), Arezzo, Livraria Nobel, Super Ótica São José, Ótica Diniz, Restaura Jeans. Nas suas imediações, ganha destaque com a instalação das franquias Yázigi, Café du Centre e KNN Idiomas.

A rua Florianópolis e suas imediações foram transformadas com a chegada de novos empreendimentos e de franquias, como a Escolas Fisk, o Rockfeller Language Center, Carmen Steffens, Morena Rosa, Dog King, Conserta Smart e CVC Brasil.

Outras franquias estão localizadas fora do eixo central principal, como no Bairro Vila Nova (representado na figura 5 com uma mancha verde clara como área de expansão para franquias [ruas Guanabara e União da Vitória]), a Wizard Idiomas e a recém-chegada franquia Supera (ginástica para o Cérebro) que se localiza na avenida União da Vitória, avenida que conta também com uma franquia da BR Mania e em suas imediações a franquia Depilrica. Devido a alguns terrenos ociosos e algumas construções em andamento de salas comerciais para locação, essa região representa uma área de expansão para as franquias.

Outras franquias estão se instalando na Avenida Luiz Antônio Faedo no sentido aos novos loteamentos (área de expansão urbana) e saída para a cidade de Marmeleiro. Esta avenida, representada na figura 5 sobre uma mancha amarela (área de expansão para franquias), conta com as franquias Ecoville, BR Mania, Lubrax +, Nosso Bar e em sua continuidade a iGui e a Localiza Rent a Car.

Outra área que merece ser destacada devido a suas transformações realizadas no tecido urbano é a área formada inicialmente por um bairro operário e que, em três décadas, se transformou na popularmente denominada Cidade Norte de Francisco Beltrão, local que vem recebendo vultosos investimentos tanto governamentais como privados. Vale a pena destacar que as empresas comerciais mais tradicionais que estão instaladas na área central da cidade (centro principal) estão abrindo suas filiais na principal avenida (Atílio Fontana) da Cidade Norte, (representada na figura 5 sobre uma mancha rosa, como área de futura expansão para franquias), bem como Bancos, Imobiliárias, Supermercados, Lojas de Materiais de Construção, Construtoras e até o momento conta com a presença de uma franquia que é O Boticário. Isso permite o nascimento de um sub-centro, que amplia a centralidade intra-urbana.

Pode-se aventar que no decorrer dos próximos anos, outras redes de franquias entrarão em operação na cidade de Francisco Beltrão, isso porque é uma cidade dinâmica que possui um forte mercado consumidor, este que por sua vez, é ampliado, pois abrange o mercado consumidor da área de sua influência (vide rede urbana de Francisco Beltrão)⁵.

Em relação a esse forte mercado consumidor, pode-se trazer à baila algumas informações referentes a determinados valores que são inseridos mensalmente na economia urbana de Francisco Beltrão. Para tanto, apresenta-se um dado já destacado neste trabalho, que é o valor inserido mensalmente na economia pelo setor terciário, contabilizando-se o total de 16.891 empregos e multiplicando pelo piso salarial da categoria mais baixo R\$986,00 (empacotadores de supermercado), o que representa o montante de R\$16.654.526,00 mensal e R\$ 216.508.838,00 anual.

Vale destacar que o setor industrial de Francisco Beltrão, gerava em 31 de dezembro de 2016, últimos dados informados, conforme a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego) 5.469 empregos formais (BRASIL, 2016) e o piso salarial regional (2017-2018) dos trabalhadores da produção de bens e serviços industriais era de R\$1.315,60. Ao multiplicarmos o total destes empregos pelo piso salarial informado, teremos R\$7.195.016,04 inseridos mensalmente na economia urbana pelo setor industrial, a partir dos salários pagos aos trabalhadores. Este montante se amplia para R\$ 93.535.213,20, inseridos anualmente na economia urbana de Francisco Beltrão.

Vale destacar ainda algumas informações relevantes para termos uma melhor noção dos valores colocados na economia da cidade. Para tanto, mencionamos as remunerações líquidas das duas Universidades públicas instaladas em Francisco Beltrão, com valores totalizados durante o ano de 2016.

Assim, quando somadas as remunerações líquidas dos 147 servidores da UTFPR de Francisco Beltrão com a remuneração das bolsas de iniciação científica, auxílios estudantis, auxílios alimentação e estagiários, verificou-se que, está IES injeta mensalmente na economia local e regional R\$: 946.573,07 (CASARIL, 2017).

Quando somadas as remunerações líquidas dos 230 servidores da UNIOESTE de Francisco Beltrão com a remuneração das bolsas dos diversos convênios, bolsas de iniciação científica, bolsas mestrado, bolsas Pós-doutorado e estagiários, verificou-se que está IES injeta mensalmente na economia local e regional R\$: 1.644.237,96 (CASARIL, 2017).

Deste modo, estas duas IES públicas, injetam juntas R\$:2.590.811,03 mensais, o que corresponde a

5 Para maiores informações sobre a dinâmica da rede urbana de Francisco Beltrão, consultar Casaril, 2014.

R\$: 31.089.732,36 colocados anualmente na economia local e regional (CASARIL, 2017).

Assim, a partir destas informações mencionadas, verifica-se que as remunerações do setor terciário, do setor industrial e das realizadas pelas duas Instituições de Ensino Superior públicas contabilizam-se um total de R\$ 26.440.353,07 mensais, o que representa R\$ 341.133.783,56, inseridos anualmente na economia urbana de Francisco Beltrão.

Desta forma, apenas com uma parte da verdade, tão somente com estas remunerações apresentadas, verifica-se um dinâmico mercado consumidor em Francisco Beltrão. Isso sem se contabilizar as remunerações dos profissionais liberais, pró-labore dos empresários e das suas distribuições de lucros presumidos e que não são deduzidos.

Esta dinâmica leva-nos facilmente a aventar que o número de unidades de redes de franquias na cidade de Francisco Beltrão siga em crescente expansão, fato que vem ocorrendo desde 2013, ampliando-se nos momentos de crise econômica nacional. Neste caso, em relação a conjunturas de crise, destacam-se aqueles que querem investir correndo menos riscos optam pelo sistema de franquias devido este ser previamente testado e; por alguns desempregados, que veem e viram no sistema uma forma de investir e, em vários casos, uma forma de comprar o próprio emprego.

Considerações Finais

Nesta análise, verificou-se a dinâmica geoeconômica do comércio e dos serviços de Francisco Beltrão, com destaque para o sistema de franquias, e sua vinculação com as transformações intra-urbanas e interurbanas (rede urbana). Vale destacar que essa dinâmica leva ao aumento do processo de acumulação de capital.

O sistema de franquias possui em sua lógica operacional: a conquista por novos espaços, onde o franqueado adquire o direito de uso da marca, do processo e dos produtos em um território preestabelecido em contrato. E a instalação de uma unidade de rede de franquias pode proporcionar, em alguns casos, dependendo do status da franquias, um aumento no fluxo de pessoas, mercadorias, capitais para o local, bem como, induzir ao surgimento de uma transformação urbana, concebendo-se assim, uma nova centralidade.

Como pode-se verificar, em Francisco Beltrão, a instalação do sistema de franquias ainda não fez germinar uma nova centralidade. Contudo, ficou evidente, a partir da análise do Mapa (figura 5), que o centro principal, estabeleceu-se como uma tendência no processo de instalação das unidades franqueadas e este teve sua centralidade ampliada e reforçada, envolvendo, neste caso, uma área de influência intra-urbana que abrangeu as áreas circundantes ao centro. Não se esquecendo de mencionar que, o sistema de franquias também trouxe consigo a possibilidade de aumento da centralidade interurbana (rede urbana), pois algumas franquias renomadas possuem intrinsecamente esse papel, de induzir/influenciar a população local, e regional, onde encontra-se a unidade a se deslocarem para realizar o consumo de um determinado produto e/ou serviço.

Mesmo assim, fez-se algumas indicações de locais no espaço urbano onde seriam as áreas de expansão para a instalação das próximas unidades das redes de franquias e, se essa perspectiva se concretizar, serão produzidas novas centralidades.

É interessante notar que muitas das franquias que se mencionou somente inauguraram suas unidades em Francisco Beltrão após os anos 2000, mais precisamente após 2010 (década de 1980 e 1990 somaram 8 unidades; de 2000 a 2009 contabilizou-se 4 unidades e; de 2010 a janeiro de 2018 somaram-se um total de 44 novas unidades de redes de franquias na cidade). Isso demonstra um crescimento destas redes na cidade e que muitas franquias que antes não pretendiam se instalar em cidades do interior com menos de 100 mil habitantes começam a olhar diferente para a centralidade de Francisco Beltrão.

Ao mesmo tempo, conversando com empresários donos de franquias na cidade, percebeu-se que eles almejam abrir novas unidade de franquias, pois, segundo eles, se trata de um empreendimento formado com muita chance de dar certo. Todavia, se isso realmente acontecer, de novas franquias de renome abrirem suas unidades na cidade, e isso é uma possibilidade dada, basta ver as informações referendadas no artigo, sobre o pujante mercado consumidor local e uma pequena perspectiva do valor que é inserido na economia local mensalmente via remunerações. Portanto, se se a instalação de novas franquias efetivamente ocorrer, veremos a centralidade se fortalecer ainda mais, na geração de empregos, renda e retorno de mais impostos.

O trabalho de analisar o sistema de franquias e seu rebatimento nas cidades é amplo e, portanto, está longe de ser encerrado. Uma das possibilidades para futuras análises e que não se realizou aqui, mas que é de fundamental importância para aprofundar os conhecimentos deste sistema, bem como, o entendimento deste sistema nas cidades médias, seria uma análise do quanto as cidades perdem em expectativa de ampliação de sua dinâmica econômica com este sistema, já que o franqueado necessita repassar mensalmente ao franqueador determinadas taxas, que são por sua vez, retiradas da possibilidade de serem inseridas na economia urbana local/regional, ocorrendo assim, uma extração da renda por parte do franqueador.

Referências

ABF, Associação Brasileira de Franchising. **Retrato das 50 maiores marcas de franquias no Brasil**. São Paulo: ABF, 2018. Disponível em <<https://www.abf.com.br/abf-faz-retrato-das-50-maiores-marcas-de-franquias-no-brasil/>> Acesso em: 22/01/18.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, DF, 2000 a 2016. Disponível em <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>> Acesso em: 10/01/2018.

CASARIL, C. C. **A Dinâmica da rede urbana de Francisco Beltrão – Paraná**. 2014. 454f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFSC, Florianópolis, 2014.

_____. **A Dinâmica Econômica dos Serviços de Francisco Beltrão – Paraná e sua vinculação com a rede urbana: uma análise das Instituições de Ensino Superior públicas**. Relatório de Estágio de Pós-doutorado. Programa de Pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional. UNIOESTE – Francisco Beltrão, 2017. (no prelo)

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989. 96p.

_____. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003.

FRITZ, R. M. O papel das franquias na reestruturação das cidades: a ascensão do setor em Viçosa – MG. **Anais SIMPURB**, Salvador: UFBA, 2017.

GUGLIELMO, R. Um Novo Capítulo da Geografia: a Geografia do Consumo e da Distribuição. In: GEORGE, Pierre et. Al. **A Geografia Ativa**. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1975.

IBGE. **Censos Demográficos: 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000**.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007**. RJ: IBGE, 2008. 201p. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>> Acesso em: 12/10/10.

KOSIK, K. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1 e v.2. (Os economistas).

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

MEDEIROS, M. C. **A Geografia Econômica do setor agroalimentar brasileiro: investimentos, recursos ociosos e dinâmica cíclica (1990-2007)**. 2010. 247f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia – USP, São Paulo, 2010.

MELAZZO, E. S. M. Especialização Industrial e Diversificação do Consumo. Trajetórias de uma cidade média. In: SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Chillán e Marília**. São Paulo: Outras Expressões, 2012, pp. 161-280.

MERLO, E. M. **O desempenho do setor de franquias no Brasil: um estudo exploratório dos principais condicionantes de performance**. 2000. 113f. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, USP, São Paulo, 2000.

MONBEIG, P. **Novos estudos de geografia humana brasileira**. São Paulo: Difel, 1957.

PORTO SALES, A. L. **A Situação Espacial de Franquias na América do Sul: morfologia e centralidade urbanas em cidades médias da Argentina, Brasil e Chile**. 2014. Tese (doutorado em Geografia) Programa de Pós-graduação em Geografia da UNESP, Presidente Prudente, 2014.

_____. A Exploração do Espaço e o Sistema de Franquias: o consumo em tempos de crise. **Anais SIMPURB**, Salvador: UFBA, 2017.

SARQUIS, S. J. B. **Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Franquia, Franqueado e Franqueador**. Brasília/DF: SEBRAE, 2016.

SPOSITO, M. E. B. **O Centro e as formas de expressão da centralidade urbana**. Revista de Geografia. UNESP. S. Paulo, 1991. p. 1-18.

_____. **Cidades Médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana**. In: **II Simpósio Internacional “Cidades Médias: Produção do Espaço e Dinâmicas Econômicas”**. UFU, 2006.

SPOSITO, M. E. B.; et. al. O Estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, Maria E. (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-68.

19. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: DISCUTINDO O MARKETING IMOBILIÁRIO ECONÔMICO EM MONTES CLAROS - MG

Carlos Alexandre de Bortolo¹

Igor Martins de Oliveira²

Considerações Iniciais: do método de análise à categoria

A ideia que se propõe é compreender a atuação do marketing urbano na promoção de novos empreendimentos na cidade de Montes Claros, Minas Gerais. Correa (2011, p. 61), ao refletir sobre a geografia contemporânea ressalta sua característica pluralista, uma vez que “o mundo real permite inúmeras possibilidades de questionamentos”. Diante dessa característica pluralista da ciência geográfica, serão analisados dois empreendimentos em Montes Claros a partir da visão ontológica do espaço. Para Tunet (2013, p. 12), o método ontológico pode ser entendido como:

O estudo do ser, isto é, a apreensão das determinações mais gerais e essenciais daquilo que existe. A ontologia poder ter um caráter geral, quando se refere a todo e qualquer existente ou um caráter particular, quando diz respeito a uma esfera determinada do ser, como, por exemplo, o ser natural ou o ser social.

Julga-se este método como adequado para a abordagem que aqui se fará, uma vez que “no sentido ontológico, os objetivos do conhecimento é o mundo (social), especialmente a partir da sua base material” (TUNET, 2013, p. 35). Corroborando com a visão de Tunet (2013), Santos (1980, p. 122) afirma que: “o espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente”. Esta visão encontra-se presente no método marxista. Isso não quer dizer que as reflexões que aqui serão propostas terão caráter ortodoxo, mas, acredita-se que este método é o que mais se aproxima a fundamentação teórica e empírica do tema aqui proposto.

Outro fator que influencia na questão do método ontológico é que grandes nomes na/da geografia, brasileira e mundial, voltados aos estudos urbanos se apoiam na teoria marxista, tais como Milton Santos, Henri Lefebvre, Horacio Capel, entre outros (SPOSITO, 2004). Nesta perspectiva, Peet (1978, p. 22 apud SPOSITO, 2004, p. 92) afirma que “a geografia marxista é a parte do conjunto da ciência que se ocupa das inter-relações entre processos sociais, por um lado, e meio físico e relações espaciais por outro”. Não é o objetivo deste ensaio discutir os princípios filosóficos do capitalismo, marxismo e socialismo. A utilização da perspectiva marxista se justifica pela contribuição desta teoria para a geografia urbana, sobretudo, na

¹ Professor Adjunto Doutor no Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES – MG, e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGE da UNIMONTES – MG. E-mail: carlos.bortolo@unimontes.br.

² Licenciado em Geografia e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

perspectiva da produção de espaços, tal como observou Soja (1993, citado por Sposito, 2004):

Desenvolveu-se na geografia marxista e nos estudos urbanos e regionais um desenvolvimento crescente, que parecia estar concluindo que o espaço e a espacialidade só poderiam encaixar-se como uma expressão reflexa, um produto das relações sociais mais fundamentais de produção e das “leis de movimento” a-espaciais... reforçado por uma “crítica da crítica”, de base mais ampla, que se vinha espalhando pelo marxismo ocidental mais ou menos na mesma época, denunciando as insuficiências teóricas, as interpretações exageradas e as abstrações despolitizantes do estruturalismo althusseriano e de seus adeptos neomarxistas e “terceiro-mundista” (SOJA, 1993, p. 73, citado por SPOSITO, 2004, p. 95).

Para se entender a totalidade urbana por meio da (re) produção de espaços é necessária uma breve discussão acerca do conceito epistemológico da categoria espaço. Em busca de uma coerência metodológica e conceitual, será trabalhado o conceito de espaço geográfico na perspectiva da geografia crítica. Para esta corrente do pensamento geográfico, o espaço é concebido como “lôcus de reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade” (CORREA, 2000, p. 26). Tanto para Correa (2000) como para Sposito (2004), o espaço (enquanto produto social e econômico) aparece efetivamente na obra *Espaço e Política* de Henri Lefebvre (1976), nas suas palavras de Lefebvre:

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a produção das relações (sociais) de produção (LEFEBVRE, 1976, p. 25. apud CORREA, 2000, p. 25).

Milton Santos nega a concepção de conceitos puros na abordagem espacial ao defender a ideia dos conceitos híbridos, ou seja, para se compreender a dinâmica espacial deve-se analisar os fatores em sua totalidade “o que chamamos de sociedade somente adquire concretude quando a enxergamos simultaneamente como continente e como conteúdo dos objetos” (SANTOS, 2006, p. 62). Santos afirma ainda:

Já que a realização concreta da história não separa o natural e o artificial, o natural e o político, devemos propor um outro modo de ver a realidade, oposto a esse trabalho secular de purificação, fundado em dois pólos distintos. No mundo de hoje, é frequentemente impossível ao homem comum distinguir claramente as obras da natureza e as obras dos homens e indicar onde termina o puramente técnico e onde começa o puramente social (SANTOS, 2006, p. 65).

Santos (2006), em *A Natureza do Espaço*, trabalha com algumas expressões conceituais para a categoria espaço. Para ele, o espaço “é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem”, e “o espaço é a sociedade” (SANTOS, 2006, p. 67). Corroborando com a conceituação realizada por Santos (2006), Souza (2013, p. 22) discorre acerca da categoria “espaço social” entendendo-o como “aquele que é apropriado, transformado e produzido pela sociedade”. Carlos (1981, p. 1) aborda o espaço geográfico como produto das relações estabelecidas entre sociedade e meio circundante através do trabalho, desta forma “o espaço geográfico é produzido concomitantemente ao processo de produção da existência humana. Portanto, não é estático, nem acabado, mas uma produção ininterrupta”.

Diante desta breve explicação conceitual, duas características apresentadas pelos autores devem ser consideradas: o espaço enquanto categoria mutável e produzida e o espaço social. Souza (2013), ao analisar a categoria espaço a partir da produção e a organização espacial, ressalta a amplitude e a multiplicidade de dimensões analíticas do termo “produção”, lembrando assim que “uma produção não é, necessariamente

te, uma *criação* radical”. Para o mesmo autor:

Uma ‘produção’ pode ser, muitas vezes, essencialmente, *repetição*, *reprodução*. Por várias razões, ligadas à compreensão de perpetuação da ordem sócio-espacial vigente, é muito importante reter esse significado de ‘produção’; mas é igualmente importante, tendo como horizonte a reflexão crítica sobre a realidade, ir além dessa aceção, abrindo-se para a reflexão sobre a *criação* em sentido forte (SOUZA, 2013, p. 41-42, grifo do autor).

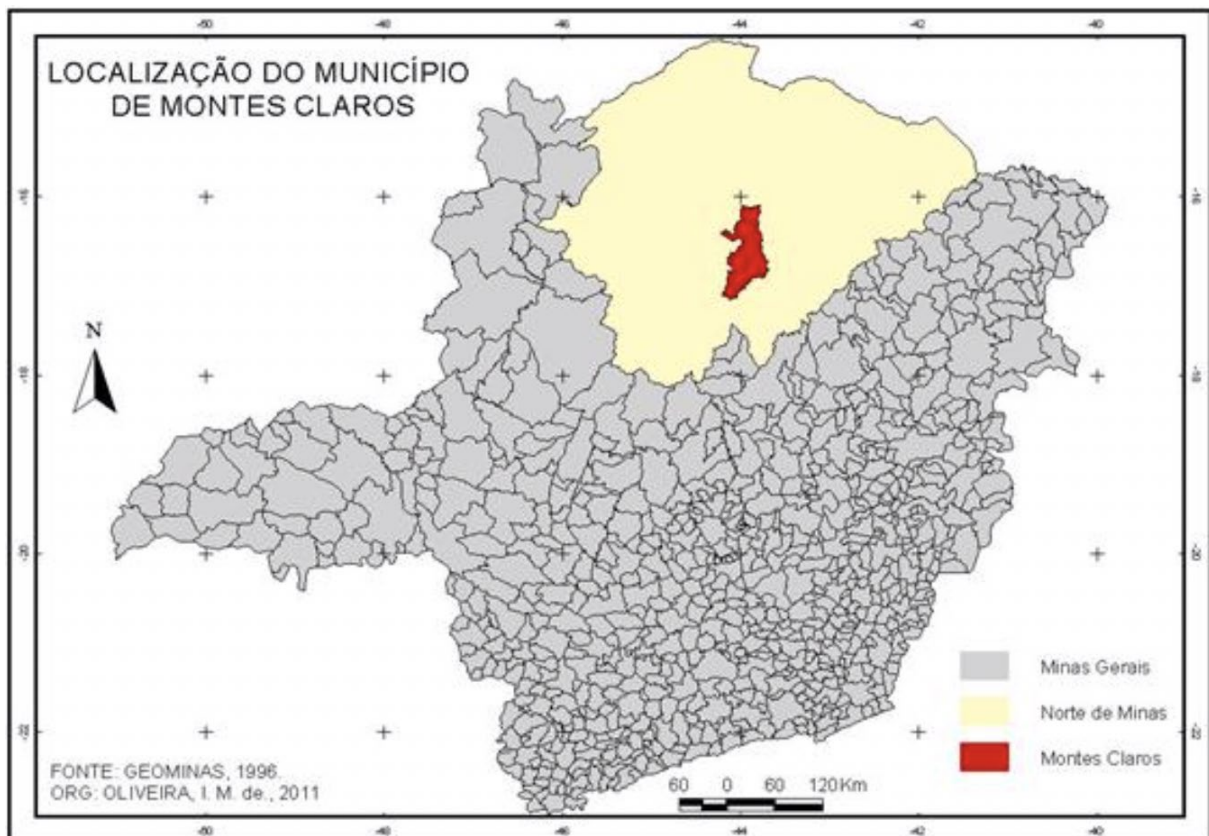
Godoy (2004), ao abordar o tema afirma que a ideia de produção está diretamente relacionada ao conceito marxista de trabalho às noções de transformação e mudança. Para ele, a produção implica em organização do trabalho e de todo o conjunto de ferramentas necessário para sua construção enquanto materialização de valor.

Diante de tudo isso, este trabalho tem como objetivo conhecer o crescimento urbano da cidade de Montes Claros e as estratégias de marketing imobiliário criados para a promoção dos bairros Belvedere e Jardim Olímpico. A metodologia aplicada foi revisão bibliográfica, utilizando livros, artigos, periódicos eletrônicos, entre outros, consultas aos sites de cinco construtoras e imobiliárias de Montes Claros a fim de se conhecer as propagandas e o marketing imobiliário aplicado por cada empresa (nesta etapa seguiu-se um roteiro de análise pré-estabelecido a partir da definição de atrativos econômicos). Por fim, realizou-se visita aos bairros Belvedere e Jardim Olímpico para validar as informações presentes nas propagandas dos sites.

O crescimento urbano da Cidade de Montes Claros

O município de Montes Claros está localizado no norte do estado de Minas Gerais (como demonstrado no mapa 01). Possui população estimada de 361915 habitantes (IBGE, 2016). A cidade desempenha importante função na meso região, polarizando os serviços de educação, saúde, comércio (em geral, de veículos, e de autopeças) e lazer (LEITE; PEREIRA, 2008), sua economia está centrada nos setores de serviços e industrial.

Mapa 1 - Localização do Município de Montes Claros



Fonte: Geominas (1996). Org.: Oliveira (2011).

Pereira (2007) considera que a cidade de Montes Claros se apresenta regionalmente como o mais importante centro funcional, no que se refere a serviços e comércio. Para Leite e Pereira (2008, p. 21), a centralização exercida pela cidade pode ser explicada pela sua localização, em uma região de fraco dinamismo econômico, refletindo no bem-estar da população, bem como pela distância desta urbe dos demais centros superiores da rede urbana. Para Leite e Pereira (2008, p. 21):

Em todos esses estudos, a cidade de Montes Claros surge como um centro regional que comanda as áreas do seu entorno e os municípios com menos diversidade de funções. Abriga fluxos regulares de mercadorias, pessoas, informação, interagindo com o capital estadual (que a polariza) e com municípios vizinhos. Além de seu papel como centro do comércio regional.

Pela sua funcionalidade na rede urbana, e pelo seu tamanho populacional, a cidade de Montes Claros é classificada nos estudos urbanos como uma cidade média³. Entre os diversos aspectos metodológicos e critérios que podem ser utilizados nos estudos das cidades médias no Brasil, será adotado neste trabalho a conceituação proposta por Amorim Filho e Serra (2001, p. 7-8), citados por Conte (2013, p. 52) ao considerarem seis pontos determinantes às análises:

- Interações constantes e duradouras, tanto em seu espaço regional, quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior;

³ A expressão “cidade média” representa um campo amplo de definições e refere-se, muitas vezes, com a mesma denominação, a situações diferentes. Nesse sentido, é grande a dificuldades para o que é uma cidade média, considerando os critérios escolhidos ou as distintas realidades urbanas e características do processo de urbanização dos países ou de regiões de um mesmo país (SOBARZO, 2004, p. 280).

- Tamanho demográfico e funcional suficientes para que possam oferecer um leque bastante largo de bens e serviços microrregional a elas ligado;
- Capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural [...];
- Condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural, microrregional que as envolve;
- Diferenciação do espaço intra-urbano com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica [...];
- Aparecimento, embora evidentemente em menor escala, de certos problemas semelhantes aos das grandes cidades, como, por exemplo, a pobreza das populações de certos setores urbanos.

Como citado anteriormente, Santos (1980) defende a importância dos processos históricos na constituição do espaço. Diante disso, torna-se necessário conhecer os fatos históricos que proporcionaram a cidade de Montes Claros o destaque desempenhado na rede urbana regional.

Esta cidade esteve até meados do século passado ligada às atividades agropecuárias, porém, nas décadas posteriores a 1960, a urbe consolida-se como polo regional a partir da instalação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE. Assim, a cidade passou a pertencer à área de influência da SUDENE e as relações econômicas internas passam por modificações em sua organização espacial ampliando suas relações na/com a região Norte de Minas, como exposto por Pereira (2007, p. 133),

O processo de industrialização, viabilizado por incentivos da SUDENE, alterou a organização espacial de Montes Claros, contribuindo para o aumento populacional, a expansão da malha urbana e o surgimento de problemas sócio-ambientais, típicos das grandes cidades, como a violência, a falta de infra-estrutura e de serviços urbanos, o desemprego, a favelização, a degradação ambiental, dentre outros. (sic)

Paralelo à implantação da SUDENE no Norte de Minas, as ideias da Revolução Verde adentravam no espaço Norte Mineiro, gerando a ruptura do tradicionalismo no meio rural através expansão capitalista no campo, contribuindo para o intenso processo de migração campo-cidade, o que acentuou a concentração de terras, as desigualdades socioeconômicas e o desemprego (OLIVEIRA, 2011). Nesta perspectiva, Carneiro (2003, p. 101-102), ao analisar as transformações socioespaciais no Norte de Minas Gerais após os anos de 1960, ressalta que:

[...] a política da SUDENE associada à política de modernização agrícola e reflorestamento, adotada pelas autoridades governamentais, bem com o Estatuto da Terra, contribuíram para uma profunda alteração do processo de desenvolvimento econômico regional. Ao mesmo tempo, reafirmaram algumas características históricas, tais como: concentração de renda, concentração fundiária e de origem e/ou agravamento de problemas sociais, econômicos e ambientais relevantes.

Como um dos resultados desse processo, a cidade de Montes Claros passou por um gradativo crescimento populacional, através de uma grande massa de trabalhadores oriundos de várias cidades e do meio rural do Norte de Minas (OLIVEIRA, 2011). Este processo é analisado por Pereira (2007, p. 136), ao afirmar que “o processo de industrialização, viabilizado por incentivos da SUDENE, alterou a organização espacial de Montes Claros, contribuindo para o aumento populacional, a expansão da malha urbana”.

Leite e Pereira (2008) analisam o crescimento urbano de Montes Claros a partir da década de 1970, ou seja, posterior a implantação das políticas da SUDENE. Para os referidos autores, no início dessa década a ocupação urbana da cidade se dava na área central e nos bairros adjacentes. Nos anos seguintes, ocorreram

significativas alterações no espaço urbano da cidade, sobretudo, através da expansão das regiões norte⁴, sul e leste.

Na década de 1980, tem-se a implantação do projeto Cidade de Porte Médio. Este projeto tinha como objetivo “possibilitar a população de baixa renda, especialmente a que se residia em áreas invadidas ou favela da cidade, acesso a legislação de posse da terra, elevando assim a qualidade de vida dessa população carente” (LEITE; PEREIRA, 2008, p. 65-66). Tal projeto contou com os recursos financeiros do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), do Governo Estadual e da Prefeitura de Montes Claros. Construção de um conjunto habitacional, saneamento básico, pavimentação de ruas e legalização de posse de lotes foram alguns dos resultados do projeto “Cidades de Porte Médio” em Montes Claros (LEITE; PEREIRA, 2008).

A década de 1980 também foi marcada pelo expressivo crescimento da região sul, ocupada por migrantes das cidades vizinhas a Montes Claros, como Claro dos Porções, Bocaiúva, Coração de Jesus e Jequitaiá. O fluxo migratório se estendeu para a década de 1990 (os autores salientam que nessa década houve redução do fluxo migratório da população rural) através do crescimento periférico na cidade, como o ocorrido na região leste, através do surgimento de bairros como o Independência e Novo Delfino, ambos de população de baixo poder aquisitivo (LEITE; PEREIRA, 2008).

A especulação imobiliária e o marketing urbano em Montes Claros

O espaço que hoje é apropriado é resultado de fatores históricos, sociais, culturais e, sobretudo, econômicos. Desta forma, o espaço que é social é também mercadoria, dos agentes produtores do espaço urbano. Diante disso, Soares (2006, p. 02) afirma que:

A cidade palco da produção e do consumo é induzida a metamorfosear-se em cidade-mercadoria, tendo que ser objeto de um esquema de fetichização típico do city-marketing, que simula e cria “realidades fictícias”, adotando estratégias de planejamento que transformam a imagem da cidade para atender a demanda do mercado.

Assim, “não é possível falarmos de expansão urbana sem levarmos o papel que a especulação imobiliária tem nesse processo” (LEITE; PEREIRA, 2008, p. 72). Para os autores supracitados, a especulação imobiliária é considerada um fator ordenador do espaço urbano, sendo responsável pela promoção/instalação de infraestrutura nos vazios urbanos. A lógica de mercado acompanhou o desenvolvimento da técnica, da ciência e informação naquilo que Milton Santos denomina de Meio técnico-científico e informacional, onde “os espaços assim requalificados atendem, sobretudo, aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais” (SANTOS, 2006, p. 160).

Incorporada à esta nova logística comercial, o setor imobiliário utiliza principalmente as tecnologias de informação para a promoção do comércio imobiliário e habitacional, o que se denomina de Marketing imobiliário ou habitacional. A história do marketing é recente, datado das décadas de 1960 e 1970, quando

⁴ Segundo Leite e Pereira (2008) o crescimento da região Norte se deu devido a implantação do Distrito Industrial nessa região. Para eles, mesmo antes disso, já se encontrava na região dois bairros de grandes dimensões o Renascença e o Santos Reis. Depois da instalação do Distrito Industrial surgiram oito novos bairros: Jardim Eldorado, Santa Eugênia, Vila Antônio Narciso, Vila Atlântida, Esplanada do Aeroporto, Vila Ipê, Alice Maia e Vila Regina. Os autores destacam que além desses oito bairros surgiram também três aglomerados subnormais: São Vivente, Morro do Frade e Tabajara.

as empresas nos Estados Unidos perceberam o crescimento acentuado no mercado, bem como das limitações do modelo fordista de produção. Assim, essas empresas sentiram a necessidade de desenvolver uma metodologia que as tornassem mais dinâmicas e atrativas em face das concorrentes (DUARTE; CZAJKOWSKI JÚNIOR, 2007). Cooper (2001, p. 382. apud DUARTE; CZAJKOWSKI JÚNIOR, 2007, p. 277) discute acerca da utilização do marketing nas políticas urbanas ao defender que:

A prova maior do sucesso do marketing como ciência que desenvolve uma imagem, uma percepção, um posicionamento, na mente dos seus consumidores é a de que, na atualidade, “as organizações que utilizam o marketing não se limitam a empresas comerciais”, uma vez que as técnicas de marketing estão sendo paulatinamente incorporadas por outras instituições públicas, chegando a ser adotadas por alguns gestores urbanos — origem do city marketing, ou marketing urbano.

Para Souza e Ribeiro Filho (2015, p. 14), “as intervenções do planejamento urbano em um contexto capitalista necessitam do uso do marketing aliado ao capital simbólico para facilitar e perpetuar a lógica da ordem já estabelecida”. Soares (2006, p. 4), ao analisar o marketing urbano salienta que “a cidade-mercadoria, como tudo que é produzido para o mercado, utiliza-se do marketing e das estratégias publicitárias que estruturam subjetividades determinando um esquema para a produção e o consumo”.

Em Montes Claros, a especulação imobiliária é praticada pela elite tradicional montesclarenses (as famílias tradicionais), e pelas empresas imobiliárias, que atuam no mercado como verdadeiros latifundiários urbanos (LEITE; PEREIRA, 2008). Atualmente, a internet e as redes sociais são fortes ferramentas das estratégias de marketing imobiliário. Construtoras e imobiliárias investem neste meio devido à acessibilidade e principalmente pelo baixo custo das propagandas.

Do Marketing à Realidade: os Bairros Jardim Olímpico e Belvedere

Essa seção tem como objetivo analisar o marketing imobiliário apresentado nos sites de algumas imobiliárias e construtoras localizadas na cidade de Montes Claros para se verificar como esta ferramenta de mercado contribui para a promoção de espaços (empreendimentos) urbanos. Como metodologia, analisou-se dois empreendimentos localizados na região leste da cidade: O Jardim Olímpico e o Belvedere. A escolha desses bairros se deu a partir das análises de Leite e Pereira (2008), ao considerarem a região leste como uma das que possuem menor infraestrutura e com grande presença de vazios urbanos. Isso é explicado entre outros fatores pela sua recente ocupação e pelo perfil socioeconômico dos moradores (grande maioria de baixa renda).

Nas análises dos sites das imobiliárias e construtoras, buscou-se algumas informações necessárias ao se tratar do comércio habitacional, tal como tratou Bortolo (2011) ao elencar sete importantes atributos comerciais do marketing imobiliário, sendo eles: Localização; Qualidade ambiental e vizinhança; Acessibilidade, Sistema viário e de transportes; Comércio e serviços; Infraestrutura urbana; Aspectos socioeconômicos. Assim, buscaram-se informações referentes a estas sete categorias somadas ao atributo segurança dos empreendimentos.

Caso 1: Bairro Belvedere

O bairro Belvedere, localizado na região leste da cidade, limita-se com os bairros, Camilo Prates, Veneza Park, Monte Carmelo e Santa Lúcia. Os empreendimentos do bairro Belvedere estiveram presentes em todos os sites pesquisados. O bairro apresenta-se com boa estrutura física, ruas asfaltadas, calçamento, canteiros centrais e áreas verdes ao longo das vias de acesso. O site da empresa MRV apresentou a melhor descrição da área através de fotos, folder e plantas dos empreendimentos, como demonstrado na figura 1.

Figura 1 - Planta do Condomínio Parque Monte Solari, bairro Belvedere



Fonte: Folder MRV (2016).

Também, foi no site da construtora MRV onde se encontrou maior número de informações referentes as categorias localização, acessibilidade, comércio, infraestrutura e segurança (como pode ser visualizado no quadro 01).

Quadro 1 - Atributos Comerciais do Bairro Belvedere

Imobiliária Construtora	Localização	Qualidade ambiental e vizinhança	Acessibilidade	Comércio e serviços	Infraestrutura urbana	Segurança
MRV	X		X	X	X	X
Jair Amintas Imóveis	X				X	X
Vivendas	X				X	X
Master Imóveis	X	X			X	X
JB Imóveis	X				X	X

Fonte: Pesquisa direta nos sites das construtoras/Imobiliárias
Org: Oliveira (2016)

No que diz respeito ao atributo segurança, esse foi utilizado apenas para informar que os empreen-

dimentos eram fechados (para o caso de condomínios) e/ou com portarias 24 horas. Todos os sites analisados utilizaram o recurso visual, como imagens e plantas dos empreendimentos para demonstrar a estrutura de segurança, através de muros, portarias e guaritas, como pode ser percebido na figura 02 que ressalta a portaria do condomínio Parque Monte Solari.

Figura 2 - Entrada do condomínio Parque Monte Solari, bairro Belvedere



Fonte: Master Imóveis, via VivaReal.com (2016).

Não obstante, as categorias sistema viário e de transportes e aspectos socioeconômicos não foram citadas (nem direta ou indiretamente) em nenhum site. O site que apresentou menor número de informações apresentava apenas a localidade, o tamanho dos imóveis e os valores. O que chama a atenção é que as empresas não se atentaram à geografia do local, ou seja, maiores detalhes referentes às características físicas do bairro, valorização da localização e formas de acesso. Também na grande maioria não foram mencionadas as características referentes aos serviços básicos como escolas/creches, postos de saúde, supermercado, Igrejas entre outros.

Caso 2: Bairro Jardim Olímpico

O bairro Jardim Olímpico também se localiza na região leste da cidade, às margens da MG 308, que liga Montes Claros à cidade de Itacambira, limita-se com os bairros Novo Delfino e Vila Anália. Esse bairro se diferencia do Belvedere no que tange a sua formação e estrutura física. O loteamento é recente, e ainda possui poucas casas construídas, como é demonstrado na figura 3.

Figura 3 - Terreno residencial à venda, Jardim Olímpico, Montes Claros

Fonte: Jair Amintas Imóveis (2016).

Entre todos os sites pesquisados apenas dois, possuíam anúncios referentes ao bairro, esses por sua vez, não demonstravam detalhamento ou notáveis estratégias de marketing para promoção do empreendimento, este fato pode ser comprovado quando se analisa os atributos comerciais abordados nos anúncios (foram citadas apenas a localização e vizinhança, como é demonstrado pelo quadro 02⁵).

Quadro 2 - Atributos Comerciais do Bairro Jardim Olímpico

Imobiliária Construtora	Localização	Qualidade ambiental e vizinhança	Acessibilidade	Comércio e serviços	Infraestrutura urbana	Segurança
MRV						
Jair Amintas Imóveis	X					
Vivendas						
Master Imóveis	X	X				
JB Imóveis						

Fonte: Pesquisa direta nos sites das construtoras/Imobiliárias. Org: Oliveira (2016).

A falta de detalhamento nos anúncios se contrapõe aos do bairro Belvedere, pelo fato de que os anúncios do Jardim Olímpico descreviam apenas os lotes (não foi encontrada nenhuma propaganda e/ou

⁵ Embora o atributo analisado seja Qualidade ambiental e vizinhança, o anúncio dizia respeito apenas ao quesito vizinhança (informava que o lote ao lado também estava à venda).

anúncio referente à venda de casas), diferentes do primeiro caso que apresentava toda a infraestrutura dos condomínios fechados. A figura 4 demonstra a diferença qualitativa do marketing utilizado para o bairro Jardim Olímpico, divergindo daquele apresentado através das figuras 2 e 3 utilizados para o bairro Belvedere.

Figura 4 - Terreno residencial à venda, Jardim Olímpico, Montes Claros



Fonte: Master Imóveis (2016).

O bairro em questão possui as ruas asfaltadas e iluminadas. Percebe-se que houve uma maximização do uso do espaço para o loteamento, não restando nenhuma área destinada às áreas verdes (pelo menos ainda não foi criado). No que diz respeito aos serviços, o bairro ainda se encontra totalmente desassistido, todos os serviços necessários, com comércio, escolas, postos de saúde e transportes são oferecidos pelos bairros vizinhos.

Considerações Finais

O crescimento urbano da cidade de Montes Claros acompanhou as transformações socioespaciais ocorridas na Meso região do Norte de Minas, sobretudo, a partir da década de 1970. A inserção da região na área de influência da SUDENE, a mecanização do campo, a propagação das ideologias da Revolução Verde gerou um considerável fluxo migratório campo-cidade, cidade-cidade, além da implantação do distrito Industrial em Montes Claros. Os migrantes contribuíram para a expansão urbana através da apropriação das áreas periféricas localizados principalmente nas regiões, norte, sul e leste, esta última região destaca-se no cenário atual devido ao grande número de vazios urbanos propícios a atuação e articulação dos promotores

imobiliários.

Nos últimos anos, por intermédio das políticas públicas voltadas para setor habitacional, sobretudo, através do programa federal Minha Casa Minha Vida, o mercado imobiliário encontrou seu melhor momento. Neste sentido, percebeu-se a atuação dos agentes produtores do espaço urbano tal como concebido por Correa (2005). Assim, os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos se articularam na (re) criação do espaço urbano de Montes Claros.

Entendendo o espaço urbano como mercadoria, nem todos têm o acesso à terra (habitação), ou a um tipo homogêneo/igualitário a terra/habitação. Ou seja, o local de moradia, a fisionomia do bairro, a forma e estrutura da habitação serão determinadas pelo poder aquisitivo do comprador/morador. Assim, as estratégias do *marketing* imobiliário surgem como um diferencial no mercado, com o objetivo de atrair maior número de compradores pelo maior preço de mercado (para o comprador, a lógica se inverte, ou seja, pelo menor preço de mercado). Internet, e-mails, serviços de mensagens e redes sociais são algumas das ferramentas utilizadas pelas empresas neste período classificado por Milton Santos (2006) como Meio Técnico Científico e Informacional.

Os bairros Belvedere e Jardim Olímpico são exemplos desta lógica de mercado. Embora localizados na mesma região geográfica, estes dois empreendimentos demonstram a produção do espaço visando um público alvo determinado e diferenciado.

Percebeu-se com as pesquisas dos sites das empresas descritas neste trabalho que não houve grandes preocupações e investimentos no *marketing* imobiliário, pelo menos na via digital. Na maioria dos casos analisados, havia ausência de informações sobre os bairros, os empreendimentos, a geografia do local, as vantagens e benefícios do investimento. Nenhuma empresa citou em suas propagandas os atributos concernentes aos aspectos socioeconômicos do empreendimento, bem como o sistema viário e de transportes, e apenas um conseguiu abranger seis atributos comerciais. Esta mesma empresa foi a que mais investiu no marketing digital através do design do site, elaboração de folder digital, apresentação da planta do empreendimento e fotografias.

A partir das leituras, pesquisas realizadas e principalmente das discussões realizadas durante a disciplina “Agentes do Mercado Imobiliário e o Empreendedorismo no Urbano” ministrada pelo professor Doutor Carlos Alexandre de Bortolo no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros, percebeu-se a organização do espaço intraurbano da cidade de Montes Claros pela lógica econômica e dos interesses dos agentes produtores do espaço, sobretudo, dos detentores do capital. Diante disso, entende-se a escolha do método ontológico apropriado para esta discussão, por considerar a análise científica a partir do objeto, ou seja, o espaço geográfico que se desenvolveu neste trabalho como espaço produzido, espaço mercadoria e habitável.

Referências

BORTOLO, C. A. Do Marketing Imobiliário ao bom Negócio: Uma análise das Estratégias Imobiliárias e a atuação dos Agentes no Mercado Imobiliário em Londrina e Maringá – PR. In: I Seminário Internacional dos Espaços de Fronteira, III Seminário Regional sobre Território, Fronteira e Cultura. 2011, Marechal Can-

didon Rondon. **Anais**. Marechal Candido Rondon. Disponível em: <<http://migre.me/vuBBo>> Acesso em: 10/11/2016.

CARLOS, A. F. A. A Cidade e a Organização do Espaço. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v1, n.1. p. 105-111, 1982.

CARNEIRO, M. F. B. Região Norte de Minas: Caracterização Geográfica e a Organização Espacial – Breves Considerações. In: CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão (coord.), **Revista Cerrados**. v. 1, n. 1. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2003. p. 91-106.

CONTE, C. H. Cidades Médias: Discutindo o Tema. In: **Sociedade e Território**. Natal. v. 25, nº 1, jan./jun. 2013, p. 45 - 61

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**, 4ª ed. São Paulo: Ática, 2005.

DUARTE, F.; CZAJKOWSKI JR., S. Cidade à Venda: reflexões éticas sobre o marketing urbano. In: **Revista de Administração Pública - RAP**. Rio de Janeiro, 41(2):273-82, Mar./Abr. 2007

GODOY, P. Uma Reflexão sobre a Produção do Espaço. In: **Estudos Geográficos**. Rio Claro, 2(1): 29-42, 2004

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Sinopse do Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <<http://migre.me/vuD0q>> Acesso em: 05/11/2016.

LEITE, M. E.; PEREIRA, A. M. **Metamorfose do espaço intra-urbano de Montes Claros/MG**. Montes Claros: Unimontes, 2008.

OLIVEIRA, I. M. **Tradições Rurais em Vidas Urbanas: A Agricultura Urbana no Bairro Vila Anália, Montes Claros/MG**. 87f. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Geografia). Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes, Montes Claros, 2011.

PEREIRA, A. M. **Cidade Média e Região: O Significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. 2007. 351f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica, Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

SOARES, A. M. C. **O merchandising urbano: cidade-mercadoria, arte e indústria cultural**. Disponível em: <<https://goo.gl/p7crmH>> Acesso em: 10/11/2016.

SOBARZO, O. As Cidades Médias e a Urbanização Contemporânea. In: **Cidades: Revista Científica/ Grupo de Estudos Urbanos**. Presidente Prudente. v.5., n.8, 2004

SOUZA, M. F.; RIBEIRO FILHO, G. B. Um Século De Marketing Urbano: Promovendo a venda da cidade ilusória desde os subúrbios ingleses aos condomínios fechados no Brasil. In: **XVI ENANPUR: Espaço Planejamento e Insurgências**. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/v5sS7t>> Acesso em: 10/11/2016.

SOUZA, M. L. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial**. 1ª. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

TUNET, I. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013. 136 p.

Sites Utilizados:

MRV Engenharia. Disponível em: <<http://migre.me/vuBGy>>

Jair Amintas Imóveis Ltda. Disponível em: <<http://www.jairamintas.com.br/>>

Vivendas Negócios Imobiliários. Disponível em: <<http://migre.me/vuBQL>>

Master RSM Imóveis. Disponível em: <<http://migre.me/vuBOG>>

JB Imóveis Empreendimentos Ltda. Disponível em: <<http://migre.me/vuBSv>>

20. O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM RECIFE: EVIDÊNCIAS DA NECESSIDADE DE UMA ANÁLISE MULTIDISCIPLINAR

Aline Marcondes Miglioli¹

Introdução

A grande desvantagem da profissionalização da atividade acadêmica para as Ciências Humanas é a segmentação do conhecimento científico em áreas de pesquisa, pois a necessidade de inteirar-se e dominar os conhecimentos técnicos de uma área específica encerra as possibilidades de conexão entre campos do pensamento, que por excelência não existem de forma separada. Apesar da obviedade desta afirmação e dos esforços realizados por diversos intelectuais para superá-la, na prática, o cotidiano da produção acadêmica não permite a absorção de elementos de outras disciplinas no repertório específico de cada área. No campo da economia, uma ciência que até recentemente era um ramo da Ciências Sociais, o recente status de disciplina independente trouxe um isolamento de duas outras disciplinas “irmãs”, a geografia e o urbanismo. A necessidade de conexão entre as três áreas é colocada como centro do debate nas obras de Milton Santos, David Harvey, Raquel Rolnik, Mariana Fix, Aduino Ribeiro, entre outros, os quais por abrirem-se para este exercício, ocupam o posto de produção heterodoxa, enquanto a ciência dura dedica-se às “questões modernas”, cuja característica é a extrema especialização.

No entanto, conquanto no espaço de produção acadêmica haja indicativos da tentativa de análise integrada entre as áreas, na elaboração das políticas públicas, a segmentação das agendas aos respectivos campos teóricos traz um conjunto de problemas e ausências que, apesar de perceptíveis no cotidiano, dificilmente são incorporados ao debate público. O artigo que se apresentará a seguir tem como objetivo confirmar esta afirmação a partir de um estudo (MIGLIOLI, 2016) realizado anteriormente sobre os impactos do Programa Minha Casa Minha Vida em diferentes realidades.

O intuito original desse trabalho é avaliar os impactos econômicos da aplicação do programa em municípios de diferentes regiões. No entanto, com o correr da pesquisa e a aproximação a pesquisadores que investigavam o tema com outro referencial analítico, conclui-se que a crítica não poderia se restringir ao campo da economia e, por isso, busquei realizar a intersecção com outras áreas, o que me revelou que uma política habitacional nunca poderia ser elaborada sem considerar elementos locais da política, da sociologia, da geografia e do urbanismo.

O objetivo aqui é sumarizar quais foram as principais questões levantadas ao longo da minha pes-

¹ Mestre em Economia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e doutoranda em Desenvolvimento Econômico na UNICAMP. E-mail: alinemiglioli@gmail.com.

quisa sobre o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) e principalmente no período posterior ela, quando se extinguíram diversas modalidades do programa, após o golpe de 2016, e escancararam-se suas principais debilidades.

Optou-se por apresentar o caso da Região Metropolitana de Recife² porque ele em si contém as particularidades que queremos explorar: além de ser uma região metropolitana composta de municípios complementares ao município polo e daqueles que detém uma lógica particular, ela é uma das pioneiras na incorporação do discurso de desenvolvimento local, que ambiciona atrair individualmente investimentos de capital e de infraestrutura de grande porte, como o fez nos casos do porto de Suape e do Novo Recife; ao mesmo tempo é palco do protagonismo do movimento por moradia, sendo pioneiro na formação de um fundo para urbanizar as ZEIS (zonas de interesse especial). Neste cenário, nos é permitido avaliar a reorganização dos pactos locais entre construtoras locais, novas construtoras de capital aberto que se destacaram durante o período do MCMV e o Estado e perceber como entre eles se distribuiu o espaço.

A organização deste trabalho pretende explorar todas estas questões em três etapas. Na sessão a seguir, apresentaremos o que era a RMR até 2009. Na segunda sessão, qualificaremos as mudanças protagonizadas pela região durante o MCMV. Por fim, na última etapa promoveremos o encontro entre as duas análises, a partir da apresentação dos resultados espaciais do MCMV neste contexto. Para finalizar, uma quarta sessão se prestará a concluir a discussão.

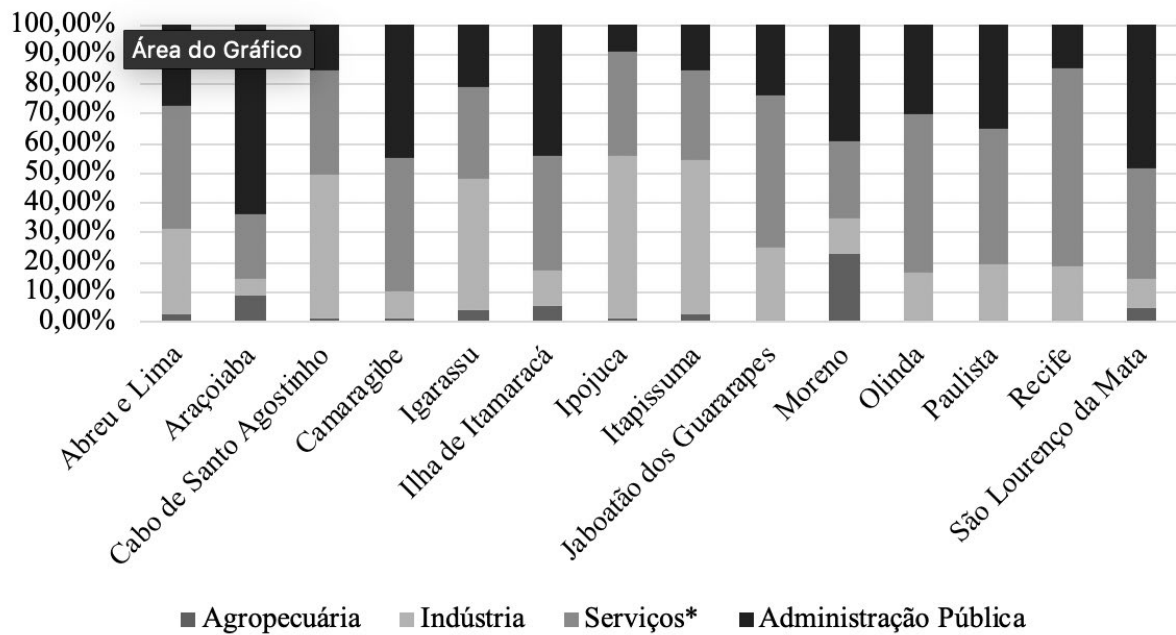
A Região Metropolitana de Recife até 2009

A Região Metropolitana de Recife foi instituída em 1973 como resultado da articulação entre diversas cidades no entorno da capital, uma tradição antiga e que remonta ao surgimento da própria cidade de Recife e sua proximidade com Olinda. Em alguma medida é possível dizer que houve certa especialização produtiva entre os 15 municípios que compõem a RM, no sentido em que alguns formaram-se como cidades-dormitório após a intensa produção habitacional do Banco Nacional de Habitação (BNH), como é o caso de São Lourenço da Mata; outros concentraram investimentos produtivos ou logísticos, como Jaboatão dos Guararapes que atualmente sedia o aeroporto e o porto de Suape. É possível identificar esta especialização a partir do gráfico 1, nele o Valor Adicionado Fiscal (VAF) é decomposto pelos três setores econômicos. Apresentamos os dados para 2009, ano da criação do MCMV, justificando que na série histórica recente, não houve discrepâncias significativas durante a década, com exceção de São Lourenço da Mata que entre 2002 e 2009 perdeu 20% de participação da indústria no VAB.

É possível perceber o peso que o setor de serviços tem na composição do VAB total da região; a importância da indústria na formação no VAB em Igarassu, Ipojuca e Itapissuma em torno de 50% do total e; que o setor de serviços corresponde a mais de 50% do VAB para Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Recife. No entanto, essa primeira qualificação não é suficiente para delinear as diferenças entre as cidades, pois a atividade industrial não significa necessariamente uma economia dinâmica, assim como é possível atribuir diversas qualificações para o setor de serviços: comercial, turístico, complementar à indústria e informal, estando este ausente das estatísticas oficiais.

² Com exceção de Goiana que foi adicionada em janeiro de 2018 à Região Metropolitana de Recife.

Gráfico 1 - Composição do valor adicionado bruto por setor de atividade econômica por município da RMR (2009)



Fonte: CONDEPE – FIDEM (2018)

*Excluiu-se os serviços de Administração Pública.

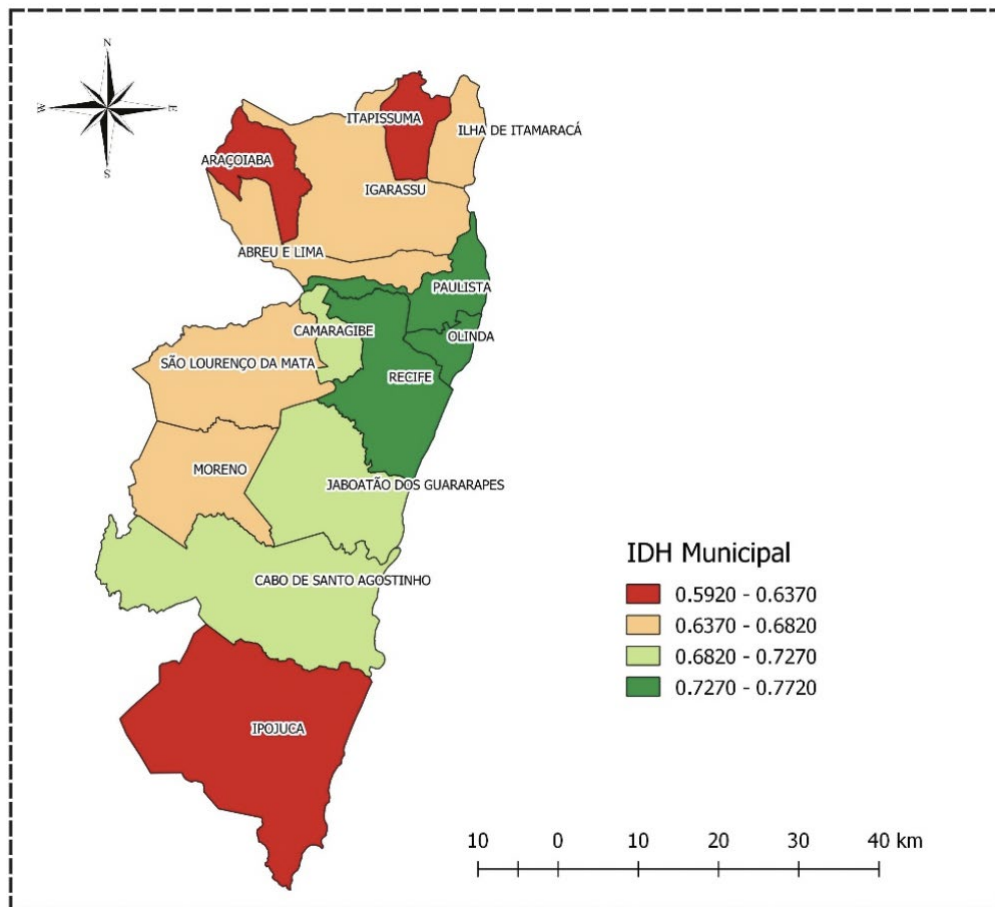
Observaremos esta diferença qualitativa através da análise da renda per capita entre os municípios. Pela tabela 1, Araçoiaba, Ipojuca e Itapissuma, apesar de terem uma economia industrializada, revelam a menor renda per capita frente aos outros municípios durante os três períodos (correspondentes à aplicação dos CENSOS), enquanto Recife e Olinda permanecem respectivamente na primeira e segunda posição de maior renda nos três períodos.

Tabela 1 - Renda anual per capita para os municípios da RMR: 1991, 2000 e 2010 (em reais de agosto de 2010)

Municípios	1991	2000	2010
Abreu e Lima	R\$21.332	R\$26.029	R\$39.040
Araçoiaba	R\$9.446	R\$15.231	R\$23.610
Cabo de Santo Agostinho	R\$19.633	R\$27.017	R\$46.707
Camaragibe	R\$22.234	R\$34.683	R\$47.378
Goiana	R\$17.058	R\$24.501	R\$36.477
Igarassu	R\$17.117	R\$25.237	R\$38.410
Ilha de Itamaracá	R\$23.404	R\$31.445	R\$39.485
Ipojuca	R\$12.397	R\$20.667	R\$36.268
Itapissuma	R\$13.531	R\$23.429	R\$31.247
Jaboatão dos Guararapes	R\$35.997	R\$47.483	R\$59.390
Moreno	R\$17.026	R\$20.182	R\$35.670
Olinda	R\$43.189	R\$51.493	R\$64.013
Paulista	R\$36.611	R\$43.090	R\$52.804
Recife	R\$59.462	R\$77.839	R\$11.4426
São Lourenço da Mata	R\$18.131	R\$25.020	R\$36.443

Fonte: CONDEPE – FIDEM (2018)

Outra forma de evidenciar a diferença qualitativa entre municípios com o mesmo perfil econômico é pela visualização do IDH-Municipal dos municípios da Região Metropolitana de Recife, com exceção de Goiana que foi incorporada na RMR após o último censo. Fica evidente que as melhores condições de vida se encontram nos municípios mais próximos à Recife, acentuando-se a péssima qualidade de vida nos municípios da fronteira da RMR.

Mapa 1 - IDH Municipal por Município da RMR, 2010

Fonte: IPEA (2018). Elaboração própria.

Se fosse possível adicionar ao mapa as condições das moradias, considerando-se a qualidade dos domicílios e o acesso à água e esgoto, a diferença entre a qualidade habitacional e dos serviços de saneamento entre os municípios seria menor, pois são poucas as cidades da região que têm um sistema de saneamento adequado (CONDEP/FINDEM, 2018). Isso acontece porque o tipo de urbanização de Recife e seu entorno sempre foi problemática, pois a falta de terrenos naturalmente adequados à construção expulsou a população mais pobre para as várzeas e encharcados, onde resistem até hoje os mocambos. Com o adensamento da urbanização, alguns destes terrenos foram incorporados pelo mercado formal, recriando as condições de expulsão para as cidades da região metropolitana.

Enquanto isso, as políticas habitacionais praticadas na região até os anos 1960 preocupavam-se mais com a eliminação da ocupação informal do que com a resolução do problema habitacional, o que exigiria o enfrentamento da pobreza e do alto preço da terra, resultado da baixa proporção de terrenos com qualidades construtivas e do alto custo de construir-se nas várzeas.

Apenas em 1970, a política habitacional logrou desconcentrar a população do município polo, levando-o para os conjuntos habitacionais localizados nos municípios vizinhos, porém a distância e a falta de oportunidades de emprego nestas cidades trouxeram de volta na próxima década parte da população para as ocupações em áreas informais.

Nos anos 1980 se formulou uma política habitacional inédita atendendo à pressão dos organismos internacionais e do movimento popular, dirigida à urbanização de assentamentos. Ela é considerada inovadora, pois alterou o modo de atuação frente ao problema da informalidade, fugindo do modelo de construção de conjuntos habitacionais em larga escala e periféricos, e priorizando a regulamentação dos assentamentos já existentes, principalmente nas áreas de maior conflito. Elas foram identificadas inicialmente pela Fundação de Desenvolvimento Municipal (FIDEM) e em 1983 passaram a configurar-se como ZEIS (SOUZA, 2007). Recife foi o primeiro município que colocou à disposição das ZEIS um fundo criado especialmente para a promoção da urbanização, o PREZEIS.

As transformações na RMR a partir de 2009

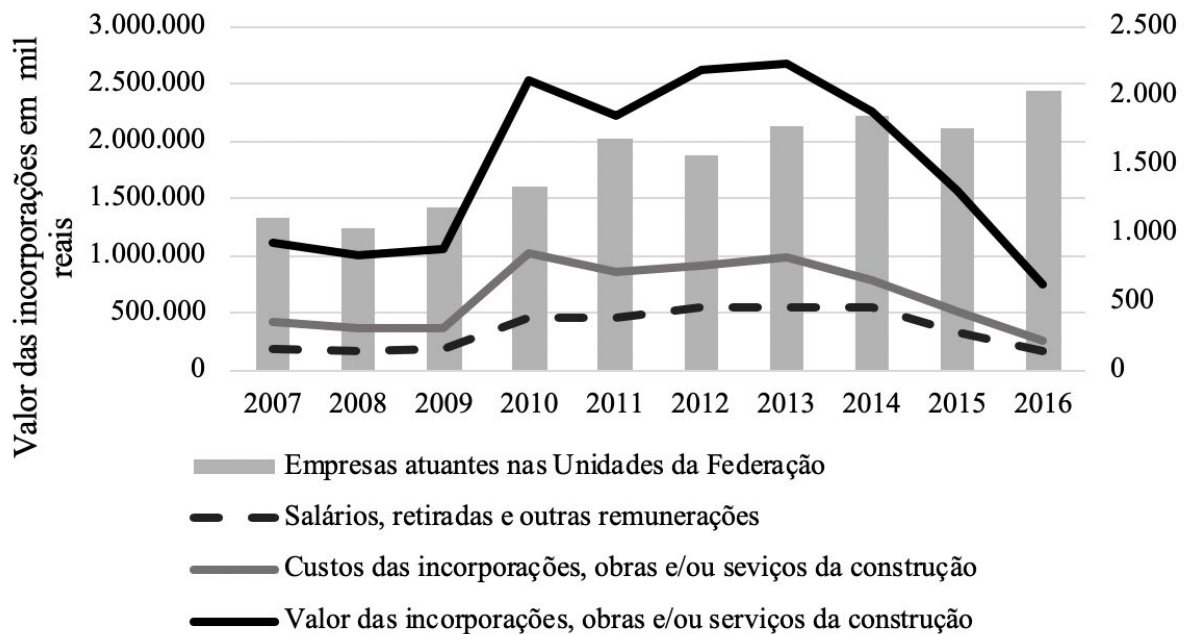
Durante os anos 2000, Recife filiou-se ao discurso e à prática do empreendedorismo urbano, como consequência da forte aderência deste discurso em âmbito local e internacional, somado ao desmantelamento dos programas de desenvolvimento regional. A região que outrora fora palco de experiências inovadoras de desenvolvimento regional e sede geográfica da SUDENE, no período de desindustrialização no Brasil e de acirramento da guerra fiscal, sentiu a saída de grandes empresas da região.

Os novos investimentos tiveram que contar com a capacidade local para atraí-los e explorou-se, então, o potencial turístico e consumidor da região para trazer à região o grande capital nacional e internacional. A iniciativa pública fez sua parte na “revitalização” do Marco-Zero e na construção do estádio que sediou os jogos da Copa de 2014, enquanto o setor privado investiu na construção de novos shoppings e condomínios habitacionais de luxo. O resultado foi, por um lado, a incorporação de Pernambuco (majoritariamente a RMR) como destino ao investimento estrangeiro, ficando o Estado apenas atrás de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e concentrando 9% de todo o IED entre 2003 e 2004, e, por outro, a execução das remoções “necessárias para abrir espaço” aos novos investimentos, marcadas pela violência, que ocuparam os veículos nacionais de notícias (BARROSO, 2016).

Avaliando os empréstimos realizados pelo BNDES³ na região durante este período (2009 – 2014), é possível identificar os setores que mais expandiram suas atividades em cada cidade. Há dois deles que concentram a maioria dos empréstimos da região: os transportes terrestres, principalmente rodoviários de carga, e o comércio. Enquanto a construção civil aparece em terceira posição nos empréstimos do BNDES, a avaliação do desempenho deste setor em Pernambuco é impressionante. Como mostra o Gráfico 2, em volume de pessoal empregado ficou somente atrás da Bahia e em valor das incorporações, obras e serviços de construção apresentou desempenho similar à Bahia, atingindo seu máximo valor em 2012 (CONDEPE – FIDEM, 2018).

³ Consideramos apenas os investimentos da categoria automática (diretos e indiretos) pois contemplam investimentos de até R\$20.000 e que, portanto, não necessitam da autorização do BNDES. Os empréstimos não automáticos são concedidos via apreciação do projeto e na RMR destinaram-se principalmente nos setores de extração mineral e em projetos de arte e cultura. Especialmente ele concentrou-se em Ipojuca, nos setores de Transporte e Química e em Goiana, em Veículos, segundo a classificação CNAE.

Gráfico 2 - Evolução da construção civil em Pernambuco por empresas atuantes, remunerações, custo, valo real* das incorporações, obras e ou serviços da construção em mil reais



Fonte: CONDEPE – FIDEM (2018).

* Deflacionado com IPCA.

De forma muito clara, o gráfico 2 nos mostra a diferença entre o valor e o custo das incorporações, obras e serviços da construção, o qual expressamente não foi repassado aos trabalhadores, haja vista o pior desempenho da curva de salários e remunerações frente o valor das incorporações. Conquanto haja correlação, não podemos creditar o baixo valor dos salários somente à informalidade do mercado de trabalho e, portanto, à inadequação da base de dados, pois após as denúncias de trabalho análogo à escravidão em construtoras do programa, houve maior fiscalização.

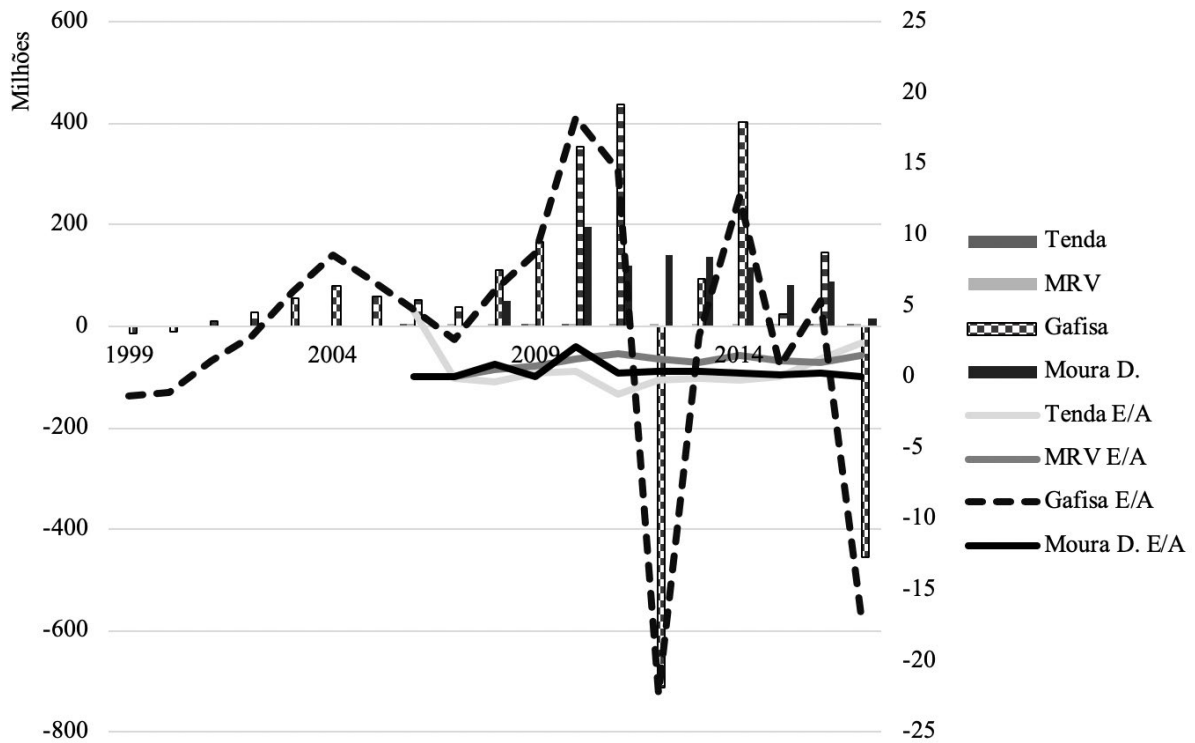
O diferencial entre os custos das operações e os salários e as remunerações justificam-se pela elevação no preço da terra, que repercutiu também na elevação dos preços dos imóveis, e pode ser comprovado pelo descolamento do valor dos imóveis ao valor da inflação: entre junho de 2010 e junho de 2018 houve um aumento de mais de 100% nos preços anunciados dos imóveis na cidade de Recife, enquanto a inflação variou 60%. Ademais a grande elevação no preço dos primeiros deu-se entre 2010 e 2012, estabilizando-se em seguida, enquanto a inflação cresceu de maneira constante no período (INDICE FIPEZAP, 2018).

Cabe nos perguntar de onde veio o capital que impulsionou o setor, para além dos aportes feitos pelo BNDES. A resposta encontra-se no Gráfico 3. Com a possibilidade de abertura de capital, as grandes construtoras e incorporadoras nacionais o fizeram lançando ações no mercado durante o período de auge da produção imobiliária. Vê-se que dentre as quatro empresas de capital aberto que operam em Recife, a Gafisa e a Moura Deboux têm o maior EBTIDA⁴. A abertura de capital muda qualitativamente o modo de operação destas empresas, que orientam suas estratégias produtivas para atrair novos acionários, os quais

⁴ EBITDA é a sigla em inglês para *Earning Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*, ou seja, o Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização. É uma medida do potencial de caixa de uma empresa, por isso, funciona como uma *proxy* do Valor de Mercado da empresa.

estão interessados no maior retorno financeiro possível, portanto são preferidos investimentos com alto lucro e baixa margem de risco. Esta transformação será importante quando avaliarmos a localização da produção habitacional na RMR a seguir.

Gráfico 3 - Ebtida e Ebtida por ação (E/A) – Tenda, MRV, Gafisa e Moura Deboux (1999-2017)



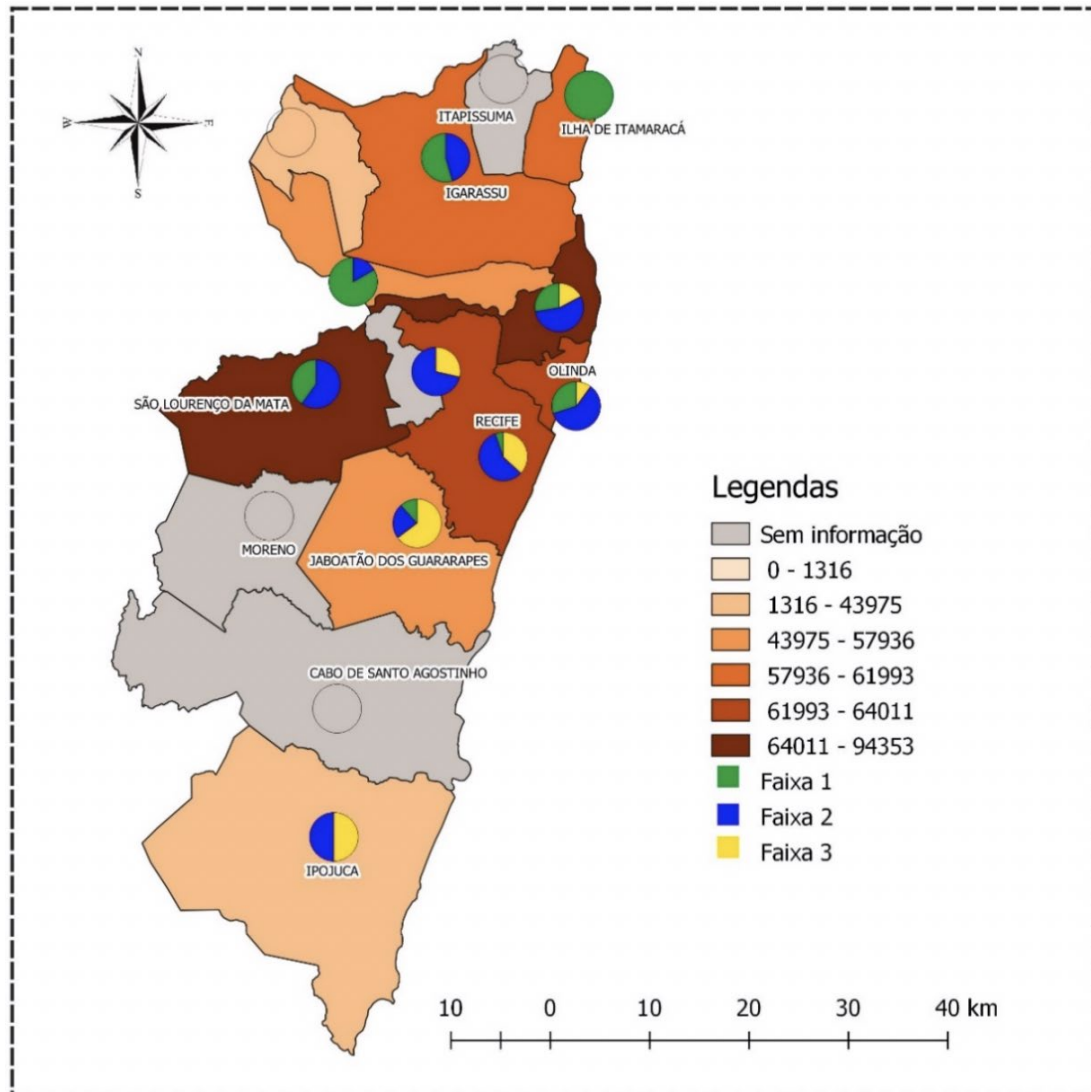
Fonte: Extraído de Economática (06/2018).

Dimensão territorial

A elaboração do programa MCMV foi realizada a portas fechadas, em uma reunião entre os líderes do setor da construção civil e os Ministérios da Construção Civil e da Fazenda, sem a participação do Ministério das Cidades e das lideranças do movimento por moradia, atropelando também as diretrizes propostas pelo Plano Nacional de Habitação. Não é surpreendente, portanto, que ele reforce o quadro de segregação socioespacial já presente na Região Metropolitana.

O Mapa 2, quando avaliado principalmente em conjunto com o Mapa 1, nos mostra que a produção habitacional seguiu de maneira espúria o padrão da distribuição da renda e da pobreza, pois apesar de oferecer moradias para as faixas de renda inferiores nos municípios onde elas são maioria, não ofereceu as mesmas, naqueles onde está presente faixas superiores de renda. O total da produção da faixa 1, por unidades habitacionais, concentra-se em São Lourenço da Mata (28%), Paulista (22%), Igarassu (17%) e Abreu e Lima (14%), da Faixa 2 principalmente em Paulista (25%) e em São Lourenço da Mata (23%), enquanto as unidades habitacionais da faixa 3 concentram-se 39% e 25% em Jaboatão dos Guararapes e Recife respectivamente.

Mapa 2 - Valor da operação por empreendimento e distribuição das unidades produzidas por faixa de renda em cada município (2009-2013)



Fonte: Elaboração própria a partir de Ministério das Cidades (2015).

A construção de mais de 25.000 moradias para o total da RMR foi protagonizada por dois tipos de empresas: as grandes construtoras do Nordeste, que já dominam o setor da construção civil desde o período do BNH e foram responsáveis pela construção direta de 40% das unidades habitacionais; e as construtoras de menor porte de capital e que, muitas vezes, realizam parcerias com as grandes construtoras nacionais. Estes dois grupos têm diferentes formas de se organizarem pelo território, as construtoras locais ou de menor porte atuam em apenas um município ou então em dois municípios vizinhos ou próximos, enquanto as grandes nacionais ou regionais concentram toda sua produção em Jaboatão dos Guararapes ou entre Olinda e Paulista⁵.

Na prática, portanto, temos duas formas de produção do MCMV na RMR: *i*) na região dos grandes empreendimentos imobiliários e de infraestrutura, identificados na primeira sessão, atuam os grandes

⁵ Dentre as grandes empresas nacionais e regionais a que se faz referência encontram-se as construtoras Tenda, Carrilho, Saint Enon, Egesa, Gafisa, MRV e Multitécnica. As construtoras Pernambuco e Queiroz Galvão, que também são grandes na região, atuam em Abreu e Lima e Ipojuca respectivamente.

players da construção civil, que apesar de dominarem a produção total do MCMV em âmbito nacional, se especializaram na camada de renda superior à seis salários mínimos na região; *ii*) os outros municípios da região metropolitana atendidos pelo programa, nota-se que há municípios onde não se registrou nenhuma iniciativa de empreendimento, o foram através das pequenas produtoras locais.

O resultado perverso desta divisão não é apenas a manutenção do déficit habitacional da RMR em torno dos 10%, apesar de um período de queda entre 2011 e 2013, a desigualdade entre a concentração do déficit e da produção do programa por faixa de renda, nem a permanência de mais de 3.854 domicílios em situação precária (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018). O grande problema é que ele deixa como herança dois processos: na região norte da RMC os conjuntos habitacionais construídos em zonas tipicamente rurais e periféricas criou a necessidade por infraestrutura urbana que os municípios da região não possuem capacidade orçamentária para atender, o que resultará no aumento da pressão de retorno desta população.

Por outro lado, a produção habitacional através do programa nas regiões turísticas próximas a Recife reforça a segmentação destes espaços, inclusive através da elevação do preço da terra, o que estimulam a ocupação informal na região em um momento de ausência de política habitacional.

Tabela 2 - Distribuição do déficit habitacional (2010) e da produção habitacional do MCMV por faixa de renda (em porcentagem)

Faixa	Déficit Habitacional	Produção Habitacional MCMV
1	93,2	41
2	3,2	36
3	2,1	23

Fonte: Fundação João Pinheiro (2012); Ministério das Cidades (2015). Elaboração própria.

Tabela 3 - Evolução do déficit habitacional na RMR (%)

Ano	Déficit Habitacional
2008	10,7
2009	11,7
2010	12,9
2011	9,0
2012	8,5
2013	8,0
2014	10,2
2015	10,2

Fonte: Fundação João Pinheiro (2018).

Considerações finais

No início deste trabalho, anunciamos que seu objetivo seria evidenciar a necessidade de uma aná-

lise integrada entre as diversas áreas do conhecimento para a avaliação crítica dos resultados do programa Minha Casa Minha Vida. A partir dos dados que apresentamos já é possível concluir que a elaboração de um programa habitacional, cujo agente principal é o município, em um país com urbanização metropolitana ignorou problemas e instâncias administrativas. Em um contexto metropolitano, a organização do espaço reflete a inteiração econômica e demográfica entre as cidades que a compõe e por isso se atribuem funções administrativas em conjunto para a região, dentre as quais figura-se a elaboração de um plano de desenvolvimento regional que integre a questão habitacional. Este foi abandonado no caso da RMR e a autonomia municipal ensejada pelo programa resultou no reforço do tipo de ocupação já existente.

Nosso intuito principal foi demonstrar que, apesar da elaboração do programa ser centrada no atendimento dos interesses do setor da construção civil, a análise em escala territorial deixou claro que este setor é segmentado em pelo menos dois subsetores que não se diferenciam somente no tamanho de suas empresas, como na forma de atuação e nos interesses que congregam. Ademais, pudemos ver que o programa exerce uma interface com outros setores econômicos, como é o caso do setor de transportes, que foi o que mais recebeu recursos do BNDES durante o período e cuja dinâmica está diretamente atrelada ao do setor de construção civil (CAVALGANTI, 2012). Visitando os conjuntos habitacionais na periferia da RMR está correlação fica explícita, a locomoção entre os conjuntos e os núcleos urbanos se dá através de autopistas recém construídas na região.

Quando avaliaram o processo de industrialização do Brasil a partir da ótica do capital associado, Lessa e Dain (1982) cunharam o termo *sagrada-aliança* para referir-se à associação, regulada pelo Estado, entre o capital mercantil nacional e o capital industrial internacional. Tomando emprestado o termo, porém retirando sua especificidade histórica, podemos vislumbrar neste exemplo que a *sagrada-aliança* persiste entre o capital mercantil nacional, sob a figura das pequenas construtoras e do setor de transporte e o capital internacional, agora financeiro e não mais industrial, na figura dos acionistas que compõem a carteira das construtoras brasileiras nos momentos de auge e nas empresas internacionais que se busca atrair para a região a partir do empreendedorismo urbano. O grande intermediador segue sendo o Estado, que busca garantir que ambos interesses, por mais que contraditórios, sejam atendidos.

A divisão de tarefas é tão explícita e organizada, que se distribui pelo território ocupando e organizando somente as áreas que lhe interessam e torna o território urbano o palco da manifestação deste capitalismo associado. Ressalta-se que a primeira medida após o golpe de 2016 foi eliminar a categoria do programa que pretendia atender à população de baixa renda e favorecia unicamente ao capital mercantil, deixando evidente qual aliança *disto pacto* é inviolável independentemente de quem esteja à frente do governo.

Ao mesmo tempo, retomaremos a discussão de Gabriel Bolaffi⁶ durante os anos 1980, na qual o autor procura avaliar a política habitacional do BNH e seus resultados territoriais. Ele chegou à conclusão de que o discurso em torno do déficit habitacional é construído para se resolver outros problemas, que não

⁶ Quando Bolaffi (BOLAFFI, 1992) descreveu o modo de operação do BNH na cidade de São Paulo, ele foi capaz de demonstrar que o programa se articulava de tal maneira que deixava como rastro terrenos vazios, os quais após alguns anos (precisamente após o momento em que a infraestrutura já havia alcançando os longínquos conjuntos habitacionais) eram vendidos por um preço muito mais elevado. Desta maneira, um programa que havia sido pensado para resolver o problema da habitação, servia para aumentar os lucros através da especulação. Ou seja, a motivação em última instância era a extração da renda fundiária. (MIGLIOLI, 2016).

o problema de falta de moradias.

Ao longo deste trabalho reunimos os diversos problemas que o programa atendeu: acomodou o interesse de diversos setores e reorganizou o espaço de acordo com este pacto e aliviou temporariamente as tensões por moradia nas regiões da periferia, movimentando ali o capital mercantil da região, ao mesmo tempo que reforçou a elitização das cidades de Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes e Paulista, cidades aliadas no discurso e prática do empreendedorismo urbano através do setor de turismo e logística. Aos problemas a que o discurso do déficit habitacional responde não se encontram separações teóricas, neles se misturam a política, a economia, o urbanismo e a geografia, reforçando, portanto, a necessidade do esforço multidisciplinar para entendê-los.

Referências

- BARROSO, L. C. Investimento Direto Estrangeiro nos Estados do Brasil. **Informe ETENE: Banco do Nordeste**, Ano 1, nº1, outubro de 2016.
- BOLAFFI, G. O problema e o falso problema. **A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil**. São Paulo: MFA-Ômega, 1992.
- CAVALCANTI, M. **Os sistemas logísticos de transporte e a reestruturação do território pernambucano: gênese e produção**. Tese de doutorado—Recife: BITOUN, J. et al. Região Metropolitana do Recife no Contexto de Pernambuco no Censo 2010. **Observatório das metrópoles**, 2012.
- CONDEPE – FIDEM. < <http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem> >. Acesso em: 07/18.
- ALMEIDA, S. M. A. Política habitacional para os excluídos: o caso da Região Metropolitana do Recife. **COLEÇÃO HABITARE**, 2007.
- ECONOMÁTICA. **Banco de dados**. Disponível em: <<http://www.economica.com.br>> Acesso em: 07/18.
- FIPEZAP. Disponível em <<http://fipezap.zapimoveis.com.br/>> Acesso em: 07/18.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil, 2012**. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos1/2742-deficit-habitacional-no-brasil><http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos1/2742-deficit-habitacional-no-brasil-33>> Acesso em: 06/15.
- _____. **Déficit habitacional no Brasil 2015**. Diretoria de Estatística e Informações. Belo Horizonte : FJP, 2018.
- _____. <<http://www.fjp.mg.gov.br>> Acesso em: 06/18.
- LESSA, C.; DAIN, S. Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento. **Desenvolvimento capitalista no Brasil: Ensaio sobre a crise**. São Paulo: Ed Brasiliense, 1982.
- MIGLIOLI, A. M. **Os impactos do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida: uma análise dos casos de São Paulo e Recife**. 2016. Dissertação em Economia – UNESP. Araraquara, 2016.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Dados disponibilizados para o Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico**, CEDE, IE-UNICAMP, 2015.

PORTO, C. S. P.; BOLIGNON, J. A. R.; KRÜGER, C.; PINHEIRO, J. P. Valor de mercado de empresas do setor de construção civil da BMF&BOVESPA, **Revista Observatório de la Economia Latino-americana**, Brasil, (enero 2017). <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/17/bovespa.htm>> Acesso em: 06/18.

ROLNIK, R. **A guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

21. AMAZÔNIA E SUBDESENVOLVIMENTO REGIONAL EM DEBATE

Delaíde Passos¹

Introdução

O debate sobre a nossa condição de nação subdesenvolvida terá como plano de fundo os limites históricos e estruturais do processo de avanço do capitalismo brasileiro para a região amazônica. Entendemos que é de suma importância ater-se às particularidades dos diferentes sistemas econômicos, na medida em que se analisa o contexto e os agentes envolvidos no processo de transformação do capital em um determinado lugar.

O presente trabalho tem o objetivo de contribuir com essa discussão a partir da apresentação de três clássicos autores brasileiros – Celso Furtado, Caio Prado Jr. – dos quais extrairemos três conceitos específicos: subdesenvolvimento, capital internacional e solidariedade de classes, respectivamente. Pretendemos entender como a condição de subdesenvolvimento em países como o Brasil, em geral, e na Amazônia em particular, é reforçada tanto pela relação que o capital internacional tem com este espaço econômico, quanto pela solidariedade de classes que caracteriza nossa economia.

Este artigo busca entender os conceitos destacados diante de uma situação empírica: a colonização da Amazônia a partir do “Discurso do Rio Amazonas” proferido dia 10 de outubro de 1940 por Getúlio Vargas em Manaus. Acreditamos que este seja um marco no debate sobre o desenvolvimento capitalista e a Amazônia brasileira, posto que esta foi a primeira declaração do governo federal a respeito do atraso, do isolamento e da baixa densidade demográfica daquela região do país. Até este momento, a Amazônia era vista de uma forma romântica, como um simples espaço pouco habitado e uma terra intocada. Contudo, após o presente pronunciamento as riquezas deste bioma passam a ser percebidas como fontes de exploração, isto é, instrumentos que poderiam contribuir para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. O presidente Getúlio Vargas procurou valorizar a Amazônia, tornando-a uma peça fundamental da sua agenda, conforme enaltecia suas riquezas como fontes do progresso nacional.

Pretendemos investigar os limites da concepção de desenvolvimento que buscou transformar a Amazônia em um instrumento para o avanço do capitalismo brasileiro durante o primeiro governo Vargas (1930-1945). Temos como hipótese que o projeto de desenvolvimento capitalista que incorporava a Amazônia enquanto parte do processo, apesar de levar em conta nossa dependência em relação ao capital internacional, como bem poderemos identificar, este não tinha dimensão da força dos aspectos que estruturam e

¹ Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Doutoranda em Desenvolvimento Econômico na UNICAMP. E-mail: dedehpassos@gmail.com.

fortificam o subdesenvolvimento do espaço a ser estudado. Acreditamos que apesar de termos tido de forma mais expressiva um posicionamento mais nacionalista por parte do governo e de suas lideranças, as decisões políticas contribuíram para aprofundar as desigualdades regionais, o que por sua vez revela uma negligência com os as especificidades históricas e estruturais não somente no Brasil, como desta região singular que é a Amazônia brasileira.

Para analisar essa questão, traremos para discussão a problemática do desenvolvimento capitalista na periferia dentro do contexto histórico que estamos nos propondo a estudar – o primeiro governo Vargas. Após estudarmos o “Discurso do Rio Amazonas”, apresentaremos três autores, cujas obras contemplam este tema que envolve Amazônia e ocupação de novos espaços em prol do avanço do capitalismo brasileiro – Euclides da Cunha, Nelson Werneck Sodré e Mário Travassos. E por último, procuraremos descrever o programa do presidente Vargas que buscava colonizar o Oeste e o Norte brasileiro, defendendo este como um instrumento que permitiria que os espaços ainda não alcançados pelo capital fossem incorporados ao projeto que visava industrializar a economia brasileira.

Celso Furtado e Caio Prado: subdesenvolvimento

O termo *desenvolvimento* apresentado por Celso Furtado envolve um processo no qual as mudanças promovidas teriam a capacidade de construir um sistema econômico nacional (FURTADO, 1984). Porém, para que o desenvolvimento seja o resultado de tais transformações, é importante ter consciência dos meios disponíveis por uma dada sociedade, assim como se os objetivos para o seu uso estão bem estabelecidos, de modo a ter cuidado se sua utilização não tem limites históricos e estruturais que impeçam a constituição de um sistema econômico nacional.

Furtado adverte que quanto mais racional for o uso de um meio, mais o progresso técnico leva a um excedente acumulado. Ou seja, uma vez que tal progresso é resultado da capacidade do homem de inovar, o desenvolvimento desdobra-se a partir da combinação entre criatividade e uso racional (eficiente) dos meios disponíveis (FURTADO, 1981). Consequentemente, um campo de possibilidades pode ser aberto pelo excedente acumulado, o qual pode ter o desenvolvimento como forma. Porém, é importante salientar que um resultado neste sentido é uma exceção no sistema capitalista global, e não uma regra, uma vez que se trata de um sistema que em raríssimos casos a coletividade é colocada no centro das preocupações (FURTADO, 1984).

Quando passamos do conceito de desenvolvimento encontrado em *Criatividade e Dependência e Cultura e Desenvolvimento* para o termo desenvolvimento capitalista destacado em *Pequena Introdução ao Desenvolvimento* e no *Mito do Desenvolvimento Econômico*, notamos que não necessariamente existe um vínculo entre crescimento da produtividade e aumento da satisfação das necessidades do homem (FURTADO, 1981). Desenvolvimento capitalista diz respeito a um processo em que a expansão do modo de produção vigente por meio da difusão de bases materiais é a sua principal característica, o que economicamente significa crescimento da produtividade do trabalho, da renda e do produto. No entanto, Furtado adverte que mesmo que a dimensão econômica tenha grande importância neste processo, é possível que ela seja apenas uma das faces do desenvolvimento, conforme seja incorporada pelos agentes que estão à sua frente como

um meio para atender às necessidades mais básicas de uma nação. Isto é, o desenvolvimento capitalista pode ser um instrumento para conquistar o desenvolvimento nacional (CAMPOS, 2014b).

Os sistemas econômicos que conseguiram fazer do desenvolvimento capitalista um meio para alcançar o desenvolvimento autodeterminado tiveram como resultados a conformação de estruturas produtivas e sociais homogêneas capazes de controlar o crescimento econômico endogenamente (HADLER, 2012). Além disso, é importante salientar que economias desta natureza possuem sistemas produtivos homogêneos, orgânicos e diversificados, o que por sua vez os tornam menos vulneráveis de eventos externos para expandir suas bases materiais. Outra característica importante dessas economias é que nelas há um relativo equilíbrio entre capital e trabalho, visto que o segundo tem maior parcela dos resultados econômicos a partir de um maior repasse dos ganhos de produtividade para os salários.

Contudo, para entender as transformações econômicas em regiões periféricas como o Brasil é preciso analisar outro processo econômico que também é resultado da acumulação de capital – o subdesenvolvimento, isto é, um sistema no qual há uma combinação entre heterogeneidade tecnológica e produtividade do trabalho díspar em termos setoriais, sociais e regionais (FURTADO, 1974). Em o Mito do Desenvolvimento Econômico (1974), o autor enfatiza que o problema dessa manifestação do capitalismo está no fato de que as transformações produtivas ocorrem sem abandonar a exploração de meios pré-capitalistas. Ademais, em economias com tais características, uma parcela dos ganhos adquiridos no comércio internacional é repassada para fora, e a parcela apossada internamente destina-se a financiar o consumo da elite dirigente.

Na interpretação de Celso Furtado, o subdesenvolvimento é produto de um sistema econômico mundial que integra, em um mesmo padrão de transformação, formações sociais que têm capacidades assimétricas de introduzir e difundir progresso técnico. A discrepância entre economias centrais e as economias periféricas quanto à capacidade de elevar a produtividade média do trabalho e quanto à potencialidade de socializar o excedente social entre salários e lucro faz com que o estilo de vida que prevalece nas economias centrais não possa ser generalizado para o conjunto da população das economias periféricas. O subdesenvolvimento surge quando, ignorando tais diferenças, as elites que monopolizam a apropriação do excedente impõem, como prioridade absoluta do processo de acumulação, a cópia do estilo de vida dos países centrais, impedindo assim a integração de parcela considerável da população no padrão de vida material e cultural propiciado pelo capitalismo (SAMPAIO JR., 1999, p. 171).

Sobre o problema da heterogeneidade regional, que para Furtado é comum em economias subdesenvolvidas, é importante perceber que quanto maior a diversidade entre os diferentes espaços de uma nação, maior tende a ser a inadequação entre fins e meios, o que por sua vez se torna um obstáculo para o avanço de capitalismo como o brasileiro (Campos; Costa, 2012). Isso porque tais disparidades carregam estruturalmente uma especialização produtiva. Ou seja, se as economias subdesenvolvidas como um todo atendem a uma lógica que visa beneficiar o capital internacional, temos como efeito dessa decisão o aprofundamento da divisão regional do trabalho, no qual cada grande região se especializa em uma função de produção para atender os planos de desenvolvimento capitalista idealizado pelo Estado dependente. O ponto que queremos destacar é que com a especialização produtiva, os ganhos de produtividade também se tornam desiguais, o que por sua vez é entendido como um obstáculo para a construção de um capitalismo homogêneo, orgânico e diversificado.

O termo subdesenvolvimento também é apresentado por Caio Prado Jr. como o resultado de transformações capitalistas que não desencadearam na formação de um sistema econômico homogêneo, orgâni-

co e diversificado. No entanto, este autor avança mais nessa discussão na medida em que trabalha o conceito de capital internacional e analisa como essa categoria de capital se relaciona com o espaço econômico subdesenvolvido. A compreensão dessa dinâmica é fundamental para a proposta desse artigo, na medida em que percebemos que tal relação privilegia os interesses do capital internacional em detrimento de um processo que vise à formação de um sistema econômico nacional autônomo.

Para o autor em destaque, o modo como o capital internacional se relaciona com a periferia não faz com que este crie vínculos com tal espaço. E parte disso justifica-se pelas características históricas e estruturais já apontadas por Furtado e referidas na seção anterior. Isto é, por serem economias estruturalmente instáveis, o capital internacional não tem a intenção de correr o risco de se estabelecer na periferia. Este, por considerar a acumulação nesses espaços uma parte insignificante do total da acumulação angariada em escala global, não compromete sua riqueza prendendo-se a economias voláteis, conseqüentemente não dá para contar com sua participação para a formação de um sistema econômico capaz de colocar os interesses nacionais no primeiro plano. Isso porque, se surgir um cenário mais favorável à sua valorização, essa forma de capital modifica suas relações com facilidade, visto a mobilidade espacial que possui e da qual não abre mão (PRADO JR., 2008)². Entendemos que essas características do capital internacional – grande volatilidade e mobilidade, adicionada à necessidade de não se prender a espaços economicamente instáveis, faz com que este se apresente como uma base frágil e potencialmente desestabilizadora para qualquer projeto de desenvolvimento de longo prazo.

Em síntese, o termo capital internacional para Caio Prado Jr. significa uma categoria de capital que não cria vínculos, visto sua volatilidade, mobilidade e capacidade de valorização em moeda internacional. Em outras palavras, o presente autor qualifica este conceito a partir da natureza e da relação que tal categoria de capital tem com o espaço econômico subdesenvolvido. Dado que diz respeito a uma sociedade em formação, as quais precisam de acúmulo e encadeamento para se consolidar enquanto economias autônomas, o comportamento especulativo, oportunista e volátil do capital internacional potencializa a histórica instabilidade dessas regiões. Sendo assim, é importante ter mente que tal comportamento é antagônico com qualquer projeto de desenvolvimento que objetive combinar desenvolvimento nacional, soberania e autonomia. Nas palavras de Caio Prado Jr.:

É assim que se conta a verdadeira história econômica moderna. O Brasil, como os demais povos de sua categoria, não consta senão como massa inerte de manobra, não senão parcela insignificante de um todo imenso em que se dilui e desaparece. A sua vida econômica não é função de fatores internos, de interesses e necessidades da população que nele habita; mas de contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes. O que conta nele são os braços que podem mobilizar para o trabalho, as possibilidades naturais que seu solo encerra, o consumidor potencial que nele existe e que, eventualmente, uma campanha publicitária bem dirigida pode captar (PRADO JR., 2008, p. 279).

Em *Esboços dos fundamentos da teoria econômica* (1966), Caio Prado Jr. deixa evidente que tal en-

² “Nesse sistema universal do imperialismo, o Brasil ocupa – e já vimos por que – uma posição secundária. Sobre ele se desenrola ou perpassa a concorrência capitalista transportada para o terreno internacional, e que, longe de se ter abrandado pela concentração do capital e formação de imensos monopólios, intensificou-se porque é agora o embate de gigantes em frentes extensas, e não mais apenas escaramuças passadas de minúsculos capitalistas individuais concorrentes. O Brasil e apanhado e arrastado passivamente do vórtice daquela luta, e sua evolução econômica será função de grandes acontecimentos mundiais que se compreendem e explicam apenas no cenário universal e em conjunto com a história geral da humanidade” (PRADO JR., 2008, p. 278).

tidade internacional vem para a periferia com o único interesse de fazer negócios em moeda internacional, sem que a valorização da sua riqueza fique preza as fronteiras nacionais. Como o capital internacional tem interesse que a valorização da sua riqueza na periferia seja feita em moeda internacional, ele busca controlar os setores capazes de realizarem conversão, que no caso dos países subdesenvolvidos são os exportadores de produtos primários. Um dos pontos fundamentais desse raciocínio está no fato de que o investimento estrangeiro dependerá muito do comportamento e das expectativas do saldo comercial – exportação menos importação – uma vez que está nele a sua remuneração (PRADO JR., 2004).

O problema de relações como a que está sendo apresentada nessa seção é que os países subdesenvolvidos, ao apostarem no capital internacional como parceiros dos projetos de desenvolvimento, caem em uma armadilha, visto que deixam de importar produtos fundamentais para o avanço das suas forças produtivas para garantirem que os saldos comerciais paguem o capital internacional aqui invertido. E mais ainda, os investimentos dessa natureza já vêm com um alcance limitado, uma vez que seus efeitos não podem ser disseminados para outras áreas dessa mesma atividade produtiva, isto é, não há perspectiva de transbordamento para novas oportunidades de aplicação de capitais.

Em síntese, as características de economias subdesenvolvidas contribuem para que seu futuro esteja nas mãos de uma ínfima parcela, aquela que controla os setores e regiões com maior grau de produtividade (FURTADO, 1974)³. Para Furtado, a superação dessa condição depende de um Estado Nacional capaz de recompor a fratura entre meios e fins posto pela especialização produtiva, pela heterogeneidade setorial, regional e social e pelas condições históricas e estruturais colocadas pelo avanço do capitalismo global. Em Caio Prado Jr., por sua vez, observamos a constatação de um processo que relega a economia brasileira a uma posição marginal e subordinada (PRADO JR., 2004). O presente autor, ao trazer a problemática do desenvolvimento por meio de uma relação, demonstra que esta privilegia os interesses de um lado em detrimento do outro. Entendemos que a compreensão do vínculo do capital internacional com o espaço econômico subdesenvolvido é fundamental para a problemática proposta neste artigo, visto que ele aprofunda o subdesenvolvimento como resultado das transformações capitalistas na periferia.

O “Discurso do Rio Amazonas”

No “Discurso do Rio Amazonas”, proferido em 10 de outubro de 1940, Vargas apresentou a região amazônica como uma fronteira a ser conquistada em prol do avanço do capitalismo brasileiro. Logo em suas primeiras palavras, a grandeza territorial e as riquezas naturais da Amazônia foram enaltecidas como condicionantes que levariam à industrialização nacional e local. Porém, para que isso acontecesse, era preciso colonizar aquele espaço e fortalecer a presença do Estado, o que também exigia o uso da técnica para que todas as formas de vida existentes fossem controladas pelo homem. Em outras palavras, tratava-se de superar o atraso por meio da incorporação de técnicas mais modernas na exploração dos recursos do bioma (VARGAS, 1968).

³ “A existência de uma classe dirigente com padrões de consumo similares aos de países onde o nível de acumulação de capital era muito mais alto e impregnada de uma cultura cujo elemento motor é o progresso técnico, transformou-se, assim, em fator básico na evolução dos países periféricos” (FURTADO, 1974, p. 80).

Com os primeiros conhecimentos da Pátria maior, este vale maravilhoso aparece ao espírito jovem, simbolizando a grandeza territorial, a feracidade inigualável, os fenômenos peculiares à vida primitiva e à luta pela existência em toda a sua pitoresca e perigosa extensão. [...] Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta, foram as nossas tarefas. [...] Necessitais adensar o povoamento, acrescentar o rendimento das culturas, aparelhar os transportes. Apenas – é necessário dizê-lo corajosamente – tudo quanto se tem feito, seja agricultura ou indústria extrativa, constitui realizações empíricas e precisa transformar-se em exploração racional. [...] Com elementos de tamanha valia, não mais perdidos na floresta mas concentrados e metodicamente localizados, será possível, por certo retornar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado. [...] O vosso ingresso definitivo no campo econômico da Nação, como fator de prosperidade e de energia criadora vai ser feito sem demora. [...] conquistar e dominar os vales das grandes correntes equatoriais, transformando a sua força cega e sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada (VARGAS, 1968, pp. 9-11).

O referido discurso serviu como fonte de inspiração para aqueles que defendiam a superação do passado e do domínio da elite política então no poder. Tratava-se de uma tentativa de trazer para debate os problemas de povoamento, saneamento, lidando com os conflitos comuns no bioma, como a questão da natureza versus homem, ou seja, as peculiaridades daquele tempo e espaço.

Desse modo, notamos que o presente discurso está em torno de um cenário em que diferentes medidas estavam sendo implementadas em nível nacional com o intuito de superar dicotomia República Velha/Estado Novo. Ou seja, o “passado liberal” deveria ficar para trás, conforme a Revolução de 1930 e o Estado Novo de 1937 tornassem-se marcos para a constituição de uma nacionalidade que colocasse os interesses do país em primeiro plano (GOMES, 2005). Esta ideia ao ser transplantada para o projeto de colonização da Amazônia buscou valorizar os aspectos regionais do bioma, tais como o caboclo, o índio e o ribeirinho, os quais passaram a ser apontados como homens negligenciados pelos líderes políticos do período anterior. A história da Amazônia deveria passar por um novo capítulo, conforme a luta pela superação de doenças, como a malária, começou a ter destaque. De acordo com Lima (1941, p. 110), “o binômio saneamento-colonização passou a ser um aspecto fundamental para estes intelectuais”.

Percebemos, dessa maneira, uma mudança no modo como a Amazônia se encaixou na busca pelo avanço das forças produtivas do país, atentando-nos às correntes teóricas que participaram desse debate e às políticas específicas desencadeadas a partir disso. É possível identificar no discurso acima um primeiro sinal dado pelo presidente aos líderes da região no que dizia respeito à forma como o bioma estava inserido na agenda nacional. Segundo o próprio Vargas, havia chegado a hora de superar o atraso por meio da racionalidade, da técnica e da migração da mão de obra nordestina (PAZ, 2014b). Ou seja, na estratégia de colonização da Amazônia, o poder estatal deveria lidar com os obstáculos e com as potencialidades da região, incentivando homens de “negócios” que pudessem contribuir com a incorporação daquele espaço ao centro dinâmico do país. Na próxima seção, veremos quais desses obstáculos e potencialidades foram postas em debate pelos intelectuais que se propunham a discutir este tema na época, procurando entender em que medida suas propostas estavam alinhadas com a do presidente, e quais delas foram levadas adiante, de modo a interferir em um resultado que não levou ao avanço do capitalismo regional.

Marco teórico: Euclides da Cunha, Nelson Sodré e Mário Travassos

Quando Getúlio Vargas incorporou a Amazônia ao seu projeto de industrialização, poucos haviam se aventurado na região, de modo que pudessem transmitir um conhecimento sobre as particularidades do bioma. Não havia muitos estudos e pesquisas para ajudar na elaboração de uma política que impusesse técnicas de produção mais modernas naquele território. Os militares eram os que mais tinham experiências nas terras amazônicas, e seus trabalhos serviram de inspiração para o presidente. Outro pioneiro no assunto foi o jornalista e professor Euclides da Cunha, cujos livros e artigos se baseavam em pesquisas de campo que, narradas ao leitor, apresentavam as principais características daquele espaço. A partir disso, para expor o marco teórico que contribuiu para um melhor entendimento da Amazônia, enfatizando seus desafios e peculiaridades, selecionamos três autores cujos trabalhos foram precursores no assunto: o já citado Euclides da Cunha e dois militares, Nelson Werneck Sodré e Mário Travassos.

Em *Contrastes e confrontos* (2000), Euclides da Cunha narra suas experiências na desconhecida Amazônia, que, a seu ver, se apresentava como um espaço vazio, com problemas de integração e de seleção natural. De acordo com Cunha, a floresta, os rios e o clima eram os grandes desafios do homem que tentava sobreviver às doenças e aos perigos da fauna. É justamente essa visão sobre a realidade amazônica que fez tal autor ser um dos primeiros a defender o estabelecimento de políticas públicas emergenciais no bioma estudado. Nas palavras de Euclides da Cunha (2000, p. 163):

As novas circumscrições do alto Purús, do alto Juruá e do Acre devem reflectir a ação persistente do governo em um trabalho de incorporação que, na ordem prática, exige desde já a facilidade das comunicações e a aliança de idéas, de prompto transmittidas e traçadas na innervação vibrante dos telégraphos.

Sem este objectivo firme e permanente, aquella Amazonia onde se opéra agora uma selecção natural de energias e deante da qual o espirito Humboldt foi empolgado pela visão de um deslumbrante palco, onde mais cedo ou mais tarde se há de concentrar a civilização do globo, a Amazonia, mais cedo ou mais tarde, se destacará do Brazil, naturalmente e irresistivelmente, como se despega um mundo de uma nebulosa – pela expansão centrifuga do próprio movimento.

No trecho destacado, Cunha chama atenção para a necessidade de criar uma rede de comunicação, integrando os diferentes espaços, principalmente quando notamos a presença de estrangeiros muito bem instalados no território. O autor chama atenção para o fato de que, sem a presença do Estado, a Amazônia e suas riquezas corriam o risco de sair do controle do governo federal. A associação entre os trabalhos de Euclides da Cunha e os discursos do presidente Vargas está justamente neste reconhecimento sobre a necessidade da presença do Estado naquelas regiões pouco habitadas e distantes do centro dinâmico do país. Observamos, dessa maneira, uma relação entre identidade nacional e identidade territorial, ou seja, era preciso conhecer o Brasil para que o Estado nacional fosse fortalecido. Sem a incorporação das diferentes regiões, a dimensão territorial seria um dos grandes obstáculos para a industrialização brasileira, e, de acordo com Maura Leal da Silva (2007), era essa a principal preocupação do governo, o que fazia do conhecimento empírico de Euclides da Cunha um instrumento fundamental para esse período. As palavras do próprio presidente evidenciam essa ideia:

As nações novas, formadas pela expansão colonizadora, apresentam, entre os fenômenos específicos de seu crescimento, a mobilidade de fronteiras. Não coincidem, nos primórdios da formação, as linhas de demarcação política e a extensão da apropriação econômica [...] o Brasil

é, na atualidade, um dos países em que se registra o fato [...] todo o país sofre uma fragmentação nítida em que as etapas do desenvolvimento econômico são assinaladas de modo evidente. Uma faixa é agente e sujeito da economia nacional; a outra é, apenas, objeto, servindo como mercado de consumo de manufaturas, em troca de matérias primas ou produtos extrativos. Naturalmente, a consequência mais imediata do fato é que uma parte dos brasileiros vive em condições de vida peculiares à fase colonial, e outra mostra uma evolução econômica acelerada (VARGAS apud SILVA, 2007, pp. 44-45).

Assim como Cunha (2000), Vargas identificou a necessidade de lidar com dois “brasis”: o primeiro, povoado e moderno; o segundo, inabitado e atrasado. Nosso país, na visão de ambos, era composto naquela época por um mosaico de regiões em diferentes estágios de desenvolvimento econômico, algo que seria fruto da própria expansão do capitalismo brasileiro a partir do processo de colonização. O desafio era lidar com as diversidades de todos os espaços, atendo-se para suas peculiaridades e possíveis funções no desenvolvimento econômico, uma vez que somente assim seria possível levar adiante o projeto de integração nacional.

Os estudos de Nelson Werneck Sodré (1941), por sua vez, focam no processo de formação territorial, trazendo propostas para a modernização das áreas distantes, a partir de uma perspectiva da geografia. O autor identificou os estados mais ricos do país, São Paulo e Rio de Janeiro, como a locomotiva do desenvolvimento capitalista brasileiro, aqueles com condições de levar a industrialização e a urbanização aos territórios distantes e isolados. Essa perspectiva é fundamental para o nosso estudo, na medida em que ela concede uma divisão funcional das regiões brasileiras. Nessa divisão, o Sudeste, local de concentração e centralização do capital, era a máquina que dava movimento ao projeto de industrialização e a região escolhida para receber a indústria de aço barganhada por meio dos Acordos de Washington; o Nordeste, de outro lado, com sua reserva de mão de obra, exportava trabalhadores dispostos a explorar as potencialidades brasileiras; e, por fim, a Amazônia, com sua biodiversidade e riqueza mineral, era o “mapa da mina”, a fornecedora de matérias-primas e *commodities* (PAZ, 2014a).

Segundo Sodré (1941), a busca pela unidade territorial revelava um verdadeiro projeto de colonização das terras afastadas, e a solução para esse problema era a migração de sertanejos sofredores da seca nordestina. Quando voltamos aos discursos de Getúlio Vargas, percebemos que essa divisão fazia parte da sua agenda, visto que, enquanto na Amazônia, o presidente proferia:

Nada nos deterá nesta arrancada, que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando sua força cega e sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. A Amazônia, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da Terra, e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização (VARGAS, 1938-1947, v. X apud SECRETO, 2007, p. 120).

No Nordeste, ele dizia:

Venho da região amazônica, do extremo norte do país. Enquanto percorria o prodigioso vale, a cada momento, lembrava-me de vós (VARGAS, 1938-1947, v. X apud SECRETO, 2007, pp. 120-121).

Sobre a Amazônia, Sodré enfatiza que essa divisão funcional das regiões sucederia apenas se o bioma vencesse o isolamento, caracterizado pelas poucas formações urbanas e pela própria configuração amazônica, com seus rios e matas que dificultavam a ligação dos diferentes espaços e a criação de uma rede de comunicação. Segundo o discurso oficial, tal isolamento era um dos principais fatores que impediam o

domínio do homem sobre a natureza, uma vez que sua relação com a terra era incapaz de torná-la um meio para a satisfação de suas necessidades. O fato é que sem se ater a esses obstáculos, o Estado nunca iria conseguir incorporar a Amazônia ao seu plano de colonização.

As conclusões do governo que embasaram as políticas de avanço ao interior traçaram o destino de milhares de nordestinos, que deviam fugir da seca e cumprir sua função no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Na obra *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril* (1941), Nelson Werneck Sodré enfatiza que, para a Amazônia cumprir sua função, era preciso passar a vê-la como um campo de possibilidades para o capitalismo nacional. E mais ainda, era necessário olhar para o mosaico de sertões que constituíam o Brasil, homogeneizando e incorporando aquelas regiões mais desenvolvidas política e economicamente. A principal contribuição de Sodré foi chamar a atenção para a necessidade de vencer o isolamento, integrando o país por meio da criação de um sistema ferroviário, que permitiria que todas as regiões cumprissem as funções indicadas.

Mário Travassos também foi um dos principais arcabouços teóricos que influenciou o pensamento estratégico militar nos anos 1930, sendo esta a principal razão para entender as contribuições desse autor. Travassos, em seus trabalhos, constata dois grandes antagonismos geográficos no Brasil: Atlântico *versus* Pacífico e Amazonas *versus* Prata, sendo este último o que nos interessa. A apresentação desses antagonismos pretende apontar para a necessidade de ligar as regiões distantes do centro dinâmico do país por meio da construção de redes de transporte, mais precisamente por ferrovias (MELLO, 1997).

Para esse autor, a criação de ferrovias resolveria uma parte dos obstáculos que impedia a Amazônia de cumprir sua função no desenvolvimento do capitalismo brasileiro, visto a dificuldade de adentrar os rios e a mata do bioma. A ferrovia, além de facilitar a conquista da floresta, também permitiria a ligação desse território ao Sudeste, de modo que suas matérias-primas e *commodities* chegassem com mais segurança à região que deveria dar movimento ao nosso capitalismo. Ou seja, por meio dessa medida, seria possível assegurar a exploração de recursos de um dos biomas que compõem o “coração sul-americano”, a Amazônia. Para Travassos, um sistema de transportes pluralizado, formado por ferrovias, rodovias, hidrovias e outros, seria a chave para assegurar o controle territorial desse país de grande extensão (MELLO, 1997).

Em consonância com o marco regulatório dos anos 1930, a visão de desenvolvimento esboçada pelos militares também estava relacionada à defesa dos recursos minerais. No entanto, precisamos enfatizar que diante do contexto de Guerra Fria, na visão militar, a projeção regional brasileira só seria possível mediante sua capacidade de alinhamento com os EUA. A formação de uma aliança preferencial com a grande potência ocidental surgiu como uma pré-condição para que o Brasil viesse a ser uma potência intermediária (MELLO, 1997). Essa proximidade, que levou à concretização dos Acordos de Washington, assegurou aos EUA o acesso às matérias-primas estratégicas brasileiras, ou seja, a riqueza amazônica foi comprometida, distando-a da sua função no projeto de desenvolvimento do capitalismo brasileiro (PAZ, 2014a).

Dessa maneira, observa-se que Euclides da Cunha, Nelson Werneck Sodré e Mário Travassos podem ser classificados como autores que estavam no centro do debate no momento em que o presidente Getúlio Vargas elaborava sua política de colonização da Amazônia brasileira. Estes apontaram aspectos fundamentais para o projeto do governo, na medida em que destacaram o atraso da região, a importância dos seus recursos para a industrialização do país, a posição geoestratégica do bioma e a necessidade de incorporar esse

espaço ao centro dinâmico por meio de ferrovias.

O projeto Marcha para o Oeste e o subdesenvolvimento regional

A problemática do desenvolvimento regional apresentada por Furtado (1972) para entender o atraso do Nordeste tem características similares com o estudo que busca analisar os desafios do subdesenvolvimento na região amazônica. Segundo Diniz (2009), a relação centro-periferia introduzida pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), e transferida por Furtado para discutir as desigualdades regionais entre Nordeste e Centro-Sul, também pode ser adaptada para observar a realidade da Amazônia brasileira. Isso porque ela não deveria ser examinada isoladamente, e sim passar a ser notada como uma área incorporada ao capitalismo mundial e àquele liderado pelo centro dinâmico do país. Ao avaliar a relação comercial do Norte com o Sudeste, é possível perceber um resultado análogo àquele apresentado por Celso Furtado ao observar essas mesmas relações entre Nordeste e Centro-Sul: a drenagem de uma parte da renda gerada na região mais atrasada para a mais moderna, e o bloqueio ao avanço das forças produtivas na primeira. Segundo Diniz (2009, p. 238), “esse duplo mecanismo de transferência de renda provocava um efeito sobre a economia nordestina semelhante ao efeito dos países centrais sobre a periferia, caracterizado no clássico diagnóstico da deterioração dos termos de intercâmbio da Cepal”.

Para Marques (2007), o desenvolvimento capitalista da Amazônia sempre esteve associado ao desenvolvimento da economia brasileira, porém, essa relação não ocorreu de forma homogênea, de modo que a segunda puxasse a primeira. Isso porque, enquanto o Sudeste assistia ao avanço do capitalismo, com a introdução do trabalho assalariado e o início da industrialização, a Amazônia aprofundava sua dependência, ficando cada vez mais vulnerável aos ciclos do capital internacional. Esse autor faz uma associação mais precisa entre a relação desse bioma com o Sudeste e aquela identificada entre o Brasil e a Europa no cenário do antigo sistema colonial: assim como o capitalismo brasileiro evoluiu para atender às necessidades da acumulação primitiva no centro (NOVAIS, 1995), a Amazônia cumpriu essa mesma função nos quadros da economia nacional. Em outras palavras, do mesmo modo que todo o sistema colonial encontrava-se subordinado ao capitalismo mundial, o avanço das forças produtivas na Hileia brasileira ocorria conforme o ritmo, a intensidade e os interesses da acumulação de capital no binômio Rio-São Paulo.

A partir desse debate, Marques (2007) apresenta a ideia de regionalismo, isto é, a manifestação de uma região atrasada diante de um processo de avanço do capitalismo nacional. Em outras palavras, quer dizer o modo como um espaço reage à expansão das forças produtivas, chamando a atenção para as suas próprias particularidades, na medida em que são estas que trazem valor a este estudo. Sendo assim, trata-se de um “palco de reivindicações, e tanto ela (a região) quanto o regionalismo são apresentados de forma homogênea, como a ‘vontade regional’, como interesses de todos” (MARQUES, 2007, p. 65).

Dado que a desigualdade regional é um fator fundamental na identificação desse fenômeno, algumas instituições, como a Cepal, defendem que, para vencer esse atraso, é necessário ter planejamento da ação institucional, visto que somente assim seria possível lidar com o receio do capital em enfrentar os desafios de um território tão peculiar, como a Amazônia. Marques (2007) chama a atenção para o fato de que mesmo que essa abordagem tenha sentido, não podemos ignorar que tal solução depende muito de

quem são os planejadores, uma vez que muitas vezes estes são de fora da região e, quando são de dentro, representam uma ínfima parcela da sociedade local.

O regionalismo é mais um dos casos particulares de lutas simbólicas onde os agentes envolvidos, quer individualmente ou em grupo, lutam por critérios de avaliação legítimos. Quando os agentes dominados na relação de força simbólica encontram-se na luta de forma isolada eles passam a aceitar a definição do dominante sobre sua identidade ou procuram assimilar a identidade do dominante a fim de esconder os traços que lembram o estigma. Porém, quando os dominados entram na luta de forma coletiva para a inversão das relações de força simbólica eles procuram impor novos princípios de divisão, num esforço pela autonomia. Esta última é entendida como poder de definição do mundo social em conformidade com seus próprios interesses (MARQUES, 2007, p. 66).

Nesse quadro, é possível identificar a política de colonização da Amazônia pronunciada durante o Estado Novo como um meio de tornar o norte do país um instrumento voltado a atender os interesses do centro dinâmico e de uma ínfima parcela da população local. A proposta do governo federal buscava lidar não somente com as preocupações estratégicas nacionais, mas também com a crise econômica que a região passava no início dos anos 1940, em virtude da queda da produção da borracha natural. Tal crise, associada à Guerra Fria e ao novo marco regulatório nacional, colocou no tabuleiro as peças locais, nacionais e internacionais que davam bases ao projeto Marcha para o Oeste, que materializou uma campanha de colonização das regiões com “vazios demográficos”, como a Amazônia brasileira. Através desse programa, o governo projetou a forma como os militares viam regiões como o norte do país, que deveria ser ocupado, conquistado, explorado e controlado por grupos internos liderados diretamente pelo governo federal (SECRETO, 2007).

Ricardo Cassiano, por meio da sua obra *Marcha para Oeste: a influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil* (1970), foi o principal inspirador desse programa, uma vez que acreditava na recuperação das bandeiras como meio de conquista daquela região do país. Sua obra faz uma associação entre as bandeiras dos séculos XVII e XVIII, o avanço pelo planalto paulista no século XIX e o programa Marcha para o Oeste. A principal contribuição de Cassiano para este programa está na sua elaboração do conceito “bandeirismo”, que reforça o domínio de terras pelos bandeirantes como uma característica intrínseca da formação do Brasil, algo que para o autor faz parte do nosso processo de civilização (SECRETO, 2007). Nas palavras do próprio autor:

Mas a bandeira, como toda revolução, teve grandes reflexos: estabeleceu o ritmo da civilização brasileira; traçou a silhueta verde-física do Brasil; originou uma mentalidade mais apropriada à realização do nosso destino, em sentido contrário à que só via o litoral. Portanto, os seus resultados estão presentes em nós. Como presente está ela própria quando hoje se repete o fenômeno em “horizonte cultural” diverso. Assim, no século XX o bandeirismo nos oferece dois aspectos: o primeiro, o da expansão geográfica [...] o segundo aspecto, o bandeirismo imposto pela grandeza conquistada (CASSIANO, 1970, p. 624-625).

Cassiano defendeu que, diante do desafio de conquistar o desenvolvimento capitalista e a soberania nacional, a recuperação das bandeiras deveria ter o presidente Vargas como líder do movimento, sendo essa uma das justificativas para a centralização do poder no governo federal. De acordo com Marques (2009), para o presidente, a criação dos territórios federais e a promoção do povoamento de áreas isoladas também beneficiaria o crescimento da produção agrícola e mineral, que, por sua vez, provocaria um transbordamento para a industrialização do país, sendo este o objetivo do Estado Novo.

Além disso, uma vez que o Brasil era constituído por um mosaico, em termos políticos, socioeconômicos e demográficos, o Estado Novo buscou recriar as bandeiras mediante inúmeras expedições

pelo interior do país, com o intuito de incorporar áreas isoladas do centro dinâmico (ANDRADE, 2010). Conforme a Amazônia se tornou peça fundamental nos processos de decisão do governo central, visto suas riquezas naturais e minerais e sua posição geoestratégica, passou-se a enfatizar a necessidade de intervenções racionais e centralizadas com a finalidade de colonizar a região. Sendo assim, notamos a expressão de um importante elemento do desenvolvimentismo propagado pelo Estado Novo em uma região específica do país: o planejamento estrategicamente organizado, com os problemas, objetivos e medidas previamente definidos (D'ARAÚJO, 1992).

O empolgante movimento de reconstrução nacional consubstanciado no advento do regime de 10 de novembro não podia esquecer-vos, porque sois a terra do futuro, o vale da promessa na vida do Brasil de amanhã. O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora. Vim para ver e observar, de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto de seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros: também estrangeiros, técnicos e homens de negócio virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse de terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro (VARGAS, 1968, p. 228).

Observamos que o projeto do governo federal combinava centralização do poder e planejamento, principalmente no que diz respeito à formação de recursos humanos e à necessidade de lidar com os problemas de infraestrutura. Ou seja, tratava-se de vencer os obstáculos trazidos pelo subdesenvolvimento em um país que contemplava conjuntamente regiões mais desenvolvidas, como São Paulo e o Distrito Federal, e outras atrasadas, como a Amazônia – “uma região geologicamente definida, à espera da técnica, a fim de que se possa transformar em imenso celeiro” (FGV, 1955).

Como dito anteriormente, a preocupação do Estado Novo em levar o progresso para as regiões mais afastadas do centro fez parte de um projeto de desenvolvimento capitalista, que, naquele momento, foi o principal direcionador político e socioeconômico do governo. Porém, tal programa estava muito mais ligado ao discurso do que à prática, visto a dificuldade de centralizar recursos para essa finalidade. Ainda assim, o programa Marcha para o Oeste teve uma forte expressão simbólica, na medida em que trouxe a Amazônia para debate (Andrade, 2010). Por último, vale ressaltar que, mesmo defendendo um projeto pautado nos interesses nacionais, (VARGAS, 1954, p. 10 apud MARQUES, 2009, p. 58) sempre deixou clara a necessidade de “contribuição” do capital estrangeiro tanto para o país quanto para a Amazônia.

Em suma, a participação da Amazônia na defesa da industrialização naquele momento tinha duas vertentes: 1) a colonização, com a Marcha para o Oeste, que se configurava como um suporte ideológico, dando a migração como alternativa ao vazio populacional; 2) a política econômica, que evidenciava a associação do capital estrangeiro com os interesses nacionais como meio para alcançar o progresso econômico da nação.

Para o presidente Vargas, apesar de a beleza amazônica encantar a todos que a visitavam, era preciso dominá-la, no sentido de ligar esta região ao programa de industrialização liderado pelo Sudeste. Isto é, a Amazônia brasileira estava inserida em um projeto maior e, por isso, sua incorporação ao restante do país por meio de uma política de colonização era fundamental. Logo, o controle e a exploração das potencialidades regionais, tais como o manganês, a juta e o petróleo, eram vistos como o caminho a ser seguido. Em decorrência da propagação dessa perspectiva, o bioma começou a receber alguns discípulos do presidente

Vargas. Estes deveriam investir em infraestrutura, buscando valorizar as riquezas regionais capazes de contribuir para o avanço das forças produtivas nacionais e locais

Conclusão

Neste ensaio, buscamos entender as contribuições de três autores para o conceito de subdesenvolvimento: Celso Furtado, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes. Em cada um deles encontramos elementos e conceitos que nos permitem entender as razões históricas e estruturais dessa manifestação particular do capitalismo. Vimos em Celso Furtado a importância de categorizar este conceito, na medida em que o diferenciamos de desenvolvimento e desenvolvimento capitalista. O avanço das forças produtivas em países subdesenvolvidos revela uma incapacidade de fazer uso dos meios disponíveis para satisfazer as necessidades da sociedade local. A convivência simultânea entre meios de produção tradicionais e modernos é uma das principais causas para a inadequação entre meios e fins, um fenômeno chamado por Furtado como heterogeneidade estrutural.

Caio Prado Jr., por sua vez, apresenta o subdesenvolvimento de forma complementar a Celso Furtado, porém, ao avançar na relação do capital internacional com este espaço econômico nos faz entender uma das causas para enrijecimento dessa estrutura. Por meio deste autor, observamos que essa categoria de capital vem para a periferia com o objetivo único de fazer negócios que não crie raízes locais. A incerteza estrutural que caracteriza as nações subdesenvolvidas faz com que o capital internacional não queira comprometer sua riqueza, visto que essa incerteza leva a instabilidade. Como a parcela da valorização desse capital em uma dada nação subdesenvolvida é ínfima quando comparada com o conjunto dos ganhos, o capital internacional objetiva preservar sua mobilidade e volatilidade para não pôr em risco a expansão da sua riqueza. Consequentemente, conforme outras oportunidades de valorização surgem, este se desloca com facilidade, o que por sua vez revela um comportamento incompatível com formação. Ou seja, em sua busca por mobilidade e conversibilidade, o capital internacional contribui para o aprofundamento da dependência e da especialização produtiva da periferia, e desse modo, do subdesenvolvimento.

O projeto de desenvolvimento capitalista do governo Vargas (1930-1945) ocorreu em um espaço econômico cujo avanço do capitalismo resultou no subdesenvolvimento, em uma relação fluida e instável com o capital internacional e em uma burguesia que não está comprometida com a formação de um sistema econômico nacional, mas com a sobrevivência do seu *status quo* e do próprio capitalismo dependente. Empiricamente, vimos esse cenário se apresenta na política de colonização do governo Vargas, mais especificamente no programa *Marcha para o Oeste*. Em outras palavras, acreditamos que tal programa incorporou a Amazônia ao capitalismo brasileiro e mundial, de modo que esta cumprisse a função de fornecedora de matérias-primas e recursos estratégicos, estabelecendo-se como uma das últimas fronteiras para a valorização do capital.

Tentamos entender que ao contrário do que afirmaram os discursos políticos da época, a burguesia interna não procurava integrar as diferentes regiões do país, mas realizar uma política de colonização que permitisse a incorporação do norte brasileiro ao capitalismo mundial como um enclave, isto é, uma região cuja função é atender a valorização do capital em escala global a partir da drenagem de uma parte da renda

para fora. Além disso, é importante destacar que se as políticas da época, como a *Marcha para o Oeste*, tivessem o interesse de integrar e realizar uma política de desenvolvimento, elas não teriam desconsiderado por completo os índios e as populações que viviam naquele local, expropriando-os violentamente de suas terras pelo fato de seus respectivos modos de produção não estarem de acordo com a lógica do lucro.

Ademais, a concepção de desenvolvimento apontada no discurso do Rio Amazonas, ao envolver o controle dos meios por parte do Estado, ela está defendendo um Estado imbuído de valores e lideranças do Sudeste. Essa ideia torna-se um problema, na medida em que as especificidades da região amazônica não são conhecidas por aqueles que promovem a colonização do bioma. Como consequência desta ignorância, ainda que nos discursos os elementos locais tenham sido valorizados, as políticas, como a *Marcha para o Oeste*, reproduziram uma expansão violenta e extensiva para floresta, sem levar em consideração as populações tradicionais daquele espaço. Acreditamos que mesmo que tenhamos tido uma avanço no projeto de desenvolvimento capitalista defendido pelo Estado Novo, o qual teve uma postura mais nacionalista quando comparada com as lideranças anteriores, tivemos a partir do Discurso do Rio Amazonas a reprodução de elementos que estruturaram e fortaleceram a nossa condição de país subdesenvolvido, algo ainda mais explícito quando se trata de um espaço que fica na periferia da periferia.

Sendo assim, sintetizamos como resultados deste processo: 1) as disparidades regionais entre Amazônia e o Centro-Sul do país continuaram a ser exploradas como condição para a expansão do capitalismo brasileiro; 2) o avanço dos grandes trustes internacionais para periferia, incentivados pelos programas de colonização, revelaram que a relação do capital internacional com o espaço econômico subdesenvolvido impede a formação de um sistema econômico nacional; e 3) a falta de um nacionalismo consciente, homogêneo e integrado por parte das classes dominantes internas impediu que as políticas do primeiro governo Vargas, tanto em termos gerais quanto para a Amazônia especificamente, impediu estimular um processo que combinasse desenvolvimento econômico, democracia e autonomia nacional.

Referências

- ANDRADE, R. P. **Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política1” redescobrem a Amazônia (1940-1941)**. Bol. Mus. Belém, v. 5, n 2, p. 453-468, mai-ago 2010.
- BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. “Desenvolvimento, economia e sociedade na Era Vargas”. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. **A Era Vargas: desenvolvimentismo, econômica e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- CAMPOS, F. A. **A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)**. Campinas, 2009. 227 f. (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, UNICAMP.
- _____. Complexo multinacional e a “Lei de Remessas de Lucro” (1956-1973). **Texto para Discussão**, Campinas: IE/Unicamp, n. 245, nov. 2014a. 28 p.
- _____. Meios e fins do desenvolvimento para Celso Furtado. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, n. 162, p. 79-83, nov. 2014b.

CAMPOS, F. A.; COSTA, E. J. M. A escala nacional diante da transnacionalização do espaço local. **Argumentum**, Vitória, v. 4, n. 1, p. 118-136, jan./jun. 2012.

CORSI, F. O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. **A Era Vargas: desenvolvimentismo, econômica e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CORSI, F. **Política Externa e Desenvolvimento no Estado Novo**. UFRJ, 2007.
Disponível em: <<http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/141.pdf>> Acesso em: 05/11/14.

CUNHA, E. **Contrastes e confrontos**. Editora Virtual Books online M&M, Editora Ltda, 2000. Disponível em Virtualbooks.com.br.

D'ARAUJO, M. C. Amazônia e desenvolvimento a luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo. N. 19, ano 7, jun 1992.

DINIZ, C. C. **Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional**. Nova Economia, Belo Horizonte, maio-agosto de 2009.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. (1955), **Curso de Planejamento Regional**. Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Rio de Janeiro, FGV.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

_____. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. **O Mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

_____. **Criatividade e dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Pequena introdução ao desenvolvimento**. São Paulo: Ed. Nacional, 1981.

_____. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Introdução ao desenvolvimento – enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HADLER, J. P. T. C. **Dependência e subdesenvolvimento – a transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimento industrial em Celso Furtado**. São Paulo: Alameda, 2012.

MARQUES, G. **Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira**. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MARQUES, I. C. R. **Território Federal e mineração de manganês: gênese do Estado do Amapá**. Rio de Janeiro, 2009. 286 f. (Tese de doutorado). CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E NATURAIS – CCMN. UFRJ.

MELLO, L. I. A. A geopolítica do Brasil. In: **A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata**. **Manaus**. Ed. Da Uni-

versidade do Amazonas, 1997.

NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na Crise Do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1995. Introdução e Cap. 2. Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial.

PAZ, A. **Os mineiros da floresta: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica**. Belém: Paka-Tatu, 2014.

PRADO JR., C. **Esboços dos fundamentos da teoria econômica**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. **História e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **A Revolução brasileira**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

ROSA, L. B. R. A. **Minério de ferro: políticas oficiais: planos empresariais**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1998.

SAMPAIO JR., P. **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SECRETO, V. M. A ocupação dos 'espaços vazios' no governo Vargas: do 'Discurso do rio Amazonas' à saga dos soldados da borracha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 40, julho-dezembro de 2007, p. 115-135.

SILVA, M. L. A. (onto) **gênese da nação nas margens do território nacional – o projeto janarista territorial para o Amapá (1944-1956)**. São Paulo, 2007. 179 f. (Dissertação de mestrado). PUC-SP.

SODRÉ, N. W. **Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril**. 1. ed. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1941.

VALE. **Vale – Nossa História**. 2012. Disponível em: <<http://www.vale.com/PT/aboutvale/book-our-history/Paginas/default.aspx>> Acesso em: 14/04/15.

VARGAS, G. D. "A Nova Política do Brasil". Rio de Janeiro: José Olímpio, 1938 Apud SECRETO, V. M. A ocupação dos 'espaços vazios' no governo Vargas: do 'Discurso do rio Amazonas' à saga dos soldados da borracha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 40, julho-dezembro de 2007, p. 115-135.

VARGAS, G. Discurso do Amazonas. In: BRASIL. **Valorização econômica da Amazônia: subsídios para seu planejamento**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa nacional, 1954.

VARGAS, G. O Discurso do Rio Amazonas. In: **Operação Amazonas (Discursos)**. Belém: SUDAM, 1968.

22. A VALORAÇÃO DO MEIO AMBIENTE NO BRASIL A PARTIR DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL FEDERAL

Rafael Oliveira Fonseca¹

A questão ambiental na contemporaneidade, diferente do passado e ainda que em diferentes escalas de relevância, é tida por nossa sociedade atual como um dos elementos vitais para uma consolidação ou mesmo ampliação das condições básicas para a promoção de uma qualidade de vida aos seres humanos.

Nesse sentido, o meio ambiente, que inclui os elementos do mundo natural e as relações entre as pessoas e o meio onde vivem (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012), é um componente intrínseco e consequentemente vital para a vida humana.

Além do mais, a temática ambiental se manifesta no cotidiano de diversas formas, como por exemplo, quando se examinam elementos que possuam relação com: a proteção do meio ambiente, o desenvolvimento sustentável, as mudanças climáticas, a educação ambiental, a sua gestão e governança, bem como, seu valor monetário, dentre vários outros fatores.

Nessa lógica, a despeito da existência de uma perspectiva teórica que trata especificamente de História Ambiental², do ponto de vista da história recente, observa-se que o debate acerca das questões ambientais na escala internacional tonifica sua expressividade predominantemente apoiado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente realizada em Estocolmo (Suécia) em 1972, popularmente conhecida meramente como a Conferência de Estocolmo.

Esse encontro foi realizado em decorrência das crescentes discussões sobre o tema a partir da década de 1940, no contexto do pós-Segunda Guerra e expansão da atividade econômica mundial, que passaram a questionar a possibilidade de esgotamento de vários recursos naturais e consequentemente inúmeras incertezas sobre o futuro (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Desde então, o meio ambiente vem expandindo sua presença como objeto central de milhares de pesquisadores e consequentemente se posiciona como elemento basilar de numerosos espaços de discussões (reuniões, fóruns, pesquisas etc.) que, de modo conjunto, foram e continuam sendo fundamentais para os avanços conceituais e paradigmáticos acerca das questões ambientais, influenciando, sem dúvida, na sua conjuntura atual, ainda que inexata em alguns aspectos.

Nessa perspectiva histórica recente, evidenciando as conferências internacionais, destaca-se também o revigoramento do debate ambiental em 1992, quando foi realizada a Conferência do Rio de Janeiro

¹ Professor Doutor de Geografia na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: rafaeljonseca@uems.br.

² Desenvolvida no Brasil na atualidade por vários autores, como por exemplo: Dora Corrêa, Eunice Nodari, José Augusto Drummond, José Augusto Pádua, José Luiz Franco, Leila Mourão, Lise Sedrez, Sandro Dutra e Silva, Paulo Martinez, Regina Duarte, Rogério de Oliveira, dentre outros.

(Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento).

Pode-se afirmar que, após 20 anos da Conferência de Estocolmo, de certa forma, o debate sobre o meio ambiente sofreu um novo impulso, pois a cúpula do Rio de Janeiro consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável, produziu a Agenda 21, contemplou ações que visaram estabelecer padrões internacionais de desenvolvimento, além da Convenção sobre Mudança Climática, Convenção sobre Diversidade Biológica, Declaração do Rio, Princípios para Manejo e Conservação de Florestas.

Além disso, segundo Ribeiro (2001), na Conferência do Rio, a ONU permitiu pela primeira vez a participação da sociedade civil organizada, mesmo que na qualidade de ouvinte, sem direito a voto e apenas alguns minutos de pronunciamento. Fato que contribuiu para consolidação das discussões também fora do ambiente científico, fortalecendo o movimento ambientalista e promovendo a ampliação da presença do tema na sociedade de forma cotidiana.

Nesse contexto, no início do século XXI, a temática prossegue ocupando uma posição proeminente no cenário internacional, sobretudo em decorrência dos debates globais atrelados às mudanças climáticas e à utilização dos recursos naturais, marcado nos últimos anos por alguns avanços e impasses na regulação quanto ao acesso à biodiversidade e ao controle das emissões de gases estufa (RIBEIRO; SANT'ANNA, 2012).

Conforme destacam Nordas e Gleditsch (2007), a concretização das previsões acerca dos efeitos das mudanças climáticas poderão gerar numerosos conflitos, sobretudo nas áreas mais pobres do planeta devido a provável acentuação em larga escala da escassez de recursos naturais fundamentais.

É um cenário controverso, pois a utilização de recursos naturais pelo Homem para suprir suas necessidades é legítima e intrínseca à própria existência da vida. No entanto, é preciso administrar e gerir o acesso aos mesmos, sobretudo porque são raros e em algumas situações estão distribuídos e disponíveis de forma não equilibrada pelo planeta, por isso, a necessidade de gestão dos recursos naturais se impõe no período atual (RIBEIRO; SANT'ANNA, 2012).

Ademais, é notória também a expansão do uso cotidiano do conceito de desenvolvimento sustentável, utilizada de várias maneiras e com diferentes interpretações ainda que similares³.

Consequentemente, esse conceito também se difundiu pelo Brasil, até por sua posição de protagonismo internacional na área ambiental, em decorrência do país abranger em seu território rica diversidade biológica dentre seus diferentes ecossistemas, a maior parte da floresta Amazônia, além de uma volumosa quantidade de recursos hídricos e minerais.

Protagonismo existente também em decorrência de aspectos socioeconômicos, visto que, por exemplo, o Brasil possui a quinta maior população global com 208 milhões de habitantes (UN, 2017), o nono maior PIB mundial (WORLD BANK, 2016), atua como um ator de destaque no comércio internacional

³ O conceito de desenvolvimento sustentável se difundiu largamente a partir do Relatório Brundtland em 1987 como aquele desenvolvimento "(...) que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades" (CMMAD, 1991 [1987], p. 46). Destaca-se que existem outras definições análogas que foram concebidas por vários investigadores, sobretudo das áreas biológicas e humanas, bem como por organizações e entidades internacionais. Uma análise realizada no final da década de 1980, indicou que, apesar da falta de precisão de alguns autores, as diferentes concepções em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável são correlatas (PEARCE; MARKANDYA; BARBIER, 1992 [1989]). No decorrer das décadas outros autores efetuaram análises do conceito de forma similar como, por exemplo: Acselrad (1999), Frey (2001), Guimarães (1992, 2001), Herculano (1992), Montibeller-Filho (1993, 2008), Romeiro (2012), Sachs (2000, 2004, 2007), Veiga (2005), etc.

de commodities agrícolas e minerais, além de congregar uma das maiores áreas mundiais dedicadas às atividades pecuárias se colocando dentre as maiores nações comercializadoras de carne do mundo.

Dessa maneira, na atualidade, o Brasil possui uma magnitude internacional nas esferas socioeconômica e ambiental, que é acompanhado de elementos que contribuem para a conjunturas nocivas e degradantes para o meio ambiente, sobretudo quando não gerenciadas satisfatoriamente. Por isso, o país na atualidade detém posição destacada nas discussões no âmbito da ordem ambiental internacional (RIBEIRO, 2002), e não poderia ser diferente.

Em decorrência desse cenário nacional que contém um expressivo patrimônio natural, além de numerosas atividades econômicas que degradam ao meio ambiente, manifestam-se no território algumas contradições que abrangem demandas conjunturais vinculadas à perenidade do crescimento econômico e à proteção do meio ambiente em um contexto de um desenvolvimento considerado sustentável.

Nesse sentido, o Estado possui papel primordial através da concepção e execução de políticas públicas territoriais condizentes com esse contraditório cenário. O território se conforma a partir da apropriação do espaço – concreta ou abstratamente por um ator que o “territorializa” revelando relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN (1993). Em vista disso, concebe-se que a produção e o ordenamento do território se inserem em uma complexa esfera de poder, relações e interesses circundada por numerosos atores que ora se auxiliam ora se confrontam.

Por isso, as políticas públicas territoriais estão inseridas em um cenário extremamente complexo e dinâmico. Ainda assim, ressalta-se que a concepção de políticas públicas não deve ser compreendida como uma prerrogativa exclusiva do Estado, mas de todos os agentes e atores sociais, ainda que lhe caiba a função de oficialização bem como de coordenar [ao menos parte] das ações (STEINBERGER, 2013), o que contribui para materializar sobre o território a construção de políticas públicas caracterizadas por serem policêntricas (MASSARDIER, 2003).

É nesse complexo e contraditório cenário que o Estado brasileiro (em seus três níveis de governo) realizou, sobretudo na última década, vultosos investimentos em setores considerados estratégicos para o crescimento econômico (transportes, energia e infraestrutura urbana), baseado, por exemplo, no Programa de Aceleração do Crescimento (BRASIL, 2010, 2012, 2014, 2018).

Nesse contexto, o meio ambiente está sendo pressionado, ao mesmo tempo que historicamente está sendo cada vez mais valorizado pela sociedade com base em um longo processo de educação e conscientização. Conseqüentemente, na conjuntura de um mercado globalizado o meio ambiente também passa a ser valorado do ponto de vista monetário. Nesta análise consideramos que o termo valorar significa analisar (algo) a fim de atribuir-lhe valor ou julgamento (HOUAISS, 2009).

Em face do exposto, este artigo tem o objetivo de apresentar e analisar alguns aspectos da Compensação Ambiental Federal (CA) no Brasil, um instrumento da política territorial brasileira juridicamente atrelado ao processo de Licenciamento Ambiental, que acaba por valorar monetariamente o meio ambiente a partir da oneração dos empreendedores em obras de significativo impacto ambiental.

Para tanto, em um primeiro momento destaca-se alguns elementos acerca do Estado e de suas políticas públicas territoriais, em um contexto contraditório que envolve a incessante demanda por crescimento econômico de forma concomitante às exigências pela proteção do meio ambiente. Logo após, aborda-se a

valoração do meio ambiente por meio da Compensação Ambiental Federal, para então, enfim, serem apresentadas algumas considerações finais.

Crescimento econômico x proteção ambiental: Estado e suas políticas territoriais

Segundo Mello-Théry (2011), falar do meio ambiente é tratar indissociavelmente do território, da mesma forma que falar de política é tratar de seus vínculos com a sociedade e esse agente além logicamente das relações de poderes existentes.

Nessa perspectiva, concebe-se que o Estado, a partir de suas políticas territoriais, é o principal agente da dinâmica de gestão do território e conseqüentemente de seu ordenamento, apesar da relevância de vários outros atores sociais nesse processo.

Nesse contexto de relações de poderes e interesses, observa-se há algumas décadas, sobretudo a partir dos anos 1990, que o país perpassa por um movimento de mudanças políticas e econômicas caracterizado, dentre outros fatores, pela legitimação de um padrão de desenvolvimento baseado na expansão das atividades econômicas no contexto do mercado mundializado.

Processo que se exacerba na Era Collor (1990-1992) e que teve como justificativa basilar a falência do projeto desenvolvimentista até então em vigor no Brasil (FURTADO, 1959; BRESSER-PEREIRA, 1975; BIELSCHOWSKY, 1995). Os argumentos daquele governo para a adoção de medidas atreladas a uma crescente abertura comercial, o início da privatização de setores considerados estratégicos para desenvolvimento do país, a busca de uma estabilidade monetária e um controle sobre a inflação eram baseados na existência de uma baixa qualidade dos setores de serviços estatais monopolizados, bem como do setor industrial nacional protegido por altas barreiras alfandegárias. As ações governamentais que seguiam o receituário neoliberal, no discurso, visavam impulsionar a economia do país no âmbito da globalização.

Fato é que tais medidas impuseram ao Brasil um novo padrão de organização do território fundamentado, por exemplo, na busca de uma maior eficiência de infraestrutura em setores considerados estratégicos para o crescimento econômico do país, com o objetivo de intensificar e ampliar a inserção do país no mercado cada vez mais mundializado.

No entanto, é relevante destacar que nesse mesmo momento o país participava ativamente das discussões ambientais internacionais, tendo o governo da época atuado como um importante articulador para a realização em 1992 da Conferência do Rio. Momento o qual um dos grandes desafios globais se tornou o delineamento de uma estratégia [também pública] que fosse ambientalmente sustentável, economicamente sustentada e socialmente inclusiva (SACHS, 2004).

Ocorre que, no final do século XX, da mesma forma que o debate ambiental se expandiu, a demanda pelo perene crescimento econômico também pressionou os Estados em uma perspectiva global, influenciando na reorganização da divisão territorial do trabalho mundial, bem como na busca constante por uma maior racionalidade infraestrutural na maior parte do mundo⁴.

Cenário que contribuiu para uma conjuntura na qual a circulação, seja material ou imaterial, apro-

⁴ Considera-se que o conceito de infraestrutura corresponde ao conjunto de estruturas e atividades de um país (instalações, equipamentos físicos, estruturas organizacionais e institucionais), ou fundações econômicas e sociais que servem de base para o desenvolvimento de outras atividades (PINTO JR., 2010).

fundou seu papel como um elemento intrínseco e indissociável dos processos produtivos, resultando em um relevante crescimento na demanda infraestrutural e técnica nos setores de transportes, energia e telecomunicações.

Tolmasquim (2012) destaca que a capacidade do Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN) de energia elétrica do Brasil deve evoluir de cerca de 110 gigawatts (2010) para 171 gigawatts (2020), com a priorização de fontes renováveis como hidráulica, eólica e biomassa. Por conseguinte, nos últimos anos foram executadas no Brasil grandes obras infraestruturais, várias dessas conduzidas pelo Estado, sobretudo nos setores de transportes e energia. Um dos elementos marcantes nesse sentido é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007 pelo Governo Federal no início do segundo mandato do presidente Lula.

O PAC consiste em um conjunto de medidas majoritariamente estatais que visam, como um plano estratégico de governo, contribuir para o resgate de investimentos em setores estruturantes para o país (BRASIL, 2010) e consequentemente para retomada do papel do Estado como agente indutor do desenvolvimento socioeconômico do país.

No entanto, essa conjuntura de expansão das infraestruturas voltados ao crescimento econômico ampliou os debates ambientais e as pressões atreladas aos parâmetros definidos nos acordos e convenções internacionais ambientais dentre os quais o Brasil é signatário.

Em outras palavras, é relevante notar que a sociedade como um todo transita entre as exigências de posições do Estado em relação à proteção dos recursos naturais e a busca incessante por transformar esses recursos em produtos de mercados. Em suma, reivindica-se simultaneamente uma forte política de proteção do meio ambiente, bem como de inserção do país no mercado global, dois aspectos contraditórios (MELLO, 2006), deixando o Estado, por vezes, em uma encruzilhada.

Assim, inseridas nas contradições existentes na busca do consagrado crescimento, as políticas públicas territoriais estão enquadradas em um campo de forças repleto de posições conflitantes, como expressa no caso da Compensação Ambiental, inserida em relação complexas e dinâmicas que promovem reflexos diretos e/ou indiretos nas políticas territoriais e consequentemente no ordenamento do território (FONSECA, 2017).

Ocorre que, por vezes, a busca incessante pelo crescimento econômico pressiona a proteção do meio ambiente de tal maneira que a não realização de um empreendimento é considerada um prejuízo à coletividade (BECHARA, 2009), reforçando novamente as contradições das demandas de nossa sociedade contemporânea.

Na essência dessa discordância há numerosos elementos significativos, como, por exemplo, os danos ambientais causados pelas grandes obras de infraestrutura dirigidas pelo Estado que frequentemente causam amplos debates devido à magnitude dos seus impactos e a incapacidade estrutural de monitoramento por parte dos órgãos estatais. Apesar da existência no Brasil de um processo de emissão de licenças ambientais estatais, que na teoria atesta a qualidade ambiental dos respectivos empreendimentos e de maneira que o Estado busca controlar as atividades que possam interferir nas condições ambientais do território.

O Ibama (2002) define o Licenciamento Ambiental (LA) como um instrumento da política ambiental capaz de formalizar o papel antecipatório do empreendedor, garantindo aos possuidores das licenças o

reconhecimento público de que suas atividades serão realizadas com a perspectiva de promover a qualidade ambiental e sua sustentabilidade.

De forma geral, instrumentos de políticas territoriais como a LA se inserem no contexto das pressões estrangeiras pela proteção do meio ambiente, na medida em que os países signatários dos principais acordos internacionais são obrigados a estabelecer ações públicas e leis visando à redução dos impactos ambientais ocasionados pelas atividades socioeconômicas.

Um dos desafios contemporâneos no âmbito ambiental é o estabelecimento de políticas públicas territoriais que atuem transversalmente perpassando pelas demais políticas. Para Little (2003), isso é um desafio, pois envolve os interesses de inúmeros atores e mudanças de práticas consolidadas há décadas ou séculos.

Em suma, conforme destaca Veiret e Richemond (2007), a relação do território com o risco tem variado de acordo com a época, da mesma maneira que os riscos justificam as escolhas políticas pelo viés das regulamentações. Por isso, um importante instrumento de política pública que contribui para o ordenamento territorial do Brasil é a Compensação Ambiental, objeto que será aprofundado a seguir.

A valoração do meio ambiente: o instrumento da Compensação Ambiental Federal

A Compensação Ambiental (CA) pode ser definida como um instrumento de política pública que visa contrabalançar os impactos previstos e/ou decorrentes de empreendimentos com significativos impactos ambientais, com base em Estudo de Impacto Ambiental (EIA)⁵ e respectivo Relatório (Rima)⁶, onerando os empreendedores com o objetivo de compensar os impactos não mitigáveis causados e fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (FONSECA, 2017)⁷.

A CA surgiu no Brasil atrelada aos grandes projetos do setor elétrico brasileiro, particularmente àqueles situados na região amazônica, como uma maneira de se garantir a constituição de áreas voltadas à proteção da biodiversidade nas regiões afetadas por esses grandes empreendimentos (FARIA, 2008).

Do ponto de vista jurídico, a CA foi inserida pela primeira vez na legislação brasileira pelo Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) por intermédio de sua Resolução nº 10 de 1987 (BRASIL, 1987), exigindo dos empreendimentos de grande porte a implantação de Estações Ecológicas como contrapartida. Desde o princípio, a legislação determinou que a definição do montante de recursos financeiros deveria ser proporcional ao dano a se ressarcir, no valor não inferior a 0,5% do custo total de implantação do empreen-

5 O EIA é um documento de natureza técnica que tem como objetivo avaliar os impactos ambientais gerados por todas as atividades e/ou empreendimentos potencialmente poluidores e/ou que possam causar degradação ambiental, contemplando a proposição de medidas mitigadoras e de controle ambiental (MMA, 2009). É um documento técnico basilar para o processo de Licenciamento Ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental.

6 O RIMA, como relatório respectivo, deve refletir as conclusões do EIA e tem o objetivo de promover publicidade e, portanto, informar à sociedade sobre os impactos, medidas mitigadoras e programas de monitoramento do empreendimento ou atividade, sendo apresentado de forma a facilitar a compreensão em uma linguagem simples, objetiva e acessível (MMA, 2009).

7 No entanto, há várias outras definições para Compensação Ambiental que se apresentam de forma similares (BORN; TALOCCHI, 2002; FARIA, 2008; GIASSON; CARVALHO, 2012; ICMBIO, 2018; MACEDO, 2012; SÁNCHEZ, 2008). Destaca-se também que Compensação Ambiental e medidas compensatórias são frequentemente confundidas como sinônimos. As medidas compensatórias visam compensar impactos ambientais negativos irreversíveis e inevitáveis, enquanto as medidas mitigadoras se destinam a prevenir impactos adversos ou a reduzir aqueles que não podem ser evitados (FARIA, 2008).

dimento (GIASSON; CARVALHO, 2012).

Foi nesse contexto que naquele momento se estabeleceu um valor monetário ao meio ambiente, definindo que o empreendedor deveria dispor na forma de Compensação Ambiental um montante equivalente a no mínimo 0,5% do custo total de seu empreendimento para contrabalançar os impactos causados pelo mesmo. Do ponto de vista monetário, um cálculo bem simples.

No entanto, Nogueira e Medeiros (1999), por exemplo, realizam uma importante discussão sobre economia e meio ambiente, destacando a dificuldade e o enorme distanciamento de inúmeras concepções acerca de uma irreal tarefa de se definir um valor para o meio ambiente.

Os autores destacam que, para muitos pesquisadores, não faz o menor sentido atribuir valores monetários às coisas que não foram criadas pelos seres humanos. Considera-se uma concepção lógica, porém grande parte dos recursos naturais são apropriados pelo Homem com o objetivo de obterem alguma vantagem econômica, negando tal pensamento ainda que coerente.

O debate acerca da valoração do meio ambiente é amplo e abrange várias frentes científicas, como, por exemplo, a economia ambiental (um sub-ramo da economia) e a economia ecológica (um campo de estudo transdisciplinar). Sob a ótica da primeira, Amazonas (2001), por exemplo, faz um relevante resgate dessa discussão perpassando pelas abordagens neoclássica e evolucionista, destacando a complexidade da questão. Enquanto, Martinez-Alier (2007) é um exemplo de autor que aborda elementos da segunda frente que trata das relações e desafios dos diversos discursos de valoração, não exclusivamente monetária.

Sem dúvida, a atribuição de valores aos ativos ambientais é um debate extremamente complexo e, de forma geral, um ativo da biodiversidade somente tem valor quando sua utilidade é imprescindível para a vida na Terra (MOTA et al, 2010). Já para Ortiz (2003), todo recurso ambiental tem um valor intrínseco e, do ponto de vista econômico, o valor desse recurso seria a sua contribuição para o bem-estar social.

É nesse complexo cenário que a definição do percentual referente a CA vem acarretando constantemente debates e disputas que possuem como questão central a dificuldade ou mesmo impossibilidade de valorar monetariamente também os impactos causados por empreendimentos no Brasil, acarretando um imbróglia jurídico que se iniciou há mais de uma década e até hoje está em trâmite no Brasil.

Apesar de existir desde a década de 1970, a CA se estabeleceu por meio de uma Lei Federal apenas no ano 2000 (BRASIL, 2000) a partir do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Naquele momento, foi mantido mínimo de 0,5% do custo de implantação do empreendimento, sem a definição de um valor máximo.

Posteriormente, em 2002, o Decreto Federal nº 4.340 (BRASIL, 2002) regulamentou a Lei do SNUC, designando ao órgão ambiental licenciador a tarefa de definição do grau de impacto para fins de fixação da CA Federal, mantendo-se o mesmo percentual mínimo sem novamente prever a fixação de um valor máximo.

Nesse contexto, no final de 2004 a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)⁸, com o objetivo de impugnar o artigo da Lei do SNUC que trata especificamente da CA (artigo 36), sob a alegação que esse instrumento feriria os princípios da legalidade,

⁸ Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.378. Segundo o STF (2018), uma ADI tem por finalidade declarar que uma lei ou parte dela é inconstitucional, ou seja, contraria a Constituição Federal.

da separação de poderes, da razoabilidade e da proporcionalidade (DOMINGUES; CARNEIRO, 2010), constituindo em indenização prévia sem anterior mensuração e comprovação da ocorrência de dano, podendo, dessa forma, configurar enriquecimento sem causa pelo Estado (ALMEIDA; PINHEIRO, 2011; MACEDO, 2012).

Destarte, o fato da Lei do SNUC não fixar um percentual máximo para a definição da Compensação Ambiental pelo órgão ambiental licenciador, sem dúvida, foi um dos elementos centrais que motivaram a ADI, além do fato do valor da CA estar atrelada ao custo total do empreendimento.

Ademais de outros trâmites jurídicos que ocorreram nos anos seguintes (FONSECA, 2017), apenas em 2008 o STF analisou a ADI julgando-a parcialmente procedente por maioria de votos. Em suma, declarou a CA um instrumento válido, mas inconstitucional a sua definição com base em um valor mínimo. O STF entendeu que esse percentual deveria ser fixado proporcionalmente ao impacto ambiental, sem vínculo ao custo total do empreendimento, tendo como base o EIA/RIMA.

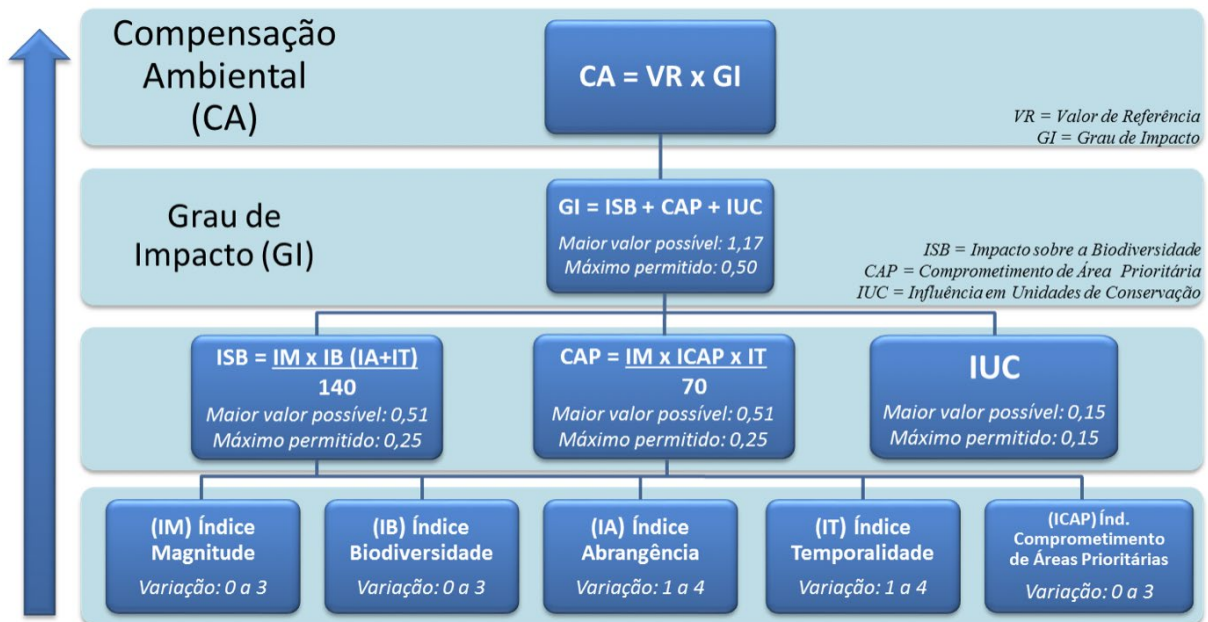
A decisão ainda é questionada com pedido de efeitos modificativos do resultado do julgamento de ambas as partes litigantes, sendo a Confederação Nacional da Indústria, autora, e a Presidência da República, ré (DOMINGUES; CARNEIRO, 2010). Por isso, a decisão do STF não transitou em julgado e, dessa forma, encontra-se suspensa.

Entretanto, em 2009 foi publicado o Decreto Federal 6.848 (BRASIL, 2009) que alterou a regulamentação da CA Federal, inovando ao definir em seu Anexo uma Metodologia de Cálculo do Grau de Impacto Ambiental, que é utilizada atualmente para definir o grau de impacto (GI) de um empreendimento e, conseqüentemente, qual o valor da Compensação Ambiental a ser despendido pelo empreendedor tendo como base o valor de referência (VR)⁹¹.

Essa atual Metodologia delimita o grau de impacto (GI) entre 0% e 0,5% (art. 31-A) considerando as informações dispostas no EIA/RIMA e possuem como referência para a avaliação os impactos sobre a biodiversidade, o comprometimento de áreas prioritárias e a influência em unidades de conservação, além de alguns índices pré-estabelecidos (Figura 1).

9 O VR é o somatório dos investimentos necessários para implantação do empreendimento, não incluídos os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos causados pelo empreendimento, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais.

Figura 1 - Esquemática da metodologia de cálculo da Compensação Ambiental Federal



Fonte: elaborado pelo autor com base no Decreto Federal nº 6.848/09 (BRASIL, 2009).

Assim, o Decreto Federal de 2009 acabou por definir o limite máximo para a Compensação Ambiental, no montante correspondente a 0,5% dos custos do empreendimento. Sem dúvida a adoção desse parâmetro foi resposta à sentença proferida pelo STF, apesar de seus efeitos encontrarem-se suspensos.

Para Domingues e Carneiro (2010), o Decreto Federal de 2009 ainda em vigor, apenas dissimula os critérios julgados inconstitucionais. No entanto, ao criar uma Metodologia de cálculo mais clara, reduziram-se as inseguranças jurídicas do instrumento ambiental. Logo, as demandas dos atores envolvidos foram ao menos parcialmente atendidas, viabilizando por ora a operacionalização da CA Federal no Brasil, apesar do cenário de instabilidade jurídica e das dificuldades usuais nessa conjuntura política instável.

A base de valoração do meio ambiente estabelecida pela Metodologia da Compensação Ambiental Federal são cinco Índices (IM, IB, IA, IT e ICAP), fundamentais para o cálculo do GI e que devem ser estabelecidos pelos EIA/RIMA dos empreendimentos inseridos no processo de Licenciamento Ambiental (Figura 1).

Um exemplo real da aplicação dessa Metodologia foi analisado com base na construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari, localizada da divisa entre Pará e Amapá, na bacia do rio Jari. O empreendimento teve um VR estimado de R\$ 739,6 milhões, um GI de 0,5% (máximo) e conseqüentemente o valor da CA foi definido em R\$ 3,7 milhões (FONSECA, 2017).

Destaca-se que é atribuição do órgão ambiental licenciador (Ibama) realizar o cálculo da CA de acordo com as informações disponíveis no EIA/RIMA, avaliando a objetividade da mensuração dos índices necessários para o respectivo cálculo, assim como outras informações necessárias e disponibilizadas pelo empreendedor.

Destarte, observa-se que o instrumento da CA está inserido em imbrólio jurídico e técnico, que evidencia uma complexa esfera de poder, relações e interesses que a circunda, inclusive com a atuação de

atores da sociedade civil organizada. Nesse sentido, em junho de 2009 o Instituto Socioambiental (ISA) e a ONG Amigos da Terra protocolaram a Reclamação nº 8.465 alegando que o Decreto Federal 6.848/2009 afronta a decisão do STF (ISA, 2014).

Segundas as ONGs, ao se determinar a existência de um montante máximo para a CA Federal, está se desestimulando as empresas a investir em tecnologias e mecanismos mais coerentes com a proteção do meio ambiente, porém os empreendedores saberão que isso provavelmente elevará valor da obra e consequentemente da CA. Nessa perspectiva, quanto mais “sujo” o empreendimento, mais barato seria, e consequentemente menor será também o valor da CA, muito embora o impacto ambiental causado venha a ser proporcionalmente maior (ISA, 2014).

Em suma, para as ONGs, para o valor da CA estar de acordo com a decisão do STF, deveria ser baseado no impacto ambiental previsto e não no valor do empreendimento. Ou seja, há uma evidente disputa de poderes e interesses no entorno de imbróglia jurídica que parece distante de uma resolução que seja capaz de atender todas as demandas desse cenário contraditório e conflituoso.

Considerações finais

Perante o exposto, observa-se que os Estados, por meio de suas políticas territoriais, possuem papel preponderante frente às contemporâneas demandas da sociedade associada ao crescimento econômico, bem como proteção ambiental. Demandas que são oriundas e provocam reflexos desde o âmbito global até as mais tênues e sutis especificidades locais dos territórios e seus ordenamentos. No Brasil, esse cenário não é diferente.

Destaca-se, no entanto, que o ordenamento territorial é fundamentalmente uma questão política e exige uma pluralidade de negociações, ao mesmo tempo que, é de fundamental importância para promover um processo mais democrático de acesso ao território (MELLO-THÉRY, 2011). Nesse sentido, na atualidade se observam outras formas de políticas públicas que afloram sem o clássico monopólio do Estado [apesar de ainda ser um ator importante, com muito poder e indispensável], a partir de uma construção decorrente de uma multiplicidade de atores em um modelo de ação público policêntrico (MASSARDIER, 2003). Nesse cenário complexo se insere o vetor socioambiental, que assume um papel cada vez mais relevante na organização dos territórios, sobretudo quando as ações públicas lentamente se tornam policêntricas, e o conceito de público incorpora o Estado, mas também a sociedade civil, o setor privado (LITTLE, 2003) e seus inúmeros interesses e demandas.

As disputas de poderes e as tomadas de decisões se exacerbam em geral no momento em que a prioridade quase sempre é o crescimento simplesmente econômico e a proteção do meio ambiente se torna um entrave para esse objetivo, provocando a atuação, sobretudo daqueles atores que possuem perspectiva diferente da dominante.

Logo, encravada nesse cenário por vezes contraditório temos a Compensação Ambiental, um instrumento da política territorial que também possui a sua própria contradição. A CA apenas se efetiva a partir de recursos financeiros oriundos da implantação de infraestruturas que visam sustentar a continuidade desse crescimento econômico, ou seja, uma maior disponibilidade de recursos para a CA significa que maiores

estão sendo os impactos decorrentes de empreendimentos de significativos impactos ambientais.

Por isso tudo, defende-se que a CA está inserida em um campo de poderes, forças e interesses envolvidos predominantemente pela tríade Estado, pela sociedade civil e pelo mercado. Estabelecida em uma relação complexa, dinâmica e que promove reflexos diretos e/ou indiretos nas políticas territoriais e ambientais do país e, conseqüentemente, no seu ordenamento territorial.

No entanto, é preciso destacar que a criação de uma Metodologia para sua definição e que, conseqüentemente, acaba por definir uma forma de valoração monetária do meio ambiente é algo extremamente complexo e multidisciplinar. Portanto, é necessário considerar essa complexidade para não se realizar críticas inconsistentes, principalmente quando se considera o amplo e divergente debate que transita sobre esse tema em várias ciências.

Se há uma complexidade na sua definição, por outro lado, não podemos ignorar o seu potencial em influenciar no ordenamento territorial em uma perspectiva de proteção do meio ambiente. Por isso, a operacionalização também precisa ser um relevante objeto de análise, sobretudo, com intuito de minimizar os impactos dos empreendimentos antrópicos.

No entanto, independentemente do valor destinado pela CA e da forma como ele está sendo estabelecida, é preciso destacar que os impactos ambientais das intervenções humanas podem ser mitigados, mas não evitados. Portanto, simples medidas proibitivas nem sempre se colocam como as melhores soluções, pois muitas vezes apenas impulsionam a ilegalidade das ações empreendedoras.

É preciso enfatizar o potencial da CA como um instrumento da política territorial, mas ao mesmo tempo, conforme destaca Torresan e Lorandi (2008), é fundamental destacar que nem tudo pode ser simplesmente compensado, portanto a CA não pode ser basicamente utilizada para aprovar qualquer atividade ou projeto.

O planejamento ambiental deveria se fundamentar na interação e integração dos sistemas que compõem o ambiente, estabelecendo as relações entre os sistemas ecológicos e os processos da sociedade, com o objetivo de manter a maior integridade possível dos seus elementos (SANTOS, 2004).

Em suma, destaca-se que a CA tem por objetivo também prezar pela proteção do meio ambiente, mas também precisa zelar pela eficiência econômica dos grandes projetos infraestruturais do país. Por isso, as políticas territoriais precisam ser concebidas e executadas como elementos constitutivos e delineadores do desenvolvimento, como instrumentos fundamentais do ordenamento do território.

O imbróglie em relação à Metodologia de cálculo parece distante de se encerrar. A forma de valoração do meio ambiente, nesse caso, ainda é uma questão debatida majoritariamente na esfera judicial, quando deveria ser algo extremamente amplo e multidisciplinar, sobretudo, técnico-científica.

Também é preciso expandir outras abordagens acerca da eficácia do mecanismo, visando garantir um mínimo de conservação aos ativos ambientais afetados pelos empreendimentos e deixando claro quais são suas influências sobre o território.

No contexto econômico favorável que ocorreu no Brasil na última década, bilhões de reais foram investidos em infraestruturas, gerando significativos impactos ambientais pelo território que ainda necessitam ser corretamente gerenciados, visando mitigá-los e compensá-los.

A CA é um mecanismo que envolve uma relevante soma de recursos que necessita ser operaciona-

lizada e despendida de forma eficaz, pois é preciso que haja compensações de fato não apenas na esfera administrativa estatal e/ou jurídica.

Enfatiza-se que o crescimento econômico não deve ocorrer a todo custo, é preciso garantir um desenvolvimento coerente com as demandas contemporâneas e principalmente capaz de vislumbrar perspectivas de longo prazo. Por isso, as questões que envolvem a CA e valoração do meio ambiente são apenas alguns dos fundamentais elementos desse cenário envolto por vários atores.

Reconhecer a importância e compreender os papéis desses atores que envolvem e estão envolvidos pela questão ambiental, seja o Estado, a sociedade civil, o mercado, ou qualquer outro, é apenas um olhar possível para compreender a complexa e dinâmica da temática, mas é um olhar fundamental.

Por isso, é imprescindível ampliarmos esse espaço de discussão, sobre o valor monetário e/ou social do meio ambiente, bem como se a forma como a Compensação Ambiental está hoje implementada. Parece claro para que ela serve e para quem serve (FONSECA, 2017), mas isso não significa que como um instrumento da política territorial ela não precise ser debatida e aperfeiçoada.

Referências

ACSELRAD, H. Discurso da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Campinas: Unicamp, n.1, maio, pp. 79-90, 1999.

ALMEIDA, P. P.; PINHEIRO, A. C. D. O valor da Compensação Ambiental. In: **Revista de Direito Público**. Londrina, v. 6, n. 3, p. 39-52, Out/Dez, 2011

AMAZONAS, M. C. **Valor e Meio Ambiente: elementos para uma abordagem evolucionista**. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, 2001.

BECHARA, E. **Licenciamento e Compensação Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2009.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BORN, R. H.; TALOCCHI, S. Compensações por Serviços Ambientais: sustentabilidade ambiental com inclusão social. In: BORN, R. H.; TALOCCHI, S. (orgs.). **Proteção do capital social e ecológico: por meio de Compensações por Serviços Ambientais (CSA)**. São Paulo: Peirópolis, p. 27-45, 2002.

BRASIL. CONAMA. **Resolução Conama nº 10 de 03 de dezembro de 1987**. Dispõe sobre o ressarcimento de danos ambientais causados por obras de grande porte. Brasília, 1987.

_____. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000.

_____. **Decreto Federal nº 4.340 de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Brasília, 2002.

_____. **Decreto Federal nº 6.848 de 14 de maio de 2009**. Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a Compensação Ambiental. Brasília, 2009.

_____. **Balço 4 anos (2007-2010) do Programa de Aceleração do Crescimento. 11º balanço completo**. Brasília: Comitê gestor do PAC, 2010.

_____. **PAC2 - Programa de Aceleração do Crescimento 2**. Relatório de Lançamento. Brasília, 2012.

_____. **CÔMITE GESTOR DO PAC. PAC2 Balço 4 anos Final - 11º Balço 2011 a 2014**. Brasília: Comitê gestor do PAC2, 2014.

_____. **CÔMITE GESTOR DO PAC. 6º Balço do PAC 2015: 2015 - 2018**. Brasília: Comitê gestor do PAC, 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1975 [1968].

BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M. **Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991 [1987].

DOMINGUES, J. M.; CARNEIRO, J. S. A. A Compensação Ambiental prevista pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC): a ADI nº 3.378 e o Decreto nº 6.848/09". **Revista Direito GV 12**. São Paulo, 6 (2), Jul-Dez, p. 493-502, 2010.

FARIA, I. D. **Compensação ambiental: os fundamentos e as normas: a gestão e os conflitos**. Brasília: Conleg, Consultoria Legislativa do Senado Federal. Textos para discussão nº43, julho, 2008.

FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 9, dez, 2001.

FONSECA, R. O. **A Compensação Ambiental no Brasil: compensação para que e para quem?** 2017. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GIASSON, M. M.; CARVALHO, S. H. C. **Mecanismo de compensação ambiental federal no Brasil: impactos negativos e os recursos revertidos para unidades de conservação**. 2ª Conf. da REDE de Língua Portuguesa de Avaliação de Impactos e 1º Congresso Brasileiro de Avaliação de Impacto. São Paulo, 2012.

GUIMARÃES, R. P. Políticas de meio ambiente para o desenvolvimento sustentável: desafios institucionais e setoriais. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, nº 7, jun/1992, p. 57-80.

_____. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Orgs). **O Desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, pp. 43-71, 2001.

HOUAISS. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2009.

IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Guia de Procedimentos do Licenciamento Ambiental Federal**. Brasília: Ibama, 2002.

ICMBIO - INSTITUTO CHICO MENDES. **Compensação Ambiental**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/compensacao-ambiental.html>> Acesso em: 09/06/18.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **ONGs vão ao STF para derrubar nova regra sobre compensação ambiental**. Disponível em: <<http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2916>> Acesso em: 28/05/18.

LITTLE, P. E. Os desafios da política ambiental no Brasil. In: _____. **Políticas Ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. Brasília: IIEB, p. 13-21, 2003.

MACEDO, L. A. Compensação Ambiental e ADI 3378-6: definições e impasses. In: FERREIRA, N. C. D.; ALVES, J. A.; REIS, J. R. L. (orgs.). **Anais/encarte Técnico-Científico do Workshop sobre Compensações Ambientais no Brasil**. Manaus: Editora Aufiero, 2012, p. 29-40.

MASSARDIER, G. **Politiques et action publiques**. Paris: Armand Colin, 2003.

MARTINEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais**. São Paulo: Contexto, 2007.

MELLO, N. A. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.

MELLO-THÉRY, N. A. **Território e gestão ambiental na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2011.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Programa Nacional de Capacitação de gestores ambientais: licenciamento ambiental**. Brasília: MMA, 2009.

MONTIBELLER-FILHO, G. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 131-142, jan. 1993. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/6645>> Acesso em: 13/12/16.

_____. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 3 ed. Florianópolis: UFSC, 2008.

MOTA, J. A. et al. A valoração da biodiversidade: conceitos e concepções metodológicas. In: MAY, P. H. **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2 ed., p. 265-288, 2010.

NOGUEIRA, J. M.; MEDEIROS, M. A. A. Quando vale aquilo que não tem valor? Valor de existência, economia e meio ambiente. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.16, n.3, p. 59-83, set/dez, 1999.

NORDAS, R.; GLEDITSCH, N. P. Climate change and conflict. **Political Geography**, v. 26, I, pp. 627-638, 2007.

ORTIZ, R. A. Valoração Econômica Ambiental. In: MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. (orgs.). **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 81-100, 2003.

PEARCE, D; MARKANDYA, A; BARBIER, E. **Blueprint for a Green economy**. 6. ed, London: Earthscan

Publications Limited, 1992 [1989].

PINTO JÚNIOR, H. Q. (coord.). **Perspectivas do investimento em infraestrutura**. Projeto PIB – Perspectivas do investimento no Brasil, v. 1, Rio de Janeiro: Synergia, 2010.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993 [1980].

RIBEIRO, W. C. A tradição e os novos paradigmas. In: RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 17-38.

_____. O Brasil e a Rio + 10. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo: USP, v. 15, 2002, p. 37-44.

RIBEIRO, W. C.; SANT'ANNA, F. M. Governança da ordem ambiental internacional. In: RIBEIRO, W. C. (org.). **Governança da ordem ambiental internacional e inclusão social**. São Paulo: Annablume, 2012, p. 45-68.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 65-92, 2012.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2000.

_____. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

_____. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SANTOS, R. F. **Planejamento Ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

STEINBERGER, M. A inseparabilidade entre Estado, políticas públicas e território. In: _____. **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013. p. 31-64.

STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Glossário Jurídico**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/glossario/verVerbete.asp?letra=S&id=218>> Acesso em: 18/05/18.

TORRESAN, F. E.; LORANDI, R.. A methodological proposal for quantifying environmental compensation through the spatial analysis of vulnerability indicators. **Brazilian Archives of Biology and Technology**, Curitiba, v. 51, n.3, june, 2008.

TOLMASQUIM, M. T. Perspectivas e planejamento do setor energético no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 247-260, 2012.

UN – UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. **World Population Prospects: The 2017 Revision, Key Findings and Advance Tables**. New York: UN, 2017.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005.

VEIRET, Y; RICHEMOND, N. O risco, os riscos. In: VEIRET, Y. (org.). **Os riscos**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 23-46.

WORLD BANK. **World Data Bank 2016**. Washington, DC: The World Bank, 2016.

O livro busca debater as interfaces entre a Economia e a Geografia. Trata-se de uma obra organizada com o apoio de diversos investigadores do país, sendo, portanto, plural e aberta ao debate. Não é, desse modo, um compilado unânime acerca do tema. Assim, não se tem por objetivo a apresentação enciclopédica, mas um texto lúcido e coerente sobre os diferentes pensamentos e abordagens que podem ser feitas por meio da leitura do espaço econômico. A indicação do livro é feita, por conseguinte, tanto aos geógrafos e economistas que tem como horizonte analítico tal discussão, em primeira instância, quanto aos profissionais de áreas afins e leigos que queiram ter uma aproximação com o assunto, uma vez que na proposição comparecem matérias como transportes, telecomunicações, indústria, financeirização, produção econômica do espaço, entre outras pautas urgentes e imprescindíveis que se fazem presentes na agenda cotidiana da sociedade.

ISBN 978-85-92863-07-4



9 788592 863074

EDITORA **UEMS**